

SUMÁRIO

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL 2

PRESIDÊNCIA 11

- Coordenadoria de Magistrados 13
- CEPIJ 31
- Assessoria de Imprensa 44
- Assessoria de Relações Públicas, Protocolo e Cerimonial 50
- Assessoria de Planejamento 61
- Auditoria Interna 70
- Casa Militar 74
- Ouvidoria dos Servidores 77
- Ouvidoria Judicial 84

1ª VICE-PRESIDÊNCIA 89

2ª VICE-PRESIDÊNCIA 114

3ª VICE-PRESIDÊNCIA 115

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA 116

ACADEMIA JUDICIAL 189

DIRETORIA-GERAL JUDICIÁRIA 226

- Secretaria Estatística das Intâncias Recursais 241
- Diretoria de Cadastro e Distribuição Processual 241
- Diretoria de Recursos e Incidentes 292
- Diretoria de Documentação e Informações 297

DIRETORIA-GERAL ADMINISTRATIVA 311

- Diretoria de Engenharia e Arquitetura 312
- Diretoria de Tecnologia da Informação 321
- Diretoria de Infraestrutura 338
- Diretoria de Material e Patrimônio 353
- Diretoria de Orçamento e Finanças 358
- Diretoria de Recursos Humanos 368
- Diretoria de Saúde 376

www.tjsc.jus.br

tjcenai@tjsc.jus.br

Produção: Assessoria de Planejamento - TJSC - Rua Álvaro Millen da Silveira, 208 - Centro - Florianópolis/SC
CEP 88020-901 - tel.: (48) 3287.1000
Copyright© TJSC. Janeiro de 2012 - Florianópolis - Santa Catarina

DESEMBARGADORES

Carlos Prudêncio

José Gaspar Rubick – 1º Vice-Presidente

Pedro Manoel Abreu

José Trindade dos Santos – Presidente

Cláudio Barreto Dutra

Newton Trisotto

Sérgio Torres Paladino

Solon d'Eça Neves - Corregedor-Geral da Justiça

José Mazoni Ferreira – 2º Vice-Presidente

Luiz Cézar Medeiros

Vanderlei Romer

Eládio Torret Rocha

Nelson J. Schaefer Martins

José Volpato de Souza

Sérgio Roberto Baasch Luz

Antonio do Rêgo Monteiro Rocha – 3º Vice-Presidente

Fernando Carioni

José Antônio Torres Marques

Luiz Carlos Freyesleben

Rui Francisco Barreiros Fortes

Marcus Túlio Sartorato

César Augusto Mimoso Ruiz Abreu – Vice-Corregedor-Geral da Justiça

Salete Silva Sommariva

Ricardo Orofino da Luz Fontes

Salim Schead dos Santos

Maria do Rocio Luz Santa Ritta

Cid José Goulart Júnior

Hilton Cunha Júnior

Jaime Ramos

Alexandre d'Ivanenko

Newton Janke

Lédio Rosa de Andrade

Moacyr de Moraes Lima Filho

Jorge Henrique Schaefer Martins

Marli Mosimann Vargas

Sérgio Izidoro Heil

José Carlos Carstens Köhler

João Henrique Blasi

Jorge Luiz de Borba

Victor José Sebem Ferreira

Rejane Andersen

Joel Dias Figueira Júnior

Cláudio Valdyr Helfenstein

Rodrigo Antônio da Cunha

Jânio de Souza Machado

Soraya Nunes Lins

Sônia Maria Schmitz

Paulo Roberto Camargo Costa

Henry Goy Petry Júnior

Raulino Jacó Brüning

Roberto Lucas Pacheco

Jairo Fernandes Gonçalves

Jaime Luiz Vicari

José Inácio Schaefer

João Batista Góes Ulysséa

Ronei Danielli

Luiz Fernando Boller

JUÍZES DE DIREITO DE SEGUNDO GRAU

Túlio José Moura Pinheiro

Ronaldo Moritz Martins da Silva

Ricardo José Roesler

Domingos Paludo

Paulo Roberto Sartorato

Robson Luz Varella

Paulo Henrique Moritz Martins da Silva

Carlos Alberto Civinski

Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço

Denise Volpato

Carlos Adilson Silva

Stanley da Silva Braga

Newton Varella Júnior

Altamiro de Oliveira

Saul Steil

Gilberto Gomes de Oliveira

Rodolfo Cezar Ribeiro da Silva Tridapalli

Odson Cardoso Filho

José Everaldo Silva

Volnei Celso Tomazini

Leopoldo Augusto Brüggemann

Júlio César Knoll

Janice Goulart Garcia Ubialli

Cláudia Lambert de Faria

Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto

Cínthia Beatriz da Silva Bittencourt

Jorge Luis Costa Beber

Guilherme Nunes Born

Eduardo Mattos Gallo Júnior

Maria Terezinha Mendonça de Oliveira

CONSELHO DE GESTÃO, MODERNIZAÇÃO JUDICIÁRIA, DE POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTITUCIONAIS

Des. José Trindade dos Santos

Des. Sérgio Torres Paladino

Des. Luiz Cézar Medeiros

Des. Nelson Schaefer Martins

Des. José Antônio Torres Marques

Des. Cid José Goulart Junior

Des. Lédio Rosa de Andrade

Des. Jorge Henrique Schaefer Martins

Des. Sérgio Izidoro Heil

Des. Jorge Luiz de Borba

Des. Jânio Machado

Juiz de Direito Paulo Ricardo Bruschi

Juiz de Direito Hélio do Valle Pereira

CONSELHO DA MAGISTRATURA

Des. José Trindade dos Santos - Presidente

Des. José Gaspar Rubik - Primeiro Vice-Presidente

Des. Solon d'Eça Neves - Corregedor-Geral da Justiça

Des. José Mazoni Ferreira - Segundo Vice-Presidente

Des. Antônio do Rêgo Monteiro Rocha - Terceiro Vice-Presidente

Des. Cesar Augusto Mimoso Ruiz Abreu – Vice-Corregedor-Geral da Justiça

Des. Newton Janke

Desª. Marli Mosimann Vargas

Des. Victor José Sebem Ferreira

Des. Cláudio Valdyr Helfenstein

Desª. Soraya Nunes Lins

Des. Roberto Lucas Pacheco

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO DA CONTA ÚNICA

Des. Sérgio Izidoro Heil - Presidente

Des. Rejane Andersen

Juiz Luiz Felipe Siegert Schuch

Cleverson Oliveira

Ricardo Lentz

CONSELHO DO FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA – FRJ

Des. José Antônio Torres Marques - Presidente

Des. Moacyr de Morais Lima Filho

Procurador Antenor Chinatto Ribeiro - Representante do MPSC

Dr. Paulo Marcondes Brincas - Representante da OAB/SC

Ricardo Lentz

CONSELHO GESTOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – CGINFO

Des. Jorge Henrique Schaefer Martins – Presidente

Juiz Paulo Henrique Moritz Martins da Silva – Coordenador

Juiz Dinart Francisco Machado

Juiz Luís Felipe Canever

Juiz Márcio Umberto Bragaglia

Riza Quaresma Butter

Cleverson Oliveira

Alberto João da Cunha Júnior

Alexandre dos Anjos

CONSELHO GESTOR DO SISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS E PROGRAMAS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS, CRIADO PELO ATO REGIMENTAL Nº 76/2006

Des. José Trindade dos Santos - Presidente

Des. José Gaspar Rubik - 1º Vice-Presidente

Des. Solon d'Eça Neves - Corregedor-Geral da Justiça

Des. Marcus Túlio Sartorato - Presidente do Núcleo de Conciliação do 2º Grau

Des. Victor José Sebem Ferreira - Coordenador Estadual dos Juizados Especiais

Juiz Luiz Felipe Siegert Schuch - Coordenador de Magistrados

Juiz Jaber Farah Filho - Presidente da 2ª Turma de Recursos

Juiz Jefferson Zanini - Juiz Agrário

Juiz Hélio do Vale Pereira

Juiz Sílvio José Franco

Membros convidados

Procurador Ivens José Tives de Carvalho – Representate do Ministério Público

Drª Ângela Regina da Cunha Leal – Representante da OAB/SC

COMITÊ GESTOR DOS DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS – CGDA – PORTARIA N. 338/10-GP

Des. Eládio Torret Rocha – Presidente

Des. Nelson Schaefer Martins

Des. Jorge Luiz de Borba

COORDENADOR DE MAGISTRADOS

Juiz Silvio José Franco, em exercício

JUIZ ASSESSOR DA PRESIDÊNCIA

Juiz Silvio José Franco

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Riza Quaresma Butter

COORDENADOR DE EXECUÇÃO PENAL E DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Juiz Alexandre Karazawa Takaschima

CASA MILITAR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Tenente Coronel PM Walmir Moreira Francisco

COORDENADOR DA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

Alexandre dos Anjos

ASSESSOR DE IMPRENSA

Ângelo Lima Medeiros

ASSESSORA DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROTOCOLO E CERIMONIAL

Izabel Costa Ungaretti

OUVIDOR JUDICIAL

Des. Salete Silva Sommariva

Diogo Pereira de Souza

OUVIDORA DOS SERVIDORES

Iara Regina Costa

COORDENADORA DA AUDITORIA INTERNA

Maria Madalena Steinbach

DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRATIVA

Cleverson Oliveira

DIREÇÃO-GERAL JUDICIÁRIA

Maurício Walendowsky Sprícigo

DIRETORIA DE CADASTRO E DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL

João Batista dos Santos

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

Almir Tadeu Peres

DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

Herlei José Cantú

DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA

André Luiz Dal Grande

DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

Amauri Elci Manoel

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Ricardo Lentz

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

Marshal Luis Schwalb

DIRETORIA DE RECURSOS E INCIDENTES

Suzie Bello Araújo

DIRETORIA DE SAÚDE

Renato Grillo Flach

DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Alberto João da Cunha Júnior

APRESENTAÇÃO

Ao findar mais um ano, também aproxima-se o término de minha gestão, a qual visou ao progresso e aprimoramento do Poder Judiciário.

O objetivo principal durante todo esse período foi o de propiciar ao jurisdicionado soluções mais céleres nas demandas judiciais, bem como ao Magistrado, condutor do processo, condições mais humanas de trabalho.

Assim, o crescimento da estrutura judiciária se deu com a ampliação da prestação jurisdicional, que envolveu todos os setores do Tribunal de Justiça e foi iniciado com o aumento significativo de varas, estas no número de 47, cujas instalações ainda estão por findar até o mês de janeiro de 2012, criadas a partir de estudos técnicos e dados concretos delineados pela Resolução n. 28/2010-TJ.

E, ainda sob o efeito da instalação das novas varas, foram criados, por lei, neste biênio, 2.580 cargos, entre efetivos e comissionados, distribuídos 2.138 e tomaram posse, até o momento, 1.843 novos servidores, dando-se, assim, subsídio humano e fazendo com que os serviços forenses fossem revitalizados e de maior qualidade, marca do Judiciário catarinense.

Com a ampliação do número de Desembargadores já desenhada no ano de 2010, tomaram posse os Desembargadores João Batista Goés Ulysséa, Ronei Danielli e Luiz Fernando Boller, bem como mais quatorze Juízes Substitutos de Segundo Grau, o que sublimou a produtividade e qualidade dos julgamentos de segunda instância.

Ainda como reforço à cidadania catarinense, no decorrer deste ano, foram instalados os Fóruns Municipais – Casas da Cidadania nos municípios de Sideropólis, Paulo Lopes e São Cristóvão do Sul, e realizaram-se convênios com instituições de ensino, prefeituras, Ministério Público e outras entidades, reforçando o acesso à justiça da população.

Com o aumento da estrutura judiciária, necessária se fez a abertura de espaços para a acomodação das novas varas, gabinetes, diretorias e processos, bem como resultou na compra, pelo Tribunal de Justiça, do Centro Administrativo de São José, locação do Edifício CCR, no centro da Capital, e a transferência para lá das Diretorias de Tecnologia e Informação, Engenharia, Material e Patrimônio e a Diretoria de Orçamento e Finanças.

Da mesma forma, no segundo semestre de 2011, foi inaugurado o novo Fórum da comarca de Palhoça.

Alinhe-se, ainda, que, diante do grande volume de processos físicos a serem arquivados e com o esgotamento do atual prédio, foi também adquirido um novo imóvel para a instalação do Arquivo do Poder Judiciário, no município de Palhoça.

Como reflexo da evolução estrutural e visando ao bom atendimento ao jurisdicionado, distribuiu-se 98 veículos às comarcas, com o objetivo de dar maior celeridade aos serviços forenses.

O desenvolvimento tecnológico alcançou os processos judiciais, e tramitam hoje nas comarcas do Estado um número aproximado de duzentos e quarenta e cinco mil processos virtuais; duas unidades jurisdicionais exclusivamente virtuais foram instaladas nesta gestão: o Juizado Especial da Fazenda Pública na comarca da Capital e a Vara de Execuções Penais na comarca de Criciúma.

Durante o ano de 2011, o corpo diretivo do Tribunal de Justiça percorreu as comarcas com o objetivo de preparar o Plano Plurianual, buscando democraticamente informações sobre as demandas reais e necessárias a fim de destinar de forma responsável o orçamento para o período de 2012-2015, ouvindo os Magistrados, Servidores e as entidades ligadas ao Poder Judiciário.

Voltando o olhar para dois anos passados, vejo que o Tribunal de Justiça cresceu e evoluiu, o que resultou na missão maior que foi a de administrar e distribuir justiça; por isso, divido o sucesso e tais avanços com aqueles que contribuíram e apoiaram para o êxito de minha gestão, em especial com os Desembargadores, Juízes Substitutos de Segundo Grau, Juízes de Direito, Juízes Substitutos, Servidores, Juízes Leigos, Conciliadores, Mediadores, estagiários e voluntários.

JOSÉ TRINDADE DOS SANTOS
Presidente

◖ COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

A Coordenadoria de Magistrados, a partir do ano de 2009, sofreu importantes modificações estruturais, em prol do aperfeiçoamento e da excelência dos serviços que lhe são afetos.

Reconhecida em definitivo como órgão essencial de apoio à Presidência, passou a ser disciplinada e compativelmente estruturada através da Resolução nº 22/2009-TJ, de 19.08.2009, do eg. Tribunal Pleno, em substituição a Resolução nº 03/2001-GP, de 24/01/2001.

A competência da Coordenadoria sofreu o necessário e prudente alargamento, com a inserção de novas atribuições, dentre as quais merecem registro: a) o acompanhamento de todos os processos administrativos de interesse dos Magistrados e da Presidência em tramitação no Tribunal; b) a supervisão das atividades administrativas do Gabinete da Presidência; c) a possibilidade de receber delegação de competência para a prática de atos administrativos afetos ao Presidente do Tribunal; d) a autorização para a confecção exclusiva da folha de pagamentos dos Magistrados.

Como decorrência do novo perfil e dando conseqüência ao escopo de racionalização e eficiência, o Tribunal Pleno também aprovou a Resolução nº 23/2009-TJ, de 19.08.2009, através da qual o Presidente do Tribunal de Justiça delegou ao Coordenador de Magistrados, em relação ao primeiro grau, competência para proferir despachos finais, editar e assinar os seguintes atos: a) concessão de licenças para tratamento de saúde própria, por motivo de doença em pessoa da família, para repouso à gestante, paternidade, gala, nojo, prêmio; b) lotação e relotação dos juízes substitutos, designações de substituição, composição das Turmas de Recursos e Direção do Foro; c) concessão de isenção do imposto de renda, de abono de permanência, de ajuda de custo aos empossados, de averbação de tempo de serviço e inclusão de dependentes para fins de imposto de renda e previdenciários; d) marcação, suspensão e autorização de gozo de férias, licença-prêmio e trânsito; e) pagamento de auxílio funeral, gratificação dos instrutores e multiplicadores de que trata a Resolução nº 3/2007–CEJUR, e antecipação de 1/3 (um terço) constitucional de férias; f) elaborar certidões e declarações de interesse dos magistrados; g) deliberar sobre questões administrativas relativas aos seus servidores.

A partir da aprovação da Resolução nº 16/2009-TJ, de 20.05.2009, a Coordenadoria passou a contar com critérios expressos e objetivos para a elaboração da pauta administrativa do Tribunal Pleno, notadamente no que concerne à movimentação na carreira da Magistratura, restando igualmente definida a ordem de votação dos temas pautados.

Concomitantemente a este conjunto de medidas de ordem normativa foram associadas novas práticas administrativas, as quais permitiram um significativo incremento no volume de informações, atendimentos e manifestações da Coordenadoria de Magistrados, sendo oportuno destacar, dentre outros números: a) 7.612 ligações recebidas e 4.138 ligações efetuadas, totalizando 11.750 atendimentos via telefone; b) 10.332 correspondências eletrônicas respondidas; c) 2.013 portarias de designações, férias, licença-prêmio e demais

licenças de Magistrados; d) 235 atos de movimentação (promoções, remoções, permutas, opções e aposentadorias); e) 914 pareceres e despachos em processos administrativos.

Foram sedimentadas as questões relacionadas ao subsídio e aquelas relacionadas as movimentações na carreira da magistratura, sem descurar do cumprimento das determinações e informações ao Conselho Nacional de Justiça.

A Coordenadoria ainda se fez presente como membro efetivo no Conselho da Conta Única e Conselho Gestor dos Juizados Especiais, e membro convidado do Conselho de Gestão e Modernização do Poder Judiciário, participando também de Comissões designadas pelo Tribunal Pleno, colaborando na elaboração de anteprojetos de lei e atos normativos voltados ao aperfeiçoamento do Judiciário catarinense, dentre eles a criação de mais cinco cargos de Desembargador, servidores e outras normas relativas a organização judiciária.

A atuação também se deu de forma acentuada na manutenção do aumento do duodécimo do Tribunal de Justiça na Receita Líquida Disponível do Estado (7,7% em 2011, e 9,31% em 2012), resultando em importante acréscimo orçamentário no próximo exercício, imprescindível para a implementação de projetos destinados a melhoria da prestação jurisdicional, como a contratação de mais magistrados e servidores.

Além dessas matérias, outras como o reconhecimento das férias do ano de ingresso na magistratura, a melhoria da remuneração dos membros de turmas recursais, a nova disciplina das gratificações de cumulação de unidades e mutirões de sentenças, a implementação do segundo assessor de gabinete, a implementação da gratificação dos juízes convocados para assessoria na Presidência, Vice-Presidência e Corregedoria de Justiça, a implementação do auxílio-alimentação, a retroatividade do auxílio-alimentação, a implementação das compensações de plantão e a deflagração de estudos para a contratação de consultoria externa visando auxiliar na identificação de oportunidades de melhoria da gestão administrativa do Tribunal, mereceram estudos e pareceres favoráveis da Coordenadoria de Magistrados em prol da magistratura catarinense.

Enfim, dentre os processos administrativos analisados por esta Coordenadoria, importante ainda destacar aqueles relacionados diretamente aos interesses pessoais de Magistrados, ativos, inativos e pensionistas, a saber:

PROCESSOS	
Academia Judicial/Gratificação de Instrutor	42
Abono de permanência	6
Aposentadoria	2
Auditoria Interna/Recomendações	2
Auxílio funeral	8

Autorização para freqüência de curso no exterior/congresso	4
Averbação de tempo de serviço	15
Bolsa de estudos pós-graduação	3
Cancelamento de penalidade	0
Contratação de estagiários/terceirizados/outros	0
Convênio	0
Consulta	1
Cumprimento de decisão judicial	1
Designação/Substituição de juiz cooperador	833
Desconto/Suspensão Contribuição Previdenciária	0
Devolução de valores	79
Devolução de diárias/Prestação de Contas	2
Diligência do Tribunal de Contas do Estado	3
Extravio de Celular/Notebook	1
Implantação de Serviços Judiciários	0
Inclusão de dependente	6
Indenização férias/licença-prêmio	32
Inspeção Correicional	0
Isenção do IR	7
Férias	0
Licença associação de classe	0
Licença amamentação	0
Licenças de saúde/em pessoa da família	173
Licença gala	15
Licença maternidade	14
Licença nojo	9
Licença paternidade	9
Licença prêmio	102
Outros	190
Pedido de Providências/Informações ao CNJ	1
Pensão Alimentícia	2
Processos associações de classe/ órgãos do Poder Judiciário/outros	10
Projeto de Resolução/Ato Regimental	0
Ressarcimento despesas/diárias/celular/combustível	9
Revisão Subsídio/Proventos/Gratificação/Atrasados/PAE	11
Trânsito	2
TOTAL	**1.594**

Foram prestados pela Coordenadoria de Magistrados também outros serviços importantes, compreendendo além da atualização e elaboração do Quadro de Antiguidade, a alimentação dos sistemas (Scua/Mumpsb), folhas de pagamento dos magistrados, e a confecção, encaminhamento e publicação de diversos atos, tais como:

OUTROS	
1. Atos (promoção/remoção/opção/permuta/aposentadoria)	**235**

2. Apostila de proventos	3
3. Certidões para ativos/inativos/pensionistas	26
4. Declarações para magistrados/dependentes	31
5. Despachos e Pareceres	924
6. Estudos de aposentadoria/abono de permanência	30
7. Expedição de carteira funcional magistrados(ativos/inativos)	32
8. Informações ao IPREV	18
9. Informações via e-mail/comunicados	44.232
10. Ligações telefônicas	
Recebidas	7.612
Efetuadas	4.138
11. Ofícios	250
12. Plantão Judicial de 2º Grau	13
13. Portarias expedidas	
Compensação de Plantão	95
Designações de magistrados	833
Férias (marcação/suspensão/transferência)	470
Licença gala	15
Licença maternidade	14
Licença nojo	9
Licença paternidade	9
Licença-prêmio (concessão/marcação/gozo/transferência)	401
Licença de saúde própria/em pessoa da família	173

MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA NO ANO DE 2011:

I – MAGISTRADO PROMOVIDO PARA O CARGO DE DESEMBARGADOR:

1. Luiz Fernando Boller

II - MAGISTRADO REMOVIDO PARA O CARGO DE JUIZ DE DIREITO DE SEGUNDO GRAU:

2. Rodolfo Cezar Ribeiro da SilvaTridapalli
3. Odson Cardoso Filho
4. José Everaldo Silva
5. Volnei Celso Tomazini
6. Leopoldo Augusto Brüggemann
7. Júlio Cesar Knoll
8. Janice Goulart Garcia Ubialli
9. Cláudia Lambert de Faria
10. Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto

11. Cínthia Beatriz da Silva Bittencourt

12. Jorge Luiz da Costa Beber

13. Guilherme Nunes Born

14. Eduardo Mattos Gallo Júnior

15. Maria Terezinha Mendonça de Oliveira

III – MAGISTRADOS PROMOVIDOS NO PRIMEIRO GRAU

- **POR MERECIMENTO:**

1. **Sabrina Menegatti Pítsica**, para a comarca de Palmitos

2. **Liene Francisco Guedes**, da 2ª Vara Criminal da comarca de Tubarão para o Juizado especial Cível da comarca de Blumenau.

3. **Maria da Conceição dos Santos Mendes**, da 2ª vara da Família da comarca de São José para a 6ª Vara Cível da comarca de Joinville

4. **Dayse Herget de Oliveira Marinho**, da 3ª Vara Cível da comarca de Balneário Camboriú, para a Vara da Infância e Juventude da comarca de Joinville

5. **Cleusa Maria Cardoso**, do Juizado Especial Cível da comarca de Tubarão para a 4ª Vara Cível da comarca de Chapecó.

6. **Sérgio Ramos**, da 2ª Vara Cível da comarca de São José, para a 3ª Vara Cível da comarca de Criciúma.

7. **Camila Coelho**, da 2ª Vara da comarca de Camboriú, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Campos Novos.

8. **Clayton César Wandscheer**, da comarca de Pinhalzinho para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Mafra.

9. **Jeferson Osvaldo Vieira,** da comarca de São Lourenço do Oeste para o cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Concórdia.

10. **Welton Rubenich**, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Jaguaruna

11. **Adilor Danieli**, da Vara da Família, Órfãos, Infância e Juventude da comarca de Balneário Camboriu, para o cargo de Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da comarca de Joinville.

12. **Rafael Rabaldo Bottan**, da comarca de São João Batista, para o cargo de Juiz de Direito da Vara Cível da comarca de Brusque.

13. **Roberto Márius Fávero**, da 1ª Vara Cível da comarca de São José, para o cargo de Juiz de Direito da Vara da Família da comarca de Lages.

14. **Pedro Walicoski Carvalho**, da 2ª Vara da comarca de Tijucas, para o cargo de Juiz de Direito da Vara de Execuções Penais da comarca de Itajaí.

15. **César Otávio Scirea Tesseroli,** da 3ª Vara da comarca de São Bento do Sul, para o cargo de Juiz de Direito da 4ª vara Criminal da comarca de Joinville.

16. **Elleston Lissandro Canali,** da 1ª Vara Criminal da comarca de Tubarão, para o cargo de Juiz de Direito da 3ª vara criminal da comarca de Blumenau.

17. **Fernando Zimermann Gerber,** para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara da comarca de Fraiburgo.

18. **André Luiz Anrain Trentini,** para o cargo de Juiz de Direito da comarca de São Lourenço do Oeste.

19. **Viviana Gazaniga Maia**, da comarca de Santo Amaro da Imperatriz, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Tijucas.

20. **João Batista Vieira Sell**, da comarca de São Carlos para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Porto União.

21. **Márcio Schiefler Fontes**, da comarca de Turvo para o cargo de Juiz de Direito da 2ª vara Cível da comarca de Canoinhas.

22. **Patrícia Nolli**, da 2ª vara Cível da comarca de Balneário Camboriú, para o cargo de Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da comarca de Blumenau.

23. **Fernando Vieira Luiz**, da 2ª vara Cível da comarca de Videira, para o cargo de Juiz de Direito da 4ª vara Cível da comarca de Lages.

24. **Viviane Isabel Daniel Speck de Souza**, da 2ª Vara Cível da comarca de Caçador, para o cargo de Juiz de Direito do Juizado Especial Cível da comarca de Blumenau.

25. **Décio Menna Barreto de Araújo Filho**, da Vara Criminal da comarca de São Francisco do Sul, para o cargo de Juiz de Direito da 6ª vara Cível da comarca de Joinville.

26. **Tânia Regina Vieira Luiz**, do Juizado Especial Criminal e de Violência Doméstica e Familiar da comarca de São José, para o cargo de Juiz de Direito da Vara da Infância e Juventude da comarca de Joinville.

27. **Ana Cristina Borba Alves**, da vara da Infância e Juventude da comarca de São José, para o cargo de Juiz de Direito da 4ª vara Cível da comarca de Chapecó.

28. **Fábio Nillo Bagattoli,** da 2ª vara Cível da comarca de Araranguá, para o cargo de Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da comarca de Criciúma.

29. **Fernando de Castro Faria**, da 2ª vara da comarca de São Joaquim, para o cargo de Juiz de Direito do Juizado Especial Cível da comarca de Joinville.

30. **Sérgio Agenor de Aragão**, da 3ª Vara da comarca de Gaspar, para o cargo de Juiz de Direito da 5ª vara Cível da comarca de Blumenau.

31. **Fenando Speck de Souza**, da 1ª vara Cível da comarca de Caçador, para o cargo de Juiz de Direito da 3ª vara Cível da comarca de Chapecó.

32. **Lara Maria Souza da Rosa Zanotelli**, da vara Criminal da comarca de Braço do Norte, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª vara Cível da comarca de Laguna.

33. **Giancarlo Rossi,** para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Rio do Oeste.

34. **Luiz Eduardo Ribeiro Freyesleben**, da vara Criminal da comarca de São Miguel do Oeste, para o cargo de Juiz de Direito da 3ª vara Criminal da comarca de Joinville.

35. **Sérgio Renato Domingos**, da 2ª Vara da comarca de Içara para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Campos Novos.

36. **Caroline Bundchen Felisbino Teixeira**, da comarca de Forquilhinhas, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª vara Cível da comarca de Canoinhas.

37. **Renato Guilherme Gomes Cunha**, da comarca de Taió, para o cargo de Juiz de Direito da vara da Família, Órfãos, Sucessões, Infância e Juventude da comarca de Rio do Sul.

38. **Clarice Ana Lanzarini**, da 1ª vara Cível da comarca de Navegantes, para o cargo de Juiz de Direito da vara Criminal da comarca de Canoinhas.

39. **Maria de Lourdes Simas Porto Vieira**, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Imaruí.

40. **Lizandra Pinto de Souza**, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de São Carlos.

41. **Gisele Ribeiro**, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Quilombo.

42. **Marlon Jesus Soares de Souza**, da 1ª Vara Criminal da comarca de Araranguá, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da comarca de Criciúma.

43. **Lírio Hoffmann Júnior**, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª vara da comarca de Orleans.

44. **Vera Regina Bedin**, da 1ª Vara Cível da comarca de Camboriú para o cargo de Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da comarca de Itajaí.

45. **Cássio José Lebarbenchon Angulski**, da 2ª Vara da comarca de Gaspar para o cargo de Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da comarca de Blumenau.

46. **Marivone Koncikoski Abreu**, da Vara Criminal da comarca de Itapema para o cargo de Juiz de Direito da comarca de 1ª Vara Cível da comarca de Videira.

47. **Rafael Maas dos Anjos**, da comarca de Santa Cecíia, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª vara da comarca de Caçador.

48. **Fernando Seara Hickel¸** da 2ª Vara da comarca de Imbituba, para o cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de São Francisco do Sul.

49. **Luís Paulo Dal Pont Lodetti**, da 2ª Vara da comarca de Sombrio, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de São Bento do Sul.

50. **Reny Baptista Neto**, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Modelo.

- **POR ANTIGUIDADE:**

1. **Fernando Machado Carbone**, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara da comarca de Capinzal.
2. **Eron Pinter Pizzolatti**, da 3ª vara Cível da comarca de Tubarão, para o cargo de Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da comarca de Joinville.
3. **Roque Cerutti**, da 1ª vara Criminal da comarca de Balneário Camboriú, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da comarca de Chapecó.
4. **Gilmar Antônio Conte**, da 2ª vara Criminal da comarca de Balneário Camboriú, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Joinville.
5. **Marisa Cardoso de Medeiros**, da 1ª Vara Cível da comarca de Balneário Camboriú, para o cargo de Juiz de Direito da Vara da Família, Infância e Juventude da comarca de Chapecó.
6. **Adriana Mendes Bertoncini**, da 1ª Vara da Família da comarca de São José, para o Cargo de Juiz de Direito do Juizado Especial Criminal e Violência Doméstica da comarca de Chapecó.
7. **Ana Vera Sganzerla Trucollo**, da 2ª Vara da comarca de Balneário Piçarras, para o cargo de Juiz de Direito da Vara Comercial da comarca de Brusque.
8. **Rafael Osório Cassiano**, da comarca de Garuva, para o cargo de Juiz de Direito da Vara da Família, Sucessões, Infância e Juventude, Registros Públicos e Fazenda Pública da comarca de Brusque
9. **Cláudio Márcio Areco Júnior**, da 1ª Vara da comarca de Ibirama, para o cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Rio do Sul.
10. **Alexandre Murilo Schramm**, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara da comarca de Balneário Piçarras.
11. **Adriana Lisboa**, da Vara da Fazenda Pública, Executivos Fiscais, Acidentes do Trabalho e Registros Públicos da comarca de Balneário Camboriú, para o cargo de Juiz de Direito da Vara da Infância e Juventude da comarca de Itajaí.
12. **Marcelo Carlin**, da 1ª Vara Criminal da comarca de São José, para o cargo de Juiz de Direito da Vara da Infância e Juventude da comarca de Lages.
13. **Marcos D'Avila Scherer**, da 2ª vara Cível da comarca de Navegantes, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Campos Novos
14. **Vilmar Cardozo**, da 3ª Vara Cível da comarca de Palhoça, para o cargo de Juiz de Direito da vara de Execuções Penais da Grande Florianópolis, comarca da Capital.

15. **Ricardo Machado de Andrade,** da 1ª Vara Cível da comarca e Araranguá, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Criciúma.

16. **Luiz Cláudio Broering,** da Vara da Família, Órfãos, Sucessões, Infância e Juventude da comarca de Rio do Sul, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da comarca da Capital.

17. **Jaime Pedro Bunn,** da Vara Criminal da comarca de Biguaçu, para o cargo de 8º Juiz Especial da comarca da Capital.

18. **Regina Aparecida Soares Ferreira**, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Garuva.

19. **Iolanda Volkmann**, da comarca de Itapoá, para o cargo de Juiz de Direito da 2ªVara Cível da comarca de São Francisco do Sul.

20. **Paula Botke e Silva**, da 2ª Vara da comarca de Rio Negrinho, para o cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Xanxerê.

21. **Simone Boing Guimarães Zabot,** da Vara da Família, Infância e Juventude da comarca de Palhoça, para o cargo de 2º Juiz Especial da comarca da Capital.

22. **Eliane Alfredo Cardoso**, da vara da Fazenda Pública da comarca de Jaraguá do Sul, para o cargo de Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da comarca de Joinville.

23. **Maira Salete Meneghetti**, da 2ª Vara Cível da comarca de Xanxerê, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da comarca de Chapecó.

24. **Cíntia Gonçalves Costi**, da 2ª Vara Cível da comarca de Timbó, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Joinville.

25. **Eduardo Camargo**, da 2ª vara da comarca de São Bento do Sul, para o cargo de Juiz de Direito da vara da Família, Infância e Juventude da comarca de Chapecó.

26. **Laudenir Fernando Petroncini**, da 2ª Vara Cível da comarca de Sâo Miguel do Oeste, para o cargo de Juiz de Direito do Juizado Especial Criminal e de Violência Doméstica da comarca de Chapecó.

27. **Rudson Marcos**, da 2ª Vara da comarca de Concórdia, para o cargo de Juiz de Direito da 3ª vara Cível da comarca de Joinville.

28. **Débora Driwin Rieger Zanini**, da 3ª Vara Cível da comarca de Araranguá, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da comarca de Criciúma.

29. **Maurício Fabiano Mortari**, da 2ª Vara Cível da comarca de Laguna, para o cargo de Juiz de Direito do Juizado Especial Criminal e de Violência Doméstica e Familiar da comarca de Tubarão.

30. **Luís Felipe Canever**, da 2ª Vara da comarca de Urussanga, para o cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Porto União.

31. **Maycon Rangel Favaretto,** da 2ª Vara da comarca de Maravilha, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Campos Novos.

32. **Gilberto Gomes de Oliveira Júnior**, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Ibirama.

33. **Liana Bardini Alves**, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de São João Batista.

34. **Ademir Wolff**, da Vara Criminal da Comarca de Joaçaba, para o cargo de Juiz de Direito da Vara da Infância e Juventude da comarca de itajaí.

35. **Ricardo Alexandre Fiúza,** da 2ª Vara Cível da comarca de Curitibanos, para o cargo de Juiz de Direito da Vara da Infância e Juventude da comarca de Lages.

36. **Rafael Brüning**, da 1ª vara da comarca de Porto Belo, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara da comarca de Tijucas.

37. **Edson Luiz de Oliveira,** da 1ª vara da comarca de Barra Velha, para o cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de São Bento do Sul.

38. **Gabriela Sailon de Souza Benedet**, da 2ª Vara da comarca de Porto Belo, para o cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Biguaçu.

39. **José Aranha Pacheco,** para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Itapoá.

40. **Monike Silva Póvoas**, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara da comarca de Rio Negrinho.

41. **Bruna Canela Becker Búrigo**, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª vara da comarca de Urussanga.

42. **Lilian Telles de Sá Vieira**, da comarca de Santo Amaro da Imperatriz para o cargo de Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da comarca de Palhoça.

43. **Ricardo Rafael dos Santos**, da 1ª Vara Cível da comarca de Itapema, para o cargo de Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da comarca de Blumenau.

44. **Fabrício Rossetti Gast**, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª vara da comarca de Maravilha.

45. **Cláudio Barbosa Fontes Filho**, da Vara Criminal da comarca de Videira para o cargo de Juiz de Direito da Vara da Fazenda Pública, Exec. Fiscal, Ac. do Trabalho e Registro Públicos da comarca de Tubarão.

46. **Leandro Katscharowski Aguiar**, da 1ª vara da comarca de Ituporanga, para o cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Jaraguá do Sul.

47. **Giuseppe Battistotti Bellani**, da 1ª Vara da comarca de Capinzal, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara da comarca de Xanxerê.

48. **Márcio Renê Rocha**, da vara da Família, Inf. e Juventude da comarca de Jaraguá do Sul para o cargo de Juiz de Direito da vara da Inf. e Juventude da comarca de Joinville.

49. **João Batista Ocampo Moré**, da comarca de Ascurra, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Timbó.

50. **Juliano Serpa**, da comarca de Anita Garibaldi, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de São Miguel do Oeste.

51. **Evando Volmar Rizzo**, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara da comarca de Içara.

IV - MAGISTRADOS REMOVIDOS NO PRIMEIRO GRAU

- POR MERECIMENTO

1. **Christian Dalla Rosa**, da comarca de Palmitos para a 1ª Vara da comarca de Xaxim.

2. **Antôni Zoldan da Veiga**, da 4ª Vara Cível da comarca de Joinville, para o cargo de 6º Juiz Especial da comarca da Capital

3. **Karen Francis Schubert Reimer**, do cargo de 1º Juiz Especial da comarca de Brusque, para a 1ª Vara Cível da comarca de Jaraguá do Sul.

4. **Geomir Rfoland Paul**, da Vara da Família, Sucessões, Infância e Juventude, Registros Públicos e Fazenda Pública da comarca de Brusque para o Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Rio do Sul.

5. **André Alexandre Happke**, da 2ª Vara Criminal da comarca de Chapecó, para o cago de 1º Juiz Especial da comarca de Joinville.

6. **Sônia Eunice Odwazny**, da comarca de Jaraguá do Sul, para a 2ª Vara da comarca de Barra Velha.

7. **Sílvio José Franco**, da 3ª Vara Criminal da comarca de Joinville, para o cargo de 3º Juiz Especial da comarca da Capital.

8. **Luís Francisco Delpizzo Miranda**, da 1ª Vara Criminal da comarca de Itajaí para a Vara da Fazenda Pública da comarca de Tubarão.

9. **Roberto Ramos Alvim**, da 2ª Vara da Família da comarca de Blumenau, para a Vara da Família da comarca de Itajaí.

10. **Cyd Carlos da Silveira**, da 3ª Vara Cível da comarca de Joinville para a Vara de Precatórias, Recuperações Judiciais e Falências da comarca da Capital.

11. **Vera Regina Bedin**, Juiz Substituto Vitalício da 15ª Circunscrição Judiciária com sede na comar da 1ª Vara da comarca de Tijucas para a 1ª Vara Cível da comarca de Camboriú.

12. **Jussara Schittler dos Santos Wandscheer**, da Vara Criminal da comarca de Xanxerê, para a Vara Criminal da comarca de Mafra.

13. **Marcelo Pons Meirelles**, da 3ª vara Cível da comarca de Chapecó, para 2ª Vara Criminal da comarca de São José.

14. **Marcelo Volpato de Souza**, da Vara Criminal da comarca de Porto União para a Vara da Família, Órfãos, Sucessões, Infância e Juventude da comarca de Brusque.

15. **Guilherme Matei Borsoi**, da comarca de Rio do Oeste para a 1ª Vara da comarca de Rio Negrinho.

16. **Monike Silva Póvoas**, do cargo de 4º Juiz Substituto Vitalício da 18ª Circunscrição Judiciária com sede na comarca de Blumenau, para 1º Juiz Substituto Vitalício da comarca de Joinville.

17. **André Augusto Messias Fonseca**, da 1ª vara Cível da comarca de Campos Novos para a 3ª vara Cível da comarca de Palhoça.

18. **Rodrigo Coelho Rodrigues**, da vara Criminal da comarca de Canoinhas, para a Vara Criminal da comarca de Tijucas.

19. **Monoel Donisete de Souza**, da comarca de Quilombo para a comarca de Turvo.

20. **Vivian Carla Josefovicz**, 1º Juiz Substituto Vitalício da 20ª Circunscrição Judiciária, com sede na comarca de Indaial, para 4º Juiz Substituto na comarca de Blumenau.

21. **Osmar Mohr**, da 4ª vara Cível da comarca de Itajaí, para a 4ª Vara Cível da comarca de Balneário Camboriú.

22. **Alessandra Mayra da Silva de Oliveira**, de 1º Juiz Substituto Vitalício da comarca de Curitibanos, para o cargo de 7º Juiz Substituto Vitalício, da comarca da Capital.

23. **Luís Felipe Canever**, da vara Criminal da comarca de Porto União para a 2ª vara Criminal da comarca de Araranguá.

24. **Tanit Adrian Perozzo Daltoe**, da comarca de Modelo para a 2ª vara da comarca de Orleans.

25. **Fernando Speck de Souza**, da 3ª Vara Cível da comarca de Chapecó para a 2ª Vara Cível da comarca de Joinville.

26. **Otávio José Minatto**, da 1ª Vara Cível da comarca de Joinville para a 1ª Vara criminal da comarca de São José.

- POR ANTIGUIDADE

1. **01 Maycon Rangel Favaretto**, da 2ª Vara da comarca de Capinzal, para a 2ª Vara da comarca de Maravilha.

2. **Vitoraldo Bridi**, do cargo de Juiz de Direito da 4ª vara Cível da comarca de Joinville, para o Juizado Especial da Violência Doméstica e Familiar da comarca da Capital.

3. **Ricardo Alexandre Fiuza,** da 2ª vara Cível da comarca de Campos Novos, para a 2ª Vara Cível da comarca de Curitibanos.

4. **Fúlvio Borges Filho**, da 1ª vara da comarca de Mafra para a 1ª Vara Cível da comarca de Rio do Sul.

5. **Sérgio Luiz Junkes**, da Vara da Infância e Juventude da comarca de Joinville, para o cargo de2º Juiz Especial da comarca da Capital.

1. **Felippi Ambrosio**, Juiz Substituto Vitalício da 7ª Circunscrição Judiciaria com sede na comarca de Araranguá para a 8ª Circunscrição com sede na comarca de Laguna

2. **Márcia Krischke Matzenbacher**, do cargo de Juiz Especial da comarca de Brusque para a Vara Criminal da comarca de Navegantes.

3. **Gilberto Gomes de Oliveira**, Juiz Substituto Vitalício da 15ª Circunscrição Judiciária, com sede na comarca de Joinville, para a 1ª Circunscrição com sede na comarca da Capital.

4. **Marcelo Pizolati**, da 3ª Vara Cível da comarca de Lages, para a vara de Direito Bancário da comarca da Capital.

5. **Paulo Marcos de Farias**, da 4ª Vara Criminal da comarca de Joinville, para a 1ª Vara da Família da comarca da Capital.

6. **Ederson Tortelli**, da 2ª Vara da comarca de Fraiburgo, para a comarca de Pinhalzinho.

7. **Leandro Passig Mendes**, da 4ª Vara Cível da comarca de Lages, para o cargo de 6º Juiz Especial da comarca da Capital.

8. **Mauro Ferrandin**, do Juizado Especial Cível da comarca de Joinville, para a 2ª Vara Criminal da comarca de Itajaí.

9. **Ricardo Rafael dos Santos**, da 2ª Vara Cível da comarca de São Francisco do Sul para a 1ª Vara Cível da comarca de Itapema.

10. **Janine Stiehler Martins**, da 2ª Vara Cível da comarca de Canoinhas para a 2ª Vara Cível da comarca de Biguaçu.

11. **Daniela Vieira Soares**, da 1ª Vara Cível da comarca de Laguna, para a 1ª vara Cível da comarca de Palhoça.

12. **Reny Baptista Neto**, do cargo de 1º Juiz Substituto Vitalício da comarca de Mafra, para 2º Juiz Substituto Vitalício da comarca de Joinville.

13. **Alexandre Kazazawa Takaschima**, da 1ª Vara Criminal da comarca de Criciúma, para a Vara da Família da comarca de Lages.

14. **Celso Henrique de Castro Baptista Vallim**, da 1ª Vara Cível da comarca de Canoinhas, para a 1ª Vara Cível da comarca de Araranguá.

15. **Lilian Telles de Sá Vieira**, da comarca de Imaruí, para a comarca de Santo Amaro da Imperatriz.

16. **Paulo da Silva Filho**, da 1ª Vara da comarca de Orleans, para a Vara Criminal da comarca de Braço do Norte.

17. **Luciana Santos Silva**, do cargo de 2º Juiz Substituto Vitalício com sede na comarca de Palhoça, para o cargo de 1º Juiz Substituto da comarca de Biguaçu.

18. **Luís Francisco Delpizzo Miranda**, da vara da Fazenda Pública da comarca de Tubarão, para o cargo de 1º Juiz Especial da comarca da Capital.

19. **João Baptista Vieira Sell**, da 2ª Vara Cível da comarca de Porto União, para a 3ª vara da comarca de Gaspar.

20. **Luiz Henrique Bonatelli**, da 2ª Vara Cível da comarca de Chapecó, para a 4ª Vara Cível da comarca de Criciúma.

21. **Sérgio Renato Domingos**, da 1ª Vara Cível da comarca de Campos Novos para a 1ª Vara criminal da comarca de Araranguá.

V – FORAM APRECIADOS E DEFERIDOS OS PEDIDOS DE OPÇÃO DOS SEGUINTES MAGISTRADOS:

1. **João Alexandre Dobrowolski Neto**, do cargo de 6º Juiz Especial para a Vara de Execuções Fiscais Municipais e Estaduais da comarca da Capital.

2. **Flávio André Paz de Brum**, do cargo de 2º Juiz Especial para a 2ª vara da Família e Órfãos da comarca da Capital.

3. **Maurício Cavallazzi Póvoas,** da 2ª Vara da Fazenda Pública para a 5ª Vara Cível da comarca de Joinville.

4. **Augusto Cesar Allet Aguiar,** da 1ª Vara Criminal para a 2ª Vara de Direito Bancário da comarca de Joinville.

5. **Gustavo Henrique Aracheski**, da 2ª Vara Cível para a 1ª vara Criminal da comarca de Joinville.

6. **Luiz Cláudio Broering,** da 1ª Vara Cível para a Vara da Família, Órfãos, Sucessões, Infância e Juventude da comarca de Rio do Sul.

7. **Elton Vitor Zuquelo**, da 2ª Vara Cível para a Vara da Família, Órfãos, Sucessões, Inf. e Juventude da comarca de Curitibanos.

8. **Edenildo da Silva**, da 1ª vara Cível para o Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Jaraguá do Sul.

9. **Uziel Nunes de Oliveira**, da Vara Criminal, para a vara da Família, Órfãos, Sucessões, Inf. e Juventude da comarca de Concórdia.

10. **Surami Juliana dos Santos Heerdt**, da 1ª Vara para a 2ª vara da comarca de Xaxim.

11. **Gilberto Gomes de Oliveira**, da Câmara Regional de Chapecó para o Tribunal de Justiça.

12. **Roberto Lepper**, do cargo de 1º Juiz Especial, para a 2ª vara da Fazenda Pública da comarca de Joinville.

13. **Márcia Krischke Matzenbacher**, da Vara Comercial para o cargo de Juiz Especial da comarca de Brusque.

14. **Carlos Roberto da Silva**, da Vara da Infância e Juventude para a vara da Fazenda Pública, Ex. Fiscal, Acidente de Trabalho e Registros Públicos da comarca de Itajaí.

15. **Júlio Cesar Machado Ferreira de Mello**, do cargo de 3º Juiz Especial para o Foro do Norte da Ilha, comarca da Capital.

16. **Luiz Neri Oliveira de Souza**, da Vara da Infância e Juventude para a 2ª vara Criminal da comarca de Lages.

17. **Hélio David Vieira Figueira dos Santos**, da Vara de Direito Bancário para o Juizado Especial Cível do Foro do Continente.

18. **Denise Helena Schild de Oliveira**, da Vara de Execuções Penais, para a 3ª vara Criminal da comarca da Capital.

19. **Ana Lia Barbos M. L. Carneiro**, da vara da Família para o Juizado Especial Cível da comarca de Criciúma.

20. **Sérgio Junkes**, do cargo de 2º Juiz Especial, para a 2ª Vara Criminal da comarca da Capital.

21. **Brigite Remor de Souza May**, da 1ª vara Criminal, para a Vara da Infância e Juventude da comarca da Capital.

22. **Osmar Tomazoni**, da vara da Fazenda Pública para a 2ª Vara Cível da comarca de Blumenau.

23. **Cláudio Eduardo R. de Figueiredo e Silva**, do cargo de 8º Juiz Especial para a 2ª Vara Cível do Foro do Continente, comarca da Capital.

24. **Margareti Moser**, da Vara da Família para o Juizado Especial Cível da comarca de Itajaí.

25. **João Alexandre Dobrowolski Neto**, da Vara de Execuções Fiscais Municipais e Estaduais para o Juizado Especial Cível e Criminal de Santo Antônio de Lisboa, comarca da Capital.

26. **Gabriela Gorini Martignago Coral**, da 2ª vara Cível para a Vara da Família da comarca de Criciúma.

27. **Edson Marcos de Mendonça**, da 3ª Vara Criminal, para a Vara da Fazenda Pública, Executivos Fiscais, Acidente de Trabalho e Registros Públicos da comarca de Blumenau.

28. **Antônio Zoldan da Veiga**, do cargo de 6º Juiz Especial para a Vara de Executivos Fiscais Municipais e Estaduais da comarca da Capital.

29. **Rubens Sérgio Salfer**, da 2ª vara Criminal para a Vara de Execuções Penais da comarca de Criciúma.

30. **Osmar Mohr**, da 2ª Vara Criminal para a 4ª Vara Cível da comarca de Itajaí.

31. **Jeferson Isidoro Mafra**, da Vara Cível para o cargo de Juiz Especial da comarca de Brusque.

32. **Camila Coelho**, da 2ª Vara para a Vara Criminal da comarca de Camboriú.

33. **Marivone Koncikoski Abreu**, da 1ª Vara para a Vara Criminal da comarca de Itapema.

34. **Marcelo Volpato de Souza**, da 2ª Vara para a Vara Criminal da comarca de Porto União.

35. **Rodrigo Tavares Martins**, da 2ª Vara para a 1ª Vara da comarca de Ibirama.

36. **Paula Botke e Silva**, da 1ª Vara para a 2ª Vara da comarca de Rio Negrinho.

37. **Francisco Carlos Mambrini**, da vara da Família para a 3ª Vara Cível da comarca de Lages.

38. **Tânia Regina Vieira Luiz**, da 2ª Vara Criminal para o Juizado Especial Criminal e de Violência Doméstica e Familiar da comarca de São José.

39. **Rafael Osório Cassiano**, da vara da Família, Órfãos, Sucessões, Inf. e Juventude para a Vara da Fazenda Pública da comarca de Brusque.

40. **Paulo Afonso Sandri**, da 1ª Vara Cível para a 2ª Vara Cível da comarca de Camboriú.

41. **Vilmar Cardozo**, da 1ª Vara Cível para a 3ª Vara Cível da comarca de Palhoça.

42. **Jaime Pedro Bunn**, da 2ª Vara Cível para a Vara Criminal da comarca de Biguaçu.

43. **Rubens Schulz**, da 3ª vara Cível para a 2ª Vara da Família da comarca de Blumenau.

44. **Vilson Fontana**, da cargo de 1º Juiz Especial para o Juizado Especial Cível da comarca da Capital.

45. **Maira Salete Meneghetti**, da 2ª vara Criminal para a 4ª Vara Cível da comarca de Chapecó.

46. **Cíntia Gonçalves Costi**, da 2ª Vara Cível para o 3º Juizado Especial Cível da comarca de Joinville.

47. **André Augusto Messias Fonseca**, da 3ª Vara Cível para a Vara da Famílika, Inf. e Juventude, Órfãos e Sucessões da comarca de Palhoça.

48. **Cândida Inês Zoelner Brugnoli**, da vara Criminal para a Vara da Fazenda Pública da comarca de Jaraguá do Sul.

49. **Rafael Milanese Spillere**, da 1ª Vara Cível para a 2ª vara Cível da comarca de Videira.

50. **Marcelo Carlin**, da 1ª Vara Criminal para a 3ª Vara Cível da comarca de São José.

51. **Eduardo Camargo**, da vara a Família, Inf. e Juventude para a 2ª Vara Criminal da comarca de Chapecó.

52. **Leone Carlos Martins Júnior**, do cargo e 7º Juiz Especial para a 2ª Vara de Direito Bancário da comarca da Capital.

53. **Sílvio José Franco**, do cargo de 3º Juiz Especial, para a 3ª Vara de Direito Bancário, da comarca da Capital.

54. **João Batista Vieira Sell,** da 3ª Vara para a 2ª Vara da comarca de Gaspar.

VI. – EFETIVAÇÃO

- Foram apreciados e deferidos **11 (onze)** Processos de efetivação de magistrados.

VII - DIREÇÃO DO FORO

- Foram apreciadas e deferidas **35 (trinta e cinco)** indicações para as funções de Diretor do Foro das comarcas com mais de uma Vara.

VIII – APOSENTADORIA

Foram apreciados e deferidos os Processos de aposentadoria dos Excelentíssimos Senhores Desembargadores **Wilson Augusto do Nascimento e João Eduardo Souza Varella**.

IX - PREENCHIMENTO DE CARGOS VAGOS NO TRE

1. Preenchimento de cargo de Juiz Efetivo, categoria Desembargador
2. Preenchimento de cargo de Juiz Efetivo, categoria Desembargador
3. Preenchimento de cargo de Juiz Substituto, categoria Desembargador
4. Preenchimento de cargo de Juiz Substituto, categoria Desembargador

X – CERTIDÕES REFERENTES À MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA CATARINENSE

- Foram providenciadas **168 (cento e sessenta e oito)** certidões referentes à movimentação na carreira da magistratura catarinense.

XI - CERTIDÕES E DECLARAÇÕES FUNCIONAIS FORNECIDAS

- Foram fornecidas **75 (setenta e cinco)** certidões e **10 (dez)** declarações funcionais de interesse dos magistrados.

XII - EDITAIS

- Foram abertos **76 (setenta e seis)** editais para provimento de cargos na Justiça de Primeiro e Segundo Grau do Estado.

XIII - PAUTAS ADMINISTRATIVAS DO TRIBUNAL PLENO

- Foram elaboradas **22 (vinte e duas)** pautas administrativas e **13 (treze)** aditamentos da pauta do Tribunal Pleno.

COORDENADORIA DE EXECUÇÃO PENAL E DA INFÂNCIA E JUVENTUDE – CEPIJ

Coordenador: Juiz Alexandre Karazawa Takaschima

Secretário: Antônio Julião da Silva

Núcleo Operacional da Execução Penal

Servidores: Adriana Kátia Ternes Moresco (assistente social), Cibelene Piazza, Fernando Tubs, Maria da Graça Vieira da Silva, Rafael Silva Rodrigues, Thânia Mara Luz e Wânia Kamieski.

Grupo Operacional de Execução Penal: Juízes Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt, Denise Helena Schild de Oliveira, Flávio Luís Dell'Antônio, Geraldo Corrêa Bastos, Humberto Goulart da Silveira, Joarez Rusch, Luiz Eduardo Ribeiro Freyesleben, Marcelo Carlin e Maycon Rangel Favareto.

Núcleo Operacional da Infância e Juventude

Servidores: Mery Ann das Graças Furtado e Silva (secretária), Cristine Tuon Sposito, Eliedite Mattos Ávila e Lilian da Silva Domingues.

Grupo Operacional da Infância e Juventude: Juízes Álvaro Pereira de Andrade, Ana Cristina Borba Alves, Ana Paula Amaro da Silveira, Brigitte Remor de Souza May, Carlos Roberto da Silva, Edison Zimmer, Ermínio Amarildo Darold, Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto, Giancarlo Bremer Nones, Luiz Neri de Souza, Rodrigo Pereira Antunes, Rudson Marcos, Sérgio Luiz Junkes e Sônia Maria Moroso.

1. Mutirões Carcerários

COMARCA	MÊS	DIAS
Jaraguá do Sul	Fevereiro	21 a 25
São Fco do Sul	Fevereiro	21 a 25
Mafra	Abril	11 a 16
Canoinhas	Abril	11 a 16
Rio Negrinho	Abril	11 a 16
Mutirão do CNJ em Santa Catarina com a participação de magistrados e servidores do Estado, sob coordenação conjunta do CNJ e da CEPIJ	Junho e Julho	Dos dias 13 de junho a 13 de julho

2. Inspeções nos Centros de Internações Provisórias (CIPs) e Centros Educacionais Regionais (CERs)

COMARCA	MÊS	DIAS
Região norte	Março	21 a 25
Região sul	Abril	02 a 08
Região da Grande Fpolis	Maio	09 a 13
Ituporanga	Maio	16
Rio do Sul	Maio	17

Capital	Maio	18 e 19
Região Oeste e Extremo-Oeste	Julho	04 a 08
Região Oeste	Agosto	01 a 05
Visita programas de acolhimento	Setembro	27 a 30
Visita programas de acolhimento	Outubro	04 a 07

3. Compromissos do coordenador pela CEPIJ e Corregedoria-Geral da Justiça

MÊS DE FEVEREIRO

ATA	LOCAL	MOTIVO
6	Fpolis	Reunião sobre a criação do Núcleo da Infância e Juventude.
8	Fpolis	Reunião com a Defensoria pública da União. Finalização do mutirão carcerário na Vep da Capital.
0	São José	Reunião no Fórum de São José sobre segurança no prédio do Fórum.
4	Fpolis	Reunião sobre a Central Penas Alternativas na Secretaria de Segurança Pública.
5	Fpolis	Reunião para a criação da Comissão Permanente de Segurança dos magistrados colocados em situação de risco.
1 a 25	Jaraguá do Sul e São Fco do Sul	Mutirão carcerário.
8	Fpolis	Reunião do Núcleo Operacional da Infância e Juventude.

MÊS DE MARÇO

DATA	LOCAL	MOTIVO
01	Fpolis	Reunião com o Juiz Marcelo Carlin sobre Projeto Começar de Novo.
03	Fpolis	Reunião sobre adoção no gabinete do Presidente da ALESC juntamente com o vice-presidente do grupo RBS.
04	Fpolis	Reunião: 1) na ASPLAN sobre PPA; e 2) com juízes da Comarca de Curitibanos, com juiz Odson Cardoso Filho.
09	Fpolis	Reunião sobre o CREPE Execução Penal na CGinfo.
15	Fpolis	Reunião sobre o Projeto Começar de Novo.
16	Fpolis	Apresentação do Projeto Medida Justa do CNJ no Tribunal Pleno.
21 a 25	Região Norte	Visitas aos programas de acolhimento da Região Norte
22	Fpolis	Reunião sobre videoconferência, com CGInfo, CGJ, Deap e Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania.
28	Fpolis	Reunião de planejamento estratégico do núcleo operacional da infância e juventude.
29	Tubarão e Laguna	Viagem com Cel. Moreira aos Fóruns de Laguna e Tubarão. Comissão segurança magistrados.
31	Fpolis	1) Oitiva dos adolescentes N. M. C. A.; J. A. de S.; D. A. J. N.; L. M. S. T. na sala de audiências da 4ª vara criminal por supostas agressões sofridas no PLIAT. 2) Reunião sobre o plano de gestão das varas criminais do CNJ para avaliar ajuste no SAJ para atender prazos de andamento ações penais. Processo 374673-2010.9.

MÊS DE ABRIL

DATA	LOCAL	MOTIVO
02 a 08	Região Sul	Visitas aos programas de acolhimento da região sul
11 a 15	Mafra, Rio Negrinho e Caçador	Mutirão carcerário.
14	Fpolis	Iº Simpósio sobre Socioeducação no Poder Judiciário.
15	Fpolis	1) Reunião no PLIAT; 2) Reunião sobre o CREPE de Execução Penal.
18	Fpolis	Plano de gestão do CNJ para funcionamento das varas criminais e de execução penal (371359-2010.8).
19	Fpolis	Formatação do curso para capacitação de magistrados e servidores das varas da infância e juventude (Processo n. 398894-2010.5 – Projeto Medida Justa do CNJ).
26	Fpolis	1) Palestra no CESUSC (Evento do Centro Acadêmico de Direito); 2) Reunião com os dois núcleos operacionais para definir atribuições
27	Brasília	Reunião ENASP.
28	Fpolis	Reunião no Tribunal de Contas do Estado.
29	São Pedro de Alcântara	Inspeção da Penitenciária de São Pedro de Alcântara.

MÊS DE MAIO

DATA	LOCAL	MOTIVO
02	Itajaí	Apresentação do projeto piloto Maria da Penha (Juíza Sônia Maria Moroso).
06	Fpolis	1) Reunião sobre Provimento n. 12 do CNJ; 2) Reunião de definições de rotinas do CREPE de execução penal.
09 a 13	Fpolis	Visitas aos programas de acolhimento da Grande Fpolis.
10	Fpolis	Reunião preparatória do Iº mutirão carcerário do CNJ.
11	Tubarão	Reunião da comissão de segurança dos magistrados.
12	Laguna e Lages	Reunião da comissão de segurança dos magistrados.
13	Itajaí	Apresentação do programa Maria da Penha (Juíza Sônia Maria Moroso).
16	Ituporanga	Visita instituições de acolhimento.
17	Rio do Sul	Visita instituições de acolhimento e reunião na ASPLAN sobre competência das unidades de São Miguel Oeste, Xanxerê e Caçador
18	Capital	Visita instituições de acolhimento e reunião na CGJ sobre o mutirão carcerário do CNJ.
19	Capital	Visita instituições de acolhimento e curso de teoria e prática sobre Execução Penal do Projeto de Extensão Atrás das Grades. Faculdade Estácio de Sá.
20	Capital	Reunião na secretaria de Estado de justiça e cidadania e reunião na CGJ sobre o Provimento n. 12 do CNJ.
23	Capital	Lançamento da Campanha Estadual pela Adoção na ALESC e reunião do núcleo operacional da infância e juventude.
24	Capital	Reunião do Provita na secretaria de Estado da segurança pública.
26 e 27	Blumenau	V Encontro Estadual de Conselhos da Comunidade.

30	Capital	Palestra na OAB para a Associação dos Advogados Criminalistas de SC.
31	Capital	Reunião com técnicos do PLIAT; Reunião junto à assessoria de relações públicas (abertura do mutirão carcerário do CNJ; e, participação no programa Conversas Cruzada

MÊS DE JUNHO

DATA	LOCAL	MOTIVO
07	Justiça Federal da Capital	Reunião com Juiz Federal Dr. Carmona.
13	São Pedro de Alcântara e Capital	Inspeção na Penitenciária de São Pedro de Alcântara e Abertura do Mutirão Carcerário do CNJ no Tribunal Pleno.
14	Capital	Reunião na ASPLAN sobre definição de competência de varas.
16	Capital	Reunião do Provita no auditório da PGJ
17	Capital	Seminário regional de formação de Conselheiros Tutelares na OAB.
20	Capital	Audiência Pública "Saúde Mental", na Procuradoria-Geral da República em Brasília-DF.
21	Capital	Reunião na ASPLAN sobre definição de competência de varas.
27	Capital	Reunião do núcleo operacional da infância e juventude e Semana de Direitos Humanos: "Saúde e Combate à Tortura em SC". Auditório da OAB
28	Capital	Reunião com técnicos do PLIAT; Reunião na PGJ com a promotora de justiça Drª Priscila do Centro Operacional da Infância e Juventude; Semana de Direitos Humanos: "Saúde e Combate à Tortura em SC". Auditório da OAB; e, Reunião sobre videoconferência (audiência no crime) com a secretaria de Estado da justiça e cidadania.
29 e 30	Rio Grande do Sul (Santo Ângelo)	Visita a projetos desenvolvidos pelo CEDEDICA na área da socioeducação.

MÊS DE JULHO

DATA	LOCAL	MOTIVO
01	Rio Grande do Sul (Santo Ângelo)	Visita a projetos desenvolvidos pelo CEDEDICA na área da socioeducação.
04 a 08	Região oeste e extremo-oeste de SC	Visitas aos programas de acolhimento.
14	Capital	Reunião com a DEAP sobre transporte de PEC's (Autos n. 411963-2011.0)
26	Capital	Reunião com Técnicos do PLIAT.
27	Brasília-DF	Reunião ENASP.
28	Capital	Reunião na Polícia Federal.

MÊS DE AGOSTO

DATA	LOCAL	MOTIVO
01 a 05	Região oeste do Estado.	Visita aos programas de acolhimento da região oeste.
03 a 05	Capital	Curso sobre Justiça Restaurativa na academia judicial.
08	Capital	Reunião com o Sindicato dos Oficiais da Justiça sobre o cumprimento de mandados de prisão e reunião com a DGJ e Programa de Implantação e Serviços Judiciários sobre o Projeto de Revitalização da Vep da Capital.
09	Capital	Visita à penitenciária da Capital (SENAI: Curso capacitação).
1	Capital	Reunião sobre definição das novas competências (ASPLAN)
5	Capital	Curso de formação de multiplicadores na area de socioeducação.
6	Capital	Reunião com oficiais da infância e juventude (mandado de prisão); Reunião na Vep da Capital (Força Tarefa); Entrevista sobre ECA (assessoria imprensa TJ); e reunião com o conselho de saúde no Sistema Prisional e DEAP.
8	Capital	Reunião sobre o sistema IPEN (Academia judicial) e reunião na Vep Capital (Projeto de reestruturação da Vep).
24	Capital	Reunião com o conselho estadual de educação e reunião sobre o PPCAM.
25	Capital	Reunião sobre transporte de PECs.
28	Capital	IX Encontro Catarinense de Saúde Mental (Centro de Eventos da UFSC).
29	Capital	Reunião com técnicos do PLIAT.
30 e 31	Joinville	Encontro Estadual de Grupos de Apoio à Adoção e Fórum de juízes, promotores e técnicos do poder judiciário.

MÊS DE SETEMBRO

DATA	LOCAL	MOTIVO
01 e 02	Joinville	Encontro Estadual de Grupos de Apoio à Adoção e Fórum de juízes, promotores e técnicos do poder judiciário.
05 e 06	São Paulo	Evento sobre o Projeto Começar de Novo do CNJ na FIESP.
08	Capital	Oficina sobre direitos e deveres da mulher presa (presídio feminino da Capital) e reunião junto à CGJ sobre bens apreendidos e armas de fogo.
12 a 16	Turim/Itália	Congresso sobre Direito Humanos e Sistema Penitenciário.
20	Capital	Reunião sobre alteração da lei municipal que cria o Conselho Municipal.
21	Capital	Reunião sobre IPEN (Academia judicial).
22	Capital	Reunião sobre a orientação 33 da CGJ (Processo 381560-2010.9).
26	Brasília-DF	Reunião ordinária do CNPCP-MJ.
27 a 30		Visita aos programas de acolhimento.

MÊS DE OUTUBRO

DATA	LOCAL	MOTIVO
04 a 07		Visita aos programas de acolhimento.

0	Capital	Reunião sobre o plano operativo de saúde do sistema prisional; Reunião na secretaria de Estado da justiça e cidadania sobre o regime semiaberto e aberto de Chapecó; e participação no programa conversas cruzadas da TVCom sobre ressocialização de presos.
8 a 21		Visita aos programas de acolhimento.
24	Capital	Reunião com promotores de justiça do centro operacional da infância e juventude da PGJ sobre ação civil pública.
25	Capital	Reunião com técnicos do PLIAT.
26 e 27	Brasília-DF	Primeiro curso de treinamento para magistrados do CNJ na academia da Polícia Federal.
31	Capital	Reunião do núcleo operacional da infância e juventude.

MÊS DE NOVEMBRO

DATA	LOCAL	MOTIVO
0 e 11	Blumenau	Inspeção da penitenciária de Blumenau.
6	Capital	Reunião sobre transporte de presos para as audiências e reunião sobre videoconferência.
8	Itajaí e Capital	Reunião com prefeito municipal sobre as instituições de acolhimento (Itajaí). Reunião de avaliação da Campanha "Pai Legal" (Fpolis)
21	Lages	Reunião no presídio.
22 a 25	Cuiabá-MT	IIIº FONAVID (Fórum Nacional de Violência Doméstica contra a Mulher)
24	Capital	Iº Encontro das Instituições Parceiras da Central de Penas Alternativas de Fpolis, na Alesc.
28	Capital	Palestra com o tema "Relações Humanas e Afeto", no Iº Encontro Interno do Sistema Socioeducativo, no auditório da Procuradoria-Geral do Ministério Público.
29	Capital	Reunião com técnicos do PLIAT

MÊS DE DEZEMBRO

DATA	LOCAL	MOTIVO
01	Capital	Reunião PaiPJ
02	Lages e Itajaí	Reunião nos presídios
05	Capital	Debate sobre a redução da menoridade penal na Alesc
06	Capital	Reunião com a Pastoral Carcerária/Apac

4. Processos administrativos autuados referentes ao núcleo operacional da execução penal: 87

NÚMERO	ASSUNTO
428124-2011.1	REFORMA DAS CELAS DA CARCERAGEM JUNTO AO FÓRUM DA CAPITAL (ITEM 13 DO RELATÁRIO FINAL DO MUTIRÃO CARCERÁRIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA)

426658-2011.7	ATUAÇÃO DO PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS JUDICIÁRIOS NA VARA DE EXECUÇÃO PENAL DA COMARCA DA CAPITAL
423566-2011.5	PROJETO DE ROTINA CARTORARIA PARA VARA DE EXECUÇÃO PENAL DA CAPITAL
423565-2011.7	ESCLARECIMENTOS UNIDADE PRISIONAL AVANÇADA DE VIDEIRA
415387-2011.1	PROCESSO CGJ Nº 368279-2010.0 - PAGAMENTO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS AOS SERVIDORES QUE ATUARAM NO MUTIRÃO CARCERÁRIO DE CHAPECÓ
414638-2011.7	COMISSÃO DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS EM SITUAÇÃO DE RISCO - SEQUESTRO DE SERVIDORA DO FÓRUM DE IBIRAMA - COMUNICANTE: MAGISTRADO CLÁUDIO MÁRCIO ARECO JÚNIOR DA COMARCA DE IBIRAMA
411963-2011.0	CONSULTA SOBRE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA TRANSFERÊNCIA DE PRESOS, ART. 315 DO CNCGJ - REQUERENTE: DR. ELLESTON LISSANDRO CANALI, JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE TUBARÃO
411325-2011.0	DENÚNCIA DE SUPOSTAS AGRESSÕES A PRESOS NAS DEPENDÊNCIAS DA PENITENCIÁRIA SUL, EM CRICIÚMA - REQUERENTE RODOLPHO PINTO DA LUZ
410683-2011.0	CARTÓRIO REMOTO DE EXECUÇÃO PENAL - FORÇA TAREFA PARA 2ª VARA CRIMINAL DE CRICIÚMA
409204-2011.0	SEGURANÇA INSTITUCIONAL DOS MAGISTRADOS - REQUERENTE: MAGISTRADA GRAZIELA SHIZUIHO ALCHINI DA COMARCA DE ITUPORANGA
409067-2011.5	SEGURANÇA INSTITUCIONAL DOS MAGISTRADOS - REQUERENTE: JUIZ MAURÍCIO FABIANO MORTARI DA COMARCA DE LAGUNA
409064-2011.0	AUTOS Nº 064.11.000172-2 (1ª VARA CRIMINAL DE SÃO JOSÉ) - AUTOR: MPSC - ACUSADO: LEANDRO JUNIOR DE ANDRADE E OUTROS - REQUERENTE: JUIZ MARCELO CARLIN
409063-2011.2	MUTIRÃO CARCERÁRIO NA COMARCA DE CAÇADOR DE 11 A 15 DE ABRIL DE 2011
408686-2011.4	COMISSÃO DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS - JUÍZA JOANA RIBEIRO ZIMMER
408033-2011.5	MUTIRÃO CARCERÁRIO DA COMARCA DE PORTO UNIÃO
408032-2011.7	SEGURANÇA INSTITUCIONAL DOS MAGISTRADOS - JUIZ MAURO FERRANDIN
407924-2011.8	REGRAS DA ONU COM RELAÇÃO AS MULHERES PRESAS
406599-2011.9	MUTIRÕES CARCERÁRIOS - PROPOSTA DE MINUTA PARA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MUTIRÃO CARCERÁRIO NO ESTADO
406598-2011.0	DESTINAÇÃO DE LAPTOPS COM INTERNET 3G PARA A CEPIJ
406394-2011.5	CERTIDÕES DO MUTIRÃO CARCERÁRIO DA COMARCA DE LAGES - 2010 PROCESSO Nº 368280-2010.3
406393-2011.7	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO NÚCLEO DE EXECUÇÃO PENAL DA CEPIJ
406392-2011.9	CERTIDÕES DO MUTIRÃO CARCERÁRIO DA COMARCA DE BLUMENAU - 2010 - PROCESSO Nº 368282-2010.0
405421-2011.0	REUNIÃO SOBRE O PROJETO COMEÇAR DE NOVO DO CNJ, A REALIZAR-SE NO DIA 24/02/2011 - INDICAÇÃO DO MAGISTRADO DR MARCELO CARLIM
405106-2011.8	RELATÓRIO DE INSPEÇÃO REALIZADA PELO CNJ NAS COMARCAS DE BLUMENAU E JOINVILLE - PROCESSO CNJ 08037-000018/2011-67
405104-2011.1	PROJETO PARA CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE DIREITO E MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA NA MODALIDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE - AUTOR JUIZ FLÁVIO LUIZ DELL ANTÔNIO

405085-2011.1	CONVENÇÃO INTERAMERICANA SOBRE O CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS PENAIS NO EXTERIOR
404986-2011.1	CONVÊNIO PARA "IMPLANTAÇÃO DA CENTRAL DE MONITORAMENTO DAS PENAS ALTERNATIVAS" NA COMARCA DE LAGUNA - CONVÊNIO SICONV Nº 751956/2010 (DEPEN/MJ Nº 137/2010), CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E A ACUSTRA
404940-2011.3	READEQUAÇÃO DA ESTRUTURA FUNCIONAL DA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ITAJAÍ, EM RAZÃO DA INAUGURAÇÃO DO COMPLEXO PRISIONAL DA COMARCA - REQUERENTE: DR LUIS FRANCISCO DELPIZZO MIRANDA
404938-2011.1	PROJETO "CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO (LATO SENSU) EM GESTÃO PENITENCIÁRIA" - CONVÊNIO SICONV Nº 750534/2010 (DEPEN/MJ Nº 118/2010) - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO
404506-2011.8	PROGRAMA DE ATENÇÃO AO PACIENTE JUDICIÁRIO PORTADOR DE SOFRIMENTO MENTAL (PAI-PJ) - MODELO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
404505-2011.0	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE - PRESTADOR DO SERVIÇO VITIMADO DURANTE A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO - RESPONSABILIDADE - CONSULTA FORMULADA PELO MAGISTRADO CLÁUDIO BARBOSA FONTES FILHO (COMARCA DE VIDEIIRA)
404504-2011.1	SEGURANÇA DO PRÉDIO DO FÓRUM DA COMARCA DE SÃO JOSÉ
403386-2011.8	RELATÓRIO DE INSPEÇÃO NA UPA DE CAPINZAL AO MINISTÉRIO PÚBLICO
403366-2011.3	SEGURANÇA NOS FÓRUNS
403365-2011.5	LEI COMPLEMENTAR Nº 529/2011 - APROVA O REGIMENTO INTERNO DOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS DE SANTA CATARINA
402474-2011.5	ATESTADO DE PENA A CUMPRIR
402164-2011.9	SEMINÁRIO SOBRE TORTURA E VIOLÊNCIA
402151-2011.7	CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PARA MAGISTRADOS E SERVIDORES DE VARAS DE EXECUÇÃO PENAL
401754-2011.4	PROJETO SOBRE MEDIDAS DE SEGURANÇA
401737-2011.4	LEI Nº 12.313 DE 19 DE AGOSTO DE 2010 - PREVÊ ASSISTÊNCIA JURÍDICA AO PRESO DENTRO DO PRESÍDIO E ATRIBUI COMPETÊNCIAS À DEFENSORIA PÚBLICA
401607-2011.6	ASSISTÊNCIA PSICOLÓGICA À GESTANTE E A MÃE (ART 8º, § 4º DA ECA)
400825-2011.1	TRANSFERÊNCIA DE PRESOS PROVISÓRIOS SEM COMUNICAÇÃO AO JUÍZO COMPETENTE
400486-2011.8	CONVÊNIO - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E ESTADO DE SANTA CATARINA - PROJETO "CAPACITAÇÃO PARA OPERADORES DA EXECUÇÃO PENAL
400404-2011.3	CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - WORKSHOP DE BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO DA EXECUÇÃO PENAL
434532-2011.0	CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA (CNPCP) - CALENDÁRIO DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS
434531-2011.2	FREQUÊNCIA AO CAPS (CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL). NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE CÓPIA DO LAUDO DE CESSAÇÃO DE PERICULOSIDADE. DIREÇÃO DO HCTP.
433978-2011.9	INEXISTÊNCIA DE CADEIA PÚBLICA NA COMARCA DE RIO NEGRINHO PARA MANTER A CUSTÓDIA DE PRESOS - COMUNICANTE: JUIZ GUILHERME MATTEI BORSOI
432710-2011.1	PROJETO MÓDULO DE REGISTRO DO TJGO - VISITA DA EQUIPE DA CEPIJ NOS DIAS 21 A 23 DE SETEMBRO DE 2011
430752-2011.6	COMISSÃO DE SEGURANÇA DE MAGISTRADOS. SOLICITANTE: JUIZ JULIANO SERPA - COMARCA DE ANITA GARIBALDI

430665-2011.1	PEDIDO PARA AUTORIZAR REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO "VARREDURA" E RASTREAMENTO DE APARELHOS CELULARES NO INTERIOR DOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS QUE RELACIONA - REQUERENTE: DEAP
430664-2011.3	PEDIDO DE MANIFESTAÇÃO QUANTO A POSSIBILIDADE DE NORMATIZAR O INGRESSO E SAÍDA DE CORRESPONDÊNCIA DOS REEDUCANDOS DENTRO DOS ESTABELICIMENTOS PRISIONAIS -
429661-2011.3	DENÚNCIA CONTRA O PRESÍDIO REGIONAL DE JOINVILLE EM QUE É DENUNCIANTE O CONSELHO DA COMUNIDADE DE JOINVILLE
429660-2011.5	COMISSÃO DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS - REQUERENTE: JUÍZA DE DIREITO NAIARA BRANCHER DA COMARCA DE IMBITUBA
429659-2011.1	CONSULTA ACERCA DA LEGALIDADE DO CADASTRAMENTO NO SISTEMA DE INDENTIFICAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PENAL (IPEN) DE MENORES VISITANTES, FILHOS DE DETENTOS - CONSULANTE: DEAP
429028-2011.3	SEGURANÇA NAS SESSÕES DO TRIBUNAL DO JÚRI DA CAPITAL
429027-2011.5	SOLICITAÇÃO DE LAPTOPS E TELEFONES CELULARES PARA OS NÚCLEOS OPERACIONAIS DA CEPIJ (EXECUÇÃO PENAL E INFÂNCIA E JUVENTUDE)
429026-2011.7	COMISSÃO DE SEGURANÇA DE MAGISTRADOS - INVASÃO DO FÓRUM DE RIO DO CAMPO - COMUNICANTE JUIZ MONANI MENINE PEREIRA
428519-2011.0	SINDICATO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA - CUMPRIMENTO DE ATOS JUDICIAIS DE CUNHO COERCITIVO - REIVINDICAÇÕES QUANTO AOS PROCEDIMENTOS PARA CUMPRIMENTO
428338-2011.4	COMISSÃO DE SEGURANÇA DE MAGISTRADOS - PEDIDO DE MELHORIA DA SEGURANÇA DO PRÉDIO DO FÓRUM DE LEBON RÉGIS - REQUERENTE JUÍZA LÍVIA FRANCIO ROCHA COBALCHINI
424652-2011.7	LEVANTAMENTO JUNTO ÀS COMARCAS DO QUANTITATIVO DE ARMAS DE FOGO, ARMAS BRANCAS, ACESSÓRIOS E MUNIÇÕES
424489-2011.3	TRANSFERÊNCIA DO REEDUCANDO EDUARDO PADILHA ROSA PARA A COMARCA DE LAGES
424488-2011.5	VISTORIA REALIZADA PELA COMISSÃO CATARINENSE DE COMBATE A TORTURA
424487-2011.7	INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO PARA LEVANTAMENTO E APURAÇÃO DE ABUSO DE AUTORIDADE, TORTURA E QUALQUER TIPO DE VIOLÊNCIA CONTRA PRESOS NO ESTADO DE SC
424486-2011.9	TRANSFERÊNCIA DO REEDUCANDO LEANDRO JUNIOR DE ANDRADE PARA O "SEGURO", DO COMPLEXO PENITENCIÁRIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
424475-2011.3	CONVOCAÇÃO DE SERVIDORES PARA AUXILIAR NOS TRABALHOS DO CARTÓRIO REMOTO DA EXECUÇÃO PENAL – CREPEX
424159-2011.2	DENÚNCIA FORMULADA PELO REEDUCANDO OSVALDO SÍLVIO BARBOSA
422330-2011.6	CAMPANHA INSTITUCIONAL - " CRACK, NEM PENSAR" - CNJ - OFICIO-CIRCULAR N. 334/GP – DMF
422328-2011.4	ENCONTRO NACIONAL DO ENCARCERAMENTO FEMININO - CNJ - DIA 29 DE JUNHO DE 2011
422326-2011.8	AUDIÊNCIA PÚBLICA " SAÚDE MENTAL: A EXECUÇÃO DE MEDIDAS DE SEGURANÇA E A APLICAÇÃO DA LEI 10.216/2011 NO SISTEMA PENITENCIÁRIO NACIONAL" - MPF- DIA 20/06/2011
422324-2011.1	INCINERAÇÃO DE MATERIAL DE CONTRAPROVA - DIA 26 DE JUNHO DE 2011- DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
421929-2011.5	APRESENTAÇÃO DO PROJETO APAC (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AO CONDENADO) DO TJMG PELA DESª JANE DA SILVA
420765-2011.3	CONSELHO DA COMUNIDADE DA COMARCA DE CAMPO BELO DO SUL - DÚVIDAS - REQUERENTE JUIZ ANDRÉ MILANI
418598-2011.6	COMISSÃO DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS - PEDIDO DE ESCOLTA POLICIAL - REQUERENTE DRª NAYANA SCHERER

416372-2011.9	CRIAÇÃO DE VARA DE INQUÉRITOS PARA A REGIÃO METROPOLITANA DA CAPITAL
416067-2011.3	INSPEÇÃO NOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS DA GRANDRE FLORIANÓPOLIS
416005-2011.3	PROPOSTA PARA TRABALHO CONJUNTO ENTRE SETORES DE ENGENHARIA DA SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA E DESTE TRIBUNAL PARA DIAGNÓSTICO DOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS E DOS DESTINADOS AOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI
415907-2011.1	CARDÁPIO DIÁRIO PARA ALIMENTAÇÃO DOS PRESOS – PROPOSTA
415481-2011.9	1º MUTIRÃO CARCERÁRIO DO CNJ EM SANTA CATARINA E CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PARA MAGISTRADOS E SERVIDORES DE VARA DE EXECUÇÃO PENAL, NOS DIAS 18 A 20/05/2011 NA REGIÃO SUL
413852-2011.0	DENÚNCIA DE IRREGULARIDADES NO PRESÍDIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA - DENUNCIANTES: SIDINEI BENITZ, CÉLIA ARLETE DUARTE, ÂNGELA MARIA DE OLIVEIRA E ADOLFO VAZ DA SILVA (PAIS DE DETENTOS)
413266-2011.1	ACESSO AO SISTEMA DO IPEN - REQUERENTE: JUIZ DE DIREITO EDSON MARCOS DE MENDONÇA DA COMARCA DE BLUMENAU
413265-2011.3	COMISSÃO DE SEGURANÇA DE MAGISTRADOS - REQUERENTE: JUÍZA DE DIREITO E DIRETORA DO FORO ELIANE ALFREDO CARDOSO LUIZ DA COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL
439411-2011.9	ESCOLTA DE PRESOS PARA AUDIÊNCIAS – COMPETÊNCIA
437919-2011.5	DOAÇÃO DE COMPUTADORES PARA A ESCOLA DO COMPLEXO PENITENCIÁRIO DE FPOLIS
437918-2011.7	PRIMEIRO CURSO DE TREINAMENTO PARA MAGISTRADOS DO CNJ. ACADEMIA DA POLÍCIA FEDERAL EM BRASÍLIA - DF. DIAS 26 A 28 DE OUTUBRO DE 2011
437125-2011.9	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SÃO DIMAS (ASDBEDIM) - SOLICITAÇÃO DE APOIO FINANCEIRO PARA EMPREENDER VIAGEM AO ESTADO DE MINAS GERAIS PARA CONHECER O PROJETO APAC (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS
437123-2011.2	PRESÍDIO REGIONAL DE BLUMENAU - DENÚNCIA DE REBELIÃO - COMUNICANTE: LARISSA ZEFERINO
437088-2011.0	COMISSÃO DE SEGURANÇA DE MAGISTRADOS. SEGURANÇA NA SESSÃO DO JÚRI DO DIA 25/10. REQUERENTE: JUIZ GUY ESTEVÃO BERKENBROCK DA COMARCA DE ARAQUARI

5. Processos administrativos autuados referentes ao núcleo operacional da infância e juventude: 35

NÚMERO	ASSUNTO
432802-2011.7	SOLICITAÇÃO DE CRIAÇÃO DE NOVOS CARGOS DE ASSISTENTE SOCIAL E PSICÓLOGO
432056-2011.5	CONSULTA SOBRE CUMPRIMENTO DE MANDADOS DE APREENSÃO DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI
426027-2011.9	OFÍCIO Nº 067/2011 - ENVIO DE CÓPIA DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS E SENTENÇAS
423589-2011.4	SOLICITAÇÃO DE DESMEMBRAMENTO DA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA CAPITAL
420596-2011.0	SOLICITAÇÃO DE VAGAS EM CIPS E CERS
417924-2011.2	XIX ENTRO NACIONAL DE GRUPOS DE ESTUDOS E APOIO À ADOÇÃO - ENAPA, A REALIZAR-SE NO PERÍODO DE 02 A 04/06/2011 EM CURITIBA

416687-2011.6	REGULAMENTAÇÃO - AUTORIZAÇÃO - ALVARÁ JUDICIAL - TRABALHO - ADOLESCENTE - LIMITE CONSTITUCIONAL - ART. 7, XXXIII, CF/88 - PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0005958-45.2010.2.00.0000
416105-2011.0	COLOCAÇÃO DE GRADE DE PROTEÇÃO DE UM DOS VEÍCULOS OFICIAIS DO FÓRUM DE JOINVILLE - REQUERENTE: OFICIAIS DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA
439336-2011.8	CUSTEIO PARA PARTICIPAÇÃO SERVIDORA MARIA EDUARDA KALAFATÁS DE AMORIM NO SEMINÁRIO DE JUSTIÇA RESTAURATIVA, QUE SERÁ REALIZADO NOS DIAS 10 E 11 DE NOVEMBRO DE NA CIDADE DE FORTALEZA/CE
437122-2011.4	SOLICITAÇÃO DE REUNIÃO EMERGENCIAL PARA TRATAR DO AUMENTO DOS CRIMES PRATICADOS EM FLORIANÓPOLIS POR ADOLESCENTES INFRATORES (OFÍCIO Nº 3081/GABS/SSP/2011)
436974-2011.2	PROJETO DE LEI QUE VISA ALTERAR ARTIGOS DA LEI MUNICIPAL Nº 4283/1993, QUE DISPÕE DA CRIAÇÃO DOS CONSELHOS TUTELARES
435161-2011.4	CUSTEIO PARA PARTICIPAÇÃO NO 3º ENCONTRO NACIONAL DE JUÍZES DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE A SER REALIZADO NO PERÍODO DE 19 A 21/10/2011, EM BRASÍLIA/DF
421442-2011.0	OFÍCIO Nº 015/2011 - PROPOSTA DE RESOLUÇÃO PARA CISÃO DA COORDENADORIA DE EXECUÇÃO PENAL E INFÂNCIA E JUVENTUDE - CEPIJ, COM A CRIAÇÃO DE COORDENADORIAS ESPECÍFICAS PARA CADA UMA DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO
411962-2011.2	PLIAT - INVESTIGAÇÃO DE SUPOSTAS AGRESSÕES CONTRA ADOLESCENTES
411526-2011.0	OFÍCIO CIRCULAR Nº 045/COMAJC DO CNJ - PROJETO "CULTURA E PRÁTICAS NÃO REVITIMIZANTES" - CARTOGRAFIA NACIONAL DAS EXPERIÊNCIAS ALTERNATIVAS DE TOMADA DE DEPOIMENTO ESPECIAL DE CRIÂNÇAS E ADOLESCENTES EM PROCESSOS JUDICIAIS NO BRASIL
408709-2011.7	RELATÓRIO FINAL Nº 3 DE 2010, DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO QUE APURA A UTILIZAÇÃO DA INTERNET NA PRÁTICA DE CRIMES DE "PEDOFILIA", BEM COMO A RELAÇÃO DESSES CRIMES COM O CRIME ORGANIZADO – PROVIDÊNCIAS
407941-2011.8	ATRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIA EM VARA RESPECTIVA QUANTO AOS CRIMES DE VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE
406998-2011.6	I SIMPÓSIO SOBRE SOCIOEDUCAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA
405615-2011.9	CONSULTA SOBRE INTERNAÇÃO PARA EXAMES TOXICOLÓGICOS E DE SANIDADE MENTAL EM MENORES INFRATORES - REQUERENTE: ANALISTA JRÍDICA RITA GOBBATO ZAMBOTTI (2ª VARA DA COMARCA DE CAMBORIÚ)
405206-2011.4	SOLICITA DUAS ASSISTENTES SOCIAIS E DOIS ANALISTAS JURÍDICOS
405105-2011.0	CURSO PARA OS NOVOS OFICIAIS DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
404987-2011.0	QUADRO DE SERVIDORES DO FUTURO NÚCLEO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
405082-2011.7	PEDIDO DE VAGA PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTE - REQUERENTE JUÍZA ANA PAULA AMARO DA SILVEIRA
404941-2011.1	APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DO PROJETO MEDIDA JUSTA DO CNJ AOS EXM° SENHORES DESEMBARGADORES DESTE TRIBUNAL NA SESSÃO DO TRIBUNAL PLENO DO PRÓXIMO DIA 16 DE MARÇO PELO DES REINALDO CINTRA TORRES DE CARVALHOS
404728-2011.1	PROGRAMA DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE (PPCAAM) - INCLUSÃO DO ADOLESCENTE EDUARDO MAURÍCIO PEREIRA - REQUERENTE JUIZ GIANCARLO BREMER NONES
404056-2011.2	PROJETO PILOTO VISANDO A CRIAÇÃO DE UMA VARA CRIMINAL ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, NOS MOLDES DO ESTADO DO RIO GRANDRE DO SUL - PROPONENTE: JUÍZA BRIGITTE REMOR DE SOUZA MAY

402308-2011.0	PERMANÊNCIA DE ADOLESCENTES INFRATORES POR MAIS DE 05 DIAS NO PLIAT
402165-2011.7	APRESENTAÇÃO DO CENTRO SÓCIO EDUCATIVO SANTA CLARA – MG
401738-2011.2	REQUERIMENTO PARA INCLUSÃO DE CONTEÚDO NO PORTAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
401608-2011.4	OFÍCIO CIRCULAR Nº 001/CNJ/COR/2011 - INFORMAÇÕES RELATIVAS À INFÂNCIA E JUVENTUDE
401512-2011.6	PROGRAMA DE PROTEÇÃO A CRIÂNÇA E ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE - MODELO PARANÁ
428518-2011.2	CONSULTA SOBRE LEGALIDADE DA MUNICIPALIDADE MANTER PROGRAMAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE (PSC) E DE LIBERDADE ASSISTIDA (LA) - CONSULENTE ILENA DALLA COSTA MACHADO, CHEFE DE SECRETARIA DE FORO DE CONCÓRDIA
425883-2011.5	SOLICITAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS AO ADVOGADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
424474-2011.5	SEMINÁRIO NACIONAL DO PROGRAMA PREFEITURA AMIGO DA CRIANÇA
437126-2011.7	PROJETO SOCIOEDUCATIVO NA UPA DE SÃO JOAQUIM - CENTRO DE DIREITOS HUMANOS DE SÃO JOAQUIM

6. Processos administrativos autuados referentes ao núcleo operacional da das mulheres em situação de violência doméstica e familiar: 02

NÚMERO	ASSUNTO
439410-2011.0	CRIAÇÃO DE CARGOS DE ASSISTENTE SOCIAL E PSICÓLIGO PARA AS UNIDADES ESPECIALIZADAS EM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIA - REQUERENTE JUIZ DE DIREITO MAURÍCIO FABIANO MORTARI DA COMARCA DE TUBARÃO
437917-2011.9	ADVOGADO MARLON SOLICITA SEJA DEFERIDO PRISÃO DOMICILIAR PARA SEU CLIENTE QUE É PORTADOR DE HIV E TUBERCULOSE (AUTOS Nº 023.11.024040-8) - PLEITO INDEFERIDO PELA MAGISTRADA DA VARA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

7. Ofícios-Circulares relacionados à CEPIJ encaminhados pela Presidência: 03

Nº	ASSUNTO	DESTINATÁRIOS
01/2011	Internação para exames toxicológicos e de sanidade mental em menores infratores (Processo n. 405615-2011.9)	Magistrados com competência na área da infância e juventude
02/2011	Ofício 067/2011 DEASE. Remessa de cópia de decisões (Processo n. 42027-2011.9)	Magistrados com competência na área da infância e juventude
03/2011	Esclarecimento sobre a UPA de Videira (Processo n. 423565-2011.7)	Magistrados com competência na área da execução penal e corregedoria de presídios

8. Processos físicos da Corregedoria-Geral da Justiça relacionados à CEPIJ: 44

186, 145, 083, 141, 172, 129, 038, 084, 085, 087, 185, 020, 049, 173, 170, 065, 174, 032, 175, 135, 104, 128, 192, 103, 107, 046, 091, 034, 187, 144, 142, 191, 130, 031, 012, 029, 081, 127, 070, 080, 162, 042, 097 e 143.

9. Processos eletrônicos da Corregedoria-Geral da Justiça relacionados à CEPIJ: 428

9.1 Despachos em processos eletrônicos da Corregedoria-Geral da Justiça relacionados à CEPIJ: 906

9.2 Despachos em processos eletrônicos da Corregedoria-Geral da Justiça relacionados à CEPIJ: 192

10. Despachos e pareceres: 411

ASSESSORIA DE IMPRENSA

Ultrapassar o número de 1 milhão de acessos no espaço conhecido por "Notícias TJ", seja através da internet, seja por meio da intranet; e quebrar o recorde de tempo de exposição em mídia televisiva, com o programa Justiça Legal, exibido por quase 17 mil minutos ao longo de 2011. Esses foram marcos históricos para o desempenho da Assessoria de Imprensa do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Demonstração inequívoca de que estreitar relações com a sociedade é uma das preocupações do Poder Judiciário. A Assessoria de Imprensa do TJ, durante o ano de 2011, produziu e distribuiu entre os diversos órgãos de comunicação do Estado 2.435 informes oficiais, assim divididos: 2.085 *releases* (matérias jornalísticas) e 350 notas enviadas a colunas nas páginas dedicadas ao Judiciário nas mídias estadual e nacional. Neste ano, em média, registraram-se 9,74 informes produzidos em cada dia útil trabalhado, e um aproveitamento estimado em 90% de todo o material enviado às redações. A média de acessos diários em nosso campo de notícias na internet/intranet alcança a marca de 5 mil/dia – o que no total ultrapassa 1 milhão de acessos ao ano. Credita-se tal resultado ao esforço da equipe em desenvolver um trabalho sério e comprometido. Com alterações previstas para modernizar nosso site e ampliar o destaque para as notícias, é possível imaginar que esses números, em breve, serão facilmente suplantados.

Além disso, a Assessoria de Imprensa do TJSC realizou trabalho cotidiano de atendimento – por telefone ou mesmo pessoalmente – aos jornalistas interessados em obter informações do Judiciário Estadual. Por conta desta interface entre instituição e órgãos de comunicação, facilitamos entrevistas e reportagens com o presidente do TJ e demais integrantes desta Corte, a emissoras de rádio e televisão, inclusive representantes da mídia nacional. A Assessoria de Imprensa, no campo do jornalismo impresso, também providenciou o encaminhamento de dezenas de artigos de magistrados de 1º e 2º grau para publicação em jornais estaduais.

A elaboração diária da Resenha Eletrônica Informativa foi outro trabalho desenvolvido pela assessoria neste período, sempre com o objetivo de fornecer subsídios aos magistrados e servidores sobre fatos pertinentes ao Judiciário e a suas diversas interpretações pelos órgãos de comunicação do Estado e do país, disponibilizando essas informações via computador para toda a rede do Judiciário Estadual, com alcance de 3.000 terminais em todas as 111 comarcas de Santa Catarina. A assessoria manteve e administrou espaço nas páginas da intranet e internet, oferecendo aos públicos interno e externo informações atualizadas sobre decisões e acontecimentos do mundo judiciário, na seção "Notícias do TJ".

Tivemos ainda, ao longo do ano, a publicação do boletim eletrônico Veredicto, com 21 edições lançadas durante o período. Após reformulação em seu eixo editorial, o boletim passou a destacar também as pessoas que integram o Judiciário, responsáveis, em seu trabalho cotidiano – e muitas vezes anônimo –, pelo sucesso da instituição. Magistrados e servidores, na condição de personagens da história, passaram a contar o passado, o presente e o futuro do Judiciário catarinense. Todas as edições são também disponibilizadas na página do TJ na

intranet/internet. É um produto realizado inteiramente pelos profissionais lotados na Assessoria de Imprensa, com base em projeto gráfico elaborado pela Gráfica do TJ.

Em 2011, o Poder Judiciário de Santa Catarina também manteve – pelo sexto ano consecutivo - seu espaço na disputada grade da TV Justiça, emissora de TV a cabo do Supremo Tribunal Federal (STF), com alcance nacional, em que veiculou 48 programas inéditos e 96 reprises, num total de 4.320 minutos de exibição. No Estado, o TJ também manteve espaço na mídia eletrônica, em TV aberta, com a produção do programa Justiça Legal, veiculado semanalmente em rede estadual pelo SBT, com a supervisão da Assessoria de Comunicação Social do TJ e produção da DV-3 Produções – contratada por meio do devido processo licitatório. Foram 47 programas inéditos e uma reprise, num total de 1.440 minutos. O Justiça Legal, em continuação de convênio firmado com a Câmara de Vereadores de Florianópolis ainda em 2006, continuou na grade de programação da TV Câmara da Capital. Foram veiculados 48 programas inéditos e 96 reprises, num total de 4.320 minutos de exibição em canal fechado. Mantivemos, ainda, espaço na TV Câmara de São José, com três exibições semanais (uma inédita e duas reprises). Foram também 48 programas inéditos e 96 reprises, num total de 4.320 minutos. No ano que passou, expandimos a abrangência do programa com sua inserção nas grades da TV Legislativa, da Câmara de Vereadores de Blumenau, e na TV Floripa, ambas no sistema a cabo. Foram 36 programas inéditos e 48 reprises, com mais 2.520 minutos de exposição. Somando-se os tempos exibidos em todas as emissoras – abertas e a cabo -, o Justiça Legal ocupou espaço na mídia por 16.920 minutos ao longo deste ano. Esse número significa recorde absoluto de exposição do Justiça Legal desde sua criação, em 2001.

Ainda neste meio, a assessoria deu continuidade aos trabalhos de apoio à Rádio Justiça, mediante a produção de boletins e a marcação de entrevistas com magistrados catarinenses, para veiculação naquela emissora e aproveitamento no espaço dedicado ao Judiciário no programa Voz do Brasil. A Rádio Justiça, emissora administrada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), pode ser sintonizada no Estado através da internet. Em conjunto com esse importante projeto, a assessoria continuou em ação no trabalho cotidiano de cobertura dos eventos do TJ (Presidência, Academia Judicial, Coordenadoria de Juizados Especiais, etc.) e de instituições afins (universidades, PGJ, OAB/SC, etc.), na Capital e no interior do Estado; de acompanhamento de sessões dos órgãos julgadores do TJ; e de atendimento aos senhores magistrados (1º e 2º grau) e a servidores (notadamente diretores) na divulgação de realizações e projetos localizados.

Pelo conjunto de atividades desenvolvidas neste ano e sua inegável repercussão nos meios de comunicação em geral, a Assessoria de Imprensa considera ter contribuído para a divulgação dos principais atos do Poder Judiciário, aproximando-o da população e, assim, cumprindo uma das metas da atual gestão, qual seja, garantir a transparência de suas realizações. Avanços e conquistas obtidos com o apoio incondicional do Gabinete da Presidência do TJ. Os desafios se mostraram ainda maiores por conta de alterações havidas na equipe, com a saída de alguns colegas e a chegada de outros - transição que normalmente se dá com percalços para administrar. A realização de uma pesquisa por empresa contratada para radiografar a

comunicação interna no Judiciário também apontou a necessidade de reavaliações e investimentos neste setor, os quais deverão ser objeto de novos projetos para o próximo ano.

INFORMES OFICIAIS (RELEASES E NOTAS) – EVOLUÇÃO ANUAL

1998
261 informes oficiais = 196 notas + 65 releases.
Média produção/dia útil* = 1,04

1999
175 informes oficiais = 110 notas + 65 releases.
Média produção/dia útil* = 0,70

2000
333 informes oficiais = 151 notas + 182 releases.
Média produção/dia útil* = 1,33

2001
141 informes oficiais = 51 notas + 90 releases.
Média produção/dia útil* = 0,56

2002
345 informes oficiais = 102 notas + 243 releases.
Média produção/dia útil* = 1,38

2003
611 informes oficiais = 325 notas + 286 releases.
Média produção/dia útil* = 2,44

2004
775 informes oficiais = 492 notas + 283 releases.
Média produção/dia útil* = 3,10

2005
768 informes oficiais = 479 notas + 289 releases.
Média produção/dia útil* = 3,07

2006
1.585 informes oficiais = 893 notas + 692 releases.
Média produção/dia útil* = 6,34

2007
1.949 informes oficiais = 1.062 notas + 887 releases.
Média produção/dia útil* = 7,80

2008
2067 informes oficiais = 1.091 notas + 976 releases.
Média produção/dia útil*= 8,26

2009
1905 informes oficiais = 1.002 notas + 903 releases.
Média produção/dia útil*= 7,62

2010
2605 informes oficiais= 505 notas + 2.100 releases.
Média produção/dia útil*= 10,42

2011
2.435 informes oficiais = 350 notas + 2.085 releases.
Média produção/dia útil*= 9,74

*250 dias/ano

Programa de TV Justiça Legal

2001
Contrato de prestação de serviço
Programa semanal de 15 minutos
Veiculação em sistema a cabo
Convênio com a TV Assembleia Legislativa
Duração: agosto, setembro, outubro, novembro
Número de programas: 16
Tempo de exposição: 240 minutos

2002
Contrato de prestação de serviço
Programa semanal de 15 minutos
Veiculação em sistema a cabo
Convênio com a TV Assembleia Legislativa
Duração: outubro, novembro, dezembro
Número de programas: 12
Tempo de exposição: 180 minutos

2003

Licitação – modalidade carta-convite
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto
Convênio com o SBT-SC
Duração: abril/dezembro
Número de programas: 39
Tempo de exposição: 1.170 minutos

2004

Licitação – modalidade carta-convite
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto
Contrato com o SBT-SC
Duração: junho/dezembro
Número de programas: 27
Tempo de exposição: 710 minutos

2005

Licitação – modalidade carta-convite
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto
Contrato com o SBT-SC
Duração: março/dezembro
Número de programas: 44
Tempo de exposição: 1.320 minutos

2006

Licitação – modalidade carta-convite
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto e fechado
Contrato com TVBV/TV Justiça/TV Câmara
Número de programas: 135 (76 inéditos + 59 reprises)
Tempo de exposição: 4.050 minutos

2007

Licitação – modalidade carta-convite
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto e fechado
Contrato com TVBV/SBT/TV Justiça/TV Câmara
Número de programas: 416 (208 inéditos + 208 reprises)
Tempo de exposição: 12.480 minutos

2008

Licitação - modalidade Pregão
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto e a cabo
Contrato com TVBV/TV Justiça/TV Câmara
Número de programas: 328 (148 inéditos + 180 reprises)

Tempo de exposição: 6.660 minutos

2009

Licitação – modalidade Pregão
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto e fechado
Contrato com TVBV/TV Justiça/TV Câmara Fpolis/TV Câmara São José
Número de programas: 391 (163 inéditos + 228 reprises)
Tempo de exposição: 11.700 minutos

2010

Licitação – modalidade Pregão
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação apenas em TV a cabo
Convênios com TV Justiça/TV Câmara Fpolis/TV Câmara São José
Número de programas: 354 (118 inéditos + 236 reprises)
Tempo de Exposição: 10.620 minutos

2011

Licitação – modalidade Pregão
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto e fechado
Contrato com SBT/TV Justiça/ TV Câmara Fpolis/São José/Blumenau/TV Floripa
Número de programas: 564 (228 inéditos + 336 reprises)
Tempo de exposição: 16.920 minutos

ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROTOCOLO E CERIMONIAL

A Assessoria de Relações Públicas, Protocolo e Cerimonial, vinculada ao Gabinete da Presidência, integra o Núcleo de Comunicação Institucional e está regulamentada pela Resolução nº12/2004-GP.

Dentro da estrutura organizacional do Tribunal de Justiça é o órgão competente para a preparação, supervisão e coordenação dos eventos para os públicos interno e externo; expedição de correspondências da Presidência que lhe sejam afetas; contato com órgãos congêneres, visando intercâmbio de informações; acompanhamento de cerimônias e eventos realizados pelo Poder Judiciário, sob a responsabilidade da Presidência desta Corte; e organização dos eventos no Espaço Cultural do Tribunal de Justiça.

Ainda, dentro de suas atividades, destacam-se: recepção e acompanhamento de autoridades em visita ao Presidente; coordenação e acompanhamento de embarque e desembarque de autoridades em visita oficial ao Tribunal; e assessoramento ao Presidente, ou ao seu representante, em solenidades oficiais e em visitas a outras autoridades.

Os eventos institucionais organizados são assinatura de convênios; lançamento de livros de magistrados; almoços e jantares oficiais; inauguração de Fóruns e Casas da Cidadania; instalação de novas Varas; posse de Juízes Substitutos, Juízes de 2º Grau e Desembargadores; transmissão do cargo de Presidente e demais cargos Diretivos do TJSC; entrega da Medalha da Ordem do Mérito Judiciário; e solenidades alusivas ao aniversário de instalação do Tribunal de Justiça.

Um dos trabalhos de destaque realizado pela Assessoria de Relações Públicas foi o desenvolvimento do Projeto Básico com vistas à abertura de licitação para contratação de empresa especializada em pesquisa para formulação de diagnóstico e desenvolvimento de propostas de melhoria da comunicação interna, *endomarketing*, a partir da percepção dos magistrados e servidores sobre a imagem do Poder Judiciário.

Endomarketing é um processo gerencial, cíclico e contínuo, direcionado ao propósito da organização, que é integrado aos seus demais processos de gestão e utiliza eticamente ferramentas multidisciplinares de incentivo, com o objetivo de promover a motivação das pessoas com seu trabalho e garantir seu compromisso com os objetivos estratégicos, contribuindo para a obtenção de melhores resultados, econômicos e humanos, a partir de desempenhos superiores. (COSTA, Daniel. Endomarketing Inteligente: a empresa pensada de dentro para fora. Porto Alegre: Dublinense, 2010. p. 53). Em suma, o objetivo do *endomarketing* é promover a motivação das pessoas com seu trabalho e garantir seu compromisso com os objetivos estratégicos traçados pela organização.

Assim, tendo como base os objetivos do *endomarketing*, o projeto foi desenvolvido e pensado, basicamente, para obtenção de um diagnóstico da comunicação interna e medição de quanto os servidores estão motivados e comprometidos com a missão do Poder Judiciário.

Desenvolvido o projeto e realizada a licitação, a empresa contratada realizou a pesquisa de 17 a 26 de outubro de 2011 em 15 comarcas e no Tribunal de Justiça, sendo ouvidos 228 colaboradores, entre magistrados e servidores, divididos em 25 grupos.

A conclusão dos trabalhos foi apresentada a esta Assessoria e às Assessorias de Planejamento e de Imprensa no dia 23 de novembro de 2011. E no dia 6 de dezembro de 2011 foi apresentada à Presidência, Diretores e Juízes Assessores.

O diagnóstico apontado pela empresa em extenso relatório apresentado será analisado, e estudada a viabilidade de aplicação e desenvolvimento no decorrer do ano de 2012.

No início do ano a equipe da ARP assumiu as funções de recepcionar os alunos do curso de Direito que visitam o Tribunal, antes desenvolvidas pela Direção-Geral Judiciária Dentre as tarefas está a de recepcioná-los e conduzi-los ao Tribunal Pleno e às salas de sessões, com orientações sobre a pauta de julgamento, e acompanhá-los em visita às dependências do prédio e gabinete de Desembargadores. Também tem a responsabilidade de gerenciar o material didático distribuído aos alunos e as alterações do vídeo institucional, tarefa esta desenvolvida juntamente com a Assessoria de Imprensa.

Dando continuidade do projeto do Poder Judiciário de expansão dos serviços judiciários, com a instalação de novas unidades, no decorrer do ano de 2011 foram instaladas 28 novas unidades, dentre varas e juizados especiais.

Também foram realizados outros 23 eventos, dentre posse de Juízes de Segundo Grau e Desembargadores, inauguração de novos Fóruns, instalação de Casas da Cidadania, recepção a autoridades, solenidades de abertura de lançamentos de livros, selos, mutirões e encontros de capacitação.

A seguir, a relação das solenidades e eventos realizados no ano de 2011.

MARÇO	DIA
Instalação do Fórum Municipal – Casa da Cidadania de Paulo Lopes	18

ABRIL	DIA
Posse dos Desembargadores João Batista Góes Ulyssea, Ronei Danielli e Luiz Fernando Boller	6
Encontro Nacional sobre Capacitação Judicial em apoio ao evento organizado pelo Conselho Nacional de Justiça	15
Posse dos Juízes de Segundo Grau Rodolfo Cezar Ribeiro da Silva Tridapalli, Odson Cardoso Filho, José Everaldo da Silva, Volnei Celso Tomazini, Leopoldo Augusto Brüggemann, Júlio César Knoll, Janice Goulart Garcia Ubialli, Cláudia Lambert de Faria, Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto, Cínthia Beatriz da Silva Bittencourt, Jorge Luiz Costa Beber, Guilherme Nunes Born, Eduardo Mattos Gallo Júnior e Maria Terezinha Mendonça de Oliveira	20
Instalação da 2ª Vara da comarca de Barra Velha	26
Instalação da Vara Criminal da comarca de Navegantes	26
Instalação do Juizado Especial Cível e Criminal de Santo Antônio de Lisboa do Foro do Norte da Ilha	29



Posse dos Desembargadores Luiz Fernando Boller, Ronei Danielli e João Batista Goés Ulyssea



Encontro Nacional sobre Capacitação Judicial

MAIO	DIA
Instalação da Vara de Precatórios, Recuperações Judiciais e Falências da comarca da Capital	25
Solenidade em visita do Embaixador da Áustria ao Tribunal de Justiça	13
Instalação da Vara Criminal da comarca de Camboriú	30
Instalação da Vara Criminal da comarca de Biguaçu	30



Visita do Embaixador da Áustria

JUNHO	DIA
Instalação da 4ª Vara Cível da comarca de Itajaí	10
Instalação da Vara Criminal da comarca de Itapema	10
Solenidade de lançamento do Mutirão Carcerário	13
Instalação da Vara de Execuções Penais da comarca de Criciúma	16
Instalação do Juizado Especial Criminal e de Violência Doméstica e Familiar da comarca de Tubarão	17
Instalação da 5ª Vara Cível da comarca de Blumenau	22
Instalação da Vara da Fazenda Pública e Registros Públicos de Brusque	22
Solenidade de lançamento do Selo Digital	27



Lançamento do Selo Digital



Abertura do Mutirão Carcerário

JULHO	DIA
Palestra da Desenbargadora aposentada do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais Jane da Silva para apresentação do Projeto Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC)	8
Instalação da Vara Criminal da comarca de Porto União	14
Instalação da Vara Criminal da comarca de Mafra	14
Instalação da 2ª Vara da comarca de Rio Negrinho	15



Palestra da Desembargadora Jane da Silva

AGOSTO	DIA
Instalação da 4ª Vara Cível da comarca de Balneário Camboriú	19
Instalação da Vara Criminal da comarca de Tijucas	19
Instalação do 2º Juizado Especial Cível da comarca da Capital	24

SETEMBRO	DIA
Instalação do 3º Juizado Especial Cível da comarca de Joinville	23
Solenidade de entrega do Selo Começar de Novo à empresa WEG de Joinville	23
Solenidade de inauguração das novas dependências do Fórum Vicente Silveira da comarca de Palhoça e instalação da 3ª Vara Cível	30



Inauguração das novas instalações do Fórum Vicente Silveira, Palhoça



Inauguração das novas instalações do Fórum Vicente Silveira, Palhoça



Inauguração das novas instalações do Fórum Vicente Silveira, Palhoça

OUTUBRO	DIA
Abertura da Exposição do Museu do Poder Judiciário	3
Lançamento do Selo Comemorativo e do Livro das Comarcas	5
Instalação da 2ª Vara Criminal da comarca de Araranguá	20
Instalação da 4ª Vara Cível da comarca de Criciúma e da Unidade de Cooperação da UNESC	20
Instalação da 2ª Vara da comarca de Orleans	21
Acompanhamento ao Sr. Presidente em visita ao prédio do Fórum da comarca de Braço do Norte após as obras de reforma	21
Instalação da 3ª Vara Cível da comarca de São José	25
Entrega da premiação do Projeto Mostra de Talentos	31



Abertura da Exposição do Museu do Poder Judiciário



Abertura da Exposição do Museu do Poder Judiciário



Lançamento do Selo e do Livro das Comarcas em comemoração aos 120 anos de instalação do Tribunal de Justiça



Lançamento do Selo e do Livro das Comarcas em comemoração aos 120 anos de instalação do Tribunal de Justiça



Lançamento do selo e do livro das comarcas



Entrega da premiação da Mostra de Talentos do Poder Judiciário



Entrega da premiação da Mostra de Talentos do Poder Judiciário



Entrega da premiação da Mostra de Talentos do Poder Judiciário

NOVEMBRO	DIA
Sessão especial de julgamento da 5ª Câmara Cível do Projeto Julgamento com os Universitário	3
Instalação das 2ª e 3ª Varas de Direito Bancário da comarca da Capital	7

DEZEMBRO	DIA
Acompanhamento ao Sr. Presidente em visita ao prédio do Fórum da comarca de São Joaquim após as obras de reforma	1
Instalação do Fórum Municipal – Casa da Cidadania de São Cristóvão do Sul	2
Entrega da premiação do Projeto Servidor Destaque do Poder Judiciário catarinense de 2011	8
Instalação da Unidade de Cooperação das Execuções Fiscais da comarca de Blumenau	13
Conversão da Unidade Avançada de Cooperação da Unifebe em Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Brusque	13
Instalação da 2ª Vara da comarca de São João Batista	13



Servidores premiados no Projeto Servidor Destaque do Judiciário Catarinense

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

1 – *BALANCED SCORECARD* (BSC)

Atendendo à Resolução 23/09-GP, a Assessoria de Planejamento procedeu à coleta dos indicadores referentes ao Mapa Estratégico Institucional, revisou as respectivas metas e coordenou as reuniões que apontaram necessidades para inserção no PPA 2012-2015.

2 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO CEPIJ

Dando continuidade ao processo de disseminação da ferramenta do Planejamento Estratégico, foi feito um amplo trabalho com o Núcleo da Infância e Juventude da Coordenadoria de Execução Penal e da Infância e Juventude – Cepij, por meio do qual foram definidas as principais orientações estratégicas e respectivos projetos que nortearão suas ações ao longo dos próximos anos.

3 – 4ª AUTOAVALIAÇÃO DA GESTÃO

Reunidos no mês de outubro, representantes de diversas Diretorias, Assessorias e Coordenadorias do Tribunal, Gabinete da Presidência, Corregedoria-Geral da Justiça e Academia Judicial relacionaram os pontos fortes e as oportunidades de melhorias nas práticas de gestão do Poder Judiciário. O projeto objetiva apresentar diagnóstico claro dos mecanismos de gestão deste Tribunal, diante do modelo de excelência desenvolvido pelo Gespública. O trabalho, que deverá ser concluído no início de 2012, conta com a colaboração do Núcleo Regional do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – Gespública, atualmente representado em Santa Catarina pela Celesc.

4 – FÓRUM CATARINENSE DE GESTÃO PÚBLICA

O Tribunal de Justiça participou, como convidado, do Fórum Catarinense de Gestão Pública, realizado no mês de novembro, no Centro Administrativo da Celesc, em Florianópolis. A Assessoria de Planejamento expôs a prática de gestão do TJ na promoção da qualidade do serviço prestado à população. Foi apresentado o projeto "Cenários", estudo que leva em consideração uma série de fatores socioeconômicos para definir prioridades na ampliação da estrutura da Justiça de 1º e 2º Grau em Santa Catarina. O fórum foi uma promoção conjunta do Núcleo Regional do GesPública em Santa Catarina, do Movimento Catarinense para a Excelência, da Celesc e do Governo do Estado.

5 – CICLO DE PALESTRAS

Evento que fez parte das comemorações do aniversário de instalação do Tribunal de Justiça, reuniu no auditório do Pleno, no dia 7 de outubro de 2011, cerca de 400 servidores e magistrados de todo estado que assistiram as seguintes palestras:

- Resiliência: Competência Estratégica para Gerir Mudanças – Palestrante: Eduardo Carmello;
- Desafios da Administração Pública Contemporânea – Palestrante: José Matias;

- Corrupção, Estado Democrático de Direito e Educação – Palestrante: Affonso Ghizzo Neto, Procurador de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina (lançamento da campanha "O que você tem a ver com a corrupção?");
- Gestão Pública e Sustentabilidade – Palestrante: Regina Maria Bueno Bacellar;
- Atitudes Vencedoras – Palestrante: Carlos Hilsdorf.

O Ciclo de palestras foi organizado e realizado em parceria com a Academia Judicial e deve acontecer a cada dois anos em alternância com a Mostra das Boas Práticas.



Abertura do Ciclo de Palestras

6 – ELABORAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO

Com vistas em estabelecer diretrizes, objetivos e metas regionalizadas para despesas de capital (e outras delas decorrentes) e programas de duração continuada, o Plano Plurianual de Investimentos foi elaborado de forma participativa, por meio de reuniões realizadas em todas as regiões do Estado, a fim de garantir o alinhamento das peças orçamentárias às necessidades identificadas nas Justiças de primeiro e segundo graus.

As reuniões aconteceram nas seguintes Comarcas e datas:

COMARCA POLO	DATA DA REUNIÃO
São Miguel do Oeste	7/4/2011
Chapecó	8/4/2011

Joinville	12/4/2011
Blumenau	13/4/2011
Criciúma	5/5/2011
Tubarão	6/5/2011
Itajaí	19/5/2011
Fraiburgo	23/5/2011
Lages	24/5/2011
Florianópolis	26/5/2011

Contando com a participação do Desembargador Presidente, José Trindade dos Santos, do Conselheiro de Gestão, Desembargador Luiz Cézar Medeiros, e de representantes (Diretores de Foro e Chefes de Secretaria) de todas as Comarcas catarinenses, as reuniões ocorreram de forma dinâmica, possibilitando o debate sobre as políticas a serem adotadas nas áreas com maior impacto orçamentário e financeiro: Recursos Humanos, Tecnologia da Informação, Engenharia e Arquitetura, Infraestrutura, Academia Judicial e Segurança.



Reunião Regional de Blumenau – 13/4/2011



Reunião Regional de Fraiburgo – 23/5/2011

7 – COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Visando a aprimorar a comunicação entre a administração, os magistrados e servidores, as Assessorias de Planejamento, de Imprensa e de Relações Públicas coordenaram um trabalho que resultou na contratação de uma empresa especializada em *endomarketing*, a qual realizou uma pesquisa com metodologia científica aplicada a servidores e magistrados de todas as regiões do Estado, e que resultou na formulação de um diagnóstico e do desenvolvimento de propostas para a melhoria da comunicação interna no Poder Judiciário, a partir da percepção dos colaboradores sobre a imagem da Instituição, a fim de gerar meios necessários para proporcionar maior grau de engajamento de seus servidores como prestadores de serviços aos cidadãos e de promotores da imagem de um Judiciário eficiente.

8 – PROGRAMA 5S

O Programa 5S tem como objetivo melhorar a qualidade de vida das pessoas no trabalho, promover organização, limpeza e disciplina, tornar o ambiente agradável, seguro e produtivo, e melhorar as atitudes das pessoas diante das suas tarefas.

Trata-se de uma ferramenta administrativa usada para a organização e melhoria do ambiente de trabalho, viabilizando o controle de atividades, informações e documentos.

Em 2011, a Assessoria de Planejamento, a Academia Judicial e o Programa de Implantação de Novos Serviços promoveram a capacitação de colaboradores, conforme o quadro abaixo:

Unidade	Turmas	Carga Horária	Colaboradores
Tribunal de Justiça	10	8h	1.450
Comarcas	37	8h	
Novos Servidores	3	4h	

Destaca-se, ainda, a capacitação de 32 novos Instrutores e Multiplicadores do Programa em curso de 16 horas de duração.

Atualmente, o Programa 5S encontra-se implantado em todas as áreas administrativas do Tribunal de Justiça e em 31 gabinetes de Desembargadores e de Juízes de Direito de Segundo Grau, bem como nas seguintes comarcas: Bom Retiro, Capinzal, Capivari de Baixo, Descanso, Garuva, Jaguaruna, Lauro Müller, Lebon Régis, Maravilha, Orleans, Otacílio Costa, Rio Negrinho, Santa Cecília, Santo Amaro da Imperatriz, São Bento do Sul, São João Batista, Turvo e Fórum Distrital – Norte da Ilha.

Em 2011, o programa 5S foi implantado, ainda, nas comarcas de Anchieta, Armazém, Barra Velha, Balneário Piçarras, Dionísio Cerqueira, Garopaba, Guaramirim, Ibirama, Içara, Indaial, Itaiópolis, Itapema, Laguna, Mondaí, Navegantes, Palmitos, Porto Belo, Santa Cecília, São José do Cedro e Seara.

Visando a garantir a perpetuação do Programa, foi realizada uma avaliação em junho de 2011, com a atuação de 22 avaliadores em 91 unidades.

O Comitê do Programa 5S realizou 4 reuniões e propôs a alteração da Resolução que disciplina seu funcionamento, a qual foi aprovada com a publicação da Resolução nº 30/2011–GP. A partir de 7/11/2011, a administração e o monitoramento passaram para a equipe do Programa de Implantação de Serviços Judiciários da Direção-Geral Judiciária.

9 – Estudo das Demandas Judiciais em Santa Catarina

O crescimento ímpar das contendas judiciais em Santa Catarina exige pronta ação do Poder Judiciário, com a expansão suas unidades de atendimento. Em parceria iniciada em 2007 com a UFSC, o TJSC passou a aplicar modelos matemáticos para avaliar o comportamento das demandas judiciais em todo o Estado, com o intuito de prever o volume processual dos

próximos anos. Tais estudos levam em consideração não apenas as séries históricas mas, também, as relações entre variáveis demográficas e socioeconômicas. Em 2011 o Tribunal firmou novo contrato com a Universidade Federal de Santa Catarina – Contrato Nº 077/2011 – cujo objetivo é o estudo e previsão do comportamento e aumento das demandas judiciais no Estado de Santa Catarina, até o ano de 2020.

O relatório final do referido estudo, com previsão de conclusão para o início de 2012, fornecerá subsídios ao planejamento de instalação, classificação, funcionamento, elevação, rebaixamento, desdobramento, agregação, alteração e até extinção de unidades de divisão judiciária, nos termos da Resolução 28/2010–TJ.

CRIAÇÃO DE NOVAS UNIDADES JUDICIÁRIAS. NORMATIZAÇÃO SOBRE A COMPETÊNCIA PARA ANÁLISE DE NOVOS PEDIDOS

Das unidades criadas em face do Estudo dos Cenários, de acordo com o ciclo aprovado no ano de 2010 (1), foram instaladas, no ano de 2011, as seguintes varas:

VARAS INSTALADAS EM 2011

Ordem	Comarca	Competência	Instalação
16º	**Barra Velha**	2ª Vara	26/4/2011
17º	**Navegantes**	Vara Criminal	26/4/2011
18º	**Capital (Santo Antônio de Lisboa)**	Juizado Especial Cível e Criminal	29/4/2011
19º	**Capital**	Vara de Precatórias, Recuperações Judiciais e Falências	25/5/2011
20º	**Camboriú**	Vara Criminal	30/5/2011
21º	**Biguaçu**	Vara Criminal	30/5/2011
22º	**São José**	Juizado Especial Criminal e Violência Doméstica	3/6/2011
23º	**Itajaí**	4ª Vara Cível	10/6/2011
24º	**Itapema**	Vara Criminal	10/6/2011
25º	**Criciúma**	Execução Penal	16/6/2011
26º	**Tubarão**	Juizado Especial Criminal e Violência Doméstica	17/6/2011
27º	**Blumenau**	5ª Vara Cível	22/6/2011
28º	**Brusque**	Vara da Fazenda e Registros Públicos	22/6/2011
29º	**Porto União**	Vara Criminal	14/7/2011

30º	**Mafra**	Vara Criminal	14/7/2011
31º	**Rio Negrinho**	2ª Vara	15/7/2011
32º	**Balneário Camboriú**	4ª Vara Cível	19/8/2011
33º	**Tijucas**	Vara Criminal	19/8/2011
34º	**Capital**	2º Juizado Especial Cível (Fórum Des. Eduardo Luz)	24/8/2011
35º	**Joinville**	3º Juizado Especial Cível (Sociesc)	23/9/2011
36º	**Palhoça**	3ª Vara Cível (Res. 23/2011–TJ)	30/9/2011
37º	**Araranguá**	2ª Vara Criminal	20/10/2011
38º	**Criciúma**	4ª Vara Cível	20/10/2011
39º	**Orleans**	2ª Vara	21/10/2011
40º	**São José**	3ª Vara Cível	25/10/2011
41º	**Capital**	2ª Direito Bancário	7/11/2011
42º	**Capital**	3ª Direito Bancário	7/11/2011
43º	**São João Batista**	2ª Vara	13/12/2011

(1) No ano de 2010, foram instaladas 15 (quinze) unidades.

Além dessas, estão previstas para instalação em janeiro de 2012 as seguintes Varas:

PREVISTAS PARA 2012			
Ordem	**Comarca**	**Competência**	**Instalação**
44ª	**Joinville**	3ª Vara da Fazenda Pública e Unidade Regional de Execuções Fiscais Estaduais	19/1/2012
45ª	**Joinville**	7ª Vara Cível	19/1/2012
46ª	**Trombudo Central**	2ª Vara	26/1/2012
47ª	**São José**	Vara de Execução Penal Regional e Central de Penas Alternativas	30/1/2012

Também foram instaladas, no decorrer do ano de 2011, 2 (duas) Unidades Judiciárias de Cooperação, a saber:

UNIDADES JUDICIÁRIAS DE COOPERAÇÃO		
Comarca	Competência	Instalação
Criciúma	UJC – Unesc	20/10/2011
Blumenau	UJC de Execução Fiscal	13/12/2011

Houve, também, em 13-12-2011, a conversão em Juizado Especial Cível e Criminal da antiga Unidade Judiciária de Cooperação da Unifebe.

10 – PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO DAS METAS DO CNJ

Em cumprimento às determinações do Conselho Nacional de Justiça, realizou-se o acompanhamento das Metas Nacionais de 2011, bem como daquelas pendentes dos anos de 2009 (Meta 2) e 2010 (Metas 2, 3, 4 e 10), sob a supervisão dos Magistrados Odson Cardoso Filho, Silvio José Franco e Dinart Francisco Machado.

Este Tribunal fez parte da Subcomissão que debateu as Metas para os anos de 2012 e 2013, em cumprimento à Portaria nº 44/2011–CNJ.

METAS 2011	STATUS
Meta 1. Criar unidade de gerenciamento de projetos para auxiliar a implantação da gestão estratégica.	CUMPRIDA
Meta 2. Implantar sistema de registro audiovisual de audiências em pelo menos uma unidade judiciária de primeiro grau em cada Tribunal.	CUMPRIDA
Meta 3. Julgar quantidade igual a de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal.	Acompanhamento
Meta 4. Implantar pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos.	CUMPRIDA

No que tange às metas que não foram totalmente atingidas, estão sendo desenvolvidas ações para o seu integral cumprimento, devidamente monitoradas pela Corregedoria-Geral da

Justiça.

COLETA E CADASTRAMENTO DE DADOS RELATIVOS AO PROJETO "JUSTIÇA EM NÚMEROS", DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ

A Assessoria de Planejamento é responsável pela compilação e pelo encaminhamento semestral, ao Conselho Nacional de Justiça, pelo sistema informatizado, dos dados relativos ao Projeto "Justiça em Números".

Nos termos da Resolução nº 76/2009, do Conselho Nacional de Justiça, o Projeto "Justiça em Números" envolve informações sobre:

- Orçamento e finanças;
- Quadro de pessoal;
- Parque de informática
- Área (espaço físico dos imóveis);
- Informações processuais; e
- Mecanismos de acesso à justiça.

Já foram iniciados os trâmites para a geração dos dados do segundo semestre de 2011, cujo prazo de informação ao Conselho Nacional de Justiça irá até o dia 15/2/2012 (Projeto nº 1970).

AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna, unidade de controle e de assessoramento, vinculada ao Gabinete da Presidência, realizou no exercício de 2011, dentre outros trabalhos:

- **192** relatórios, com manifestação de regularidade ou de irregularidade e as devidas recomendações;

- **850** pareceres, com ou sem ressalva, em diversos processos administrativos;

- **26** informações, relativas aos controles direto e indireto.

Assim, os trabalhos de auditoria voltados à verificação das despesas, geração de receitas, análise de procedimentos e aperfeiçoamento dos controles internos, com emissão de relatórios e pareceres, foram divididos, por assunto, nas seguintes áreas:

1 – Auditoria de Recursos Humanos

- Processos de aposentadoria de servidores;
- Processos de aposentadoria de magistrados;
- Processos de nomeação e de exoneração de servidores;
- Inconsistências na ordem cronológica dos movimentos no sistema SHF (rotina CO/LM);
- Pagamento de Diferença de Promoção – VPNI;
- Pagamento da Opção pelo vencimento do cargo efetivo – VPNI;
- Contrato de Manutenção do Sistema de Recursos Humanos;
- Informações mensais sobre os valores inseridos na GFIP.

2 – Auditoria de Compras, Licitações, Contratos e Gestão de Bens

- Análise dos editais;
- Análise dos processos de licitação;
- Análise dos Termos Aditivos de contratos.

3 – Auditoria de Obras

- Análise nos pagamentos de parcelas contratuais, referente a serviços de engenharia;
- Acompanhamento do cronograma físico financeiro das obras em andamento;

- Análise dos 31 aditivos do contrato nº 83/2008;
- Análise dos editais e dos processos de licitação relativos a obras.

4 – Auditoria Contábil, Orçamentária e Financeira

- Análise dos balancetes mensais e dos balanços anuais;
- Análise dos relatórios de gestão fiscal com emissão de pareceres;
- Elaboração dos relatórios, bimestrais, de controle interno encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado;
- Análise nos recolhimentos de INSS, patronal, referente a autônomos e a comissionados;
- Auditoria, nas Comarcas, nos procedimentos para aquisição direta, no período de janeiro a abril de 2011, com o objetivo de verificar o cumprimento da Resolução nº 08/2009-GP alterada pelas resoluções 13/2009-GP, 44/2010-GP e 21/2011-GP.
- Acompanhamento na regularização do Inventário de bens móveis;
- Análise nas Prestações de contas dos recursos antecipados;
- Análise das Contas contábeis do Sistema Financeiro;
- Acompanhamento da Regularidade Jurídica e Fiscal do Tribunal de Justiça junto ao, Tesouro Nacional, INSS, Receita Federal, Governos Estadual e Municipal e demais Órgãos de Proteção ao Crédito;
- Atualização das Informações no Sistema de Coleta de Dados Contábeis da Secretaria do Tesouro Nacional – SISTN;
- Análise dos repasses efetuados, entre janeiro/2009 e março/2010, pela Secretaria de Estado da Fazenda ao Tribunal de Justiça, com base na Receita Líquida Disponível, conforme disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO;
- Coordenação do grupo de trabalho para implantação dos procedimentos de reavaliação, de redução ao valor recuperável de ativos, de depreciação, de amortização e de exaustão dos bens do Poder Judiciário, em cumprimento as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

5 – Auditoria de Sistemas e de Bens de Informática

- Orientação e apoio técnico ao cadastro de informações do Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão – e-Sfinge do Tribunal de Contas do Estado;
- Conferência e ajuste, importação de arquivos e transmissão, bimestral, dos dados do Sistema e-Sfinge para o Tribunal de Contas do Estado;

- Auditoria à distância no recolhimento de custas iniciais - Evasão de Receitas;
- Análise dos editais.

6 – Auditoria Judicial

- Auditoria nos cartórios judiciais das Comarcas de, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, Biguaçu, Turvo, Santa Rosa, Sombrio e Içara, com o objetivo de detectar eventual evasão de receitas;
- Solicitação de providências quanto aos repasses das contas do Oficialato da Justiça à conta centralizadora do Poder Judiciário em Comarcas sem central de mandados;
- Elaboração do Registro Anual de Informações Sociais – RAIS, dos Cartórios Judiciais, cujos CNPJ's ainda não foram extintos;
- Integrante da Comissão permanente para a elaboração do Novo Manual do Contador Judicial;
- Elaboração de estudo, resultando em recomendação para alteração na Legislação vigente quanto ao recolhimento de custas finais;
- Elaboração de estudo da legislação, propondo alteração no valor da Taxa Judiciária;
- Convocação especial como integrante da equipe que assumiu, temporariamente, a Contadoria extraoficializada da Comarca de Balneário Camboriú, por afastamento do titular;
- Participação, como instrutor, nos cursos de planilha eletrônica e de cálculo de perícias judiciais direcionados aos contadores judiciais.

7 – Auditoria Extrajudicial – FRJ

- Ofícios de Notificações;
- Análise, com emissão de pareceres, dos recursos apresentados pelos serventuários notificados;
- Reanálise dos processos referente à quitação de valores;
- Notificação e acompanhamento dos pagamentos e quitações provenientes das auditorias realizadas, durante o exercício, bem como de exercícios anteriores;
- Encaminhamento dos valores a serem inscritos em Dívida Ativa;
- Fiscalização nas cobranças dos valores destinados ao Fundo de Reaparelhamento da Justiça – FRJ, conforme demonstrativo abaixo.

AUDITORIAS REALIZADAS EM 2011

PERÍODO DA AUDITORIA	COMARCA	VALOR NOTIFICADO
7/02/201 a 04/03/2011	CAPITAL	116.952,34
13/03/2011 a 25/03/2011	CHAPECÓ, PINHALZINHO, QUILOMBO, CORONEL FREITAS E PONTE SERRADA	116.366,56
04/04/2011 a 15/04/2011	JARAGUÁ DO SUL E GARUVA	77.681,42
02/05/2011 a 13/05/2011	ARARANGUÁ E TURVO	75.355,43
30/05/2011 a 17/06/2011	CRICIÚMA E URUSSANGA	191.449,97
27/06/2011 a 01/07/2011	CAPIVARI DE BAIXO E IMBITUBA	13.444,97
08/08/2011 a 19/08/2011	CAPINZAL, CATANDUVAS E FRAIBURGO	26.687,62
29/08/2011 a 02/09/2011	CAPITAL	85.731,00
12/09/2011 a 23/09/2011	LAGUNA E JAGUARUNA	39.868,35
03/10/2011 a 14/10/2011	GUARAMIRIM, BIGUAÇU E BOM RETIRO	36.414,00
24/10/2011 a 27/10/2011	TIMBÓ	25.611,05
21/11/2011 a 30/11/2011	POMERODE E INDAIAL	24.224,87
TOTAL		829.787,58

CASA MILITAR

Atividades Desenvolvidas

Embora a Casa Militar esteja ligada diretamente à Presidência do Tribunal de Justiça, as suas atuações vão muito além do Gabinete. Age de forma contínua e ininterrupta em todo o Estado, prestando informações, orientações e suporte técnico às Comarcas e seus diretores.

As atividades desenvolvidas foram relacionadas abaixo e sofrem aprimoramento ao longo do período, sempre no sentido de melhor atender a comunidade judiciária, especialmente os magistrados e os funcionários.

Ações que visam promover a segurança, são, cada vez mais, nossa prioridade. Investimentos e aplicações de ferramentas tecnológicas buscam atender a crescente demanda e, principalmente, através da prevenção, proteger a vida humana e o bem público.

1. Guarda dos seguintes estabelecimentos judiciais na Grande Florianópolis

- Tribunal de Justiça
- Fórum da Capital
- Fórum Norte da Ilha
- Fórum Eduardo Luz
- Fórum do Continente (Estreito)
- Vara da Infância e Juventude
- Juizado Bancário
- Almoxarifado e Gráfica
- Sede das Diretorias

2. Guarda em Fóruns do interior

Em 2008 a Casa Militar passou a efetuar contratação de policiais militares inativos, conforme as prescrições da Lei Complementar nº 380 de 03 de maio de 2007. Com esta atuação, pode-se oferecer melhores condições de segurança aos Fóruns do interior do estado, área especialmente carente de policiais militares do corpo ativo. Hoje sessenta e oito Fóruns contam com este serviço.

3. Aquisição de armamento e munição aos Magistrados

Além da instrução específica ministrada aos Magistrados, a Casa Militar orienta a aquisição de armas, providência a documentação e acompanha sua tramitação. Propicia ainda, informação

técnica quanto à arma e munição ideal, conforme as características pessoais do adquirente.

4. Gerenciamento e recolhimento de armas dos fóruns

O programa de recolhimento de armas desvinculadas de processo dos Fóruns em todo o Estado, é uma das atividades imprescindíveis à segurança, gerando efeitos positivos no ambiente de trabalho e, por consequência, nas atividades jurisdicionais.

Além do armamento recolhido, há também o envio para destruição de munições e produtos congêneres, tais como cartuchos, chumbo e pólvora.

A atuação da Casa Militar neste evento é importante pois, além de repassar orientações específicas referentes às armas em geral, estimula a ligação entre os Diretores de Fórum e Chefe de Secretaria com as 9 Unidades Militares do Exército, o que demanda contatos formais com os Comandantes e oficiais do Serviço de Fiscalização de Produtos Controlados -SFPC daquelas Unidades.

O translado das armas e produtos é realizado por intermédio de escolta, com segurança armada da Casa Militar.

Neste ano de 2011 foram recolhidas armas de 72 Fóruns no Estado conforme o quadro abaixo. Desde a implantação deste serviço em 2006, já foram recolhidas um número superior a 18 mil armas.

Armas recolhidas	Revólver	Pistola	Espingarda	Garrucha	Carabina	Outras	Total
Soma	2.485	604	742	185	68	72	4.156

5. Acompanhamento e orientação na elaboração dos projetos de segurança

A Casa Militar promove e acompanha, através de técnicos especializados e parceria com outras diretorias, a elaboração de Projetos de CFTV, controles de acesso aos prédios e outros meios de proteção física nos Fóruns do Estado.

Participa ainda, na avaliação final dos projetos de construção e reforma dos Fóruns, auxiliando na percepção de melhorias ainda possíveis de serem executadas e que terão reflexo na segurança do ambiente.

6. Serviço de proteção a Magistrados

Uma das atividades intrínsecas à Casa Militar é a proteção pessoal do Excelentíssimo Presidente do TJSC, Desembargadores e Magistrados de Santa catarina. Em 2010, esta atividade foi ainda mais intensificada com a criação da Comissão Permanente de Segurança e Assistência dos Juízes Colocados em Situação de Risco, através da Portaria 870/10-GP. Em 2011, após a criação do Núcleo de Inteligência e Proteção Institucional, composta por grupo especial de policiais militares da Casa Militar, foram desenvolvidos diversos trabalhos de proteção e apoio operacional à segurança pessoal de Magistrados e familiares.

Eventos de grande porte, que tiveram participação de autoridades do Poder Judiciário Brasileiro, também contaram com esquema de segurança planejado e executado pela Casa Militar.

7. Participação nos eventos da Corregedoria-Geral da Justiça

A Casa Militar planeja e executa a segurança dos eventos da Corregedoria-Geral da Justiça, quando em diligências nos estabelecimentos penais. Da mesma forma, participou da elaboração de norma e procedimento relacionado à segurança e arma de fogo.

8. Implementação sistema de CFTV no Tribunal de Justiça

Manutenção da aplicação do sistema do CFTV na Torre II e estacionamento como ferramenta fundamental do sistema de segurança aplicado à área física do TJ.

O projeto de ampliação do equipamento à Torre I já está em fase de elaboração.

9.Elaboração e divulgação impressa de orientações relacionadas à segurança

Dois manuais diretamente relacionados à segurança foram produzidos e entregues. O primeiro trata das condutas a serem seguidas pelos vigilantes e policiais militares que prestam serviço nos Fóruns catarinenses. Almejou-se a padronização de condutas relacionadas à proteção das instalações físicas, bem como dos Magistrados, servidores e jurisdicionados.

O segundo, direcionado aos Magistrados, apresenta orientações e posturas a serem tomadas frente a diversas situações do dia a dia, que, muitas vezes, passam despercebidos, mas que exigem um comportamento mais prudente e preventivo.

10. Controle de acesso a pessoas portando arma de fogo

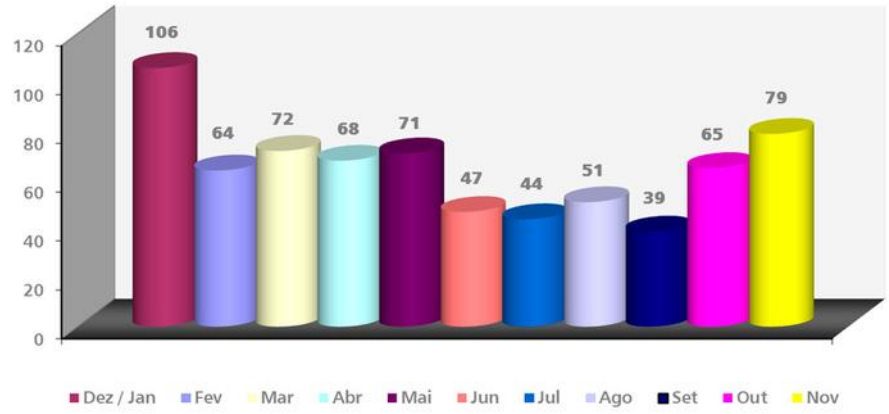
Em 2011, com a participação da Casa Militar e outros órgãos do TJ, foi elaborada a minuta da Resolução nº 26/2011-GP, que trata da proibição do acesso de pessoas armadas aos Fóruns Catarinenses. Para efetivar o controle, além da resolução, meios materiais foram criados e padronizados: um armário para armazenamento das armas, um totem informando a proibição e prestando as informações básicas de como proceder e um recibo comprovador da entrega.

Após a aplicação do sistema em Comarcas da grande Florianópolis, o quite para controle de acesso foi distribuído para mais 65 comarcas. Prevê-se, que em 2012 todas as comarcas estejam aptas a executar plenamente o controle de acesso.

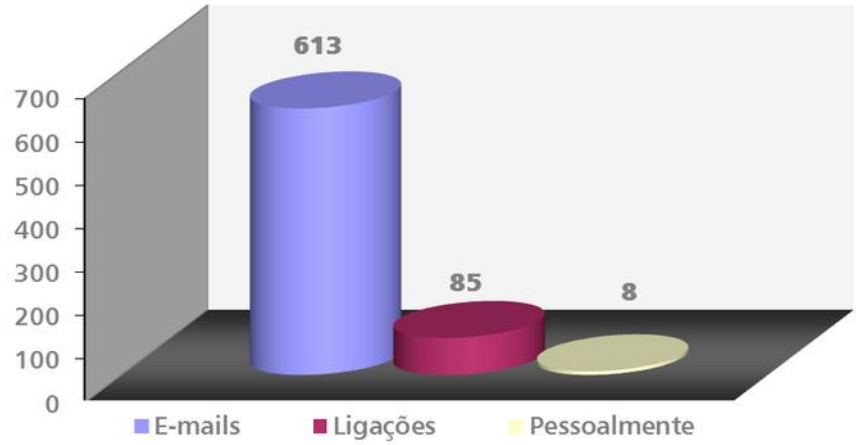
OUVIDORIA DOS SERVIDORES

I – ESTATÍSTICA DO ATENDIMENTO ANUAL

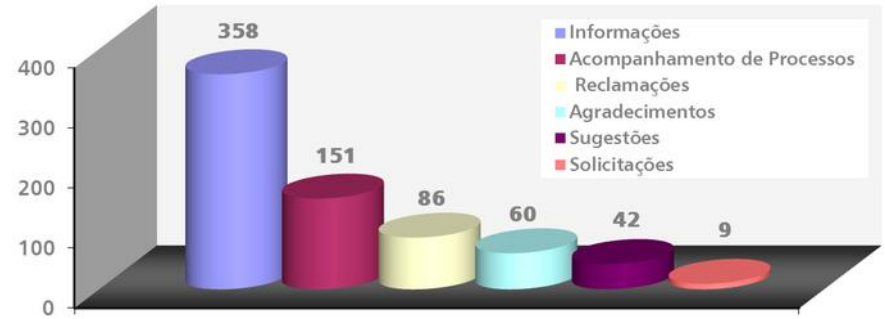
No ano de 2011 foram solucionados **706** solicitações.



1 - Formas de comunicação dos servidores com a Ouvidoria



2 – Tipos de manifestação



3 - Assuntos abordados pelos servidores

Nº ACESSOS	ASSUNTOS
65	VPNI
61	Agradecimentos
54	SC-Saúde-UNIMED
39	Progressão Funcional
36	PCS
33	Informações Diversas
33	LC 507/2010
30	Gratificação
21	13º Salário
18	Gratificação Natalina
18	LC 512/2010
16	Horário expediente
16	Remoção
13	Precatório
8	Bolsa de Estudo
8	Margem Consignável
8	Aposentadoria
8	Devolução/Valores
7	Promoção
7	Abono de Permanência
6	Férias
6	Restaurante/TJ
6	Resolução 24/210-GP
5	LC 406/08-Pgto./Dif.Escrivães
5	Pedido/Certidão/Tempo/Serviço
5	Cursos
5	Bolsa/Estudo Direito a Distância
5	Infiltração/Reforma/Fórum Des.Eduardo Luz
4	Plantão Judicial
4	Relógio/Protocolo/Impressora Mutifuncional
4	LC 366/06
4	Identidade Funcional
4	Edital n° 173/2011
4	Disfunção/Súmula 378/STJ
4	Averbação/Tempo/Serviço
4	Pedido de Reconsideração
4	Desfiliação/SINUSC
3	Licença Maternidade
3	S/Café-6º andar-Torre I
3	Disposição/Comarca
3	Cheiro/Cigarro-Torre I
3	Ass.Saúde
3	Concurso/Edital n° 201/2011

3	Ressarcimento Diária
3	Conselho/Fiscal/PREV
2	Prod./Higiêne Banheiro/TJ
2	Imposto de Renda
2	Pagamento/Indenização/Gestante
2	Data Base
2	Recesso
2	Vacina Gripe
2	Coloc./Vest.F.M./Chuveiro/Armário
2	Feriado 28/10
2	Fiscal de Provas
2	Conta Salário
2	Pagamento/Gratificação/Fiscal/Concurdo/2009
2	Desconto/Ligações/Telef./TJ
2	Atribuição/Cargo/Assessor Gab.
2	Critério p/Seleção/Curso/TJ
2	Permuta
2	Agendamento/Serv./Odontológico
2	Agendamento/Médico
2	Resolução 3/2011-GP-CGJ
2	Seguro/Desconto/Folha
2	Convênio n° 194/2009-CEF
2	Servidor Part./Empresa Privada
2	Emissão/Certidão/Negativa/p/Internet
2	Rodizio/Funções
2	Auxilio Saúde
2	Cheiro/Cigarro/Fórum Des.Eduardo Luz
1	Estagiários
1	Vestimenta Servidores
1	Abono
1	Assistência Judiciária/Comarcas
1	Desconto IPREV
1	Concurso/Público/TJA-Comarcas
1	Abono/Faltas Injustificadas
1	Assunto/Incidente Ocorrido
1	Digitadores
1	DRH/Ramais/Telefônicos
1	Gratificação Nível Superior
1	Pedido/Exoneração
1	Oficial/Justiça
1	Curso Pòs Graduação
1	Assunto/De Ordem Funcional/Cartório
1	Assunto/Limpeza/Modificação/Documentos
1	Jogos Forenses

1	Concurso/Edital 144/2007
1	Ponto Eletrônico
1	Substituição
1	Curso de Direito a Distância
1	Inst./Caixa/Achados e Perdidos
1	Ajuda Financeira Serv./Enchente
1	Pedido/Reversão/Aposentadoria/Invalidez
1	Contrato Convênio Unimed/TJ
1	Plano/Saúde/Unimed/Nacional
1	Preferência/Trâmites/Processos
1	Banheiro/Feminino/5º andar-Torre I
1	Senha Conseg
1	Pedido/Livros/TJ
1	Gratificação/Art. 85
1	Desconto/Folha/Unimed
1	Programa Bem Estar do Trabalho/TJAs
1	Atribuição/Chefe/Cartório
1	Manutenção/Fórum Criciúma
1	Provimento/Cargos
1	Remoção/Estágio Probatório
1	Atestado Médico
1	Nepotismo
1	Mat./Esc.Cartuchos/Toner
1	Musica/Horário/Expediente
1	LC 36/1991-Art. 2º
1	Imp./Suspensão/CDJESC
1	Percepção/Dif./Vencimento
1	Programa 5S
1	IPREV-Contribuição Prev.
1	Insalubridade
1	Serv./TJ/Exercer/Função/ Juiz Leigo
1	Resolução 18/2011-TJ
1	Folha/Pagamento/Aposentado
1	Pedido/Reloc./V.Sucessões F./Des.Eduardo Luz
1	Transporte Coletivo/Servidores
1	Fiscal/Concurso/Edital 192/2011
1	Acumular/Cargos
1	Relação/Hoteis/Fpolis
1	Chefe/Cartório/Nível Superior
1	Convite/Servidora/Joaçaba
1	Nascidos/Vivos/Inf.Juventude
1	Relotação
1	Folga/Dia/Aniversário
1	Comarcas Integradas

1	Projeto/Mudança/Varas/Joaçaba
1	Feriado/Comunicado/Página/TJ
1	Pesquisa SINJUSC
1	Concurso/Edital 406/2010
1	Pandion/Uso/Horário/Trabalho
1	Resolução 07/2006-TJ
1	Comprar/Carro Novos p/Assist.Social

4 - Comarcas que se comunicaram com a Ouvidoria

Nº ACESSOS	COMARCAS
103	Tribunal de Justiça
43	Blumenau
43	Joinville
41	Brusque
36	Capital-Fórum Des.Rid Silva
30	Araranguá
26	Criciúma
21	Balneário Camboriú
17	Chapecó
17	Lages
14	Sombrio
14	Tubarão
14	Capital-Fórum Des.Eduardo Luz
11	São Joaquim
11	São José
11	Itajaí
11	Jaguaruna
11	Joaçaba
10	Porto União
9	Braço do Norte
9	Capital-Fórum Distrital-Estreito
8	Capital-Fórum-Norte da Ilha
8	Urussanga
7	Curitibanos
7	Herval do Oeste
7	Imaruí
7	Itapema
6	Correia Pinto
5	Capivari de Baixo

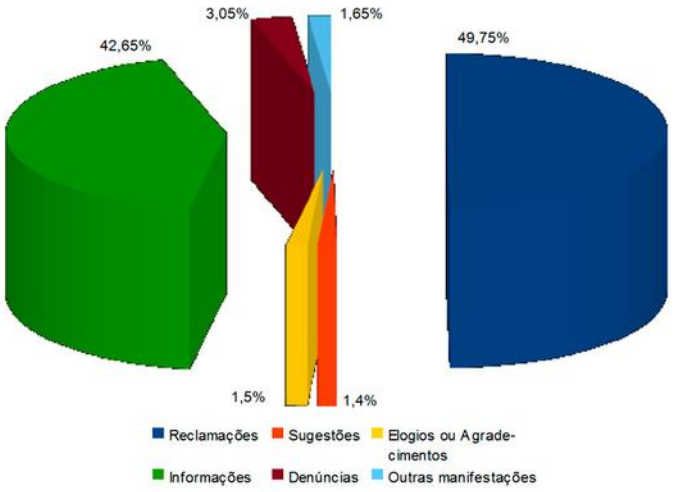
5	Catanduvas
5	Cunha Porã
5	Itapoá
5	Navegantes
4	Bom Retiro
4	Caçador
4	Ibirama
4	Indaial
4	Jaraguá do Sul
4	Laguna
4	Lebon Régis
4	Palhoça
4	Rio do Campo
4	Rio Negrinho
4	Rio do Sul
4	Tangará
4	Timbó
3	Concórdia
3	Coronel Freitas
3	Gaspar
3	Lauro Muller
3	Mafra
3	Meleiro
3	Otacílio Costa
3	Balneário Piçarras
3	Ituporanga
3	Canoinhas
2	Fraiburgo
2	Guaramirim
2	Imbituba
2	Itaiópoles
2	Maravilha
2	Palmitos
2	Pinhalzinho
2	Ponte Serrada
2	Rio do Oeste
2	São Bento do Sul
2	São Lourenço do Oeste
2	Turvo
2	Videira
2	Araquari
2	Biguaçú
2	Campos Novos
1	Anita Garibaldi

1	Ascurra
1	Camboriú
1	Garopaba
1	Garuva
1	Içara
1	Papanduva
1	Quilombo
1	Santo Amaro da Imperatriz
1	São Carlos
1	São Miguel do Oeste
1	Taio
1	Tijucas
1	Xaxim
1	Abelardo Luz

OUVIDORIA JUDICIAL

ESPÉCIES DE MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS

RECLAMAÇÕES	**820**
Morosidade Judicial	634
Outros problemas processuais	57
Natureza extraprocessual	117
Tratamento recebido no Poder Judiciário	12
SUGESTÕES	**23**
ELOGIOS OU AGRADECIMENTOS	**25**
INFORMAÇÕES	**703**
Andamento Processual	303
Serviços ou Funcionamento do Poder Judiciário	199
Outras informações	99
Não afetos à Ouvidoria Judicial	102
DENÚNCIAS	**50**
OUTROS	**27**
TOTAL	**1.648**

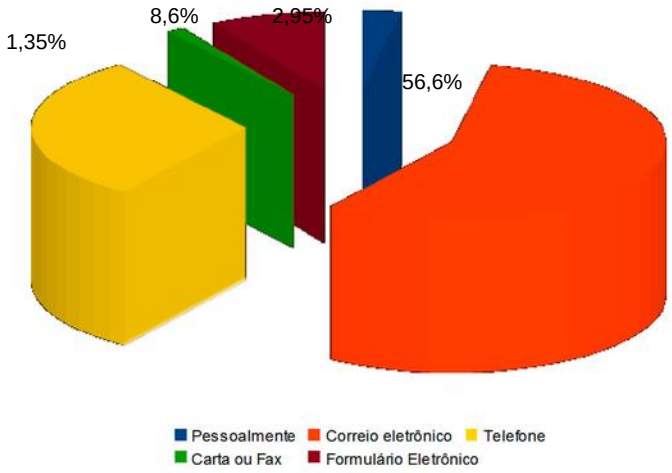


FORMAS DE RECEBIMENTO

Pessoalmente	48
Correio Eletrônico	933

Telefone	503
Carta ou Fax	22
Formulário eletrônico	142

FORMAS DE RECEBIMENTO



RESULTADOS

Encerradas	1.637
Pendentes	11

COMARCAS IDENTIFICADAS

Abelardo Luz	1
Anchieta	1
Araquari	9
Araranguá	6
Armazém	1
Ascurra	1
Balneário Camboriú	29
Balneário Piçarras	10
Barra Velha	3
Biguaçu	8
Blumenau	65
Braço do Norte	6

Brusque	5
Caçador	7
Camboriú	4
Canoinhas	6
Capital	334
Capital – Estreito	27
Capital – Norte da Ilha	18
Catanduvas	1
Capivari de Baixo	4
Chapecó	17
Concórdia	4
Criciúma	18
Cunha Porã	2
Curitibanos	4
Dionísio Cerqueira	1
Forquilhinha	1
Fraiburgo	25
Garopaba	8
Garuva	1
Gaspar	17
Guaramirim	4
Herval D'Oeste	1
Içara	5
Imbituba	9
Indaial	8
Itajaí	19
Itapema	20
Itapoá	4
Ituporanga	6
Jaraguá do Sul	14
Joaçaba	3
Joinville	93
Lages	11

Laguna	10
Mafra	5
Maravilha	6
Navegantes	6
Orleans	1
Otacílio Costa	3
Outros Estados	90
Palhoça	23
Palmitos	3
Pomerode	2
Porto Belo	1
Porto União	2
Rio do Campo	1
Rio do Sul	10
Rio Negrinho	1
Santa Rosa do Sul	9
Santo Amaro da Imperatriz	9
São Bento do Sul	3
São Carlos	5
São Francisco o Sul	8
São João Batista	5
São Joaquim	1
São José	68
São Miguel do Oeste	8
Sombrio	1
Taió	2
Timbó	2
Tribunal de Justiça	427
Tubarão	20
Turvo	3
Urubici	1
Videira	4
Xanxerê	9

1ª VICE-PRESIDÊNCIA

INTRODUÇÃO

A 1ª Vice-Presidência, conforme atribuições definidas pelo Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina e pelo Ato Regimental nº 48/01-TJ, possui a incumbência, dentre outras, de decidir os pedidos de suspensão da eficácia de liminar ou sentença proferidas em ações movidas contra o Poder Público e ao 1º Vice-Presidente, a presidência das seguintes Comissões Permanentes: Divisão e Organização Judiciárias; Regimento Interno; Jurisprudência; Assuntos Legislativos; Assuntos Institucionais; Concurso para Ingresso na Magistratura; Concurso para Ingresso e Remoção na Atividade Notarial e de Registro; Concurso para o Quadro de Pessoal do Poder Judiciário e Concurso para Advogado de Ofício do Judiciário e da Justiça Militar.

Além das Comissões Permanentes, o Tribunal Pleno, na sessão do dia 2/9/2009, decidiu criar a Comissão de Desdobro, sobre a qual recaiu a incumbência de definir "critérios gerais para instalação de novos cartórios em todo o Estado", formada pelo 1º Vice-Presidente, na qualidade de presidente, e pelos eminentes Desembargadores César Augusto Mimoso Ruiz Abreu, José Antônio Torres Marques, José Volpato de Souza e João Henrique Blasi (Ata nº 195 – TP), posteriormente substituído pelo Desembargador Roberto Lucas Pacheco.

Informações relativas ao período compreendido entre 7/1/2011 e 19/12/2011.

1. PEDIDO DE SUSPENSÃO DE LIMINARES E DE SENTENÇAS EM AÇÕES MOVIDAS CONTRA O PODER PÚBLICO

1.1 Total de Feitos: 38

2. AGRAVOS E EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTERPOSTOS NOS PEDIDOS DE SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA EM AÇÕES MOVIDAS CONTRA O PODER PÚBLICO

2.1 Total de Feitos: 7

3. DECISÕES MONOCRÁTICAS PROFERIDAS NO CONSELHO DA MAGISTRATURA

3.1 Total de Feitos: 10

4. JULGAMENTOS DE MÉRITO NO CONSELHO DA MAGISTRATURA

4.1 Total de Feitos: 25

5. COMISSÃO PERMANENTE DE DIVISÃO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIAS - Portaria 430/10-GP

- Des. José Gaspar Rubick - Presidente
- Des. Luiz Cézar Medeiros - Titular
- Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi - Titular*
- Desª. Marli Mosimann Vargas - Titular
- Des. João Henrique Blasi - Titular
- Des. Jorge Luiz de Borba - Titular

Representantes da Associação dos Magistrados Catarinense:

- Juíza Janice Goulart Garcia Ubialli - Titular
- Juiz Túlio José Moura Pinheiro - Suplente

* Afastado desde agosto/2011

5.1 Total de Processos para Exame na 1ª Vice-Presidência: 80

5.1.1 Conclusos à Presidência: 62

5.1.2 Feitos em tramitação na 1ª Vice-Presidência: 5

5.1.3 Feitos distribuídos aos integrantes da CPDOJSC: 77

5.1.4 Diligências a outros órgãos administrativos: 14

5.2 Reuniões: 12

5.2.1 Processo nº 401291-2011.7 - Aprovação da alteração da competência sugerida pela douta Corregedoria-Geral da Justiça, "de forma que as cartas precatórias sejam distribuídas conforme as respectivas competências e as demais igualitariamente".

5.2.2 Processo nº 400826-2011.0 - Encaminhamento à Comissão de Desdobro, instalada pela Portaria nº 963/2009-GP.

5.2.3 Processo nº 398985-2010.2 - Associação de Analistas Jurídicos do PJSC - AESC e outros - Encaminhamento à Associação dos Magistrados Catarinenses.

5.2.4 Processo nº 400827-2011.8 - Corregedoria-Geral da Justiça - Implantação de Tabelionato de Notas na Ponte do Imaruim, comarca de Palhoça - Encaminhamento à Comissão de Desdobro.

5.2.5 Processo nº 402249-2011.1 - Readequação da circunscrição atribuída aos cartórios de registro de imóveis da comarca de Lages - Encaminhamento à Comissão de Desdobro.

5.2.6 Processo nº 259518-2006.4 - Atribuir competência às Varas da Família da Capital, para processamento e julgamento dos feitos relacionados às pessoas com mais de 60 anos de idade - Conversão do processo em diligência a fim de consultar o Juiz Titular da unidade jurisdicional.

5.2.7 Processo nº 363914-2010.2 - Aprovação da proposta de alteração de competência em relação às cartas de ordem e precatórias, necessidade detectada após atuação do grupo de instrutores do programa de implantação de serviços judiciários para atuação na 2ª Vara da comarca de Porto Belo.

5.2.8 Processo nº 311078-2008.8 - Conversão do processo em diligência ao Juiz Titular da Vara da Família, Órfãos, Infância e Juventude da comarca de Tubarão.

5.2.9 Processo nº 367187-2010.9 - Escrivania de Paz do Distrito de Campinas - Apensamento ao Processo nº 374268-2010.7.

5.2.10 Processo nº 375307-2010.7 - Varas com competência para as ações da infância e juventude - apuração de ato infracional - Aprovação no sentido de que "a) seja expedida Resolução estabelecendo que em todas as Comarcas com mais de uma vara a competência para os processos referentes aos atos infracionais regulados no Estatuto da Criança e do Adolescente será do Juízo da Infância e Juventude; b) os processos versando sobre atos infracionais em tramitação nas Varas Criminais, salvo os conclusos para sentença ou com instrução ultimada, deverão ser redistribuídos à Vara com competência para o processamento e julgamento de ações da Infância e Juventude; c) depois de procedida a redistribuição, a compensação do número de processos, quando necessária, será apreciada e solucionada pontualmente, já que as estatísticas indicam que não haverá sobrecarga de relevância aos Juízos da Infância e Juventude".

5.2.11 Processo nº 406336-2011.8 - Aprovação da proposta de resolução que disciplina a redefinição da competência da 1ª e 2ª Vara da comarca de Imbituba.

5.2.12 Processo nº 403942-2011.4 - Aprovação da instalação de novas unidades judiciárias na comarca de Barra Velha, criada pela LC nº 426/08.

5.2.13 Processo nº 365999-2010.2 - Aprovação do projeto de lei que objetiva coibir a prática de nepotismo no Poder Judiciário Catarinense, nos termos das determinações do CNJ.

5.2.14 Processo nº 397380-2010.8 - Encaminhamento à Vice-Corregedoria para a elaboração de projeto de lei com o objetivo de criar serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais, Pessoas Jurídicas e Títulos e Documentos, em face da LC nº109/94.

5.2.15 Processo nº 339694-2009.0 - Instalação, no Fórum Regional do Estreito, de unidade do Juizado Especial Criminal - Arquivamento do processo.

5.2.16 Processo nº 403934-2011.3 - Aprovação da proposta de resolução que disciplina a competência e a instalação de novas unidades judiciárias na comarca de Blumenau criada pela LC nº 426/08.

5.2.17 Processo nº 403938-2011.6 - Aprovação da proposta de resolução que disciplina a competência e a instalação de novas unidades judiciárias na comarca de Itajaí criada pela LC nº 426/08.

5.2.18 Processo nº 403939-2011.4 - Aprovação da proposta de resolução que disciplina a competência e a instalação de novas unidades judiciárias na comarca de Mafra criada pela LC nº 426/08.

5.2.19 Processo nº 403931-2011.9 - Aprovação da proposta de resolução que disciplina a competência e a instalação de novas unidades judiciárias na comarca de Porto União criada pela LC nº 426/08.

5.2.20 Processo nº 379180-2010.7 - Aprovação da proposta de resolução que disciplina a competência e a instalação de novas unidades judiciárias na comarca de Itapema criada pela LC nº 426/08.

5.2.21 Processo nº 403943-2011.2 - Anexos: 379175-2010.0 e 381248-2010.0 - Aprovação da proposta de resolução que disciplina a competência e a instalação de novas unidades judiciárias na comarca de Criciúma criada pela LC nº 426/08.

5.2.22 Processo nº 403930-2011.0 - Anexo: 382536-2010.1 - Aprovação da proposta de resolução que disciplina a competência e a instalação de novas unidades judiciárias na comarca de Camboriú criada pela LC nº 426/08.

5.2.23 Processo nº 403933-2011.5 - Aprovação da proposta de resolução que disciplina a competência e a instalação de novas unidades judiciárias na comarca de Rio Negrinho criada pela LC nº 426/08.

5.2.24 Processo nº 408107-2011.2 - Aprovação da proposta de resolução que disciplina a competência e a instalação de novas unidades judiciárias na Vara de Precatórios e Precatórias da comarca da Capital.

5.2.25 Processo nº 404931-2011.4 - Aprovação do projeto de resolução que disciplina a competência e a instalação de unidade judiciária na comarca da Capital, bem como a adoção de medidas com vistas à modernização da estrutura judiciária do Foro do Norte da Ilha.

5.2.26 Processo nº 403941-2011.6 - Aprovação do projeto de resolução que disciplina a competência e a instalação da 3ª Vara na comarca de Navegantes.

5.2.27 Processo nº 403932-2011.7 - Aprovação do projeto de resolução que disciplina a competência e a instalação do Juizado Especial Criminal e de Violência Doméstica e Familiar na comarca de Tubarão.

5.2.28 Processo nº 403935-2011.1 - Aprovação do projeto de resolução que disciplina a competência e a instalação da unidade judiciária na comarca de Brusque.

5.2.29 Processo nº 404052-2011.0 - Aprovação do projeto de resolução que disciplina a competência e a instalação da unidade judiciária na comarca de Palhoça.

5.2.30 Processo nº 403936-2011.0 - Aprovação do projeto de resolução que disciplina a competência e a instalação da unidade judiciária na comarca de Biguaçu.

5.2.31 Processo nº 403937-2011.8 - Aprovação do projeto de resolução que disciplina a competência e a instalação do Juizado Especial Criminal e de Violência Doméstica e Familiar na comarca de São José.

5.2.32 Processo nº 403941-2011.6 - Aprovação do projeto de resolução que altera a redação do art. 4º da Resolução nº 6/2011-TJ.

5.2.33 Processo nº 363914-2010.2 - Aprovação do projeto de resolução que disciplina as competências das unidades judiciais da comarca de Porto Belo.

5.2.34 Processo nº 386904-2010.0 - Instalação de nova vara ou redefinição da competência da Vara da Fazenda da comarca de Blumenau - Indeferimento do pleito e arquivamento do processo.

5.2.35 Processo nº 416625-2011.6 - Instalação dos Juizados Especiais Cíveis nos municípios de Água Doce e Treze Tílias e compensação da distribuição dos processos - Indeferimento do pleito.

5.2.36 Processo nº 416080-2011.0 - Câmara Civil Especial - Redistribuição de processos - Remessa dos autos à Comissão de Regimento Interno.

5.2.37 Processo nº 421435-2011.8 - Aprovação do projeto de resolução que disciplina a competência das Varas Cíveis da comarca de São Miguel do Oeste.

5.2.38 Processo nº 337567-2009.6 - Aprovação do projeto de resolução que disciplina a competência das Varas Cíveis da comarca de Caçador.

5.2.39 Processo nº 421605-2001.9 - Aprovação da instalação do 2º Juizado Especial Cível da Capital.

5.2.40 Processo nº 413405-2001.2 - Aprovação da instalação da Vara Criminal da comarca de Tijucas.

5.2.41 Processo nº 413416-2011.8 - Aprovação da instalação da 4ª Vara Cível da comarca de Balneário Camboriú.

5.2.42 Processo nº 413411-2011.7 - Aprovação do projeto de resolução que disciplina a competência e a instalação do Juizado Especial Cível na comarca de Joinville.

5.2.43 Processo nº 357975-2009.1 - Aprovação de proposta de alteração de competência de unidades jurisdicionais da comarca de Içara.

5.2.44 Processo nº 311078-2008.8 - Atribuição de competência para feitos relacionados a pessoas idosas em situação de risco, na comarca de Tubarão - Encaminhamento para manifestação da CGJ e, sendo ela favorável, pelo pronunciamento do magistrado titular do Juizado Especial Criminal, Violência Doméstica e Familiar da comarca de Tubarão.

5.2.45 Processo nº 259518-2006.4 - Atribuição de competência para feitos relacionados a pessoas idosas em situação de risco, na Capital é da Vara da Infância e Juventude.

5.2.46 Processo nº 417635-2011.9 - Valor de fotocópia cobrada em cartório extrajudicial - "pelo envio do projeto de Lei Complementar à Assembleia Legislativa, com a recomendação de prévia revisão do texto proposto, destinada a certificar-se se o item a ser incluído na Tabela VII da Lei Complementar Estadual nº 219/01 deve receber o número '9', eis que a publicação da referida norma na página do Parlamento Catarinense, na rede mundial de computadores, indica que deverá ser o número '8'".

5.2.47 Processo nº 417674-2001.0 - Ajuda de custo aos magistrados removidos/promovidos que não tenham completado o interstício de dois anos - Remessa dos autos ao Conselho de Gestão, Modernização Judiciárias, de Políticas Públicas e Institucionais.

5.2.48 Processo nº 398985-2010.2 - Associação dos Analistas Jurídicos do Estado de Santa Catarina, solicita a preferência no exercício das chefias de cartório - Remessa dos autos à comissão que analisa a implantação do Plano de Cargos e Salários dos servidores do Poder Judiciário.

5.2.49 Processo nº 376849-2010.0 - Criação da comarca de Penha ou alternativamente, uma unidade judiciária avançada na cidade de Penha - Encaminhamento à ASPLAN a fim de que utilize o pleito como subsídio aos estudos globais a que se refere a Resolução nº 28/2010-TJ, bem como recomendar à Presidência desta egrégia Corte e à CGJ, estudos visando viabilizar a instalação de vara em regime de exceção ou outras providências que atenuem os problemas decorrentes do acervo existente naquela unidade jurisdicional.

5.2.50 Processo nº 414296-2011.9 - Regularização da Vara da Justiça Militar - Requisição de informações junto à Diretoria Geral Administrativa acerca da estrutura funcional daquela unidade, com posterior envio à Diretoria Geral Judiciária a fim de que promova a atuação da Equipe de implantação de Novos Serviços, e finalmente à Presidência desta egrégia Corte para que trate da elaboração dos projetos pertinentes, fornecendo dados sobre a repercussão financeira, disponibilidade orçamentária e física para as instalações, e outros que se fizerem necessários, voltando, após, para apreciação.

5.2.51 Processo nº 413414-2011.1 - Aprovação da instalação de novas unidades judiciárias na comarca de Criciúma.

5.2.52 Processo nº 413415.2011.0 - Aprovação da instalação de novas unidades judiciárias na comarca de São José.

5.2.53 Processo nº 409264-2011.3 - Aprovação da proposta de resolução e o projeto de lei para instalação de Juizado Especial Cível e Criminal e extinção do cargo de Juiz Especial na comarca de Brusque.

5.2.54 Processo nº 413403-2011.6 - Aprovação da instalação de novas unidades judiciárias na comarca de Orleans.

5.2.55 Processo nº 413406-2011.0 - Aprovação da instalação de novas unidades judiciárias na comarca de Araranguá.

5.2.56 Processo nº 433295-2011.4 - Rejeitar a criação de Vara Criminal na comarca de Jaraguá do Sul encaminhando o processo à ASPLAN "para servir de subsídio ao levantamento das necessidades globais do Estado e à elaboração do futuro projeto de criação de novas unidades jurisdicionais".

5.2.57 Processo nº 413412-2011.5 - Aprovação da instalação de novas unidades judiciárias, Direito Bancário, na comarca da Capital.

5.2.58 Processo nº 423909-2011.1 - Aprovação da proposta de resolução pela padronização de competência para as comarcas com 3 Varas (Juízo de Direito de Indaial).

5.2.59 Processo nº 421607-2011.5 - Aprovação da proposta de resolução pela padronização de competência para as comarcas com 3 Varas (Juízo de Direito de Laguna).

5.2.60 Processo nº 424797-2011.3 - Aprovação da proposta de resolução pela padronização de competência para as comarcas com 3 Varas (Juízo de Direito de Videira).

5.2.61 Processo nº 421609-2011.1 - Aprovação da proposta de resolução pela padronização de competência para as comarcas com 3 Varas (Juízo de Direito de Campos Novos).

5.2.62 Processo nº 421608-2011.3 - Aprovação da proposta de resolução pela padronização de competência para as comarcas com 3 Varas (Juízo de Direito de São Francisco do Sul).

5.2.63 Processo nº 328645-2009.2 - Aprovação da proposta de instalação da Unidade Judiciária Avançada de Cooperação no campus da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, na comarca de Criciúma.

5.2.64 Processo nº 389889-2010.0 - Proposta de criação de novas câmaras no Tribunal de Justiça e de alterações na Lei Complementar nº 367/2006. Decidiu a comissão, à unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar: **a)** a criação de 5 (cinco) cargos de desembargador e cargos que integram os respectivos gabinetes, sendo 3 (três) designados para compor a Quinta Câmara de Direito Público - a ser criada no mesmo ato -, 1 (um) para regularizar a composição da Sexta Câmara de Direito Civil e 1 (um) para regularizar a composição da Quarta Câmara Criminal. O desembargador João Henrique Blasi ressalvou, quanto à imediata criação de 5 (cinco) cargos de Desembargador, ser mais adequado que o encaminhamento da questão fosse dado pela nova gestão da Corte, prestes a assumir, e que também se aguardasse pela definição sobre a manutenção, ou não, da Câmara Especial Regional de Chapecó; **b)** o ajuste no instituto da "opção", com a redução do prazo legal para manifestação do interesse para dois (02) dias, dinamizando as movimentações na carreira; **c)** a edição de ato normativo com o objetivo de evitar pagamento de parcela fixa da ajuda de custo nos casos de promoções precedidas de remoções recentes (um ano), alterando-se, para tanto, a redação do artigo 64 da Lei Complementar nº 367/2006; **d)** a alteração no normativo expresso no art. 33, § 1º, da Lei nº 367/2006, que permite ao magistrado exercer o direito de desistência da inscrição nos processos de promoção, remoção ou opção, mantendo-o, porém "desde que o faça no dia útil seguinte ao encerramento do prazo para as inscrições"; **e)** a previsão de contraprestação aos magistrados pela acumulação temporária de atribuições administrativas junto aos Conselhos instituídos pelo Tribunal de Justiça.

5.2.65 Processo nº 418435-2011.1 - Aprovação da proposta de redefinição da competência no Juízo de Direito da comarca de Canoinhas, nos termos das considerações expedidas pelo Juiz

Assessor.

5.2.66 Processo nº 314643-2008.0 - Aprovação da proposta de redefinição da competência no Juízo de Direito da comarca de Timbó, nos termos das considerações expedidas pelo Juiz Assessor.

5.2.67 Processo nº 413404-2011.4 - Aprovação da proposta de resolução para redefinição de competência na comarca de Trombudo Central.

5.2.68 Processo nº 403940-2011.8 - Aprovação da proposta de resolução para redefinição de competência na comarca de São João Batista.

5.2.69 Processo nº 424526-2011.1 - Aprovação da proposta de resolução para instalação da 7ª Vara Cível na comarca de Joinville.

5.2.70 Processo nº 421606-2011.7 - Aprovação da proposta de resolução para instalação de Vara de Execuções Penais na comarca de São José.

5.2.71 Processo nº 421686-2011.5 - Aprovação da proposta de resolução para instalação da 3ª Vara da Fazenda Pública na comarca de Joinville.

5.2.72 Processo nº 352050-2009.1 - Aprovação da proposta de criação de Turma de Uniformização de Interpretação de Lei, nos termos da Lei nº 12.153/2009 e do Provimento nº 7/2010 da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça.

5.2.73 Processo nº 387766-2010.3 - Aprovação da proposta de criação da 8ª Turma de Recursos com competência inicial para julgar os recursos oriundos do Juizado Especial da Fazenda Pública da comarca da Capital e, posteriormente, vencida a demanda reprimida, ampliar sua competência abarcando o julgamento de recursos cíveis e criminais da Lei nº 9.099/95, relativos à Turma já existente.

5.2.74 Processo nº 352051-2009.0 - Aprovação da proposta de ampliação, de três para quatro, do número de Juízes componentes dos Colegiados Recursais.

5.2.75 Processo nº 355333-2009.7 - Transferência de competência da Vara da Infância e Juventude para as Varas da Família, na Comarca de Joinville. Decidiu a comissão, à unanimidade, pela aprovação do parecer do relator, o qual entendeu pela "inoportunidade da reportada alteração de competência, ressalvando, entrementes, conforme requerido, que a matéria deverá ser reexaminada quando promovida a instalação de novas varas na comarca de Joinville".

5.2.76 Processo nº 444282-2011.2 - Alteração de competência das unidades judiciárias da comarca de Blumenau - Distribuição e conclusão para membro da Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciária, biênio 2012/2013.

5.2.77 Processo nº 407941-2011.8 - Coordenadoria de Execução Penal da Infância e Juventude - CEPIJ - Atribuição de competência em Vara respectiva quanto aos crimes de violência contra criança e adolescente - Concluso para a Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciária, biênio 2012/2013.

5.2.78 Processo nº 421442-2011.0 - Coordenadoria de Execução Penal da Infância e Juventude - CEPIJ - Proposta de resolução para cisão da Coordenadoria de Execução Penal e Infância e Juventude - CEPIJ, com a criação de coordenadorias específicas para cada uma das áreas de atuação - Concluso para a Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciária, biênio 2012/2013.

5.2.79 Processo nº 364209-2010.7 - Juízo de Direito da Comarca de Xanxerê - Distribuição de competência - Concluso para a Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciária, biênio 2012/2013.

5.2.80 Processo nº 371741-2010.0 - Coordenadoria de Execução Penal da Infância e Juventude - CEPIJ – Programa Execução Penal de Ofício - Concluso para a Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciária, biênio 2012/2013.

6. COMISSÃO PERMANENTE DE REGIMENTO INTERNO - Portaria nº 431/10-GP

- Des. José Gaspar Rubick - Presidente
- Des. Luiz Cézar Medeiros - Titular
- Des. Vanderlei Romer - Titular
- Des. Salim Schead dos Santos - Titular
- Desª. Maria do Rocio Luz Santa Ritta – Titular

Secretárias da comissão:

- Vera Lúcia Vieira da Silva Varela
- Mônica de Pieri Martins

6.1 Total de Processos para Exame na 1ª Vice-Presidência: 10

6.1.1 Conclusos à Presidência: 9

6.1.2 Feitos em tramitação na 1ª Vice-Presidência: 1

6.1.3 Feitos distribuídos aos integrantes da CPRI: 10

6.2 Reuniões: 4

6.2.1 Processo nº 224179-2005.0 - Aprovação do Anteprojeto do Regimento Interno.

6.2.2 Processo nº 430966-2011.9 - Aprovação do encaminhamento ao Tribunal Pleno do projeto de Ato Regimental que "estabelece a composição e fixa as atribuições do Tribunal Pleno e do Órgão Especial" para ser analisado anteriormente ao anteprojeto do Regimento Interno.

6.2.3 Processo nº 413163-2011.00 - Aprovação do projeto de Ato Regimental alterando o art. 3º do AR nº 101/2010.

6.2.4 Processo nº 405443-2011.1 - Aprovação do projeto de Ato Regimental que trata do rodízio dos membros na presidência do órgão fracionário.

6.2.5 Processo nº 405988-2011.3 - Aprovação da proposta de alteração do artigo 149 do RI/SC.

6.2.6 Processo nº 392178-2010.6 - Encaminhamento dos autos à comissão de elaboração do anteprojeto do Regimento Interno, para serem apensados.

6.2.7 Processo nº 298252-2008.0 - Aprovação parcial do projeto de Ato Regimental que institui as Câmaras Especiais Regionais na Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina.

6.2.8 Processo nº 404310-2011.3 - Aprovação de Ato Regimental que revoga os artigos 43, inciso III; 205 e seu parágrafo único; 206 e seu parágrafo único; 214 e 215 do Regimento Interno do TJSC.

6.2.9 Processo nº 388550-2010.0 - Aprovação da proposta de alteração da redação do art. 3º do Ato Regimental nº 41/2000.

6.2.10 Processo nº 322460-2008.0 - Aprovação de nova redação ao artigo 87 do Regimento Interno.

7. COMISSÃO PERMANENTE DE JURISPRUDÊNCIA - Portaria nº 432/10-GP

- Des. José Gaspar Rubick - Presidente
- Des. Jaime Ramos - Titular
- Des. Sérgio Izidoro Heil - Titular

7.1 Reunião: 1

7.1.1 Manutenção da Revista de Jurisprudência Catarinense

8. COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS - Portaria nº 433/10-GP

- Des. José Gaspar Rubick - Presidente
- Des. José Volpato de Souza - Titular
- Des. Fernando Carioni - Titular
- Des. João Henrique Blasi - Titular

Secretárias da comissão:

- Vera Lúcia Vieira da Silva Varela
- Mônica de Pieri Martins

8.1 Total de Processos para Exame na 1ª Vice-Presidência: 3

8.1.1 Conclusos à Presidência: 3

8.2 Reuniões: 2

8.2.1 Processo nº 411504-2011.0 - Aprovação parcial da minuta de projeto de lei dispondo sobre a movimentação na carreira da magistratura, para reduzir o prazo de opção de 5 (cinco) para 3 (três) dias, do artigo 41 da Lei Complementar nº 367/2006.

8.2.2 Processo nº 215970-2005.8 - Aprovação da minuta de projeto de lei dispondo sobre a criação do Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais, Títulos e Documentos e Pessoa Jurídicas na comarca de Descanso, com a ressalva de que deverá ser oficiado o Presidente desta Corte, informando de que a Lei Complementar nº 109/1994, assim como não o fez em relação à comarca de Descanso, também não contemplou as demais, criadas na mesma oportunidade, com os respectivos Ofícios de Registro Civil.

8.2.3 Processo nº 367864-2010.4 - Aprovação de minuta do projeto de lei para ampliação da circunscrição territorial da Escrivania de Paz do Distrito de Itoupava e transferência de sua sede do Distrito de Vila Itoupava para o de Itoupava Central da comarca de Blumenau.

9. COMISSÃO DE DESDOBRO - Portaria nº 963/2009-GP

- Des. José Gaspar Rubick - Presidente
- Des. José Volpato de Souza - Titular
- Des. José Antônio Torres Marques - Titular
- Des. César Augusto Mimoso Ruiz de Abreu - Titular
- Des. Roberto Lucas Pacheco – Titular

Secretárias da comissão:

- Vera Lúcia Vieira da Silva Varela
- Mônica de Pieri Martins

9.1 Total de Processos para Exame: 14

9.1.1 Conclusos à Presidência: 13

9.1.2 Feitos em tramitação na 1ª Vice-Presidência: 1

9.2 Reuniões: 2

9.2.1 Projetos de Lei a serem encaminhados, à Assembleia Legislativa, após aprovação do Tribunal Pleno

9.2.1.1 Processo nº 374286-2010.5 (apensos 374284-2010.9), de Joinville - Foi deliberada a criação do 4º Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Joinville, bem como o 4º Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos. Outrossim, foram aprovadas 4 (quatro) novas Escrivanias de Paz, a serem instaladas nos bairros Aventureiro, Costa e Silva, Paranaguá-Mirim e Floresta, todos elevados, por resolução (doc. 3), a distritos judiciários.

9.2.1.2 Processo nº 374266-2010.0 (apensos 165272-2002.9, 212859-2004.4, 309058-2008.2, 319129-2008.0, 477899-2011.8), de Blumenau - Foi aprovada a criação do 4º Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Blumenau, bem como o 4º Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos, a ser instalado obrigatoriamente no bairro Garcia.

9.2.1.3 Processo nº 374251-2010.2 (apensos 316768-2008.2 e 165824-2002.7 e 417587-2011.15), de Chapecó - Foram criados os 2º e 3º Ofícios de Registro de Imóveis da comarca de Chapecó, bem como o 3º Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos.

9.2.1.4 Processo nº 374268-2010.7 (apenso 367187-2010.9), de São José - Foram criados o 2º Ofício de Registro de Imóveis da comarca de São José e o 2º Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos, bem como alteradas as circunscrições geográficas das Escrivanias de Paz dos Distritos de Campinas e de Colônia Santa Teresa e do Ofício de Registro Civil, das Pessoas Naturais, das Pessoas Jurídicas e de Títulos e Documentos.

9.2.1.5 Processo nº 374285-2010.7 (apenso 374264-2010.4 e 400827-2011.8), de Palhoça - Foram criados o 2º Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Palhoça e o 2º Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos da comarca de Palhoça.

9.2.1.6 Processo nº 374283-2010.11 (apensos 349807-2009.7, 432084-2011.0), de Jaraguá do Sul - Foram criados o 2º Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Jaraguá do Sul e o 2º Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos, com a ressalva de que o atual Tabelionato passe a denominar-se 1º Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos, bem como 1 (uma) Escrivania de Paz, a ser instalada obrigatoriamente no bairro Barra do Rio Cerro, elevado a distrito judiciário, por resolução.

9.2.1.7 Processo nº 374254-2010.7 (apensos 374240-2010.7, 374263-2010.6, 374269-2010.5), de Concórdia - Foi aprovada a criação do 2º Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos da comarca de Concórdia, com a ressalva de que o atual Tabelionato passe a denominar-se 1º Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos, bem como que o 1º Ofício de Protesto de Títulos, atualmente anexado ao 2º Registro de Imóveis, seja extinto quando da primeira vacância do titular.

9.2.1.8 Processo nº 374246-2020.6, de Gaspar - Foi aprovada a criação do 2º Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos da comarca de Gaspar, com a ressalva de que o atual Tabelionato passe a denominar-se 1º Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos.

9.2.1.9 Processo nº 374248-2010.2, de São Bento do Sul - Foi aprovada a criação do 2º Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos da comarca de São Bento do Sul, com a ressalva de que o atual Tabelionato passe a denominar-se 1º Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos.

9.2.1.10 Processo nº 374282-2020.2, de Tubarão - Foi aprovada a criação do 3º Tabelionato de Notas da comarca de Tubarão, a ser anexado ao Tabelionato de Protesto de Títulos, já existente.

9.2.1.11 Processo nº 374265-2010.2, de Criciúma - Foi aprovada a criação do 3º Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos da comarca de Criciúma, a ser instalado obrigatoriamente no bairro Próspera.

9.2.1.12 Processo nº 374249-2010.0, de Içara - Foi aprovada a criação do 2º Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos da comarca de Içara, com a ressalva de que o atual Tabelionato passe a denominar-se 1º Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos.

9.2.1.13 Processo nº 374262-2010.8, de Lages (apensos 319128-2008.1, 374247-2010.4, 402249-2011.1, 424868-2011.6) - Foi aprovada a transferência da sede do 2º Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos da comarca de Lages, ora vago, para o bairro Coral.

9.2.1.14 Processo nº 397380-2010.8 - Aprovado o projeto de lei que cria os Ofícios de Registro Civil de Pessoas Naturais, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas das comarcas de Correia Pinto, Coronel Freitas, Jaguaruna, Lauro Müller, Lebon Régis, Otacílio Costa, Caibi, Caxambu do Sul, Nova Erechim, Penha e Morro da Fumaça, não previstos na LC nº 109/94.

10. COMISSÃO DE CONCURSOS

10.1 Comissão para Ingresso na Carreira da Magistratura

- Comissão Central

- Des. José Gaspar Rubick – Presidente(*)

- Des. Cid José Goulart Júnior - Presidente - Resolução nº 28/2011-TJ
- Juiz de Direito de 2º Grau Túlio José Moura Pinheiro – Suplente

(*) Atuou como Presidente até junho/2011

Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Santa Catarina:

- Dr. Márcio Luiz Fogaça Vicari - OAB/SC - Titular
- Dr. Joel de Menezes Niebuhr - OAB/SC - Suplente

- **Comissão Examinadora da Prova Objetiva Seletiva**

- Des. Nelson Juliano Schaefer Martins - Presidente
- Des. João Henrique Blasi - Titular - Impedido
- Des. Jorge Luiz de Borba - Titular
- Juiz de Direito de 2º Grau Ricardo José Roesler - Suplente
- Juiz de Direito de 2º Grau Stanley da Silva Braga - Suplente
- Dr. Oscar Juvêncio Borges Neto - OAB/SC - Titular
- Dr. Francisco Emmanuel Campos Ferreira - OAB/SC - Suplente
- Profª. Maria Tereza de Queiroz Piacentini - Gramática

- **Comissão Examinadora da Prova Discursiva Teórica**

- Des. Cid José Goulart Júnior - Presidente
- Des. Paulo Roberto Camargo Costa - Titular
- Desª. Sônia Maria Schmitz - Suplente
- Juiz de Direito de 2º Grau Carlos Adilson Silva - Suplente

Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Santa Catarina:

- Dr. Rodrigo Indalêncio Vilela Veiga - OAB/SC - Titular
- Dr. André Opilhar - OAB/SC - Suplente

- **Comissão Examinadora da Prova Técnica de Direito Penal**

- Des. José Antônio Torres Marques - Presidente
- Desª. Salete Silva Sommariva - Titular
- Juiz de Direito de 2º Grau Roberto Lucas Pacheco - Suplente
- Juiz de Direito de 2º Grau Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço - Suplente
- Dr. Hélio Rubens Brasil - OAB/SC - Titular
- Dr. Francisco Emmanuel Campos Ferreira - OAB/SC - Suplente

- **Comissão Examinadora da Prova Técnica de Direito Civil**

- Des. Pedro Manoel Abreu - Presidente
- Juiz de Direito de 2º Grau Paulo Henrique Moritz Martins da Silva - Titular
- Juiz de Direito de 2º Grau Ricardo José Roesler - Suplente
- Juiz de Direito de 2º Grau Carlos Alberto Civinski - Suplente
- Dr. André Opilhar - OAB/SC - Titular
- Dr. Rodrigo Brisiguelli Salles - OAB/SC - Suplente

* Atuou como Presidente até junho/2011 (Resolução nº 10/2010-TJ)

10.1.1 Edital 408/2010 - Edital de concurso para provimento de cargo de Juiz Substituto do Estado de Santa Catarina

10.1.2 Edital 411/2010 - Alteração de data da Prova Objetiva Seletiva

10.1.3 Edital 413/2010 - Relação dos candidatos inscritos

10.1.4 Editais 471 e 580/2010 - Relação das inscrições dos candidatos deferidos

10.1.5 Edital 581/2010 - Data da Prova Objetiva Seletiva

10.1.6 Edital 769/2010 - Data de julgamento de recursos interpostos

10.1.7 Edital 817/2010 - Relação dos candidatos aprovados na Prova Seletiva Objetiva

10.1.8 Edital 819/2010 - Listagem especial dos convocados para a segunda etapa do concurso

10.1.9 Edital 822/2010 - Definido o cronograma das próximas etapas do concurso - Prova Discursiva Teórica e Prova Técnica de Sentença Penal e Civil

10.1.10 Edital 014/2011 - Homologação de desistência de candidato

10.1.11 Edital 015/2011 - Agravo Regimental em Mandado de Segurança nº 2010.081389-3/0001.00

10.1.12 Portaria nº 001/2011 - Dispensar a pedido do Excelentíssimo Senhor Desembargador Paulo Roberto Camargo Costa e convocar o Excelentíssimo Senhor Desembargador João Henrique Blasi para integrar a Comissão Examinadora da Prova Discursiva Teórica

10.1.13 Portaria nº 002/2011 - Designação dos Excelentíssimos Senhores Desembargadores Cid José Goulart Júnior e Sônia Maria Schmitz, os Doutores José Carlos Nascimento - CRM 3.119 e Graciela de Oliveira Richter Schmidt – CRM 10.3921 e o Doutor Rodrigo Indalêncio Vilela Veiga - OAB/SC 16.290, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Multiprofissional para avaliação e parecer conclusivo a respeito dos candidatos portadores de necessidades especiais

10.1.14 Edital 047/2011 - Agendamento para análise do pedido de inscrição pela reserva de vagas junto à Diretoria de Saúde

10.1.15 Edital 051/2011 - Mandado de Segurança nº 2010.075390-6

10.1.16 Edital 067/2011 - Data de divulgação das notas da Prova Discursiva Teórica

10.1.17 Edital 068/2011 - Adiamento da data para realização das Provas Técnicas de Sentença

10.1.18 Portaria 005/2011 - Dispensa a pedido, por impedimento, do Excelentíssimo Senhor Desembargador Pedro Manoel Abreu e convocar o Excelentíssimo Senhor Desembargador Ronei Danielli para integrar a Comissão Examinadora da Prova Técnica de Direito Civil

10.1.19 Portaria 006/2011 - Dispensar a pedido, por impedimento, do Excelentíssimo Senhor Doutor Paulo Henrique Moritz Martins da Silva e convocar o Excelentíssimo Senhor Doutor Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto para integrar a Comissão Examinadora da Prova Técnica de Direito Civil.

10.1.20 Edital 071/2011- Aprovação dos candidatos na Prova Discursiva Teórica

10.1.21 Portaria 007/2011 - Dispensar a pedido, por impedimento, do Excelentíssimo Senhor Doutor Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto e convocar o Excelentíssimo Senhor

Desembargador Cláudio Valdyr Helfenstein para integrar a Comissão Examinadora da Prova Técnica de Direito Civil

10.1.22 Portaria 008/2011 - Dispensar a pedido, por impedimento, do Excelentíssimo Senhor Desembargador José Antônio Torres Marques e convocar o Excelentíssimo Senhor Desembargador Jorge Henrique Schaefer Martins para integrar a Comissão Examinadora da Prova Técnica de Direito Penal

10.1.23 Portaria 009/2011 - Ratificação das Portarias 1/2011, 3/2011, 4/2011, 5/2011, 6/2011, 7/2011 e 8/2011

10.1.24 Edital 197/2011 - Reaplicação da Prova Discursiva Teórica

10.1.25 Edital 198/2011 - Pontos revistos em complemento ao Anexo I do Edital 408/2010-CJS

10.1.26 Edital 199/2011 - Reaplicação da Prova Discursiva Teórica

10.1.27 Edital 202/2011 - Transferência da data da Prova Discursiva Teórica

10.1.28 Edital 204/2011 - Homologação de Pedido de Desistência

10.1.29 Edital 317/2011 - Data da sessão pública para identificação da Prova Discursiva Teórica

10.1.30 Edital 324/2011 - Relação de aprovados na Prova Discursiva Teórica

10.1.31 Edital 335/2011 - Aplicação das Provas Práticas de Sentença Penal e Civil

10.1.32 Edital 336/2011 - Data de julgamento de recursos interpostos a questões da Prova Discursiva Teórica

10.1.33 Edital 338/2011 - Julgamento dos recursos interpostos a questões da Prova Discursiva Teórica

10.1.34 Edital 343/2011 - Deferimento horário especial de prova para candidato, em função de resultado do Processo Administrativo nº 441815-2011.8

10.2 Concurso para Ingresso na Atividade Notarial e de Registro

10.2.1 Resolução nº 17/2010-TJ - Regulamento do concurso para Ingresso na Atividade Notarial e de Registro

10.2.2 Edital 703/2010 - Listagem das serventias vagas para concurso

10.2.3 Resolução nº 47/2011-TJ - Regulamento do concurso para Ingresso na Atividade Notarial e de Registro

10.2.4 Edital 344/2011 - Sorteio público de desempate de serventias

10.2.5 Edital 346/2011 - Abertura do concurso

10.3 Concurso para Provimento de Cargos de Servidores do Quadro do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina:

10.3.1 Edital 409/10 - **Oficial de Justiça e Avaliador**

- Des. José Gaspar Rubick - Presidente
- Mario José Simone Ramos - Titular
- Alfredo José Ribeiro Júnior - Titular
- Cassiano Reis - Titular
- Raphael Jaques de Souza - Titular
- Marcelo Meira Cúrcio - Secretário

10.3.1.1 Editais 475 a 503/2010 - Inscrições deferidas

10.3.1.2 Edital 504/2010 - Candidatos que requereram inscrição na condição de reserva de vaga

10.3.1.3 Edital 505/2010 - Candidatos que requereram inscrição para condição especial de prova

10.3.1.4 Editais 622 a 650/2010 - Candidatos aprovados na Prova Escrita

10.3.1.5 Edital 704/2010 - Cumprimento à liminar deferida no Mandado de Segurança nº 2010.068073-7

10.3.1.6 Edital 778/2010 - Inclusão de candidato aprovado - Mafra

10.3.1.7 Edital 888/2010 - Candidata aprovada na Prova Escrita - Balneário Camboriú

10.3.1.8 Edital 823/2010 - Notas da Prova de Títulos

10.3.1.9 Edital 012/2011 - Notas da Prova de Títulos, após recursos interpostos

10.3.1.10 Edital 013/2011 - Títulos analisados

10.3.1.11 Edital 065/2011 - Notas da Prova de Títulos

10.3.1.12 Edital 073/2011 - Notas da Prova de Títulos, após recursos interpostos

10.3.1.13 Editais 077 a 105/2011 - Candidatos aprovados

10.3.1.14 Homologação - 26/5/2011

10.3.2 Edital 410/10 - **Oficial da Infância e Juventude**

- Des. José Gaspar Rubick - Presidente
- Mario José Simone Ramos - Titular
- Alfredo José Ribeiro Júnior - Titular
- Cassiano Reis - Titular
- Raphael Jaques de Souza - Titular
- Marcelo Meira Cúrcio - Secretário

10.3.2.1 Editais 506 a 561/2010 - Inscrições deferidas

10.3.2.2 Edital 562/2010 - Candidatos que requereram inscrição na condição de reserva de vaga

10.3.2.3 Edital 563/2010 - Candidatos que requereram inscrição para condição especial de prova

10.3.2.4 Edital 565/2010 - Alterações na redação do Edital 410/10

10.3.2.5 Edital 569/2010 - Inclusão de candidato - inscrição deferida - Mandado de Segurança

10.3.2.6 Edital 575/2010 - Candidatos inclusos - inscrições deferidas

10.3.2.7 Edital 713 a 768/2010 - Candidatos aprovados

10.3.2.8 Edital 779/2010 - Candidatos aprovados na prova escrita

10.3.2.9 Edital 016/2011 - Mandado de Segurança nº 2010.077081-6

10.3.2.10 Edital 017 e 064/2011 - Notas da Prova de Títulos

10.3.2.11 Edital 074/2011 - Notas da Prova de Títulos após recursos interpostos

10.3.2.12 Edital 115 a 170/2011 - Candidatos aprovados

10.3.2.13 Homologação - 26/5/2011

10.3.3 Edital 412/10 - **Analista de Sistemas**

- Des. José Gaspar Rubick - Presidente
- Mario José Simone Ramos - Titular

- Alfredo José Ribeiro Júnior - Titular
- Cassiano Reis - Titular
- Raphael Jaques de Souza - Titular
- Marcelo Meira Cúrcio - Secretário

10.3.3.1 Edital 567/2010 - Alterações na redação do Edital 412/10

10.3.3.2 Edital 590/2010 - Candidatos que requereram e obtiveram deferimento da inscrição: 412

10.3.3.3 Edital 591/2010 - Inscrições deferidas: 15

10.3.3.4 Edital 621/2010 - Candidatos aprovados na prova escrita

10.3.3.5 Edital 824/2010 - Notas da Prova de Títulos

10.3.3.6 Edital 005/2011 - Apreciação dos recursos interpostos à avaliação da Prova de Títulos

10.3.3.7 Edital 006/2011 - Mandado de Segurança nº 2010.070301-1

10.3.3.8 Edital 007/2011 - Candidatos aprovados

10.3.3.9 Homologação - 29/3/2011

10.3.4 Edital 620/10 - **Engenheiro Civil**

- Des. José Gaspar Rubick - Presidente
- Mario José Simone Ramos - Titular
- Cassiano Reis - Titular
- Raphael Jaques de Souza - Titular
- Antonina Machado Ivo - Titular
- Marcelo Meira Cúrcio - Secretário

10.3.4.1 Edital 001/2011 - Inscrições deferidas

10.3.4.2 Edital 002/2011 - Inscrições deferidas na condição de portador de necessidades especiais

10.3.4.3 Edital 003/2011 - Inscrições deferidas na condição de doador de sangue

10.3.4.4 Edital 004/2011 - Inscrições deferidas na condição de especial de prova

10.3.4.5 Edital 008/2011 - Candidatos incluídos no Edital 001/2011

10.3.4.6 Edital 009/2011 - Data, hora e local da prova

10.3.4.7 Edital 010/2011 - Cumprimento do Anexo I do Edital 620/2010, quanto a utilização de calculadora científica

10.3.4.8 Edital 011/2011 - Exclusão de candidatos

10.3.4.9 Portaria nº 140/2011 - Comissão Examinadora de Concurso

10.3.4.10 Edital 63/2011 - Candidatos aprovados

10.3.4.11 Edital 66/2011 - Readequação no critério de pontuação para os títulos

10.3.4.12 Edital 70/2011 - Notas da Prova de Títulos

10.3.4.13 Edital 72/2011 - Candidatos aprovados

10.3.4.14 Edital 75/2011 - Notas da Prova de Títulos após recursos interpostos

10.3.4.15 Homologação - 26/5/2011

10.3.5 Edital 173/2011 - **Técnico Judiciário Auxiliar**

- Mario José Simone Ramos - Presidente
- Alfredo José Ribeiro Júnior - Titular
- Cassiano Reis - Titular
- Marcelo Meira Cúrcio - Titular
- Michele Copetti - Titular
- Rosângela e Silva Pamplona - Secretária

10.3.5.1 Edital 203/11 - Edital de Impugnação

10.3.5.2 Editais 206 a 225/2011 - Inscrições Deferidas

10.3.5.3 Edital 226/2011 - Inscrições indeferidas na condição de Doadores de Sangue

10.3.5.4 Edital 227/2011 - Inscrições deferidas na condição de Doadores de Sangue

10.3.5.5 Edital 228/2011 - Inscrições pela reserva de vaga, como Portadores de Necessidades Especiais

10.3.5.6 Edital 229/2011 - Inscrições pela Condição Especial de Prova

10.3.5.7 Edital 230/2011 - Data de aplicação da Prova Escrita

10.3.5.8 Edital 728/2011 - Composição da Comissão Examinadora

10.3.5.9 Edital 312/2011- Inclusão e exclusão de inscrições

10.3.5.10 Portaria 832/2011 - Dispensar a pedido, por impedimento, o servidor Afonso Hoeltegebaum Filho, dispensando-o da presidência do concurso público para o cargo de Técnico Judiciário Auxiliar do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário, atribuindo esta ao servidor Mario José Simone Ramos e designar a servidora Michele Copetti, para integrar a Comissão Examinadora

10.3.5.11 Edital 316/2011 - Suspensão da realização da prova agendada para o dia 18/09/2011, em todas as Comarcas

10.3.5.12 Edital 321/2011 - Inscrições deferidas dos candidatos enquadrados na condição estipulada pelos artigos 3º e 4º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999

10.3.5.13 Edital 323/2011 - Inscrições indeferidas dos candidatos enquadrados na condição estipulada pelos artigos 3º e 4º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999

10.3.5.14 Edital 325/2011 - Nova data e hora de aplicação da Prova Escrita

10.3.5.15 Edital 326/2011 - Pareceres da Junta Médica

10.3.5.16 Edital 333/2011 - Alteração do item 5.1 do Edital 173/2011

10.3.5.17 Ensalamento dos candidatos por locais de aplicação da Prova Escrita

10.3.5.18 Prova e Gabarito

10.3.6 Edital 192/2011 - **Analista Administrativo**

- Des. José Gaspar Rubick - Presidente
- Mario José Simone Ramos - Titular
- Alfredo José Ribeiro Júnior - Titular
- Cassiano Reis - Titular
- Raphael Jaques de Souza - Titular
- Lúcia Helena Gonçalves - Secretária

10.3.6.1 Edital 201/2011 - Alteração de item do Edital de Abertura

10.3.6.2 Edital 205/2011 - Edital de Impugnação

10.3.6.3 Editais 231 a 264/2011 - Inscrições deferidas

10.3.6.4 Edital 265/2011 - Inscrições deferidas na condição de Doadores de Sangue

10.3.6.5 Edital 267/2011 - Inscrições deferidas ou indeferidas na condição Especial de Prova

10.3.6.6 Edital 268/2011 - Inscrição pela reserva de vaga como Portadores de Necessidades Especiais

10.3.6.7 Edital 269/2011 - Data de aplicação da Prova Escrita

10.3.6.8 Edital 729/2011 - Composição da Comissão Examinadora

10.3.6.9 Edital 314/2011 - Nova data e hora de aplicação da Prova Escrita

10.3.6.10 Ensalamento dos candidatos por locais de aplicação da Prova Escrita

10.3.6.11 Edital 329/2011 - Inclusões de candidatos em editais anteriores

10.3.6.12 Relatório de Ensalamento

10.3.6.13 Prova e Gabarito

10.3.7 - Edital 195/2011 - **Técnico Judiciário Auxiliar, Secretaria do Tribunal de Justiça**

- Mario José Simone Ramos - Presidente
- Alfredo José Ribeiro Júnior - Titular
- Cassiano Reis - Titular
- Michele Copetti - Titular
- Marilande Fátima Manfrin Leida - Titular
- Antonina Machado Ivo - Secretária

10.3.7.1 Edital 200/2011 - Alteração de item 11.1 do Edital de Abertura

10.3.7.2 Edital 270/2011 - Inscrições deferidas

10.3.7.3 Edital 271/2011 - Inscrições deferidas na condição de Doadores de Sangue

10.3.7.4 Edital 273/2011 - Inscrição pela reserva de vaga como Portadores de Necessidades Especiais

10.3.7.5 Edital 274/2011 - Inscrições deferidas ou indeferidas na condição Especial de Prova

10.3.7.6 Edital 275/2011 - Data de aplicação da Prova Escrita

10.3.7.7 Edital 318/2011 - Inclusões de deferimentos no Edital 270/2011

10.3.7.8 Edital 319/2011 - Edital de Impugnação

10.3.7.9 Edital 322/2011 - Inscrições Indeferidas

10.3.7.10 Endereços dos locais de prova e distribuição dos candidatos

10.3.7.11 Portaria 847/2011 - Dispensar a pedido, por impedimento, o servidor Afonso Hoeltegebaum Filho, atribuindo esta ao servidor Mario José Simone Ramos e designar a servidora Marilande Fátima Manfrin Leida para integrar a Comissão Examinadora do concurso

público para o cargo de Técnico Judiciário Auxiliar do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário, aberto pelo Edital nº 195/2011.

10.3.7.12 Edital 276/2011 - Comarcas de aplicação da Prova Escrita

10.3.7.13 Prova e Gabarito

10.3.7.14 Edital 327/2011 - Inscrições indeferidas pela Junta Médica do Poder Judiciário

10.3.7.15 Edital 328/2011 - Inscrições deferidas pela Junta Médica do Poder Judiciário

10.3.7.16 Gabarito Definitivo

10.3.8 - Edital 193/2011 - **Analista Jurídico**

- Mario José Simone Ramos - Presidente
- Alfredo José Ribeiro Júnior - Titular
- Cassiano Reis - Titular
- Marcelo Meira Cúrcio - Titular
- Michele Copetti - Titular
- Antonina Machado Ivo - Secretária

10.3.8.1 Editais 277 a 305/2011 - Inscrições deferidas

10.3.8.2 Edital 306/2011 - Data e hora de aplicação da Prova Escrita

10.3.8.3 Edital 307/2011 - Inscrições pela Condição Especial de Prova

10.3.8.4 Edital 308/2011 - Inscrição pela reserva de vaga como Portadores de Necessidades Especiais

10.3.8.5 Edital 309/2011 - Inscrições deferidas na condição de Doadores de Sangue

10.3.8.6 Edital 310/2011 - Edital de Impugnação

10.3.8.7 Edital 311/2011 - Inscrições indeferidas na condição de Doadores de Sangue

10.3.8.8 Portaria 730/2011 - Composição da Comissão Examinadora

10.3.8.9 Portaria 833/2011 - Dispensar a pedido, por impedimento, do servidor Raphael Jaques de Souza, atribuindo ao servidor Mario José Simone Ramos e designar a servidora Michele Copetti, para integrar a Comissão Examinadora do concurso público para o cargo de Analista Jurídico do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário, aberto pelo Edital nº 193/2011

10.3.8.10 Edital 315/2011 - Nova data e hora de aplicação da Prova Escrita

10.3.8.11 Edital 337/2011 - Alteração do item 5.2 do Edital 193/2011

10.3.8.12 Relação de candidatos por local de aplicação da Prova Escrita

10.3.8.13 Edital 340/2011 - Exclusão de Candidatos da Nominata Publicada pelo Edital 277/2011

10.3.8.14 Edital 341/2011 - Correção de Nomes de Candidatos

10.3.8.15 Edital 342/2011 - Inclusão de candidatos

10.3.8.16 Edital 345/2011 - Resultado dos pedidos de prova com condição especial

10.3.8.17 Prova e gabarito

10.3.8.18 Gabarito republicado por incorreção

RESUMO ESTATÍSTICO DOS PROCESSOS DA 2ª VICE-PRESIDÊNCIA

MÊS	PENDENTES	SUSPENSOS	RECEBIDOS	RESP ENTRADOS	RE ENTRADOS	RESP ADIMITIDO	RESP NEGADO	RE ADMITIDO	RE NEGADO
JAN	6.580	32	500	207	144	27	177	5	130
FEV	5.996	48	592	301	178	50	230	12	137
MARÇO	6.180	5	832	397	259	79	265	12	178
ABRIL	6.418	1.228	1.244	659	299	97	368	27	134
MAIO	6.094	1.269	1.205	462	234	97	419	21	196
JUNHO	6.123	1.400	1.113	440	155	63	366	14	153
JULHO	5.357	1.510	1.138	459	156	94	397	34	218
AGOST	4.981	1.342	1.307	426	183	130	587	35	740
SET	3.662	2.042	742	342	122	99	752	38	249
OUT	2.685	2.340	657	210	92	109	553	27	213
NOV	2.555	2.532	565	237	101	64	327	9	162
DEZ	2.531	2.533	508	224	105	35	120	8	61
TOTAL	**2.531**	**16.281**	**10.403**	**4.364**	**2.208**	**847**	**4.461**	**242**	**2.571**

RESUMO ESTATÍSTICO DOS PROCESSOS DA 3ª VICE-PRESIDÊNCIA

RESUMO DOS DADOS ENCAMINHADOS À CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA – CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Mês	Pendentes	Suspensos	Recebidos	REsp entrados	RExt entrados	REsp Admitido	REsp Negado	RExt Admitido	RExt Negado	Outros despachos	Despachos do mês
Fevereiro/2010	5.854	2.877	730	350	109	3	64	0	8	40	115
Março/2010	10.472	2.899	5.664	3.932	1.421	46	758	0	250	462	1.516
Abril/2010	17.769	2.909	8.008	5.349	2.393	108	943	0	149	528	1.728
Maio/2010	21.177	3.057	5.488	3.412	1.495	53	1.633	0	219	411	2.316
Junho/2010	18.707	3.058	2.490	1.190	583	99	2.411	0	1.234	803	4.547
Julho/2010	14.939	3.462	1.740	634	427	89	3.177	2	1.789	813	5.870
Agosto/2010	13.001	3.838	4.727	1.603	695	91	2.670	0	1.571	647	4.979
Setembro/2010	11.074	4.118	5.821	1.602	546	161	3.040	0	1.899	907	6.007
Outubro/2010	9.785	4.503	2.339	996	350	236	1.637	0	667	1.378	3.918
Novembro/2010	8682	4.893	1.565	726	279	262	1.692	0	528	1.620	4.102
Dezembro/2010	8.026	5.219	1.129	551	207	131	667	0	130	823	1751
Janeiro/2011	7.524	2.236	1.727	681	265	268	1.101	1	280	1.235	2.885
Fevereiro/2011	8.133	2.238	2.252	906	298	148	696	0	169	891	1.904
Março/2011	8.424	2.508	2.933	1.116	417	102	641	0	231	1.008	1.982
Abril/2011	7.737	2.795	4.921	1.690	645	217	953	1	439	3.632	5.242
Maio/2011	8.443	2.758	5.584	1.403	514	114	935	0	452	1.338	2.839
Junho/2011	6.745	2.886	4.640	1.287	512	173	1.172	1	527	2.959	4.832
Julho/2011	4.142	2.896	3.495	876	314	317	1.943	0	993	1.894	5.147
Agosto/2011	4.051	2.939	5.997	1.332	546	158	1.285	0	297	1.744	3.484
Setembro/2011	4.515	3.028	3.940	1.435	640	216	1.224	2	548	1.382	3.372
Outubro/2011	4.170	3.034	3.436	1.165	495	81	1.077	0	464	737	2.359
Novembro/2011	4.213	3.085	2.856	1.258	639	116	1.298	0	636	784	2.834
Dezembro/2011	3.643	3.086	2.133	844	387	114	915	0	427	902	2.358
Totais	3.643	3.086	83.615	34.338	14.177	3.303	31.932	7	13.907	26.938	76.087

Acervo recebido de terceiros: 5546 + Recebidos ao longo da gestão: 89.161

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

1. INTRODUÇÃO

O final da gestão se aproxima e, com ele, encerra-se também o segundo ano de exercício de atividades neste órgão censor. Assim, com fulcro no artigo 383, XIX, da Lei nº 5.624/79 (Código de Divisão e Organização Judiciárias), apresentamos ao egrégio Conselho da Magistratura o relatório das atividades que foram desenvolvidas pela Corregedoria-Geral da Justiça no foro judicial e extrajudicial, no período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro de 2011.

Antes, contudo, cumpre-nos enaltecer e, principalmente, agradecer a colaboração dos Exmos. Srs. Juízes-Corregedores Drª Soraya Nunes Lins, Dr. Dinart Francisco Machado, Dr. Júlio César Ferreira de Mello, Dr. Volnei Celso Tomazini , Dr. Osmar Mohr, Dr. Alexandre Karazawa Takaschima, Dr. Vitoraldo Bridi, Dr. Luiz César Schweitzer e Dr. Antônio Zoldan da Veiga, bem como agradecer a dedicação e o empenho de todos os servidores que atuam neste órgão, sem os quais as tarefas e os projetos importantes em andamento não teriam alcançado o êxito desejado.

Registramos também um agradecimento especial aos senhores Magistrados que, durante o ano de 2011, exerceram de forma exemplar suas funções e se esmeraram em dar cumprimento às metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, fazendo com que a Justiça Estadual de Santa Catarina alcançasse resultados extremamente significativos, ficando em posição de destaque no cenário Nacional: em relação à meta 2 do CNJ, no ano de 2010 ocupamos a 3ª posição dentre aqueles Estados com movimento forense semelhante ao nosso. Em 2011, até o final do mês de novembro, o percentual de cumprimento atingiu 71% da meta. O mérito é dos senhores, Magistrados Catarinenses, que são motivo de orgulho e exemplo aos demais integrantes da categoria.

Há, ainda, que se louvar os esforços da douta Presidência desta Corte Catarinense, bem como das diversas Diretorias deste Tribunal de Justiça que, de forma escorreita e eficiente, garantiram a entrega de novas instalações a este órgão censor, compatíveis com o atual número de servidores que compõem seus quadros e com a modernidade que as suas atividades exigem.

Vale destacar que, nos dois últimos anos, houve um incremento de 39% no quadro de servidores da Corregedoria, representado pelo acréscimo de 25 novos colaboradores, com a finalidade de atender a crescente demanda, notadamente por frequentes cobranças do Conselho Nacional de Justiça, sendo que o quadro atual é composto por 96 servidores.

E foi com o auxílio desse aporte material e imaterial proporcionado pela Direção desta Corte Catarinense, mas principalmente em razão do capital humano que compõe a Corregedoria-Geral da Justiça, que em 2011 este órgão censor desenvolveu e implantou tecnologias que integram diversos setores da Administração Pública, gerando para a sociedade economia de recursos materiais, financeiros e, em certo grau, humanos.

Dentre as tecnologias desenvolvidas, podemos destacar a implantação do processo eletrônico para novos procedimentos na Corregedoria-Geral da Justiça, com a utilização do Sistema de Automação do Judiciário – SAJ 5; a implantação do Selo Digital em substituição ao selo auto-adesivo anteriormente utilizado pelas serventias extrajudiciais (Autos CGJ-E 0260/2009); a implantação do sistema Hermes – MALOTE DIGITAL para comunicação entre o TJSC e as

serventias extrajudiciais; a implantação do sistema de atendimento do extrajudicial – SAE (pelo Ofício-Circular CGJ nº 118/2010); a automatização da remessa dos dados de mandados de prisão para a Polícia Civil e INFOSEG; a comunicação por meio eletrônico, para a Justiça Eleitoral, acerca das condenações criminais e da extinção das penas; a regulamentação do uso do sistema SAJ - módulo Assistência Judiciária pelas delegacias de polícia, para que nelas se verifique qual o defensor dativo indicado para recebimento de cópia dos autos de prisão em flagrante no caso prisão e indiciamento de pessoa que não tenha condições de contratar advogado. Esse sistema encontra-se em fase de testes nas comarcas da Capital, Camboriú, Ituporanga, Santo Amaro da Imperatriz e Xanxerê.

Destacam-se, ainda, o desenvolvimento do sistema para pagamento dos oficiais de justiça – SPO, que permite que o chefe de cartório ou outro servidor autorizado por este, de posse do mandado devolvido pelo oficial de justiça, efetue a solicitação de pagamento de guias recolhidas como antecipação de conduções em custas iniciais ou intermediárias; a criação de uma ferramenta para realização do registro dos plantões judiciários locais e circunscricionais diretamente pelas secretariais dos foros, permitindo a divulgação instantânea, na página do Poder Judiciário, dos magistrados que respondem pelo plantão e seus respectivos telefones de contato; e o desenvolvimento e a implantação do sistema INTIMAFONE para uso nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Provimento CGJ nº 22/2009), em parceria com a DTI.

Além desses, outros projetos ainda estão em fase de estudos para futura implementação e regulamentação, a saber, convênio com a Procuradoria Geral do Estado para fins de fixação de tabela e pagamento de honorários periciais para processos que tramitam sob o benefício da assistência judiciária gratuita; regulamentação do leilão eletrônico; regulamentação da alienação por iniciativa particular ou por intermédio de corretor; e centralização do encaminhamento eletrônico de títulos dos bancos para protesto.

Também está sendo elaborado profundo estudo com várias linhas de análise para alteração da forma de pagamento dos oficiais de justiça e oficiais da infância e juventude, voltado a indenizar todas as despesas de locomoção, bem como o custo de manutenção de veículo.

Além disso, foram mantidos durante o biênio os projetos de meus ilustres antecessores, como as inspeções virtuais "in loco", os mutirões de sentença, o cadastro de adoção e o mutirão de julgamentos de processos do Tribunal de Júri.

Com relação às inspeções ordinárias realizadas nas serventias judiciais, cumpre destacar que em 2011 houve uma reformulação no seu procedimento, de sorte que elas passaram a ter uma pré-verificação, com geração e remessa de diversos relatórios até 45 dias antes da audiência pública e visitação/inspeção "in loco" nas unidades, facilitando e agilizando a execução dos trabalhos.

Foram realizadas, nesse último ano, inspeções ordinárias em 44 varas de 39 comarcas que, somadas àquelas realizadas em 2010, totalizam 95 inspeções e representam grande incremento em relação ao biênio anterior, no qual efetuaram-se 55 inspeções.

Com relação às serventias extrajudiciais, em 2011 foram realizadas 68 inspeções, dentre as quais 55 inspeções extraordinárias, 3 transmissões de acervo, 2 instruções, 2 retornos, 3 vistorias, 3 constatações e 1 verificação.

Há, ainda, que se destacar a realização do Mutirão de Sentenças, do qual participaram 11 Magistrados na 1ª fase, e 18 na 2ª fase, tendo resultado em 1525 julgamentos.

Também foram distribuídos, perante este órgão censor, no ano de 2011, 711 procedimentos administrativos da competência do Núcleo de Assessoramento I – Orientação Institucional, consubstanciados em pedidos de providências contra magistrados e servidores, processos de vitaliciamento e consultas. Dentre estes, 488 foram baixados, permanecendo 223 em andamento, além de outros 37 processos administrativos distribuídos em anos anteriores. Além desses processos administrativos, outros 2486 processos e expedientes diversos da competência dos demais Núcleos de Assessoramento deram entrada nesta Corregedoria, tratando dos mais variados temas, como por exemplo: consultas gerais, pedidos de criação de novas unidades, alteração de competências, determinações e recomendações do Conselho Nacional de Justiça, proposições de alteração de normas da Corregedoria-Geral da Justiça, entre outros. Destes, permanecem em andamento 1073 processos, tendo sido baixados outros 1413.

Registro, de outra parte, que a Corregedoria-Geral da Justiça, na sua atividade de gestora do Fundo do Selo, efetuou no biênio, o pagamento de ajuda de custos e ressarcimentos de atos gratuitos em montante que ultrapassou R$ 21 milhões.

De salientar, também, o constante apoio do Senhor Vice-Corregedor-Geral da Justiça, Desembargador César Augusto Mimoso Ruiz Abreu, sem o qual muitos dos projetos e anseios da gestão não teriam tido condições de andamento e implantação.

Cada setor administrativo deste órgão apresenta relatório que demonstra o inegável empenho de todos os funcionários com os projetos em andamento.

2. ATIVIDADES DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

2.1. Atribuições do Corregedor-Geral da Justiça

As atribuições do Corregedor-Geral da Justiça foram atendidas mediante:

- Divulgação e esclarecimentos sobre as informações prestadas ao Tribunal Pleno por ocasião das promoções/remoções dos magistrados;
- Informações sobre o Sistema de Monitoramento da Produtividade do Conselho Nacional da Justiça;
- Divulgação do relatório mensal de inspeção dos estabelecimentos penais (Resolução nº 47/2007 do CNJ);
- Divulgação do relatório do Cadastro Nacional de Adoção - CNJ;
- Apoio ao desenvolvimento de grupos de trabalhos e projetos:
    - Mutirão de Sentenças - 2011 (Resoluções Conjuntas ns. 2/11 e 7/11- GP/CGJ);
    - Sistema Intimafone - Intimação via telefone dos atos praticados nos Juizados Especiais (Provimento nº 22/09 - CGJ);
    - Conclusão do Projeto SAJ-5;
    - Mutirões carcerários e inspeções nos centros de internações provisórias e centros educacionais regionais;
    - Finalização do Projeto do Selo Digital de Fiscalização (Provimento nº 36/09 - CGJ);

- Formação de Comissão Técnica visando dar continuidade ao Projeto de Reestruturação da Corregedoria-Geral da Justiça.

2.2. Participação em eventos e reuniões

- Metas Nacionais de 2011: 30/03/2011, em Brasília/DF;
- 56º ENCOGE: 14/04/2011, em Recife/PE;
- Palestra: 13/05/2011, em Joiville/SC;
- V Encontro Estadual de Conselhos da Comunidade: 26/05/2011, em Blumenau/SC;
- Lançamento do Selo Digital na Grande Florianópolis: 27/06/2011, em Florianópolis/SC;
- Lançamento do Selo Digital: 19/07/2011, em Canoinhas/SC;
- Lançamento do Selo Digital: 09/08/2011, em Joinville/SC;
- 57º ENCOGE: 18/08/2011, em Minas Gerais;
- Encontro sobre Adoção: 30/08/2011, em Joinville/SC;
- Lançamento do Selo Digital: 20/09/2011, em Blumenau/SC;
- Lançamento do Selo Digital: 04/10/2011, em Itajaí/SC;
- Lançamento do Selo Digital: 26/10/2011, em Criciúma/SC;
- Lançamento do Selo Digital: 17/11/2011, em Lages/SC;
- 58º ENCOGE: 01/12/2011, em Mato Grosso;
- Lançamento do Selo Digital: 08/12/2011, em Chapecó/SC.

2.3. Edição de Provimentos

Nº	TIPO / EMENTA
01	**Foro Extrajudicial** Inclui os parágrafos 1º e 2º no artigo 815 do Código de Normas, que tratam da comunicação de indisponibilidade de bens aos ofícios de registro de imóveis.
02	**Foro Judicial** Altera o artigo 109, caput e parágrafo único, do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, que trata dos depósitos em dinheiro.
03	**Foro ExtraJudicial** Inclui o artigo 963-A no Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, referente à possibilidade do Tabelionato de Protestos fornecer, à parte indicada como devedora, fotocópia do título levado à protesto.
04	**Foro Judicial** Estabelece o meio eletrônico para a remessa de comunicações relativas às sentenças condenatórias criminais transitadas em julgado e de extinção de punibilidade ao Tribunal Regional Eleitoral, e inclui os parágrafos 5º e 6º ao art. 265-A do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.
05	**Foro Judicial** Inclui a Seção X do Capítulo XI, da segunda parte, composta pelo artigo 402-A ao Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, que dispõe sobre a interdição de estabelecimentos destinados ao cumprimento de medida socioeducativa.
06	**Foro Judicial - Republicado** Inclui os §§ 1º, 2º e 3º ao artigo 298, altera os §§ 2º e 3º do artigo 300 e adiciona os artigos 301-A, 439-A e 439-B ao Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, que dispõe sobre o cumprimento de alvará de soltura e sobre a movimentação de presos do sistema carcerário.

07	**Foro Judicial** Altera o art. 37 e seu parágrafo único, do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, que trata do plantão circunscricional no primeiro grau de jurisdição.
08	**Foro ExtraJudicial** Define a criação e adequação de normas administrativas às diretrizes do projeto do Selo Digital de Fiscalização, disposto no Processo CGJ-E 0260/2009, que será em breve implementado no serviço notarial e de registro do Estado. Dá nova redação ao § 3º do art. 540 do CNCGJ.
09	**Foro Extrajudicial** Modifica o Artigo 924 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, referente aos elementos necessários para confecção da ficha-padrão de reconhecimento de firmas.
10	**Foro Extrajudicial** Incluir o artigo 917-A no Código de Normas da CGJ, referente à possibilidade dos Tabeliães de Notas e Escrivães de Paz, lavrarem escritura pública de dissolução de união estável com partilha de bens.
11	**Foro Judicial** Regulamenta as atividades do Projeto Mutirão Carcerário do ano de 2011 no Estado de Santa Catarina.
12	**Foro Judicial** Altera a redação dos arts. 412, 427, caput e §§, e 504, e inclui o art. 405-A, §§ 1º e 2º e o § 3º do art. 427, todos do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça que tratam do depósito dos valores relacionados com o cumprimento de diligências dos oficiais de justiça, a expedição de alvarás para levantamento dos respectivos valores de conduções, e a certificação do cumprimento do mandado.
13	**Foro Extrajudicial** Altera o art. 594 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, objetivando facilitar os registros de nascimento e óbito e a emissão das respectivas certidões, permitindo que se firmem convênios com estabelecimentos de saúde, observadas as diretrizes estabelecidas pelo provimento nº 13 da Corregedoria Nacional de Justiça.
14	**Foro Judicial** Inclui os artigos 277-A e 314-A ao Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, que dispõem sobre as comunicações pelo juiz criminal nos processos em que as vítimas são crianças ou adolescentes.
15	**Foro Judicial** Altera o art. 206, §2º do Código Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, que dispõe sobre a carga rápida.
16	**Foro Extrajudicial** Altera os artigos 739 e 771 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, para dispensar o reconhecimento de firma nas cédulas de crédito bancário, imobiliário e de produto rural, e respectivos aditivos e menções adicionais.
17	**Foro Extrajudicial** Dispõe sobre a lavratura de Escritura Pública de União Estável e dá outras providências.
18	**Foro Judicial** Inclui os §§ 1º e 2º e renumera os demais parágrafos do art. 405-A, insere o § 2º e renumera os demais parágrafos do art. 427 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, que tratam do cumprimento dos mandados atribuídos ao oficial de justiça e do respectivo pagamento do ressarcimento.
19	**Foro Judicial** Altera os artigos 506, 507 e 509 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, que tratam da isenção do pagamento de custas pelo Estado de Santa Catarina, seus Municípios e respectivas autarquias; o pagamento de custas pela metade em relação a outras unidades da federação, seus municípios e autarquias; e o depósito prévio de conduções de oficial de justiça dispensado unicamente para a Fazenda Pública do Estado de Santa Catarina.
20	**Foro Extrajudicial** Revoga o artigo 675-B do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.
21	**Foro Extrajudicial** Implantação do Sistema Hermes – Malote Digital, ferramenta digital que permitirá a comunicação direta da Corregedoria-Geral da Justiça com os serviços notarias e de registro no Estado.
22	**Foro Extrajudicial** Altera os arts. 615, 881 e 882 do CNCGJ, para dispor sobre a verificação da capacidade civil dos comparecentes pelo tabelião de notas e a exigência de certidão civil para prática de ato notarial e de registro.
23	**Foro Judicial** Altera o art. 29 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, para excluir da regulamentação de horários o atendimento aos advogados.
24	**Foro Judicial** Inclui o art. 265-B ao Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, que dispõe sobre o encaminhamento de mandados de averbação aos cartórios extrajudiciáis.

	Foro Extrajudicial
25	Inclui a Seção XVII, no Capítulo VIII, incorporando o art. 265-B, e inclui o parágrafo 3º ao art. 265-B do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, que dispõe sobre a autenticação dos expedientes encaminhados às serventias extrajudiciais
	Foro Judicial
26	Define o procedimento de remessa de correspondências com recibo de entrega enviadas por esta Corregedoria-Geral da Justiça pelo servido de malote de correspondências.

Fonte: http://cgj.tjsc.jus.br/consultas/provcirc/prov2011.htm

2.4. Apreciação de processos

Foram apreciados, no âmbito do Tribunal Pleno, os seguintes processos:

- Processo GC nº 1107/2010 (016954)
- Processo CGJ nº 0717-2010
- Recurso Decisão Processo Administrativo nº 2010.900035-2

E, no Conselho da Magistratura:

- Pedido de Providências nº 2011.900043-6
- Recurso Administrativo em Reclamação Disciplinar nº 2011.900042-8
- Pedido de Providências nº 2011.900075-4
- Embargos de Declaração em Processo Administrativo nº 2010.900043-3
- Recurso de Decisão nº 2011.900058-4
- Recurso de Decisão nº 2011.900049-5
- Recurso de Decisão nº 2011.900044-4

3. ATIVIDADES DOS NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

3.1. Núcleo de Assessoramento I: Orientação Institucional

No período de janeiro a novembro de 2011, a Corregedoria-Geral da Justiça autuou 711 procedimentos administrativos vinculados ao Núcleo I. Desse universo, 668 tramitaram eletronicamente, enquanto 43 em autos físicos. Atualmente, 223 feitos continuam em curso, e apenas 4 deles não são em formato virtual.

Durante o ano de 2011 foram concluídos 11 processos de vitaliciamento de Juízes Substitutos, estando em andamento outros 19 processos.

O Núcleo I também assessorou o Corregedor-Geral da Justiça na expedição de 7 portarias de instauração de Processo Administrativo Disciplinar, sendo 3 delas em desfavor de magistrados e outras 4 em face de auxiliar da justiça.

Quanto aos atendimentos prestados pela assessoria do Núcleo I aos magistrados e jurisdicionados, contabilizam-se os seguintes dados:

- Atendimento prestado por telefone: 4.505

- Atendimento prestado por correspondência eletrônica: 5.070
- Atendimento prestado pessoalmente: 426

3.2. Núcleo de Assessoramento II: Planejamentos, Projetos e Revisão do Código de Normas

3.2.1. Atividades desenvolvidas pelo Núcleo II durante o ano de 2011

- Redação das Resoluções Conjuntas nº 05/2011-GP/CGJ (Institui a Campanha "Pai Legal") e nº 08/2011-GP/2011 (Regulamenta o recolhimento e destinação de armas apreendidas);
- Redação da Portaria nº 85/2011, que autoriza a integração aos serviços do Cartório Remoto de Processo Eletrônico – CREPE das unidades judiciárias competentes para execução fiscal estadual e municipal das comarcas de Brusque, Indaial e Timbó;
- Redação de 15 (quinze) Provimentos diversos, os quais, na grande maioria, relacionados com alterações de dispositivos do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça;
- Redação de 7 (sete) circulares de matérias diversas;
- Redação de 72 (setenta e dois) ofícios-circulares de matérias diversas;
- Exarados 345 (trezentos e quarenta e cinco) pareceres de assuntos e matérias variadas;
- Participação em 187 (cento e oitenta e sete) reuniões de assuntos diversos;
- Editadas 3 orientações;
- Realizada, via videoconferência, a capacitação de servidores de todas as varas com competência para investigação de paternidade para o sistema PRODNASC (geração online de ficha de identificação, etiquetas de identificação de cartão de amostras, etc.) (http://cgj.tjsc.jus.br/dna/orientacao.htm);
- Realizadas, via videoconferência, sensibilização e capacitação de servidores para a Campanha "Pai Legal" (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/pailegal/index.htm);
- Respondidas 755 (setecentas e cinquenta e cinco) mensagens por correio eletrônico;
- Foram prestados diversos atendimentos via telefone e correio eletrônico relacionados com os sistemas INFOJUD, BACENJUD, Sistemas CNJ, Pagamento de Honorários Periciais da Jurisdição Delegada e PRODNASC.

3.2.2. Projetos

TÍTULO	ENVOLVIDOS	INICIATIVA	SITUAÇÃO
Depoimento sem Dano (autos CGJ 0868/2008)	CGJ, DI e Presidência	CGJ (solicitação do Juiz José Carlos Bernardes dos Santos)	Aprovado pelo CGINFO. A implantação acompanhará o projeto de gravação de audiências.
Credenciamento de Corretores de Imóveis – Alienação por Iniciativa Particular (autos 300877-2008.0)	CGJ, DI, Presidência e CRECI	CGJ (pedido do CRECI)	Elaborada minuta de Resolução. Aguardando sugestões finais.

Eliminação de correspondências de solicitação de informações ao TRE/SC – substituição por troca de arquivos (INTEGRA)	CGJ, TRESC	TRESC	Concluído – Provimento nº 4/2011.
Criação do Sistema de Segurança das informações do PJ – controle de usuários de sistemas	CGJ	CGJ	Autos 1501/2009 – A Assessoria de Informática da CGJ está verificando os dados necessários para a implementação do sistema pela DTI.
Leilão Eletrônico (autos CGJ 0607/2009)	CGJ, DI	CGJ	Aguarda definições. Projeto de Resolução já disponível. Consulta aos leiloeiros já realizada.
Instalação do SAJ 5 na CGJ – Processo Eletrônico	CGJ, DI	CGJ	Implantação concluída.
Centralização da Distribuição Eletrônica de Títulos dos Bancos para protestos	CGJ, DI	CGJ	Redistribuído ao Núcleo IV da CGJ.
Intimafone		CGJ	Implantado em todas as 52 comarcas que já possuem VOIP. A conclusão em 100% das comarcas está prevista para 2015.
Depósito Central de Bens	CGJ, Presidência, DDI	CGJ	O terreno já foi adquirido. Aguardando a construção do prédio.
Fundo de Ressarcimento de Conduções	CGJ, Presidência, ASPLAN, DTI e DOF	CGJ	Aguarda manifestação do Conselho de Gestão.
Campanha Pai Legal	Grupo de Trabalho, CGJ, CEPIJ	CGJ	Campanha em andamento.
Certidão negativa na web	DTI, CGJ	DTI	Em andamento.
Custas na web	DTI, CGJ	DTI	Em andamento.
SPO – Sistema de Pagamento dos Oficiais	CGJ, DTI	CGJ	Especificações para requisição eletrônica de pagamento aos oficiais de justiça – valores centralizados no TJSC. Concluído pela Assessoria de Informática da CGJ.

Fonte: CGJ – Núcleo II

3.2.3. Projeto META 2

A equipe Meta 2 realizou acompanhamento *in loco* em 66 unidades judiciárias de 14 comarcas.

No final do mês de novembro/2011, registrou-se o cumprimento de 71% da meta 2. Ainda estão pendentes de julgamento aproximadamente 31.815 processos distribuídos até 31/12/2006.

Necessário considerar, no entanto, que em torno de 10.127 processos dependem única e exclusivamente da iniciativa das partes (inventários, arrolamentos, sobrepartilha, usucapião, divórcio litigioso e etc), enquanto outro número considerável aguarda a realização de perícias.

Os 31.815 processos da meta 2 que ainda não foram julgados correspondem a 3,42% dos processos de conhecimento em andamento no primeiro grau (928.125).

3.3. Núcleo de Assessoramento III: Correicional e Instrução Disciplinar

3.3.1. Inspeções locais realizadas em 2011

Nº	COMARCA/VARA	DATA
1	Criciúma – 1ª e 2ª Varas Cíveis	23 a 27 de maio
2	Criciúma – 3ª Vara Cível e Juizado Especial Cível	30 de maio a 3 de junho
3	Ibirama – 1ª e 2ª Varas	4 a 8 de julho
4	Itajaí – Vara da Família e Vara da Infância e Juventude	26 a 29 de Setembro

Fonte: CGJ – Núcleo III

3.3.2. Inspeções virtuais/locais realizadas em 2011

Nº	COMARCA/VARA	DATA
1	Descanso – Vara Única	26 de julho
2	Itapiranga – Vara Única	27 de julho
3	Mondaí – Vara Única	28 de julho
4	São Carlos – Vara Única	02 de agosto
5	Palmitos – Vara Única	03 de agosto
6	Cunha Porã – Vara Única	04 de agosto
7	Campo Erê – Vara Única	09 de agosto
8	São Domingos – Vara Única	10 de agosto
9	São Lourenço do Oeste – Vara Única	11 de agosto
10	Ipumirim – Vara Única	16 de agosto
11	Itá – Vara Única	17 de agosto
12	Seara – Vara Única	18 de agosto
13	Catanduvas – Vara Única	30 de agosto
14	Tangará – Vara Única	31 de agosto
15	Herval d'Oeste – Vara Única	1 de setembro
16	Itaiópolis – Vara Única	13 de setembro
17	Papanduva – Vara Única	14 de setembro
18	Lebon Régis – Vara Única	15 de setembro
19	Armazém – Vara Única	3 de outubro
20	Lauro Muller – Vara Única	4 de outubro
21	Jaguaruna – Vara Única	5 de outubro
22	Capivari de Baixo – Vara Única	6 de outubro
23	Forquilhinha – Vara Única	17 de outubro
24	Santa Rosa do Sul – Vara única	18 de outubro
25	Turvo – Vara Única	19 de outubro
26	Meleiro – Vara Única	20 de outubro
27	Campo Belo do Sul – Vara Única	7 de novembro

28	Anita Garibaldi – Vara Única	8 de novembro
29	Correia Pinto – Vara Única	9 de novembro
30	Otacílio Costa – Vara Única	10 de novembro
31	Araquari – Vara Única	22 de novembro
32	Itapoá – Vara Única	23 de novembro
33	Garuva – Vara Única	24 de novembro
34	Rio do Campo – Vara Única	6 de dezembro
35	Taió – Vara Única	7 de dezembro
36	Rio do Oeste – Vara Única	8 de dezembro

Fonte: CGJ – Núcleo III

3.3.3. Análise das respostas às determinações e confecção de relatórios de verificações nos processos de inspeções e correições, em 2011

3.3.3.1. Em processos físicos

Nº	PROCESSO	COMARCA/VARA
1	CGJ 0945/2010	Araranguá – 3ª Vara Cível
2	CGJ 0812/2009	Balneário Camboriú - 2ª Vara Criminal
3	CGJ 1008/2009	Blumenau - 1ª Vara da Criminal
4	CGJ 1009/2009	Blumenau - 2ª Vara Criminal
5	CGJ 0598/2010	Caçador - Vara Criminal
6	CGJ 1180/2010	Campos Novos – Vara Criminal
7	CGJ 0301/2009	Capinzal - 1ª Vara
8	CGJ 0445/2010	Criciúma – 1ª Vara Criminal
9	CGJ 1225/2010	Gaspar – 2ª Vara
10	CGJ 0712/2009	Guaramirim - 1ª Vara
11	CGJ 0667/2010	Itajaí - Vara da Fazenda Pública
12	CGJ 1181/2010	Joaçaba – Vara Criminal
13	CGJ 0484/2010	Joinville - 1ª Vara Criminal
14	CGJ 0486/2010	Joinville – 3ª Vara Criminal
15	CGJ 0873/2009	Laguna - 1ª Vara Cível
16	CGJ 0071/2009	Mafra – 2ª Vara
17	CGJ 0739/2010	São Francisco do Sul – 1ª Vara Cível
18	CGJ 0740/2010	São Francisco do Sul - 2ª Vara Cível
19	CGJ 0796/2010	São Miguel do Oeste - 1ª Vara Cível
20	CGJ 0797/2010	São Miguel do Oeste - 2ª Vara Cível
21	CGJ 0798/2010	São Miguel do Oeste – Vara Criminal
22	CGJ 0801/2010	Xanxerê - Vara Criminal
23	CGJ 0597/2010	Caçador - 2ª Vara Cível
24	CGJ 0379/2010	Tubarão – 2ª Vara Criminal
25	CGJ 0378/2010	Tubarão - 1ª Vara Criminal
26	CGJ 0930/2009	Laguna - Vara Criminal
27	CGJ 0488/2010	Joinville - Juizado Especial Criminal

28	CGJ 0130/2009	Itajaí - 3ª Vara Cível
29	CGJ 0132/2009	Itajaí - 2ª Vara Criminal
30	CGJ 0227/2009	Chapecó - 3ª Vara Criminal
31	CGJ 0921/2008	Capital - Vara de Executivos Fiscais Estadual e Municipal
32	CGJ 1012/2010	Jaraguá do Sul - 1ª Vara Cível
33	CGJ 0288/2010	Lages – 3ª Vara Criminal
34	CGJ 0945/2010	Araranguá – 3ª Vara Cível
35	CGJ 0444/2010	Araranguá - Vara Criminal
36	CGJ 0484/2010	Joinville – 1ª Vara Criminal
37	CGJ 0598/2010	Caçador - Vara Criminal
38	CGJ 1012/2010	Jaraguá do Sul - 1ª Vara Cível
39	CGJ 0812/2009	Balneário Camboriú - 2ª Vara Criminal
40	CGJ 0288/2010	Lages - 3ª Vara Criminal
41	CGJ 0741/2010	São Francisco do Sul - Vara Criminal
42	CGJ 1180/2010	Campos Novos – Vara Criminal
43	CGJ 0301/2009	Capinzal - 1ª Vara
44	CGJ 0666/2010	Itajaí - 2ª Vara Cível
45	CGJ 0665/2010	Itajaí - 1ª Vara Cível
46	CGJ 1226/2010	Gaspar - 3ª Vara
47	CGJ 1079/2010	Timbó – 2ª Vara Cível
48	CGJ 1179/2010	Campos Novos – 1ª Vara Cível
49	CGJ 1181/2010	Joaçaba – Vara Criminal
50	CGJ 0488/2010	Joinville – Juizado Especial Criminal
51	CGJ 0739/2010	São Francisco do Sul – 1ª Vara Cível
52	CGJ 0796/2010	São Miguel do Oeste - 1ª Vara Cível
53	CGJ 0798/2010	São Miguel do Oeste – Vara Criminal

Fonte: CGJ – Núcleo III

3.3.3.2. Em processos virtuais

Nº	PROCESSO	COMARCA/VARA
1	0010829-60.2011.8.24.0600	Descanso – Vara Única
2	0010808-84.2011.8.24.0600	Itapiranga – Vara Única
3	0010828-75.2011.8.24.0600	Mondaí – Vara Única
4	0010826-08.2011.8.24.0600	São Carlos – Vara Única
5	0010825-23.2011.8.24.0600	Palmitos – Vara Única
6	0010824-38.2011.8.24.0600	Cunha Porã – Vara Única
7	0010893-70.2011.8.24.0600	Campo Erê – Vara Única
8	0010894-55.2011.8.24.0600	São Domingos – Vara Única
9	0010895-40.2011.8.24.0600	São Lourenço do Oeste – Vara Única
10	0010963-87.2011.8.24.0600	Ipumirim – Vara Única
11	0010960-35.2011.8.24.0600	Itá – Vara Única
12	0010959-50.2011.8.24.0600	Seara – Vara Única
13	0010943-96.2011.8.24.0600	Catanduvas – Vara Única

14	0010962-05.2011.8.24.0600	Tangará – Vara Única
15	0010961-20.2011.8.24.0600	Herval d'Oeste – Vara Única
16	0011094-62.2011.8.24.0600	Itaiópolis – Vara Única
17	0011093-77.2011.8.24.0600	Papanduva – Vara Única
18	0011092-92.2011.8.24.0600	Lebon Régis – Vara Única
19	0011255-72.2011.8.24.0600	Armazém – Vara Única
20	0011254-87.2011.8.24.0600	Lauro Muller – Vara Única
21	0011253-05.2011.8.24.0600	Jaguaruna – Vara Única
22	0011252-20.2011.8.24.0600	Capivari de Baixo – Vara Única
23	0011251-35.2011.8.24.0600	Forquilhinha – Vara Única
24	0011250-50.2011.8.24.0600	Santa Rosa do Sul – Vara única
25	0011249-65.2011.8.24.0600	Turvo – Vara Única
26	0011248-80.2011.8.24.0600	Meleiro – Vara Única
27	0011874-02.2011.8.24.0600	Campo Belo do Sul – Vara Única
28	0011873-17.2011.8.24.0600	Anita Garibaldi – Vara Única
29	0011872-32.2011.8.24.0600	Correia Pinto – Vara Única
30	0011871-47.2011.8.24.0600	Otacílio Costa – Vara Única
31	0011877-54.2011.8.24.0600	Araquari – Vara Única
32	0011876-69.2011.8.24.0600	Itapoá – Vara Única
33	0011875-84.2011.8.24.0600	Garuva – Vara Única
34	0011258-27.2011.8.24.0600	Rio do Campo – Vara Única
35	0011257-42.2011.8.24.0600	Taió – Vara Única
36	0011256-57.2011.8.24.0600	Rio do Oeste – Vara Única

Fonte: CGJ – Núcleo III

3.3.4. Instruções em Processos Administrativos com inquirições em 2011

Nº	DATA	LOCAL	PROCESSO	PESSOAS OUVIDAS
1	28/06/2011	Foro de Itajaí	CGJ 0951/2010	1
2	29/06/2011	Foro da Capital	CGJ 0951/2010	1
3	06/07/2011	Foro de Presidente Getúlio	CGJ 0951/2010	6
4	07/07/2011	Foro de Ibirama	CGJ 0951/2010	1
5	19/10/2011	Foro de Sombrio	0011886-16.2011.8.24.0600	6
TOTAL				14

Fonte: CGJ – Núcleo III

3.3.5. Participação dos servidores do Núcleo em cursos de capacitação

No decorrer do ano de 2011, alguns servidores deste Núcleo participaram do curso de Prática de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância – Lei Complementar nº 491/2010, promovido pela Academia Judicial, realizado em Florianópolis – SC, no período de 13 a 15 de abril, com carga horária de 24 horas/aula.

Outros participaram do Curso de Português Avançado com ênfase em Linguagem Jurídica, realizado pelo Instituto Educere em parceria com a Academia Judicial, no período de 3 de outubro a 3 de novembro de 2011, com 40 horas/aula, na modalidade a distância.

3.4. Núcleo de Assessoramento IV: Serventias Extrajudiciais

3.4.1. Considerações iniciais

As atividades desenvolvidas em 2011 tiveram como norte a continuidade de ações preventivas junto aos serviços de notas e registros, com o objeto de disseminar conhecimentos técnicos e gerenciais como forma de qualificação e melhoria para a posterior prestação dos serviços de orientação e fiscalização.

O modelo de gestão adotado prossegue com a escolha de métodos, ferramentas e estratégias para dinamizar as atividades desempenhadas pelo Núcleo. O dinamismo, aliás, foi a característica marcante deste período administrativo.

No âmbito interno, o Núcleo IV avançou de forma importante no seu projeto de reorganização, iniciado a partir da Ordem de Serviço nº 01/2010 (que fixou nova disciplina ao fluxo de demandas geradas por meio dos processos, consultas, *e-mails* (cgjextra@tjsc.jus.br) e pareceres cotidianamente solicitados).

Os fluxos e métodos de trabalhos sofreram algumas alterações e adequações necessárias para a devida acomodação frente às novas demandas apresentadas.

Esforços e recursos foram redobrados para o aprimoramento das atividades desempenhadas por cada setor, com o mote de garantir meios de continuidade administrativa e melhoria no efetivo oferecimento de repostas às demandas externas/internas propostas e emprestando agilidade e confiabilidade ao serviço prestado.

Lembra-se que, organicamente, o Núcleo está subdividido nos seguintes setores:
Setor I – Coordenação e orientação;
Setor II – Fiscalização e inspeção;
Setor III - Revisão e aprimoramento do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça (Terceira parte) e projeto;

Setor IV – Selo de Fiscalização, ressarcimento dos atos gratuitos, ajuda de custos e cadastro das serventias.

3.4.2. Atividades Desenvolvidas

- Readequações constantes, em parceria com o setor de informática, do sítio virtual "Portal do Extrajudicial", para dar clareza, objetividade e fácil acesso na prestação e na obtenção das informações relacionadas às serventias extrajudiciais;
- Disseminação, divulgação e incentivo na utilização do S@E - Sistema de Atendimento do Extrajudicial (ofício-circular 118/2010);
- Aquisição de novas obras e revitalização da Biblioteca setorial do Núcleo IV;
- Criação de espaço destinado às orientações do Núcleo IV aos usuários dos serviços de notas e registros, no portal do extrajudicial (http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html);
- Elaboração da orientação 4, de 28/04/2011, que disciplina a atuação quando há existência de pedido de sigilo de identidade nos expedientes remetidos pelo S@E;
- Elaboração da orientação 5, de 22/08/2011, que fixa interpretação acerca das comunicações de afastamentos de notários e registradores das comarcas;
- Criação, no Portal do Extrajudicial, de link para acesso e consulta ao site do Ministério da Justiça relativo ao cadastro dos serviços registrais e notariais;
- Criação, no Portal do Extrajudicial, de link para acesso ao Portal da Justiça Aberta do Conselho Nacional de Justiça;
- Prestação de auxílio e orientação aos Juízes Diretores de Foro por meio de telefone e e-mail, bem como pelo deslocamento de assessores correicionais;
- Transmissões de Acervo praticadas pela equipe da Assessoria Correicional do Extrajudicial:

PROCESSO	ATIVIDADE	COMARCA	MUNICÍPIO - DISTRITO	SERVENTIA	PERÍODO
CGJ-E	Transmissão de acervo	Videira	Iomerê	Escrivania de Paz	24/05/2011
CGJ-E	Transmissão de acervo	Barra Velha	São João do Itaperiú	Escrivania de Paz	31/10/2011
CGJ-E	Transmissão de acervo	Içara – Criciúma	Içara – Criciúma	Registro de Imóveis e 1º Registro de Imóveis	21 a 25/11/2011

Fonte: CGJ – Núcleo IV

- Envio ao CNJ de atos relativos à posse e transmissão de acervo dos titulares e dos designados nas Serventias Extrajudiciais;
- Informação do usuário e da senha de acesso ao Sistema Justiça Aberta, por meio de telefone e e-mail, a todos os delegatários para a atualização dos dados e dos atos realizados pelos ofícios extrajudiciais;
- Distribuição para os cartórios e fóruns de cartazes contendo as novas características do selo digital de fiscalização;
- Informação mensal da produtividade do Corregedor e do Vice-Corregedor para a Secretaria da Corregedoria, objetivando a posterior remessa ao Conselho Nacional de Justiça do balanço mensal de produtividade dos Desembargadores Corregedores;

- Elaboração de 22 comunicações internas para o desenvolvimento de estudos e projetos relativos às atividades do Núcleo;
- Edição e aplicação da Meta 1 – 2011, instituída pela Ordem de Serviço nº 5 de 2011, que determinou identificar, impulsionar e decidir todos os processos virtuais distribuídos até 30 de julho de 2011;
- Participação na Campanha Pai Legal;
- Criação e envio de questionário prévio de preparação para as inspeções extraordinárias;
- Criação e início dos trabalhos da Comissão Central de Normatização das Atividades Notariais e Registrais;
- Recepção da delegação de servidores do Tribunal de Justiça do Acre, Ceará para apresentação do Projeto do Selo Digital de Fiscalização e da forma de trabalho e organização do Núcleo IV da Corregedoria- Geral da Justiça;
- Realização de videoconferência com servidores do Tribunal de Justiça dos Estados do Piauí e Ceará para troca de informações acerca do Projeto do Selo Digital de Fiscalização;
- Organização e realização do 3° Simpósio de Direito Notarial e Registral de Santa Catarina em conjunto com a Academia Judicial;
- Elaboração e remessa para a 1° Vice-Presidência da lista das serventias extrajudiciais vagas, objetivando a abertura de novo concurso para a atividade extrajudicial do Estado;
- Atendimento e orientação dos serventuários extrajudiciais, juízes, secretários de Foro e jurisdicionados pelos ramais telefônicos do Núcleo IV, com um total aproximado de 5.000 (cinco mil) ligações;
- Respostas às consultas por meio do Sistema de Atendimento do Extrajudicial (S@E):

DESTINATARIO	TOTAL	DESTINATARIO	TOTAL
Abelardo Luz	3	Joaçaba	3
Araquari	7	Joinville	75
Araranguá	7	Lages	16
Armazem	3	Laguna	1
Ascurra	1	Lebon Régis	1
Balneário Camboriú	2	Mafra	6
Biguacu	4	Maravilha	3
Blumenau	24	Meleiro	1
Braço do Norte	3	Modelo	1
Bom Retiro	2	Navegantes	4
Brusque	13	Rio Negrinho	5
Barra Velha	18	Orleans	10
Caçador	5	Otacílio Costa	2
Camboriu	24	Palhoça	10
Canoinhas	3	Palmitos	1
Capinzal	2	Papanduva	2
Capital	98	Porto Belo	2
Capivari de Baixo	4	Presidente Getúlio	1

Campo Belo do Sul	2	Balneário Piçarras	5
Camboriú	1	Pinhalzinho	2
Coronel Freitas	3	Pomerode	1
Assessoria de Custas	14	Porto União	4
Chapeco	13	Quilombo	1
Campos Novos	2	Rio do Campo	1
Concórdia	4	Rio do Sul	1
Correia Pinto	2	Santo Amaro da Imperatriz	4
Criciuma	29	Santa Rosa do Sul	2
Curitibanos	2	São José	38
Cunhã Porã	4	São Bento do Sul	4
Dionísio Cerqueira	2	Santa Cecília	1
Assessoria Extrajudicial	550	Assessoria do Selo de Fiscalização	645
Forquilinha	1	São Francisco do Sul	9
Fraiburgo	1	São João Batista	3
Assessoria do Fundo de Reaparelhamento	13	São Joaquim	3
Garopaba	1	São Lourenço do Oeste	2
Garuva	1	São Miguel do Oeste	1
Gaspar	5	Sombrio	1
Guaramirim	15	Tangará	1
Içara	6	Trombudo Central	1
Imarui	1	Tijucas	5
Imbituba	3	Timbó	2
Indaial	1	Tubarão	13
Ita	1	Turvo	1
Itaiópolis	6	Urussanga	7
Itajai	22	Videira	1
Itapema	20	Xanxerê	2
Itapoá	3	Xaxim	1
Ituporanga	8	**TOTAL**	**1.875**
Jaraguá do Sul	10		

Fonte: CGJ – Núcleo IV

- Participação dos servidores e juiz-corregedor nos Encontros e Seminários:

DATA	LOCAL	EVENTO
19 a 23 de setembro	Fortaleza – Ceará	38° Encontro dos Registradores de Imóveis do Brasil
01 e 03 de dezembro	Cuiabá – Mato Grosso	58º ENCOGE

Fonte: CGJ – Núcleo IV

- Inspeções Correicionais praticadas nas Serventias Extrajudiciais do Estado:

ATIVIDADE	COMARCA	MUNICÍPIO - DISTRITO	SERVENTIA	PERÍODO

Instrução	Ascurra	Rodeio	Escrivania de Paz	16 a 17/3/2011
Extraordinária	Araranguá	Maracajá	Escrivania de Paz	21 a 25/3/2011
Extraordinária	Bal. Piçarras	Bal. Piçarras	Registro de Imóveis	06 a 10/6/2011
Extraordinária		Bal. Piçarras	Tabelionato de Notas	06 a 10/6/2011
Extraordinária	Barra Velha	Barra Velha	Registro de Imóveis(1)	12 a 30/9/2011
Extraordinária		Barra Velha	Tabelionato de Notas	12 a 16/9/2011
Extraordinária		São João do Itaperiú	Escrivania de Paz(2)	31.10.2011
Instrução	Brusque	Brusque	Registro de Imóveis	08/9 e 13 a 14/10/2011
Extraordinária	Caçador	Caçador	Registro de Imóveis	04 a 08/7/2011
Extraordinária		Caçador	Registro Civil PNPJTD	04 a 08/4/2011
Extraordinária		Caçador	1º Tabelionato de Notas	04 a 08/7/2011
Extraordinária		Caçador	2º Tabelionato de Notas	04 a 08/4/2011
Extraordinária	Campos Novos	Campos Novos	Registro de Imóveis	15 a 18/2/2011
Extraordinária		Campos Novos	Registro Civil PNPJTD	15 a 18/2/2011
Extraordinária		Campos Novos	1º Tabelionato de Notas	15 a 18/2/2011
Extraordinária	Capivari de Baixo	Capivari de Baixo	Registro de Imóveis e Registro Civil PNPJTD(3)	10 a 12/8/2011
Extraordinária	Correia Pinto	Correia Pinto	Registro de Imóveis	30/5 a 02/6/2011
Extraordinária		Correia Pinto	Tabelionato de Notas	30/5 a 02/6/2011
Extraordinária	Criciúma	Criciúma	1o Registro de Imóveis	29/8 a 02/9/2011
Extraordinária		Criciúma	1º Tabelionato de Notas(4)	11 a 14/4/2011
Extraordinária		Criciúma	2º Tabelionato de Notas	11 a 14/4/2011
Extraordinária		Siderópolis	Escrivania de Paz	29/8 a 02/9/2011
Extraordinária	Garopaba	Garopaba	Tabelionato de Notas	15 a 19/8/2011
Extraordinária		Paulo Lopes	Escrivania de Paz	15 a 19/8/2011
Extraordinária	Guaramirim	Guaramirim	Registro de Imóveis	03 a 07/10/2011
Extraordinária		Guaramirim	Registro Civil PNPJTD	03 a 07/10/2011
Extraordinária		Guaramirim	Tabelionato Notas(5)	01 a 04/11/2011
Constatação	Ibirama	José Boiteux	Escrivania de Paz	13/07/2011
Extraordinária	Indaial	Indaial	Registro Civil PNPJTD	14 a 18/3/2011

Extraordinária	Itajaí	Itajaí	1º Registro de Imóveis(6)	17 a 21/10/2011
Extraordinária		Itajaí	2º Registro de Imóveis	17 a 21/10/2011
Extraordinária	Itapema	Itapema	Registro de Imóveis(7)	02 a 06/5/2011
Extraordinária	Jaguaruna	Jaguaruna	Registro de Imóveis e Registro Civil PNPJTD(8)	24 a 27/10/2011
Extraordinária		Jaguaruna	Tabelionato de Notas	24 a 27/10/2011
Extraordinária	Jaraguá do Sul	Jaraguá do Sul	Tabelionato de Notas	27/6 a 01/7/2011
Extraordinária		Corupá	Escrivania de Paz	27/6 a 30/6/2011
Extraordinária	Joinville	Joinville	2º Registro de Imóveis	28/2 a 04/3/2011
Extraordinária		Joinville	3º Registro de Imóveis	28/2 a 03/3/2011
Retorno		Boa Vista	Escrivania de Paz	28 a 30/9/2011
Extraordinária	Lages	Lages	2º Tabelionato de Notas(9)	16 a 18/11/2011
Extraordinária	Otacílio Costa	Otacílio Costa	Registro de Imóveis	13 a 17/6/2011
Extraordinária		Otacílio Costa	Escrivania de Paz	13 a 17/6/2011
Extraordinária	Rio do Sul	Rio do Sul	Registro Civil PNPJTD	11 a 15/7/2011
Extraordinária		Rio do Sul	3o Tabelionato de Notas	11 a 15/7/2011
Extraordinária	Santa Cecília	Santa Cecília	Registro de Imóveis	28 a 31/3/2011
Extraordinária		Santa Cecília	Registro Civil PNPJTD	28 a 31/3/2011
Extraordinária		Santa Cecília	Tabelionato de Notas	28 a 31/3/2011
Vistoria		Timbó Grande	Escrivania de Paz	30/3/2011
Extraordinária	São Joaquim	São Joaquim	Registro de Imóveis (10)	16 a 19/5/2011
Extraordinária		São Joaquim	Tabelionato de Notas	16 a 19/5/2011
Vistoria	São José	São José	Registro de Imóveis	09 a 10/2/2011
Vistoria		São José	Tabelionato de Notas	11/2/2011
Vistoria	Sombrio	Sombrio	Registro de Imóveis	21 a 25/3/2011
Retorno		Sombrio	Tabelionato de Notas	21 a 25/3/2011
Constatação	Taió	Mirim Doce	Escrivania de Paz	08/2/2011
Extraordinária	Tijucas	Tijucas	Registro de Imóveis	22 a 26/8/2011
Extraordinária		Tijucas	Tabelionato de Notas	22 a 26/8/2011

Verificação	Timbó	Doutor Pedrinho	Escrivania de Paz	14 a 15/3/2011
Extraordinária	Tubarão	Tubarão	1o Registro de Imóveis	09 a 13/5/2011
Extraordinária		Tubarão	Registro Civil PNPJTD	08 a 12/8/2011
Extraordinária		Tubarão	2º Tabelionato de Notas	09 a 13/5/2011
Extraordinária	Urubici	Urubici	Registro de Imóveis	21 a 25/2/2011
Extraordinária		Urubici	Tabelionato de Notas	21 a 25/2/2011
Extraordinária	Videira	Videira	Registro Civil PNPJTD	23 a 26/5/2011
Constatação		Iomerê	Escrivania de Paz	23 a 26/5/2011

Fonte: CGJ – Núcleo IV

(1) Durante os trabalhos correicionais o Juiz Corregedor, Dr. Antônio Zoldan da Veiga, realizou uma reunião com membros da OAB, Corretores de Imóveis, Incorporadores, Construtores, objetivando esclarecer dúvidas e procedimentos decorrentes dos trabalhos realizados pelas Serventias da Comarca;

(2) A Escrivania de Paz do município de São João do Itaperiú encontra-se em intervenção e diante de irregularidades constatadas foi designado novo interventor;

(3) A competência da serventia é para o Registro de Imóveis e Registro Civil PNPJTD, sendo que somente neste é que foi realizada a inspeção correicional;

(4) O Juiz Corregedor, Dr. Osmar Mohr, durante os trabalhos correicionais, a pedido da Direção do Foro, realizou uma reunião com membros da OAB, Corretores de Imóveis, Incorporadores, Construtores, a fim de esclarecer dúvidas e procedimentos decorrentes dos trabalhos realizados no Registro de Imóveis de Criciúma;

(5) O Tabelionato de Notas e Ofício de Protesto de Guaramirim em razão do afastamento da Tabeliã, encontra-se sob intervenção desde o ano de 2006;

(6) O 1º Ofício do Registro de Imóveis de Itajaí encontrava-se sob intervenção, mas diante da decisão definitiva do afastamento do Titular foi designado Oficial interino na pessoa do interventor. O Juiz Corregedor, Dr. Antônio Zoldan da Veiga, atendendo solicitação da OAB-SC, Subseção de Itajaí, realizou uma reunião com advogados a fim de esclarecer dúvidas sobre os procedimentos nos trabalhos realizados pelos Registros de Imóveis de Itajaí;

(7) O Juiz Corregedor, Dr. Osmar Mohr com a Direção do Foro, realizou uma reunião com Corretores de Imóveis, Incorporadores e Construtores, quando foram debatidos diversos temas, mas especialmente para esclarecer dúvidas e procedimentos decorrentes dos trabalhos realizados no Registro de Imóveis de Itapema;

(8) A competência da serventia é para o Registro de Imóveis e possui anexado o acervo do Registro Civil PNPJTD, sendo a correição realizada apenas no fólio imobiliário;

(9) O 2º Tabelionato de Notas e Ofício de Protesto de Lages em razão do afastamento da Titular, encontra-se sob intervenção desde o ano de 2006. Aguardando o julgamento de recurso de decisão nos autos nº 2007.010183-9, em trâmite no Órgão Especial do TJSC;

(10) No curso da semana de trabalho, por determinação do Vice-Corregedor-Geral da Justiça, Des. Cesar Abreu, a equipe correicional participou de uma reunião realizada na Câmara Municipal de São Joaquim, onde estavam presentes autoridades locais, o Presidente da Fatma, a Secretária do Desenvolvimento Regional e público em geral. O assessor correicional Carlos Augusto Marques explanou sobre o Termo de Cooperação Técnica e Reserva Legal;

- Totalizador por tipo de Atividade desenvolvida pela Equipe do Setor II do Núcleo IV da CGJ:

ATIVIDADE	QUANTIDADE
Inspeções Extraordinárias.	55
Transmissão de acervo	03
Instrução	02
Retorno	02
Vistoria	03
Constatação	03
Verificação	01
TOTAL	68

Fonte: CGJ – Núcleo IV

- Totalizador por semestre das Atividades Correicionais do Setor II do Núcleo IV da CGJ:

ATIVIDADE	1O SEMESTRE	2O SEMESTRE	SUBTOTAL
Transmissões de acervo	01	02	03
Inspeções, vistorias, etc.	38	27	65
TOTAL	39	29	68

Fonte: CGJ – Núcleo IV

- Atualização e regulamentação do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça (Terceira Parte - Serventias Extrajudiciais) e Projetos do Núcleo:

PROCESSO	ASSUNTO	SITUAÇÃO	NORMA-ORIENTAÇÃO (TIPO E NÚMERO)
CGJ 1083/2010	Consulta sobre a informatização de cartório. Procedimentos com matrícula.	Concluído	
CGJ 1142/2010	Averbações de reconhecimento de RPPNE. Averbação da RL. Compensação da RL.	Concluído	Ofício-Circular nº 46, de 17/03/2011
CGJ 1148/2010	Estudo para permitir aos tabelionatos de protestos o fornecimento de xerox às partes indicadas como devedoras.	Concluído	Provimento nº 3, publicado no DJ no dia 30/03/2011.
CGJ 1228/2010	Consulta sobre protesto da taxa condominial e seu procedimento. Interpretação da LC estadual nº 477/2009.	Concluído	Ofício-Circular nº 153, de 30/06/2011.
CGJ 1343/2010	Lavratura de escritura pública de inventário, partilha, separação e divórcio no tabelionato de notas. Constituição de advogado e partilha de bens.	Concluído	Provimento nº 10, de 23/05/2011 - Ofício-Circular nº 88, de 15/04/201
CGJ 0072/2011	Estudo acerca da criação de 4 (quatro) cargos de assessor correicional para atuação na esfera extrajudicial.	Em andamento	
Alias Setorial 002.658:	Análise da viabilidade de convênio entre a Academia Judicial, a CGJ e as Serventias para cursos de aperfeiçoamento.	Concluído: S@E.	
CGJ 0194/2011	Estudo para criar ou promover adequações normativas para conceder aos Juízes-Corregedores as mesmas competências, atribuições e prerrogativas dos juízes diretores do foro nas questões disciplinares que envolvam delegatários dos serviços extrajudiciais.	Em andamento: dia 8/8/2011 - envio ao Setor I com o Projeto de Lei	
CGJ 0509/2010	Consulta. Validade da utilização da CNH para fins de abertura de ficha de assinaturas nos tabelionatos.	Concluído	Provimento nº 9, publicado no DJ no dia 14/06/2011.
CGJ 1154/2010	Procedimentos afetos a investigação de paternidade. CNJ.	Concluído	Ofício-Circular nº 028/2010
CGJ 1414/2009	Advogado formula consulta quanto à possibilidade de uso de documento digitalmente certificado em processos judiciais, bem como acerca da custódia dos originais.	Concluído	

CGJ 0990/2009	Consulta formulada ao FRJ, métodos adotados pela auditoria interna em relação ao prazo para o recolhimento do FRJ nos ofícios de protestos de títulos de SC.	Concluído	
0011465-26.2011.8.24.0600	Forma de realização do ato e da cobrança dos emolumentos quando necessário atualizar mais de um dado na matrícula do imóvel.	Em andamento.	
600.11.010496-4	Registro de imóveis. Devolução de mandados judiciais sem o devido cumprimento.	Concluído	
600.11.010477-8	Resolução nº 120 do CNJ, que alterou os dispositivos da Resolução nº 35 do CNJ.	Concluído	
0010935-22.2011.8.24.0600	Golpe protesto.	Concluído	Ofício-Circular nº 236, de 20/10/2011.
0010811-39.2011.8.24.0600	Sugestão de reformulação do artigo 968 do Código de Normas - praça de pagamento de título levado a protesto / retirar "na sua falta".	Concluído	
0011088-55.2011.8.24.0600	Sugestão de reformulação do artigo 645 do Código de Normas - Lei nº 6.015 não prevê autorização judicial para registro tardio de óbito.	Em andamento	
430252-2011.4	Solicitação de fechamento da escrivania de paz de Nova Cultura, comarca de Papanduva.	Em andamento	
600.11.010609-6	Notificação Extrajudicial/Princípio da Territorialidade.	Concluído	
0010936-07.2011.8.24.0600	Cédula de Crédito Rural e Prazo.	Concluído	Ofício Circular nº 182/2011.
0010807-02.2011.8.24.0600	Escritura Pública de Bem Imóvel Público.	Concluído	Ofício Circular nº 220/2011.
0011034-89.2011.8.24-0600	Cédula de Crédito Rural e Garantia.	Concluído	Ofício Circular nº 230/2011.
0010858-13.2011.8.24-0600	Autenticação no Verso do Documento.	Concluído	Ofício Circular nº 253/2011.
0011841-12.2011.8.24.0600	0011841-12.2011.8.24.0600: Cobrança de Ato Retificatório.	Em andamento	
0011835-05.2011.8.24.0600	Termo Aditivo ao Convênio nº 01/2009 TJSC e TRE.	Concluído	
CGJ 0704/2010	Orientação sobre a atuação de perito judicial nas serventias notariais e de registro na hipótese de o acervo não ser objeto direto da prova técnica.	Concluído	Circular nº 7, de 6-5-2011
CGJ 1161/2010.	Intervenção de advogado de núcleo de prática jurídica dos cursos de direito nas lavraturas de escrituras públicas de inventário, partilha, separação e divórcio, e, acrescenta o § 6º ao art. 8º, que trata da vedação de emitir certidão ao advogado representante de núcleo de prática jurídica.	Concluído	Provimento nº 35, de 16-12-2010.
Alias 000.001.2011.	Revisão da Circular nº 1/2007 em função dos termos do Provimento nº 1/2010.	Em andamento	

CGJ-E 1114/2010.	Verificação da capacidade civil dos comparecentes pelo tabelião de notas e a exigência de certidão civil para prática de ato notarial e de registro.	Concluído	Provimento nº 22, de 22-11-2011.
CGJ-E 1146/2010.	Reajuste das ajudas de custo das serventias.	Em andamento	
CGJ-E 1197/2010.	Solicita revogação dos arts. 7º e 8º do Provimento nº 19/2010, que estabelece teto remuneratório para interinos dos serviços notariais e de registro, baseado em suspensão liminar do STF.	Em andamento	
CGJ-E 0157/2011	Estudo sobre a competência para instruir e homologar processos de prestação de constas de interventores.	Em andamento	
Comunicação Interna nº 20, de 25-11-2011	. Estudo sobre o art. 522-A do Código de Normas.	Em andamento	
0010333-21.2011.8.24.0600.	Estudo sobre parcelamento do solo urbano e rural.	Em andamento	
0010375-80.2011.8.24.0600.	Estudo sobre aplicação do art. 237-A da Lei nº 6.015/1973.	Em andamento	
0010639-97.2011.8.24.0600.	Especificação parcial de unidades autônomas.	Em andamento	
0010775-94.2011.8.24.0600	Orientação sobre o procedimento de averbação premonitória, prevista no art. 615-A do CPC.	Concluído	Ofício Circular nº 183, de 2-9-2011.
0010869-42.2011.8.24.0600	Estudo sobre questões pontuais envolvendo os serviços notariais e registro.	Em andamento	
0011088-55.2011.8.24.0600	Estudo sobre o registro/averbação do pacto antenupcial dos alienantes antes do registro da compra e venda.	Em andamento	
0011600-38.2011.8.24.0600	Estudo para regulamentar a anotação de informações funcionais no cadastro das serventias extrajudiciais mantido pelo Selo de Fiscalização.	Em andamento	
0011639-35.2011.8.24.0600	Estudo sobre a extinção de serviço notarial e registral.	Em andamento	
0011998-82.2011.8.24.0600	Estudo sobre a aplicação do art. 237-A da Lei nº 6.015/1973.	Em andamento	
0012112-21.2011.8.24.0600	Estudo sobre a qualificação de títulos judiciais.	Em andamento.	
0010298-71.2011.8.24.0600	Estudo sobre a qualificação de títulos judiciais.	Em andamento	
CGJ-E 0844/2009	Procuração. Revogação. Comunicação entre cartórios.	Em andamento	
CGJ-E 0860/2009	Lavratura de Escritura. Procuração Pública. Recusa de confirmação por parte de Tabelionato de outro Estado (RS).	Apenso ao CGJ-E 0844/2009	
CGJ-E 1482/2009	Código de Normas. Obrigatoriedade da Confirmação de instrumentos provenientes de outros Estados.	Apenso ao CGJ-E 0844/2009	
CGJ-E 0836/2010	Solicita criação de juizado de paz e cartório de registro civil no Distrito de Nossa Senhora de Caravaggio, Município de Nova Veneza.	Concluído	

CGJ-E 1055/2010	Provimento nº 13 da Corregedoria Nacional de Justiça. Emissão de certidão de nascimento nos estabelecimentos de saúde que realizam partos. Edição de provimento e ofício-circular. Alteração do art. 594 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.	Concluído	Provimento nº 13/2011.
CGJ-E 1067/2010:	Requerimento para instalação de posto avançado de registro civil das pessoas naturais. Provimento nº 13 da Corregedoria Nacional de Justiça.	Concluído	
CGJ-E 1320/2010:	Pedido de providências visando a recuperação de receitas dos ofícios de registro civil, títulos e documentos, e pessoas naturais e jurídicas.	Em andamento	
CGJ-E 0041/2011	Implementação do novo modelo de certidão de nascimento. Expedição de Ofício-Circular aos oficiais do registro civil e aos escrivães de paz das comarcas do Estado de SC.	Concluído	Ofício-Circular nº 15/2011.
CGJ-E 0126/2011	Estudo sobre a lavratura de escritura pública de união estável.	Concluído	Provimento nº 17/2011.
0010273-58.2011.8.24.0600	Regulamentação da função de juiz de paz (art. 98, inciso II, da CF). Recomendação nº 16/2008 do CNJ. Incompatibilidade do art. 675-B do CNCGJ. Revogação.	Concluído	Provimento nº 20/2011.
0010776-79.2011.8.24.0600	Necessidade de autenticação de cópias de documentos que aparelhem expedientes judiciais dirigidos aos notários e registradores. Edição de norma técnica. Atribuição do Núcleo II da Corregedoria-Geral da Justiça. Encaminhamento dos autos.	Concluído	
0011228-89.2011.8.24.0600	Regulamentação dos pedidos de certidão via telefone, fac-símile ou correio eletrônico.	Em andamento	
0011472-18.2011.8.24.0600	Estudo acerca da utilização de CNPJ para abertura de conta ou utilização de serviços bancários pelas serventias.	Concluído	Circular nº 17/2011.
0011685-24.2011.8.24.0600	Estudo a respeito da viabilidade da inclusão, no art. 771 do CNCGJ, da Cédula de Crédito Bancário.	Concluído	Provimento nº 16/2011.
2011.900040-1	Pedido de providências acerca da circunscrição da Escrivania de Paz do Distrito de anta Gorda, comarca de Videira.	Em andamento	
0010122-92.2011.8.24.0600	Implantação da Central de Protestos. Vinculado ao processo CGJ 0213/2009. Projeto que conta com diversos envolvidos, como Febraban, Instituto de Protesto, fato que acaba pro procrastinar o feito.	Em fase final de implantação	
0010071-81.2011.8.24.0600	Criação de um cadastro de óbitos com base em informações do Selo Digital. Projeto que aguarda a implantação do Selo Digital em todo o estado para desenvolvimento de ferramentas auxiliares.	Em andamento	

0010365-36.2011.8.24.0600	Comunicado à Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná para que oriente as serventias notariais e de registro daquele Estado a recepcionar com a devida validade mandados judiciais oriundos de ofícios judiciais catarinenses com assinatura digital. Elaboração de parecer.	Concluído
0010415-62.2011.8.24.0600	Dúvida a respeito de autenticação de documento impresso com assinatura digital e nota fiscal eletrônica. Processo que se destina a elaboração de ofício-circular aos tabeliães de notas para uniformização do procedimento.	Em elaboração
0010627-83.2011.8.24.0600	Informa a contratação de sistema informatizado de automação. Arquivamento.	Concluído
0010686-71.2011.8.24.0600	Comunica Provimento nº 186/2011 da Corregedoria-Geral da Justiça do Amazonas a respeito de procedimento para comunicação de indisponibilidade de bens – remessa de comunicação diretamento do juízo para serventias de registro imobiliário. Confecção de comunicado e estudo de providência semelhante em Santa Catarina. Aguardando entrada em operação do Sistema Hermes.	Em andamento
0011192-47.2011.8.24.0600	Criação de um cadastro de óbitos com base em informações do Selo Digital. Projeto que aguarda a implantação do Selo Digital em todo o estado para desenvolvimento de ferramentas auxiliares.	Em elaboração
0011473-03.2011.8.24.0600	Comunica adiamento da implantação do Selo Digital de Fiscalização.	Arquivamento
0011730-28.2011.8.24.0600	Estudo acerca do Livro de Protocolo de Escrituras, para futura edição de provimento com o objetivo de aclarar a redação.	Em elaboração
0011569-18.2011.8.24.0600	Pedido de fornecimento de kit de informática para serventia definitária.	Em análise
0012220-50.2011.8.24.0600	Estudo sobre o Projeto de Lei nº 0326.9/2011-ALESC a respeito da criação de estrutura para idosos e deficientes em serventias extrajudiciais em Santa Catarina.	Em elaboração
CGJ-E 0260/2009	Cria a Comissão de Estudos para Implantação do Selo Digital de Fiscalização.	Projeto em fase final de implantação, já tendo atingido 90% do Estado
CGJ-E 0397/2009	Comunica arrombamento de cartório e suspensão de expediente para apuração do fato por autoridade policial. Furto de selos de fiscalização em cartórios. Fase final de conclusão com a resposta das serventias a respeito do sistema de segurança.	Arquivamento
CGJ-E 0101/2009	Solicita ressarcimento de registros – cadastro irregular.	Em elaboração
CGJ 0445/2009	Penhora online – registro de imóveis. Processo que aguarda a implantação do Selo Digital para desenvolvimento de tecnologia apta a elaborar uma central de Registro Imobiliário que integre esta funcionalidade.	Em elaboração

CGJ-E 1113/2010	Solicita firmar termo de cooperação técnica entre TJ/RO e TJ/SC para disponibilizar sistema de gerencamento de selo de fiscalização. Projeto que aguarda a implantação do Selo Digital em todo o estado para posterior atendimento do pleito.	Projeto que aguarda a implantação do Selo Digital em todo o estado para posterior atendimento do pleito
CGJ-E 1162/2010	Requer suspensão provisória do Provimento nº 36/2009 e edição de provimento específico para implantação do Selo Digital de Fiscalização.	Vinculado ao processo CGJ-E 0260/2009
CGJ-E 0196/2011	III Simpósio de Direito Notarial e Registral de Santa Catarina.	Concluído

Fonte: CGJ – Núcleo IV

3.4.3. Projeto do Selo Digital

O Projeto do Selo Digital foi iniciado no ano de 2009 e tem por objetivo, por meio da substituição do atual selo físico por um totalmente eletrônico, garantir a segurança, a publicidade e a transparência dos atos, a padronização dos atos e das informações oriundas das serventias extrajudiciais, a redução do número de fraudes e de extravio/furto de selos e a melhoria da atividade fiscalizatória/orientadora do Poder Judiciário.

Por meio da nova sistemática, o Tribunal de Justiça irá fornecer os selos eletronicamente para as serventias extrajudiciais, por meio do procedimento de compra já existente e com o auxílio do próprio sistema informatizado de automação nelas utilizado e, na medida em que os atos forem sendo praticados, as suas informações serão remetidas aos servidores informatizados do Poder Judiciário para que, por meio do número do Selo Digital, juntamente com o validador, seja possível verificar na internet a validade do selo e das informações constantes dos atos. A troca de informações entre as serventias extrajudiciais e o Poder Judiciário se dará por meio de WebServices e arquivos XML, desenvolvidos pela equipe técnica do TJSC e por membros da Corregedoria-Geral da Justiça, reunidos na Comissão de Implantação do Selo Digital de Fiscalização, para cada ato especificamente.

3.4.3.1. Atividades do Projeto do Selo Digital

Durante os anos de 2010 e 2011, o Projeto contou com as seguintes modificações/atividades:

- Mapeamento e desenvolvimento dos modelos de todos os atos dos Ofícios de Protesto, Tabelionatos de Notas, Ofícios do Registro Civil das Pessoas Naturais, Jurídicas e Títulos e Documentos e Ofícios do Registro de Imóveis;
- Lançamento da versão 0.4 do Webservice do Selo Digital: teste do procedimento de compra e remessa de selos digitais;
- Lançamento da versão 0.5 do Webservice do Selo Digital: teste do procedimento de compra e remessa de selos digitais por meio de acesso autenticado;
- Lançamento da versão 0.6 do Webservice do Selo Digital: publicação dos padrões dos atos dos Ofícios de Protesto;

- Lançamento da versão 0.7 do Webservice do Selo Digital: publicação dos padrões dos atos dos Tabelionatos de Notas;
- Lançamento da versão 0.8 do Webservice do Selo Digital: publicação dos padrões dos atos dos Ofícios do Registro Civil;
- Lançamento da versão 0.9 do Webservice do Selo Digital: publicação dos padrões dos atos dos Ofícios do Registro de Imóveis;
- Lançamento da versão 0.9.1 do Websevice do Selo Digital: publicação dos padrões de todos os atos do serviço extrajudicial com as alterações sugeridas pelos desenvolvedores dos sistemas informatizados de automação;
- Lançamento da versão 0.9.2 do Websevice do Selo Digital: publicação dos padrões de todos os atos do serviço extrajudicial com as alterações sugeridas pelos desenvolvedores dos sistemas informatizados de automação e lançamento da primeira versão do Portal de Consulta Pública do Selo Digital;
- Lançamento da versão 0.9.3 do Websevice do Selo Digital: publicação da última versão dos padrões de todos os atos do serviço extrajudicial com as alterações sugeridas pelos desenvolvedores dos sistemas informatizados de automação antes do Projeto Piloto;
- Lançamento da versão 0.9.4 do Webservice do Selo Digital: pubilicação da versão consolidada dos atos do Selo Digital para realização do Projeto Piloto;
- Lançamento da versão 1.0 do Webservice do Selo Digital: após a realização do Projeto Piloto, foi divulgada a versão em operação do Selo Digital de Fiscalização, para utilização de modo oficial no Estado;
- Realização dos Projetos-Piloto do Selo Digital:

    - Capital: 1º, 2º e 3º Ofícios do Registro de Imóveis, 2º Tabelionato de Notas e 1º de Protestos e Escrivania de Paz de Santo Antônio de Lisboa;
    - Araranguá: 2º Tabelionato de Notas e Protestos;
    - Blumenau: 1º e 3º Tabelionatos de Notas e Protestos;
    - Jaraguá do Sul: Escrivania de Paz de Corupá;
    - Gaspar: Registro Civil;
    - Indaial: 2º Tabelionato de Notas e Protestos;
    - Joaçaba: 2º Tabelionato de Notas e Protestos;
    - Joinville: Registro Civil;
    - Porto Belo: Registro de Imóveis e Civil.
- Divulgação dos padrões da leitura biométrica nos Tabelionatos de Notas e do Selo Digital;
- Realização do 2º Censo de Informatização do Extrajudicial;
- Divulgação e atualização do FAQ do Selo Digital (Perguntas mais frequentes);
- Lançamento do Portal do Selo Digital, com layout definido em parceria com a Diretoria de Tecnologia da Informação, no qual estão inseridos o mecanismo de consulta dos atos do Selo Digital, as orientações, documentos oficiais, padrões técnicos e o FAQ – Perguntas Frenquente, em sua última versão;

- Elaboração do manual do Selo Digital de Fiscalização, disponível no Portal do Selo Digital;
- Confecção dos cartazes do Selo Digital com a efetiva remessa às comarcas e aos serviços notariais e de registro do Estado;
- Participação no Encontro da Associação dos Notários e Registradores de Santa Catarina, realizado no dia 18 de junho em Balneário Camboriú, ocasião em que foi apresentado o modelo do Selo Digital de Fiscalização;
- Participação no 2º Simpósio de Direito Notarial e Registral de Santa Catarina, realizado no dia 5-11-2010, onde foi ministrada palestra sobre o andamento do Projeto do Selo Digital;
- Participação no 3º Simpósio de Direito Notarial e Registral de Santa Catarina, realizado nos dias 10-11-2011, onde foi ministrada palestra sobre a implantação do Projeto do Selo Digital;
- Implantação do Selo Digital nas seguintes regiões:

    - Grande Florianópolis: 29/06/2011
    - Planalto Norte: 20/07/2011
    - Litoral Norte: 09/08/2011
    - Vale do Itajaí: 20/09/2011
    - Foz do Rio Itajaí: 04/10/2011
    - Litoral Sul: 26/10/2011
    - Planalto Sul: 17/11/2011
    - Vale do Rio do Peixe: 08/12/2011
    - Extremo Oeste: 09/12/2011

    *Data limite para utilização do Selo Digital: 25/01/2012.

- Realização de 52 reuniões formais e troca de cerca de 4 mil e-mails pela Comissão de Implantação do Selo Digital;
- Recepção, na sede da Corregedoria-Geral da Justiça, das delegações dos Tribunais de Justiça da Bahia, do Acre e do Ceará, e realizadas videoconferências com os Tribunais de Justiça do Piauí e do Ceará;
- Entrega da primeira etapa do sistema de auditoria do Selo Digital 28/11/2011;
- Previsão de entrega da segunda etapa do sistema de auditoria do Selo Digital 12/12/2011;
- Lavratura de 5 milhões de atos notariais e de registro com o emprego do Selo Digital de Fiscalização desde a implantação (29/06/2011).

3.4.3.2. Documentos publicados no Projeto do Selo Digital

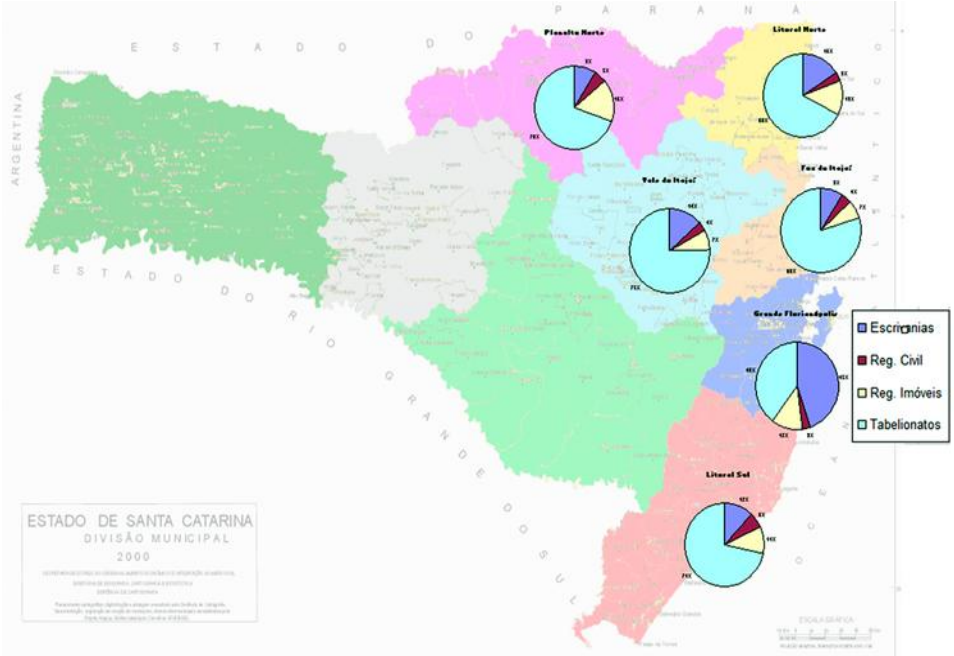
- Provimento nº 36/2009 - Informatização das serventias;
- Provimento nº 02/2010 – Dispõe sobre a informatização das serventias consideradas vagas após o encerramento do concurso do Edital nº 84/2007;

- Circular nº 23/2010 – Lança o Censo de Informatização, com prazo máximo de resposta em 10 dias a partir do dia 14/06/2010;
- Ofício Circular nº 1/2010 – lançamento da versão 0.4 do Webservice do Selo Digital;
- Ofício Circular nº 16/2010 – lançamento da versão 0.5 do Webservice do Selo Digital;
- Ofício Circular nº 24/2010 – lista das empresas cadastradas para testes com a versão 0.5;
- Ofício Circular nº 38/2010 – solicita que os Senhores Serventuários verifiquem se as empresas que desenvolvem os seus sistemas informatizados de automação já se encontram em fase de adaptação dos seus sistemas para operação com o Selo Digital;
- Ofício Circular nº 56/2010 – lançamento da versão 0.6 do Webservice do Selo Digital;
- Ofício Circular nº 57/2010 – dispõe sobre as características do Selo Digital;
- Ofício Circular nº 69/2010 – solicita que os Senhores Serventuários verifiquem se as empresas que desenvolvem os seus sistemas informatizados de automação já adaptaram os seus sistemas para a versão 0.6 do Selo Digital;
- Ofício Circular nº 70/2010 – lançamento da versão 0.7 do Webservice do Selo Digital;
- Ofício Circular nº 81/2010 – orienta os senhores serventuários para realizarem a compra normal de selos até a entrada em vigor do selo digital;
- Ofício Circular nº 85/2010 – lançamento da versão 0.8 do Webservice do Selo Digital;
- Ofício Circular nº 103/2010 - fim do prazo do Censo de Informatização II;
- Ofício Circular nº 104/2010 - lançamento da versão 0.9 do Selo Digital;
- Ofício Circular nº 132/2010 - lançamento da versão 0.9.1 do Selo Digital;
- Ofício Circular nº 145/2010 - lançamento da versão 0.9.2 do Selo Digital;
- Ofício Circular nº 160/2010 - lançamento da versão 0.9.3 do Selo Digital;
- Ofício Circular nº 214/2010 - lançamento da versão 0.9.4 do Selo Digital;
- Ofício Circular nº 17/2011 - Padrão mínimo para etiquetas;
- Ofício Circular nº 29/2011 - Novo Padrão do Selo Digital;
- Provimento nº 08/2011 – Regulamento do Selo Digital – Normas administrativas;
- Circular nº 09/2011 – Lançamento do Selo Digital de Fiscalização;
- Circular nº 11/2011 - torna facultivos os campos do solicitante e do tipo de documento nos atos de autenticação;
- Circular nº 24/2011 - Divulga as novas datas de implantação do Selo Digital nas regiões do Estado;
- Circular nº 26/2011 - Divulga as novas datas de implantação do Selo Digital nas regiões do Estado;
- Circular nº 31/2011 - Trata das datas para compra do selo físico e digital antes do período de recesso;
- Ofício Circular nº 119/2011 - Divulga novo endereço de consulta do Selo Digital (selo.tjsc.jus.br);
- Ofício Circular nº 115/2011 - data da compra de selos digitais na região da Grande Florianópolis;

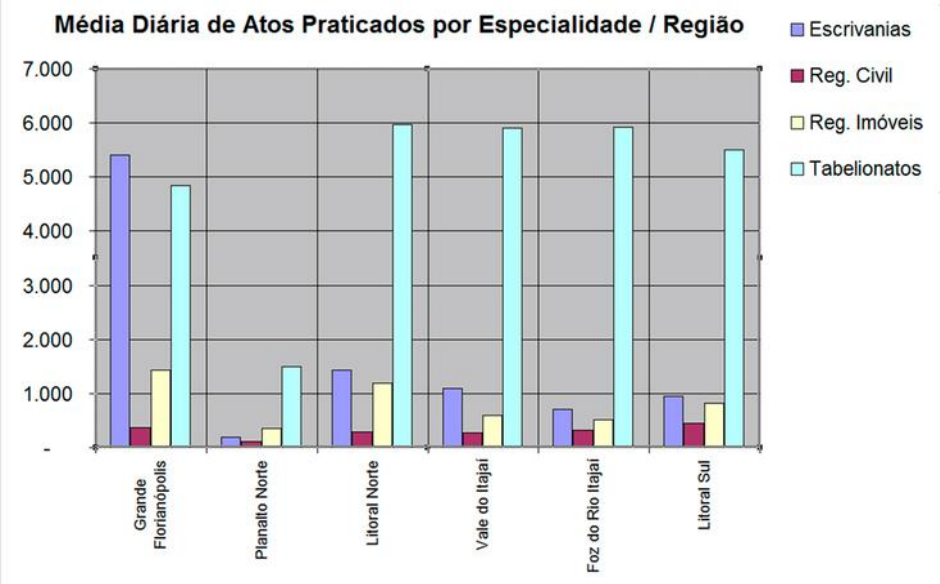
- Ofício Circular nº 135/2011 - regras para entrega dos selos físicos na região da Grande Florianópolis;
- Ofício Circular nº 140/2011 - data da compra de selos digitais na região do Planalto Norte;
- Ofício Circular nº 142/2011 - regras para entrega dos selos físicos na região do Planalto Norte;
- Ofício Circular nº 150/2011 - data da compra de selos digitais na região do Litoral Norte;
- Ofício Circular nº 151/2011 - regras para entrega dos selos físicos na região do Litoral Norte;
- Ofício Circular nº 169/2011 - data da compra de selos digitais na região do Vale do Itajaí;
- Ofício Circular nº 170/2011 - regras para entrega dos selos físicos na região do Vale do Itajaí;
- Ofício Circular nº 201/2011 - data da compra de selos digitais na região da Foz do Rio Itajaí;
- Ofício Circular nº 202/2011 - regras para entrega dos selos físicos na região da Foz do Rio Itajaí;
- Ofício Circular nº 234/2011 - data da compra de selos digitais na região do Litoral Sul;
- Ofício Circular nº 235/2011 - regras para entrega dos selos físicos na região do Litoral Sul;
- Ofício Circular nº 254/2011 - data da compra de selos digitais nas regiões do Planalto Sul e Vale do Rio do Peixe;
- Ofício Circular nº 255/2011 - regras para entrega dos selos físicos nas regiões do Planalto Sul e Vale do Rio do Peixe;
- Ofício Circular nº 277/2011 - data da compra de selos digitais na região do Extremo Oeste;
- Ofício Circular nº 278/2011 - regras para entrega dos selos físicos na região do Extremo Oeste;

3.4.3.3. Gráficos relativos à utilização do selo digital de fiscalização

Fonte: Comissão de Implantação do Selo Digital



Fonte: Comissão de Implantação do Selo Digital



3.4.4. Atividades Desenvolvidas no Setor do Selo de Fiscalização, ressarcimento, ajuda de custo e cadastro das serventias

1. Reajuste dos valores do benefício da Ajuda de Custo destinado às serventias deficitárias (Lei Complementar nº 429/08), nos termos da decisão do Conselho da Magistratura nos autos CGJ-E nº 1446/2009, e pagamento realizado com efeitos retroativos à 1º de janeiro de 2011, com a receita obtida por meio da venda dos Selos de Fiscalização (Tabela 1, abaixo);

TABELA 1 – AJUDA DE CUSTO

MÊS	VALOR R$
Janeiro	308.256,00
Fevereiro(1)	305.448,00
Março(2)	345.907,10
Abril	318.789,50
Maio	318.789,50
Junho	318.789,50
Julho	318.789,50
Agosto	318.789,50
Setembro(3)	318.572,20
Outubro	318.572,20
Novembro	318.572,20
Dezembro	Pagamento pendente
TOTAL	**3.509.275,20**

Fonte: CGJ – Núcleo IV

(1) Valor que corresponde ao somatório de R$ 304.304,00 (relativo à ajuda de custo referente ao mês de fevereiro de 2011) e R$ 1.144,00 (referente ao adiantamento do benefício da ajuda de custo do mês de fevereiro de 2011 à Escrivania de Paz do Município de Mirim Doce, conforme o despacho do Excelentíssimo Senhor Desembargador Solon d'Eça Neves, Corregedor-Geral da Justiça, proferido nos autos de nº 402801-2011.5).

(2) Valor que corresponde ao somatório de R$ 318.789,50 (relativo à ajuda de custo referente ao mês de março de 2011) e R$ 27.117,60 (referente à diferença do valor da ajuda de custo reajustada no mês de março, com efeitos retroativos a janeiro). De mencionar ainda que a Escrivania de Paz do município e comarca de Meleiro restou excluída da lista de serventias beneficiárias pela Ajuda de Custo (art. 14, inc. I) em

razão do seu desmembramento, tendo sido incluído o Registro Civil, Títulos e Documentos, conforme critério definido no inc. II do art. 14 da LCE nº 175/1998.

(3) A Escrivania de Paz do município e comarca de Otacílio Costa restou excluída da lista de serventias beneficiárias pela Ajuda de Custo (art. 14, inc. I) em razão do seu desmembramento, tendo sido incluído o Registro Civil, Títulos e Documentos, conforme critério definido no inc. II do art. 14 da LCE nº 175/1998.

2. Pagamento a título de Ajuda de Custo no exercício de 2011 do correspondente a: R$ 1.194,80 (mil cento e noventa e quatro reais e oitenta centavos) para as Escrivanias de Paz localizadas nos municípios considerados Comarcas Não-Instaladas ou em distritos de Comarcas de Entrância Inicial; no valor de R$ 977,50 (novecentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos) para o Registro Civil localizado na sede de Comarcas de Entrância Inicial; e no valor de R$ 760,30 (setecentos e sessenta reais e trinta centavos) para as Escrivanias de Paz localizadas em distritos de municípios que sejam sede de Comarca de Entrância Final e Especial, e que adquiriram, no ano anterior, número de Selos de Fiscalização inferior a 50% (cinqüenta por cento) do adquirido pelo Registro Civil da respectiva sede;

3. Controle e pagamento do ressarcimento dos atos isentos e gratuitos no exercício de 2011 (Tabela 2);

TABELA 2 – RESSARCIMENTO DOS ATOS GRATUITOS

MÊS	VALOR R$
Janeiro (1)	569.337,51
Fevereiro (2)	565.522,85
Março (3)	602.462,28
Abril (4)	655.019,38
Maio (5)	654.136,22
Junho (6)	731.500,20
Julho (7)	659.576,55
Agosto (8)	994.725,11
Setembro (9)	744.531,96
Outubro (10)	693.483,27
Novembro (11)	615.538,44
Dezembro	Pagamento pendente
TOTAL	**7.485.833,77**

Fonte: CGJ – Núcleo IV

(1) Referente a 31.039 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/12/2010 e 10/1/2011. Foi bloqueada a quantia de R$ 16.490,52, correspondente a 632 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria.

(2) Referente a 25.923 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/1/2011 e 10/2/2011. Foi bloqueada a quantia de R$ 11.416,14, correspondente a 661 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria.

(3) Referente a 32.658 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/2/2011 e 10/3/2011. Foi bloqueada a quantia de R$ 11.629,40, correspondente a 889 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria.

(4) Referente a 33.708 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/3/2011 e 10/4/2011. Foi bloqueada a quantia de R$ 30.208,55, correspondente a 1.088 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria.

(5) Referente a 36.676 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/4/2011 e 10/5/2011. Foi bloqueada a quantia de R$ 37.433,60, correspondente a 1.389 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o

pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria.

(6) Referente a 37.326 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/5/2011 e 10/6/2011. Foi bloqueada a quantia de R$ 36.539,33, correspondente a 1.459 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria.

(7) Referente a 35.489 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/6/2011 e 10/7/2011. Foi bloqueada a quantia de R$ 42.987,22, correspondente a 1.442 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria.

(8) Referente ao somatório de R$ 860.270,52 (relativo a 41.698 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/7/2011 e 10/8/2011) e de R$ 134.454,59, que corresponde ao total de verbas de ressarcimento cujo pagamento se deferiu nos autos dos processos de nº CGJ-E 0650/2009 (R$ 7.904,79); nº CGJ-E 0441/2009 (R$ 6.236,65); CGJ-E 0863/2008 (R$ 110.921,69); CGJ-E 0820/2010 (R$ 13,69); CGJ-E 0718/2010 (R$ 13,69); CGJ-E 1325/2010 (R$ 13,42); CGJ-E 0543/2010 (R$ 13,44); CGJ-E 1076/2010 (R$13,67); CGJ-E 1170/2010 (R$ 13,59); CGJ-E 907/2010 (R$ 24,64); CGJ-E 134/2011 (R$ 697,84); CGJ-E 1565/2009 (R$ 7.950,89); CGJ-E 700/2009 (R$ 219,87); CGJ-E 497/2010 (R$ 264,95); CGJ-E 881/2009 (R$ 151,77). Por fim, de informar que foi bloqueada a quantia de R$ 16.367,33, correspondente a 1.240 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria.

(9) Referente a 46.312 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/8/2011 e 10/9/2011. Foi bloqueada a quantia de R$ 156.535,91, que corresponde à soma de R$ 85.420,36 (cujo pagamento foi suspenso em função de erros no cadastro) e R$ 71.115,55 (cifra esta cujo pagamento está, em sua possibilidade de extensão, sendo objeto de análise nos autos do Pedido de Providência nº 0011663-63.2011.8.240600).

(10) Referente a 37.322 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/9/2011 e 10/10/2011. Foi bloqueada a quantia de R$ 64.994,59, correspondente a 3.262 atos, devido a imprecisões quando do cadastrado do pleito virtual de ressarcimento no sistema, bem como em razão de excepecionalidade constantes em alguns dos pedidos virtuais, que serão analisadas nos autos dos processos administrativos de nº 0012365-09.2011; nº 0012366-91.2011; 0012367-76.2011 e 0012368-61.2011.

(11) Referente a 38.758 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/10/2011 e 10/11/2011. Foi bloqueada a quantia de R$ 7.131,75, correspondente a 1.017 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria.

4. Estabelecimento pelo Provimento nº 30/2010, do dia 10 de janeiro de 2011, como data limite para solicitação de ressarcimento de atos gratuitos praticados no exercício financeiro de 2010, e suspensão definitiva do ressarcimento de atos notariais tomados no mesmo exercício e não solicitados no prazo estabelecido, bem como que a partir do mês de janeiro de 2010 a solicitação de ressarcimento dos atos gratuitos passou a ser obrigatoriamente procedida, mês a mês, pelos serventuários até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao ato praticado, conforme disposição expressa no art. 9º, § 2º, da Lei Complementar Estadual nº 175, de 28 de dezembro de 1998 (Tabela 2);

5. Atualização do sistema eletrônico de ressarcimento, a fim de aprimorar o controle realizado por esta Corregedoria nos atos gratuitos praticados e cadastrados pelas serventias;

6. Estudo para implementação do pagamento dos demais atos praticados de forma gratuita pelas serventias, previstos em lei e não ressarcidos até a presente data;

7. O contrato entre o Tribunal de Justiça de Santa Catarina e a Casa da Moeda do Brasil para a fabricação e fornecimento de selos de fiscalização teve vigência até 31 de dezembro de 2010, tendo esta entregue nesta Corregedoria, em janeiro de 2011, a quantia de 1.305.656 (um milhão, trezentos e cinco mil, seiscentos e cinquenta e seis) selos de fiscalização que ainda continha em estoque;

8. O contrato vigente entre o Tribunal de Justiça de Santa Catarina e a empresa VALID Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A., para a fabricação e fornecimento de selos de fiscalização no exercício de 2011 era de, aproximadamente, 18.000.000, com vigência até 31 de dezembro do ano corrente. Contudo, considerando que o atual contrato de nº 189/2010 não será prorrogado para o exercício próximo vindouro com a VALID, tendo em vista que será efetivada a implantação do selo de fiscalização digital em todo o Estado de Santa Catarina, o Tribunal de Justiça, a pedido da Corregedoria, procedeu à supressão do percentual de 14,6181333% de seu objeto inicial, consoante cláusula segunda, §1º, da mesma contratação, correspondendo a 2.631,264 (dois milhões, seiscentos e trinta e

um mil, duzentos e sessenta e quatro) selos de fiscalização. Ressalta-se que os selos que restarem em estoque na empresa VALID serão devolvidos a esta Corregedoria no mês de janeiro de 2012;

9. Envio diário à empresa VALID dos pedidos de selos de fiscalização físicos efetuados pelas serventias a esta Corregedoria;

10. Aquisição e controle de 12.249.600 selos de fiscalização físicos para uso nas Serventias Extrajudiciais entre 01/01/2011 e 01/12/2011 (Tabela 3);

TABELA 3 – SELOS FÍSICOS ADQUIRIDOS PELAS SERVENTIAS ENTRE 01/01/2011 E 01/12/2011

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
Selos Isentos 01 ato	298.224
Selos Isentos 02 atos	0
Selos Pagos 01 ato (Normal)	9.337.200
Selos Pagos 01 ato (Emergencial)	1.591.200
Selos Pagos 02 atos (Normal)	218.880
Selos Pagos 02 atos (Emergencial)	16.560
Selos Pagos 04 atos (Normal)	63.744
Selos Pagos 04 atos (Emergencial)	3.600
D.U.T. (Normal)	534.240
D.U.T. (Emergencial)	85.200
D.U.T. 02 atos (Normal)	24.336
D.U.T. 02 atos (Emergencial)	2.160
Selos Escritura com Valor (Normal)	66.624
Selos Escritura com Valor (Emergencial)	7.632
TOTAL	12.249.600

Fonte: CGJ – Núcleo IV

11. Aquisição e controle de 5.416.325 selos de fiscalização digitais para uso nas Serventias Extrajudiciais entre 01/07/2011 e 01/12/2011 (Tabela 4);

TABELA 4 – SELOS DIGITAIS ADQUIRIDOS PELAS SERVENTIAS ENTRE 01/07/2011 E 01/12/2011

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
Normal	4.757.430
D.U.T.	217.376
Escritura com Valor	38.761
Isento	402.758
TOTAL	5.416.325

Fonte: CGJ – Núcleo IV

12. Alteração e atualização cadastral das Serventias Extrajudiciais - aproximadamente 590 - relativos a endereço, e-mail, telefone, conta bancária, dados pessoais do titular, do substituto e

dos funcionários, para controle e gestão do Selo de Fiscalização, Ressarcimento e Ajuda de Custo;

13. Atualização do sistema do selo gerenciado pelo setor;

14. Organização da documentação dos responsáveis pelas serventias com a sua posterior digitalização;

15. Manter atualizado no sistema do selo os sinais públicos das serventias;

16. Manter atualizado no site do Conselho Nacional de Justiça mensalmente o cadastro de serventias existentes no Estado;

17. Controlar a vacância das serventias e elaborar relatórios das serventias vagas e providas para eventuais informações ao Conselho Nacional de Justiça e à Comissão de Concurso de ingresso e remoção na atividade notarial e registral;

18. Controle das transmissões do acervo em razão de vacância, de intervenção e de novas designações nas serventias;

19. Fornecimento de certidão de serventias existentes no Estado;

20. Prestação de informações aos demais setores do Núcleo IV – Extrajudicial – da Corregedoria, referentes ao cadastro dos cartórios extrajudiciais e ao ressarcimento dos atos gratuitos e ajuda de custo efetivados às serventias;

21. Prestação de informações relativas aos selos de fiscalização para delegados, peritos, advogados e para a comunidade em geral;

22. Participação da Comissão de Implantação do Selo Digital;

23. Recebimento, cadastro e estoque por este setor dos selos físicos recolhidos das serventias pelas secretarias do Foro, em razão da implantação do Selo Digital;

24. Conversão, para modalidade digital, de 2.216.208 selos de fiscalização físicos oriundos de 341 serventias extrajudiciais até a data de 30/11/2011;

25. Cancelamento da quantia de 2.470 selos digitais e devolução do mesmo montante às 48 serventias solicitantes;

26. Redisponibilização, em 55 oportunidades, dos selos digitais adquiridos pelas serventias, em razão de problemas ocorridos no sistema utilizado no cartório;

27. Conferência de relatório mensal da fatura para pagamento da empresa VALID Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A., bem como acompanhamento e fiscalização, relativamente ao contrato celebrados para confecção e distribuição dos Selos de Fiscalização, e vistoria realizada no depósito da empresa em São José, na data de 09/09/2011, pelo Juiz-Corregedor e Assessores Correicionais;

28. Confecção e distribuição de cartazes dispondo sobre as características de segurança dos selos de fiscalização físico e digital de atos notariais e registrais;

29. Atualização do Manual do Selo de Fiscalização dispondo sobre as características de segurança dos selos físicos;

30. Confecção do Manual eletrônico do Selo de Fiscalização Digital dispondo sobre as características dos selos digitais;

31. Destruição de selos apreendidos pela Corregedoria em correições realizadas, bem como de selos defeituosos remetidos pelas serventias;

32. Elaboração de minutas de provimentos e circulares referentes às atribuições deste setor;

33. Elaboração de Aviso dos selos físicos extraviados, inutilizados, furtados e danificados de todos os Estados da Federação, para publicação no Diário da Justiça Eletrônico;

34. Atualização do banco de dados dos selos físicos extraviados, inutilizados, furtados e danificados no Estado de Santa Catarina, disponível para consulta na página do Extrajudicial;

35. Foram distribuídos para o setor 256 processos físicos, já tendo sido analisados 194 processos;

36. Da mesma forma, foram distribuídos para o setor no decorrer do ano 341 processos virtuais (SAJ), já tendo sido analisados 191 processos, que resultaram em 318 atos, assim distribuídos:

MÊS	MINUTA DE DESPACHO	MINUTA DE PARECER	MINUTA DE DECISÃO	INFORMAÇÃO	OFÍCIO-CIRCULAR	AVISO	PORTARIA
MAI	2	3		2			
JUN	7	2		8			
JUL	24	2		21		1	
AGO	6	8		15			
SET	25	24	2	40		9	1
OUT	16	9	2	24		7	1
NOV	22	9	1	16	2	7	
DEZ	Pendente	Pendente	Pendente	Pendente	Pendente	Pendente	Pendente
TOTAL	**102**	**57**	**5**	**126**	**2**	**24**	**2**

Fonte: Sistema de automação do judiciário – SAJ

37. Participação da Comissão de Implantação dos atos gratuitos praticados pelos Juízes de Paz, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 532, de 17 de janeiro de 2011;

38. Levantamento dos dados cadastrais de todos os Juízes de Paz do Estado (titulares, suplentes e ad hoc);

39. Controle dos casamentos coletivos, aproximadamente de 857, ocorridos em todo o Estado;

40. Atendimento e orientação dos serventuários extrajudiciais, juízes, secretários de Foro e jurisdicionados pelos ramais telefônicos do Setor IV, tendo-se obtido junto ao setor de telefonia

deste Tribunal os números dos últimos 3 (três) meses (setembro, outubro e novembro), no total de 1.779 ligações;

41. Consultas e requerimentos recebidos pelo Setor IV para as devidas providências, por meio do endereço eletrônico selo@tjsc.jus.br, até 1º/12/2011, conforme especificações abaixo descritas:

ASSUNTO	QUANTIDADE
Empresa Valid	15
Ajuda de Custo	10
Alteração cadastral das serventias	718
Cadastro diversos	4
Casamento Coletivo	17
Certidões	6
Consulta – selos	100
Contas bancárias	156
Informações de dados para equipe de inspeção	10
Documentos para protocolo de processo virtual	144
Horário de atendimento ao público/interno	6
Informações sobre origem do selo de fiscalização	42
Juiz de Paz – documentos	28
Informática	50
Consulta – Ressarcimento	130
SAJ – e-mail recebidos	23
Retificação de número de selo no sistema de ressarcimento	34
Selo Digital	460
Selo Digital – Diferença Valor Boleto	40
Selo – Duplicidade – Processos	192
Selos defeituosos	3
Selos Digitais Cancelados	390
Selos Digitais Redisponibilizados	76
Selos Inutilizados, furtados e extraviados	249
Sinal Público	104
Tesouraria – Diretoria de Orçamento e Finanças	14
Lei de Utilidade Pública	119
Selos Físicos Convertidos em Digitais por Região:	
1) Extremo Oeste	2
2) Foz do Rio Itajaí	39
3) Grande Florianópolis	130
4) Litoral Norte	59
5) Litoral Sul	77
6) Planalto Norte	33
7) Planalto Sul + Vale do Rio do Peixe	58
8) Vale do Itajaí	98
Total	**3.936**

Fonte: CGJ – Núcleo IV

42. Respostas às consultas e requerimentos recebidos pelo Setor IV, por meio do endereço eletrônico selo@tjsc.jus.br, até 1º/12/2011, conforme especificações abaixo descritas:

ASSUNTO	QUANTIDADE
Casamento Coletivo	17
Informações de dados para equipe de inspeção	10
Consulta – selos	54
Informações sobre origem do selo de fiscalização	42
Informática	50
Consulta – Ressarcimento	67
Selo Digital	50
Selo Digital – Diferença Valor Boleto	40
Tesouraria – Diretoria de Orçamento e Finanças	14
Total	344

Fonte: CGJ – Núcleo IV

3.5. Atividades da Escrivania Correicional

Na Escrivania Correicional atuaram, em 2011, os escrivães correicionais Marco Túlio de Camargo Dolberth e Perla Maria Fusinatto Schappo, o assessor correicional Geraldo Della Giustina e os analistas jurídicos Cristiane Bernadete de Souza e Marco Aurélio da Silva Moser. Registre-se que a escrivã correicional Perla Maria Fusinatto Schappo esteve em licença maternidade durante o período compreendido entre os meses de abril a dezembro de 2011, retornando às suas atividades no dia 05/12/2011, sendo que, neste período, a analista jurídica Cristiane a substituiu nas atividades relacionadas ao mutirão de sentenças.

As atividades da Escrivania Correicional ocorreram nos quatro núcleos da Corregedoria-Geral da Justiça.

3.5.1. De orientação institucional

A Escrivania Correicional prestou esclarecimentos e orientações em variados temas relacionados ao foro judicial. Também ouviu queixas de usuários, dando encaminhamento necessário a cada caso, conforme quadro detalhado a seguir:

2011													
Resposta a Consultas	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Soma
E-mail	56	49	70	68	65	81	58	65	80	55	53	38	738
Instant Messenger	8	7	4	8	6	5	3	15	4	14	9	8	91
Presencial	1	3	4	3	5	2	4	2	5	4	6	4	43
Telefone	35	61	65	57	107	66	86	117	63	83	79	98	917
Subtotal	100	120	143	136	183	154	151	199	152	156	147	148	1.789
Reclamações	4	10	8	7	6	8	8	3	7	8	9	8	86

Total	104	130	151	143	189	162	159	202	159	164	156	156	1.875

Fonte: CGJ – Escrivania Correicional

Ainda realizou a análise criteriosa de pedidos de providências, representações, sindicâncias e processos administrativos disciplinares deflagrados em face de Servidores e Juízes, com a expedição de portarias de instauração de processos administrativos disciplinares, pareceres e despachos, conforme quadro detalhado a seguir:

2011			
Providência	Portarias de Instauração	Pareceres	Despachos
Quantidade	1	12	4

Fonte: CGJ – Escrivania Correicional

A Escrivania Correicional também participou de comissão de sindicância, em cooperação com a Presidência do Tribunal de Justiça, cuja designação ocorreu por meio da portaria nº 760/2011, datada de 17/08/2011, realizando toda a instrução do procedimento administrativo disciplinar nº 423985-2011.7, deslocando-se inclusive para as comarcas de Tijucas e Itapema com o objetivo de coletar provas (realização de interrogatório e oitiva de testemunhas), culminando com a apresentação de relatório conclusivo naquele procedimento.

3.5.2. De planejamento e de projetos

Em conjunto com a área técnica, a Escrivania Correicional atuou no acompanhamento dos projetos existentes e na implementação de novos, com a especificação e criação de serviços e/ou sistemas informatizados. Dentre as atividades desenvolvidas durante o ano, destacam-se:

- Proposição e análise de minuta de atos normativos;
- Sugestão de ordem e cronograma de inspeções correicionais nos foros judiciais;
- Proposição e análise de alterações de funcionalidades e de modelos de documentos da instituição no Sistema de Automação do Judiciário de Primeiro Grau (SAJ/PG e SAJ/CTD – Sistema de Gerenciamento de Certidões) com participação em reuniões de validação.

Vale destacar ainda, a participação dos Escrivães Geraldo Della Giustina e Marco Tulio de Camargo Dolberth (ambos da Escrivania Correcional) no grupo de trabalho formado na Corregedoria-Geral da Justiça, na gestão do Desembargador Solon d'Eça Neves, com o objetivo de desenvolvimento de configuração e implantação do Sistema de Automação da Justiça – SAJ 5 na Corregedoria-Geral da Justiça, cujo sistema é direcionado aos atos, rotinas e fluxo de trabalho dos procedimentos administrativos, e que permite a tramitação integral dos feitos da CGJ em meio eletrônico.

3.5.3. De inspeção correicional e instrução disciplinar

As inspeções correicionais fazem parte das ações de controle e fiscalização disciplinar dos serviços judiciários.

Sua realização não significa a existência de irregularidades. Durante os trabalhos, a Escrivania Correicional capta informações sobre a realidade do foro judicial e do andamento processual nas unidades judiciárias da comarca. Além dos cartórios judiciais, também setores administrativos foram objeto de inspeção: Central de Portaria e Comunicação, Central de Mandados, Contadoria, Distribuição, Oficialato da Infância e da Juventude, Oficialato de Justiça, Secretaria do Foro e Serviço Social.

Erros, inconsistências ou eventuais irregularidades são registradas em relatório e servem como paradigma para outras unidades. Os servidores recebem orientações de como proceder corretamente. O trabalho é feito por amostragem nos processos em andamento, conforme a competência da unidade (cível, criminal, família, infância e juventude, fazenda, juizado especial, etc.).

Além do andamento processual, são verificados problemas de infraestrutura que podem atrapalhar o desenvolvimento das atividades. As questões analisadas nas correições são repassadas às respectivas áreas envolvidas do Judiciário Estadual, requisitando a solução dos problemas encontrados.

Resumidamente, a Escrivania Correicional desenvolve suas atividades com base nos seguintes vetores:

- análise preliminar do perfil da unidade a ser inspecionada;
- acompanhamento da atividade cartorária;
- proposição de adequações ou de redimensionamento das rotinas e do fluxo de documentos e de autos processuais;
- orientação e capacitação dos servidores nas suas atividades;
- consultoria à unidade inspecionada quanto às proposições destacadas;
- monitoramento dos resultados das atividades de inspeção nas unidades;
- elaboração dos relatórios finais das inspeções.

A Escrivania Correicional acompanhou os Juízes-Corregedores do Núcleo III nas atividades de inspeção correicional nas seguintes unidades:

INSPEÇÃO PRESENCIAL		
Ordem	**Comarca/Vara**	**Período**
1	Criciúma – 1ª e 2ª Varas Cíveis	23 a 27 de maio
2	Criciúma – 3ª Vara Cível e Juizado Especial Cível	30/5 a 3 de junho
3	Ibirama – 1ª e 2ª Varas Cíveis	4 a 8 de julho
4	Itajaí – Vara da Família e Vara da Infância, Juventude e Anexos	26 a 30 de setembro

Fonte: CGJ – Escrivania Correicional

INSPEÇÃO VIRTUAL/LOCAL		
Ordem	Comarca/Vara	Período
1	Descanso – Vara Única	26 de julho
2	Mondaí – Vara Única	27 de julho

3	Itapiranga – Vara Única	28 de julho
4	São Carlos – Vara Única	02 de agosto
5	Palmitos – Vara Única	03 de agosto
6	Cunha Porã – Vara Única	04 de agosto
7	Campo Erê – Vara Única	09 de agosto
8	São Domingos – Vara Única	10 de agosto
9	São Lourenço do Oeste – Vara Única	11 de agosto
10	Ipumirim – Vara Única	16 de agosto
11	Itá – Vara Única	17 de agosto
12	Seara – Vara Única	18 de agosto
13	Herval d'Oeste – Vara Única	30 de agosto
14	Tangará – Vara Única	31 de agosto
15	Catanduvas – Vara Única	01 de setembro
16	Itaiópolis – Vara Única	13 de setembro
17	Papanduva – Vara Única	14 de setembro
18	Lebon Regis – Vara Única	15 de setembro
19	Armazén – Vara Única	03 de outubro
20	Lauro Muller – Vara Única	04 de outubro
21	Jaguaruna – Vara Única	05 de outubro
22	Capivari de Baixo – Vara Única	06 de outubro
23	Forquilinha – Vara Única	17 de outubro
24	Santa Rosa do Sul – Vara Única	18 de outubro
25	Turvo – Vara Única	19 de outubro
26	Meleiro – Vara Única	20 de outubro
27	Anita Garibaldi – Vara Única	07 de novembro
28	Campo Belo do Sul – Vara Única	08 de novembro
29	Correia Pinto – Vara Única	09 de novembro
30	Otacílio Costa – Vara Única	10 de novembro
31	Araquari – Vara Única	22 de novembro
32	Itapoá – Vara Única	23 de novembro
33	Garuva – Vara Única	24 de novembro
34	Rio do Campo – Vara Única	06 de dezembro
35	Taió – Vara Única	07 de dezembro
36	Rio do Oeste – Vara Única	08 de dezembro

Fonte: CGJ – Escrivania Correicional

No plano da instrução disciplinar, a Escrivania Correicional acompanhou os Juízes-Corregedores dos Núcleos I e III nas atividades externas do órgão, promovendo a coleta de provas e realização de audiências em sindicâncias e procedimentos administrativos disciplinares.

3.5.4. De revisão do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça

Em virtude de diversas modificações da legislação processual, a Escrivania Correicional atuou na alteração e modernização do Código de Normas, com a proposição e análise de minuta de atos

normativos e na difusão de orientações sobre padronização de procedimentos.

3.5.5. Apresentações, palestras e cursos

A Escrivania Correicional também teve a oportunidade de participar, em 2011, de eventos instrucionais como palestrante com ênfase na gestão de pessoas e de processos.

Exemplo disto, foi o curso de formação de instrutores para implementação da meta 5 do CNJ, realizado pela Academia Judicial, no período de 2 a 6 de maio de 2011, com carga horária de 40 horas-aula, cujo conteúdo programático abordado foi sobre a Corregedoria-Geral da Justiça, Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, Orientações da CGJ, SAJ-Estatísitica e Programa Inspeção Virtual.

Ainda durante o ano de 2011, a Escrivania Correicional participou de atualização na área de processo administrativo relativa ao curso prático de processo administrativo genérico, promovido pela Consultre – Consultoria de Treinamento Ltda, realizado em Brasília – DF, no período de 17 a 18 de maio, com carga horária de 16 horas-aula.

3.5.6. Do mutirão de sentenças

A atividade da Escrivania Correicional no Mutirão de Sentenças de 2011 foi de secretariar o Corregedor-Geral da Justiça e o Juiz-Corregedor Vitoraldo Bridi, especificamente no controle das unidades e juízes participantes do Mutirão de Sentenças e do deslocamento do acervo de processos, com a anotação do número dos lotes de cargas do SAJ/PG.

Coube à Escrivania Correicional, ainda, a verificação e análise da situação das unidades referentes aos processos conclusos há mais de 90 dias, estabelecendo contato com juízes e assessores quando necessário, e a organização de documentos referentes ao pagamento de gratificação.

4. COORDENADORIA DE EXECUÇÃO PENAL E DA INFÂNCIA E JUVENTUDE – CEPIJ(11)

Ato de criação: Resolução nº 4/2010-TJ(12)
Coordenador: Juiz Alexandre Karazawa Takaschima
Secretário: Antônio Julião da Silva

4.1. Quadro de pessoal

4.1.2. Núcleo Operacional da Execução Penal

Servidores: Adriana Kátia Ternes Moresco (assistente social), Cibelene Piazza, Fernando Tubs, Maria da Graça Vieira da Silva, Rafael Silva Rodrigues, Thânia Mara Luz e Wânia Kamieski.

Grupo Operacional de Execução Penal: Juízes Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt, Denise Helena Schild de Oliveira, Flávio Luís Dell'Antônio, Geraldo Corrêa Bastos, Humberto Goulart da Silveira, Joarez Rusch, Luiz Eduardo Ribeiro Freyesleben, Marcelo Carlin e Maycon Rangel Favareto.

4.1.3. Núcleo Operacional da Infância e Juventude

Servidores: Mery Ann das Graças Furtado e Silva (secretária), Cristine Tuon Sposito, Eliedite Mattos Ávila e Lilian da Silva Domingues.

Grupo Operacional da Infância e Juventude: Juízes Álvaro Pereira de Andrade, Ana Cristina Borba Alves, Ana Paula Amaro da Silveira, Brigitte Remor de Souza May, Carlos Roberto da Silva, Edison Zimmer, Ermínio Amarildo Darold, Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto, Giancarlo Bremer Nones, Luiz Neri de Souza, Rodrigo Pereira Antunes, Rudson Marcos, Sérgio Luiz Junkes e Sônia Maria Moroso.

(11) Relatório original com fotos: http://www.tj.sc.gov.br/institucional/diretorias/cepij/relatorioatividadesCEPIJ%202010.pdf

(12) Por intermédio da Resolução nº 63/2011-TJ, de 16.11.11, foi criada a Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude.

4.2. Mutirões Carcerários

COMARCA	MÊS	DIAS
Jaraguá do Sul	Fevereiro	21 a 25
São Fco do Sul	Fevereiro	21 a 25
Mafra	Abril	11 a 16
Canoinhas	Abril	11 a 16
Rio Negrinho	Abril	11 a 16
Mutirão do CNJ em Santa Catarina com a participação de magistrados e servidores do Estado, sob coordenação conjunta do CNJ e da CEPIJ	Junho e Julho	Dos dias 13 de junho a 13 de julho

Fonte: Coordenadoria de Execução Penal e da Infância e Juventude – CEPIJ

4.3. Inspeções nos Centros de Internações Provisórias (CIPs) e Centros Educacionais Regionais (CERs)

COMARCA	MÊS	DIAS
Região norte	Março	21 a 25
Região sul	Abril	02 a 08
Região da Grande Fpolis	Maio	09 a 13
Ituporanga	Maio	16
Rio do Sul	Maio	17
Capital	Maio	18 e 19
Região Oeste e Extremo-Oeste	Julho	04 a 08
Região Oeste	Agosto	01 a 05
Visita programas de acolhimento	Setembro	27 a 30
Visita programas de acolhimento	Outubro	04 a 07

Fonte: Coordenadoria de Execução Penal e da Infância e Juventude – CEPIJ

4.4. Compromissos do coordenador pela CEPIJ e Corregedoria-Geral da Justiça

4.4.1 Mês de fevereiro

DATA	LOCAL	MOTIVO
06	Fpolis	Reunião sobre a criação do Núcleo da Infância e Juventude.

08	Fpolis	Reunião com a Defensoria pública da União. Finalização do mutirão carcerário na Vep da Capital.
10	São José	Reunião no Fórum de São José sobre segurança no prédio do Fórum.
14	Fpolis	Reunião sobre a Central Penas Alternativas na Secretaria de Segurança Pública.
15	Fpolis	Reunião para a criação da Comissão Permanente de Segurança dos magistrados colocados em situação de risco.
21 a 25	Jaraguá do Sul e São Fco do Sul	Mutirão carcerário.
28	Fpolis	Reunião do Núcleo Operacional da Infância e Juventude.

Fonte: Coordenadoria de Execução Penal e da Infância e Juventude – CEPIJ

4.4.2. Mês de março

DATA	LOCAL	MOTIVO
01	Fpolis	Reunião com o Juiz Marcelo Carlin sobre Projeto Começar de Novo.
03	Fpolis	Reunião sobre adoção no gabinete do Presidente da ALESC juntamente com o vice-presidente do grupo RBS.
04	Fpolis	Reunião: 1) na ASPLAN sobre PPA; e 2) com juízes da Comarca de Curitibanos, com juiz Odson Cardoso Filho.
09	Fpolis	Reunião sobre o CREPE Execução Penal na CGinfo.
15	Fpolis	Reunião sobre o Projeto Começar de Novo.
16	Fpolis	Apresentação do Projeto Medida Justa do CNJ no Tribunal Pleno.
21 a 25	Região Norte	Visitas aos programas de acolhimento da Região Norte
22	Fpolis	Reunião sobre videoconferência, com CGInfo, CGJ, Deap e Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania.
28	Fpolis	Reunião de planejamento estratégico do núcleo operacional da infância e juventude.
29	Tubarão e Laguna	Viagem com Cel. Moreira aos Fóruns de Laguna e Tubarão. Comissão segurança magistrados.
31	Fpolis	1) Oitiva dos adolescentes Nº M. C. A.; J. A. de S.; D. A. J. Nº; L. M. S. T. na sala de audiências da 4ª vara criminal por supostas agressões sofridas no PLIAT. 2) Reunião sobre o plano de gestão das varas criminais do CNJ para avaliar ajuste no SAJ para atender prazos de andamento ações penais. Processo 374673-2010.9.

Fonte: Coordenadoria de Execução Penal e da Infância e Juventude – CEPIJ

4.4.3. Mês de abril

DATA	LOCAL	MOTIVO
02 a 08	Região Sul	Visitas aos programas de acolhimento da região sul
11 a 15	Mafra, Rio Negrinho e Caçador	Mutirão carcerário.
14	Fpolis	Iº Simpósio sobre Socioeducação no Poder Judiciário.
15	Fpolis	1) Reunião no PLIAT; 2) Reunião sobre o CREPE de Execução Penal.
18	Fpolis	Plano de gestão do CNJ para funcionamento das varas criminais e de execução penal (371359-2010.8).

19	Fpolis	Formatação do curso para capacitação de magistrados e servidores das varas da infância e juventude (Processo nº 398894-2010.5 – Projeto Medida Justa do CNJ).
26	Fpolis	1) Palestra no CESUSC (Evento do Centro Acadêmico de Direito); 2) Reunião com os dois núcleos operacionais para definir atribuições
27	Brasília	Reunião ENASP.
28	Fpolis	Reunião no Tribunal de Contas do Estado.
29	São Pedro de Alcântara	Inspeção da Penitenciária de São Pedro de Alcântara.

Fonte: Coordenadoria de Execução Penal e da Infância e Juventude – CEPIJ

4.4.4. Mês de maio

DATA	LOCAL	MOTIVO
02	Itajaí	Apresentação do projeto piloto Maria da Penha (Juíza Sônia Maria Moroso).
06	Fpolis	1) Reunião sobre Provimento nº 12 do CNJ; 2) Reunião de definições de rotinas do CREPE de execução penal.
09 a 13	Fpolis	Visitas aos programas de acolhimento da Grande Fpolis.
10	Fpolis	Reunião preparatória do Iº mutirão carcerário do CNJ.
11	Tubarão	Reunião da comissão de segurança dos magistrados.
12	Laguna e Lages	Reunião da comissão de segurança dos magistrados.
13	Itajaí	Apresentação do programa Maria da Penha (Juíza Sônia Maria Moroso).
16	Ituporanga	Visita instituições de acolhimento.
17	Rio do Sul	Visita instituições de acolhimento e reunião na ASPLAN sobre competência das unidades de São Miguel Oeste, Xanxerê e Caçador
18	Capital	Visita instituições de acolhimento e reunião na CGJ sobre o mutirão carcerário do CNJ.
19	Capital	Visita instituições de acolhimento e curso de teoria e prática sobre Execução Penal do Projeto de Extensão Atrás das Grades. Faculdade Estácio de Sá.
20	Capital	Reunião na secretaria de Estado de justiça e cidadania e reunião na CGJ sobre o Provimento nº 12 do CNJ.
23	Capital	Lançamento da Campanha Estadual pela Adoção na ALESC e reunião do núcleo operacional da infância e juventude.
24	Capital	Reunião do Provita na secretaria de Estado da segurança pública.
26 e 27	Blumenau	V Encontro Estadual de Conselhos da Comunidade.
30	Capital	Palestra na OAB para a Associação dos Advogados Criminalistas de SC.
31	Capital	Reunião com técnicos do PLIAT; Reunião junto à assessoria de relações públicas (abertura do mutirão carcerário do CNJ; e, participação no programa Conversas Cruzada

Fonte: Coordenadoria de Execução Penal e da Infância e Juventude – CEPIJ

4.4.5. Mês de junho

DATA	LOCAL	MOTIVO
07	Justiça Federal da Capital	Reunião com Juiz Federal Dr. Carmona.
13	São Pedro de Alcântara e Capital	Inspeção na Penitenciária de São Pedro de Alcântara e Abertura do Mutirão Carcerário do CNJ no Tribunal Pleno.
14	Capital	Reunião na ASPLAN sobre definição de competência de varas.
16	Capital	Reunião do Provita no auditório da PGJ
17	Capital	Seminário regional de formação de Conselheiros Tutelares na OAB.

20	Capital	Audiência Pública "Saúde Mental", na Procuradoria-Geral da República em Brasília-DF.
21	Capital	Reunião na ASPLAN sobre definição de competência de varas.
27	Capital	Reunião do núcleo operacional da infância e juventude e Semana de Direitos Humanos: "Saúde e Combate à Tortura em SC". Auditório da OAB
28	Capital	Reunião com técnicos do PLIAT; Reunião na PGJ com a promotora de justiça Drª Priscila do Centro Operacional da Infância e Juventude; Semana de Direitos Humanos: "Saúde e Combate à Tortura em SC". Auditório da OAB; e, Reunião sobre videoconferência (audiência no crime) com a secretaria de Estado da justiça e cidadania.
29 e 30	Rio Grande do Sul (Santo Ângelo)	Visita a projetos desenvolvidos pelo CEDEDICA na área da socioeducação.

Fonte: Coordenadoria de Execução Penal e da Infância e Juventude – CEPIJ

4.4.6. Mês de julho

DATA	LOCAL	MOTIVO
01	Rio Grande do Sul (Santo Ângelo)	Visita a projetos desenvolvidos pelo CEDEDICA na área da socioeducação.
04 a 08	Região oeste e extremo-oeste de SC	Visitas aos programas de acolhimento.
14	Capital	Reunião com a DEAP sobre transporte de PEC's (Autos nº 411963-2011.0)
26	Capital	Reunião com Técnicos do PLIAT.
27	Brasília-DF	Reunião ENASP.
28	Capital	Reunião na Polícia Federal.

Fonte: Coordenadoria de Execução Penal e da Infância e Juventude – CEPIJ

4.4.7. Mês de agosto

DATA	LOCAL	MOTIVO
01 a 05	Região oeste do Estado.	Visita aos programas de acolhimento da região oeste.
03 a 05	Capital	Curso sobre Justiça Restaurativa na academia judicial.
08	Capital	Reunião com o Sindicato dos Oficiais da Justiça sobre o cumprimento de mandados de prisão e reunião com a DGJ e Programa de Implantação e Serviços Judiciários sobre o Projeto de Revitalização da Vep da Capital.
09	Capital	Visita à penitenciária da Capital (SENAI: Curso capacitação).
11	Capital	Reunião sobre definição das novas competências (ASPLAN)
15	Capital	Curso de formação de multiplicadores na area de socioeducação.
16	Capital	Reunião com oficiais da infância e juventude (mandado de prisão); Reunião na Vep da Capital (Força Tarefa); Entrevista sobre ECA (assessoria imprensa TJ); e reunião com o conselho de saúde no Sistema Prisional e DEAP.
18	Capital	Reunião sobre o sistema IPEN (Academia judicial) e reunião na Vep Capital (Projeto de reestruturação da Vep).
24	Capital	Reunião com o conselho estadual de educação e reunião sobre o PPCAM.
25	Capital	Reunião sobre transporte de PECs.
28	Capital	IX Encontro Catarinense de Saúde Mental (Centro de Eventos da UFSC).
29	Capital	Reunião com técnicos do PLIAT.
30 e 31	Joinville	Encontro Estadual de Grupos de Apoio à Adoção e Fórum de juízes, promotores e técnicos do poder judiciário.

Fonte: Coordenadoria de Execução Penal e da Infância e Juventude – CEPIJ

4.4.8. Mês de setembro

DATA	LOCAL	MOTIVO
01 e 02	Joinville	Encontro Estadual de Grupos de Apoio à Adoção e Fórum de juízes, promotores e técnicos do poder judiciário.
05 e 06	São Paulo	Evento sobre o Projeto Começar de Novo do CNJ na FIESP.
08	Capital	Oficina sobre direitos e deveres da mulher presa (presídio feminino da Capital) e reunião junto à CGJ sobre bens apreendidos e armas de fogo.
12 a 16	Turim/Itália	Congresso sobre Direito Humanos e Sistema Penitenciário.
20	Capital	Reunião sobre alteração da lei municipal que cria o Conselho Municipal.
21	Capital	Reunião sobre IPEN (Academia judicial).
22	Capital	Reunião sobre a orientação 33 da CGJ (Processo 381560-2010.9).
26	Brasília-DF	Reunião ordinária do CNPCP-MJ.
27 a 30		Visita aos programas de acolhimento.

Fonte: Coordenadoria de Execução Penal e da Infância e Juventude – CEPIJ

4.4.9. Mês de outubro

DATA	LOCAL	MOTIVO
04 a 07		Visita aos programas de acolhimento.
10	Capital	Reunião sobre o plano operativo de saúde do sistema prisional; Reunião na secretaria de Estado da justiça e cidadania sobre o regime semiaberto e aberto de Chapecó; e participação no programa conversas cruzadas da TVCom sobre ressocialização de presos.
18 a 21		Visita aos programas de acolhimento.
24	Capital	Reunião com promotores de justiça do centro operacional da infância e juventude da PGJ sobre ação civil pública.
25	Capital	Reunião com técnicos do PLIAT.
26 e 27	Brasília-DF	Primeiro curso de treinamento para magistrados do CNJ na academia da Polícia Federal.
31	Capital	Reunião do núcleo operacional da infância e juventude.

Fonte: Coordenadoria de Execução Penal e da Infância e Juventude – CEPIJ

4.4.10. Mês de novembro

DATA	LOCAL	MOTIVO
10 e 11	Blumenau	Inspeção da penitenciária de Blumenau.
16	Capital	Reunião sobre transporte de presos para as audiências e reunião sobre videoconferência.
18	Itajaí e Capital	Reunião com prefeito municipal sobre as instituições de acolhimento (Itajaí). Reunião de avaliação da Campanha "Pai Legal" (Fpolis)
21	Lages	Reunião no presídio.
22 a 25	Cuiabá-MT	IIIº FONAVID (Fórum Nacional de Violência Doméstica contra a Mulher)
24	Capital	Iº Encontro das Instituições Parceiras da Central de Penas Alternativas de Fpolis, na Alesc.

28	Capital	Palestra com o tema "Relações Humanas e Afeto", no Iº Encontro Interno do Sistema Socioeducativo, no auditório da Procuradoria-Geral do Ministério Público.
29	Capital	Reunião com técnicos do PLIAT

Fonte: Coordenadoria de Execução Penal e da Infância e Juventude – CEPIJ

4.4.11. Mês de dezembro

DATA	LOCAL	MOTIVO
01	Capital	Reunião PaiPJ
02	Lages e Itajaí	Reunião nos presídios
05	Capital	Debate sobre a redução da menoridade penal na Alesc
06	Capital	Reunião com a Pastoral Carcerária/Apac

Fonte: Coordenadoria de Execução Penal e da Infância e Juventude – CEPIJ

4.5. Atividades desenvolvidas pela CEPIJ

4.5.1. Processos administrativos autuados referentes ao núcleo operacional da execução penal: 87

	NÚMERO	ASSUNTO
	428124-2011.1	REFORMA DAS CELAS DA CARCERAGEM JUNTO AO FÓRUM DA CAPITAL (ITEM 13 DO RELATÁRIO FINAL DO MUTIRÃO CARCERÁRIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA)
	426658-2011.7	ATUAÇÃO DO PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS JUDICIÁRIOS NA VARA DE EXECUÇÃO PENAL DA COMARCA DA CAPITAL
	423566-2011.5	PROJETO DE ROTINA CARTORARIA PARA VARA DE EXECUÇÃO PENAL DA CAPITAL
	423565-2011.7	ESCLARECIMENTOS UNIDADE PRISIONAL AVANÇADA DE VIDEIRA
	415387-2011.1	PROCESSO CGJ Nº 368279-2010.0 - PAGAMENTO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS AOS SERVIDORES QUE ATUARAM NO MUTIRÃO CARCERÁRIO DE CHAPECÓ
	414638-2011.7	COMISSÃO DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS EM SITUAÇÃO DE RISCO - SEQUESTRO DE SERVIDORA DO FÓRUM DE IBIRAMA - COMUNICANTE: MAGISTRADO CLÁUDIO MÁRCIO ARECO JÚNIOR DA COMARCA DE IBIRAMA
	411963-2011.0	CONSULTA SOBRE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA TRANSFERÊNCIA DE PRESOS, ART. 315 DO CNCGJ - REQUERENTE: DR. ELLESTON LISSANDRO CANALI, JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE TUBARÃO
	411325-2011.0	DENÚNCIA DE SUPOSTAS AGRESSÕES A PRESOS NAS DEPENDÊNCIAS DA PENITENCIÁRIA SUL, EM CRICIÚMA - REQUERENTE RODOLPHO PINTO DA LUZ
	410683-2011.0	CARTÓRIO REMOTO DE EXECUÇÃO PENAL - FORÇA TAREFA PARA 2ª VARA CRIMINAL DE CRICIÚMA
	409204-2011.0	SEGURANÇA INSTITUCIONAL DOS MAGISTRADOS - REQUERENTE: MAGISTRADA GRAZIELA SHIZUIHO ALCHINI DA COMARCA DE ITUPORANGA
	409067-2011.5	SEGURANÇA INSTITUCIONAL DOS MAGISTRADOS - REQUERENTE: JUIZ MAURÍCIO FABIANO MORTARI DA COMARCA DE LAGUNA
	409064-2011.0	AUTOS Nº 064.11.000172-2 (1ª VARA CRIMINAL DE SÃO JOSÉ) - AUTOR: MPSC - ACUSADO: LEANDRO JUNIOR DE ANDRADE E OUTROS - REQUERENTE: JUIZ MARCELO CARLIN
	409063-2011.2	MUTIRÃO CARCERÁRIO NA COMARCA DE CAÇADOR DE 11 A 15 DE ABRIL DE 2011
	408686-2011.4	COMISSÃO DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS - JUÍZA JOANA RIBEIRO ZIMMER

408033-2011.5	MUTIRÃO CARCERÁRIO DA COMARCA DE PORTO UNIÃO
408032-2011.7	SEGURANÇA INSTITUCIONAL DOS MAGISTRADOS - JUIZ MAURO FERRANDIN
407924-2011.8	REGRAS DA ONU COM RELAÇÃO AS MULHERES PRESAS
406599-2011.9	MUTIRÕES CARCERÁRIOS - PROPOSTA DE MINUTA PARA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MUTIRÃO CARCERÁRIO NO ESTADO
406598-2011.0	DESTINAÇÃO DE LAPTOPS COM INTERNET 3G PARA A CEPIJ
406394-2011.5	CERTIDÕES DO MUTIRÃO CARCERÁRIO DA COMARCA DE LAGES - 2010 PROCESSO Nº 368280-2010.3
406393-2011.7	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO NÚCLEO DE EXECUÇÃO PENAL DA CEPIJ
406392-2011.9	CERTIDÕES DO MUTIRÃO CARCERÁRIO DA COMARCA DE BLUMENAU - 2010 - PROCESSO Nº 368282-2010.0
405421-2011.0	REUNIÃO SOBRE O PROJETO COMEÇAR DE NOVO DO CNJ, A REALIZAR-SE NO DIA 24/02/2011 - INDICAÇÃO DO MAGISTRADO DR MARCELO CARLIM
405106-2011.8	RELATÓRIO DE INSPEÇÃO REALIZADA PELO CNJ NAS COMARCAS DE BLUMENAU E JOINVILLE - PROCESSO CNJ 08037-000018/2011-67
405104-2011.1	PROJETO PARA CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE DIREITO E MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA NA MODALIDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE - AUTOR JUIZ FLÁVIO LUIZ DELL ANTÔNIO
405085-2011.1	CONVENÇÃO INTERAMERICANA SOBRE O CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS PENAIS NO EXTERIOR
404986-2011.1	CONVÊNIO PARA "IMPLANTAÇÃO DA CENTRAL DE MONITORAMENTO DAS PENAS ALTERNATIVAS" NA COMARCA DE LAGUNA - CONVÊNIO SICONV Nº 751956/2010 (DEPEN/MJ Nº 137/2010), CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E A ACUSTRA
404940-2011.3	READEQUAÇÃO DA ESTRUTURA FUNCIONAL DA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ITAJAÍ, EM RAZÃO DA INAUGURAÇÃO DO COMPLEXO PRISIONAL DA COMARCA - REQUERENTE: DR LUIS FRANCISCO DELPIZZO MIRANDA
404938-2011.1	PROJETO "CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO (LATO SENSU) EM GESTÃO PENITENCIÁRIA" - CONVÊNIO SICONV Nº 750534/2010 (DEPEN/MJ Nº 118/2010) - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO
404506-2011.8	PROGRAMA DE ATENÇÃO AO PACIENTE JUDICIÁRIO PORTADOR DE SOFRIMENTO MENTAL (PAI-PJ) - MODELO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
404505-2011.0	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE - PRESTADOR DO SERVIÇO VITIMADO DURANTE A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO - RESPONSABILIDADE - CONSULTA FORMULADA PELO MAGISTRADO CLÁUDIO BARBOSA FONTES FILHO (COMARCA DE VIDEIIRA)
404504-2011.1	SEGURANÇA DO PRÉDIO DO FÓRUM DA COMARCA DE SÃO JOSÉ
403386-2011.8	RELATÓRIO DE INSPEÇÃO NA UPA DE CAPINZAL AO MINISTÉRIO PÚBLICO
403366-2011.3	SEGURANÇA NOS FÓRUNS
403365-2011.5	LEI COMPLEMENTAR Nº 529/2011 - APROVA O REGIMENTO INTERNO DOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS DE SANTA CATARINA
402474-2011.5	ATESTADO DE PENA A CUMPRIR
402164-2011.9	SEMINÁRIO SOBRE TORTURA E VIOLÊNCIA
402151-2011.7	CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PARA MAGISTRADOS E SERVIDORES DE VARAS DE EXECUÇÃO PENAL
401754-2011.4	PROJETO SOBRE MEDIDAS DE SEGURANÇA
401737-2011.4	LEI Nº 12.313 DE 19 DE AGOSTO DE 2010 - PREVÊ ASSISTÊNCIA JURÍDICA AO PRESO DENTRO DO PRESÍDIO E ATRIBUI COMPETÊNCIAS À DEFENSORIA PÚBLICA
401607-2011.6	ASSISTÊNCIA PSICOLÓGICA À GESTANTE E A MÃE (ART 8º, § 4º DA ECA)
400825-2011.1	TRANSFERÊNCIA DE PRESOS PROVISÓRIOS SEM COMUNICAÇÃO AO JUÍZO COMPETENTE
400486-2011.8	CONVÊNIO - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E ESTADO DE SANTA CATARINA - PROJETO "CAPACITAÇÃO PARA OPERADORES DA EXECUÇÃO PENAL
400404-2011.3	CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - WORKSHOP DE BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO DA EXECUÇÃO PENAL
434532-2011.0	CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA (CNPCP) - CALENDÁRIO DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS

434531-2011.2	FREQUÊNCIA AO CAPS (CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL). NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE CÓPIA DO LAUDO DE CESSAÇÃO DE PERICULOSIDADE. DIREÇÃO DO HCTP.
433978-2011.9	INEXISTÊNCIA DE CADEIA PÚBLICA NA COMARCA DE RIO NEGRINHO PARA MANTER A CUSTÓDIA DE PRESOS - COMUNICANTE: JUIZ GUILHERME MATTEI BORSOI
432710-2011.1	PROJETO MÓDULO DE REGISTRO DO TJGO - VISITA DA EQUIPE DA CEPIJ NOS DIAS 21 A 23 DE SETEMBRO DE 2011
430752-2011.6	COMISSÃO DE SEGURANÇA DE MAGISTRADOS. SOLICITANTE: JUIZ JULIANO SERPA - COMARCA DE ANITA GARIBALDI
430665-2011.1	PEDIDO PARA AUTORIZAR REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO "VARREDURA" E RASTREAMENTO DE APARELHOS CELULARES NO INTERIOR DOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS QUE RELACIONA - REQUERENTE: DEAP
430664-2011.3	PEDIDO DE MANIFESTAÇÃO QUANTO A POSSIBILIDADE DE NORMATIZAR O INGRESSO E SAÍDA DE CORRESPONDÊNCIA DOS REEDUCANDOS DENTRO DOS ESTABELICIMENTOS PRISIONAIS -
429661-2011.3	DENÚNCIA CONTRA O PRESÍDIO REGIONAL DE JOINVILLE EM QUE É DENUNCIANTE O CONSELHO DA COMUNIDADE DE JOINVILLE
429660-2011.5	COMISSÃO DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS - REQUERENTE: JUÍZA DE DIREITO NAIARA BRANCHER DA COMARCA DE IMBITUBA
429659-2011.1	CONSULTA ACERCA DA LEGALIDADE DO CADASTRAMENTO NO SISTEMA DE INDENTIFICAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PENAL (IPEN) DE MENORES VISITANTES, FILHOS DE DETENTOS - CONSULANTE: DEAP
429028-2011.3	SEGURANÇA NAS SESSÕES DO TRIBUNAL DO JÚRI DA CAPITAL
429027-2011.5	SOLICITAÇÃO DE LAPTOPS E TELEFONES CELULARES PARA OS NÚCLEOS OPERACIONAIS DA CEPIJ (EXECUÇÃO PENAL E INFÂNCIA E JUVENTUDE)
429026-2011.7	COMISSÃO DE SEGURANÇA DE MAGISTRADOS - INVASÃO DO FÓRUM DE RIO DO CAMPO - COMUNICANTE JUIZ MONANI MENINE PEREIRA
428519-2011.0	SINDICATO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA - CUMPRIMENTO DE ATOS JUDICIAIS DE CUNHO COERCITIVO - REIVINDICAÇÕES QUANTO AOS PROCEDIMENTOS PARA CUMPRIMENTO
428338-2011.4	COMISSÃO DE SEGURANÇA DE MAGISTRADOS - PEDIDO DE MELHORIA DA SEGURANÇA DO PRÉDIO DO FÓRUM DE LEBON RÉGIS - REQUERENTE JUÍZA LÍVIA FRANCIO ROCHA COBALCHINI
424652-2011.7	LEVANTAMENTO JUNTO ÀS COMARCAS DO QUANTITATIVO DE ARMAS DE FOGO, ARMAS BRANCAS, ACESSÓRIOS E MUNIÇÕES
424489-2011.3	TRANSFERÊNCIA DO REEDUCANDO EDUARDO PADILHA ROSA PARA A COMARCA DE LAGES
424488-2011.5	VISTORIA REALIZADA PELA COMISSÃO CATARINENSE DE COMBATE A TORTURA
424487-2011.7	INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO PARA LEVANTAMENTO E APURAÇÃO DE ABUSO DE AUTORIDADE, TORTURA E QUALQUER TIPO DE VIOLÊNCIA CONTRA PRESOS NO ESTADO DE SC
424486-2011.9	TRANSFERÊNCIA DO REEDUCANDO LEANDRO JUNIOR DE ANDRADE PARA O "SEGURO", DO COMPLEXO PENITENCIÁRIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
424475-2011.3	CONVOCAÇÃO DE SERVIDORES PARA AUXILIAR NOS TRABALHOS DO CARTÓRIO REMOTO DA EXECUÇÃO PENAL – CREPEX
424159-2011.2	DENÚNCIA FORMULADA PELO REEDUCANDO OSVALDO SÍLVIO BARBOSA
422330-2011.6	CAMPANHA INSTITUCIONAL - " CRACK, NEM PENSAR" - CNJ - OFICIO-CIRCULAR Nº 334/GP – DMF
422328-2011.4	ENCONTRO NACIONAL DO ENCARCERAMENTO FEMININO - CNJ - DIA 29 DE JUNHO DE 2011
422326-2011.8	AUDIÊNCIA PÚBLICA " SAÚDE MENTAL: A EXECUÇÃO DE MEDIDAS DE SEGURANÇA E A APLICAÇÃO DA LEI 10.216/2011 NO SISTEMA PENITENCIÁRIO NACIONAL" - MPF- DIA 20/06/2011
422324-2011.1	INCINERAÇÃO DE MATERIAL DE CONTRAPROVA - DIA 26 DE JUNHO DE 2011- DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
421929-2011.5	APRESENTAÇÃO DO PROJETO APAC (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AO CONDENADO) DO TJMG PELA DESª JANE DA SILVA
420765-2011.3	CONSELHO DA COMUNIDADE DA COMARCA DE CAMPO BELO DO SUL - DÚVIDAS - REQUERENTE JUIZ ANDRÉ MILANI

418598-2011.6	COMISSÃO DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS - PEDIDO DE ESCOLTA POLICIAL - REQUERENTE DRª NAYANA SCHERER
416372-2011.9	CRIAÇÃO DE VARA DE INQUÉRITOS PARA A REGIÃO METROPOLITANA DA CAPITAL
416067-2011.3	INSPEÇÃO NOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS DA GRANDRE FLORIANÓPOLIS
416005-2011.3	PROPOSTA PARA TRABALHO CONJUNTO ENTRE SETORES DE ENGENHARIA DA SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA E DESTE TRIBUNAL PARA DIAGNÓSTICO DOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS E DOS DESTINADOS AOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI
415907-2011.1	CARDÁPIO DIÁRIO PARA ALIMENTAÇÃO DOS PRESOS – PROPOSTA
415481-2011.9	1º MUTIRÃO CARCERÁRIO DO CNJ EM SANTA CATARINA E CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PARA MAGISTRADOS E SERVIDORES DE VARA DE EXECUÇÃO PENAL, NOS DIAS 18 A 20/05/2011 NA REGIÃO SUL
413852-2011.0	DENÚNCIA DE IRREGULARIDADES NO PRESÍDIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA - DENUNCIANTES: SIDINEI BENITZ, CÉLIA ARLETE DUARTE, ÂNGELA MARIA DE OLIVEIRA E ADOLFO VAZ DA SILVA (PAIS DE DETENTOS)
413266-2011.1	ACESSO AO SISTEMA DO IPEN - REQUERENTE: JUIZ DE DIREITO EDSON MARCOS DE MENDONÇA DA COMARCA DE BLUMENAU
413265-2011.3	COMISSÃO DE SEGURANÇA DE MAGISTRADOS - REQUERENTE: JUÍZA DE DIREITO E DIRETORA DO FORO ELIANE ALFREDO CARDOSO LUIZ DA COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL
439411-2011.9	ESCOLTA DE PRESOS PARA AUDIÊNCIAS – COMPETÊNCIA
437919-2011.5	DOAÇÃO DE COMPUTADORES PARA A ESCOLA DO COMPLEXO PENITENCIÁRIO DE FPOLIS
437918-2011.7	PRIMEIRO CURSO DE TREINAMENTO PARA MAGISTRADOS DO CNJ. ACADEMIA DA POLÍCIA FEDERAL EM BRASÍLIA - DF. DIAS 26 A 28 DE OUTUBRO DE 2011
437125-2011.9	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SÃO DIMAS (ASDBEDIM) - SOLICITAÇÃO DE APOIO FINANCEIRO PARA EMPREENDER VIAGEM AO ESTADO DE MINAS GERAIS PARA CONHECER O PROJETO APAC (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS
437123-2011.2	PRESÍDIO REGIONAL DE BLUMENAU - DENÚNCIA DE REBELIÃO - COMUNICANTE: LARISSA ZEFERINO
437088-2011.0	COMISSÃO DE SEGURANÇA DE MAGISTRADOS. SEGURANÇA NA SESSÃO DO JÚRI DO DIA 25/10. REQUERENTE: JUIZ GUY ESTEVÃO BERKENBROCK DA COMARCA DE ARAQUARI

Fonte: Coordenadoria de Execução Penal e da Infância e Juventude – CEPIJ

4.5.2. Processos administrativos autuados referentes ao núcleo operacional da infância e juventude: 35

NÚMERO	ASSUNTO
432802-2011.7	SOLICITAÇÃO DE CRIAÇÃO DE NOVOS CARGOS DE ASSISTENTE SOCIAL E PSICÓLOGO
432056-2011.5	CONSULTA SOBRE CUMPRIMENTO DE MANDADOS DE APREENSÃO DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI
426027-2011.9	OFÍCIO Nº 067/2011 - ENVIO DE CÓPIA DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS E SENTENÇAS
423589-2011.4	SOLICITAÇÃO DE DESMEMBRAMENTO DA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA CAPITAL
420596-2011.0	SOLICITAÇÃO DE VAGAS EM CIPS E CERS
417924-2011.2	XIX ENTRO NACIONAL DE GRUPOS DE ESTUDOS E APOIO À ADOÇÃO - ENAPA, A REALIZAR-SE NO PERÍODO DE 02 A 04/06/2011 EM CURITIBA
416687-2011.6	REGULAMENTAÇÃO - AUTORIZAÇÃO - ALVARÁ JUDICIAL - TRABALHO - ADOLESCENTE - LIMITE CONSTITUCIONAL - ART. 7, XXXIII, CF/88 - PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0005958-45.2010.2.00.0000
416105-2011.0	COLOCAÇÃO DE GRADE DE PROTEÇÃO DE UM DOS VEÍCULOS OFICIAIS DO FÓRUM DE JOINVILLE - REQUERENTE: OFICIAIS DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA

439336-2011.8	CUSTEIO PARA PARTICIPAÇÃO SERVIDORA MARIA EDUARDA KALAFATÁS DE AMORIM NO SEMINÁRIO DE JUSTIÇA RESTAURATIVA, QUE SERÁ REALIZADO NOS DIAS 10 E 11 DE NOVEMBRO DE NA CIDADE DE FORTALEZA/CE
437122-2011.4	SOLICITAÇÃO DE REUNIÃO EMERGENCIAL PARA TRATAR DO AUMENTO DOS CRIMES PRATICADOS EM FLORIANÓPOLIS POR ADOLESCENTES INFRATORES (OFÍCIO Nº 3081/GABS/SSP/2011)
436974-2011.2	PROJETO DE LEI QUE VISA ALTERAR ARTIGOS DA LEI MUNICIPAL Nº 4283/1993, QUE DISPÕE DA CRIAÇÃO DOS CONSELHOS TUTELARES
435161-2011.4	CUSTEIO PARA PARTICIPAÇÃO NO 3º ENCONTRO NACIONAL DE JUÍZES DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE A SER REALIZADO NO PERÍODO DE 19 A 21/10/2011, EM BRASÍLIA/DF
421442-2011.0	OFÍCIO Nº 015/2011 - PROPOSTA DE RESOLUÇÃO PARA CISÃO DA COORDENADORIA DE EXECUÇÃO PENAL E INFÂNCIA E JUVENTUDE - CEPIJ, COM A CRIAÇÃO DE COORDENADORIAS ESPECÍFICAS PARA CADA UMA DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO
411962-2011.2	PLIAT - INVESTIGAÇÃO DE SUPOSTAS AGRESSÕES CONTRA ADOLESCENTES
411526-2011.0	OFÍCIO CIRCULAR Nº 045/COMAJC DO CNJ - PROJETO "CULTURA E PRÁTICAS NÃO REVITIMIZANTES" - CARTOGRAFIA NACIONAL DAS EXPERIÊNCIAS ALTERNATIVAS DE TOMADA DE DEPOIMENTO ESPECIAL DE CRIÂNÇAS E ADOLESCENTES EM PROCESSOS JUDICIAIS NO BRASIL
408709-2011.7	RELATÓRIO FINAL Nº 3 DE 2010, DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO QUE APURA A UTILIZAÇÃO DA INTERNET NA PRÁTICA DE CRIMES DE "PEDOFILIA", BEM COMO A RELAÇÃO DESSES CRIMES COM O CRIME ORGANIZADO – PROVIDÊNCIAS
407941-2011.8	ATRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIA EM VARA RESPECTIVA QUANTO AOS CRIMES DE VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE
406998-2011.6	I SIMPÓSIO SOBRE SOCIOEDUCAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA
405615-2011.9	CONSULTA SOBRE INTERNAÇÃO PARA EXAMES TOXICOLÓGICOS E DE SANIDADE MENTAL EM MENORES INFRATORES - REQUERENTE: ANALISTA JRÍDICA RITA GOBBATO ZAMBOTTI (2ª VARA DA COMARCA DE CAMBORIÚ)
405206-2011.4	SOLICITA DUAS ASSISTENTES SOCIAIS E DOIS ANALISTAS JURÍDICOS
405105-2011.0	CURSO PARA OS NOVOS OFICIAIS DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
404987-2011.0	QUADRO DE SERVIDORES DO FUTURO NÚCLEO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
405082-2011.7	PEDIDO DE VAGA PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTE - REQUERENTE JUÍZA ANA PAULA AMARO DA SILVEIRA
404941-2011.1	APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DO PROJETO MEDIDA JUSTA DO CNJ AOS EXM° SENHORES DESEMBARGADORES DESTE TRIBUNAL NA SESSÃO DO TRIBUNAL PLENO DO PRÓXIMO DIA 16 DE MARÇO PELO DES REINALDO CINTRA TORRES DE CARVALHOS
404728-2011.1	PROGRAMA DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE (PPCAAM) - INCLUSÃO DO ADOLESCENTE EDUARDO MAURÍCIO PEREIRA - REQUERENTE JUIZ GIANCARLO BREMER NONES
404056-2011.2	PROJETO PILOTO VISANDO A CRIAÇÃO DE UMA VARA CRIMINAL ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, NOS MOLDES DO ESTADO DO RIO GRANDRE DO SUL - PROPONENTE: JUÍZA BRIGITTE REMOR DE SOUZA MAY
402308-2011.0	PERMANÊNCIA DE ADOLESCENTES INFRATORES POR MAIS DE 05 DIAS NO PLIAT
402165-2011.7	APRESENTAÇÃO DO CENTRO SÓCIO EDUCATIVO SANTA CLARA – MG
401738-2011.2	REQUERIMENTO PARA INCLUSÃO DE CONTEÚDO NO PORTAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
401608-2011.4	OFÍCIO CIRCULAR Nº 001/CNJ/COR/2011 - INFORMAÇÕES RELATIVAS À INFÂNCIA E JUVENTUDE
401512-2011.6	PROGRAMA DE PROTEÇÃO A CRIÂNÇA E ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE - MODELO PARANÁ
428518-2011.2	CONSULTA SOBRE LEGALIDADE DA MUNICIPALIDADE MANTER PROGRAMAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE (PSC) E DE LIBERDADE ASSISTIDA (LA) - CONSULENTE ILENA DALLA COSTA MACHADO, CHEFE DE SECRETARIA DE FORO DE CONCÓRDIA
425883-2011.5	SOLICITAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS AO ADVOGADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

424474-2011.5	SEMINÁRIO NACIONAL DO PROGRAMA PREFEITURA AMIGO DA CRIANÇA
437126-2011.7	PROJETO SOCIOEDUCATIVO NA UPA DE SÃO JOAQUIM - CENTRO DE DIREITOS HUMANOS DE SÃO JOAQUIM

Fonte: Coordenadoria de Execução Penal e da Infância e Juventude – CEPIJ

4.5.3. Processos administrativos autuados referentes ao núcleo operacional da das mulheres em situação de violência doméstica e familiar: 02

NÚMERO	ASSUNTO
439410-2011.0	CRIAÇÃO DE CARGOS DE ASSISTENTE SOCIAL E PSICÓLIGO PARA AS UNIDADES ESPECIALIZADAS EM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIA - REQUERENTE JUIZ DE DIREITO MAURÍCIO FABIANO MORTARI DA COMARCA DE TUBARÃO
437917-2011.9	ADVOGADO MARLON SOLICITA SEJA DEFERIDO PRISÃO DOMICILIAR PARA SEU CLIENTE QUE É PORTADOR DE HIV E TUBERCULOSE (AUTOS Nº 023.11.024040-8) - PLEITO INDEFERIDO PELA MAGISTRADA DA VARA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Fonte: Coordenadoria de Execução Penal e da Infância e Juventude – CEPIJ

4.5.4. Ofícios-Circulares relacionados à CEPIJ encaminhados pela Presidência: 03

Nº	ASSUNTO	DESTINATÁRIOS
01/2011	Internação para exames toxicológicos e de sanidade mental em menores infratores (Processo nº 405615-2011.9)	Magistrados com competência na área da infância e juventude
02/2011	Ofício 067/2011 DEASE. Remessa de cópia de decisões (Processo nº 42027-2011.9)	Magistrados com competência na área da infância e juventude
03/2011	Esclarecimento sobre a UPA de Videira (Processo nº 423565-2011.7)	Magistrados com competência na área da execução penal e corregedoria de presídios

Fonte: Coordenadoria de Execução Penal e da Infância e Juventude – CEPIJ

4.5.5. Processos físicos da Corregedoria-Geral da Justiça relacionados à CEPIJ: 44

186, 145, 083, 141, 172, 129, 038, 084, 085, 087, 185, 020, 049, 173, 170, 065, 174, 032, 175, 135, 104, 128, 192, 103, 107, 046, 091, 034, 187, 144, 142, 191, 130, 031, 012, 029, 081, 127, 070, 080, 162, 042, 097 e 143.

4.5.6. Processos eletrônicos da Corregedoria-Geral da Justiça relacionados à CEPIJ: 428

- Despachos em processos eletrônicos da Corregedoria-Geral da Justiça relacionados à CEPIJ: **906**
- Despachos em processos eletrônicos da Corregedoria-Geral da Justiça relacionados à CEPIJ: **192**

4.5.7. Despachos e pareceres: **411**

5. ATIVIDADES DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA(13)

Dentre as atividades da Divisão Administrativa, contidas no artigo 29 e seguintes do Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça, compreendendo a Seção de Expediente e Serviços Gerais, da Seção de Arquivo, Documentação e Publicações e Seção de Protocolo e Digitalização, foram praticados os seguintes atos e funções:

- autuação de processos digitais;
- controle da movimentação e reposição de bens materiais da Corregedoria;
- requisição de serviços;
- controle dos provimentos, circulares e ofícios-circulares;
- digitalização de processos;
- elaboração de ofícios;
- controle dos assentos funcionais;
- controle da movimentação de processos e outros papéis registrados;
- providenciar e controlar a extração de fotocópias para a Corregedoria;
- prestação de informações sobre a tramitação de processos, excetuando os de caráter sigiloso;
- abrir vista dos processos administrativos às partes ou procuradores munidos do respectivo mandato, fazendo a estes carga dos autos quando deferida pelo Corregedor ou Vice-Corregedor;
- registros e controle dos requerimentos, reclamações e demais expedientes endereçados à Corregedoria;
- requisições de material de consumo destinado à Corregedoria;
- requisições e controle do material de expediente da Corregedoria;
- fornecimento de material solicitado pelos demais setores da Corregedoria, registrando sua distribuição;
- encaminhamento de ofícios arquivados para o Arquivo Central, conforme a tabela de temporalidade do Tribunal de Justiça;
- providenciar as requisições de móveis, máquinas, equipamentos e papéis para os serviços da Corregedoria;
- controle da entrada e a saída dos processos que lhe são encaminhados, fazendo lavrar os termos competentes;
- atualização do inventário dos bens patrimoniais da Corregedoria; e
- solicitação e controle das revisões e reparos que se fizerem necessários dos móveis, máquinas e material permanente da Corregedoria.

(13) Vide ANEXO 1 – Relatório de acompanhamento de processos

6. ATIVIDADES DA DIVISÃO JUDICIÁRIA(14)

Dentre as principais atividades desenvolvidas pela Divisão Judiciária destacamos:

- Implantação de novo sistema para o ROL de Antecedentes Criminais e Outras Ocorrências da CGJ, com a integração entre o Poder Judiciário e a Secretaria de Segurança Pública (SSP/CIASC) para a troca de informações dos mandados de prisão. A nova sistemática permite a dispensa da remessa física dos mandados para as delegacias, bem como alimenta, automaticamente, o banco de dados da rede Infoseg, melhorando significativamente a qualidade das informações que compõem a base nacional de mandados de prisão;

- Criação e desenvolvimento, em conjunto com a Assessoria de Informática da CGJ, de sistema para o cadastro do Plantão Judiciário do Primeiro Grau, no qual os próprios Chefes das Secretarias dos Foros inserem as informações dos magistrados e dos funcionários de plantão na circunscrição, de acordo com as diretrizes definidas pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ (Provimento CGJ 07/2011). Referido sistema eliminou o retrabalho de digitação das informações por parte desta Corregedoria, bem como permite a divulgação instantânea, na página do Poder Judiciário, dos magistrados que respondem pelo plantão e respectivos telefones de contato;

- Atualização e formação dos novos grupos de equivalência para o cálculo da produtividade dos magistrados do primeiro grau, obedecendo às respectivas alterações das competências das unidades judiciárias;

- Continuidade na participação das reuniões do grupo de trabalho que analisa as propostas de alteração das competências e instalação das novas unidades judiciárias no Estado, com fornecimento das simulações estatísticas complementares ao projeto 'cenários';

- Participação em diversas reuniões técnicas que buscam o aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pelo Poder Judiciário do Estado: a) metas nacionais do CNJ; b) integração com órgãos públicos e privados (SSP/SC, TRE, CIASC, PROCURADORIAS, UFSC, etc); c) auto avaliação da gestão do PJ visando a busca da excelência – programa de qualidade no serviço público – GESPÚBLICA; d) seminários de integração com os setores internos e externos ao Judiciário;

- Criação e desenvolvimento de novos relatórios para o monitoramento dos mandados de prisão constantes do rol de mandados. Com esta nova ferramenta de trabalho foi possível exercer rigorosa fiscalização nos mandados de prisão emitidos pelas unidades judiciais, permitindo a imediata identificação dos mandados que se encontravam desatualizados no saj/pg. Este novo método permitiu a correção das informações de forma extremamente significativa, conforme demonstram os dados abaixo:

  a) Mandados de prisão em aberto: de um total de 13.775 mandados em aberto no início do ano, chegamos ao final do período com 12.505 mandados ativos, o que significou uma redução de 9,2% do acervo;

  b) Mandados de prisão sem data de validade: de um total de 3.461 mandados, terminamos o período com apenas 31 (redução de 99,1% dos erros);

  c) Mandados de prisão com data de validade expirada: redução de 78% do número de mandados erroneamente cadastrados (941 para apenas 204 no final do ano).

- Continuidade dos trabalhos de melhoria do saj/estatística, visando a tornar o sistema mais automatizado e melhor acessível aos usuários institucionais.

Apresenta-se, a seguir, alguns números indicativos das atividades desenvolvidas na Divisão:

- Relatórios de promoção/remoção/opção de juízes (processos): 240;
- Relatórios de promoção/remoção/opção - juízes inscritos: 851;
- Fornecimento de Certidões de antecedentes criminais: 572;
- Informações prestadas em processos administrativos (criação de varas, alteração de competências das unidades, acompanhamento do movimento forense e etc): 519.

As informações relativas ao movimento forense da Justiça do Primeiro Grau e das Casas da Cidadania seguem em anexo.

(14) Vide ANEXOS 2 e 3 – Relatório das Casas da Cidadania e Relatório do Movimento Forense do Primeiro Grau de Jurisdição.

7. ATIVIDADES DA ASSESSORIA DE CUSTAS

7.1. Atendimento a consultas por telefone

Dos atendimentos efetuados, destacam-se os seguintes:

- Foro Judicial: valor das custas relativas à propositura de ações; conduções de oficiais de justiça; valor do preparo de recursos ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, às Turmas de Recursos, ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal; informações sobre a utilização do protocolo unificado; atualização de cálculos judiciais, utilização do Saj/CCP, incidência e retenção de imposto de renda, auxílio na interpretação de normas; consultas legislativas, etc.;

- Foro Extrajudicial: emolumentos dos Tabelionatos de Notas e Protestos de Títulos, dos Serviços Registrais de Imóveis, Civis e de Títulos e Documentos. Orientações sobre a cobrança excessiva de emolumentos e o procedimento a ser tomado para reaver o valor excedente pago;

- Uso da tabela de atualização monetária disponível no site da Corregedoria Geral da Justiça.

7.2. Elaboração de pareceres acerca das custas, dos emolumentos e dos cálculos judiciais

- 68 (sessenta e oito) pareceres em processos;
- 56 (cinquenta e seis) pareceres envolvendo cálculos.

7.3. Atendimento a consultas por e-mail, fac-símile e telefone

- 6.219 (seis mil duzentos e dezenove) e-mails;
- 2.607 (dois mil seiscentos e sete) telefonemas.

7.4. Atendimento de pessoas que estiveram na Corregedoria

- 106 (cento e seis) pessoas atendidas.

7.5. Participação em grupos de trabalho e no desenvolvimento de projetos

- Parceria da Assessoria com a Auditoria nas inspeções judiciais realizadas nas comarcas: Biguaçu, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, Içara, Sombrio, Santa Rosa do Sul, Turvo, São José, Estreito, Lebon Régis, Santa Cecília, Rio do Campo e Taió, para verificação do correto recolhimento do Fundo de Reaparelhamento de Justiça na esfera Judicial e apuração de irregularidades no recolhimento de custas processuais;
- Participação nas reuniões acerca da elaboração do projeto de reestruturação da Corregedoria;
- Participação na correição realizada na comarca de São José;
- Participação nas reuniões para criação de fundo de ressarcimento das conduções dos oficiais de justiça;
- Participação nas reuniões para implementação do novo procedimento de pagamento de conduções aos oficiais de justiça;
- Participação nas reuniões para a operacionalização da cobrança de custas iniciais em processos de execução fiscal do Município de Florianópolis;
- Participação nas reuniões para as definições técnicas da integração TJSC/CAIXA no que tange aos depósitos de interesse da União;
- Participação na definição de funcionamento da GECOF no processo virtual – SAJ 5;
- Participação no projeto de retenção do imposto de renda retido na fonte nos Rendimentos Recebidos Acumuladamente – RRA;
- Participação no projeto de alteração dos boletos para pagamento de custas/preparo disponíveis na WEB;
- Participação na elaboração de projetos de lei;
- Participação na elaboração de esboços de ofícios-circulares, circulares, provimentos e resoluções;
- Participação nos trabalhos desenvolvidos pela Contadoria do Fórum de Balneário Camboriú entre os dias 13 a 16 de junho/2011;
- Estudos de medidas para não-evasão de receitas;
- Estudos para implementação de custas judiciais na internet.

7.6. Outras atividades

- Orientação aos contadores judiciais quanto à operacionalização de cálculos de liquidação de maior complexidade;
- Atualização do Manual do Contador;
- Atualização dos valores de custas e emolumentos constantes no Regimento de Custas e Emolumentos;

- Elaboração mensal da Tabela de Índices de Atualização de Valores e a sua manutenção na internet;
- Manutenção do banco de dados com as séries históricas de indicadores econômicos e financeiros do SAJ/Custas;
- Atualização das tabelas de condução dos oficiais de justiça;
- Encaminhamento de consultas ao Conselho da Magistratura quanto à cobrança de custas e emolumentos em questões divergentes.

8. ATIVIDADES DAS ASSESSORIAS DE INFORMÁTICA E INFORMÁTICA JURÍDICA

Durante o ano 2011, além da continuidade dos projetos iniciados nos anos anteriores e do suporte técnico de todo o parque computacional da Corregedoria, foram realizados novos trabalhos em todos os setores deste órgão censor, procurando atender, em um primeiro momento, às demandas emergenciais. Abaixo serão relacionadas as atividades e projetos gerenciados com a participação direta ou indireta das Assessorias de Informática e Informática Jurídica.

8.1. Site da Corregedoria Geral da Justiça

Foram feitas atualizações no site da Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ) visando à publicidade dos atos e orientações dos projetos, dentre as quais destacamos:

- Base de conhecimento;
- Portal Extrajudicial;
- Metas do CNJ;
- Hotsite do 3º Simpósio de Direito Notarial e Registral de SC;
- Hotsite do Encontro Estadual de Adoção;
- Hotsite da Campanha Pai Legal.

8.2. Cadastro Único Informatizado de Adoções e Abrigos – CUIDA

Neste ano foi incluído no Módulo Web a opção para visualização das ocorrências inseridas no Módulo dos Abrigos. Desta forma, servidores do Poder Judiciário poderão acompanhar os registros de ocorrências informados pelos responsáveis pelos abrigos.

As atualizações continuaram nos dois módulos existentes: no Módulo Web, em linguagem Java, e no Módulo Administrativo, em linguagem Delphi, bem como a continuidade no suporte às intituições de abrigo, assistentes sociais e aos juízes que operam o sistema.

8.3. CNA – Cadastro Nacional de Adoção

Foi desenvolvido um novo sistema de envio de informações ao CNJ que utiliza a tecnologia de WebServices.

Os dados dos pretendentes à adoção passaram a ser atualizados diariamente no banco nacional.

8.4. SPO – Sistema de Pagamento de Oficiais de Justiça

Foi desenvolvido um sistema que permite que o chefe de cartório ou outro servidor autorizado por este, de posse do mandado devolvido pelo oficial de justiça, efetue a solicitação de pagamento de guias recolhidas como antecipação de conduções em custas iniciais ou intermediárias.

Foi disponibilizado um novo sistema de pagamento de diligências no SAJ PG 5.0.

8.5. Plantão judicial de primeiro grau

Foi desenvolvido um novo sistema para cadastramento de consulta de plantões judiciais, onde o próprio Chefe da Secretaria do Foro pode cadastrar as informações dos plantões. As informações de magistrados, servidores e contatos são registrados conforme Provimento CGJ nº 7 de 2011.

8.6. RIE/CEJA – Relatório de Inspeção das Entidades de Acolhimento

Desenvolvimento de um sistema para registro e acompanhamento das atividades de inspeção nas entidades de acolhimento do estado.

Emissão de relatórios estatísticos e analíticos com as informações cadastradas no formulário.

8.7. Sistema Bacen Jud

Foi desenvolvido um sistema para a consulta de depósitos em subcontas, facilitando o trabalho do Cartório na localização de valores bloqueados e transferidos, bem como na identificação de ordens não cumpridas.

A Equipe Bacenjud fornece, sistematicamente, informações e senhas, por meio de e-mail institucional, para todos os usuários do Sistema. Cerca de 8500 e-mails foram envidados e recebidos no ano de 2011. Além do atendimento por e-mail, a equipe atendeu inúmeras chamadas telefônicas internas e externas para suporte e informação referente ao Sistema Bacenjud 2.0.

8.8. SAJ Estatística

Novos relatórios e informações foram incorporados ao sistema e analisadas pela CGJ. O projeto continua em fase de adequação, com a troca de informações entre a CGJ e a empresa responsável pelo desenvolvimento do sistema, de modo a atender aos pedidos de informações encaminhados pelo CNJ.

O sistema e os relatórios provenientes de seu banco de dados tiveram adequações para que os relatórios e consultas possam ser realizados com as novas classes e assuntos do CNJ, bem como as novas movimentações.

8.9. Sistema de Inspeção Virtual

O Sistema de Inspeção Virtual foi totalmente revisto, de forma que as novas Classes e Assuntos do CNJ sejam atendidas, bem como as novas movimentações processuais.

Continua sendo prestado suporte a todos os usuários do referido sistema e auxílio nas inspeções correicionais, com inclusão e exclusão de usuários.

8.10. Mutirão carcerário

Emissão de relatórios estatísticos e analíticos com as informações cadastradas no formulário.

8.11. Emissão de relatórios estatísticos

A extração de informações provenientes de diversos sistemas para atenção às necessidades da própria CGJ, da Assessoria de Planejamento do Tribunal de Justiça e aos pleitos do CNJ continua sendo realizada de forma diária. As informações são utilizadas para as correições, tomada de decisão, instrução de processos ou respostas aos ofício de outras instituições, como PGE e CNJ.

8.12. Programa DNA

O Sistema foi adaptado para o novo padrão de número de processo, conforme padrão CNJ. Também foi desenvolvida nova visualização de dados.

O sistema continua sendo operado para a distribuição de kits de coleta pelo Estado e tanto o suporte, quanto o atendimento, é realizado pela Assessoria.

8.13. Troca de microcomputadores e periféricos

Como atividade constante, houve a atualização de parte do parque tecnológico tanto na área judicial, quanto na extrajudicial.

8.14. SSP

Foi adaptado o sistema desenvolvido para transmissão automática de dados do ROL de mandados da CGJ para a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, de modo a enviar os dados do SAJ PG versão 5.0. Além disto, foi desenvolvido um recurso para a importação das imagens dos mandados de prisão para posterior envio à SSP.

8.15. Sistemas CNJ

As Assessorias de Informática, além de inserirem dados estatísticos dos Sistemas do CNJ no site da CGJ, atuaram também no fornecimento de senha e cadastramento de usuários nos Sistemas, repassando informações e mantendo contato direto com o CNJ.

8.16. TRE – Tribunal Regional Eleitoral

Foram feitas adequações no sistema de envio de informações ao TRE para inclusão de novas informações e ajustes nas baixas do Rol de Culpados, de modo a não ser necessário o envio de Ofício ao TRE.

8.17. Rol de Antecedentes Criminais

Desenvolvimento de relatórios diversos para acompanhamento das informações e solicitação de correção de dados na Comarca de Origem, com integração ao TRE e SSP.

Foram desenvolvidas rotinas para importação do ROL nas comarcas que operam o SAJ/PG 5.0.

8.18. METAS - CNJ

Atendendo às Metas do CNJ, a Assessoria de Informática tem trabalhado no gerenciamento e extração de relatórios estatísticos, divulgação na Intranet da CGJ e no desenvolvimento de um controle de produção.

8.19. Portal do Extrajudicial

Gestão do conteúdo, tais como comunicados, links, banners, sistemas e documentos e alteração no layout da página.

8.20. Projeto de Selos

Alterações nos Sistemas de Selo utilizados pelo setor administrativo da Corregedoria.

O Sistema de Selo "cliente-servidor" utilizado pelo setor administrativo da Corregedoria teve várias modificações desde janeiro de 2008, a fim de atender a adequação de Lei ou reivindicação dos usuários. Algumas funcionalidades implementadas:

- cadastro de entidades de utilidade pública;
- regras do ressarcimento;
- regras da aquisição de selo;
- cadastro de prazo para informação de escritura;
- consulta de selos físicos;
- consulta de selos digitais;
- formulário para alteração de dados na guia de ressarcimento;
- alteração de relatórios.

Diariamente, a Assessoria Extrajudicial recebe suporte para uso e operação do sistema.

8.21. Projeto Ressarcimento de Selos

Alterações no Sistema de ressarcimento de atos gratuitos (internet).

Este sistema permite que os serventuários dos cartórios extrajudiciais, após efetuarem o formulário de cadastro anexo à circular 12/2006, solicitem, até o dia 10 (dez) de cada mês, o ressarcimento dos atos isentos praticados. O sistema requer que o usuário se autentique para autorização do acesso.

Algumas funcionalidades implementadas:

- Inclusão de outros atos para ressarcimento;
- Acréscimo no cadastro e controle de várias informações vinculadas, tais como: entidades de utilidade pública, previsão legal etc.
- Alteração das descrições de todos os atos para conterem a referência ao Regimento de Custas e Emolumentos RCE.

Esta assessoria permanece oferecendo suporte aos usuários dos cartórios do Estado.

8.22. Projeto Selo Digital

Participação ativa em reuniões de análise e definições do projeto do Selo Digital e participação na implantação do Selo Digital em Santa Catarina. Desenvolvimento do Portal de Consulta do Selo Digital e desenvolvimento do boleto para aquisição de selo digital dentro da área restrita extrajudicial.

8.23. Escritura Pública de Separação, Divórcio, Inventário e Partilha em área restrita

Implementação de novas funcionalidades na Central de Escrituras Públicas de Separação, Divórcio, Inventário e Partilha, dentro da área restrita do extrajudicial, onde é possível efetuar-se os cadastros em banco de dados centralizados.

8.24. Projeto Malote Digital - Hermes

Em parceria com a Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI foi implantado o Malote Digital – Hermes para todas as serventias extrajudiciais do estado. O Sistema permite o envio de documentos assinados digitalmente diretamente para os cartórios extrajudiciais e registra dados para auditoria, tais como: quem leu o documento e a que horas o documento foi lido.

8.25. Alterações nos Sistemas de Selo utilizados pela Diretoria de Orçamento e Finanças

O Sistema de Selo "cliente-servidor" utilizado pela Diretoria de Orçamento e Finanças foi modificado algumas vezes para:

- adequação ao novo fornecedor de selo de fiscalização;
- captura dos pagamentos de compra de selos feito via boleto bancário;
- adequação para que o sistema trabalhe paralelamente com o selo digital.

8.26. SIEL – Sistema Eletrônico de Inspeção

Concluída a parte de tabelionato e protestos. Continuam em desenvolvimento as outras especialidades do SIEL – Sistema Eletrônico de Inspeção, que irá permitir a inspeção eletrônica pelos diretores de foro. O SIEL permitirá o cadastro da inspeção na internet através de checklist completo, elaborado pela assessoria do extrajudicial, e que ao final permitirá a geração de ata para assinatura conforme o que foi preenchido nos formulários.

8.27. Portal de Consulta do Selo Digital

O portal de consulta do selo digital fornece a garantia de autenticidade dos atos lavrados, constituindo ferramenta indispensável no tripé selo digital - envio das informações dos atos para o banco de dados centralizado - consulta pública. Permite que qualquer pessoa em posse do ato possa conferir se o documento é verdadeiro. Para isso, basta digitar o número do selo digital no portal de consulta que trará todas as informações dos atos enviados pela serventia que lavrou o ato e que se encontra armazenada em nosso banco de dados.

8.28. Cadastro dos Juizes de Paz

Sistema para que as secretarias de foro, mediante autenticação, cadastrem todos os juizes de paz titulares, *ad hoc* e suplentes atuantes em suas respectivas comarcas (Ofício Circular nº

248/2011). Esta primeira etapa visa viabilizar o ressarcimento previsto na Lei Complementar Estadual nº 532/2011.

8.29. Cadastro *on-line* das serventias extrajudiciais (em homologação)

Sistema que permite às serventias extrajudiciais, mediante acesso autenticado, alterar seus próprios dados, tais como: endereço, telefone, conta bancária, cadastro de funcionários, titulares, substitutos e livros utilizados pela serventia.

8.30. Atividades diversas

São desenvolvidas diariamente por este setor, paralelas ao desenvolvimentos dos sistemas acima nominados, as seguintes tarefas:

- relatórios estatísticos diversos;
- consultas e pareceres;
- malas direta;
- instalação de softwares e hardwares;
- suporte ao usuário judicial e extrajudicial;
- apresentações em slides (PowerPoint);
- atendimento aos cartorários extrajudiciais sobre assuntos relacionados com os sistemas de ressarcimento;
- alterações de informações no banco de dados, a fim de dar cumprimento a decisões administrativas;
- capacitação de novos Assistentes Sociais;
- capacitação do sistema PRODNASC;
- reuniões da comissão do Selo Digital.

8.31. Atendimento

Realizaram-se atendimentos de suporte a sistemas e orientações aos usuários nos seguintes postos de trabalho:

- Gabinete do Corregedor
- Gabinete do Vice-Corregedor
- Gabinete dos Juízes-Corregedores
- Secretaria da Corregedoria
- Escrivania Correicional
- Assessoria Correicional
- Assessoria de Custas
- Assessoria Extrajudicial
- CEJA
- Divisão Administrativa da CGJ

- Divisão Judiciária da CGJ
- Diretoria de Informática
- Diretoria de Orçamento
- Cartórios Extrajudiciais
- Sala de Assistentes Sociais
- Gabinetes de Juízes
- Sala de Assessores Judiciários
- Escrivanias
- Sala dos TSIs

9. ATIVIDADES DA COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO – CEJA

9.1. Quadro de pessoal

O quadro funcional da Ceja é constituído por três servidoras efetivas do Poder Judiciário:

- 1 assistente social que exerce também a função de Secretária da Comissão;
- 1 agente administrativa auxiliar – assistente social;
- 1 técnica judiciária – bacharel em Direito.

9.2. Atribuições

- Recebimento e processamento de pedidos de habilitação formulados por estrangeiros;
- Elaboração de parecer nos processos de habilitação para adoção internacional;
- Manutenção e gerenciamento dos Sistemas do CNJ;
- Manutenção e gerenciamento do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo – CUIDA;
- Apoio técnico às assistentes sociais que atuam na área da Infância e da Juventude, na forma de repasse de documentos, material bibliográfico, estatísticas, entre outros;
- Elaboração de projetos para captação de recursos junto a organizações internacionais, nos termos de acordos de cooperação, previstos na Convenção de Haia;
- Organização de eventos como seminários e encontros inter-regionais destinados à formação de grupos de apoio à adoção; encontros regionais com representantes de entidades de acolhimento, além de capacitação de técnicos que atuam na infância e juventude;
- Acompanhamento aos programas de acolhimento institucional através de visitas de supervisão, reuniões, treinamentos entre outros;
- Elaboração de estatísticas e relatórios avaliativos das ações das entidades de acolhimento;
- Elaboração de material informativo relacionado à adoção;
- Entrevistas de orientação acerca dos procedimentos necessários à adoção, com interessados estrangeiros e, eventualmente, com brasileiros;

- Acompanhamento das crianças/adolescentes adotados por estrangeiros no período determinado de dois anos, através da análise de relatórios e documentos remetidos pelos setores técnicos no exterior;

- Apresentação das crianças/adolescentes, em condições de serem adotados, e sem chances de adoção no Brasil, para pretendentes estrangeiros cadastradas na Comissão, com o objetivo de encaminhá-las para adoção internacional;

- Acompanhamento aos cursos ministrados no Programa de Preparação para Pretendentes à Adoção.

9.3. Projetos/Atividades

9.3.1. Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo – CUIDA

Toda movimentação neste sistema de cadastro de crianças em condições de adoção, de pretendentes à adoção e de entidades de acolhimento (abrigos) é monitorada pela Ceja, assim como o treinamento aos usuários e fornecimento das respectivas senhas de acesso. Também é responsabilidade da Comissão gerar estatísticas com base nas informações inseridas, para subsidiar magistrados e técnicos das varas da infância e da juventude do Estado.

9.3.2. Sistemas do CNJ: Cadastro Nacional de Adoção (CNA), Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA), Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNACL)

Na qualidade de órgão gestor desses cadastros, e assim como ocorre com o sistema estadual – Cuida, a Ceja monitora as informações inseridas, é responsável pela liberação de senhas aos usuários, produz estatisticas, e acompanha toda a movimentação dos sistemas como forma de mante-los atualizados.

No corrente ano realizou-se uma reunião em Brasilia com os técnicos da Ceja, assessoria de informática da Corregedoria e técnicos do CNJ onde foram propostas adequações, sobretudo no que diz respeito à migração dos dados do Cuida para o CNA.

9.3.3. Programa de Preparação para Pretendentes à Adoção

Emissão de parecer nos relatórios dos cursos de preparação realizados, totalizando, no decorrer deste ano, todas as comarcas do Estado. O parecer implica na avaliação do conteúdo programático e resultados alcançados.

9.3.4. Projeto de Acompanhamento e Supervisão às Entidades de Acolhimento

Foram realizadas visitas de inspeção em 150 entidades de acolhimento (abrigos) e discutidos os processos de 1.600 crianças e adolescentes acolhidos, em reuniões realizadas nos Fóruns, Varas da Infância e Juventude. As visitas foram acompanhadas pelo juiz Coordenador da Cepij, Dr. Alexandre Takaschima.

9.3.5. Realização de mutirões nas Varas da Infância e da Juventude

Foram organizados e acompanhados mutirões no setor de Serviço Social das comarcas de Capital e Lages, pelo período de um mês cada um deles. As assistentes sociais de Rio do Sul e Itajaí atuaram em Lages e as assistentes sociais de Araranguá e Laguna atuaram na Capital.

9.4. Eventos/Treinamentos

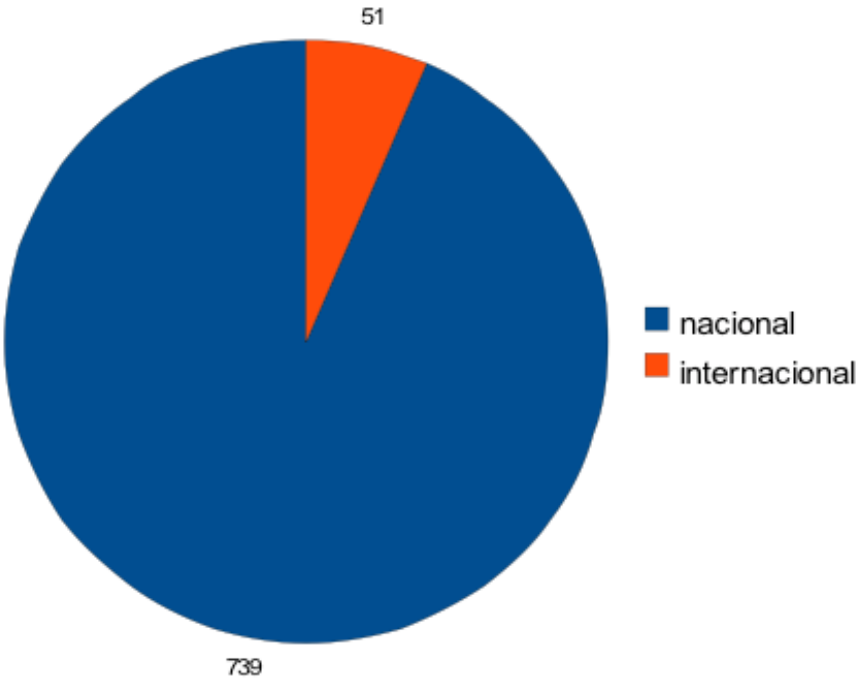
A CEJA organizou e participou dos eventos/treinamentos:

- **11 de junho**: Treinamento para Assistentes Sociais – Florianópolis – Academia Judicial;
- **30 e 31 de agosto**: VIII Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção – Joinville;
- **01 e 02 de setembro**: Forum Estadual de Juízes e Técnicos do Poder Judiciário – Joinville.

9.5. Dados estatísticos

9.5.1. Sessões de julgamento dos pedidos de habilitação internacional

- 04 (quatro) sessões realizadas;
- 74 (setenta e quatro) processos julgados: 66 (sessenta e seis) de pretendentes italianos, 07 (sete) de franceses e 01 (um) de espanhol.9.5.2. Adoções realizadas



Fonte: Comissão Estadual Judiciária de Adoção – CEJA

9.5.2.1. Nacionais

Neste ano, **739** ações de adoção nacional foram sentenciadas, alguns desses processos de adoção correspondem a grupos de dois ou mais irmãos.

9.5.2.2. Internacionais

51 crianças adotadas por estrangeiros, sendo:

Itália: **25** casais adotaram **47** crianças, representados pelas Instituições:

Il MANTELLO:

01 (uma) criança com 08 anos
05 (cinco) grupos de 02 (dois) irmãos, entre 05 e 13 anos
03 (três) grupos de 03 (três) irmãos, entre 02 e 13 anos
01 (um) grupo de 04 (quatro) irmãos, de 07, 05, 03 e 02 anos
TOTAL: **24** cças/adolescentes

CIFA:

04 (quatro) crianças entre 08 e 10 anos
04 (quatro) grupos de 02 (dois) irmãos entre 06 e 11 anos
02 (dois) grupos de 03 (três) irmãos entre 03 e 11 anos
01 (um) grupo de 04 (quatro) irmãos, de 10, 09, 06 e 03 anos
TOTAL: **22** cças/adolescentes

RETE ESPERANZA:

01 (uma) criança com 09 anos
TOTAL: **01** criança

França: 02 (dois) casais adotaram **04** (quatro) crianças, representados pela Instituição:

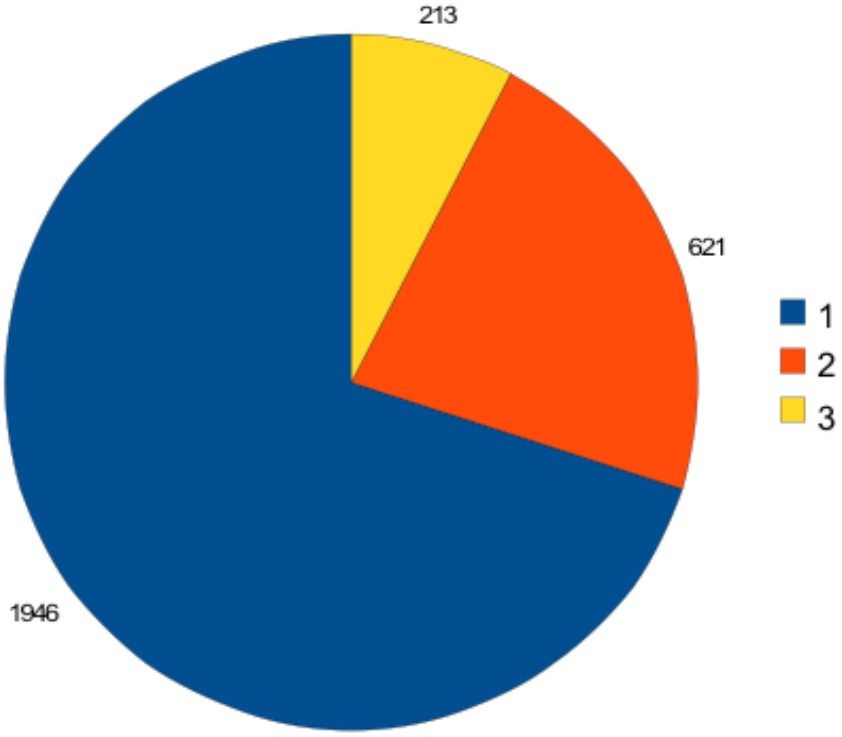
MEDECINS DU MONDE:

01 (uma) criança de 09 anos
01 (um) grupo de 03 (três) crianças com 06, 04 e 02 anos
TOTAL: **04** (quatro) crianças

9.5.3. Pretendentes habilitados (dados gerais)

2780 pretendentes habilitados, sendo:

- residentes em Santa Catarina: 1946 (70,00%)
- residentes em outros Estados: 621 (22,34%)
- estrangeiros: 213 (7,66%)

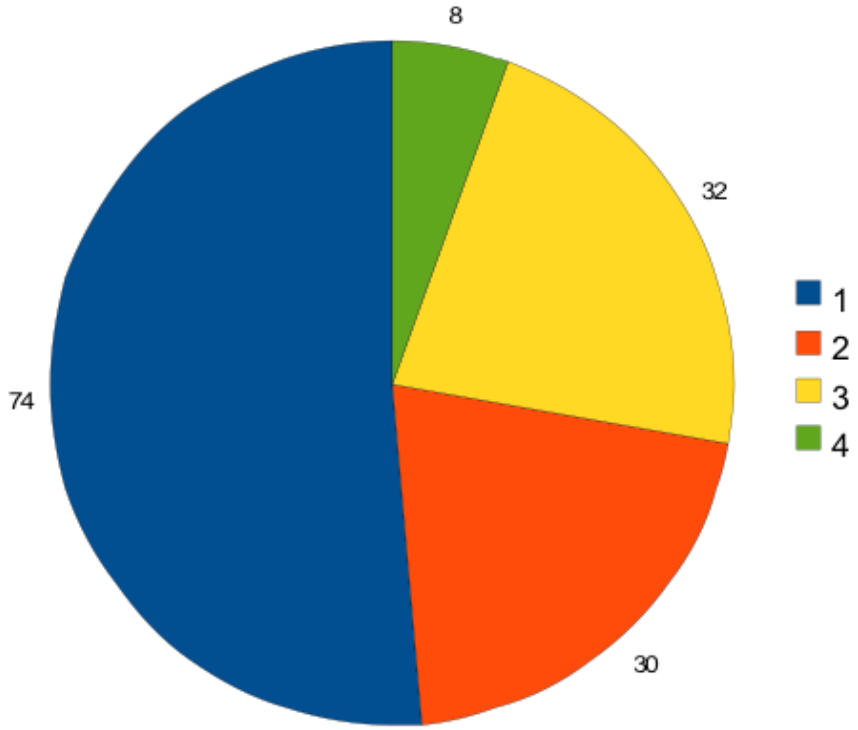


Fonte: Comissão Estadual Judiciária de Adoção – CEJA

9.5.4. Entidades de acolhimento cadastradas na ceja

160 programas de acolhimento, sendo:

- **74** acolhimento institucional (45,68%)
- **30** Casas Lares (18,75%)
- **32** Projetos de Acolhimento Familiar (19,75%)
- **08** Casas de Passagem (4,94%)

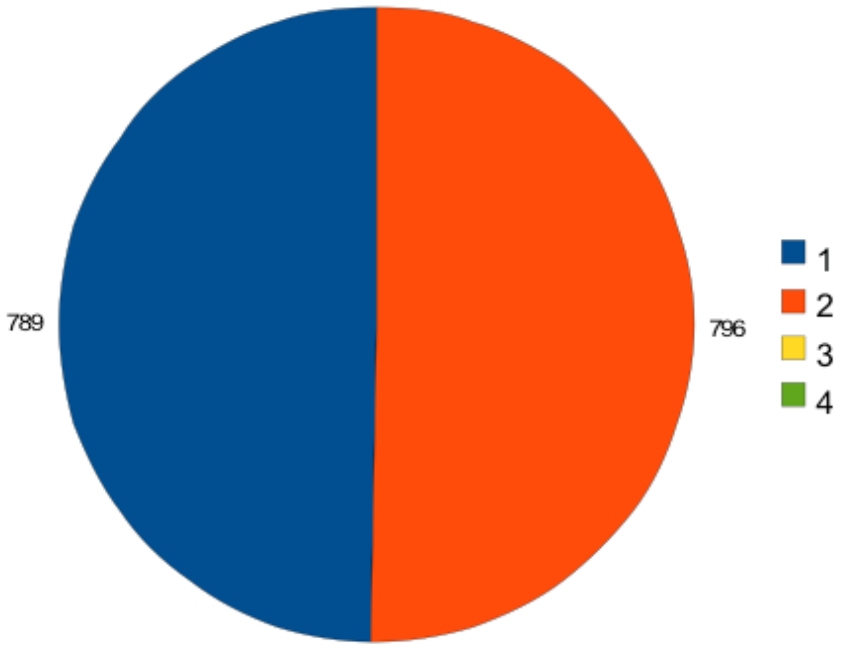


Fonte: Comissão Estadual Judiciária de Adoção – CEJA

9.5.5. Crianças/Adolescentes acolhidos

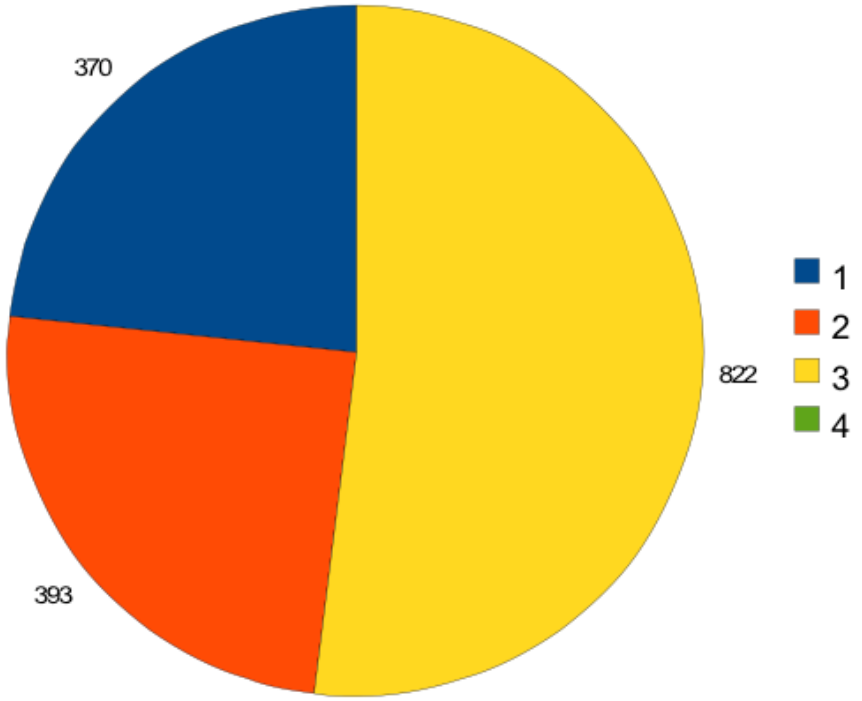
1585 crianças/adolescentes acolhidos.

Sexo feminino – 789 (49,78%)
Sexo masculino – 796 (50,22%)



Fonte: Comissão Estadual Judiciária de Adoção – CEJA

0 a 5 anos – 370 (23,34%)
5 a 10 anos – 393(24,79%)
acima de 10 anos – 822 (51,86%)



Fonte: Comissão Estadual Judiciária de Adoção – CEJA

9.6. Grupos de estudos e apoio à adoção

33 grupos de estudos e apoio à adoção em Santa Catarina, criados e acompanhados pelos Juizados da Infância e da Juventude e pela Ceja.

9.7. Propostas

- Continuidade aos seminários anuais de capacitação às assistentes sociais do Poder Judiciário, abordando questões teórico-práticas da profissão, e possibilitando a troca de experiências relacionadas ao trabalho forense;
- Organização do 9º Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção que será realizado em Lages, mês de novembro/2012;
- Continuidade ao trabalho de acompanhamento e supervisão às instituições de acolhimento institucional através de relatórios e visitas;
- Continuidade ao programa de estímulo à criação de grupos de estudos e apoio à adoção, e acompanhamento das ações daqueles já instalados;
- Gerenciamento e monitoramento dos Sistemas do CNJ;
- Acompanhamento e avaliação dos Cursos de Preparação aos Pretendentes à Adoção;
- Reunião com representantes de entidades internacionais credenciadas na Ceja.

9.8. Conclusões

As ações propostas no corrente ano foram executadas em sua totalidade e os resultados de pleno êxito; tanto os eventos que tiveram alcance expressivo, aproximando o Poder Judiciário do usuário da justiça, quanto a gestão dos sistemas implantados pelo Conselho Nacional de Justiça que vem passando por adequações para maior eficácia.

A supervisão às Instituições de Acolhimento, através de visitas *in loco*, foi positiva, haja vista a oportunidade de reavaliar e a situação pessoal e processual das criaças hoje acolhidas, que resultou no encaminhamento de algumas delas para adoção ou retorno as famílias.

Quanto ao trabalho de rotina da CEJA, a regularidade com que ocorreram as sessões de julgamento dos pedidos de habilitação internacional permitiu dar encaminhamento a um numero expressivo de processos e, por conseqüência, de crianças institucionalizadas que foram adotadas por estrangeiros.

O desempenho positivo da CEJA neste exercício é resultado de uma série de fatores, que vão da dedicação e competência da equipe, ao apoio e participação do seu Presidente, Desembargador Solon D'Eça Neves, sempre presente em todos os eventos e sessões, demonstrando publicamente a importância da Comissão, reconhecendo e valorizando suas ações, transmitindo à equipe sentimento de otimismo.

Importante registrar o apoio dos juízes das varas da infância e da juventude e das assistentes sociais judiciárias, presentes e receptivos aos eventos e trabalhos da Comissão.

Por último, o auxílio dos Juízes Corregedores, do Juiz Coordenador da Cepij, Dr. Alexandre Takaschima, do Secretário da Corregedoria e seus colaboradores, os quais sempre se mostraram prestativos e cooperativos na condução das ações, demonstrando credibilidade e comprometimento com as questões vinculadas à infância e juventude.

10. ATIVIDADES DA SECRETARIA-GERAL

10.1. Atividades Desenvolvidas

Durante o ano de 2011, a Secretaria-Geral desenvolveu as seguintes atividades:

- desempenho das atribuições elencadas no art. 26, incisos I a XXII, do RICGJ;
- assessoramento ao Corregedor-Geral da Justiça e aos Juízes-Corregedores;
- organização de viagens do Corregedor-Geral da Justiça e Juízes-Corregedores;
- solicitação de diárias e de ressarcimentos de combustível para viagens realizadas pela Corregedoria-Geral da Justiça, com a respectiva prestação de contas;
- cotação e compra de passagens aéreas para as viagens realizadas pela Corregedoria-Geral da Justiça;
- cotação e locação de veículos necessários aos desempenho das inspeções correicionais e demais atividades da Corregedoria-Geral da Justiça;

- controle orçamentário das despesas realizadas pela Corregedoria-Geral da Justiça no ano de 2011;
- planejamento do orçamento da Corregedoria-Geral da Justiça para o ano de 2012;
- apoio aos Núcleos de Assessoramento (fornecimento de materiais, administração de espaços físicos, dentre outros);
- atendimento a magistrados, advogados, servidores e ao público em geral;
- participação em reuniões orçamentárias e de planejamento com as competentes diretorias deste Tribunal de Justiça;
- verificação da situação do patrimônio da Corregedoria-Geral da Justiça;
- seleção e distribuição de correspondências da Corregedoria-Geral da Justiça;
- controle do conteúdo do site da Corregedoria (contatos e estrutura organizacional);
- controle do quadro funcional da Corregedoria e procedimentos relacionados à inclusão e exclusão de servidores, estagiários e Juízes Corregedores;
- revisão das promoções por desempenho dos servidores lotados na Corregedoria-Geral da Justiça;
- avaliação dos servidores em estágio probatório;
- avaliação mensal dos terceirizados;
- avaliação ergonômica das estações de trabalho;
- redimensionamento da estrutura física da CGJ, com acompanhamento das obras e finalização do *layout* dos 10 º e 11º andares;
- compra de livros para os núcleos de Assessoramento e Assessorias;
- inscrição dos Juízes-Corregedores e Servidores para participarem de cursos e eventos relacionados às suas áreas de atuação;
- organização do treinamento dos servidores da CGJ para capacitá-los a trabalhar com o SAJ 5, implantado em março de 2010;
- reunião com servidores da CGJ e Juízes-Corregedores para dar prosseguimento ao processo administrativo de Reestruturação da Corregedoria;
- participação da entrega do resultado da avaliação do Programa 5 S – 1º e 2º semestres;
- solicitação de certificado digital (e-CPF) para os Juízes Corregedores e servidores da CGJ;
- solicitação da carteira funcional para servidores da CGJ;
- solicitação à Academia Judicial de cursos de capacitação para os servidores da CGJ;
- descrição dos processos (manualização das rotinas) executados pela Secretaria-Geral para padronização e controle dos mesmos.

10.2. Participação dos servidores da Secretaria-Geral em cursos de capacitação

No decorrer do ano de 2011, alguns servidores da Secretaria-Geral participaram do curso Gestão por Processos no Serviço Público, realizado pela Consultre em Florianópolis-SC, no período de 18 a 21 de outubro, com carga horária de 24 horas.

Um desses servidores participou também do curso Eneagrama na Gestão de Pessoas, realizado pelo Instituto Rennove em parceria com a Academia Judicial, nos dias 3, 4, 13, 14, 31 de outubro, e 1°, 3 e 4 de novembro, em Florianópolis-SC, com carga horária de 32 horas; e outro servidor participou do curso Liderança & Coaching – Atributos e Técnicas pró eficácia das equipes, realizado pela Academia Judicial, no período de 12 e13 de setembro, com carga horária de 16 horas.

11. CONCLUSÃO

Este breve relatório das atividades desenvolvidas pela Corregedoria-Geral da Justiça ao longo de 2011 evidencia que os Magistrados e servidores que compõem este órgão correicional trabalharam com dedicação e afinco para contribuir com o aprimoramento dos órgãos do Poder Judiciário de primeiro grau, bem como das Serventias Extrajudiciais, seja por meio do desenvolvimento e implantação de novos projetos, ou mediante orientação e controle das atividades realizadas.

Os projetos desenvolvidos pela Corregedoria-Geral da Justiça visam simplificar e modernizar rotinas, para que os usuários internos e externos das serventias judiciais e extrajudiciais possam manusear e compreender com facilidade as normas e condutas que lhe são afetas, independentemente de sua formação técnica.

Esses projetos primam também pela integração do Poder Judiciário com os demais setores da Administração Pública, com foco numa prestação jurisdicional e administrativa mais célere e eficaz.

Todo esse desenvolvimento tecnológico e de método, no entanto, tem como premissa básica as informações advindas do controle das atividades, que é exercido por meio de inspeções ordinárias e extraordinárias nas serventias judiciais e extrajudiciais.

É por meio delas que se consegue identificar as dificuldades e os gargalos eventualmente existentes nos processos de gestão, trazendo subsídios para o desenvolvimento de novos projetos, bem como para a normatização dos procedimentos e para a orientação dos serventuários e Magistrados.

Essa integração, necessária ao desenvolvimento das atividades desse órgão censor com qualidade e eficiência, esteve presente ao longo de 2011 e de toda nossa gestão. Por essa razão é que cumprimento novamente os Senhores Juízes-Corregedores e, especialmente, ao corpo técnico que integra esta Corregedoria-Geral pelo excelente trabalho realizado ao longo do biênio, e reitero meus agradecimentos pelo esforço despendido para o cumprimento das metas traçadas.

A todos meu preito de gratidão e enaltecimento.

Solon d'Eça Neves

Corregedor-Geral da Justiça

12. ANEXOS

12.1. Anexo 1 – Relatório anual de acompanhamento de processos – Divisão Administrativa

12.2. Anexo 2 – Relatório anual das Casas da Cidadania – Divisão Judiciária

12.3. Anexo 3 – Relatório anual do Movimento Forense do Primeiro Grau de Jurisdição – Divisão Judiciária

ACADEMIA JUDICIAL

1 Cursos de pós-graduação

A Academia Judicial (AJ) formou sua segunda turma de especialização *Lato sensu* no dia 12 de setembro de 2011 e procedeu à entrega dos certificados aos formandos da 8ª Turma do Curso de Especialização em Direito e Gestão Judiciária. A turma, composta de magistrados e servidores do Judiciário, foi formada por 28 alunos. A 9ª turma está em andamento.







Fotos: Assessoria de Imprensa

A turma da Pós-Graduação em Gestão Organizacional e Tecnologia em Recursos Humanos que iniciou em junho de 2010, uma iniciativa da Academia Judicial, realizada com a contratação da Universidade Federal de Santa Catarina, teve suas aulas encerradas no mês de outubro desse ano e os 40 (quarenta) alunos estão em fase de elaboração do trabalho de conclusão do curso que deverá ser entregue até o dia 16 de janeiro de 2012.







Fotos: Assessoria de Imprensa

2 Cursos de promoção por aperfeiçoamento para magistrados - Enfam

Ocorreu de 11 a 13 de maio, no auditório do Hotel Tannenhof, em Joinville-SC, o I Curso de Aperfeiçoamento para fins de Promoção por Merecimento, com o tema "Direito sobre Atividades Médicas", voltado para os magistrados catarinenses passíveis de concorrer a tal promoção. Os magistrados Edison Zimmer e Marcelo Carlin atuaram como coordenador científico e coordenador pedagógico do curso, respectivamente.

Participam do curso 85 magistrados do 1º grau de jurisdição.







Fotos: Academia Judicial

O II Curso de Aperfeiçoamento para fins de Promoção por Merecimento, com o tema "Direito de Família e Contemporaneidade", ocorreu de 14 a 16 de setembro, na comarca de Lages, na Pousada Rural do Sesc.

Participam do curso 45 magistrados do 1º grau de jurisdição, dentre eles três de outros Estados: David de Oliveira Gomes Filho, João Paulo Mello e Maria Neize de Andrade Fernandes, respectivamente das escolas judiciais do Mato Grosso do Sul, Maranhão e Rio Grande do Norte.

Além das palestras, foram formados grupos de discussão e estudo de caso.







Fotos: Academia Judicial

3 Residência judicial

Em continuidade ao Programa da Residência Judicial, a Academia iniciou, em 19 de maio de 2011, mais uma turma de residentes. Uma reunião técnica foi realizada para discutir aspectos pertinentes.

Desenvolvido pela Academia Judicial na Justiça de 1º grau, através de convênio com a Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (Esmesc), o programa consiste em atividade jurídica voltada à preparação para o exercício da magistratura. As aulas começaram no dia 23 de maio, com encerramento previsto para junho de 2012 para quem for prestar residência de 6 horas-aula por dia, e novembro de 2012 para quem optou por fazer 4 horas-aula por dia.

O residente recebe uma bolsa e passa a trabalhar em gabinete, onde aprende a sistemática e auxilia os juízes.







Fotos: Academia Judicial

4 Desenvolvimento dos NEPs

Com início das atividades no ano de 2010 e previsão de término em 2012, os Núcleos de Estudos e Pesquisas – NEPs voltaram a se reunir em 18 de fevereiro de 2011, para um workshop com seus coordenadores e membros. O objetivo do evento foi finalizar um documento que regulamenta a etapa de execução dos núcleos, após apresentação e explicação do mesmo aos membros dos núcleos de pesquisa.

As atividades de execução dos projetos dos NEPs contam com o apoio de pesquisadores e professores, e são viabilizadas por meio de contrato firmado com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Os projetos aprovados são os seguintes:

- Satisfação e sofrimento no trabalho dos servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina
- Perícia psicológica nas Varas de Família e nas Varas de Infância e Juventude
- Racionalização da atividade jurisdicional em unidades de Direito Bancário
- Promoção do bem-estar nas relações de trabalho do Poder Judiciário de Santa Catarina: análise de intervenções grupais realizadas pela Seção Psicossocial Organizacional no ano de 2009
- Gestão Ambiental no Poder Judiciário de Santa Catarina - uma visão ecopedagógica para a sustentabilidade
- Modernização do Poder Judiciário - justiça do futuro
- Adolescente em conflito com a lei no sistema de justiça da comarca de Rio do Sul/SC

- O Conselho da comunidade e a ressocialização dos egressos e albergados do sistema prisional de Florianópolis/SC



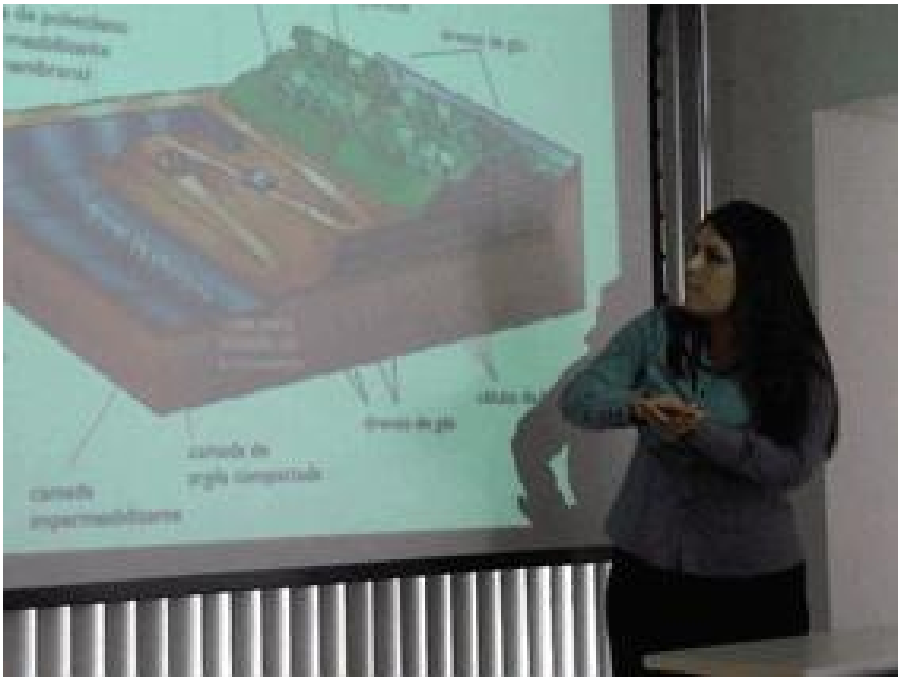

Workshop dos NE
Núcleos de Estud
e/ou Pesquisas



Fotos: Academia Judicial

Em 19 de agosto, o Núcleo de Estudos e Pesquisas (NEP) da Academia Judicial do Tribunal de Justiça, recebeu a bióloga Andréa Felipe para uma palestra sobre “A destinação dos resíduos”. Referida palestra está atrelada ao projeto "Gestão Ambiental no Poder Judiciário de Santa Catarina: uma visão ecopedagógica para a sustentabilidade”





Fotos: Academia Judicial

5 WebConferências

Em 2011, a Academia Judicial investiu na modalidade de cursos por webconferência, semi-presenciais e a distância.

Foram atendidos os cursos de Direito Previdenciário, Pai legal, Capacitação de Montagem e Manutenção de Equipamentos aos novos Técnicos de Suporte em Informática, Orientações do Almoxarifado e pequenas reuniões de trabalho envolvendo a área de informática. Nesse modelo de curso os participantes podem interagir através de chat. As perguntas são repassadas ao palestrante ou professor por uma equipe de apoio, para serem respondidas ao vivo durante ou no final da aula/palestra. No curso Pai Legal houve participação de mais de 400 pessoas em 200 pontos de acesso simultâneos.





Fotos: Academia Judicial

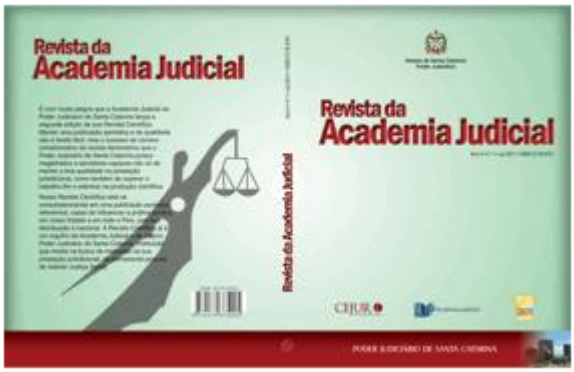
6 Revista da Academia Judicial

Em julho a Academia lançou a segunda edição de sua revista que objetiva fomentar a produção e disseminar o conhecimento jurídico e os atributos artísticos de magistrados e servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina.

Magistrados e servidores apresentaram seus trabalhos para publicação.

Entre as produções disponibilizadas na revista, estão artigos sobre Direito Constitucional, Efeitos das Decisões no Controle de Constitucionalidade, Direito Civil e Direito Processual Civil, Racionalização e Agilização dos Procedimentos Judiciais, Virtualização Processual no Poder Judiciário de Santa Catarina, Processo Civil com Nova Estratégia.

A revista tem periodicidade semestral, versão impressa e digital.



Fotos: Academia Judicial

7 Implantação da educação a distância

Em abril a Academia disponibilizou a segunda geração de ambientes virtuais para educação a distância. Montados sobre a estrutura do Moodle 2.0, os novos cursos passaram a utilizar recursos da web 2.0, os quais envolvem ferramentas que colocam o aluno na nuvem da internet, acessando e participando de redes de relacionamento e acessando vídeos armazenados fora da estrutura do Poder Judiciário.

Neste ano já foi possível capacitar quase 2000 colaboradores distribuídos nos cursos de Desenvolvimento de competências gerenciais, Tutoria para EaD e Gestão de processos.

Está em andamento a consultoria que vai auxiliar na definição da estrutura mínima e demais procedimentos, para que a Academia possa levar capacitação a todos do Poder Judiciário de forma profissional utilizando os meios da Educação a Distância.



Fonte: Academia Judicial

8 Novo *site* da Academia Judicial

Em abril entrou em funcionamento a nova página da Academia Judicial. Para isso, a Academia contou com o apoio da Diretoria de Tecnologia da Informação, que incumbiu seus *webdesigners* de criar a nova *home page*. A página passou a ter *design* mais apropriado para as atividades desempenhadas pela instituição, o que facilitou a navegação por parte dos usuários.



Fonte: Academia Judicial

9 Boletim informativo

O Boletim Informativo da Academia Judicial, publicado semestralmente, tem como objetivo promover a difusão das principais ações educacionais realizadas pela instituição, voltadas ao desenvolvimento humano e profissional de magistrados e servidores do Poder Judiciário catarinense.

Em 2011, foi publicada a edição n. 15, com a apresentação de todos os eventos realizados pela Academia Judicial no primeiro semestre desse ano, além da entrevista com o Desembargador aposentado Antônio Fernando do Amaral e Silva.

Foram destaques, ainda, a Consolidação da EAD no Judiciário, a entrevista com Neusa Buss - analista de sistemas da Diretoria de Tecnologia da Informação e colaboradora da Academia na formatação dos trabalhos em EAD - a agenda para o 2º semestre, o Editorial sobre as conquistas da AJ em 2011 e o artigo "Saiba tudo sobre o Programa 5S".


NOTÍCIAS · AJ

BOLETIM INFORMATIVO ACADEMIA JUDICIAL ANO 09 Nº15 OUT 2011

ENTREVISTA

Confira a entrevista exclusiva com o desembargador aposentado Antônio Fernando do Amaral e Silva, que fala sobre a carreira e a Justiça.

PÁGINA 14

VEJA NESTE BOLETIM

ACONTECEU NA AJ

Ao longo do 1º semestre, três turmas do Curso de Ambientação Funcional para novos servidores foram realizados, com o objetivo de contextualizá-los com os aspectos estruturais e funcionais do Poder Judiciário.

PÁGINA 4

Desembargadores recebem novos servidores

Academia Judicial firma parceria inédita com a Escola Nacional de Administração Pública - Enap, com o objetivo de iniciar os trabalhos pela metodologia de EAD no âmbito institucional.

PÁGINA 17

Agenda
Programação para o 2º semestre 2

Editorial
As conquistas da AJ em 2011 3

Aconteceu na AJ
Todos os eventos do 1º semestre 4

Artigo
Saiba tudo sobre o Programa 5S 10

Entrevista
Neusa Buss e seu trabalho com EAD 12

Destaques
Consolidação da EAD no Judiciário 15

Fonte: Academia Judicial

10 XXV Copedem

A Academia Judicial foi responsável pela organização do XXV - Encontro do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (Copedem). O encontro faz parte da programação do 25º aniversário da Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina (Esmesc), cujo diretor, juiz Sílvio José Franco, destacou os resultados positivos do programa de Residência Judicial desenvolvido. O magistrado afirmou que a realização do Copedem pela

Esmesc, em conjunto com Academia Judicial, em Florianópolis, tem o objetivo de promover a discussão, o debate e a troca de experiências entre as escolas de magistratura em todo o País.

Durante a solenidade, foram entregues medalhas de mérito do Colégio Permanente ao Presidente do TJ e aos Desembargadores Jaime Ramos, Diretor- Executivo da Academia Judicial, e Lédio Rosa de Andrade, Vice-Diretor-Executivo da Academia Judicial, bem como aos Desembargadores aposentados Antonio Fernando do Amaral e Silva e Volnei Ivo Carlin. Também o juiz Sílvio Franco foi agraciado com a comenda, além de representantes de Escolas de Magistratura de outros estados.







Fotos: Assessoria de Imprensa

11 Ciclo de palestras

Em comemoração aos 120 anos do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, a Academia Judicial promoveu um Ciclo de Palestras com temática diversificada, porém, no todo, pertinente ao cotidiano do Judiciário.

O evento se desenvolveu no auditório do Tribunal de Justiça, no dia 7 de outubro.

No evento, o diretor da Academia Judicial, Desembargador Jaime Ramos, lembrou a evolução do Tribunal de Justiça ao apontar que em 1891 eram 14 comarcas, e hoje são 111, com mais de 300 varas - 48 instaladas na atual gestão. “O homem é o objeto do nosso trabalho; não há esforço que valha se o foco não for o ser humano”, encerrou o diretor executivo da AJ. O governador Raimundo Colombo se fez representar no evento pelo procurador-geral do Estado, João dos Passos Martins Neto.







Fotos: Assessoria de Imprensa

12 Encontro Nacional das Escolas de Servidores e Gestores de Pessoas do Poder Judiciário

A Diretoria de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e a Academia Judicial realizaram, de 28 a 30 de setembro, no Praiatur Hotel, no Bairro Ingleses, Capital, o 3º Encontro Nacional das Escolas dos Servidores e Gestores de Pessoas do Poder Judiciário.

O evento proporcionou a integração e a troca de experiências entre servidores do Judiciário em diferentes estados.







Fotos: Academia Judicial

13 Curso para Novos Servidores e Ambientação Funcional

Durante o ano de 2011 foram feitos diversos cursos destinados a novos servidores. Algumas turmas foram de público exclusivo como é o caso dos Assistentes Sociais, Técnicos Judiciários Auxiliares, Oficiais de justiça e Avaliadores, Oficiais da Infância e Juventude e Analistas Jurídicos.

Cada tipo de público recebeu capacitação na sua área assim como ocorreu com os Técnicos Judiciários Auxiliares, que foram preparados para atuação nas unidades judiciárias, receberam informações sobre a estrutura do Poder Judiciário, com ênfase no aperfeiçoamento dos procedimentos cíveis e criminais adotados no Estado.

Os novos servidores também participaram do Curso de Ambientação Funcional, onde obtiveram informações sobre a instituição, orientações sobre programas e projetos, saúde do servidor, direitos e deveres, ética e bem-estar e crescimento no trabalho.


Curso de Capacitação de Novas
Assistentes Sociais
13 a 17 de junho de 2011





Fotos: Academia Judicial

RELATÓRIO 2011

CURSOS PROMOVIDOS

Curso	Nome	Nº de Horas	Participantes Efetivos		Total horas	Público	Início	Final	Local
		Efetivas	Interno	Externo	Efetivos				
1.160	CURSO - COMO SE MANIFESTAR EM DILIGÊNCIAS, CITAÇÕES, SOLICITAÇÕES DE AUDITORIAS E REQUISIÇÕES DO TCU, TCE E CGU	24	28	0	672	SERVIDORES	25/04/2011	27/04/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.409	CURSO AUTO AVALIAÇÃO DA QUALIDADE	20	50	0	1.000	MAGISTRADOS E SERVIDORES	17/10/2011	21/10/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.180	CURSO CONTEÚDO E PRÁTICA DE SPED	12	26	0	312	SERVIDORES	18/04/2011	20/04/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.204	CURSO DE AMBIENTAÇÃO FUNCIONAL PARA NOVOS SERVIDORES	30	118	0	3.540	SERVIDORES	05/04/2011	13/07/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.341	CURSO DE AMBIENTAÇÃO FUNCIONAL PARA NOVOS SERVIDORES – TURMA 4	20	108	0	2.160	SERVIDORES	03/10/2011	05/10/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.387	CURSO DE AMBIENTAÇÃO FUNCIONAL PARA NOVOS SERVIDORES – TURMA 5	24	133	0	3.192	SERVIDORES	30/11/2011	02/12/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.386	CURSO DE BUSINESS INTELLIGENCE COM PENTAHO	24	15	0	360	SERVIDORES	31/10/2011	03/11/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.303	CURSO DE CAPACITAÇÃO DE NOVOS ANALISTAS JURÍDICOS	40	23	0	920	SERVIDORES	18/07/2011	22/07/2011	FLORIANÓPOLIS/SC

1.262	CURSO DE CAPACITAÇÃO DE NOVOS ASSISTENTES SOCIAIS	40	48	0	1.920	SERVIDORES	13/06/2011	17/06/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.205	CURSO DE CAPACITAÇÃO DE NOVOS TÉCNICOS JUDICIÁRIOS AUXILIARES	40	62	0	2.480	SERVIDORES	11/04/2011	23/09/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.334	CURSO DE CAPACITAÇÃO DO PROGRAMA 5S – 2º GRAU	8	47	18	376	SERVIDORES E COLABORADORES	15/08/2011	23/08/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.437	CURSO DE CAPACITAÇÃO DO SISTEMA DE AUTOMAÇÃO DO JUDICIÁRIO – VERSÃO 5	8	105	5	840	MAGISTRADOS E SERVIDORES	05/12/2011	09/12/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.166	CURSO DE DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS GERENCIAIS	30	654	0	19.620	SERVIDORES	11/07/2011	10/08/2011	VÁRIAS COMARCAS/SC
1.164	CURSO DE DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS GERENCIAIS - CAPACITAÇÃO DOS TUTORES DE CONTEÚDO	44	23	0	1.012	MAGISTRADOS E SERVIDORES	03/06/2011	04/07/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.389	CURSO DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO	40	31	0	1.240	MAGISTRADOS	03/11/2011	01/12/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.064	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM DIREITO E GESTÃO JUDICIÁRIA - TURMA 9	289	25	0	7.225	MAGISTRADOS	24/09/2010	26/11/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.292	CURSO DE ESTATÍSTICA BÁSICA	20	21	0	420	SERVIDORES	25/07/2011	29/07/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.199	CURSO DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR PARA MULTIPLICADORES DA MEDIAÇÃO FAMILIAR	16	21	0	336	SERVIDORES	12/04/2011	13/04/2011	FLORIANÓPOLIS/
1.326	CURSO DE FORMAÇÃO DE BASE EM MEDIAÇÃO FAMILIAR	24	5	42	120	SERVIDORES E COLABORADORES	03/10/2011	05/10/2011	JOINVILLE/SC
1.318	CURSO DE FORMAÇÃO DE BASE EM MEDIAÇÃO FAMILIAR	24	0	40	0	COLABORADORES	22/08/2011	24/08/2011	JOINVILLE/SC
1.216	CURSO DE FORMAÇÃO DE INSTRUTORES	40	58	0	2.320	SERVIDORES	02/05/2011	06/05/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.342	CURSO DE FORMAÇÃO DE NOVOS INSTRUTORES DO PROGRAMA 5S	16	35	0	560	SERVIDORES E COLABORADORES	19/09/2011	22/09/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.139	CURSO DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS	24	8	0	192	SERVIDORES	11/04/2011	17/05/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.169	CURSO DE GERENCIAMENTO DE ROTINAS (GESTÃO DE PROCESSOS DE TRABALHO)	30	261	25	7.830	MAGISTRADOS, SERVIDORES E COLABORAD	21/02/2011	29/07/2011	VÁRIAS COMARCAS/SC
1.313	CURSO DE GESTÃO DE CONFLITOS	16	29	0	464	SERVIDORES	24/10/2011	27/10/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.167	CURSO DE GESTÃO DE PROCESSOS	20	588	0	11.760	SERVIDORES	01/08/2011	26/08/2011	VÁRIAS COMARCAS/SC
1.329	CURSO DE GESTÃO DE PROCESSOS - CAPACITAÇÃO DOS TUTORES DE CONTEÚDO	37	21	0	777	SERVIDORES	12/09/2011	02/10/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.170	CURSO DE GESTÃO POR COMPETÊNCIAS	24	20	0	480	SERVIDORES	18/04/2011	20/04/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.193	CURSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA 5 S NA JUSTIÇA DE PRIMEIRO GRAU - 2011	8	599	244	4.792	MAGISTRADO, SERVIDORES E VOLUNTÁRIOS	14/04/2011	30/11/2011	COMARCAS DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SC
1.266	CURSO DE LIDERANÇA & COACHING – ATRIBUTOS E TÉCNICAS PRÓ EFICÁCIA DAS EQUIPES	16	30	0	480	SERVIDORES	12/09/2011	13/09/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.384	CURSO DE MONTAGEM E MANUTENÇÃO DE MICROCOMPUTADORES E REDES LOCAIS – TURMA 3	184	10	0	1.840	SERVIDORES	10/10/2011	19/12/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.191	CURSO DE OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS - SICONV	24	17	0	408	SERVIDORES	30/05/2011	01/06/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.291	CURSO DE ORATÓRIA	16	20	0	320	SERVIDORES	23/08/2011	26/08/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.217	CURSO DE ORATÓRIA E A ARTE DE CONVERCER	16	18	1	288	SERVIDORES	02/06/2011	07/06/2011	FLORIANÓPOLIS/SC

1.293	CURSO DE PERÍCIA CONTÁBIL ENVOLVENDO CONTRATOS BANCÁRIOS, CÁLCULOS PREVIDENCIÁRIOS E TRABALHISTAS	24	100	2	2.400	SERVIDORES	01/08/2011	03/08/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.369	CURSO DE PERÍCIA CONTÁBIL ENVOLVENDO CONTRATOS BANCÁRIOS, CÁLCULOS PREVIDENCIÁRIOS E TRABALHISTAS	24	30	1	720	SERVIDORES	09/11/2011	11/11/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.370	CURSO DE PERÍCIA CONTÁBIL ENVOLVENDO CONTRATOS BANCÁRIOS, CÁLCULOS PREVIDENCIÁRIOS E TRABALHISTAS	24	30	0	720	SERVIDORES	30/11/2011	02/12/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.368	CURSO DE PERÍCIA CONTÁBIL ENVOLVENDO CONTRATOS BANCÁRIOS, CÁLCULOS PREVIDENCIÁRIOS E TRABALHISTAS	24	31	0	744	SERVIDORES	05/10/2011	07/10/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.249	CURSO DE PORTUGUÊS AVANÇADO COM ÊNFASE EM LINGUAGEM JURÍDICA	40	1.498	0	59.920	MAGISTRADOS E SERVIDORES	03/10/2011	03/11/2011	AMBIENTE VIRTUAL DO INSTITUTO EDUCERE/SC
1.190	CURSO DE PSICOPATOLOGIA DOS TRANSTORNOS DE ANSIEDADE	24	15	0	360	SERVIDORES	27/06/2011	30/06/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.227	CURSO DE TÉCNICAS DE REDAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE EDITAIS, CONTRATOS E CONVÊNIOS	24	31	0	744	SERVIDORES	04/07/2011	08/07/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.281	CURSO DE TÉCNICAS LEGISLATIVAS	16	24	0	384	SERVIDORES	19/07/2011	20/07/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.319	CURSO DESENVOLVIMENTO DE CONSULTORES EM TREINAMENTO	20	26	0	520	SERVIDORES	07/11/2011	10/11/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.192	CURSO ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS E PLANOS DE TRABALHO DE CONVÊNIOS	16	26	0	416	SERVIDORES	16/05/2011	17/05/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.367	CURSO ENEAGRAMA NA GESTÃO DE PESSOAS	32	20	0	640	SERVIDORES	03/10/2011	04/11/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.253	CURSO FORMAÇÃO INTEGRADA PARA CONCILIADORES E MEDIADORES	24	347	553	8.328	SERVIDORES E COLABORADORES	23/05/2011	19/08/2011	VÁRIAS COMARCAS/SC
1.288	CURSO GESTÃO DE FROTAS	16	17	0	272	SERVIDORES	22/08/2011	25/08/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.274	CURSO MANUSEIO DE PLANILHA ELETRÔNICA - TURMA 4	20	21	2	420	SERVIDORES E COLABORADORES	11/07/2011	15/07/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.371	CURSO MANUSEIO DE PLANILHA ELETRÔNICA - TURMA 7	16	30	0	480	SERVIDORES	28/11/2011	29/11/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.201	CURSO MANUSEIO DE PLANILHA ELETRÔNICA - TURMAS 2 E 3	20	44	0	880	SERVIDORES	23/05/2011	10/06/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.286	CURSO MANUSEIO DE PLANILHA ELETRÔNICA - TURMAS 5 E 6	16	61	1	976	SERVIDORES	03/10/2011	08/11/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.181	CURSO PARA ANALISTA ADMINISTRATIVO	18	1	0	18	SERVIDORES	28/02/2011	11/03/2011	SÃO BENTO DO SUL E JARAGUÁ DO SUL/SC
1.446	CURSO PARA ANALISTA ADMINISTRATIVO	21	1	0	21	SERVIDORES	07/11/2011	18/11/2011	GUARAMIRIM/SC
1.289	CURSO PARA CONTADOR JUDICIAL	30	4	0	120	SERVIDORES	01/06/2011	14/06/2011	MONDAÍ/SC
1.218	CURSO PARA CONTADOR JUDICIAL	24	5	0	120	SERVIDORES	28/03/2011	06/04/2011	GAROPABA/SC
1.315	CURSO PARA CONTADOR JUDICIAL	30	2	0	60	SERVIDORES	11/07/2011	22/07/2011	CAMPO BELO DO SUL/SC
1.314	CURSO PARA CONTADOR JUDICIAL	30	2	0	60	SERVIDORES	11/07/2011	18/07/2011	CAMPO BELO DO SUL/SC
1.365	CURSO PARA CONTADOR JUDICIAL	30	5	1	150	SERVIDORES	22/08/2011	02/09/2011	LAGUNA/SC
1.416	CURSO PARA CONTADOR JUDICIAL	15	2	2	30	SERVIDORES E COLABORADORES	17/10/2011	21/10/2011	LAGES/SC
1.361	CURSO PARA CONTADOR JUDICIAL	30	2	0	60	SERVIDORES	22/08/2011	03/09/2011	SÃO JOSÉ DO CEDRO/SC

1.450	CURSO PARA DISTRIBUIDOR JUDICIAL	15	2	0	30	SERVIDORES	28/11/2011	02/12/2011	LAGUNA/SC
1.200	CURSO PARA FORMAÇÃO DE MULTIPLICADORES DOS JUIZADOS ESPECIAIS E INFORMAIS DE CONCILIAÇÃO	24	32	0	768	SERVIDORES	04/05/2011	06/05/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.295	CURSO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA	30	2	1	60	SERVIDORES E COLABORADORES	13/06/2011	17/06/2011	JARAGUÁ DO SUL/SC
1.161	CURSO PRÁTICA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E SINDICÂNCIA. LEI COMPLEMENTAR 491/2010. ÊNFASE EM COMO ORDENAR CORRETAMENTE UM PROCESSO DISCIPL	24	30	0	720	SERVIDORES	13/04/2011	15/04/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.162	CURSO PRÁTICO DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL VOLTADO PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS	24	27	0	648	SERVIDORES	09/05/2011	11/05/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.187	CURSO SOBRE O INSTITUTO DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS DA LEI 11.101/05 E SUA TRAMITAÇÃO PERANTE O JUDICIÁRIO	8	40	1	320	MAGISTRADOS, SERVIDORES E COLABORADORES	03/06/2011	03/06/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.246	CURSO: ADMINISTRAÇÃO DE CARGOS E SALÁRIOS	13	26	0	338	SERVIDORES	15/08/2011	16/08/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.287	CURSO: ASPECTOS FORMAIS E MATERIAIS ACERCA DA CONFECÇÃO DE ACÓRDÃOS	20	28	0	560	SERVIDORES	17/10/2011	21/10/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.233	CURSO: ATUALIZAÇÃO DA LEI DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E ASPECTOS FISCAIS, PREVIDENCIÁRIOS E TRABALHISTAS	24	14	0	336	SERVIDORES	13/06/2011	15/06/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.228	CURSO: GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	24	35	0	840	SERVIDORES	10/08/2011	12/08/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.241	CURSO: LAUDO PSICOLÓGICO	4	5	0	20	SERVIDORES	05/08/2011	05/08/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.229	CURSO: MELHORES PRÁTICAS EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – CAPACITAÇÃO DE GESTORES FISCAIS	24	27	0	648	SERVIDORES	29/08/2011	31/08/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.247	CURSO: PALOGRÁFICO - TESTE PSICOLÓGICO	12	5	0	60	SERVIDORES	09/06/2011	10/06/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.182	CURSOS A DISTÂNCIA DE PORTUGUÊS JURÍDICO E AVANÇADO	40	989	0	39.560	MAGISTRADOS E SERVIDORES	02/05/2011	30/05/2011	VÁRIAS COMARCAS/SC
1.202	I CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PARA FINS DE PROMOÇÃO POR MERECIMENTO - 2011 (DIREITO SOBRE ATIVIDADES MÉDICAS)	20	84	2	1.680	MAGISTRADOS	11/05/2011	13/05/2011	JOINVILLE/SC
1.327	II CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PARA FINS DE PROMOÇÃO POR MERECIMENTO – 2011 - "DIREITO DE FAMÍLIA E CONTEMPORANEIDADE"	20	52	0	1.040	MAGISTRADOS	14/09/2011	16/09/2011	LAGES/SC
1.380	III CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PARA PROMOÇÃO POR MERECIMENTO "JUSTIÇA: ATUALIDADES E DESAFIOS"	20	96	10	1.920	MAGISTRADOS E COLABORADORES	16/11/2011	18/11/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
955	RESIDÊNCIA JUDICIAL - TURMA 4	720	29	0	20.880	SERVIDORES E VOLUNTÁRIOS	10/05/2010	11/11/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.255	RESIDÊNCIA JUDICIAL - TURMA 5	580	13	0	7.540	SERVIDORES E COLABORADORES	23/04/2011	30/11/2011	VÁRIAS CIDADES DO ESTADO/
1.086	SEMINÁRIOS SOBRE QUESTÕES ESTRATÉGICAS DE DIREITO	8	159	0	1.272	MAGISTRADOS	23/09/2010	27/04/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
STotal	80	3.510	7.327	951	239.059				

RELATÓRIO 2011

EVENTOS PROMOVIDOS

Curso	Nome	Nº de Horas	Participantes Efetivos		Total horas	Público	Início	Final	Local
		Efetivas	Interno	Externo	Efetivos				
1.284	3º ENCONTRO NACIONAL DAS ESCOLAS DOS SERVIDORES E GESTORES DE PESSOAS DO PODER JUDICIÁRIO	16	28	60	448	MAGISTRADOS, SERVIDORES E COLABORADORES	28/09/2011	30/09/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.339	3º SIMPÓSIO DE DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL DE SANTA CATARINA	11,3	73	259	803	MAGISTRADOS, SERVIDORES E COLABORADORES	10/11/2011	11/11/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.424	APRESENTAÇÃO DA ATUALIZAÇÃO DO MANUAL DO CONTADOR	3	160	16	480	SERVIDORES	12/12/2011	12/12/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.353	ATUALIZAÇÃO DO MANUAL DE CONTADOR	80	9	0	720	SERVIDORES	12/09/2011	30/09/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.302	CAPACITAÇÃO - PROVIMENTO N. 12 CNJ (RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE E DECLARATÓRIA DE PATERNIDADE)	3	296	4	888	MAGISTRADOS, SERVIDORES E COLABORADORES	15/07/2011	15/07/2011	VÁRIAS COMARCAS/SC
1.363	CAPACITAÇÃO DE MEDIADORES DAS VARAS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE – JUSTIÇA RESTAURATIVA	16	13	21	208	MAGISTRADOS, SERVIDORES E COLABORADORES	19/09/2011	21/09/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.322	CAPACITAÇÃO DE NOVOS OFICIAIS DE JUSTIÇA E AVALIADORES	35	93	2	3.255	SERVIDORES	26/09/2011	30/09/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.335	CAPACITAÇÃO DE NOVOS SERVIDORES - TJAS (TURMA 3)	40	24	0	960	SERVIDORES	29/08/2011	02/09/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.394	CAPACITAÇÃO DE NOVOS SERVIDORES - TURMA 8 (TJAS)	40	25	0	1.000	SERVIDORES	17/10/2011	21/10/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.395	CAPACITAÇÃO DE NOVOS SERVIDORES - TURMA 9 (TJAS)	40	21	0	840	SERVIDORES	21/11/2011	25/11/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.364	CAPACITAÇÃO DE NOVOS SERVIDORES - TURMAS 4 E 5 (OFICIAIS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE)	35	53	0	1.855	SERVIDORES	26/09/2011	02/12/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.375	CAPACITAÇÃO DE NOVOS SERVIDORES - TURMAS 6 E 7 (TJAS)	40	47	0	1.880	SERVIDORES	19/09/2011	30/09/2011	FLORIANÓPLIS/SC
1.208	CAPACITAÇÃO DO PROGRAMA 5S - 2º GRAU	8	97	37	776	SERVIDORES E COLABORADORES	16/05/2011	31/05/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.168	CAPACITAÇÃO SAJ/GGS	7	120	14	840	SERVIDORES	02/05/2011	12/05/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.232	CAPACITAÇÃO SAJ/GGS	7	40	14	280	SERVIDORES E COLABORADORES	27/04/2011	28/04/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.396	CAPACITAÇÃO SAJ/GGS - TURMAS 11, 12 E 13	7	0	0	0	SERVIDORES	17/11/2011	18/11/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.338	CICLO DE PALESTRAS COMEMORATIVO AOS 120 ANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA	7	169	0	1.183	MAGISTRADOS E SERVIDORES	07/10/2011	07/10/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.264	CURSO PARA DISTRIBUIDOR JUDICIAL	15	2	0	30	SERVIDORES	09/05/2011	13/05/2011	ARAQUARI/SC
1.312	ENCONTRO ESTADUAL DE OFICIAIS DE JUSTIÇA E AVALIADORES	16	147	0	2.352	SERVIDORES	11/08/2011	12/08/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.231	ENCONTRO TÉCNICO/EDUCATIVO DE SERVIDORES PARA O PROGRAMA DNA EM AUDIÊNCIA EM SANTA CATARINA - PRODNASC	3	372	259	1.116	MAGISTRADOS, SERVIDORES E COLABORADORES	29/04/2011	29/04/2011	VÁRIAS COMARCAS DO ESTADO/SC
1.309	FÓRUM ESTADUAL DE JUÍZES, PROMOTORES DE JUSTIÇA E TÉCNICOS DO PODER JUDICIÁRIO E MINISTÉRIO PÚBLICO	18	212	123	3.816	MAGISTRADOS, SERVIDORES E COLABORADORES	31/08/2011	02/09/2011	JOINVILLE/SC
1.317	I ENCONTRO DOS PSICÓLOGOS DO PODER JUDICIÁRIO CATARINENSE	7,5	23	0	161	SERVIDORES	24/08/2011	24/08/2011	FLORIANÓPOLIS/SC

1.300	I ENCONTRO ESTADUAL DO SISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS E PROGRAMAS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	12	143	146	1716	MAGISTRADOS, SERVIDORES E COLABORADORES	26/10/2011	27/10/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.203	I SIMPÓSIO SOBRE SOCIOEDUCAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA	7	161	70	1.127	MAGISTRADOS, SERVIDORES E COLABORAD	14/04/2011	14/04/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.294	PALESTRA NOVA LEI DE PRISÃO E MEDIDAS CAUTELARES (LEI Nº 12.403 DE 04/05/2011)	3	107	122	321	MAGISTRADOS, SERVIDORES E COLABORADORES	30/06/2011	30/06/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.354	PROGRAMA DE PREPARAÇÃO DE PRETENDENTE À ADOÇÃO	10	0	38	0	COLABORADORES	16/08/2010	27/11/2010	VÁRIAS/SC
1.356	PROGRAMA DE PREPARAÇÃO DE PRETENDENTE À ADOÇÃO	10	0	438	0	COLABORADORES	23/08/2010	16/12/2010	VÁRIAS/SC
1.359	PROGRAMA DE PREPARAÇÃO DE PRETENDENTE À ADOÇÃO	12	0	22	0	COLABORADORES	25/05/2011	15/06/2011	IBIRAMA E PRESIDENTE GETÚLIO/SC
1.413	PROGRAMA DE PREPARAÇÃO DE PRETENDENTE À ADOÇÃO	10	0	84	0	COLABORADORES	16/04/2010	29/08/2011	VÁRIAS
1.373	PROGRAMA DE PREPARAÇÃO DE PRETENDENTE À ADOÇÃO	10	0	16	0	COLABORADORES	01/04/2011	12/05/2011	CHAPECÓ/SC
1.428	PROGRAMA DE PREPARAÇÃO DE PRETENDENTE À ADOÇÃO	12	0	6	0	COLABORADORES	20/09/2011	22/09/2011	CATANDUVAS/SC
1.432	PROGRAMA DE PREPARAÇÃO DE PRETENDENTE À ADOÇÃO	10	0	47	0	COLABORADORES	05/08/2011	26/08/2011	BLUMENAU/SC
1.434	PROGRAMA DE PREPARAÇÃO DE PRETENDENTE À ADOÇÃO	10	0	18	0	COLABORADORES	09/07/2011	16/07/2011	SÃO BENTO DO SUL/SC
1.360	PROGRAMA DE PREPARAÇÃO DE PRETENDENTE À ADOÇÃO	10	0	28	0	COLABORADORES	25/03/2011	08/04/2011	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ/SC
1.429	PROGRAMA DE PREPARAÇÃO DE PRETENDENTE À ADOÇÃO	10	0	36	0	COLABORADORES	01/10/2011	01/10/2011	JARAGUÁ DO SUL/SC
1.391	PROGRAMA DE PREPARAÇÃO DE PRETENDENTE À ADOÇÃO	10	0	8	0	COLABORADORES	03/06/2011	10/06/2011	CAPIVARI DE BAIXO/SC
1.357	PROGRAMA DE PREPARAÇÃO DE PRETENDENTE À ADOÇÃO	10	0	20	0	COLABORADORES	04/10/2010	22/11/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
1.417	PROGRAMA DE PREPARAÇÃO DE PRETENDENTE À ADOÇÃO	10	0	93	0	COLABORADORES	04/11/2010	31/05/2011	VÁRIAS/SC
1.372	PROGRAMA DE PREPARAÇÃO DE PRETENDENTE À ADOÇÃO	10	0	28	0	COLABORADORES	22/02/2011	22/03/2011	TAIÓ/SC
1.433	PROGRAMA DE PREPARAÇÃO DE PRETENDENTE À ADOÇÃO	30	0	49	0	COLABORADORES	18/11/2009	17/06/2011	BALNEÁRIO PIÇARRAS/SC
1.431	PROGRAMA DE PREPARAÇÃO DE PRETENDENTE À ADOÇÃO	10	0	4	0	SERVIDORES	30/09/2011	07/10/2011	LAURO MÜLLER/SC
1.427	PROGRAMA DE PREPARAÇÃO DE PRETENDENTE À ADOÇÃO	10	0	36	0	COLABORADORES	24/09/2011	24/09/2011	GUARAMIRIM/SC
1.358	PROGRAMA DE PREPARAÇÃO DE PRETENDENTE À ADOÇÃO	10	0	172	0	COLABORADORES	24/06/2010	11/02/2011	VÁRIAS/SC
1.355	PROGRAMA DE PREPARAÇÃO DE PRETENDENTE À ADOÇÃO	10	0	23	0	COLABORADORES	01/07/2010	07/10/2010	CONCÓRDIA/SC
1.439	PROGRAMA DE PREPARAÇÃO PARA PRETENDENTES À ADOÇÃO	10	0	26	0	COLABORADORES	27/06/2011	30/06/2011	LAGES/SC
1.307	SEMINÁRIO DE INTRODUÇÃO À JUSTIÇA RESTAURATIVA NA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	20	13	26	260	MAGISTRADOS, SERVIDORES E COLABORADORES	03/08/2011	05/08/2011	FLORIANÓPOLIS/SC

1.290	SENSIBILIZAÇÃO - PROVIMENTO N. 12 CNJ (RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE E DECLARATÓRIAS DE PATERNIDADE)	5	441	64	2.205	MAGISTRADOS, SERVIDORES E COLABORADORES	29/06/2011	30/06/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.451	TREINAMENTO DO SISTEMA SAJ/SG5 - TRÂMITE DIGITAL	11	0	0	0	SERVIDORES	14/12/2011	16/12/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.310	VIII ENCONTRO ESTADUAL DE GRUPOS DE ESTUDOS E APOIO À ADOÇÃO DE SANTA CATARINA	18	167	0	3.006	MAGISTRADOS, SERVIDORES E COLABORADORES	30/08/2011	31/08/2011	JOINVILLE/SC
1.362	XI ENCONTRO ESTADUAL DE TÉCNICOS DE SUPORTE EM INFORMÁTICA	27	167	0	4.509	SERVIDORES	17/10/2011	20/10/2011	ITAPEMA/SC
STotal	50	781	3.223	2.429	37.035				

RELATÓRIO 2011

CURSOS E EVENTOS CUSTEADOS

Curso	Nome	Nº de Horas	Participantes Efetivos		Total horas	Público	Início	Final	Local
		Efetivas	Interno	Externo	Efetivos				
1.194	1º ENCONTRO NACIONAL DE JUÍZES DA FAZENDA PÚBLICA E FEDERAIS COM COMPETÊNCIA AMBIENTAL	10	2	0	20	MAGISTRADOS	23/03/2011	24/03/2011	BRASÍLIA/DF
1.212	21º CONGRESSO CATARINENSE DE RECURSOS HUMANOS - CONCARH	20	11	0	220	SERVIDORES	12/05/2011	13/05/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.336	2ª SEMANA INTERNACIONAL DE ARQUITETURA & CONSTRUÇÃO - FÓRUM DE DISCUSSÃO DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, COMPROMISSO COM DESEMPENHO, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, E SUSTENTABILIDADE 2011	18	2	0	36	SERVIDORES	08/09/2011	10/09/2011	BELO HORIZONTE/MG
1.234	2º CONGRESSO SUL-BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO E MARKETING NO SERVIÇO PÚBLICO - CONGRECOM	20	1	0	20	SERVIDORES	10/05/2011	12/05/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.423	2º FÓRUM NACIONAL SUSTENTABILIDADE NA PRÁTICA	20	2	0	40	SERVIDORES	01/12/2011	02/12/2011	BRASÍLIA/DF
1.388	3º FÓRUM DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DO PODER JUDICIÁRIO	20	3	0	60	SERVIDORES	24/10/2011	26/10/2011	BRASÍLIA/DF
1.366	3º FÓRUM NACIONAL GESTÃO POR PROCESSOS NO SETOR PÚBLICO	17	6	0	102	SERVIDORES	29/09/2011	30/09/2011	BRASÍLIA/DF
1.397	5º ENCONTRO BRASILEIRO DE ARQUITETURA DE INFORMAÇÃO	16	1	0	16	SERVIDORES	21/10/2011	22/10/2011	SÃO PAULO/SP
1.447	ATUALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE ICMS/IPI E ISS - SC	16	0	0	0	SERVIDORES	28/02/2012	29/02/2012	FLORIANÓPOLIS/SC
1.280	CGD 2011 - CONGRESSO DE GESTÃO DOCUMENTAL E ENTERPRISE INFORMATION MANAGEMENT	16	1	0	16	SERVIDORES	28/06/2011	29/06/2011	BRASÍLIA/DF
1.435	COLÓQUIO SOBRE ÉTICA PROFISSIONAL E A REDAÇÃO FORENSE COMO FERRAMENTA PARA EFETIVIDADE DO PROCESSO	7	0	0	0	MAGISTRADOS	24/11/2011	24/11/2011	BRASÍLIA/DF
1.340	CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA DO JUDICIÁRIO - CONECJUS 2011	22	3	0	66	SERVIDORES	14/09/2011	16/09/2011	GOIÂNIA/GO

1.407	CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE PSICOLOGIA JURÍDICA E FORENSE (CONGRESO JUSTICIA, SUBJETIVIDAD Y LEY - EL DESAFÍO DE LA JUSTICIA EN AMÉRICA LATINA)	27	2	0	54	SERVIDORES	10/11/2011	12/11/2011	BUENOS AIRES
1.337	CURSO "GESTÃO POR PROCESSOS NO SERVIÇO PÚBLICO"	24	2	0	48	SERVIDORES	18/10/2011	21/10/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.441	CURSO A DISTÂNCIA DE GESTÃO DE VARAS CRIMINAIS	40	5	0	200	MAGISTRADOS	28/02/2011	08/04/2011	VÁRIAS COMARCAS/SC
1.156	CURSO A REFORMA DA AÇÃO EXECUTIVA NO BRASIL E EM PORTUGAL (CURSO A REFORMA DA ACÇÃO EXECUTIVA NO BRASIL E EM PORTUGAL)	20	1	0	20	MAGISTRADOS	21/02/2011	25/02/2011	LISBOA
1.224	CURSO ATENDIMENTO AO CIDADÃO	20	215	0	4.300	MAGISTRADOS E SERVIDORES	14/06/2011	04/07/2011	VÁRIAS COMARCAS DO ESTADO/SC
1.220	CURSO CRIMES CIBERNÉTICOS - DA PREVENÇÃO À INVESTIGAÇÃO	16	3	0	48	MAGISTRADOS	11/04/2011	12/04/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.140	CURSO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	20	1	0	20	MAGISTRADOS	17/01/2011	13/02/2011	AMBIENTE VIRTUAL/DF
1.392	CURSO DE APERFEIÇOAMENTO "REFORMAS DO DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL PENAL NO SÉCULO XXI"	20	1	0	20	MAGISTRADOS	06/10/2011	08/10/2011	CARUARU/PE
1.260	CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PARA MAGISTRADOS E SERVIDORES DE VARAS DE EXECUÇÃO PENAL	25	7	0	175	MAGISTRADOS	18/05/2011	20/05/2011	PORTO ALEGRE/RS
1.376	CURSO DE APERFEIÇOAMENTO/MERECIMENTO - CONSUMIDOR VI - TUTELAS ADMINISTRATIVA E PENAL DO CDC	16	10	0	160	MAGISTRADOS	14/02/2011	28/02/2011	TRIBUNAL JUSTIÇA/SC
1.377	CURSO DE APERFEIÇOAMENTO/MERECIMENTO - CONSUMIDOR VII - TEORIA GERAL DO DIREITO DO CONSUMIDOR	20	10	0	200	MAGISTRADOS	21/03/2011	18/04/2011	TRIBUNAL DE JUSTIÇA/SC
1.210	CURSO DE ATUALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO EM DIREITO COMPARADO (INTERNATIONAL JUDICIAL RESEARCH AND TRAINING PROGRAM)	31	1	0	31	MAGISTRADOS	20/06/2011	24/06/2011	NOVA IORQUE
1.275	CURSO DE ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL VÍCIOS CONSTRUTIVOS EM EDIFICAÇÕES - DIAGNÓSTICO & MANUTENÇÃO	36	3	0	108	SERVIDORES	18/07/2011	22/07/2011	RIO DE JANEIRO/RJ
1.276	CURSO DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA - SAJ 5	39	0	0	0	SERVIDORES	05/04/2011	18/04/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.189	CURSO DE CAPACITAÇÃO E CERTIFICAÇÃO EM OUVIDORIA	20	1	0	20	SERVIDORES	12/04/2011	14/04/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.436	CURSO DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROGOEIROS E SRP	16	0	0	0	SERVIDORES	15/12/2011	16/12/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.215	CURSO DE DISPENSA E INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO, CONTRATAÇÃO DIRETA DE ACORDO COM A LEI	16	5	0	80	SERVIDORES	28/04/2011	29/04/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.031	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ORGANIZACIONAL E TECNOLOGIA EM RECURSOS HUMANOS	292	42	0	12.264	JUÍZES E SERVIDORES	18/06/2010	25/11/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.332	CURSO DE LIBRAS - BÁSICO	80	0	0	0	SERVIDORES	17/10/2011	17/12/2011	AMBIENTE VIRTUAL/SC

1.404	CURSO DE TERAPIA COGNITIVA PROCESSUAL	24	1	0	24	SERVIDORES	25/11/2011	27/11/2011	SÃO JOSÉ/SC
1.214	CURSO DE TÉCNICO DE SAÚDE BUCAL	1.680	3	0	5.040	SERVIDORES	15/03/2011	15/06/2012	FLORIANÓPOLIS/
1.444	CURSO DO SAJ-PG5 - DTI	9	281	66	2.529	SERVIDORES	01/01/2011	31/12/2011	VÁRIAS/SC
1.348	CURSO ESTABILIDADE DE TALUDES E ENCOSTAS NATURAIS - ANÁLISE, PROJETO, EXECUÇÃO E DESEMPENHO	945	7	0	63	SERVIDORES	27/09/2011	29/09/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.251	CURSO FRONTEIRAS EM GESTÃO PÚBLICA: CRIAÇÃO DE VALOR, TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS	35	5	0	175	SERVIDORES	12/09/2011	16/09/2011	NOVA LIMA/MG
1.242	CURSO GESTÃO EM PROTOCOLO E CERIMONIAL	24	1	0	24	SERVIDORES	06/06/2011	08/06/2011	SÃO PAULO/SP
1.197	CURSO GFIP/SEFIP 8.4: CERTIFICAÇÃO DIGITAL, FAP, RAT, NTEP	8	3	0	24	SERVIDORES	18/04/2011	18/04/2011	JOINVILLE/SC
1.239	CURSO GFIP/SEFIP ESPECÍFICO PARA ÓRGÃOS PÚBLICOS	24	2	0	48	SERVIDORES	09/05/2011	12/05/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.382	CURSO GFIP/SEFIP ESPECÍFICO PARA ÓRGÃOS PÚBLICOS	24	1	0	24	SERVIDORES	07/11/2011	10/11/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.350	CURSO GFIP/SEFIP ESPECÍFICO PARA ÓRGÃOS PÚBLICOS E CERTIFICAÇÃO DIGITAL PARA ENVIO DA GFIP EM 2012	24	1	0	24	SERVIDORES	07/11/2011	10/11/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.237	CURSO HUMANISMO EM NOVE LIÇÕES	36	8	0	288	MAGISTRADOS	04/07/2011	08/07/2011	BOTAFOGO/RJ
1.195	CURSO MANUSEIO DE PLANILHA ELETRÔNICA - TURMA 1	20	21	0	420	SERVIDORES	28/03/2011	01/04/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.445	CURSO O MAGISTRADO E A CONSTRUÇÃO DE MODELOS PARA O APRIMORAMENTO DA CIDADANIA E CONSCIENTIZAÇÃO DA POPULAÇÃO	16	1	0	16	MAGISTRADOS	01/12/2011	02/12/2011	BRASÍLIA/DF
1.399	CURSO PLANEJANDO A COMUNICAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE: DESAFIOS E TENDÊNCIAS	16	1	0	16	SERVIDORES	25/10/2011	26/10/2011	SÃO PAULO/SP
1.183	CURSO PRÁTICO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO GENÉRICO	16	2	0	32	MAGISTRADOS E SERVIDORES	17/05/2011	18/05/2011	BRASÍLIA/DF
1.393	CURSO REFORMA ORTOGRÁFICA, REDAÇÃO JURÍDICA E TEXTUALIDADE - TURMA 02	20	1	0	20	MAGISTRADOS	14/10/2011	15/10/2011	RECIFE/PE
1.223	CURSO RUMO À APRENDIZAGEM VIRTUAL	10	359	0	3.590	MAGISTRADOS E SERVIDORES	24/05/2011	13/06/2011	VÁRIAS COMARCAS DO ESTADO/SC
1.324	CURSO SOBRE DIREITOS HUMANOS - SISTEMA CORRECIONAL E PENITENCIÁRIO (HUMAN RIGHTS CAPACITY BUILDING FOR BRAZILIAN JUDICIARY PERSONNEL)	40	1	0	40	MAGISTRADO	12/09/2011	16/09/2011	TURIM
1.225	CURSO ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO	10	299	0	2.990	MAGISTRADOS E SERVIDORES	05/07/2011	25/07/2011	VÁRIAS COMARCAS DO ESTADO/SC
1.344	CURSO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TD&E - TREINAMENTO, DESENVOLVIMENTO & EDUCAÇÃO POR LICITAÇÃO, DISPENSA DE INEXIGIBILIDADE	16	5	0	80	SERVIDORES	28/11/2011	29/11/2011	RIO DE JANEIRO/RJ
1.272	CURSO: ELABORAÇÃO DE ATOS OFICIAIS E REDAÇÃO TÉCNICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	25	2	0	50	SERVIDORES	20/06/2011	22/06/2011	RECIFE/PE
1.328	CURSO: GERENCIAMENTO DE PROJETOS PARA O SETOR PÚBLICO	16	3	0	48	SERVIDORES	24/11/2011	25/11/2011	FLORIANÓPOLIS/SC

1.349	CURSO: GESTÃO DE CONTRATOS E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	32	3	0	96	SERVIDORES	03/10/2011	06/10/2011	CURITIBA/PR
1.261	CURSO: GESTÃO E CONTROLE DO ORÇAMENTO PÚBLICO	24	1	0	24	SERVIDORES	08/06/2011	10/06/2011	BRASÍLIA/DF
1.248	CURSO: HTP - TESTE PSICOLÓGICO	8	5	0	40	SERVIDORES	04/08/2011	04/08/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.254	CURSO: MONTAGEM E MANUTENÇÃO DE MICROCOMPUTADORES E REDES LOCAIS	184	30	0	5.520	SERVIDORES	20/06/2011	21/10/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.257	CURSO: PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS EMPRESARIAIS E GOVERNAMENTAIS	16	1	0	16	SERVIDORES	09/06/2011	10/06/2011	SÃO PAULO/SP
1.448	DIRF 2012 (REGRAS PARA RETENÇÃO E PREENCHIMENTO)MERCURE	8	0	0	0	SERVIDORES	31/01/2012	31/01/2012	FLORIANÓPOLIS/SC
1.346	ECM SHOW - 2011	18	4	0	72	SERVIDORES	13/09/2011	14/09/2011	SÃO PAULO/SP
1.277	ENCONTRO ESTADUAL DE OFICIAIS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	16	84	5	1.344	SERVIDORES	11/07/2011	12/07/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.209	ENCONTRO NACIONAL SOBRE CAPACITAÇÃO JUDICIAL	8	6	0	48	MAGISTRADOS E SERVIDORES	15/04/2011	15/04/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.213	ESTÁGIO DE DOUTORADO NO EXTERIOR	484	1	0	484	MAGISTRADOS	11/04/2011	26/09/2011	PARIS
1.325	FÓRUM NACIONAL DE JUSTIÇA JUVENIL - FONAJUV	16	1	0	16	MAGISTRADO	25/08/2011	26/08/2011	BRASÍLIA/DF
1.306	GED/EIM 2011 SC - SEMINÁRIO SOBRE GESTÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS & ENTERPRISE INFORMATION MANAGEMENT	16	5	0	80	SERVIDORES	01/09/2011	02/09/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.268	GESTÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO COM ÊNFASE NA DEPRECIAÇÃO E NA REAVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	18	2	0	36	SERVIDORES	12/07/2011	14/07/2011	FORTALEZA/CE
1.138	I CONGRESSO BRASILEIRO E II SIMPÓSIO SULBRASILEIRO DE PSICOLOGIA JURÍDICA	20	3	0	60	SERVIDORES	07/04/2011	09/04/2011	PORTO ALEGRE/RS
1.196	I CONGRESSO BRASILEIRO E II SIMPÓSIO SULBRASILEIRO DE PSICOLOGIA JURÍDICA	28	2	0	56	SERVIDORES	07/04/2011	09/04/2011	PORTO ALEGRE/RS
1.279	I CONGRESSO NACIONAL DE GESTÃO DE PESSOAS DO PODER JUDICIÁRIO	16	4	0	64	SERVIDORES E MAGISTRADOS	21/06/2011	22/06/2011	CAMPO GRANDE/MS
1.440	I ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO BRASIL - ESPANHA	13	1	0	13	MAGISTRADOS	05/12/2011	06/12/2011	RIO DE JANEIRO/RJ
1.154	II CONGRESSO IBEROAMERICANO DE PSICOLOGIA DAS ORGANIZAÇÕES E DO TRABALHO	24	2	0	48	SERVIDORES	14/04/2011	16/04/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.236	II CONGRESSO PROFISSIONAL IBERO-AMERICANO DE COMUNICAÇÃO, CERIMONIAL E EVENTOS	27	2	0	54	SERVIDORES	09/05/2011	12/05/2011	BRASÍLIA/DF
1.267	II FÓRUM BRASILEIRO DE ALTOS ESTUDOS DE DIREITO PÚBLICO - SANEAMENTO AMBIENTAL	16	5	0	80	MAGISTRADOS	16/06/2011	17/06/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.415	III CONGRESSO BRASILEIRO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DO PODER JUDICIÁRIO	22	4	0	88	SERVIDORES	09/11/2011	11/11/2011	SÃO PAULO/SP
1.400	III FÓRUM NACIONAL DE JUÍZES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER - FONAVID	24	3	0	72	MAGISTRADOS	23/11/2011	25/11/2011	CUIABÁ/MT
1.343	III SIMPÓSIO DE DIREITO	25	0	0	0	SERVIDORES	16/09/2011	17/09/2011	BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC

1.297	III SIMPÓSIO NACIONAL ONE CURSOS: QUESTÕES POLÊMICAS SOBRE A LEGISLAÇÃO DE PESSOAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (REVISADA E ATUALIZADA)	28	2	0	56	SERVIDORES	20/09/2011	23/09/2011	RIO DE JANEIRO/RJ
1.222	INTERCÂMBIO INTERNACIONAL PARA APERFEIÇOAMENTO JUDICIAL BRASIL - ARGENTINA (INTERCAMBIO INTERNACIONAL PARA PERFECCIONAMENTO JUDICIAL BRASIL - ARGENTIN	40	1	0	40	MAGISTRADOS	01/05/2011	07/05/2011	MENDOZA
1.401	IV CONGRESSO BRASILEIRO DE JORNALISMO AMBIENTAL	30	1	0	30	SERVIDORES	17/11/2011	19/11/2011	RIO DE JANEIRO/RJ
1.381	IV CONGRESSO CATARINENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO	20	11	0	220	SERVIDORES	21/09/2011	22/09/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.263	MERCCOBUSINESS - ENCONTRO DE MARKETING, ADMINISTRAÇÃO E BOAS IDÉIAS	4	15	0	60	SERVIDORES	16/06/2011	16/06/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.271	MODERNIZAÇÃO (RETROFIT) DE SISTEMAS DE AR CONDICIONADO	36	2	0	72	SERVIDORES	19/09/2011	23/09/2011	COPACABANA/RJ
1.258	PALESTRA: O DIA CATARINENSE DE COMBATE AO AQUECIMENTO GLOBAL E OUTROS TEMAS AMBIENTAIS RELEVANTES	4	7	0	28	SERVIDORES	12/05/2011	12/05/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.411	PROGRAMA DE PREPARAÇÃO DE PRETENDENTE À ADOÇÃO	10	0	221	0	COLABORADORES	25/05/2011	10/06/2011	VÁRIAS/SC
1.438	PROGRAMA DE PREPARAÇÃO DE PRETENDENTE À ADOÇÃO	12	0	24	0	COLABORADORES	07/10/2011	08/10/2011	SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC
1.414	PROGRAMA DE PREPARAÇÃO DE PRETENDENTE À ADOÇÃO	24	0	218	0	COLABORADORES	17/04/2010	17/03/2011	VÁRIAS/SC
1.298	PRÁTICA DE CERIMONIAL, PROTOCOLO E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	18	3	0	54	SERVIDORES	24/10/2011	26/10/2011	RIO DE JANEIRO/RJ
1.282	PRÁTICA DE ELABORAÇÃO DE PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS NAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS CONTÍNUOS USUAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	24	1	0	24	SERVIDORES	20/07/2011	22/07/2011	CURITIBA/PR
1.273	PRÊMIO 5 DE JUNHO - SUSTENTABILIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	8	2	0	16	SERVIDORES	07/07/2011	07/07/2011	CURITIBA/PR
1.443	RESIDÊNCIA JUDICIAL - TURMA 6	80	0	7	0	SERVIDORES E COLABORADORES	24/11/2011	20/06/2013	CAPITAL/SC
1.351	RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS PELOS ÓRGÃOS PÚBLICOS	8	2	0	16	SERVIDORES	29/09/2011	29/09/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.333	SEMINÁRIO DESAFIOS DO DIREITO COMERCIAL	8	2	0	16	MAGISTRADOS	29/08/2011	29/08/2011	BRASÍLIA/DF
1.299	SEMINÁRIO ESPECIAL COMO IMPLANTAR A GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE NAS ORGANIZAÇÕES	16	2	0	32	SERVIDORES	29/06/2011	30/06/2011	RIO DE JANEIRO/RJ
1.383	SEMINÁRIO FORMAÇÃO DE FORMADORES	40	1	0	40	MAGISTRADOS	10/10/2011	21/10/2011	PARIS E BORDEAUX
1.352	SEMINÁRIO SEGURO DE PESSOAS E DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR: UMA VISÃO JURÍDICA	12	2	0	24	MAGISTRADOS	06/10/2011	09/10/2011	GUARUJÁ/SP
1.155	TRANSMISSAO WEBCONFERENCIA DTI 15042011	2	8	0	16	SERVIDORES	15/04/2011	15/04/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.188	V CONGRESSO BRASILEIRO DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA	40	3	0	120	SERVIDORES	31/05/2011	04/06/2011	BENTO GONÇALVES/RS

1.250	V CONGRESSO BRASILEIRO DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA	40	1	0	40	SERVIDORES	31/05/2011	04/06/2011	BENTO GONÇALVES/RS
1.244	V CONGRESSO BRASILEIRO DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA	40	2	0	80	SERVIDORES	31/05/2011	04/06/2011	BENTO GONÇALVES/RS
1.226	V CONGRESSO BRASILEIRO DE AVALIAÇÃO PSILOLÓGICA	40	1	0	40	SERVIDORES	31/05/2011	04/06/2011	BENTO GONÇALVES/RS
1.256	V ENCONTRO ESTADUAL DE CONSELHOS DA COMUNIDADE DE SANTA CATARINA	16	3	0	48	SERVIDORES	26/05/2011	27/05/2011	BLUMENAU/SC
1.238	V ENCONTRO ESTADUAL DOS CONSELHOS DA COMUNIDADE DE SANTA CATARINA	16	1	0	16	SERVIDORES	26/05/2011	27/05/2011	BLUMENAU/SC
1.321	V JORNADA DE DIREITO CIVIL	24	2	0	48	SERVIDORES	08/11/2011	10/11/2011	BRASÍLIA/DF
1.419	VI CONGRESSO BRASILEIRO DOS MAGISTRADOS ESPÍRITAS	15	1	0	15	MAGISTRADOS	11/11/2011	13/11/2011	FOZ DO IGUAÇU/PR
1.211	VI CONGRESSO DE DIREITO DA UFSC	42	39	0	1.638	SERVIDORES	28/04/2011	30/04/2011	FLORIANÓPLIS/SC
1.406	VII CONEPA - CONGRESSO NACIONAL DE ALTERNATIVAS PENAIS	20	2	0	40	MAGISTRADOS E SERVIDORES	31/12/1969	21/10/2011	CAMPO GRANDE/MS
1.320	VII CONGRESSO BRASILEIRO DE DINÂMICA DOS GRUPOS	20	3	0	60	SERVIDORES	21/09/2011	23/09/2011	PORTO ALEGRE/RS
1.285	VII CONGRESSO BRASILEIRO DOS ASSESSORES DE COMUNICAÇÃO E JUSTIÇA - CONBRASCOM 2011	20	1	0	20	SERVIDORES	20/06/2011	22/06/2011	RIO DE JANEIRO/RJ
1.240	VII CONGRESSO MINEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO	30	2	0	60	SERVIDORES	23/05/2011	25/05/2011	BELO HORIZONTE/MG
1.207	VII FÓRUM BRASILEIRO SOBRE AS AGÊNCIAS REGULADORAS	25	1	0	25	MAGISTRADOS	28/04/2011	29/04/2011	RIO DE JANEIRO/RJ
1.379	VII RECICLE CEMPRE	20	3	0	60	SERVIDORES	08/11/2011	10/11/2011	SÃO PAULO/SP
1.402	VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA	30	2	0	60	SERVIDORES	13/11/2011	16/11/2011	BELO HORIZONTE/MG
1.390	VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA	23	7	0	161	MAGISTRADOS	13/11/2011	16/11/2011	BELO HORIZONTE/MG
1.420	WORKSHOP CERIMONIAL E PROTOCOLO	12	1	0	12	SERVIDORES	22/11/2011	24/11/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.308	WORKSHOP COMO FAZER O ALINHAMENTO ENTRE ESTRATÉGIA - PROCESSOS - PESSOAS	16	2	0	32	SERVIDORES	15/08/2011	16/08/2011	BRASÍLIA/DF
1.270	WORKSHOP ESPECIAL - GESTÃO POR PROCESSOS	16	4	0	64	SERVIDORES	16/06/2011	17/06/2011	RIO DE JANEIRO/RJ
1.296	WORKSHOP GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DA DOCUMENTAÇÃO	16	2	0	32	SERVIDORES	04/08/2011	05/08/2011	SÃO PAULO/SP
1.259	WORKSHOP NOVO MODELO DE GESTÃO PARA A SEGURANÇA NAS ORGANIZAÇÕES	16	2	0	32	SERVIDORES	04/07/2011	05/07/2011	BRASÍLIA/DF
1.316	WORKSHOP RH - MÉTRICAS E INDICADORES	16	3	0	48	SERVIDORES	23/08/2011	24/08/2011	BRASÍLIA/DF
1.410	WORKSHOP: DESENVOLVIMENTO DE COORDENADORES E SUPERVIDORES	20	2	0	40	SERVIDORES	21/11/2011	23/11/2011	RECIFE/PE
1.245	XI CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO DO ESTADO	36	4	0	144	MAGISTRADOS	18/05/2011	20/05/2011	SALVADOR/BA
1.206	XI ENCONTRO NACIONAL DE USUÁRIOS DA REDE PERGAMUM	32	5	0	160	SERVIDORES	03/05/2011	06/05/2011	CURITIBA/PR
1.252	XXIV CBBD - CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	24	2	0	48	SERVIDORES	07/08/2011	10/08/2011	MACEIÓ/AL
1.425	XXIX CONGRESSO DA SOCIEDADE EUROPÉIA DE CIRURGIA REFRATIVA E CATARATA (XXIX CONGRESS OF THE ESCRS)	30	1	0	30	SERVIDORES	17/09/2011	21/09/2011	VIENA

1.278	XXV REUNIÃO DO COLÉGIO PERMANENTE DE DIRETORES DE ESCOLAS ESTADUAIS DA MAGITRATURA - COPEDEM	12	0	49	0	SERVIDORES	28/07/2011	30/07/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.345	XXXVIII ENCONTRO DOS OFICIAIS DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO BRASIL	30	4	0	120	SERVIDORES	19/09/2011	23/09/2011	FORTALEZA/CE
STotal	126	5.306	1.686	590	46.257				

TOTAL GERAL 2011

Cursos/Eventos		Participantes			Total de horas (2)	Th / nº servidores = média horas p/ colaborador(3)
		Nº de Horas(1)	Interno	Externo	Inscritos	
Total	256	9.597	12.236	3.970	322.351	322.351 / 8.918 = 36,14

TOTAL DETALHADO 2011

1) número de horas somadas de cada curso/evento
2) total de horas somado do cálculo do número de colaborador interno vezes o número de horas
3) total de horas dos colaboradores internos divididos pelo total de servidores internos em 2011

Detalhamento dos participantes Internos

Nº de servidores e magistrados capacitados = 12.236
Nº de comparecimento de magistrados = 905
Nº de magistrados capacitados sem repetir nome = 322
Nº de comparecimento de servidores = 11.331
Nº de servidores capacitados sem repetir nome = 4.661

* Essas informações representam dados coletados em 12/12/2011 e poderão sofrer alterações até que se concluam todos os cursos de 2011.

DIRETORIA-GERAL JUDICIÁRIA

ATENDIMENTO ÀS UNIVERSIDADES CATARINENSES
QUADRO ESTATÍSTICO 2011

INSTITUIÇÃO	ALUNOS ATENDIDOS
UNESC – Criciúma	251
UNIVILLE – Joinville	50
UNIVILLE – São Bento do Sul	25
Faculdade Guilherme Guímbala – Joinville	15
FURB – Blumenau	240
UNIDAVI – Taió	35
UNIDAVI – Rio do Sul	92
UNIPLAC – Lages	51
UNIASSELVI – Faculdade Metropolitana de Blumenau	100
UNIASSELVI – Indaial	70
UNIASSELVI – Guaramirim	50
CENECISTA – Joinville	99
CESUSC – Florianópolis	142
UNISUL – Araranguá	50
SINERGIA – Navegantes	25
ESTÁCIO DE SÁ – São José	80
UNIVALI – Tijucas	88
UNIFEB – Brusque	98
UNIVERSIDADE DO CONTESTADO – Concórdia	40
SOCIESC – Joinville	35
IBES SOCIESC – Blumenau	35
UNIARP – Caçador	30
UNIBAVE – Orleans	110
ACE – Joinville	33
UNC – Curitibanos	30
UNOESC – Joaçaba	40
UNOESC – Pinhalzinho	40
UNOESC – Campos Novos	40
SOCIESC – Joinville	15
CELER – Xaxim	31
Faculdades de Itapiranga	50
UNERJ – Jaraguá do Sul	30
FAE – Blumenau	30
TOTAL DE UNIVERSIDADES ATENDIDAS	33
TOTAL DE ALUNOS ATENDIDOS	2.150

SECRETARIA DO CONSELHO DA MAGISTRATURA

QUADRO ESTATÍSTICO DE 2011

DESEMBARGADOR	PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO	JULGADOS	ACÓRDÃOS ASSINADOS
Trindade dos Santos	-	-	-
Gaspar Rubik	3	1	1
Solon d'Eça Neves	7	7	4
Mazoni Ferreira	5	6	4
Monteiro Rocha	6	2	2
Luiz Carlos Freyesleben	0	1	1

Cesar Abreu	3	39	39
Newton Janke	4	4	4
Marli Mosimann Vargas	2	2	2
Victor Sebem Ferreira	2	6	6
Claudio Valdyr Helfenstein	1	2	2
Soraya Nunes Lins	1	2	2
Roberto Lucas Pacheco	2	3	3
TOTAL	**36**	**75**	**70**

Fonte: Sistema SJ do Conselho da Magistratura
Obs.: foram distribuídos 77 processos. Foram apresentados 20 processos em mesa, sendo 14 da Corregedoria-Geral da Justiça e 6 Processos Administrativos.

SECRETARIA ADMINISTRATIVA DAS TURMAS DE RECURSOS

QUADRO ESTATÍSTICO DE 2011

A Secretaria Administrativa das Turmas de Recursos, instituída pela Resolução 10/2011 – GP, iniciou suas atividades em maio de 2011.
Dentre as atividades mais relevantes desempenhadas por esta Secretaria no ano de 2011 encontram-se:

- Visitas técnicas nas 1ª, 2ª, 5ª, 6ª e 7ª Turmas Recursais, buscando a coleta de informações necessárias a subsidiar as atividades desta Secretaria, em prol da melhoria da prestação jurisdicional;
- Acompanhamento da alimentação da base de jurisprudência do Judiciário Catarinense pelas Turmas de Recursos;
- Elaboração de tabelas e gráficos com dados estatísticos dos processos distribuídos e julgados;
- Coleta de dados do quadro funcional de cada Turma Recursal;
- Elaboração de minutas para a Criação da 8ª Turma de Recursos; Turma de Uniformização; Inclusão do quarto membro para as Turmas; Adequação do Regimento Interno das Turmas de Recursos às normas posteriores à sua vigência;
- Secretariar o X Encontro das Turmas de Recursos;
- Acompanhamento dos Fluxos de Trabalho do SAJ5 para as Turmas Recursais.

CARTÓRIO REMOTO DE EXECUÇÃO FISCAL

QUADRO ESTATÍSTICO DE 2011

O Cartório Remoto das Execuções Fiscais foi implantado pela Resolução Conjunta nº 004/2009, para atender as unidades judiciárias do Estado de Santa Catarina com competência para as Execuções Fiscais Estaduais e Municipais que correspondem a 1/3 (um terço) do movimento forense.

PROCESSOS EM ANDAMENTO (*)			
	COMARCAS	MUNICIPAL	ESTADUAL
1	ARARANGUÁ	1.478	137
2	BALN. CAMBORIU	2.206	686
3	BALN. PIÇARRAS	928	132
4	BIGUAÇU	6.648	73
5	BLUMENAU	18.910	2.193
6	BRAÇO DO NORTE	0	32
7	CAMBORIÚ	13.681	776
8	CRICIÚMA	80	738
9	GASPAR	0	198
10	GUARAMIRIM	938	50
11	IMBITUBA	4.283	23
12	INDAIAL	0	429

13	ITAJAÍ	10.279	614
14	ITAPEMA	2.857	228
15	ITAPOÁ	2.575	29
16	JARAGUÁ DO SUL	2.536	160
17	JOINVILLE	849	1.080
18	NAVEGANTES	1.058	132
19	PALHOÇA	0	255
20	PORTO BELO	3.219	67
21	RIO NEGRINHO	745	103
22	SÃO FRANCISCO DO SUL	211	29
23	TIJUCAS	11	119
24	TIMBÓ	1.239	152
25	URUSSANGA	55	79
TOTAL		74.786	8.514
TOTAL GERAL			83.300

Fonte: SAJ Estatística
(*) Até 25 de novembro de 2011.

CARTÓRIO REMOTO DE EXECUÇÃO FISCAL

MÊS/ANO	OFÍCIO	DESPACHO CITAÇÃO	CERTIDÃO	JUNTADA PETIÇÃO	ATO ORDINATÓRIO
01/2011	4.216	3.072	375	479	478
02/2011	2.237	269	1.033	776	891
03/2011	2.660	539	1.302	1.330	2.671
04/2011	2.839	1.184	1.067	1.087	994
05/2011	5.784	3.529	1.995	1.522	2.577
06/2011	14.895	12.446	2.333	2.149	866
07/2011	9.166	6.391	1.819	3.667	629
08/2011	6.931	3.840	6.147	4.299	1.045
09/2011	8.058	6.133	3.890	1.882	974
10/2011	4.153	1.741	7.967	2.269	7.509
11/2011	10.104	8.376	5.692	1.752	3.575
TOTAL	71.043	47.520	33.620	21.212	22.209
TOTAL GERAL					195.604

Fonte: Sajsuporte

CARTÓRIO REMOTO DE EXECUÇÃO PENAL

QUADRO ESTATÍSTICO DE 2011

O Cartório Remoto das Execuções Penais foi criado pela Resolução Conjunta n.º 4/2011-GP/CGJ, e inaugurado no dia 20 de abril de 2011, com a finalidade de diminuir os custos dos insumos do processo em autos físicos (papel, tinta, impressora, grampos, etiquetas, capa, etc.), a conveniência de centralizar o gerenciamento das medidas a serem implementadas para a consecução dos objetivos da execução da pena e a diminuição dos custos de remessas de processos entre unidades judiciárias. No momento, a única Unidade Vinculada ao Cartório Remoto de Execução Penal é a Vara de Execuções Penais de Criciúma e a tendência para o futuro próximo é a vinculação de outras Unidades. No mês de agosto de 2011 foram concluídos os trabalhos de digitalização e categorização dos processos da Vara de Execuções Penais de Criciúma e vinculação de tramitação dos mesmos ao Cartório Remoto de Execução Penal, de forma eletrônica.

Foram virtualizados 3527 processos, gerando o total de 386.091 páginas digitalizadas. Deste montante, o arquivo central digitalizou 65%, enquanto o Cartório Remoto digitalizou 35% do acervo. A limpeza dos arquivos, categorização das peças e o trâmite dos processos em meio eletrônico foram realizados, integralmente, pelo Cartório Remoto.

MÊS/ANO	OFÍCIOS	MANDADOS	CERTIDÕES	PETIÇÕES	ATOS ORDINATÓRIOS	N.º PROCESSOS
08/2011	20	27	881	708	498	3.496
09/2011	27	117	899	770	11	3.603
10/2011	48	140	1.104	657	115	3.546
11/2011	127	82	1.159	890	15	3.546
12/2011(1)	25	18	631	252	20	3.546
TOTAL	247	384	4.674	3.277	659	- - -

(1) Dados atualizados até 07.12.2011
Fonte: Consulta de movimentações no Sistema de Automação do Judiciário SAJPG5.

MÊS/ANO	DECISÕES	DESPACHOS	SENTENÇAS
08/2011	399	282	14
09/2011	274	226	13
10/2011	349	293	24
11/2011	358	278	20
12/2011(2)	137	182	5
TOTAL	1.517	1.261	76
TOTAL GERAL			2.854

(2) Dados atualizados até 07.12.2011
Fonte: Consulta de movimentações no Sistema de Automação do Judiciário SAJPG5.

SECRETARIA DO CONSELHO DE GESTÃO, MODERNIZAÇÃO JUDICIÁRIA, DE POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTITUCIONAIS

QUADRO ESTATÍSTICO DE 2011

DESEMBARGADOR	PROCESSOS DISTRIBUÍDOS	PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO	PROCESSOS JULGADOS
Trindade dos Santos	3	-	3
Sérgio Paladino	-	-	-
Luiz Cézar Medeiros	5	3	4
Nelson Schaefer Martins	-	-	-
José Antônio Torres Marques	8	-	8
Cid Goulart	1	-	1
Lédio Rosa de Andrade	2	-	2
Jorge Schaefer Martins	2	-	3
Sérgio Izidoro Heil	-	-	-
Jorge Luiz de Borba	2	-	2
Jânio Machado	1	-	1
Hélio do Valle Pereira	-	-	-
Paulo Ricardo Bruschi	-	-	-
Sérgio Luiz Junkes	-	-	-
TOTAL	24	3	24

Fonte: Secretaria do Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais

PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS JUDICIÁRIOS

Ao Programa de Implantação de Serviços Judiciários, instituído pela Resolução Conjunta nº 2/2009 – Presidência do Tribunal de Justiça e Corregedoria-Geral da Justiça, compete atuar nas unidades jurisdicionais, quando conveniente, ficando-lhe inerentes, nesse âmbito, os eventos de *Diagnóstico e Acompanhamento*, de *Instalação*

de Unidade Judiciária, de *Capacitação de Servidor, do Programa 5S* – parceria com Academia Judicial e Assessoria de Planejamento, de *Saneamento Processual* e de *Pesquisa e Solução.* Somam-se atribuições sazonais com participação da Corregedoria-Geral da Justiça: Mutirão de Sentenças e projetos do Conselho Nacional de Justiça – *Meta 2 (julgar os processos de conhecimento distribuídos até 31-12-2006 e os de competência do Tribunal do Júri distribuídos até 31-12-2007) e Meta 3 (reduzir em, pelo menos, 20% o acervo de execução fiscal).*

- **Diagnóstico e Acompanhamento**

PERÍODO	COMARCA TRIBUNAL	UNIDADE
Janeiro e Fevereiro	Tribunal de Justiça	Arquivo Central e Gabinetes de Desembargadores
Março	Itajaí	2ª Vara Cível
	Joinville	2ª Vara Criminal
	Timbó	Oficialato de Justiça
Abril	Garopaba	Vara Única – Execução Fiscal
	Tijucas	2ª Vara
Maio	Criciúma	Distribuição
	Joinville	6ª Vara Cível
		Juizado Especial Cível
Julho	Gaspar	Contadoria, Distribuição e Secretaria do Foro
	Palhoça	Oficialato de Justiça
	Santo Amaro da Imperatriz	
	São José	
Agosto	Abelardo Luz	Oficialato de Justiça
	Biguaçu	Unidade Judiciária de Cooperação
	Blumenau	Secretaria do Foro
	Capital	1ª Vara Criminal
		1ª Vara Cível
		3ª Vara Cível
	Capital Fórum Distrital do Continente	Juizado Especial Criminal
	Içara	Distribuição
	Joaçaba	Unidade Judiciária de Cooperação
	Joinville	1ª Vara Criminal
	Lages	Unidade Judiciária de Cooperação
	Rio do Sul	Vara Criminal
Setembro	Blumenau	Unidade Judiciária de Cooperação
	Brusque	
	Turvo	Secretaria do Foro
Outubro	Canoinhas	1ª Vara Cível
	Capital	2ª Vara da Família
	São Carlos	Vara Única
	São Miguel do Oeste	Vara Criminal
		1ª Vara Cível
Novembro	Criciúma	1ª e 2ª Varas da Fazenda Pública
	Santo Amaro da Imperatriz	Oficialato de Justiça

- **Instalação de Unidade Judiciária**

PERÍODO	COMARCA	UNIDADE
Abril	Barra Velha	2ª Vara
	Capital – Fórum Norte da Ilha	Juizado Especial Cível e Criminal CESUSC
	Navegantes	Vara Criminal
Maio	Biguaçu	Vara Criminal
	Camboriú	
	Capital	Vara de Precatórios e Precatórias

Junho	Blumenau	5ª Vara Cível
	Brusque	Vara da Fazenda e Registros Públicos
	Criciúma	Vara de Execução Penal
	Itajaí	4ª Vara Cível
	Itapema	Vara Criminal
	São José	Juizado Especial Criminal e de Violência Doméstica
	Tubarão	
Julho	Mafra	Vara Criminal
	Porto União	
	Rio Negrinho	2ª Vara
Agosto	Capital Fórum Des. Eduardo Luz	2ª Juizado Especial Cível
	Balneário Camboriú	4ª Vara Cível
	Tijucas	Vara Criminal
Setembro	Joinville	3º Juizado Especial Cível – SOCIESC
	Palhoça	3ª Vara Cível
Outubro	Araranguá	2ª Vara Criminal
	Criciúma	4ª Vara Cível
		Unidade Judiciária de Cooperação UNESC
	Orleans	2ª Vara
	São José	3ª Vara Cível
Novembro	Capital	2ª e 3ª Varas de Direito Bancário
Dezembro	Blumenau	Unidade Judiciária de Cooperação de Execução Fiscal
	Brusque	Juizado Especial Cível e Criminal UNIFEBE
	São João Batista	2ª Vara

- **Instalação de Unidade Judiciária – Reorganização Cartorária em virtude de Redefinição de Competência**

PERÍODO	COMARCA	UNIDADES
Julho	Caçador	Varas Cíveis
	São Miguel do Oeste	
Outubro	Canoinhas	1ª e 2ª Varas
	Içara	
	Laguna	Varas Cíveis
Novembro	Campos Novos	
	Indaial	
	São Francisco do Sul	
	Timbó	
	Videira	

- **Instalação de Unidade Judiciária – Mudança para Novo Fórum**

PERÍODO	COMARCA	UNIDADES
Setembro	Palhoça	Todas
Novembro	Capital	Varas Bancárias e Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
	São Joaquim	Todas

- **Capacitação de Servidor**

PERÍODO	COMARCA	UNIDADE
Março	Capital	Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
	Jaraguá do Sul	Secretaria do Foro

Abril	Araquari	Distribuição
	Garopaba	Contadoria
	Jaraguá do Sul	Vara Criminal
	Joinville	2ª Vara da Família
Maio	Laguna	1ª Vara Cível
Junho	Capital - Fórum Norte da Ilha Santo Antônio de Lisboa	Juizado Especial Cível e Criminal
	Chapecó	4ª Vara Cível, Juizado Especial Criminal e da Violência Doméstica e Vara da Família e da Infância e Juventude
	Concórdia	Vara da Família e da Infância e Juventude
	Itajaí	4ª Vara Cível
	Jaraguá do Sul	Oficialato de Justiça
	Laguna	2ª Vara Cível
	Mondaí	Contadoria
	Rio Negrinho	2ª Vara
Julho	Joinville	2ª Vara de Direito Bancário
	Rio do Sul	Juizado Especial Cível e Criminal
		Vara da Família, Órfãos e Sucessões e da Infância e Juventude
Agosto	Campo Belo do Sul	Contadoria
	Capital Fórum Des. Eduardo Luz	Cartório e Gabinete dos Juizados Especiais Cíveis, Contadoria, Distribuição e Técnico de Suporte em Informática
	Curitibanos	Vara da Família, Órfãos e Sucessões e da Infância e Juventude
	Garopaba	Vara Única
	Jaraguá do Sul	Juizado Especial Cível e Criminal
	Laguna	Contadoria
	Tubarão	Juizado Especial Criminal e da Violência Doméstica
Setembro	Capital	Vara de Execução Penal
	Joinville	5ª Vara Cível, Cartório e Gabinetes dos Juizados Especiais Cíveis, Contadoria, Distribuição Oficialato de Justiça, Central de Mandados, Conciliadores, Juízes Leigos e Técnicos de Suporte em Informática
	Navegantes	Vara Criminal
	Palmitos	Vara Única
	São José do Cedro	Contadoria
Outubro	Capital	1ª Vara Cível, Cartório e Gabinete das Varas de Direito Bancário, Contadoria, Distribuição, Central de Mandados e Técnico de Suporte em Informática
	Capital Fórum do Norte da Ilha	Cartório e Gabinete do Juizado Especial Cível e Criminal, Distribuição e Contadoria
	Gaspar	Secretaria do Foro
	Lages	Contadoria da Vara da Fazenda e Execução Fiscal
	Navegantes	2ª Vara Cível
Novembro	Barra Velha	1ª e 2ª Varas Cíveis
	Biguaçu	Vara Criminal
	Lebon Régis	Cartório e Gabinete da Vara Única, Contadoria, Distribuição Oficialato de Justiça e Técnico de Suporte em Informática
	Guaramirim	Secretaria do Foro
	Laguna	Distribuição
	São José	3ª Vara Cível

Dezembro	Presidente Getúlio	Cartório e Gabinete da Vara Única, Contadoria, Distribuição Oficialato de Justiça, Técnico de Suporte em Informática e Central de Mandados

- **Programa 5S**

PERÍODO	COMARCA
Abril	Dionísio Cerqueira
	Ibirama
	Mondaí
	São José do Cedro
Maio	Balneário Piçarras
	Guaramirim
	Presidente Getúlio
Julho	Anchieta
	Palmitos
	Seara
Agosto	Armazém
	Garopaba
Outubro	Barra Velha
	Laguna
	Porto Belo
Novembro	Içara
	Indaial
	Itaiópolis
	Itapema
	Navegantes

- **Saneamento Processual**

PERÍODO	COMARCA /TRIBUNAL	UNIDADE
Janeiro e fevereiro	Laguna	1ª Vara Cível
Maio	Chapecó	Câmara Especial Regional
Maio, junho e julho	Tribunal de Justiça	Mutirão Carcerário do Conselho Nacional de Justiça
Maio a dezembro	Tribunal de Justiça	Diretoria de Documentação e Informações - Arquivo Central
Junho e julho	Criciúma	Distribuição
Agosto	Joinville	Juizado Especial Cível
Setembro a dezembro	Capital	Vara de Execução Penal
Outubro	Turvo	Secretaria do Foro
Novembro	Joinville	6ª Vara Cível

- **Pesquisa e Solução – Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça**

PERÍODO	COMARCA
Outubro	Balneário Piçarras
	Brusque
	Itapema
	Porto Belo
	Tubarão

Novembro	Araranguá
	Canoinhas
	Chapecó
	Criciúma
	Fraiburgo
	Itajaí
	São Francisco do Sul
Dezembro	Chapecó

- **Pesquisa e Solução – Meta 3 do Conselho Nacional de Justiça**

PERÍODO	COMARCA	UNIDADE
Janeiro	Rio do Sul	3ª Vara Cível

SECRETARIA DO CONSELHO GESTOR DO SISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS E PROGRAMAS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

CASA DA CIDADANIA (CC) FÓRUM MUNICIPAL – CASA DA CIDADANIA (FM – CC) INSTALADAS – REATIVADAS - EM AVALIAÇÃO	
Instaladas (03)	Município
	Sideropólis
	Paulo Lopes
	São Cristovão do Sul
Reativadas (03)	Presidente Getúlio
	Victor Meireles
	Ponte Alta
Em avaliação (04)	Ilhota
	Três Barras
	Vargem Bonita
	Mirim Doce

Fonte: Secretaria do Conselho Gestor do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos

CASA DA CIDADANIA (CC) FÓRUM MUNICIPAL – CASA DA CIDADANIA (FM – CC)	
Convênios renovados (10)	Município
	Água Doce
	Blumenau
	Benedito Novo
	Ascurra
	Botuverá
	Doutor Pedrinho
	Rio dos Cedros
	Saudades
	Timbó
	Timbó Grande
Convênio Extinto (01)	São Ludgero

Fonte: Diretoria de Material e Patrimônio – DMP/TJSC

SERVIÇOS EFETUADOS NAS CASA DA CIDADANIA (CC) FÓRUM MUNICIPAL – CASA DA CIDADANIA (FM – CC)	
Número de procedimentos instaurados	11.844
Número de conciliações positivas	5.729
Percentual de acordo alcançado	48%
Número de pessoas atendidas	29.888

Fonte: Divisão Judiciária da Corregedoria-Geral da Justiça - TJSC

JUIZADO ESPECIAL (FORMAL) IMPLANTADOS NOS FMM-CC (07)
MUNICÍPIO
Água Doce
Campo Alegre
Nova Trento
Palma Sola
Guabiruba

Treze Tílias
Timbó Grande

Fonte: Secretaria do Conselho Gestor do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos

SERVIÇOS EFETUADOS NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS (Período considerado de Janeiro a Novembro/2011)	
Total de conciliações exitosas	6.440
Total de processos encerrados no período (com ou sem sentença de mérito)	37.051
Percentual de acordos realizados	17,38%

Fonte: Divisão Judiciária da Corregedoria-Geral da Justiça - TJSC

PROGRAMA JUSTIÇA PRESENTE - PARTIDAS ACOMPANHADAS – ANO / 2011		
CAMPEONATO	NÚMERO DE PARTIDAS	OCORRÊNCIAS
Catarinense	84	71 ocorrências em 23 partidas
Copa do Brasil	05	
Brasileiro – Série A	38	
Brasileiro – Série B	19	
TOTAL	146	

Fonte: Secretaria do Conselho Gestor do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos

MUTIRÃO - 2011	
AUDIÊNCIAS	TOTAL
Audiências de Conciliação designadas – Pré-Processuais	482
Audiências de Conciliação realizadas – Pré-Processuais	219
Audiência de Conciliação em fase de execução designada	1831
Audiência de Conciliação em fase de conhecimento designada	5048
Audiência de Conciliação em fase de execução realizada	1113
Audiência de Conciliação em fase de conhecimento realizada	3889
TOTAL GERAL DE AUDIÊNCIAS	12.582

ACORDOS EFETUADOS EM FASE DE EXECUÇÃO	TOTAL
Total de acordos homologados	349
Soma Total dos Valores homologados	R$ 776.267,00

ACORDOS EFETUADOS EM FASE DE CONHECIMENTO	TOTAL
Total de acordos homologados	1.540
Soma Total dos valores homologados	R$ 4.289.361,33

AUDIÊNCIAS CRIMINAIS	TOTAL
Sentenças homologatórias de transação penal	202
Composição Civil	57

ABRANGÊNCIAS DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA CONCILIAÇÃO	TOTAL
Numero de Pessoas atendidas	10.465
Participantes (magistrados)	70
Participantes (Juízes Leigos)	70

Participantes (Conciliadores)	630
Participantes (Colaboradores)	528
Eventos Paralelos	2

POSTOS DE ATENDIMENTO E CONCILIAÇÃO – PAC POSTO AVANÇADO DE CONCILIAÇÃO EXTRAPROCESSUAL	
Serviços funcionando (06)	Capital (CESUSC; Lagoa da Conceição); ACIF; UNC – Mafra; FAMEBLU – Blumenau e UNIASELVI – Indaial.
Instalações PAC autorizadas para 2012 – (03)	Faculdade Estácio de Sá
	UNIBAN – Universidade Bandeirantes
	FAMEG – Faculdade Metropolitana de Guaramirim
Instalações PACE autorizadas para 2012 (01)	Blumenau, em parceria com a Câmara de Dirigentes Logistas – CDL
Convênios extintos (08)	Enseada - São Francisco do Sul
	Praia do Ervino – São Francisco do Sul
	Água verde - Canoinhas
	UNC – Universidade de Canoinhas
	Bairro Cordeiro - Itajaí
	Bairro Limoeiro – Itajaí
	Univalli – Balneário Camboriú
	PACE – Faxinal dos Guedes – Xanxerê
Número de atendimentos	3.735
Número de acordos	647

Fonte: Secretaria do Conselho Gestor do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos

PROGRAMA JUIZADOS DOS AEROPORTOS PETIÇÕES RECEBIDAS E DISTRIBUÍDAS ÀS COMARCAS DO ESTADO Período (Julho de 2010 - Novembro de 2011	
COMARCAS	Nº DE PETIÇÕES
Balneário Camboriú	9
Balneário Piçarras	5
Barra Velha	1
Blumenau	16
Brusque	1
Capital	60
CESUSC – Capital	2
Chapecó	3
Criciúma	5
Estreito	4
Garopaba	1
Içara	1
Imbituba	1
Itajaí	3
Itapema	1
Itapoá	1
Jaraguá do Sul	3
Joaçaba	1
Joinville	20
Lages	1
Laguna	2
Navegantes	1
Papanduva	1

Santo Amaro da Imperatriz	1
São Francisco do Sul	1
São José	5
Trindade – Capital	3
Tubarão	3
Turvo	1
Videira	1
Total de petições recebidas/distribuídas	**158**

Fonte: Secretaria do Conselho Gestor do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos

PROGRAMA ACADÊMICO CONCILIADOR	
	INSTITUIÇÃO
CONVÊNIOS VIGENTES	CESUSC
	UNC
	UNOCHAPECÓ
	UNOESC
	FURB
	UNERJ
	UNESC
	UNIBAVE
	UNIDAVI
	UNIFEBE
	UNIPLAC
	UNIPLAC
	UNISUL
	UNIVALI
	UNIVILLE

SERVIÇO DE MEDIAÇÃO FAMILIAR - ATIVIDADES / Janeiro a Novembro 2011
I – Formação Complementar de Instrutores da Mediação Familiar 32 pessoas capacitadas 12 a 13 de Maio
II – Formação de Instrutores dos Juizados Especiais e Juizados Informais 48 pessoas capacitadas 4 a 6 de Maio
III - Formação Integrada de Conciliadores e Mediadores nos seguintes pólos regionais: Chapecó, São Miguel do Oeste, Xanxerê, Canoinhas, Joinville, Blumenau, Brusque, Itajaí, Balneário Camboriú, Criciúma, Tubarão, Fraiburgo, Joaçaba, Lages, Rio do Sul e Capital 816 pessoas capacitadas 23 de Maio a 19 de Agosto
IV – Participação na videoconferência relativa à Campanha Pai Legal 30 de Junho
V – Serviços de Mediação Familiar ⇒ Novas Implantações: Barra Velha, Concórdia, Itapiranga, Rio do Oeste, Ponte Serrada e Turvo ⇒ Em Implantação com pedido formal: Quilombo, Palhoça, Santa Rosa do Sul, São José do Cedro, Seara, Tangará ⇒ Com pedido informal de implantação: Braço do Norte, Criciúma, Joaçaba, Lages, Maravilha e Rio do Sul ⇒ Em reativação: Capital-Norte da Ilha, Itajaí e Xaxim

Fonte: Secretaria do Conselho Gestor do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos

VI - Consultoria Contínua * Atos e procedimentos para consecução dos seguintes resultados:

COMARCA	INSTALAÇÃO	CASOS	ACORDOS	PERCENTUAL DE ACORDOS
1. Abelardo Luz	01/03/2002	802	733	91,39%
2. Anchieta	01/03/2005	49	27	55,10%
3. Ascurra	08/03/2006	127	109	85,82%
4. Barra Velha	23/03/2011	4	1	25,00%
5. Blumenau	04/10//2010	8	1	12,50%
6. Brusque	26/10/2007	14	4	28,57%
7. Campo Erê	08/02/2007	59	31	52,54%
8. Campos Novos	26/10/2010	87	52	59,77%
9. Capital – Fórum Central	21/09/2001	285	115	40,35%
10. Chapecó	03/11/2004	162	123	75,92%
11. Concórdia	01/07/2011	8	2	25,00%
12. Cunha Porã	14/02/2008	29	11	37,93%
13. Descanso	21/08/2007	20	12	60,00%
14. Dionísio Cerqueira	15/05/2004	111	83	74,77%
15. Garopaba	01/04/2009	48	26	54,16%
16. Garuva	04/06/2009	79	34	43,03%
17. Itapema	07/05/2010	86	40	46,51%
18. Itapiranga	22/09/2011	3	1	33,33%
19. Ituporanga	01/04/2004	71	40	56,33%
20. Joinville	02/09/2002	284	144	50,70%
21. Lauro Müller	10/08/2010	16	15	93,75%
22. Lebon Régis	01/02/2010	48	37	77,08%
23. Mafra	27/08/2009	56	33	58,92%
24. Modelo	10/04/2008	84	42	50,00%
25. Orleans	23/10/2007	25	15	60,00%
26. Pinhalzinho	20/07/2010	80	34	42,50%
27. Ponte Serrada	14/02/2011	20	19	95,00%
28. Presidente Getúlio	01/02/2010	24	24	100,0%
29. Santa Cecília	01/08/2010	111	109	98,19%
30. São Domingos	01/02/2008	23	11	47,82%
31. São Lourenço do Oeste	28/02/2007	219	99	45,20%
32. Xanxerê	22/06/2009	204	92	45,09%
TOTAL		**3.246**	**2.119**	**65,28%**

Comarcas com SMF em funcionamento na Casa da Cidadania: Balneário Camboriú e Tubarão

Fonte: Dados fornecidos pelas comarcas
Observação: Comarcas com dados anuais do SMF ainda indisponíveis:Balneário Piçarras, Forquilhinha, Rio do Oeste, São José e Turvo

FORMAÇÃO INTEGRADA DE CONCILIADORES E MEDIADORES FAMILIARES - 2011	
Instrutores treinados	**80**
Pessoas capacitadas *	**816**
COMARCAS PARTICIPANTES	
Polo de BLUMENAU (Ascurra, Blumenau, Gaspar)	Polo de CHAPECÓ (Chapecó, Concórdia, Coronel Freitas, Ipumirim, Itá, Modelo, Palmitos, Pinhalzinho, Quilombo, São Carlos e Seara)
Polo de BRUSQUE (Brusque e São João Batista)	Polo de SÃO MIGUEL DO OESTE (Anchieta, Campo Erê, Cunha Porã, Descanso, Dionísio Cerqueira, Itapiranga, Maravilha, Mondaí, São José do Cedro e SMO)
Polo de ITAJAÍ(Barra Velha, Itajaí, Navegantes e Piçarras)	Polo de XANXERÊ (Abelardo Luz, Ponte Serrada, São Domingos, São Lourenço do Oeste, Xanxerê e Xaxim)
Polo de BALNEÁRIO CAMBORIU (B. Camboriú, Camboriú, Itapema, Porto Belo e Tijucas	Polo de CANOINHAS (Canoinhas, Itaiópolis, Mafra, Papanduva e Porto União

Polo de CRICIÚMA (Araranguá, Criciúma, Forquilhinha, Içara, Lauro Muller, Meleiro, Orleans, Santa Rosa do Sul, Sombrio, Turva e Urussanga	Polo de JOINVILLE (Araquari, Garuva, Guaramirim, Itapoá, Jaraguá do Sul, Joinville, Rio Negrinho, São Bento do Sul e São Francisco do Sul)
Polo de TUBARÃO (Armazém, Braço do Norte, Capivari de Baixo, Garopaba, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna, Laguna e Tubarão)	Polo de FRAIBURGO (Caçador, Fraiburgo, Lebon Régis e Santa Cecília)
Polo de JOAÇABA (Campos Novos, Capinzal, Catanduvas, Herval do Oeste, Joaçaba, Tangará e Videira)	Polo de LAGES (Anita Garibaldi, Campo Belo do Sul, Correia Pinto, Curitibanos, Lages, Otacílio Costa, São Joaquim e Urubici)
Polo de RIO DO SUL (Ibirama, Ituporanga, Presidente Getúlio, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Taió e Trombudo Central)	Polo de FLORIANÓPOLIS (Florianópolis, Biguaçu, São José, Palhoça, Biguaçu, Palhoça)

Fonte: Secretaria do Conselho Gestor do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos
Observações: (serventuários, conveniados e voluntários dos Juizados Especiais e dos Programas Alternativos de Solução de Conflitos).

I Encontro Estadual do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos	
Participantes:	Total
Magistrados, serventuários, secretários, conciliadores e mediadores (*)	306

Fonte: Secretaria do Conselho Gestor do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos
** Fizeram parte do evento: III Encontro Estadual de Magistrados, Secretários, Conciliadores e Mediadores dos Juizados Especiais e Programas não Adversariais de Solução de Conflitos; VIII Fórum Estadual dos Juizados Especiais de Santa Catarina – FEJESC; X Encontro de Juízes de Turmas Recursais de Santa Catarina; Comemoração aos 10 anos de implantação dos serviços não adversariais no Tribunal de Justiça de Santa Catarina.*

7 NÚCLEO DE CONCILIAÇÃO 2º GRAU

7.1 HISTÓRICO

Criado pela Resolução 11/2005-TJ, o Núcleo de Conciliação foi institucionalizado em sessão realizada no gabinete da presidência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina no dia 22 de março de 2006. A unidade, que busca a solução amigável de litígios no âmbito do Segundo Grau de Jurisdição, passou a operar oficialmente à partir de maio do ano de 2006.

7.2 OBJETIVO

O Núcleo de Conciliação, além de suas atividades típicas – realizar audiências de conciliação em processos que tramitam no segundo grau de jurisdição –, possui também atividades atípicas, no sentido de proporcionar uma maior divulgação das políticas referentes a métodos alternativos para solução de conflitos, bem como aprimorar as práticas já adotadas.

QUADRO ESTATÍSTICO DO ANO DE 2011

MÊS	PAUTADOS	REALIZADOS	EXITOSAS	INEXITOSAS	SUSPENSAS	AUSÊNCIAS	JUNTADA ACORDOS
JANEIRO	2	2	1	1	0	0	18
FEVEREIRO	2	2	0	0	2	0	0
MARÇO	158	147	77	33	37	11	3
ABRIL	18	16	3	4	9	2	13
MAIO	75	67	52	6	9	8	2
JUNHO	0	0	0	0	0	0	79
JULHO	161	151	92	30	29	10	4
AGOSTO	20	16	1	7	8	4	4
SETEMBRO	30	20	5	3	12	10	6
OUTUBRO	138	133	70	31	32	5	4
NOVEMBRO	102	67	26	19	22	24	10
DEZEMBRO	12	12	3	4	5	0	2
TOTAL	**718**	**633**	**330**	**138**	**165**	**74**	**145**

MÊS	TOTAL DE ACORDOS	TOTAL PESSOAS ATENDIDAS	VALOR TOTAL DOS ACORDOS
JANEIRO	19	15	R$ 2.388.000,00
FEVEREIRO	0	10	R$ 0,00
MARÇO	80	380	R$ 1.091.433,48
ABRIL	16	43	R$ 1.193.523,96
MAIO	54	41	R$ 750.316,17
JUNHO	79	0	R$ 1.274.078,12
JULHO	96	284	R$ 1.402.751,75
AGOSTO	5	40	R$ 61.151,00
SETEMBRO	11	68	R$ 247.981,39
OUTUBRO	74	273	R$ 609.551,53
NOVEMBRO	36	195	R$ 1.259.978,77
DEZEMBRO	5	33	R$ 53.149,56
TOTAL	**475**	**1.382**	**R$ 10.331.915,73**

SECRETARIA ESTATÍSTICA DAS INSTÂNCIAS RECURSAIS

Relatórios Estatísticos por Movimentação(*)

** Fonte: Sistema de Automação do Poder Judiciário de Segundo Grau – SAJ – emitido em 03/01/2012 – 11:58:30*

O Tribunal de Justiça, no ano de 2011, recebeu **131.614** processos, sendo **101.693** casos novos e **29.921** recursos internos. Também registrou-se a interposição de **26.212** recursos aos Tribunais Superiores.

Entretanto, no ano que passou, foram julgados **129.764** processos de competência do Tribunal de Justiça, sendo **96.232** por acórdão e **33.534** por decisões monocráticas de relator em gabinete.

Foram assinados **95.981** acórdãos, todos publicados no Diário da Justiça Eletrônico.

Milhares de despachos foram proferidos pelos magistrados, cerca de **29.136** de admissibilidade de Recursos Especiais, Extraordinários e Ordinários (admitidos e negados), **34.321** decisões diversas, incluídas as liminares, além de **21.490** decisões proferidas pelas vice-presidências.

Os Desembargadores e Juizes de Direito de Segundo Grau proferiram **56.941** despachos como revisores, **139.429** despachos como relatores, e **150.281** votos em sessões.

Durante o ano foram realizadas **1.009** sessões.

Em 2012, a Corte Catarinense inicia seus trabalhos com **83.657** processos pendentes, sendo **81.290** pendentes de julgamento, dos quais **6.435** da competência da Segunda e Terceira Vice-Presidências e **74.855** dos demais órgãos julgadores. Existem, ainda, cerca de **5.619** recursos sobrestados que aqui aguardam decisão dos Tribunais Superiores.

1. Distribuição

No ano de 2011 foram distribuídos **101.693** processos novos, redistribuídos **36.420**, sendo, ainda, interpostos **29.921** incidentes processuais.

De todos os processos entrados no período, **77,26%** são casos novos e **22,73%** recursos internos de decisões proferidas pelo próprio tribunal.



2. Julgamento e Assinatura

No ano de 2011 foram julgados **129.764** processos.

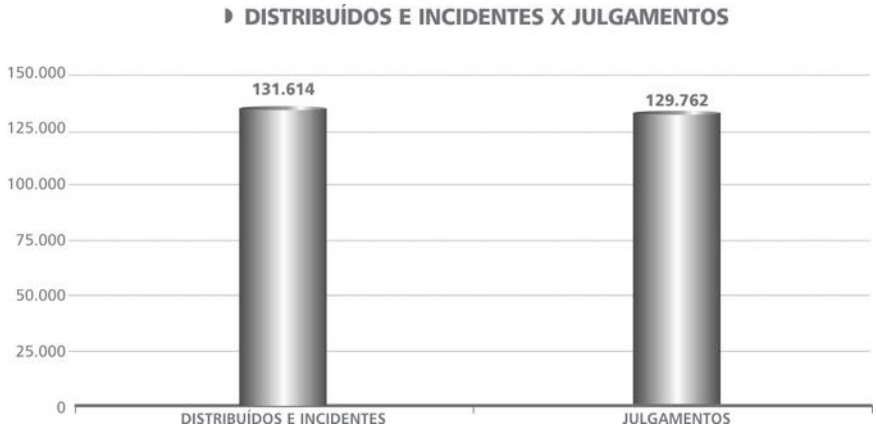
Pode-se afirmar que **74,15%** dos julgamentos ocorreram por decisão colegiada (**96.232** acórdãos) e **25,84%** por decisão do relator em gabinete (**33.534**).

Foram assinados **95.981** acórdãos (**99,73%** em relação ao volume de julgamentos colegiados).

3. Mapa 44: Produtividade do TJSC em 2011

	Distribuídos e incidentes (entrados)	Redistribuição	Julgamentos	Acórdãos Assinados	Despacho Revisor	Despacho Relator	Voto Relator/ Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por Transferência
TOTAL	131.614	36.420	129.764	95.981	56.941	139.429	150.281	1.797	38.914

O percentual de processos julgados em relação aos iniciados foi de 98,59%.



4. Mapa 10 – Processos remetidos a outros Tribunais, baixados à origem, arquivados, entrados e julgados.

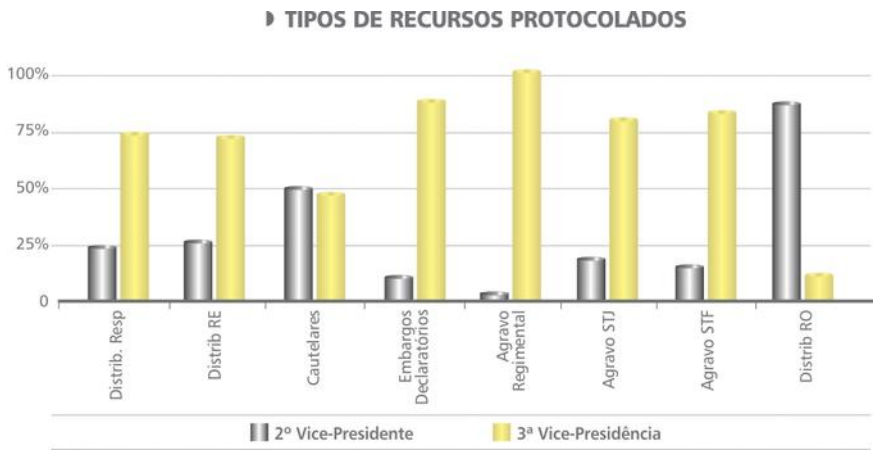
	REMETIDOS	REMESSA AO STF	REMESSA AO STJ	BAIXADOS À ORIGEM	ARQUIVADOS	ENTRADOS	JULGADOS
TOTAL	472	1.449	16.689	64.682	33.125	131.614	129.762

5. Mapa 46: Registrada a Interposição de Recursos aos Tribunais Superiores (2ª Vice-Presidência e 3ª Vice-Presidência)

ÓRGÃO JULGADOR	Distrib. Recurso Especial	Distrib. Recurso Extraord.	Distrib. Medida Cautelar	Distrib. Embargos Declaratórios	Distrib. Agravo Regimental	Distrib. Agravo STJ	Distrib. Agravo STF	Distrib. Recurso Ordinário
Segundo Vice-Presidente	4.372	2.032	31	197	33	2.688	889	117
Terceira Vice-Presidência	14.006	5.673	29	1.717	5.968	11.693	4.849	12
TOTAL GERAL	18.378	7.705	60	1.914	6.001	14.381	5.738	129

- No TJSC, cerca de 70% do volume de Recursos aos Tribunais Superiores distribuídos são Recursos Especiais e aproximadamente 30% são Recursos Extraordinários e Ordinários.

Gráfico: tipos de recursos protocolados e respectivo percentual em relação à Segunda e Terceira Vice Presidência do TJSC



- No TJSC, do volume total de recursos interpostos aos Tribunais Superiores, cerca de 75% são de competência da Terceira-Vice Presidência, e aproximadamente 25% da competência da Segunda-Vice Presidência.

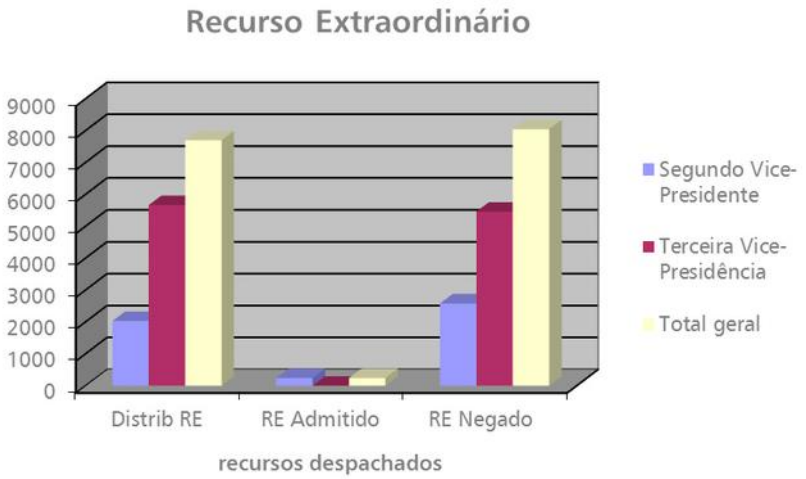
6. Mapa 15: Admissibilidade de Recursos interpostos aos Tribunais Superiores (admitidos e negados)

ÓRGÃO JULGADOR	RECURSO ESPECIAL ADMITIDO	RECURSO ESPECIAL NEGADO	RECURSO EXTRAORDINÁRIO ADMITIDO	RECURSO EXTRAORDINÁRIO NEGADO	DEC DIV PUBLICADAS	DESP DIV
Segundo Vice-Presidente (Des. Mazoni Ferreira)	951	4.599	242	2.585	4.353	115
Terceira Vice-Presidência (Des. Monteiro Rocha)	2.035	13.251	6	5.467	9.938	7.084
TOTAL GERAL	2.986	17.850	248	8.052	14.291	7.199

- No ano de 2011, as Vice-Presidências do TJSC analisaram admissibilidade de Recurso Especial (admitidos e negados = 20.836) em percentual de 113% em relação ao volume de respectivos recursos interpostos no mesmo período (18.378).



- No ano de 2011, as Vice-Presidências do TJSC analisaram admissibilidade de Recurso Extraordinário (admitidos e negados = 8.300) em percentual de 107% em relação ao volume de respectivos recursos interpostos no mesmo período (7.705).



7. Mapa 1: Distribuição - por órgão julgador

ÓRGÃO JULGADOR	DISTRIBUÍDOS	REDISTRIBUÍDOS	INCIDENTES
Primeira Câmara de Direito Civil	2.170	794	737
Segunda Câmara de Direito Civil	2.215	1.122	998
Primeira Câmara de Direito Comercial	4.897	1.284	3.612
Segunda Câmara de Direito Comercial	4.937	1.429	1.315
Primeira Câmara Criminal	2.807	134	100
Segunda Câmara Criminal	2.796	156	129
Grupo de Câmaras de Direito Civil	95	15	59
Grupo de Câmaras de Direito Comercial	20	11	11
Seção Civil	2	0	1
Seção Criminal	290	23	30

Órgão Especial (antigo)	0	0	1
Primeira Vice-Presidência	30	6	5
Presidência	67	0	0
Órgão Especial (antigo)	0	0	2
Plantão Judiciário	360	47	13
Primeira Câmara de Direito Público	7.125	1.237	778
Segunda Câmara de Direito Público	7.120	1.087	876
Grupo de Câmaras de Direito Público	691	171	291
Segundo Vice-Presidente	0	5	297
Câmara Civil Especial	16.578	425	1.821
Terceira Vice-Presidência	0	8	7.720
Terceira Câmara de Direito Comercial	4.943	2.859	1.470
Terceira Câmara de Direito Civil	2.152	780	914
Terceira Câmara de Direito Público	7.141	972	781
Tribunal Pleno	3	1	2
Câmara Especial Civil	0	0	1
Quarta Câmara de Direito Civil	2.309	632	608
Quarta Câmara de Direito Comercial	4.895	1.283	2.176
Quarta Câmara de Direito Público	7.188	1.019	513
Terceira Câmara Criminal	2.827	423	149
Segunda Câmara Público (Janeiro)	3	0	0
Câmara Especial Regional de Chapecó	5.625	7.446	1.127
Câmara Especial Temporária de Direito Civil	1	0	0
Primeira Câmara Público (Janeiro)	1	2	0
Segunda Câmara Criminal (Janeiro)	2	0	0
Terceira Câmara Dto Público (Janeiro)	46	25	4
Primeira Câmara Criminal (Janeiro)	174	212	2
Órgão Especial	229	8.016	1.296
Quinta Câmara de Direito Civil	2.148	901	709
Sexta Câmara de Direito Civil	2.144	892	433
Quinta Câmara de Direito Comercial	4.928	1.470	883
Quarta Câmara Criminal	2.734	1.533	57
TOTAL GERAL	**101.693**	**36.420**	**29.921**

8. Mapa 2: Julgamento e Assinatura - por órgão julgador

ÓRGÃO JULGADOR	JULGAMENTO POR ACÓRDÃO	JULGAMENTO POR DESPACHO	ACÓRDÃOS ASSINADOS
Primeira Câmara de Direito Civil	3.461	608	3.490
Segunda Câmara de Direito Civil	3.657	942	3.664
Primeira Câmara de Direito Comercial	4.313	5.438	4.308
Segunda Câmara de Direito Comercial	6.584	209	6.840
Primeira Câmara Criminal	2.240	373	2.245
Segunda Câmara Criminal	3.033	86	3.069

Grupo de Câmaras de Direito Civil	121	35	112
Grupo de Câmaras de Direito Comercial	43	4	46
Seção Civil	0	0	2
Seção Criminal	241	122	248
Órgão Especial (antigo)	0	1	0
Primeira Vice-Presidência	0	30	0
Presidência	0	1	0
Plantão Judiciário	0	46	0
Primeira Câmara de Direito Público	4.184	4.043	4.186
Segunda Câmara de Direito Público	5.400	3.713	5.573
Grupo de Câmaras de Direito Público	987	248	1.023
Segundo Vice-Presidente	0	1	2
Câmara Civil Especial	905	5.189	909
Terceira Vice-Presidência	5	0	8
Terceira Câmara de Direito Comercial	4.648	1.105	4.498
Terceira Câmara de Direito Civil	4.346	58	4.358
Terceira Câmara de Direito Público	4.739	3.836	4.758
Tribunal Pleno	3	2	5
Câmara Especial Civil	0	1	0
Quarta Câmara de Direito Civil	3.364	299	3.392
Quarta Câmara de Direito Comercial	9.035	87	9.066
Quarta Câmara de Direito Público	5.108	2.890	5.107
Terceira Câmara Criminal	2.618	611	2.633
Segunda Câmara Público (Janeiro)	1	0	0
Câmara Especial Regional de Chapecó	5.948	1.058	5.809
Terceira Câmara Dto Público (Janeiro)	3	15	2
Primeira Câmara Criminal (Janeiro)	146	47	146
Órgão Especial	7.725	52	7.311
Quinta Câmara de Direito Civil	3.355	895	3.227
Sexta Câmara de Direito Civil	3.402	618	3.354
Quinta Câmara de Direito Comercial	4.704	808	4.701
Quarta Câmara Criminal	1.911	61	1.886
TOTAL GERAL	**96.230**	**33.532**	**95.978**

9. Mapa 8: Decisões (art. 12, § 4º, AR 41/00)

ÓRGÃO JULGADOR	PROCESSOS
Primeira Câmara de Direito Civil	598

Segunda Câmara de Direito Civil	470
Primeira Câmara de Direito Comercial	1.521
Segunda Câmara de Direito Comercial	1.754
Primeira Câmara Criminal	834
Segunda Câmara Criminal	753
Grupo de Câmaras de Direito Civil	109
Grupo de Câmaras de Direito Comercial	23
Seção Civil	5
Seção Criminal	92
Primeira Vice-Presidência	11
Plantão Judiciário	327
Primeira Câmara de Direito Público	551
Segunda Câmara de Direito Público	462
Grupo de Câmaras de Direito Público	1.119
Segundo Vice-Presidente	3
Câmara Civil Especial	14.224
Terceira Vice-Presidência	5
Terceira Câmara de Direito Comercial	1.590
Terceira Câmara de Direito Civil	414
Terceira Câmara de Direito Público	333
Quarta Câmara de Direito Civil	529
Quarta Câmara de Direito Comercial	1.359
Quarta Câmara de Direito Público	233
Terceira Câmara Criminal	708
Câmara Especial Regional de Chapecó	2.456
Terceira Câmara Dto Público (Janeiro)	42
Primeira Câmara Criminal (Janeiro)	154
Órgão Especial	25
Quinta Câmara de Direito Civil	518
Sexta Câmara de Direito Civil	629
Quinta Câmara de Direito Comercial	1.687
Quarta Câmara Criminal	783
TOTAL GERAL	**34.321**

10. Mapa 44 – Produtividade – por órgão e magistrado.

Obs: a nominata dos Desembargadores componentes de cada órgão julgador foi ordenada segundo a lista de antiguidade de magistrados do Tribunal, constando das tabelas abaixo, ainda, os nomes de todos os magistrados que em algum momento integraram os respectivos órgãos fracionários durante o exercício 2011 (inclusive os que mudaram de Câmara, alçaram à Ministro do Superior Tribunal de Justiça e, ainda, os inativados).

ÓRGÃO JULGADOR: PRESIDÊNCIA									
Magistrado	Distribuídos/Incidentes	Redistr	Julgamento Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Desp. Revis	Desp. Relat	Voto Relat	Pedido de Vista	Receb Trans

Des. Trindade dos Santos	67	0	1	0	0	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**67**	**0**	**1**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

PRIMEIRA VICE-PRESIDÊNCIA

Des. Gaspar Rubik	35	6	30	0	0	12	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**35**	**6**	**30**	**0**	**0**	**12**	**0**	**0**	**0**

SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA

Des. Mazoni Ferreira	297	5	1	2	0	2	0	0	26
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**297**	**5**	**1**	**2**	**0**	**3**	**0**	**0**	**26**

TERCEIRA VICE-PRESIDÊNCIA

Magistrado	Distribuídos/Incidentes	Redistr	Julgamento Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Desp. Revis	Desp. Relat	Voto Relat	Pedido de Vista	Receb Trans
Des. Monteiro Rocha	7.714	8	5	8	0	11	5	0	26
Des. Monteiro Rocha (Cooperador)	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Des. Monteiro Rocha (Cooperador)	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Des. Monteiro Rocha (Substituto)	3	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**7.720**	**8**	**5**	**8**	**0**	**11**	**5**	**0**	**26**

TRIBUNAL PLENO

Magistrado	Distribuídos/Incidentes	Redistr	Julgamento Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Desp. Revis	Desp. Relat	Voto Relat	Pedido de Vista	Receb Trans
Des. Trindade dos Santos	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Des. Newton Trisotto	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Des. Luiz Cézar Medeiros	1	0	1	0	0	0	0	0	0
Des. Vanderlei Romer	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Des. Eládio Torret Rocha	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Des. Wilson Nascimento	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Desa. Salete Silva Sommariva	0	0	1	1	0	1	1	0	0
Des. Cid Goulart	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Des. Lédio Rosa de Andrade	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Desa. Marli Mosimann Vargas	0	0	1	0	0	2	1	0	0
Des. Henry Petry Junior	1	0	1	1	0	0	1	0	0
Des. Raulino Jacó Brüning	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Des. Roberto Lucas Pacheco	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Des. José Inácio Schaefer	1	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**5**	**1**	**5**	**5**	**0**	**4**	**3**	**1**	**0**

ÓRGÃO ESPECIAL

Magistrado	Distribuídos/Incidentes	Redistr	Julgamento Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Desp. Revis	Desp. Relat	Voto Relat	Pedido de Vista	Receb Trans
Des. Carlos Prudêncio	76	382	300	291	9	298	306	1	0
Des. Gaspar Rubik (Titular participante)	0	1	0	0	0	1	0	0	0

Des. Pedro Manoel Abreu	53	330	351	339	0	355	348	0	5
Des. Trindade dos Santos	0	0	0	1	0	0	0	0	
Des. Trindade dos Santos (Titular)	1	1	2	0	0	1	1	0	
Des. Souza Varella	6	11	0	0	0	2	0	0	
Des. Cláudio Barreto Dutra	75	375	333	324	6	330	331	0	
Des. Newton Trisotto	58	331	336	182	1	367	336	12	4
Des. Newton Trisotto (Substituto)	1	0	0	0	0	0	0	0	
Des. Sérgio Paladino	77	383	359	355	3	425	362	0	
Des. Irineu João da Silva	71	287	310	276	3	307	312	0	
Des. Luiz Cézar Medeiros	76	383	367	376	0	389	363	3	
Des. Vanderlei Romer	82	358	414	367	0	393	409	1	4
Des. Vanderlei Romer (Substituto)	0	0	1	0	0	1	1	0	
Des. Eládio Torret Rocha	13	354	355	349	0	351	349	0	3
Des. Nelson Schaefer Martins	73	378	390	277	1	397	390	0	
Des. José Volpato de Souza	76	384	385	385	0	377	383	0	
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	67	362	382	400	0	389	381	0	3
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	0	8	19	0	0	17	19	0	4
Des. Monteiro Rocha	4	96	0	0	0	1	0	0	6
Des. Monteiro Rocha (Substituto)	2	115	0	0	0	18	0	0	
Des. Fernando Carioni	80	396	400	398	5	406	403	0	
Des. Torres Marques (Substituto)	1	16	0	0	0	0	0	0	
Des. Rui Fortes (Substituto)	0	26	0	0	0	1	0	0	
Des. Cesar Abreu	57	215	192	194	2	189	190	7	
Desa. Salete Silva Sommariva	81	382	359	356	3	368	361	0	
Des. Ricardo Fontes	82	379	406	405	1	410	407	0	
Des. Salim Schead dos Santos	10	0	6	186	0	10	6	0	
Des. Salim Schead dos Santos	10	198	201	0	0	221	201	0	1
Des. Jaime Ramos	87	375	411	408	2	407	409	0	
Des. Newton Janke	76	376	289	283	0	284	283	6	
Des. Lédio Rosa de Andrade	79	379	405	361	0	414	405	3	
Des. Jorge Schaefer Martins	1	0	0	0	0	1	0	0	
Des. Sérgio Izidoro Heil	68	355	395	393	2	395	394	1	2
Des. João Henrique Blasi	80	380	404	405	0	408	403	2	2
Des. João Henrique Blasi (Substituto)	1	0	5	0	0	6	5	0	
Aguardando novo titular	0	0	0	0	0	0	0	0	5
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**1.525**	**8.016**	**7.777**	**7.311**	**38**	**7.939**	**7.758**	**36**	**5**

SEÇÃO CRIMINAL

Magistrado	Distribuídos/Incidentes	Redistr	Julgamento Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Desp. Revis	Desp. Relat	Voto Relat	Pedido de Vista	Receb Trans
Des. Sérgio Paladino	34	0	49	47	2	73	50	1	
Des. Irineu João da Silva	19	2	27	28	36	43	60	1	
Des. Torres Marques	32	2	31	14	34	23	45	1	
Des. Rui Fortes	25	0	35	28	13	43	36	4	
Desa. Salete Silva Sommariva	20	2	32	23	27	31	51	2	
Desa. Salete Silva Sommariva	0	0	0	0	0	2	0	0	
Des. Hilton Cunha Júnior	20	1	66	15	22	36	33	1	
Des. Hilton Cunha Júnior (Substituto)	0	0	1	0	0	0	0	0	
Des. Alexandre d'Ivanenko	22	4	35	20	22	22	35	2	

Des. Moacyr de Moraes Lima Filho	26	3	33	33	15	50	51	1	1
Des. Jorge Schaefer Martins	17	1	9	18	22	18	24	1	6
Desa. Marli Mosimann Vargas	22	2	27	10	12	12	22	0	8
Desa. Marli Mosimann Vargas	0	0	1	0	0	1	0	0	0
Des. Sérgio Izidoro Heil	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Des. Roberto Lucas Pacheco	21	2	11	10	16	13	25	2	1
Des. Tulio Pinheiro	0	0	0	0	1	0	1	0	0
Des. Tulio Pinheiro (Substituto)	13	3	1	0	0	6	0	0	7
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva	2	0	0	0	0	2	0	0	0
Des. Carlos Alberto Civinski	0	0	0	0	4	0	5	0	0
Des. Carlos Alberto Civinski (Cooperador	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Des. Rodrigo Collaço (Substituto)	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Des. Newton Varella Júnior	0	0	0	1	2	0	0	0	0
Des. Newton Varella Júnior (Substituto)	13	0	3	0	0	2	1	0	2
Des. Gilberto Gomes de Oliveira	3	0	0	0	0	0	0	0	0
Des. José Everaldo Silva	0	0	0	1	0	0	4	0	0
Des. José Everaldo Silva (Substituto)	24	0	2	0	0	17	1	0	2
Des. Volnei Celso Tomazini (Substituto)	2	1	0	0	0	2	0	0	0
Des. Leopoldo Augusto Brüggemann	3	0	0	0	0	3	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**320**	**23**	**363**	**248**	**228**	**400**	**444**	**16**	**5**

GRUPO DE CÂMARAS

ÓRGÃO JULGADOR: GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL

Magistrado	Distribuídos/Incidentes	Redistr	Julgamento Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Desp. Revis	Desp. Relat	Voto Relat	Pedido de Vista	Receb Trans
Des. Carlos Prudêncio	6	1	3	1	1	5	4	1	0
Des. Eládio Torret Rocha	13	1	31	22	2	39	27	3	0
Des. Nelson Schaefer Martins	10	1	9	6	14	15	21	0	1
Des. Fernando Carioni	14	2	16	14	10	25	26	0	0
Des. Luiz Carlos Freyesleben	19	1	16	9	7	26	21	2	0
Des. Luiz Carlos Freyesleben	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Des. Marcus Tulio Sartorato	7	1	10	4	8	15	16	0	0
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	12	0	15	12	4	16	15	2	0
Des. Sérgio Izidoro Heil	9	0	10	7	10	9	17	8	1
Des. Victor Ferreira	7	2	11	15	3	21	13	4	0
Des. Joel Figueira Júnior	6	0	12	13	6	16	16	2	0
Des. Henry Petry Junior	5	0	3	2	13	5	10	3	0
Desa. Sônia Maria Schmitz	4	0	1	0	2	0	2	1	0
Des. Jairo Fernandes Gonçalves	5	0	0	0	0	2	0	0	0
Des. Jaime Luiz Vicari	6	2	3	1	0	3	2	0	1
Des. Ronei Danielli	6	1	7	3	2	12	6	1	1
Des. Luiz Fernando Boller	3	1	3	1	2	16	3	1	1
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva	0	0	0	0	1	0	1	0	0
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva	2	0	1	0	0	1	0	0	3
Des. Ricardo Roesler (Substituto)	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva	1	0	0	0	0	1	0	0	0
Desa. Denise Volpato (Substituto)	4	0	0	0	0	6	0	0	1

Des. Carlos Adilson Silva	0	0	0	1	0	0	1	0	0
Des. Stanley da Silva Braga	0	0	0	0	2	0	1	0	0
Des. Saul Steil (Substituto)	1	0	0	0	0	1	0	0	1
Des. Gilberto Gomes de Oliveira	5	0	0	0	0	1	0	0	0
Des. Odson Cardoso Filho (Substituto)	1	0	1	0	0	0	0	0	0
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt	7	2	3	0	0	10	3	0	3
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**154**	**15**	**156**	**112**	**87**	**245**	**205**	**28**	**5**

ÓRGÃO JULGADOR: GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL

Magistrado	Distribuídos/Incidentes	Redistr	Julgamento Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Desp. Revis	Desp. Relat	Voto Relat	Pedido de Vista	Receb Trans
Des. Ricardo Fontes	5	0	6	6	0	9	6	0	0
Des. Salim Schead dos Santos	1	1	0	1	4	1	4	2	0
Des. Lédio Rosa de Andrade	2	0	5	6	1	4	4	0	0
Des. Jorge Schaefer Martins	0	2	3	3	2	4	5	0	0
Des. José Carlos Carstens Köhler	2	0	2	3	1	3	3	0	0
Des. Jorge Luiz de Borba	1	1	3	3	0	4	3	0	2
Desa. Rejane Andersen	5	0	10	7	0	13	9	1	0
Des. Cláudio Valdyr Helfenstein	4	0	5	5	4	9	9	0	1
Des. Rodrigo Antônio	2	2	5	5	1	7	5	0	0
Des. Jânio Machado	0	0	6	6	4	8	12	0	0
Desa. Soraya Nunes Lins	1	0	1	1	4	1	6	0	0
Des. Paulo Roberto Camargo Costa	0	1	0	0	2	0	0	0	0
Des. Raulino Jacó Brüning	1	0	0	0	0	1	0	0	0
Des. José Inácio Schaefer	2	0	0	0	0	3	1	0	1
Des. João Batista Góes Ulysséa	2	1	0	0	1	1	1	0	3
Des. Robson Luz Varella	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Des. Robson Luz Varella (Substituto)	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Des. Altamiro de Oliveira (Substituto)	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Des. Júlio César Knoll	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Des. Júlio César Knoll (Substituto)	2	0	0	0	0	1	0	0	6
Des. Francisco Oliveira Neto (Substituto)	0	1	0	0	0	1	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**30**	**11**	**46**	**46**	**24**	**72**	**68**	**3**	**1**

ÓRGÃO JULGADOR: GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

Magistrado	Distribuídos/Incidentes	Redistr	Julgamento Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Desp. Revis	Desp. Relat	Voto Relat	Pedido de Vista	Receb Trans
Des. Pedro Manoel Abreu	66	13	167	164	7	217	142	0	3
Des. Pedro Manoel Abreu (Substituto)	0	0	0	0	0	3	0	0	0
Des. Cláudio Barreto Dutra	81	13	86	67	40	134	101	0	0
Des. Cláudio Barreto Dutra (Substituto)	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Des. Newton Trisotto	62	16	94	73	11	167	87	21	1
Des. Newton Trisotto (Substituto)	1	0	0	0	0	1	0	0	0
Des. Luiz Cézar Medeiros	79	13	95	101	21	158	92	10	7
Des. Vanderlei Romer	70	11	95	78	17	167	99	3	1
Des. Vanderlei Romer (Substituto)	1	0	2	0	0	3	2	0	0
Des. José Volpato de Souza	68	17	73	60	19	147	82	1	3

Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	67	12	91	66	13	192	79	3	9
Des. Rui Fortes	3	0	0	2	0	5	0	0	0
Des. Cesar Abreu	0	0	1	6	0	5	0	0	0
Des. Cesar Abreu (Substituto)	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Des. Cid Goulart	77	12	121	92	18	210	112	3	6
Des. Cid Goulart (Substituto)	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Des. Jaime Ramos	75	15	92	53	14	134	77	5	1
Des. Jaime Ramos (Substituto)	2	0	2	0	0	0	0	0	0
Des. Newton Janke	80	14	89	82	9	175	88	12	3
Des. João Henrique Blasi	85	11	108	100	14	212	109	3	3
Des. Jânio Machado (Substituto)	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Desa. Sônia Maria Schmitz	3	0	2	21	2	1	4	0	0
Desa. Sônia Maria Schmitz (Substituto)	12	3	20	0	0	45	19	0	6
Desa. Sônia Maria Schmitz (Titular)	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Des. Ricardo Roesler	0	0	0	0	0	4	0	1	0
Des. Ricardo Roesler (Substituto)	11	1	8	0	0	7	0	0	3
Des. Paulo Henrique Moritz M. da Silva	0	0	0	17	9	1	4	0	0
Des. Paulo Henrique Moritz M. da Silva	27	8	24	0	0	50	18	0	2
Des. Rodrigo Collaço	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Des. Rodrigo Collaço (Substituto)	4	1	0	0	0	7	0	0	0
Des. Carlos Adilson Silva	2	0	2	41	10	3	13	0	0
Des. Carlos Adilson Silva (Substituto)	66	6	58	0	0	160	43	0	9
Des. Gilberto Gomes de Oliveira	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Des. Volnei Celso Tomazini (Substituto)	2	0	0	0	0	1	0	0	0
Desa. Janice Goulart Garcia Ubialli	4	1	1	0	0	9	0	0	8
Des. Francisco Oliveira Neto (Substituto)	15	4	4	0	0	19	0	0	8
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**965**	**171**	**1.235**	**1.023**	**204**	**2.241**	**1.171**	**62**	**24**

CÂMARAS DE DIREITO CIVIL

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

Magistrado	Distribuídos/Incidentes	Redistr	Julgamento Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Desp. Revis	Desp. Relat	Voto Relat	Pedido de Vista	Receb Trans
Des. Carlos Prudêncio	954	253	1.243	826	763	945	1.429	46	1
Des. Carlos Prudêncio (Substituto)	4	0	9	0	0	5	4	0	0
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Des. Joel Figueira Júnior	617	122	1.087	1.050	203	1.388	1.206	14	5
Des. Joel Figueira Júnior (Cooperador)	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Des. Joel Figueira Júnior (Substituto)	2	0	1	0	0	4	1	0	0
Desa. Sônia Maria Schmitz (Cooperador)	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Des. Ronei Danielli	140	26	167	99	133	192	253	13	1.4
Des. Ronei Danielli (Cooperador)	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva	24	9	2	0	0	0	0	0	0
Des. Paulo Roberto Sartorato	25	1	6	0	0	5	0	0	1.3
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva	0	0	0	2	0	1	0	0	0
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva	56	14	3	0	0	73	2	0	5
Des. Carlos Alberto Civinski	0	0	0	1	0	0	0	0	0

Des. Rodrigo Collaço (Substituto)	0	0	0	0	0	2	0	0	0
Desa. Denise Volpato	0	0	0	861	551	3	485	22	0
Desa. Denise Volpato (Cooperador)	127	31	414	0	0	556	414	0	0
Desa. Denise Volpato (Cooperador)	68	33	311	0	0	406	311	0	2
Desa. Denise Volpato (Substituto)	482	139	148	0	0	195	135	0	1.6
Des. Carlos Adilson Silva (Cooperador	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Des. Stanley da Silva Braga	0	0	0	95	61	0	38	3	0
Des. Stanley da Silva Braga (Cooperador)	23	13	87	0	0	125	85	0	1
Des. Stanley da Silva Braga (Substituto)	2	0	2	0	0	4	2	0	0
Des. Saul Steil	0	0	0	122	0	0	1	10	0
Des. Saul Steil (Cooperador)	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Des. Saul Steil (Cooperador Participante)	17	0	133	0	0	126	122	0	12
Des. Saul Steil (Substituto)	0	0	0	0	0	3	0	0	0
Des. Gilberto Gomes de Oliveira	0	0	0	99	35	4	34	1	0
Des. Gilberto Gomes de Oliveira	94	43	99	0	0	104	99	0	8
Des. Rodolfo C. R. S. Tridapalli	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Des. Júlio César Knoll	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt	0	0	6	334	234	12	196	16	0
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt	268	110	348	0	0	379	348	6	4
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**2.905**	**794**	**4.068**	**3.490**	**1.980**	**4.534**	**5.165**	**133**	**5.0**

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

Magistrado	Distribuídos/Incidentes	Redistr	Julgamento Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Desp. Revis	Desp. Relat	Voto Relat	Pedido de Vista	Receb Trans
Des. Nelson Schaefer Martins	840	340	1.168	914	837	1.079	1672	23	19
Des. Nelson Schaefer Martins	1	0	2	0	0	2	1	0	0
Des. Luiz Carlos Freyesleben	1.112	337	1.580	1.191	806	1.143	2.006	12	27
Des. Luiz Carlos Freyesleben	0	0	5	0	0	9	1	0	0
Des. Sérgio Izidoro Heil	898	364	1.321	1.049	582	1.218	1.607	44	16
Des. Sérgio Izidoro Heil (Substituto)	1	0	1	0	0	1	1	0	0
Des. Henry Petry Junior (Substituto)	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Des. Jaime Luiz Vicari	0	0	0	3	0	0	0	0	0
Des. Jaime Luiz Vicari (Cooperador)	15	0	0	0	0	2	0	0	0
Des. Jaime Luiz Vicari (Cooperador)	5	0	0	0	0	0	0	0	0
Des. Jaime Luiz Vicari (Substituto)	0	0	0	0	0	2	0	0	0
Des. Ricardo Roesler	2	0	1	0	0	0	0	1	0
Des. Ricardo Roesler (Substituto)	21	10	3	0	0	0	0	0	0
Des. Carlos Alberto Civinski	0	0	0	3	0	0	0	1	0
Des. Carlos Alberto Civinski (Cooperador)	0	0	3	0	0	0	3	0	3
Des. Saul Steil	0	0	0	19	0	0	0	1	0
Des. Saul Steil (Substituto)	74	33	20	0	0	68	19	0	1
Des. Gilberto Gomes de Oliveira	0	0	0	485	70	0	67	2	0
Des. Gilberto Gomes de Oliveira	82	5	470	0	0	530	468	4	67
Des. Gilberto Gomes de Oliveira	160	33	25	0	0	26	22	0	1
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**3.213**	**1.122**	**4.599**	**3.664**	**2.295**	**4.086**	**5.867**	**88**	**1.3**

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

Magistrado	Distribuídos/Incidentes	Redistr	Julgamento Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Desp. Revis	Desp. Relat	Voto Relat	Pedido de Vista	Receb Trans
Des. Fernando Carioni	839	213	1.004	997	1.272	1.421	2.257	3	2
Des. Fernando Carioni (Substituto)	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Des. Marcus Tulio Sartorato	942	255	1.135	1.115	667	1.367	1.768	9	2
Des. Marcus Tulio Sartorato (Substituto)	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	798	200	991	961	551	1.161	1.515	24	16
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	2	0	1	0	0	9	1	0	0
Des. Henry Petry Junior (Cooperador)	18	0	0	12	0	20	0	0	0
Des. Henry Petry Junior (Cooperador	2	0	0	0	0	1	0	0	0
Des. Jaime Luiz Vicari	0	1	0	0	0	1	0	0	0
Des. Saul Steil	0	0	0	1.273	236	0	230	2	0
Des. Saul Steil (Cooperador)	36	1	93	0	0	74	93	0	3
Des. Saul Steil (Cooperador Participante)	202	22	1.086	0	0	1.233	1.085	3	61
Des. Saul Steil (Substituto)	226	88	94	0	0	147	94	0	2
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**3.066**	**780**	**4.404**	**4.358**	**2.726**	**5.435**	**7.043**	**41**	**83**

ÓRGÃO JULGADOR: QUARTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

Magistrado	Distribuídos/Incidentes	Redistr	Julgamento Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Desp. Revis	Desp. Relat	Voto Relat	Pedido de Vista	Receb Trans
Des. Eládio Torret Rocha	841	179	1.200	1.109	490	1265	1.582	11	2
Des. Victor Ferreira	850	180	922	736	711	854	1.435	26	4
Des. Luiz Fernando Boller	654	139	898	910	439	1.139	1.322	5	1.2
Des. Luiz Fernando Boller (Substituto)	1	0	5	0	0	1	1	0	0
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva	0	0	0	592	532	3	498	19	0
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva	177	24	354	0	0	456	353	0	0
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva	38	31	188	0	0	234	188	0	33
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva	281	63	44	0	0	69	41	0	8
Des. Ricardo Roesler	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Des. Ricardo Roesler (Substituto)	55	16	0	0	0	1	0	0	0
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Des. Carlos Adilson Silva	0	0	0	44	0	0	0	0	0
Des. Carlos Adilson Silva (Cooperador)	0	0	42	0	0	39	40	0	4
Des. Carlos Adilson Silva (Substituto)	20	0	8	0	0	8	5	0	0
Des. Altamiro de Oliveira	0	0	0	1	0	0	0	1	0
Des. Altamiro de Oliveira (Cooperador)	0	0	1	0	0	0	1	0	0
Des. Leopoldo Augusto Brüggemann	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Desa. Cláudia Lambert de Faria	0	0	1	0	0	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**2.917**	**632**	**3.663**	**3.392**	**2.172**	**4.071**	**5.466**	**63**	**1.7**

ÓRGÃO JULGADOR: QUINTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

Magistrado	Distribuídos/Incidentes	Redistr	Julgamento Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Desp. Revis	Desp. Relat	Voto Relat	Pedido de Vista	Receb Trans
Desa. Sônia Maria Schmitz	648	216	834	593	584	758	1.171	13	12
Desa. Sônia Maria Schmitz (Substituto)	1	0	8	0	0	1	1	0	0
Des. Henry Petry Junior	987	284	1.471	1.101	859	1.439	1.912	31	1
Des. Henry Petry Junior (Cooperador)	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Des. Henry Petry Junior (Substituto)	2	0	2	0	0	0	0	0	0

Des. Jairo Fernandes Gonçalves	828	238	1.280	920	734	1.286	1.656	29	2
Des. Jairo Fernandes Gonçalves	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Des. Carlos Adilson Silva	0	0	1	81	61	0	51	2	0
Des. Carlos Adilson Silva (Cooperador)	14	0	82	0	0	101	81	5	7
Des. Altamiro de Oliveira (Substituto)	43	9	1	0	0	3	0	0	5
Des. Saul Steil	0	0	0	0	1	0	1	0	0
Des. Saul Steil (Substituto)	24	16	0	0	0	2	0	0	0
Des. Odson Cardoso Filho	1	0	1	532	342	1	332	9	0
Des. Odson Cardoso Filho (Cooperador)	52	22	466	0	0	597	438	1	1.3
Des. Odson Cardoso Filho (Substituto)	257	116	104	0	0	158	99	0	8
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**2.857**	**901**	**4.250**	**3.227**	**2.581**	**4.348**	**5.742**	**90**	**1.5**

ÓRGÃO JULGADOR: SEXTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

Magistrado	Distribuídos/Incidentes	Redistr	Julgamento Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Desp. Revis	Desp. Relat	Voto Relat	Pedido de Vista	Receb Trans
Des. Jaime Luiz Vicari	808	258	1.354	992	1.000	1.237	1.939	24	0
Des. João Batista Góes Ulysséa	66	11	34	28	80	68	108	2	1.6
Des. Ronei Danielli	539	183	791	693	681	970	1.348	55	1.0
Des. Ronei Danielli (Cooperador)	0	0	0	0	0	2	0	0	0
Des. Paulo Roberto Sartorato	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Des. Robson Luz Varella	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Des. Carlos Alberto Civinski	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Des. Stanley da Silva Braga	0	0	0	686	698	0	645	11	0
Des. Stanley da Silva Braga (Substituto)	686	271	854	0	0	1.077	686	4	1.5
Des. Stanley da Silva Braga (Cooperador	0	0	1	0	0	0	1	0	0
Des. Altamiro de Oliveira	0	0	0	103	58	2	57	2	0
Des. Altamiro de Oliveira (Substituto)	206	67	126	0	0	140	104	0	0
Aguarda nomeação JSG (§ 2º art. 1º AR 110/10)	38	15	0	0	0	0	0	0	0
Des. Rodolfo C. R. S. Tridapalli	0	1	0	0	0	1	0	0	0
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt	0	0	1	852	0	3	1	4	0
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt	79	17	788	0	0	838	787	4	1.4
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt	155	69	71	0	0	78	70	0	2
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**2.577**	**892**	**4.020**	**3.354**	**2.517**	**4.421**	**5.746**	**106**	**5.7**

CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL

Magistrado	Distribuídos/Incidentes	Redistr	Julgamento Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Desp. Revis	Desp. Relat	Voto Relat	Pedido de Vista	Receb Trans
Des. Ricardo Fontes	2.711	365	2.977	1.338	441	1.746	1.735	0	2
Des. Ricardo Fontes (Substituto)	1	0	1	0	0	4	1	0	0
Des. Salim Schead dos Santos	2.080	333	2.235	891	167	1.365	1.056	4	9
Des. Salim Schead dos Santos	1	0	19	0	0	1	0	0	0
Des. Rodrigo Antônio	2.152	367	2640	970	198	1.556	1.100	0	6
Des. Rodrigo Antônio (Cooperador)	2	0	11	0	0	6	4	0	1
Des. Rodrigo Antônio (Substituto)	2	0	11	0	0	6	4	0	0
Des. Domingos Paludo	1	0	0	0	0	2	0	0	0

Des. Paulo Roberto Sartorato	2	0	0	0	0	1	0	0	0
Des. Paulo Roberto Sartorato	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Des. Rodrigo Collaço (Cooperador)	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Des. Stanley da Silva Braga	0	0	3	220	0	0	0	0	0
Des. Stanley da Silva Braga	151	48	48	0	0	78	16	0	3
Des. Stanley da Silva Braga (Cooperador)	168	9	331	0	0	258	190	0	7
Des. Stanley da Silva Braga (Substituto)	42	0	52	0	0	28	13	0	0
Des. Rodolfo C. R. S. Tridapalli	1	0	0	0	0	2	0	0	0
Desa. Janice Goulart Garcia Ubialli	0	0	0	888	21	0	18	0	0
Desa. Janice Goulart Garcia Ubialli	315	16	922	0	0	758	624	0	1.0
Desa. Janice Goulart Garcia Ubialli	876	146	497	0	0	373	267	0	7
Desa. Cláudia Lambert de Faria	2	0	0	0	0	2	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**8.509**	**1.284**	**9.750**	**4.308**	**827**	**6.187**	**5.029**	**4**	**1.3**

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL

Magistrado	Distribuídos/Incidentes	Redistr	Julgamento Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Desp. Revis	Desp. Relat	Voto Relat	Pedido de Vista	Receb Trans
Des. Jorge Schaefer Martins	541	80	632	620	395	729	1.001	11	1
Des. Jorge Schaefer Martins (Substituto)	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Des. Jorge Schaefer Martins (Titular)	5	0	20	0	0	27	19	0	0
Des. Jorge Luiz de Borba	1.635	437	2.023	1.981	1.181	2.509	3.175	112	1
Desa. Rejane Andersen	1.843	431	2.170	2.184	970	2.654	3.057	19	5
Desa. Rejane Andersen (Cooperador)	0	0	1	0	0	1	1	0	0
Desa. Rejane Andersen (Substituto)	0	0	1	0	0	23	0	0	0
Des. João Batista Góes Ulysséa	1.396	333	649	781	1.778	1.564	2.194	37	1.2
Des. João Batista Góes Ulysséa	0	0	0	0	0	2	0	0	0
Des. João Batista Góes Ulysséa (Titular)	0	0	1	0	0	2	1	0	0
Des. Luiz Fernando Boller	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Des. Paulo Roberto Sartorato	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Des. Robson Luz Varella	0	0	1	1.274	383	16	385	5	0
Des. Robson Luz Varella (Cooperador)	309	28	691	0	0	834	669	3	3
Des. Robson Luz Varella (Cooperador)	148	28	555	0	0	609	540	4	34
Des. Robson Luz Varella	326	86	48	0	0	92	47	0	1
Des. Carlos Alberto Civinski	0	0	0	0	16	0	16	0	0
Des. Carlos Alberto Civinski (Cooperador)	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Des. Saul Steil	0	0	0	0	0	0	0	10	0
Des. Saul Steil (Cooperador Participante)	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Des. Rodolfo C. R. S. Tridapalli	0	0	0	0	0	2	0	0	0
Des. Leopoldo Augusto Brüggemann	7	4	0	0	0	0	0	0	0
Desa. Janice Goulart Garcia Ubialli	27	1	0	0	0	2	0	0	3
Desa. Cláudia Lambert de Faria	2	0	0	0	0	3	0	0	0
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt	11	1	0	0	0	0	0	0	1
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**6.251**	**1.429**	**6.793**	**6.840**	**4.723**	**9.072**	**11.105**	**201**	**1.7**

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL

Magistrado	Distribuídos/Incidentes	Redistr	Julgamento Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Desp. Revis	Desp. Relat	Voto Relat	Pedido de Vista	Receb Trans
Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi	920	639	1.541	815	227	1.049	1.036	14	22

Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi	2	0	73	0	0	29	0	0	0
Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi	0	0	1	0	0	1	1	0	0
Des. Cláudio Valdyr Helfenstein	27	0	0	2	0	4	0	0	0
Des. Cláudio Valdyr Helfenstein (Titular)	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Des. Jânio Machado	17	0	1	3	0	3	0	0	0
Des. Paulo Roberto Camargo Costa	1.779	954	1.803	1.799	1.175	2.180	2.734	74	16
Des. Paulo Roberto Camargo Costa	21	0	129	0	0	130	129	0	0
Des. Paulo Roberto Camargo Costa	2	0	24	0	0	18	24	0	0
Des. Paulo Roberto Camargo Costa	7	0	12	0	0	17	11	0	0
Des. Raulino Jacó Brüning	1.940	919	1.349	1.125	1.134	2.096	2.305	26	34
Des. Raulino Jacó Brüning (Substituto)	0	0	1	0	0	2	0	0	0
Des. Luiz Fernando Boller	1	0	0	0	0	4	0	0	0
Des. Domingos Paludo	5	1	1	14	0	6	1	0	0
Des. Domingos Paludo (Cooperador	6	0	6	0	0	7	6	0	0
Des. Paulo Roberto Sartorato	1	0	0	0	0	1	0	0	0
Des. Robson Luz Varella (Substituto)	50	17	0	0	0	0	0	0	0
Des. Paulo Henrique M. M. da Silva (substituto)	57	2	3	0	0	7	0	0	0
Des. Carlos Alberto Civinski	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Des. Carlos Alberto Civinski (Cooperador)	0	0	1	0	0	0	1	0	0
Des. Altamiro de Oliveira	0	0	0	0	0	0	0	2	0
Des. Saul Steil	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Des. José Everaldo Silva (Substituto)	102	17	0	0	0	0	0	0	0
Des. Leopoldo Augusto Brüggemann	92	26	0	0	0	0	0	0	0
Des. Júlio César Knoll	0	0	0	739	609	3	569	22	1
Des. Júlio César Knoll (Cooperador)	170	17	633	0	0	754	616	4	1.5
Des. Júlio César Knoll (Substituto)	1.072	241	173	0	0	264	166	1	1.2
Des. Francisco Oliveira Neto	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Des. Francisco Oliveira Neto (Substituto)	140	26	0	0	0	2	0	0	1
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**6.413**	**2.859**	**5.752**	**4.498**	**3.145**	**6.578**	**7.599**	**145**	**3.5**

ÓRGÃO JULGADOR: QUARTA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL

Magistrado	Distribuídos/Incidentes	Redistr	Julgamento Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Desp. Revis	Desp. Relat	Voto Relat	Pedido de Vista	Receb Trans
Des. Lédio Rosa de Andrade	2.204	377	2.681	2.703	945	3.125	3.615	8	
Des. Lédio Rosa de Andrade	0	0	0	0	0	1	0	0	
Des. Lédio Rosa de Andrade	1	0	1	0	0	2	1	0	
Des. Lédio Rosa de Andrade (Substituto)	0	0	0	0	0	6	0	0	
Des. Lédio Rosa de Andrade (Titular	1	0	23	0	0	24	23	0	
Des. Carstens Köhler	0	0	0	0	0	1	0	0	
Des. José Carlos Carstens Köhler	1.993	357	2.450	2.449	1.608	2.862	4.028	1	
Des. José Carlos Carstens Köhler	2	0	0	0	0	0	0	0	
Des. José Carlos Carstens Köhler	1	0	3	0	0	3	3	0	
Des. José Inácio Schaefer	2.025	369	2.465	2.699	1.750	2.956	4.115	11	1
Des. José Inácio Schaefer (Cooperador)	12	0	33	0	0	21	33	0	
Des. José Inácio Schaefer (Cooperador	34	0	90	0	0	84	90	0	
Des. José Inácio Schaefer (Substituto)	44	0	82	0	0	56	81	0	
Des. Domingos Paludo	1	0	0	0	0	1	0	0	
Des. Altamiro de Oliveira	0	0	0	1.215	1.466	0	1.493	10	

Des. Altamiro de Oliveira (Cooperador)	246	32	672	0	0	774	661	0	
Des. Altamiro de Oliveira (Cooperador)	55	33	459	0	0	526	447	0	
Des. Altamiro de Oliveira (Substituto)	376	91	162	0	0	308	162	0	
Des. Gilberto Gomes de Oliveira	0	0	0	0	0	1	0	0	
Des. Júlio César Knoll	1	0	0	0	48	0	43	0	
Des. Júlio César Knoll (Substituto)	75	24	0	0	0	2	0	0	
Desa. Janice Goulart Garcia Ubialli	0	0	0	0	0	0	0	3	
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt	0	0	0	0	0	1	0	0	
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**7.071**	**1.283**	**9.122**	**9.066**	**5.817**	**10.754**	**14.795**	**33**	**2**

ÓRGÃO JULGADOR: QUINTA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL

Magistrado	Distribuídos/Incidentes	Redistr	Julgamento Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Desp. Revis	Desp. Relat	Voto Relat	Pedido de Vista	Receb Trans
Des. Cláudio Valdyr Helfenstein	1.630	428	1.875	1.407	861	2.187	2.208	15	1(
Des. Cláudio Valdyr Helfenstein	2	0	3	0	0	1	1	0	(
Des. Jânio Machado	1.830	444	2.011	1.783	1.007	2.180	2.732	16	2
Des. Jânio Machado (Substituto)	10	0	18	0	0	27	10	0	(
Desa. Soraya Nunes Lins	1.577	411	1.026	1.028	1.203	1.506	2.174	16	8
Desa. Soraya Nunes Lins (Cooperador)	1	0	1	0	0	2	1	0	(
Desa. Soraya Nunes Lins (Substituto)	2	0	2	0	0	2	2	0	(
Des. Ricardo Roesler	0	0	0	0	0	0	0	1	(
Des. Ricardo Roesler (Substituto)	51	16	0	0	0	0	0	0	
Des. Domingos Paludo	1	0	0	0	0	1	0	0	(
Des. Altamiro de Oliveira	0	0	0	0	28	0	28	0	(
Des. Saul Steil (Substituto)	32	10	1	0	0	7	0	0	(
Des. Volnei Celso Tomazini	0	0	0	483	309	1	312	8	(
Des. Volnei Celso Tomazini (Cooperador)	62	12	415	0	0	482	360	0	1.3
Des. Volnei Celso Tomazini (Substituto)	493	127	157	0	0	169	125	0	
Des. Leopoldo Augusto Brüggemann	0	0	0	0	53	0	52	0	(
Des. Leopoldo Augusto Brüggemann	120	22	3	0	0	9	0	0	(
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**5.811**	**1.470**	**5.512**	**4.701**	**3.461**	**6.574**	**8.005**	**56**	**1.7**

CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Magistrado	Distribuídos/Incidentes	Redistr	Julgamento Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Desp. Revis	Desp. Relat	Voto Relat	Pedido de Vista	Receb Trans
Des. Newton Trisotto	1.899	263	1.846	953	1.460	1.341	2.175	49	2
Des. Vanderlei Romer	2.045	372	2.146	1.007	772	1.135	1.823	19	2
Des. Vanderlei Romer (Substituto)	0	0	282	0	0	4	0	0	(
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	2.373	389	2.603	1.267	751	1.444	1.980	26	1
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	0	0	1	0	0	0	0	0	(
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva	0	0	0	0	0	1	0	0	(
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva	0	0	3	957	21	6	22	27	(
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva	234	37	699	0	0	777	644	2	(
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva	51	19	300	0	0	334	240	0	6

Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva	1.073	131	332	0	0	390	73	0	6
Des. Gilberto Gomes de Oliveira	0	0	0	0	0	2	0	0	0
Des. Gilberto Gomes de Oliveira	64	8	0	0	0	0	0	0	0
Des. Rodolfo C. R. S. Tridapalli	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Des. Odson Cardoso Filho	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Des. Volnei Celso Tomazini (Substituto)	57	14	0	0	0	0	0	0	1
Desa. Janice Goulart Garcia Ubialli	22	1	15	0	0	0	0	0	1
Des. Francisco Oliveira Neto (Substituto)	85	3	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**7.903**	**1.237**	**8.227**	**4.186**	**3.004**	**5.436**	**6.957**	**123**	**1.3**

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Des. Cid Goulart	2.198	312	2.274	1.213	1.469	1.387	2.508	24	4
Des. Cid Goulart (Cooperador)	0	0	0	0	0	3	0	0	0
Des. Cid Goulart (Substituto)	1	0	43	0	0	3	1	0	0
Des. Newton Janke	2.382	307	2.580	1.482	998	1.547	2.399	45	1
Des. Newton Janke (Substituto)	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Des. João Henrique Blasi	2.532	330	2.418	1.603	1.043	1.534	2.585	19	7
Des. Paulo Roberto Camargo Costa	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Des. Ricardo Roesler	0	0	1	1.275	253	0	276	13	0
Des. Ricardo Roesler (Cooperador)	318	30	1.061	0	0	1.009	912	3	0
Des. Ricardo Roesler (Cooperador)	81	26	609	0	0	621	359	0	1.4
Des. Ricardo Roesler (Substituto)	480	82	127	0	0	8	0	0	0
Des. Domingos Paludo	1	0	0	0	0	1	0	0	0
Des. Carlos Adilson Silva	0	0	0	0	5	0	5	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**7.996**	**1.087**	**9113**	**5.573**	**3.768**	**6.116**	**9045**	**104**	**1.5**

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Des. Pedro Manoel Abreu	2.067	259	2.257	1.279	761	1.146	2.046	24	2
Des. Pedro Manoel Abreu (Cooperador)	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Des. Pedro Manoel Abreu (Cooperador)	0	0	1	0	0	1	0	0	0
Des. Pedro Manoel Abreu (Substituto)	1	0	7	0	0	1	1	0	0
Des. Luiz Cézar Medeiros	2.525	304	2.668	1.284	1.205	1.102	2.480	20	4
Des. Luiz Cézar Medeiros (Cooperador)	0	0	0	0	0	2	0	0	0
Des. Luiz Cézar Medeiros (Substituto)	2	0	3	0	0	0	2	0	0
Des. Wilson Augusto do Nascimento	2	0	0	0	0	2	0	0	0
Des. Rui Fortes	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Des. Cesar Abreu	0	0	0	0	0	2	0	0	0
Desa. Sônia Maria Schmitz	2	0	0	260	99	0	98	0	0
Desa. Sônia Maria Schmitz (Cooperador)	0	0	3	0	0	6	2	0	0
Desa. Sônia Maria Schmitz (Cooperador)	35	1	93	0	0	41	62	0	1
Desa. Sônia Maria Schmitz (Substituto)	273	52	278	0	0	126	194	0	4
Des. Rodrigo Collaço (Substituto)	2	3	0	0	0	0	0	0	0
Des. Carlos Adilson Silva	0	0	0	1.079	624	1	610	10	0
Des. Carlos Adilson Silva (Cooperador)	0	0	0	0	0	2	0	0	0
Des. Carlos Adilson Silva (Cooperador)	17	3	146	0	0	166	144	1	2
Des. Carlos Adilson Silva (Substituto)	2.096	238	1.711	0	0	1.079	934	0	1.4
Des. Rodolfo C. R. S. Tridapalli	1	0	0	0	0	1	0	0	0
Des. Rodolfo C. R. S. Tridapalli	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Desa. Janice Goulart Garcia Ubialli	152	40	26	0	0	1	0	0	4
Des. Francisco Oliveira Neto	1	0	1	852	465	0	415	18	0

Des. Francisco Oliveira Neto	76	6	751	0	0	678	590	4	1.1
Des. Francisco Oliveira Neto (Substituto)	670	66	630	0	0	288	262	0	4
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**7.922**	**972**	**8.575**	**4.758**	**3.154**	**4.649**	**7.840**	**78**	**3.0**

ÓRGÃO JULGADOR: QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Magistrado	Distribuídos/Incidentes	Redistr	Julgamento Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Desp. Revis	Desp. Relat	Voto Relat	Pedido de Vista	Receb Trans
Des. Cláudio Barreto Dutra	2.516	329	2.307	1.362	1.115	2.158	2.405	2	4
Des. Cláudio Barreto Dutra (Cooperador)	0	0	0	0	0	2	0	0	0
Des. Cláudio Barreto Dutra (Titular)	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Des. José Volpato de Souza	2.273	310	2.098	1.310	958	1.442	2.257	15	1
Des. Jaime Ramos	2.458	306	2.356	1.399	936	1.675	2.290	19	2
Des. Jaime Ramos (Titular participante)	0	0	4	0	0	7	4	0	0
Des. Jânio Machado (Cooperador)	0	0	0	0	0	2	0	0	0
Des. Jânio Machado (Substituto)	0	0	0	0	0	3	0	0	0
Des. Ricardo Roesler	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Des. Rodrigo Collaço	1	0	2	1.036	1.021	0	963	22	0
Des. Rodrigo Collaço (Cooperador)	244	38	1.052	0	0	1.090	957	0	2
Des. Rodrigo Collaço (Cooperador	20	13	31	0	0	31	28	0	32
Des. Rodrigo Collaço (Substituto)	189	23	146	0	0	64	54	0	0
Des. Rodolfo C. R. S. Tridapalli	0	0	1	0	0	1	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**7.701**	**1.019**	**7.998**	**5.107**	**4.030**	**6.476**	**8.958**	**59**	**36**

CÂMARAS DE DIREITO CRIMINAL

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

Magistrado	Distribuídos/Incidentes	Redistr	Julgamento Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Desp. Revis	Desp. Relat	Voto Relat	Pedido de Vista	Receb Trans
Des. Rui Fortes	701	41	620	522	506	774	981	14	6
Des. Rui Fortes (Cooperador)	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Des. Rui Fortes (Substituto)	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Des. Hilton Cunha Júnior	667	25	560	417	281	758	663	5	12
Des. Hilton Cunha Júnior (Cooperador)	0	0	1	0	0	1	0	0	0
Des. Hilton Cunha Júnior (Substituto)	0	0	1	0	0	1	0	0	0
Desa. Marli Mosimann Vargas	621	37	760	732	269	1.006	970	0	18
Desa. Marli Mosimann Vargas	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Desa. Marli Mosimann Vargas	0	0	1	0	0	7	0	0	0
Des. Carlos Alberto Civinski	0	0	0	3	0	0	0	2	0
Des. Carlos Alberto Civinski (Cooperador)	0	0	4	0	0	8	4	0	1
Des. Newton Varella Júnior	1	0	0	517	183	13	179	4	0
Des. Newton Varella Júnior (Cooperador)	97	0	269	0	0	272	237	0	0
Des. Newton Varella Júnior (Cooperador)	34	12	175	0	0	183	153	0	35
Des. Newton Varella Júnior (Substituto)	545	14	160	0	0	262	124	0	9
Des. Gilberto Gomes de Oliveira	0	0	0	5	8	0	8	0	0
Des. Gilberto Gomes de Oliveira	49	2	5	0	0	23	5	0	7
Des. José Everaldo Silva	0	0	0	35	0	0	0	1	0
Des. José Everaldo Silva (Cooperador)	0	0	6	0	0	8	6	0	9
Des. José Everaldo Silva (Substituto)	120	3	30	0	0	59	29	0	1

Des. Volnei Celso Tomazini	0	0	3	14	0	6	0	1	
Des. Volnei Celso Tomazini (Substituto)	72	0	17	0	0	32	14	0	1
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**2.907**	**134**	**2.613**	**2.245**	**1.247**	**3.415**	**3.373**	**27**	**8**

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

Magistrado	Distribuídos/Incidentes	Redistr	Julgamento Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Desp. Revis	Desp. Relat	Voto Relat	Pedido de Vista	Receb Trans
Des. Sérgio Paladino	942	43	869	870	483	1.298	1342	10	2
Des. Irineu João da Silva	779	46	788	789	406	1.130	1194	4	
Desa. Salete Silva Sommariva	769	25	754	719	264	1.041	938	17	1
Desa. Salete Silva Sommariva	0	0	1	0	0	3	0	0	
Des. Sérgio Izidoro Heil	13	0	0	0	0	2	0	0	2
Des. Tulio Pinheiro	1	0	0	688	497	1	457	3	
Des. Tulio Pinheiro (Cooperador)	94	7	236	0	0	268	234	0	
Des. Tulio Pinheiro (Cooperador)	40	4	195	0	0	247	190	0	2
Des. Tulio Pinheiro (Substituto)	252	30	271	0	0	365	260	0	1
Des. Ricardo Roesler	0	0	0	0	0	0	0	1	
Des. Altamiro de Oliveira (Substituto)	2	0	0	0	0	0	0	0	
Des. Rodolfo C. R. S. Tridapalli	0	0	1	0	0	0	0	0	
Des. Volnei Celso Tomazini	0	0	0	3	0	1	0	1	
Des. Volnei Celso Tomazini (Substituto)	33	1	4	0	0	8	3	0	
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**2.925**	**156**	**3.119**	**3.069**	**1.650**	**4.364**	**4.618**	**36**	**7**

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

Magistrado	Distribuídos/Incidentes	Redistr	Julgamento Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Desp. Revis	Desp. Relat	Voto Relat	Pedido de Vista	Receb Trans
Des. Torres Marques	961	127	1.011	782	374	1.003	1.162	17	1
Des. Torres Marques (Cooperador)	0	0	0	0	0	1	0	0	
Des. Torres Marques (Titular)	0	0	1	0	0	0	0	0	
Des. Alexandre d'Ivanenko	945	147	935	771	426	1.107	1.174	9	1
Des. Moacyr de Moraes Lima Filho	887	141	970	796	436	1.216	1.211	13	2
Des. Roberto Lucas Pacheco	7	0	0	0	0	0	0	0	
Des. Roberto Lucas Pacheco	0	0	1	0	0	0	0	0	
Des. Leopoldo Augusto Brüggemann	0	0	0	284	297	0	290	9	
Des. Leopoldo Augusto Brüggemann	22	4	228	0	0	244	211	0	2
Des. Leopoldo Augusto Brüggemann	154	4	83	0	0	158	70	0	2
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**2.976**	**423**	**3.229**	**2.633**	**1.533**	**3.729**	**4.118**	**48**	**3**

ÓRGÃO JULGADOR: QUARTA CÂMARA CRIMINAL

Magistrado	Distribuídos/Incidentes	Redistr	Julgamento Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Desp. Revis	Desp. Relat	Voto Relat	Pedido de Vista	Receb Trans
Des. Souza Varella	62	490	31	31	3	67	31	0	
Des. Jorge Schaefer Martins	610	16	455	456	205	686	646	31	6
Des. Jorge Schaefer Martins (Substituto)	0	0	6	0	0	10	6	0	1
Des. Roberto Lucas Pacheco	912	502	646	625	276	956	893	23	
Des. Tulio Pinheiro	0	0	0	33	18	0	14	0	

Des. Tulio Pinheiro (Substituto)	110	1	33	0	0	102	33	0	8
Des. Paulo Henrique Moritz M. da Silva	0	0	0	18	21	0	21	1	
Des. Paulo Henrique Moritz M. da Silva	87	5	21	0	0	79	18	0	
Des. Robson Luz Varella	0	0	0	0	0	0	3	0	
Des. Carlos Alberto Civinski	1	0	0	319	143	0	143	17	
Des. Carlos Alberto Civinski (Cooperador)	6	0	211	0	0	233	208	1	6
Des. Carlos Alberto Civinski (Substituto)	374	4	129	0	0	219	115	0	3
Des. Rodrigo Collaço	0	0	0	40	3	0	3	4	
Des. Rodrigo Collaço (Substituto)	154	20	43	0	0	87	40	0	
Desa. Denise Volpato (Substituto)	35	0	0	0	0	13	0	0	
Des. Newton Varella Júnior	0	0	0	16	0	0	0	0	
Des. Newton Varella Júnior (Substituto)	46	1	21	0	0	27	17	0	2
Des. Altamiro de Oliveira (Substituto)	0	0	0	0	0	1	0	0	
Des. Saul Steil (Substituto)	15	9	0	0	0	17	0	0	
Aguarda nomeação JSG (§ 2º art. 1º AR 110/10 - CCrim)	0	471	0	0	0	0	0	0	
Des. José Everaldo Silva	0	0	0	348	211	0	197	13	
Des. José Everaldo Silva (Cooperador	10	0	238	0	0	267	238	0	5
Des. José Everaldo Silva (Substituto)	369	14	138	0	0	232	130	0	8
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**2.791**	**1.533**	**1.972**	**1.886**	**880**	**2.996**	**2.756**	**90**	**2.1**

ÓRGÃO JULGADOR: CÂMARA CIVIL ESPECIAL

Magistrado	Distribuídos/Incidentes	Redistr	Julgamento Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Desp. Revis	Desp. Relat	Voto Relat	Pedido de Vista	Receb Trans
Des. Monteiro Rocha	0	0	0	1	0	0	0	4	0
Des. Monteiro Rocha (Titular	0	0	1	0	0	0	1	0	0
Des. Luiz Fernando Boller	307	13	144	55	0	350	54	0	0
Des. Domingos Paludo	5.006	135	1.255	158	0	4.610	154	32	9
Des. Paulo Roberto Sartorato	4.559	84	1.185	163	0	2.074	161	1	3
Des. Robson Luz Varella (Substituto)	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Des. Paulo Henrique M. M. da Silva (substituto)	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Des. Carlos Alberto Civinski	1.385	61	428	52	0	1.018	47	1	0
Des. Rodrigo Collaço	0	0	2	0	0	0	0	0	0
Desa. Denise Volpato	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Desa. Denise Volpato (Substituto)	0	0	0	0	0	11	0	0	0
Des. Carlos Adilson Silva	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Des. Altamiro de Oliveira (Cooperador)	0	0	1	0	0	0	1	0	0
Des. Saul Steil	257	3	133	48	0	245	49	20	3
Des. Rodolfo C. R. S. Tridapalli	3.710	87	1.877	222	0	4.253	229	2	72
Desa. Cláudia Lambert de Faria	3.173	42	1.066	210	0	2.972	209	8	45
Desa. Cláudia Lambert de Faria	0	0	0	0	0	1	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**18.399**	**425**	**6.094**	**909**	**0**	**15.537**	**905**	**68**	**1.1**

ÓRGÃO JULGADOR: CÂMARA ESPECIAL REGIONAL DE CHAPECÓ

Des. Cesar Abreu	3	0	1	262	194	1	187	3
Des. Cesar Abreu (Titular participante)	218	8	237	0	0	227	227	1
Des. Jorge Luiz de Borba	1	0	1	281	164	1	160	2
Des. Jorge Luiz de Borba (Titular)	528	11	279	0	0	702	279	0

Des. Jânio Machado	0	0	0	0	0	0	0	4	0
Des. Paulo Roberto Camargo Costa	0	0	0	0	0	0	0	19	0
Des. Jairo Fernandes Gonçalves	0	0	0	7	0	0	0	0	0
Des. Jairo Fernandes Gonçalves	10	0	8	0	0	32	1	0	0
Aguardando novo titular	479	61	0	0	0	0	0	0	0
Des. Altamiro de Oliveira	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Des. Saul Steil	0	0	2	84	140	4	140	0	0
Des. Saul Steil (Cooperador)	5	0	63	0	0	15	2	0	0
Des. Saul Steil (Cooperador Participante)	15	0	82	0	0	101	82	0	9
Des. Gilberto Gomes de Oliveira	0	0	0	518	107	1	108	0	0
Des. Gilberto Gomes de Oliveira	450	55	254	0	0	320	242	0	3
Des. Jorge Luis Costa Beber	1.531	1.768	1.653	1.147	659	1.982	1.877	10	0
Des. Guilherme Nunes Born	1.387	2.013	2.426	2.049	1.228	2.893	3.425	9	14
Des. Eduardo Mattos Gallo Júnior	1.556	1.783	1.837	1.360	1.399	2.132	2.828	8	2
Desa. Maria Terezinha Mendonça de Oliveira	567	1747	163	101	958	486	784	1	0
Desa. Maria Terezinha Mendonça de Oliveira (Titular participante)	0	0	0	0	0	0	0	0	53
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**6.752**	**7.446**	**7.006**	**5.809**	**4.849**	**8.897**	**10.342**	**57**	**80**

ÓRGÃO JULGADOR: PLANTÃO JUDICIÁRIO

Magistrado	Distribuídos/Incidentes	Redistr	Julgamento Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Desp. Revis	Desp. Relat	Voto Relat	Pedido de Vista	Receb Trans
Des. Luiz Fernando Boller (Titular)	1	0	0	0	0	3	0	0	0
Des. Tulio Pinheiro (Titular participante)	5	2	1	0	0	7	0	0	0
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva	7	0	0	0	0	6	0	0	0
Des. Ricardo Roesler (Titular)	10	0	2	0	0	11	0	0	0
Des. Domingos Paludo	5	1	0	0	0	6	0	0	0
Des. Paulo Roberto Sartorato (Titular)	7	1	0	0	0	8	0	0	0
Des. Robson Luz Varella	19	1	0	0	0	17	0	0	0
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva	4	3	1	0	0	10	0	0	0
Des. Carlos Alberto Civinski	1	0	2	0	0	0	0	0	0
Des. Carlos Alberto Civinski (Titular)	16	6	4	0	0	21	0	0	1
Des. Rodrigo Collaço (Titular)	4	0	0	0	0	4	0	0	0
Desa. Denise Volpato (Titular)	2	0	0	0	0	2	0	0	0
Des. Carlos Adilson Silva (Titular)	3	1	1	0	0	3	0	0	0
Des. Stanley da Silva Braga (Titular)	23	0	2	0	0	17	0	0	0
Des. Newton Varella Júnior (Titular)	6	0	2	0	0	3	0	0	0
Des. Altamiro de Oliveira (Titular)	7	1	2	0	0	6	0	0	0
Des. Saul Steil (Titular participante)	18	0	8	0	0	19	0	0	0
Des. Rodolfo C. R. S. Tridapalli (Titular)	27	15	1	0	0	42	0	0	0
Des. Odson Cardoso Filho (Titular)	1	1	0	0	0	2	0	0	0
Des. José Everaldo Silva (Titular)	4	3	1	0	0	5	0	0	0
Des. Volnei Celso Tomazini (Titular)	1	0	0	0	0	2	0	0	0
Des. Leopoldo Augusto Brüggemann	17	2	8	0	0	9	0	0	1
Des. Júlio César Knoll (Titular)	20	1	3	0	0	18	0	0	0
Desa. Janice Goulart Garcia Ubialli	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Desa. Janice Goulart Garcia Ubialli	68	5	4	0	0	61	0	0	0
Desa. Cláudia Lambert de Faria (Titular)	58	1	2	0	0	56	0	0	0
Des. Francisco Oliveira Neto	0	0	0	0	0	1	0	0	0

Des. Francisco Oliveira Neto (Titular)	13	2	0	0	0	14	0	0	0
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt	26	1	2	0	0	25	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	373	47	46	0	0	379	0	0	2

ÓRGÃO JULGADOR: ÓRGÃO ESPECIAL (ANTIGO)									
Des. Trindade dos Santos	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Des. Fernando Carioni	1	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	2	0	1	0	0	0	0	0	0

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA PÚBLICO (JANEIRO)									
Des. José Volpato de Souza	3	0	0	0	0	0	0	0	0
Des. Cid Goulart	0	0	1	0	0	1	1	0	0
Des. Newton Janke	0	0	0	0	0	1	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	3	0	1	0	0	2	1	0	0

ÓRGÃO JULGADOR: CÂMARA ESPECIAL TEMPORÁRIA DE DIREITO CIVIL									
Des. Domingos Paludo	1	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	1	0	0	0	0	0	0	0	0

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA PÚBLICO (JANEIRO)									
Des. Newton Trisotto	1	2	0	0	0	1	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	1	2	0	0	0	1	0	0	0

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL (JANEIRO)									
Des. Irineu João da Silva	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Des. Tulio Pinheiro (Cooperador)	1	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	2	0	0	0	0	0	0	0	0

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA DIREITO PÚBLICO (JANEIRO)									
Des. Pedro Manoel Abreu	17	8	9	0	0	19	1	0	0
Des. Newton Trisotto	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Des. Newton Trisotto (Cooperador)	17	9	2	0	0	27	0	0	0
Des. Luiz Cézar Medeiros	16	8	7	2	0	29	2	0	0
Desa. Sônia Maria Schmitz	0	0	0	0	1	0	1	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	50	25	18	2	1	76	4	0	0

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL (JANEIRO)									
Des. Souza Varella	0	0	0	50	0	0	0	0	0
Des. Souza Varella (Cooperador)	44	56	50	0	0	85	50	0	0
Des. Rui Fortes	42	54	43	32	0	98	32	1	0
Des. Hilton Cunha Júnior	48	47	55	29	0	78	29	0	0
Des. Newton Varella Júnior	0	0	0	35	0	6	0	0	0
Des. Newton Varella Júnior (Cooperador)	42	55	45	0	0	72	35	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	176	212	193	146	0	339	146	1	0

11. Mapa: Resumo Sessão

Órgão Julgador	Acórdão	Adiados	Vista	Retirado de Pauta	Diligência	Conta única
Primeira Câmara de Direito Civil	3.461	1.036	133	207	7	1.803
Segunda Câmara de Direito Civil	3.657	574	88	94	8	764
Primeira Câmara de Direito Comercial	4.313	112	4	126	3	1.728
Segunda Câmara de Direito Comercial	6.584	1.285	201	251	203	2.033
Primeira Câmara Criminal	2.240	511	27	25	3	631
Segunda Câmara Criminal	3.033	428	36	47	0	548
Grupo de Câmaras de Direito Civil	121	56	28	5	0	134
Grupo de Câmaras de Direito Comercial	43	10	3	1	0	28
Seção Civil	0	0	0	0	0	5
Seção Criminal	241	53	16	14	0	146
Primeira Vice-Presidência	0	0	0	0	0	14
Órgão Especial (antigo)	0	0	0	0	0	1
Plantão Judiciário	0	0	0	0	0	37
Primeira Câmara de Direito Público	4.184	1.204	123	297	3	955
Segunda Câmara de Direito Público	5.400	2.165	104	146	6	1.048
Grupo de Câmaras de Direito Público	987	243	62	46	0	919
Segundo Vice-Presidente	0	0	0	0	0	4
Câmara Civil Especial	905	104	68	14	0	2.672
Terceira Vice-Presidência	5	0	0	0	0	6
Terceira Câmara de Direito Comercial	4.648	2.387	145	149	3	2.282
Terceira Câmara de Direito Civil	4.346	251	41	75	0	552
Terceira Câmara de Direito Público	4.739	463	78	63	9	808
Tribunal Pleno	3	0	1	0	0	15
Quarta Câmara de Direito Civil	3.364	257	63	31	0	909
Quarta Câmara de Direito Comercial	9.035	750	33	78	66	1.694
Quarta Câmara de Direito Público	5.108	311	59	69	1	618
Terceira Câmara Criminal	2.618	103	48	19	0	534
Segunda Câmara Público (Janeiro)	1	0	0	0	0	0
Câmara Especial Regional de Chapecó	5.948	351	57	218	7	2.120
Terceira Câmara Dto Público (Janeiro)	3	0	0	1	0	17
Primeira Câmara Criminal (Janeiro)	146	10	1	2	0	60

Órgão Especial	7.725	1.529	36	13	0	616
Quinta Câmara de Direito Civil	3.355	350	90	178	2	1.027
Sexta Câmara de Direito Civil	3.402	507	106	196	1	1.096
Quinta Câmara de Direito Comercial	4.704	209	56	59	0	2.248
Quarta Câmara Criminal	1.911	213	90	50	2	481
TOTAL GERAL	**96.230**	**15.472**	**1.797**	**2.474**	**324**	**28.553**

12. Relatório Estatístico de Sessões realizadas

ÓRGÃO JULGADOR	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	ADMINISTRATIVOS	TOTAL
Seção Criminal	10	0	0	10
Segunda Câmara Criminal	45	0	0	45
Primeira Câmara de Direito Comercial	47	0	0	47
Quarta Câmara de Direito Comercial	44	1	0	45
Segunda Câmara de Direito Comercial	45	1	0	46
Primeira Câmara de Direito Civil	46	1	0	47
Grupo de Câmaras de Direito Público	12	0	0	12
Quarta Câmara Criminal	44	0	0	44
Primeira Câmara Criminal	47	0	0	47
Tribunal Pleno	20	2	2	24
Câmara Especial Regional de Chapecó	20	1	0	21
Quarta Câmara de Direito Público	44	1	0	45
Grupo de Câmaras de Direito Civil	12	0	0	12
Sexta Câmara de Direito Civil	43	0	0	43
Terceira Câmara de Direito Público	46	0	0	46
Quinta Câmara de Direito Comercial	44	1	0	45
Terceira Câmara Criminal	44	0	0	44
Primeira Câmara Criminal (Janeiro)	8	0	0	8
Órgão Especial	19	0	0	19
Câmara Civil Especial	24	0	0	24
Terceira Câmara de Direito Comercial	45	0	0	45
Terceira Câmara de Direito Civil	47	0	0	47
Segunda Câmara de Direito Público	44	3	0	47
Quarta Câmara de Direito Civil	44	0	0	44
Primeira Câmara de Direito Público	46	1	0	47
Quinta Câmara de Direito Civil	44	2	0	46
Segunda Câmara de Direito Civil	45	2	0	47
Terceira Câmara Dto Público (Janeiro)	1	0	0	1
Grupo de Câmaras de Direito Comercial	11	0	0	11
TOTAL	**991**	**16**	**2**	**1.009**

13. Relatório Estatístico por Classes

CLASSE	DISTRIB. REDISTR.	INCIDENTES	DECISÃO ACÓRD.	DECISÃO DESP	ACÓRDÃOS ASSINADOS
Agravo de Instrumento	32.392	0	9.561	8.070	9.526
Agravo Regimental no Recurso Especial em Recurso Especial em Agravo de Instrumento	2	0	1	0	1
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Recurso Especial em Agravo de Instrumento	1	0	0	0	0
Embargos de Declaração no Recurso Especial em Recurso Especial em Agravo de Instrumento	0	3	0	0	0
Embargos de Declaração no Agravo em Recurso Especial em Agravo de Instrumento	0	2	0	0	0
Medida Cautelar no Recurso Especial em Recurso Especial em Agravo de Instrumento	0	2	0	0	0
Agravo Regimental na Medida Cautelar em Recurso Especial em Agravo de Instrumento	0	2	0	0	0
Agravo Regimental em Recurso Especial em Agravo de Instrumento	2	2	1	0	1
Embargos de Declaração em Recurso Especial em Agravo de Instrumento	0	18	0	0	0
Medida Cautelar Incidental em Recurso Especial em Agravo de Instrumento	0	7	0	0	0
AREsp - Recurso Especial com Agravo em Recurso Especial em Agravo de Instrumento	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em Recurso Extraordinário em Agravo de Instrumento	2	2	2	0	2
Embargos de Declaração em Recurso Extraordinário em Agravo de Instrumento	0	1	0	0	0
Agravo Regimental no Recurso Extraordinário em Recurso Extraordinário em AI	3	3	0	0	0
Agravo Regimental (Recurso) em Recurso Extraordinário em Agravo de Instrumento	1	0	0	0	0
Embargos de Declaração nos Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento	0	1	1	0	1
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo de Instrumento	109	1.623	1.271	221	1.250
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo de Instrumento	0	14	6	4	7
Embargos de Declaração no Recurso Especial em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em AI	0	11	0	0	0
Embargos de Declaração no Agravo em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo de Instrumento	0	2	2	0	2
Embargos de Declaração no Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em AI	0	3	2	1	1
Medida Cautelar no Recurso Especial em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo de Instrumento	0	2	0	0	0
Agravo Regimental em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo de Instrumento	0	0	1	0	1
Embargos de Declaração em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo de Instrumento	7	175	154	15	153
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Recurso Especial em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em AI	0	1	0	0	0
Embargos de Declaração no Agravo em Agravo de Instrumento	0	1	0	1	0
Argüição de Inconstitucionalidade em Agravo de Instrumento	0	0	2	1	2
Embargos de Declaração em Argüição de Inconstitucionalidade em Agravo de Instrumento	0	1	1	0	1
Agravo (art. 16º, § único da Lei 12.016/09) em Agravo de Instrumento	0	0	0	1	0
Pedido de Reconsideração em Agravo de Instrumento	0	0	1	1	1

Medida Cautelar no Recurso Especial em Agravo de Instrumento	0	7	0	0	0
Embargos de Declaração em Medida Cautelar no Recurso Especial em AI	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	7	160	79	48	80
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração em Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	1	11	7	3	7
Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento	79	1.553	817	613	806
Embargos de Declaração nos Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em AI	0	1	0	0	0
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento	1	20	22	3	21
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) nos Embargos Declaratórios em Embargos de Declaração em AI	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração no Agravo em Embargos de Declaração em AI	0	1	0	0	0
Embargos de Declaração no Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em ED em Agravo Instrumento	0	3	1	0	1
Agravo Regimental em Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento	0	3	4	0	4
Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento	2	54	28	18	28
Agravo (art.557, § 1º, CPC) no Agravo (art. 557, § 1º, CPC) em ED em AI	0	1	0	1	0
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento em Embargos de Declaração em AI	1	0	0	0	0
Embargos de Declaração nos Emb. Decl. nos Emb. Decl em Embargos de Declaração em AI	0	0	1	0	1
Embargos no Agravo nos Embargos em Embargos de Declaração em AI	0	0	1	0	1
Medida Cautelar Incidental em Agravo de Instrumento	0	6	1	1	1
Agravo Regimental em Medida Cautelar Incidental em Agravo de Instrumento	0		0	0	0
Argüição de Inconstitucionalidade em Agravo de Instrumento	0	0	2	0	2
Agravo (art. 545 do CPC) em Agravo de Instrumento	1	0	2	3	4
Agravo (inciso II art. 527 do CPC) em Agravo de Instrumento	0	0	0	1	0
Medida Cautelar no Recurso Especial / Extraordinário em Agravo de Instrumento	0	2	0	0	0
Agravo Regimental em Medida Cautelar no Recurso Especial / Extraordinário em AI	1	0	1	0	1
Embargos de Declaração em Medida Cautelar no Recurso Especial / Extraordinário em AI	0	1	0	0	0
Exceção de Suspeição em Agravo de Instrumento	2	0	1	0	1
Questão de ordem em Agravo de Instrumento	0	0	2	0	2
Apelação Criminal	6.170	0	3.657	293	3.658
Embargos de Declaração no Recurso Especial em Recurso Especial em Apelação Criminal	0	1	0	0	0
Embargos de Declaração no Agravo em Recurso Especial em Apelação Criminal	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em Recurso Especial em Apelação Criminal	0	2	0	0	0
Embargos de Declaração em Recurso Especial em Apelação Criminal	0	8	0	0	0
Agravo (§ 1º art. 557do CPC) no Recurso Especial em Recurso Especial em Apelação Criminal	0	1	0	0	0

AREsp - Recurso Especial com Agravo em Recurso Especial em Apelação Criminal	0	2	0	0	0
Embargos de Declaração em Recurso Extraordinário em Apelação Criminal	0	1	0	0	0
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Criminal	0	4	3	1	3
Exceção de Impedimento em Apelação Criminal	0	0	0	1	0
Incidente de Falsidade em Apelação Criminal	0	0	0	1	0
Restauração de Autos em Apelação Criminal	0	0	1	0	1
Medida Cautelar no Recurso Especial em Apelação Criminal	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em Apelação Criminal	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração em Apelação Criminal	2	199	190	9	190
Embargos de Declaração nos Embargos de Declaração em Embargos de Decl. em Apelação Criminal	0	1	0	0	0
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Embargos de Declaração em Apelação Criminal	0	3	3	0	3
Embargos de Declaração no Recurso Especial em EDecl em Apelação Criminal	0	1	0	0	0
Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Apelação Criminal	0	5	3	2	4
Medida Cautelar Incidental em Apelação Criminal	0	1	0	0	0
Arguição de Inconstitucionalidade em Apelação Criminal	0	0	1	0	1
Recurso Criminal em Apelação Criminal	0	0	2	0	2
Revogação Prisão Preventiva em Apelação Criminal	0	0	0	1	0
Apelação Cível em Mandado de Segurança	813	0	775	78	777
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Recurso Especial em Apelação Cível em Mandado de Segurança	0	1	0	0	0
Medida Cautelar Incidental em Recurso Especial em Apelação Cível em Mandado de Segurança	0	1	0	0	0
AREsp - Recurso Especial com Agravo em Recurso Especial em Apelação Cível em Mand Segurança	0	3	0	0	0
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Recurso Extraordinário em Apelação Cível em Mandado de Segur	0	1	0	0	0
Embargos de Declaração no Agravo em Recurso Extraordinário em Apelação Cível em Mand Segur	0	1	0	0	0
Embargos de Declaração em Recurso Extraordinário em Apelação Cível em Mandado de Segurança	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento em Recurso Extraordinário em Apelação Cível em MS	0	1	0	0	0
ARE - Recurso Extraordinário com Agravo em Recurso Extraordinário em Apelação Cível em MS	0	2	0	0	0
Embargos de Declaração nos Embargos de Declaração em Apelação Cível em Mandado de Seg	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Recurso Ordinário em Apelação Cível em Mandado de Segurança	0	1	0	0	0
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível em Mandado de Segurança	0	8	9	0	10
Embargos de Declaração em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível em Mandado de Seg	0	2	3	0	3
Pedido de Uniformização de Jurisprudência em Apelação Cível em Mandado de Segurança	0	0	1	0	1
Embargos de Declaração em Apelação Cível em Mandado de Segurança	0	118	123	2	121
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Embargos de Declaração em Apelação Cível em Mandado de Seg	0	1	1	0	1

Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Apelação Cível em MS	0	3	5	0	5
Embargos de Declaração nos Emb. Decl. nos Emb. Decl em Embarg de Decl em Ap Cív em M Segur	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração no AI em RE em Embargos de Decl. Em Apelação Cível em Mand. Segur	0	2	0	0	0
Medida Cautelar Incidental em Apelação Cível em Mandado de Segurança	0	3	2	2	2
Argüição de Inconstitucionalidade em Apelação Cível em Mandado de Segurança	1	1	0	0	0
Agravo em Apelação Cível em Mandado de Segurança	0	0	1	0	1
Agravo Regimental (Recurso) em Recurso Extraordinário	2	0	1	0	1
Conflito de Competência	482	0	318	124	315
Embargos de Declaração em Conflito de Competência	0	1	2	0	2
Embargos Infringentes	184	0	220	3	211
Embargos de Declaração nos Embargos de Declaração em Recurso Especial em Embargos Infringen	0	2	0	0	0
Embargos de Declaração em Recurso Especial em Embargos Infringentes	0	8	0	0	0
Agravo de Instrumento (RE) em Recurso Extraordinário em Embargos Infringentes	0	0	0	0	1
Embargos de Declaração no Agravo Regimental em Recurso Extraordinário em Embargos Infringentes	0	2	0	0	0
Embargos de Declaração nos Embargos de Declaração em Embargos Infringentes	0	1	1	0	1
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Embargos Infringentes	0	1	1	0	2
Embargos de Declaração em Embargos Infringentes	0	49	48	1	49
Embargos de Declaração nos Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em E Infring	0	1	0	0	0
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Embargos de Declaração em Embargos Infringentes	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Embargos Infringentes	0	2	1	0	1
Exceção de Incompetência	2	0	0	0	0
Habeas Data	3	0	2	0	2
Interpelação Judicial	1	0	0	1	0
Mandado de Segurança	1.035	0	590	302	616
Recurso Extraordinário em Mandado de Segurança	0	0	0	1	0
Agravo Regimental na Medida Cautelar em Recurso Extraordinário em Mandado de Segurança	0	1	0	0	0
ARE - Recurso Extraordinário com Agravo em Recurso Extraordinário em Mandado de Segurança	0	1	0	0	0
Medida Cautelar Incidental em Recurso Ordinário em Mandado de Segurança	0	1	0	0	0
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Mandado de Segurança	0	11	7	0	9
Impugnação ao Valor da Causa em Mandado de Segurança	0	2	0	0	0
Agravo Regimental em Impugnação ao Valor da Causa em Mandado de Segurança	0	1	1	0	1
Pedido de Execução do Acórdão em Mandado de Segurança	3	64	9	26	9
Agravo (art. 522 do CPC) em Mandado de Segurança	0	0	0	2	0
Embargos à Execução em Mandado de Segurança	1	0	0	0	0
Agravo (art. 16º, § único da Lei 12.016/09) em Mandado de Segurança	3	0	14	0	10

Medida Cautelar no Recurso Especial em Mandado de Segurança	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	3	54	48	14	52
Embargos de Declaração nos Embargos de Declaração em Agravo Regimental em Mandado de Seg	0	0	1	0	1
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo Regimental em Mandado de Segurança	1	1	1	0	0
Agravo Regimental em Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	0	0	1	0
Embargos de Declaração em Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	3	5	0	6
Medida Cautelar Incidental em Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	1	0	0	0
Embargos de Declaração em Mandado de Segurança	2	119	148	19	149
Agravo Regimental nos Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Mandado de Seg	0	1	1	0	1
Pedido de Execução do Acórdão em Embargos de Declaração em Mandado de Segurança	0	1	0	0	0
Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Mandado de Segurança	0	10	9	0	10
Medida Cautelar Incidental em Mandado de Segurança	1	3	0	2	0
Agravo Regimental nos Embargos de Declaração em Medida Cautelar Incidental em M Segurança	3	1	0	0	0
Embargos de Declaração em Medida Cautelar Incidental em Mandado de Segurança	0	0	0	1	0
Agravo Regimental em Medida Cautelar no Recurso Extraordinário em Mandado de Segurança	0	1	0	0	0
Agravo em Mandado de Segurança	0	0	1	0	1
Medida Cautelar no Recurso Ordinário em Mandado de Segurança	0	1	0	0	0
Execução Provisória em Mandado de Segurança	0	0	0	1	0
Agravo (§ 1º do Art. 10, da Lei 12.016/09) em Mandado de Segurança	0	0	8	0	9
Medida Cautelar Inominada	51	0	10	17	11
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Medida Cautelar Inominada	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Medida Cautelar Inominada	0	2	1	0	1
Embargos de Declaração em Agravo Regimental em Medida Cautelar Inominada	0	1	0	1	0
Embargos de Declaração em Medida Cautelar Inominada	0	2	1	0	1
Pedido de Desaforamento	8	0	9	1	9
Apelação Criminal (Réu Preso)	2.227	0	2.116	16	2.114
Recurso Especial em Apelação Criminal (Réu Preso)	0	0	0	0	1
Embargos de Declaração no Agravo em Recurso Especial em Apelação Criminal (Réu Preso)	0	1	0	0	0
Embargos de Declaração em Recurso Especial em Apelação Criminal (Réu Preso)	0	3	0	0	0
Medida Cautelar Incidental em Recurso Especial em Apelação Criminal (Réu Preso)	0	1	0	0	0
Embargos de Declaração no Agravo em Recurso Extraordinário em Apelação Criminal (Réu Preso)	0	2	0	0	0
Agravo Regimental em Recurso Extraordinário em Apelação Criminal (Réu Preso)	0	1	0	0	0
Embargos de Declaração em Recurso Extraordinário em Apelação Criminal (Réu Preso)	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em Apelação Criminal (Réu Preso)	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração em Apelação Criminal (Réu Preso)	4	96	92	5	92

Agravo Regimental nos Embargos de Declaração em Bem. Decl. em Ap. Criminal (Réu Preso)	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em Embargos de Declaração em Apelação Criminal (Réu Preso)	0	3	3	0	3
Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Apelação Criminal (Réu Preso)	0	1	1	0	1
Pedido de Suspensão de Liminar	38	0	0	29	0
Agravo Regimental em Pedido de Suspensão de Liminar	2	1	0	0	0
Embargos de Declaração em Pedido de Suspensão de Liminar	0	1	0	1	0
Medida Cautelar	20	0	6	10	5
Agravo Regimental em Medida Cautelar	0	2	3	0	3
Medida Cautelar Incidental em Medida Cautelar	0	0	1	0	1
Reclamação	93	0	50	36	50
Agravo Regimental em Reclamação	0	2	3	0	3
Embargos de Declaração em Agravo Regimental em Reclamação	0	2	2	0	2
Embargos de Declaração em Reclamação	0	2	1	1	1
Representação	4	0	4	3	4
Agravo Regimental em Representação	0	1	0	1	0
Carta Precatória	40	0	0	0	0
Perda de Graduação	1	0	3	0	3
Recurso de Decisão Administrativa	0	0	1	0	1
Exceção de Suspeição	33	0	12	9	12
Agravo Regimental em Exceção de Suspeição	0	2	2	0	2
Embargos de Declaração em Agravo Regimental em Exceção de Suspeição	0	2	0	0	0
Agravo Regimental em Embargos de Declaração em Exceção de Suspeição	1	0	1	0	1
Carta de Ordem	29	0	0	0	0
Termo Circunstanciado	14	0	6	1	6
Restauração de Autos	0	0	1	0	1
Habeas Corpus	3.694	0	2.450	573	2.459
Embargos de Declaração nos Embargos de Declaração em Recurso Ordinário em Habeas Corpus	0	1	0	0	0
Embargos de Declaração em Recurso Ordinário em Habeas Corpus	0	1	0	0	0
Medida Cautelar Incidental em Recurso Ordinário em Habeas Corpus	0	1	0	0	0
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Habeas Corpus	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Habeas Corpus	2	10	4	6	4
Embargos de Declaração em Habeas Corpus	5	51	41	9	40
Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Habeas Corpus	0	1	0	1	0
Medida Cautelar Incidental em Habeas Corpus	0	1	0	1	0
Queixa-Crime	2	0	1	0	1
Embargos de Declaração em Queixa-Crime	0	0	1	0	1
Recurso Criminal	896	0	673	51	674
Embargos de Declaração em Recurso Especial em Recurso Criminal	0	1	0	0	0
AREsp - Recurso Especial com Agravo em Recurso Especial em Recurso Criminal	0	1	0	0	0
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Recurso Criminal	0	3	3	0	3
Embargos de Declaração em Recurso Criminal	0	24	19	3	19

Medida Cautelar Incidental em Recurso Criminal	0	2	1	1	1
Medida Cautelar no Recurso Especial / Extraordinário em Recurso Criminal	0	1	0	0	0
Revisão Criminal	294	0	193	116	201
Agravo Regimental em Recurso Especial em Revisão Criminal	0	1	0	0	0
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Revisão Criminal	0	4	4	1	4
Embargos de Declaração em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Revisão Criminal	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Revisão Criminal	0	3	1	1	1
Embargos de Declaração em Revisão Criminal	0	18	14	4	14
Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Revisão Criminal	0	1	1	0	1
Apelação Cível	77.662	0	47.876	20.894	47.885
Embargos de Declaração nos Embargos de Declaração em Recurso Especial em Apelação Cível	0	12	0	0	0
Agravo Regimental no Recurso Especial em Recurso Especial em Apelação Cível	6	0	2	0	1
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Recurso Especial em Apelação Cível	2	12	1	0	1
Embargos de Declaração no Recurso Especial em Recurso Especial em Apelação Cível	0	11	0	0	0
Agravo Regimental nos Embargos de Declaração em Recurso Especial em Apelação Cível	0	1	0	0	0
Embargos de Declaração no Agravo em Recurso Especial em Apelação Cível	0	8	0	0	0
Embargos de Declaração no Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Recurso Especial em Apel Cível	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em Recurso Especial em Apelação Cível	189	213	7	0	6
Embargos de Declaração em Recurso Especial em Apelação Cível	0	179	0	0	0
Medida Cautelar Incidental em Recurso Especial em Apelação Cível	0	8	0	0	0
Embargos de Declaração na Medida Cautelar em Recurso Especial em Apelação Cível	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento em Recurso Especial em Apelação Cível	1	0	1	0	1
AREsp - Recurso Especial com Agravo em Recurso Especial em Apelação Cível	0	11	0	0	0
Agravo Regimental nos Embargos Decl no Agravo de Instr em RE em Recurso Especial em Ap Cível	2	2	1	0	1
Agravo Regimental no Agravo de Instrumento em RE em Recurso Especial em Apelação Cível	1	1	1	0	1
Emb. de Declaração em Agr. Regimental em Agr.de Instrumento em Recurso Especial em Ap. Cível	0	1	1	0	1
Agravo de Instrumento (RE) em Recurso Extraordinário em Apelação Cível	5	0	0	0	1
Embargos de Declaração nos Embargos de Declaração em Recurso Extraordinário em Apel. Cível	0	4	0	0	0
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Recurso Extraordinário em Apelação Cível	2	5	0	0	0
Agravo Regimental nos Embargos de Declaração em Recurso Extraordinário em Apelação Cível	16	15	15	0	15
Embargos de Declaração no Agravo Regimental em Recurso Extraordinário em Apelação Cível	0	63	30	0	30
Embargos de Declaração no Agravo em Recurso Extraordinário em Apelação Cível	0	633	1	0	1
Agravo Regimental em Recurso Extraordinário em Apelação Cível	2.595	1.884	2.143	4	2.021

Embargos de Declaração em Recurso Extraordinário em Apelação Cível	0	62	6	0	6
Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário em Recurso Extraordinário em Apelação Cível	0	5	0	0	0
Agravo Regimental no Recurso Extraordinário em Recurso Extraordinário em Apelação Cível	960	941	906	0	835
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento em Recurso Extraordinário em Apelação Cível	650	226	433	0	429
Agravo Regimental (Recurso) em Recurso Extraordinário em Apelação Cível	99	0	91	0	91
ARE - Recurso Extraordinário com Agravo em Recurso Extraordinário em Apelação Cível	0	8	0	0	0
Agravo Regimental nos EmbDecl no Agravo de Instr em RE em Recurso Extraordinário em Ap. Cível	522	523	465	0	435
Embargos de Declaração no Agravo de Instrumento em RE em Recurso Extraordinário em Ap. Cível	0	59	0	0	0
Agravo Regimental no Agravo de Instrumento em RE em Recurso Extraordinário em Apelação Cível	36	36	32	0	31
Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento em Recurso Extraordinário em Apelação Cível	0	81	0	0	0
Emb. de Declaração em Agr. Regimental em Agr.de Instrumento em Recurso Extraord. Em Ap. Cível	0	623	527	0	506
Agravo Regimental em Embargo de Dec no Agravo de Instrumento em Recurso Extraord. Em Ap. Cív.	182	183	15	0	14
Emb. de Dec. em Ag. Reg em AI em RE em Recurso Extraordinário em Apelação Cível	0	15	15	0	15
Embargos de Declaração em Emb. de Decl. em AI em Recurso Extraordinário em Apelação Cível	0	1	0	0	0
Embargos de Declaração nos Embargos de Declaração em Apelação Cível	0	1	0	0	0
Agravo Regimental no Recurso Especial em Apelação Cível	0	0	1	0	1
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível	46	3.499	3.520	97	3.512
Embargos de Declaração nos Embargos de Declaração em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Ap. Cív.	0	13	10	2	11
Agravo Regimental no Recurso Especial em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível	43	0	0	0	0
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível	0	4	2	1	2
Embargos de Declaração no Recurso Especial em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Ap. Cív.	0	19	0	0	0
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) nos Embargos Declar em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Ap. Cív.	0	5	6	0	6
Agravo Regimental nos Embargos de Declaração em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apel. Cível	0	3	1	2	1
Embargos de Declaração no Agravo Regimental em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Ap. Cív.	0	12	10	0	10
Embargos de Declaração no Agravo em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível	0	73	0	0	0
Agravo nos Embargos de Declaração em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível	0	0	5	0	5
Agravo Regimental em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível	36	19	36	0	35
Embargos de Declaração em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível	5	990	954	47	949
Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Ap. Cív.	0	5	0	0	0

Embargos Decl. nos Emb. Decl. Agrav (§ 1º art. 557 do CPC) em Agr (§ 1º art. 557) em Ap. Cív.	0	1	1	2	1
Agravo Regimental no Recurso Extraordinário em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível	1.448	1.041	1259	3	1.194
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Ap. Cív.	120	4	120	0	120
Agravo Regimental (Recurso) em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível	16	0	16	0	16
Embargos de Declaração nos Emb. Decl. nos Emb. Decl em Agrav (§ 1º art. 557 do CPC) em Ap. Cív.	0	0	3	0	3
Embargos no Agravo nos Embargos em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível	0	0	5	0	5
Agravo Regimental nos Embargos Decl no AI em RE em Agravo (§ 1º art. 557) em Ap. Cív.	230	230	159	0	150
Embargos de Declaração no AI em RE em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Ap. Cív.	1	297	0	0	0
Agravo Regimental no Agravo de Instrumento em RE em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Ap. Cív.	144	146	67	0	61
Agravo Regimental no Agravo de Instrumento em REsp em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Ap. Cív.	0	1	0	0	0
Emb. de Declaração em Agr. Regimental em AI em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Ap. Cív.	0	11	9	0	9
Emb. de Dec. em Ag. Reg em AI em RE em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível	0	200	173	0	157
Agravo Regimental no ARE-Recurso Extraordinário com Agravo em Agr(§ 1º art. 557) em Ap. Cív.	2	2	0	0	0
Embargos de Declaração no Recurso Especial em Apelação Cível	0	4	0	0	0
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) nos Embargos Declaratórios em Apelação Cível	0	2	2	0	2
Agravo Regimental no Recurso Extraord. em Agravo (§ 1º art. 557) nos Edecl. Em Ap. Cív.	4	4	4	0	3
Exceção de Impedimento em Apelação Cível	0	0	0	2	0
Agravo (art. 532 do CPC) em Apelação Cível	0	0	3	0	3
Embargos de Declaração em Recurso Extraordinário Adesivo em Apelação Cível	0	1	0	0	0
Incidente de Falsidade em Apelação Cível	0	1	0	1	0
Embargos de Declaração no Agravo em Apelação Cível	0	10	1	0	1
Restauração de Autos em Apelação Cível	0	0	5	0	5
Argüição de Inconstitucionalidade em Apelação Cível	3	1	3	0	3
Embargos de Declaração no Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível	0	8	11	0	11
Medida Cautelar no Recurso Especial em Apelação Cível	0	5	0	0	0
Agravo Regimental em Medida Cautelar no Recurso Especial em Apelação Cível	0	3	0	0	0
Pedido de Uniformização de Jurisprudência em Apelação Cível	0	0	1	0	1
Embargos de Declaração nos Embargos de Declar em Pedido de Uniformiz. Jurisprud em Ap. Cív.	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração em Pedido de Uniformização de Jurisprudência em Apelação Cível	0	0	1	0	1
Agravo Regimental em Apelação Cível	10	156	126	16	122
Agravo Regimental no Recurso Especial em Agravo Regimental em Apelação Cível	0	1	0	0	0
Embargos de Declaração no Recurso Especial em Agravo Regimental em Apelação Cível	0	2	0	0	0

Embargos de Declaração no Agravo em Agravo Regimental em Apelação Cível	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em Agravo Regimental em Apelação Cível	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração em Agravo Regimental em Apelação Cível	0	17	12	4	11
Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário em Agravo Regimental em Apelação Cível	0	2	0	0	0
Agravo Regimental no Recurso Extraordinário em Agravo Regimental em Apelação Cível	1	1	1	0	1
Embargos de Declaração em Apelação Cível	281	10.708	9.694	682	9.553
Embargos de Declaração nos Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Ap. Cív.	0	17	17	2	17
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Embargos de Declaração em Apelação Cível	3	81	75	4	72
Embargos de Declaração no Recurso Especial em Embargos de Declaração em Apelação Cível	0	5	0	0	0
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) nos Embargos Declaratórios em Embargos de Decl em Ap. Cív.	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração no Agravo Regimental em Embargos de Declaração em Apelação Cível	0	8	6	0	6
Agravo (art. 532 do CPC) em Embargos de Declaração em Apelação Cível	0	0	1	0	1
Embargos de Declaração no Agravo em Embargos de Declaração em Apelação Cível	0	18	2	0	2
Agravo nos Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Apelação Cível	0	0	1	0	1
Embargos de Declaração no Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Embargos de Decl em Ap. Cív.	0	3	2	0	2
Pedido de Uniformização de Jurisprudência em Embargos de Declaração em Apelação Cível	0	0	0	1	0
Agravo Regimental em Embargos de Declaração em Apelação Cível	1	9	7	2	7
Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Apelação Cível	10	256	230	14	222
Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário em Embargos de Declaração em Ap. Cív.	0	1	0	0	0
Agravo Regimental no Recurso Extraordinário em Embargos de Declaração em Apelação Cível	95	44	96	0	92
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento em Embargos de Declaração em Apelação Cível	42	0	42	0	42
Agravo Regimental (Recurso) em Embargos de Declaração em Apelação Cível	1	0	1	0	1
Embargos de Declaração nos Emb. Decl. nos Emb. Decl em Embargos de Declar em Ap. Cív.	0	1	3	1	3
Agravo Regimental nos Embargos Decl no Agravo de Instr em RE em Embargos de Decl em Ap. Cív.	53	53	46	0	43
Embargos de Declaração no Agravo de Instrumento em RE em Embargos de Decl em Ap. Cív.	0	60	0	0	0
Agravo Regimental no Agravo de Instrumento em RE em Embargos de Declaração em Ap. Cív.	9	9	5	0	5
Emb. de Declaração em Agr. Regimental em Agr.de Instrumento em Embargos de Decl em Ap. Cív.	0	2	3	0	3
Emb. de Dec. em Ag. Reg em AI em RE em Embargos de Declaração em Apelação Cível	0	47	42	0	40
Medida Cautelar Incidental em Apelação Cível	11	35	17	8	17
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Medida Cautelar Incidental em Apelação Cível	0	1	1	0	1

Embargos de Declaração no Recurso Especial em Medida Cautelar Incidental em Apelação Cível	0	1	0	0	0
Embargos de Declaração no Agravo Regimental em Medida Cautelar Incidental em Apelação Cível	0	1	1	0	1
Pedido de Execução do Acórdão em Medida Cautelar Incidental em Apelação Cível	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em Medida Cautelar Incidental em Apelação Cível	1	3	2	0	2
Embargos de Declaração em Medida Cautelar Incidental em Apelação Cível	0	6	3	1	3
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) na Impugnação da Causa em Medida Cautelar Incidental em Ap. Cív.	0	1	1	0	1
Arguição de Inconstitucionalidade em Apelação Cível	1	1	2	0	2
Embargos de Terceiro em Apelação Cível	0	0	2	0	2
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Embargos de Terceiro em Apelação Cível	0	1	0	0	0
Embargos de Divergência em Apelação Cível	0	0	0	2	0
Pedido de Assistência em Apelação Cível	0	0	1	0	1
Medida Cautelar no Recurso Especial / Extraordinário em Apelação Cível	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em Recurso Extraordinário no Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível	1	1	1	0	1
Agravo Regimental no Recurso Extraord em Recurso Extraord no Agravo (§ 1º art. 557) em Ap. Cív.	2	2	2	0	2
Embargos de Declaração no Agravo Regimental em Agravo de Instrumento no RE em Ap. Cív.	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração no Agravo em Agravo de Instrumento no Recurso Extraordi em Ap. Cív.	0	3	0	0	0
Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento no Recurso Extraordinário em Apelação Cível	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento em Agravo de Instrumento no RE em Ap. Cív.	3	0	3	0	3
Agravo Regimental nos Embargos Decl no Agravo de Instr em RE em AI no RE em Ap. Cív.	2	2	1	0	1
Emb. de Declaração em Agr. Regimental em Agr.de Instrumento em AI no RE em Ap. Cív.	0	1	2	0	2
Agravo Regimental no Recurso Extraordinário em Apelação Cível	54	45	51	0	50
Embargos de Declaração nos Emb. Decl. nos Emb. Decl em Apelação Cível	0	2	2	0	2
Agravo Regimental nos Embargos Decl no Agravo de Instr em RE em Apelação Cível	70	70	64	0	57
Embargos de Declaração em Agravo Regim nos Embarg Decl no Agr de Instr em RE em Ap. Cív.	0	27	25	0	22
Embargos de Declaração no Agravo de Instrumento em RE em Apelação Cível	0	243	0	0	0
Agravo Regimental em Embargos de Declaração no Agravo de Instrumento em RE em Ap. Cív.	23	23	19	0	13
Agravo Regimental no Agravo de Instrumento em RE em Apelação Cível	257	257	237	0	218
Embargos de Declaração em Agravo Regimental no Agravo de Instrumento em RE em Ap. Cív.	0	112	93	0	83
Embargos Declaratórios no Agravo de Instrumento em REsp em Apelação Cível	0	1	0	0	0
Emb. de Declaração em Agr. Regimental em Agr.de Instrumento em Apelação Cível	1	60	57	0	57
Emb. de Dec. em Ag. Reg em AI em RE em Apelação Cível	0	66	59	0	49

Questão de ordem em Apelação Cível	0	0	1	0	1
Agravo Regimental no ARE-Recurso Extraordinário com Agravo em Apelação Cível	6	7	0	0	0
Embargos de Declaração no AREsp - REsp com Agravo em Apelação Cível	0	1	0	0	0
Conflito de Jurisdição	220	0	131	77	130
Ação Direta de Inconstitucionalidade	83	0	108	4	111
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Ação Direta de Inconstitucionalidade	0	1	1	0	1
Pedido de Execução de Sentença em Ação Direta de Inconstitucionalidade	0	0	1	0	0
Pedido de Execução do Acórdão em Ação Direta de Inconstitucionalidade	0	1	0	0	0
Embargos à Execução em Pedido de Execução do Acórdão em Ação Direta de Inconstitucionalidade	0	0	0	1	0
Agravo Regimental em Ação Direta de Inconstitucionalidade	0	0	0	0	1
Embargos de Declaração em Agravo Regimental em Ação Direta de Inconstitucionalidade	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração em Ação Direta de Inconstitucionalidade	2	16	17	0	17
Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Ação Direta de Inconstitucionalidade	0	2	1	0	1
Pedido de Execução de Honorários Advocatícios em Ação Direta de Inconstitucionalidade	0	0	1	0	1
Ação Rescisória	250	0	176	43	164
Embargos de Declaração em Recurso Especial em Ação Rescisória	0	3	0	0	0
Recurso Extraordinário em Ação Rescisória	2	0	0	0	0
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Ação Rescisória	0	6	4	0	3
Impugnação ao Valor da Causa em Ação Rescisória	0	7	4	1	4
Pedido de Execução do Acórdão em Ação Rescisória	1	13	1	5	1
Agravo Regimental em Pedido de Execução do Acórdão em Ação Rescisória	0	1	0	0	0
Embargos de Declaração em Pedido de Execução do Acórdão em Ação Rescisória	0	1	0	1	0
Reclamação em Ação Rescisória	0	0	1	0	2
Agravo Regimental em Ação Rescisória	1	25	23	1	25
Embargos de Declaração em Agravo Regimental em Ação Rescisória	0	3	2	1	1
Embargos de Declaração em Ação Rescisória	3	46	46	8	49
Agravo Regimental em Embargos de Declaração em Ação Rescisória	0	1	1	0	1
Medida Cautelar Incidental em Ação Rescisória	2	0	1	1	1
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) nos Embargos Declar em Med Cautelar Incidental em Ação Rescisória	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração em Medida Cautelar Incidental em Ação Rescisória	0	2	0	1	0
Pedido de Execução de Honorários Advocatícios em Ação Rescisória	3	0	1	2	1
Embargos à Execução em Pedido de Execução de Honorários Advocatícios em Ação Rescisória	0	0	2	0	2
Embargos de Declaração em Pedido de Execução de Honorários Advocatícios em Ação Rescisória	0	0	1	0	1
Impugnação à Concessão de Justiça Gratuita em Ação Rescisória	0	0	1	0	1
Exceção de Impedimento	3	0	1	0	1

Indignidade para o Oficialato	1	0	0	0	0
Inquérito	54	0	19	4	22
Agravo Regimental em Inquérito	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração em Inquérito	1	1	1	0	1
Inquérito Judicial	3	0	0	0	0
Mandado de Injunção	9	0	4	3	4
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Mandado de Injunção	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração em Mandado de Injunção	0	2	5	0	5
Notícia Criminal	26	0	10	5	10
Notificação Judicial	1	0	0	0	0
Pedido de Explicações	4	0	1	2	1
Pedido de Intervenção Estadual no Município	1	0	0	1	0
Processo Previsto na LOMAN/Administrativa	1	0	1	0	2
Processo Administrativo	3	0	2	1	2
Processo Crime	19	0	12	3	12
Embargos de Declaração em Processo Crime	0	4	3	0	3
Recurso de Agravo	411	0	324	59	324
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Recurso de Agravo	0	1	0	1	0
Agravo Regimental em Recurso de Agravo	0	2	0	1	0
Embargos de Declaração em Recurso de Agravo	0	9	8	2	7
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Embargos de Declaração em Recurso de Agravo	0	1	1	0	1
Medida Cautelar Incidental em Recurso de Agravo	0	1	0	0	0
Recurso de Decisão	6	0	5	1	4
Embargos de Declaração em Recurso de Decisão	0	1	0	0	0
Suspensão de Execução de Sentença	1	0	0	0	0
Recurso de Habeas Corpus	1	0	1	0	1
Carta Testemunhável	15	0	14	3	16
Embargos de Declaração em Carta Testemunhável	1	1	1	0	1
Medida Protetiva de Urgência	1	0	0	0	0
Declaratória	2	0	2	3	2
Embargos de Declaração em Declaratória	0	1	1	0	1
Petição	3	0	0	2	0
Pedido de Correição	3	0	0	2	0
Apelação / Estatuto da Criança e do Adolescente	402	0	254	16	254
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação / Estatuto da Criança e do Adolescente	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração em Apelação / Estatuto da Criança e do Adolescente	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração em Ordinária	0	0	1	0	1
Reexame Necessário em Mandado de Segurança	647	0	368	211	374
Embargos de Declaração em Reexame Necessário em Mandado de Segurança	0	6	6	0	6
Reexame Necessário	1.165	0	623	474	629
Embargos de Declaração nos Embargos de Declar. em Recurso Especial em Reexame Necessário	0	9	0	0	0
Embargos de Declaração no Recurso Especial em Recurso Especial em Reexame Necessário	0	1	0	0	0

Agravo Regimental em Recurso Especial em Reexame Necessário	0	2	0	0	0
Embargos de Declaração em Recurso Especial em Reexame Necessário	0	13	0	0	0
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Reexame Necessário	0	14	13	2	13
Embargos de Declaração em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Reexame Necessário	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração no Recurso Especial em Agravo Regimental em Reexame Necessário	0	2	0	0	0
Embargos de Declaração em Reexame Necessário	0	60	54	4	56
Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Reexame Necessário	0	2	3	0	3
Pedido de Execução na Ação Rescisória	0	0	1	0	1
Embargos de Declaração em Pedido de Execução na Ação Rescisória	0	1	1	0	2
Apelação Criminal em Mandado de Segurança	1	0	2	0	3
Embargos de Terceiro	1	0	0	0	0
TOTAL GERAL	**138.105**	**29.887**	**96.230**	**33.530**	**95.645**

** Na coluna 1 da tabela acima, dos 138.105 processos, 101.693 classes foram distribuídas (casos novos) e 36.420 redistribuídas.*

14. Acervo do Tribunal de Justiça – Processos Pendentes para o ano de 2012

Tribunal de Justiça de Santa Catarina
Relatório de Processos Pendentes
Situação: Somente os não julgados
Emitido em: 03/01/2012 - 15:58:01

14.1. Pendentes na Presidência e Primeira Vice-Presidência

ÓRGÃO JULGADOR: PRESIDÊNCIA	
Magistrado	**Quantidade**
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**70**

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA VICE-PRESIDÊNCIA	
Magistrado	
Total de processos por órgão:	9
TOTAL GERAL	**79**

14.2. Pendentes nas Segunda Vice-Presidência e Terceira Vice-Presidência

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDO VICE-PRESIDENTE	
Magistrado	**Quantidade**
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**2.797**

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA VICE-PRESIDÊNCIA	
Magistrado	
Total de processos por órgão:	3.638
TOTAL GERAL	**6.435**

14.3. Pendentes de Julgamento nos demais órgãos julgadores

14.3.1. Tribunal Pleno e Órgão Especial

ÓRGÃO JULGADOR: ÓRGÃO ESPECIAL	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Carlos Prudêncio	184
Des. Gaspar Rubik	1
Des. Pedro Manoel Abreu	115
Des. Trindade dos Santos	1
Des. Cláudio Barreto Dutra	143
Des. Newton Trisotto	122
Des. Sérgio Paladino	126
Des. Irineu João da Silva	2
Des. Luiz Cézar Medeiros	100
Des. Vanderlei Romer	67
Des. Eládio Torret Rocha	68
Des. Nelson Schaefer Martins	79
Des. José Volpato de Souza	88
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	77
Des. Monteiro Rocha	144
Des. Fernando Carioni	92
Des. Cesar Abreu	2
Desa. Salete Silva Sommariva	122
Des. Ricardo Fontes	60
Des. Salim Schead dos Santos	82
Des. Jaime Ramos	60
Des. Newton Janke	177
Des. Lédio Rosa de Andrade	66
Des. Sérgio Izidoro Heil	76
Des. João Henrique Blasi	85
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	2.139

ÓRGÃO JULGADOR: TRIBUNAL PLENO	
Magistrado	
Des. Pedro Manoel Abreu	1
Des. Trindade dos Santos	3
Des. Solon d'Eça Neves	2
Des. Irineu João da Silva	2
Des. Vanderlei Romer	1
Des. Nelson Schaefer Martins	1
Des. José Volpato de Souza	1
Des. Luiz Carlos Freyesleben	1
Desa. Salete Silva Sommariva	1

Des. Cid Goulart	1
Des. Hilton Cunha Júnior	1
Des. José Inácio Schaefer	1
Des. Raulino Jacó Brüning	1
Total de processos por órgão:	19
TOTAL GERAL	**2.158**

14.3.2. Seção Criminal

ÓRGÃO JULGADOR: SEÇÃO CRIMINAL	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Sérgio Paladino	8
Des. Irineu João da Silva	1
Des. Torres Marques	4
Des. Rui Fortes	26
Des. Tulio Pinheiro	2
Desa. Salete Silva Sommariva	9
Des. Hilton Cunha Júnior	13
Des. Roberto Lucas Pacheco	13
Des. Moacyr de Moraes Lima Filho	9
Des. Alexandre d'Ivanenko	3
Des. Jorge Schaefer Martins	14
Desa. Marli Mosimann Vargas	6
Des. Sérgio Izidoro Heil	12
Des. Carlos Alberto Civinski	1
Des. Volnei Celso Tomazini	1
Des. José Everaldo Silva	17
Total de processos por órgão:	139
TOTAL GERAL	**139**

14.3.3. Grupos de Câmaras

ÓRGÃO JULGADOR: GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Carlos Prudêncio	19
Des. Eládio Torret Rocha	4
Des. Nelson Schaefer Martins	14
Des. Fernando Carioni	6
Des. Luiz Carlos Freyesleben	8
Des. Marcus Tulio Sartorato	6
Desa. Sônia Maria Schmitz	3
Des. Jaime Luiz Vicari	5
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	2
Des. Edson Ubaldo	1
Des. Joel Figueira Júnior	2

Des. Henry Petry Junior	2
Des. Sérgio Izidoro Heil	5
Des. Victor Ferreira	17
Des. Luiz Fernando Boller	14
Desa. Denise Volpato	6
Des. Jairo Fernandes Gonçalves	4
Des. Ronei Danielli	12
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt	3
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**133**

ÓRGÃO JULGADOR: GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL

Magistrado	Quantidade
Des. Ricardo Fontes	1
Des. Salim Schead dos Santos	4
Desa. Rejane Andersen	2
Des. Sérgio Izidoro Heil	1
Des. José Carlos Carstens Köhler	1
Des. Rodrigo Antônio	4
Des. José Inácio Schaefer	2
Des. Jorge Luiz de Borba	1
Des. Cláudio Valdyr Helfenstein	6
Des. Altamiro de Oliveira	1
Des. João Batista Góes Ulysséa	6
Des. Júlio César Knoll	7
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**36**

ÓRGÃO JULGADOR GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

Magistrado	Quantidade
Des. Pedro Manoel Abreu	49
Des. Cláudio Barreto Dutra	50
Des. Newton Trisotto	37
Des. Luiz Cézar Medeiros	26
Des. Vanderlei Romer	22
Des. José Volpato de Souza	41
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	33
Desa. Sônia Maria Schmitz	3
Des. Cid Goulart	114
Des. Jaime Ramos	14
Des. Newton Janke	40
Des. João Henrique Blasi	34
Des. Ricardo Roesler	7
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva	6

Des. Carlos Adilson Silva	94
Des. Francisco Oliveira Neto	4
Total de processos por órgão	574
TOTAL GERAL	**743**

14.3.4. Câmaras Isoladas

14.3.4.1.Câmaras de Direito Civil

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Carlos Prudêncio	1.167
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva	18
Des. Joel Figueira Júnior	677
Des. Carlos Adilson Silva	6
Desa. Denise Volpato	2.637
Des. Stanley da Silva Braga	9
Des. Saul Steil	4
Des. Gilberto Gomes de Oliveira	61
Des. Ronei Danielli	2
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt	324
Des. 3º Membro da 1ª C. de Dto Civil	1
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**4.906**

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO CIVIL	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Nelson Schaefer Martins	1.328
Des. Luiz Carlos Freyesleben	127
Des. Jaime Luiz Vicari	3
Des. Jorge Schaefer Martins	2
Des. Sérgio Izidoro Heil	746
Des. Saul Steil	15
Des. Gilberto Gomes de Oliveira	329
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**2.550**

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Fernando Carioni	174
Des. Marcus Tulio Sartorato	138
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	316
Des. Saul Steil	201

TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	829

ÓRGÃO JULGADOR: QUARTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Eládio Torret Rocha	439
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva	1.054
Des. Victor Ferreira	948
Des. Luiz Fernando Boller	975
Des. Altamiro de Oliveira	1
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	3.417

ÓRGÃO JULGADOR: QUINTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL	
Magistrado	**Quantidade**
Desa. Sônia Maria Schmitz	1.129
Des. Henry Petry Junior	902
Des. Carlos Adilson Silva	1
Des. Altamiro de Oliveira	5
Des. Saul Steil	40
Des. Jairo Fernandes Gonçalves	849
Des. Odson Cardoso Filho	971
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	3.897

ÓRGÃO JULGADOR SEXTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Jaime Luiz Vicari	879
Des. Stanley da Silva Braga	1.264
Des. Ronei Danielli	933
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt	811
Total de processos por órgão:	3.887
TOTAL GERAL	19.486

14.3.4.2.Câmaras de Direito Comercial

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Monteiro Rocha	1
Des. Ricardo Fontes	221
Des. Salim Schead dos Santos	580
Des. Rodrigo Antônio	578
Des. Stanley da Silva Braga	1
Desa. Janice Goulart Garcia Ubialli	450

TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	1.831

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL	
Magistrado	Quantidade
Des. Pedro Manoel Abreu	1
Desa. Rejane Andersen	1.181
Des. Jorge Schaefer Martins	16
Des. Robson Luz Varella	854
Des. Jorge Luiz de Borba	1.076
Des. João Batista Góes Ulysséa	1.691
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt	1
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO:	4.820

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL	
Magistrado	Quantidade
Des. Fernando Carioni	1
Des. Jânio Machado	5
Des. Paulo Roberto Camargo Costa	1.488
Des. Raulino Jacó Brüning	2.015
Des. Júlio César Knoll	2.938
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	6.532

ÓRGÃO JULGADOR: QUARTA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL	
Magistrado	Quantidade
Des. Lédio Rosa de Andrade	416
Des. José Carlos Carstens Köhler	251
Des. José Inácio Schaefer	418
Des. Altamiro de Oliveira	628
Des. Júlio César Knoll	1
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	1.714

ÓRGÃO JULGADOR: QUINTA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL	
Magistrado	Quantidade
Des. Jânio Machado	1.453
Des. Cláudio Valdyr Helfenstein	1.239
Desa. Soraya Nunes Lins	2.072
Des. Volnei Celso Tomazini	1.066
Total de processos por órgão	5.830
TOTAL GERAL	20.727

14.3.4.3.Câmaras de Direito Público

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Newton Trisotto	853
Des. Vanderlei Romer	678
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	625
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva	962
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**3.118**

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Orli Rodrigues	1
Des. Cesar Abreu	1
Des. Cid Goulart	1.882
Des. Newton Janke	488
Des. João Henrique Blasi	743
Des. Ricardo Roesler	1.352
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**4.467**

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Pedro Manoel Abreu	1.188
Des. Luiz Cézar Medeiros	591
Desa. Sônia Maria Schmitz	10
Des. Carlos Adilson Silva	1.462
Des. Francisco Oliveira Neto	516
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**3.767**

ÓRGÃO JULGADOR: QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Cláudio Barreto Dutra	2.301
Des. José Volpato de Souza	1.309
Des. Jaime Ramos	757
Des. Rodrigo Collaço	1.096
Total de processos por órgão:	5.463
TOTAL GERAL	**16.815**

14.3.4.4.Câmaras de Direito Criminal

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

Magistrado	Quantidade
Des. Rui Fortes	451
Des. Hilton Cunha Júnior	542
Desa. Marli Mosimann Vargas	378
Des. Carlos Alberto Civinski	1
Des. Newton Varella Júnior	410
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**1.782**

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Sérgio Paladino	282
Des. Irineu João da Silva	1
Des. Tulio Pinheiro	116
Desa. Salete Silva Sommariva	430
Des. Sérgio Izidoro Heil	299
Des. Newton Varella Júnior	2
Des. Volnei Celso Tomazini	9
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**1.139**

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Torres Marques	146
Des. Moacyr de Moraes Lima Filho	169
Des. Alexandre d'Ivanenko	278
Des. Leopoldo Augusto Brüggemann	109
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**702**

ÓRGÃO JULGADOR: QUARTA CÂMARA CRIMINAL	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Roberto Lucas Pacheco	573
Des. Jorge Schaefer Martins	645
Des. Carlos Alberto Civinski	488
Des. Saul Steil	3
Des. José Everaldo Silva	546
Total de processos por órgão:	2.255
TOTAL GERAL	**5.878**

14.3.4.5.Câmara Civil Especial

ÓRGÃO JULGADOR: CÂMARA CIVIL ESPECIAL	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Jaime Luiz Vicari	3

Des. Domingos Paludo	681
Des. Paulo Roberto Sartorato	1.117
Des. Carlos Alberto Civinski	20
Des. Victor Ferreira	2
Des. Luiz Fernando Boller	13
Des. Rodrigo Collaço	3
Des. Carlos Adilson Silva	3
Des. Saul Steil	14
Des. Rodolfo C. R. S. Tridapalli	1.121
Desa. Cláudia Lambert de Faria	585
Total de processos por órgão:	3.562
TOTAL GERAL	**3.562**

14.3.4.6.Câmara Especial Regional de Chapecó

ÓRGÃO JULGADOR: CÂMARA ESPECIAL REGIONAL DE CHAPECÓ	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Jorge Luiz de Borba	1
Des. Gilberto Gomes de Oliveira	8
Des. Jairo Fernandes Gonçalves	5
Des. Jorge Luis Costa Beber	1.212
Des. Guilherme Nunes Born	607
Des. Eduardo Mattos Gallo Júnior	956
Desa. Maria Terezinha Mendonça de Oliveira	2.296
Total de processos por órgão:	5.085
TOTAL GERAL	**5.085**

14.3.4.7.Plantão Judiciário

ÓRGÃO JULGADOR: PLANTÃO JUDICIÁRIO	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Rodolfo C. R. S. Tridapalli	32
Des. Leopoldo A Brüggemann	8
Des. Júlio César Knoll	9
Desa. Janice Goulart Garcia Ubialli	47
Desa. Cláudia Lambert de Faria	48
Des. Francisco Oliveira Neto	8
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt	19
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**171**

15. Processos Pendentes no TJSC

15.1. Quantitativo de processos pendentes (de julgamento e de assinatura) para 2012 (FONTE: SAJ EM 30-12-2011 e 12-01-2012): **83.657**

15.2. Pendentes de assinatura para 2012: **2.018**

15.3. Pendentes de Julgamento para 2012: **81.290**

15.4. Processos pendentes na Presidência e na Primeira Vice-Presidência: **79**

15.5. Processos Pendentes na Segunda e Terceira Vice-Presidências: **6.435**

15.6. Pendentes de julgamento nos demais órgãos julgadores: **74.855**

15.6.1. Pleno e Órgão Especial: **2.158**

15.6.2.Seção criminal: **139**

15.6.3.Grupos de Câmaras de Direito Civil, Comercial e Público: **743**

15.6.4.Câmara Especial Regional de Chapecó – CERC: **5.085**

15.6.5.Câmara Civil Especial – CCE : **3.562**

15.6.6.Plantão Judiciário: **171**

15.6.7.Câmaras Isoladas, por área do direito:

15.6.7.1.Criminais: **5.878**

15.6.7.2.Civis: **19.486**

15.6.7.3.Comerciais: **20.727**

15.6.7.4.Públicas: **16.815**

16. Recursos sobrestados aguardando decisão dos Tribunais Superiores: **5.619**

16.1. Segundo Vice- Presidente: **2.533**
16.1.1.Recurso Sobrestado ao STF – 1.335
16.1.2.Recurso Sobrestado ao STJ – 1.198

16.2. Terceiro Vice-Presidente: **3.086**
16.2.1.Recurso Sobrestado ao STF – 943
16.2.2.Recurso Sobrestado ao STJ – 2.143

CONCLUSÃO

O Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, no ano de 2011, recebeu **131.614** processos (**101.693** distribuídos e **29.921** incidentes).

No período foram julgados **129.764** processos.

O acervo em 31-12-2011 é de:

- **5.619** recursos sobrestados aos Tribunais Superiores;
- **83.657** (total de processos pendentes), sendo **81.290** processos pendentes de julgamento;
- **81.290** (pendentes de julgamento), sendo **6.435** na Segunda e Terceira Vice-Presidências e **74.855** nos demais órgãos julgadores.

DIRETORIA DE RECURSOS E INCIDENTES

1- INTRODUÇÃO

Primeiramente, importante relatar que a antiga Diretoria Judiciária foi reestruturada, cindindo em duas novas Diretorias, sendo uma a Diretoria de Cadastro e Distribuição Processual e a outra Diretoria de Recursos e Incidentes, ambas criadas em 1º de abril de 2011, conforme publicado no Diário da Justiça Eletrônico nº 1.125 de 30.03.2011. A criação das novas diretorias é fruto de estudo e mapeamento dos fluxos e processos internos realizado pela Diretoria Geral Judiciária.

A principal atribuição da Diretoria de Recursos e Incidentes é dirigir, supervisionar e coordenar todos os procedimentos a partir da publicação dos julgados; ao processamento dos incidentes e recursos aos tribunais superiores, até ulterior baixa à comarca de origem e arquivamento de todos os processos judiciais no Tribunal de Justiça, quer originários, quer em grau de recurso.

Para melhor gerenciar as atividades desenvolvidas, foram criadas mais seis seções especializadas, quatro na Divisão de Recursos aos Tribunais Superiores, uma na Divisão de Cumprimento de Acórdão e Processamento de Incidentes e outra na Divisão de Editais. A nova estrutura conta com três divisões e onze seções e ficou assim definida e implementada:

Diretoria de Recursos e Incidentes

- Secretária de Assuntos Específicos
- 2 Assessores Técnicos

Divisão de Editais

- Seção de Análise de Processos
- Seção de Elaboração de Editais
- Seção de Intimações e Controle de Prazos

Divisão de Cumprimento de Acórdãos e Processamento de Incidentes

- Seção de Cadastro de Incidentes
- Seção de Cumprimento de Acórdão
- Seção de Baixa e Arquivamento de Processos

Divisão de Recursos aos Tribunais Superiores

- Seção de Triagem, Localização e Juntada
- Seção de Cadastramento e Processamento
- Seção de Cumprimento de Despachos
- Seção de Análise e Controle dos Recursos Repetitivos
- Seção de Processamento de Agravos

2 - AÇÕES DESENVOLVIDAS

No mês de abril, iniciou-se os trabalhos da Diretoria, com planejamento e execução de algumas ações, conforme resumo a seguir transcrito:

- Implantação de comunicação interna da Diretoria com as Chefias de Divisão e Seção e esta com os seus liderados, para difundir as diretrizes e outras informações
- Reuniões de análise de contexto e planejamento das ações
- Implantação do programa 5 S
- Uniformização de procedimentos
- Mês de Julho – Término da 1ª etapa da força tarefa interna que cadastrou 24.463 Recursos Especiais, Extraordinários, Ordinários, Agravos Regimentais e outros incidentes processuais e entregou ao Diretor-Geral Judiciário a chave do auditório do 12º andar da Torre I, que abrigava um acervo de mais de 10.000 processos
- Mês de Agosto – Término da 2ª etapa da força tarefa interna que cadastrou aproximadamente 9.000 Agravos do art. 544 do CPC da Divisão de Recursos aos Tribunais Superiores
- Mês de Setembro – Término da 3ª etapa da força tarefa interna que preparou e publicou 16.390 e ainda, analisou 15.233 acórdãos e decisões monocráticas da Divisão de Editais
- Levantamento dos problemas relacionados às custas processuais, com expedição de ofício circular de conscientização dos gabinetes, que restou exitoso
- Proposta de alteração do *site* relacionado às custas e porte e remessa de autos aos tribunais superiores
- Cinco Reuniões ordinárias da Diretoria para avaliação, *feedbak* e planejamento e uma extraordinária
- Participação integral de uma Assessora Técnica da Diretoria no grupo de homologação do SAJ 5
- Redesenho dos novos fluxos na Ferramenta BIZAGI e construção do manual de procedimentos da DRI, com o fim de subsidiar a construção do SAJ 5 e melhorar os processos internos
- Readequação de pessoal
- Participação das Lideranças em cursos de aperfeiçoamento
- No mês de dezembro, encerrou-se a Força Tarefa interna que redistribuiu mais de 7.000 agravos regimentais
- Iniciou-se no mês de novembro de 2011, com previsão de término em março de 2012, Força Tarefa Interna na Divisão de Recursos aos Tribunais Superiores (Seção de Análise e Controle de Recursos Repetitivos), para analisar e baixar 4.000 decisões do STJ e STF
- Iniciou-se no mês de novembro de 2011, com previsão de término em julho de 2012, Força Tarefa Interna na Divisão de Recursos aos Tribunais Superiores (Seção de Processamento de Agravos) para processar aproximadamente 5.000 agravos do art. 544 do CPC já cadastrados (juntar as contrarrazões, certificar, analisar e encaminhar para digitalização (STJ) e os físicos para o STF
- Foi implantado em caráter experimental no mês de dezembro o atendimento não presencial ao usuário por assunto
- Força Tarefa interna durante o recesso no mês de dezembro na Divisão de Editais que preparou aproximadamente 8.000 processos.

3 - PARTICIPAÇÃO DESTA DIRETORIA EM CURSOS, EVENTOS E REUNIÕES

- Reunião Ordinária da DRI – Avaliação e Planejamento – 29.04.2011
- Reunião de Trabalho na DGJ – Mapas Gerenciais – 10.05.2011
- Reunião de Trabalho na DGJ – Custas Processuais – 13.05.2011
- Reunião de Trabalho na DGJ – CNJ – Estatísticas – 18.05.2011
- Reunião de Trabalho na DGJ – Grupo de Homologação SAJ 5 – 20.05.2011
- Reunião de Trabalho na DGJ – Projetos PPA – 23.05.2011
- Reunião de Trabalho na DGJ – Provimento 07/87 – 30.05.2011
- Reunião na SOFTPLAN – SAJ 5 – 31.05.2011
- Reunião na SOFTPLAN – SAJ 5 – 1º.06.2011
- Reunião de Trabalho na DGJ – Referente ao proc. Adm. 415065-2011.1 – 1º.06.2011
- Reunião na ASPLAN – Análise do Desempenho Organizacional – 1º.06.2011
- Visita do Presidente do TJ e Diretor-Geral Judiciário – 02.06.2011
- Visita ao Arquivo Central em comitiva – 09.06.2011
- Reunião de Trabalho na DGJ – Grupo de Homologação SAJ 5 – 10.06.2011
- Participação da Solenidade de Abertura do Mutirão Carcerário – 13.06.2011
- Reunião de Trabalho com DTI – fluxos dos processos – 14.06.2011
- Reunião com DEA – Reforma da DRI e DCDP – 14.06.2011
- Reunião com DTI – TSI's e equipamentos – 15.06.2011
- Curso de Gestão por Processos: Ferramenta para o sincronismo organizacional: 16 e 17.06.2011, na Cidade do Rio de Janeiro/RJ
- Reunião com DGJ – Análise dos Fluxos Expedição e Protocolo Judicial – 22.06.2011
- Apresentação da DRI aos universitários da Faculdade de Direito de Jaraguá do Sul – 28.06.2011
- Reunião com a DGJ – Divisão de Protocolo Judicial e Seção de Custas – 30.06.2011.
- Entrega da Chave do Auditório do 12º andar – Final da 1ª Etapa da Força Tarefa Interna de cadastro de Agravos e outros incidentes – 04.07.2011
- Reunião Ordinária da DRI - Avaliação e Planejamento – 04.07.2011
- Reunião da ASPLAN – Apresentação da Proposta Orçamentária 2012/2015 – 07.07.2011, na Academia Judicial
- Reunião com a DGJ – Atendimento não presencial – 08.07.2011
- Reunião com a DGJ – Melhorias na DDI e Divisão de Editais – 14.07.2011
- Entrega do Resultado da Avaliação do Programa 5S – Presidência – 28.07.2011
- Reunião com a DGJ – Melhorias na Divisão de Recursos aos Tribunais Superiores – 05.08.2011

- Reunião com a DGJ – Cadastro de Petições – 18.08.2011
- Reunião extraordinária da DRI por Divisão – Orientações sobre Afastamentos, bom uso internet e horário de trabalho – 19.08.2011
- Reunião com a DTI – Novo Portal da Internet – 1º.09.2011
- Reunião com a DGJ – Atendimento não presencial – 06.09.2011
- Reunião com a DGJ – Supressão de colocação de nova capa nos recursos – 06.09.2011
- Curso de Liderança e Coaching: 12 e 13.09.2011, na Academia Judicial
- Reunião Ordinária da DRI – Avaliação e Planejamento – 21.09.2011
- Reunião na DGJ – Publicação de Acórdãos – 26.09.2011
- Posse de Novos Diretores – 27.09.2011
- Reunião de Trabalho com a Presidência do TJSC – 27.09.2011
- Fórum Nacional de Gestão por Processos: 29 e 30.09.2011, na Cidade de Brasília/DF
- Reunião de Trabalho com o Presidência do TJSC – Ações Atuais, de médio e longo prazo para o Judiciário Catarinense – 10.10.2011
- Auto-Avaliação de Desempenho – 17 a 21.10.2011; 25 e 26.10.2011 – Academia Judicial
- Reunião de Trabalho com a Presidência do TJSC – 24.10.2010
- Curso de Eneagrama: 3, 4, 13, 14, 31.10, e 1º, 3 e 4.11. 2011, na Academia Judicial
- Curso de Gestão de Conflitos: 7 a 9.11. 2011, na Academia Judicial
- Reunião com a DGJ – Homologação do peticionamento eletrônico – 17.11.2011
- Reunião com a DGJ – Baixas em Diligências – 21.11.2011
- Reunião de Trabalho com a Presidência do TJSC – 29.11.2011
- Reunião com a DGJ – Mudança nos procedimentos de busca de Autos DCD/DRI – 05.12.2011

4 - RELATÓRIO SINTÉTICO E NUMÉRICO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA DRI NO ANO DE 2011

4.1 GABINETE DA DRI – abril a dezembro de 2011

Certidões Narrativas Expedidas	647
Penhoras	81
Alvarás Judiciais	82
Ofícios Expedidos	108

4.2 DIVISÃO DE EDITAIS – janeiro a dezembro de 2011

Preparação e Publicação de Editais	121.421
Análise de Processos	117.847
Controle de Prazos	148.331
Intimações Pessoais	26.910

4.3 DIVISÃO DE CUMPRIMENTO DE ACÓRDÃOS E PROCESSAMENTO DE INCIDENTES – abril a dezembro de 2011

Cumprimento de Acórdãos	3.914
Arquivamento	14.018
Baixa à origem	44.441
Cadastro de Incidentes	22.545
Petições recebidas e juntadas	24.204

4.4 DIVISÃO DE RECURSOS AOS TRIBUNAIS SUPERIORES – abril a dezembro de 2011

Petições recebidas	66.108
Juntada de Petições	63.221
Recursos e Agravos Cadastrados	38.857
Intimações Expedidas e Publicadas (para apresentar resposta nos recursos e agravos)	36.618
Certificação de Decurso de Contrarrazões	22.802
Recursos e Agravos analisados e remetidos à PGJ ou concluídos ao 2º e ao 3º Vice-Presidentes	34.153
Despachos Publicados	41.753
Analisados e Baixados à Origem ou Remetidos (STJ/STF)	11.774
Analisados e Arquivados Definitivamente ou Temporariamente	7.957
Analisados e Encaminhados à Seção de Digitalização	12.988
Recursos Sobrestados	2.504
Recursos Repetitivos impulsionados ou conclusos ao relator (art. 543-B e art. 543-C, do CPC)	882
Ofícios Expedidos	1.144
Agravos Regimentais Redistribuídos ao e. Órgão Especial	7.369

◖ DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

1 ASSESSORIA TÉCNICA

1.1 Acompanhamento, manutenção e atualização de infobases

1.1.1 Atualização mensal da infobase informatizada de acórdãos das Turmas de Recursos, com a disponibilização de 2.004 acórdãos em seu inteiro teor;

1.1.2 Validação diária da base de resoluções administrativas com disponibilização na intranet de 115 resoluções relativas ao ano de 2011.

MÊS	QUANTIDADE	
	Resoluções	Acórdãos
Abril	11 (1 CM; 2 DOF; 4 GP; 4 TJ)	112 (5ª Turma – 39; 2ª Turma – 48; Lages - 25)
Maio	23 (vinte e três) (2 DOF; 3 GP; 18 TJ)	312 (Lages - 43; 2ª Turma - 33; 7ª Turma - 190; 5ª Turma - 26)
Junho	14 (quatorze) 4 (DOF) 6 (GP) 3 (TJ) 1 (RC)	266 7ª Turma – 67 Acórdãos 5ª Turma - 128 Acórdãos 2ª Turma – 33 Acórdãos Lages – 38 Acórdãos
Julho	11 (onze) 1 (RC) 5 (TJ) 4 (GP) 1 (DOF)	354 3ª Turma – 18 Acórdãos 7ª Turma – 40 Acórdãos 2ª Turma – 65 Acórdãos 5ª Turma – 88 Acórdãos Lages – 143 Acórdãos
Agosto	8 (Oito) 2 (TJ) 2 (GP) 3 (DOF) 1 (CM)	236 3ª Turma – 18 Acórdãos 7ª Turma – 68 Acórdãos 2ª Turma – 65 Acórdãos 5ª Turma – 85 Acórdãos
Setembro	19 (dezenove) 7 (TJ) 3 (DOF) 7 (CM) 2 (GP)	286 Lages – 101 Acórdãos
Outubro	8 (oito) 4 (TJ) 2 (GP) 2 (DOF)	224 Lages – 24 Acórdãos 3ª Turma – 11 Acórdãos 7ª Turma – 125 Acórdãos 2ª Turma – 17 Acórdãos 5ª Turma – 58 Acórdãos
Novembro	13 (treze) 4 (DOF) 1 (GP) 8 (TJ)	214 Lages – 105 Acórdãos 3ª Turma – 55 Acórdãos 2ª Turma – 7 Acórdãos 5ª Turma – 47 Acórdãos
Total	115 Resoluções	2004 Acórdãos

2 DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO

2.1 CENTROS DE ATENDIMENTO E INFORMAÇÕES

2.1.1 TRABALHO DESENVOLVIDO NO CENTRO DE ATENDIMENTO E INFORMAÇÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Instalado em 05 de maio de 2002, com o objetivo de proporcionar aos seus usuários internos e externos um atendimento personalizado; recepcionar e orientar o público em geral, prestando informações e/ou

encaminhando-o aos setores competentes ou a outras instituições; prestar informações relativas à estrutura organizacional e ao quadro funcional do Tribunal de Justiça, informações processuais de 1º e 2º Graus; fornecer o horário das sessões das Câmaras, a pauta de Sessões e as cópias de acórdãos; realizar a venda de CDs e revistas da Jurisprudência Catarinense, do livro "Leis Complementares, Leis Ordinárias e Atos Regimentais do TJSC" e do Estatuto dos Servidores Públicos; e responder as consultas via e-mail do tjcenai@tj.sc.gov.br e do tjmail@tj.sc.gov.br.

Usuários: advogados, estudantes e o público em geral.

Estatística Atendimento
Pessoas atendidas – 11.287
Informações prestadas – 16.268
Atendimentos telefônicos – 18.098
Atendimentos por e-mail – 4.320

2.1.2 Trabalho desenvolvido nos Centros de Atendimento e Informações instalados nas Comarcas

Acompanhamento e instalação de Centrais de Atendimento e Informações nas comarcas de: Abelardo Luz, Araranguá, Ascurra Balneário Camboriú, Biguaçu, Blumenau, Camboriú, Campos Novos, Canoinhas, Capinzal, Catanduvas, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Fraiburgo, Guaramirim, Ituporanga, Içara, Imbituba, Joaçaba, Joinville, Lages, Laguna, Maravilha, Navegantes, Piçarras, Pinhalzinho, Rio do Campo, Rio do Sul, Santa Cecília, São Francisco do Sul, Taió, Tubarão, Urussanga, Videira e Xanxerê.

2.1.2.1. Estatística Atendimento

COMARCA	PESSOAS ATENDIDAS	INFORMAÇÕES PRESTADAS	CERTIDÕES
Araranguá	18.242	17.742	1.912
Balneário Camboriú	11.559	29.654	
Blumenau	12.124	13.268	
Brusque	23.507	44.248	
Campos Novos	21.529	21.335	
Capital	43.575	43.680	
Chapecó	43.573	47.555	
Concórdia	30.581	30.907	
Curitibanos	19.278	19.315	
Itajaí	156.575	175.303	
Jaraguá do Sul	24.686	24.686	14.182
Joaçaba	794	15.835	
Lages	9.129	14.725	4.644
Laguna	11.273	18.082	
Palhoça	20.063	20.232	
São Bento do Sul	20.410	20.135	
São José	36.269	51.674	
Tubarão	12.481	21.812	
Xanxerê	22.985	26.558	

2.2 Central de Cadastramento do Tribunal de Justiça

Na portaria do Tribunal de Justiça circulam mensalmente 56.000 pessoas, entre elas 3.000 advogados, 1.300 estudantes e 11.500 visitantes. Os usuários vêm em busca de informações, serviços ou se dirigem aos setores e gabinetes.

O software de controle de acesso DMP-ACCES, foi atualizado visando um controle efetivo que integra comunicação, cadastramento e ponto, num banco de dados único, com resposta em tempo real.

Foram confeccionados 2.331 crachás funcionais para os servidores, assessores, estagiários e terceirizados do Poder Judiciário catarinense e 190 crachás permanentes para advogados.

2.3 Protocolo Administrativo

2.3.1. Estatística Processual

- Autuados 45.424 processos administrativos; 1.779 precatórios e 3.427 petições de precatórios.
- 250 consultas de processos administrativos e precatórios
- Aproximadamente 563 anexação, juntada, apensamento e desapensamento de processos

2.4. Protocolo Judicial Expresso do Tribunal de Justiça

O Protocolo Judicial Expresso – PJEx foi instituído pela Resolução Conjunta nº 2/2005-GP/CGJ, com o objetivo de prestar atendimento aos advogados com maior comodidade e dinamicidade. Este serviço destina-se ao recebimento, ao protocolo de petições e à devolução de processos em carga, destinados ao Fórum Central da Comarca de Capital, ao Fórum Desembargador Eduardo Luz e ao Tribunal de Justiça, sem que o advogado tenha que sair de seu veículo. A utilização do PJEx é facultativa e complementa os serviços de distribuição do Fórum da Capital e da Secretaria de Informações da Diretoria de Cadastro e Distribuição Processual.

2.4.1. Estatística de Recebimentos

Foram recebidos e distribuídos 32.056 processos de 1º grau; 55.704 petições de 1º grau; 31.388 processos de 2º grau e 50.215 petições de 2º grau.

2.5. Protocolo Judicial Expresso de Blumenau

O Protocolo Judicial Expresso – PJEx foi criado em 2008, com o objetivo de prestar atendimento aos advogados. Este serviço destina-se ao recebimento e ao protocolo de petições intermediárias destinadas ao Fórum da Comarca de Blumenau. Atua também como Protocolo Unificado. A utilização do Protocolo Expresso é facultativa complementando os serviços de distribuição do Fórum.

2.5.1. Estatística de Recebimentos

- Foram recebidos e encaminhados 25.806 petições intermediárias, 954 petições do Protocolo Unificado e 5.583 petições dependentes.
- Foram encaminhamentos 10.220 Protocolos Unificados recebidos na Distribuição do Fórum Central.

3 DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO

3.1 Seção de Revisão

Neste ano, os trabalhos realizados pela Seção de Revisão(1) foram, principalmente, a correção de acórdãos, a correção de documentos administrativos e a correção da revista Jurisprudência Catarinense.

(1) Entre os dias 8-12-2010 e 28-11-2011.

Quanto aos acórdãos, foram revisados 7.460 documentos, conforme quadro abaixo:

ACÓRDÃOS REVISADOS	
Des. Fernando Carioni	989
Des. Altamiro de Oliveira	712
Des. Vanderlei Romer	1.203
Des. Rui Fortes	357

Des. Cesar Abreu	74
Des. Luiz Carlos Freyesleben	468
Des. Jaime Vicari	903
Des. Jorge S. Martins	107
Des. Jairo Fernandes	885
Des. Carlos Prudêncio	71
Des. Júlio César Knoll	637
Des. Rodrigo da Cunha	12
Des. Newton Trisotto	14
Des. João Henrique Blasi	1
Desa. Janice Goulart Ubialli	141
Des. Volpato de Souza	1
Des. Volnei Tomazini	41
Des. Roberto Lucas Pacheco	9
Des. Joel Figueira	835
Total de acórdãos revisados	**7.460**

Foram revisados 126 documentos administrativos, dentre os quais: resoluções, instruções normativas, projetos, apostilas, matérias publicadas no *site* do PJSC, relatórios, agenda, calendário, certificados e ofícios, além de um livro ("O Serviço Social no Poder Judiciário de SC").

Os textos das doutrinas/artigos que formam a revista Jurisprudência Catarinense número 120 foram todos revisados e formatados de acordo com as normas da ABNT (NBR 6022, NBR 6023, NBR 6024 e NBR 10520).

A Seção de Revisão também fez a distribuição das revistas Jurisprudência Catarinense número 118, 119 e 120, assim como distribuiu a terceira edição do *Guia Prático de Redação TJSC* aos setores e comarcas do Poder Judiciário catarinense.

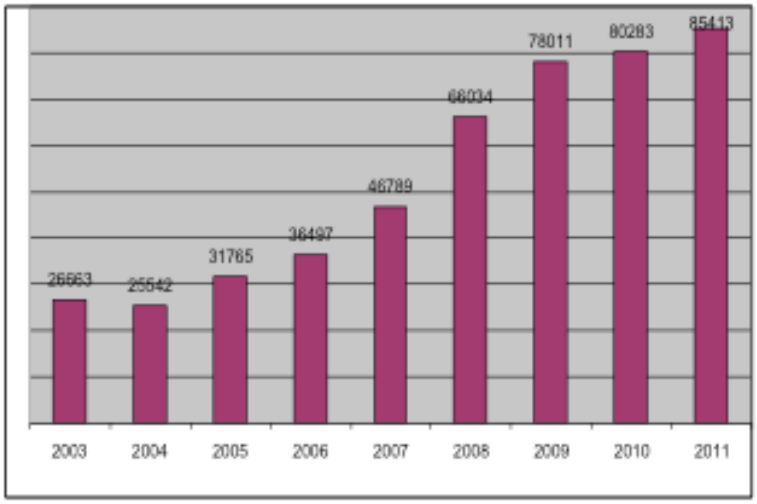
3.2 Seção de Padronização e Conferência de Acórdãos

Os servidores da Seção conferiram 85.413 acórdãos(1). Desse número, 8.809 foram remetidos pela Seção aos gabinetes de desembargador para retificação do texto, como, por exemplo, a data da assinatura do acórdão ou a da sessão de julgamento, o nome das partes e o dos desembargadores que participaram do julgamento, a decisão, a ortografia da ementa, dentre outras, e 2.283 processos foram remetidos para a Secretaria de Câmaras da Diretoria Judiciária, para retificação de certidão de julgamento, reautuação e juntada de petições.

(1) Entre os dias 3-12-2010 e 25-11-2011.

Afora os números citados acima, a Seção realizou trabalho de orientação dos gabinetes de desembargador para a confecção de acórdãos em conformidade com a Resolução nº 29/2011 - TJ.

Número de acórdãos conferidos



3.3 Seção de Publicações

A Seção de Publicações desenvolveu, em especial, duas atividades: digitalização dos acórdãos do Tribunal de Justiça e confecção do Diário da Justiça Eletrônico.

Foram digitalizados 85.759 acórdãos(1), conforme quadro abaixo. Esses acórdãos totalizam 645.017 páginas digitalizadas.

Entre os dias 9-12-2010 e 29-11-2011.

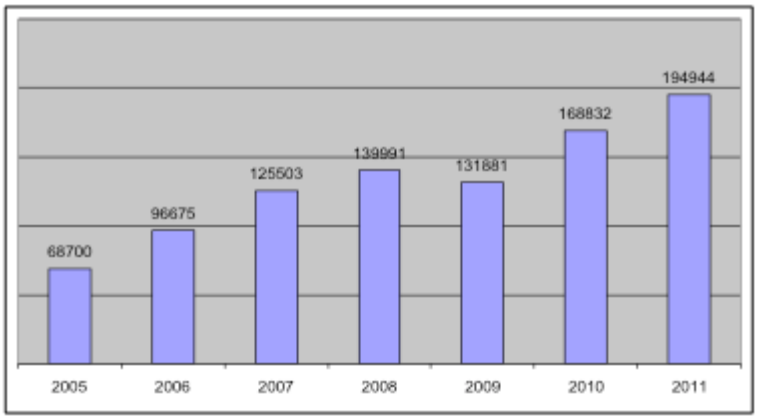
PERÍODO	QTD. DE ACÓRDÃOS DIGITALIZADOS	QTD. DE PÁGINAS DIGITALIZADAS
2010/dez	5.829	42.617
2011/jan	937	6.625
2011/fev	5.763	41.528
2011/mar	6.628	53.364
2011/abr	7.115	54.057
2011/maio	7.810	61.186
2011/jun	8.665	65.560
2011/jul	7.931	61.054
2011/ago	8.870	66.496
2011/set	8.459	69.566
2011/out	8.934	70.360
2011/nov	9.774	79.157
TOTAL	**85.759**	**645.017**

Foram disponibilizadas, durante o mesmo período, no *site* do Poder Judiciário de Santa Catarina, 245 edições do Diário da Justiça Eletrônico. Nessas, foram publicadas 194.944 matérias.

Essa Seção também publicou aproximadamente 412 matérias provenientes da Diretoria de Material e Patrimônio do Tribunal de Justiça nos jornais Diário Catarinense e A Notícia. No Diário Oficial do Estado foram publicadas 117 matérias do Poder Judiciário de Santa Catarina.

Além disso, a Seção de Publicações diagramou a terceira edição e a versão eletrônica do Guia Prático de Redação do TJSC.

Número de matérias publicadas no DJE



4 DIVISÃO DE ARQUIVO E MEMÓRIA DO JUDICIÁRIO

4.1 - Seção de Preparo Técnico

Documentação administrativa foi recebida, organizada, indexada e arquivada, num total de **1.165** caixas de arquivo oriundas dos diversos órgãos do Tribunal de Justiça, de acordo com a discriminação abaixo:

CONSELHO DA MAGISTRATURA

Série Documental	Nº de Caixas	Mês
Diversos	5	Julho
Diversos	8	Agosto
Processos	11	Setembro
Processos	5	Outubro
Processos	1	Novembro

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

Série Documental	Nº de Caixas	Mês
Protocolo Judicial Expresso	3	Janeiro
Protocolo Judicial Expresso	2	Fevereiro
Protocolo Judicial Expresso	7	Março
Protocolo Judicial Expresso	2	Maio
Protocolo Judicial Expresso	2	Junho

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Série Documental	N.º de Caixas	Mês
Balancetes Mensais	37	Janeiro
Empenhos	6	Janeiro
Boletins Financeiros	14	Janeiro
Empenhos	7	Fevereiro
Divisão de Contabilidade	7	Fevereiro
Empenhos	104	Março
Gecof	43	Março
Divisão de Contabilidade	7	Março
Balancetes Mensais	37	Março
Boletins Financeiros – Conta única	14	Março

Empenhos	55	Abril
Tesouraria – Documentos Diversos	27	Abril
Precatórios	67	Abril
Documentos Diversos	2	Maio
Ordens Bancárias	30	Maio
Gecof	18	Maio
Prestações de Contas	24	Maio
Empenhos	7	Junho
Divisão de Contabilidade	7	Junho
Gecof	19	Julho
Ordens Bancárias	48	Julho
Prestações de Contas	56	Julho
Ordens Bancárias	16	Agosto
Precatórios	25	Agosto
Prestações de Contas	36	Setembro
Ordens Bancárias	29	Setembro
Gecof	17	Setembro
Ordens Bancárias	52	Outubro
Gecof	19	Outubro
Prestações de Contas	16	Outubro
Ordens Bancárias	36	Novembro
Gecof	57	Novembro
Gabinete Diretor DOF	11	Novembro

DIRETORIA DE SAÚDE

Série Documental	Nº de Caixas	Mês
Divisão de Saúde	12	Janeiro
Divisão de Saúde	12	Março

DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA

Série Documental	Nº de Caixas	Mês
Protocolos de Expedição	55	Fevereiro
Protocolos de Expedição	55	Março
Protocolos de Expedição	55	Junho

DIRETORIA DE CADASTRO E DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL

Série Documental	Nº de Caixas	Mês
Atas	23	Abril

DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

Série Documental	Nº de Caixas	Mês
Diversos	5	Julho
Contratos e Convênios	14	Novembro

Foram recebidos, conferidos e cadastrados no sistema **SAJsg 18.097 p**rocessos judiciais de 2º grau transitados em julgado e **27.148** processos judiciais arquivados temporariamente, conforme quadro abaixo:

MÊS	PROCESSOS JUDICIAIS TRANSITADOS EM JULGADO	PROCESSOS JUDICIAIS – ARQUIVO TEMPORÁRIO
JANEIRO	1.583	1.757
FEVEREIRO	1.878	3.347
MARÇO	1.543	4.096
ABRIL	1.230	2.484
MAIO	1.602	2.674
JUNHO	1.930	3.894
JULHO	1.692	2.094
AGOSTO	1.827	2.292
SETEMBRO	1.632	1.694
OUTUBRO	1.713	1.474
NOVEMBRO	1.467	1.342
TOTAL	18.097	27.148

Foram recebidos, conferidos e cadastrados no sistema **PPTC 28.522** processos administrativos, conforme quadro abaixo:

MÊS	PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	LOTES RECEBIDOS
JANEIRO	2.082	142
FEVEREIRO	1.564	183
MARÇO	2.516	219
ABRIL	1.912	128
MAIO	5.479	297
JUNHO	1.857	244
JULHO	3.598	239
AGOSTO	2.843	214
SETEMBRO	2.702	212
OUTUBRO	1.574	166
NOVEMBRO	2.395	176
TOTAL	28.522	2.220

Foram recebidos, conferidos e cadastrados no sistema **SAJarq 879.535** processos judiciais de 1º grau, conforme quadro abaixo:

MÊS	PROCESOS MIGRADOS	PROCESSOS CRIADOS	PROCESSOS MIGRADOS + CRIADOS
JAN	34.153	13.508	47.661
FEV	51.020	24.605	75.625
MAR	58.087	26.209	84.296
ABR	56.056	17.766	73.822
MAIO	93.225	23.404	116.629
JUN	77.715	17.578	95.293
JUL	66.460	17.593	84.053
AGO	74.023	22.036	96.059
SET	71.011	22.142	93.153
OUT	51.280	14.625	65.905
NOV	39.656	7.383	47.039
TOTAL	672.686	206.849	879.535

Foram transferidas **46.875** caixas de arquivo para o novo prédio do Arquivo Central, o equivalente a **1.406.160** processos judiciais (considerando-se a média de 30 processos/caixa).

MÊS	QUANTIDADE DE CAIXAS
JANEIRO	4.155
FEVEREIRO	6.215
MARÇO	8.192
ABRIL	6.860
MAIO	7.615
JUNHO	1.927
JULHO	1.733
AGOSTO	849
SETEMBRO	1.538
OUTUBRO	5.182
NOVEMBRO	2.609
TOTAL	**46.875**

4.2 SEÇÃO DE CONTROLE CADASTRAL

Devido a dificuldades de acesso às caixas de arquivo nos andares superiores, os funcionários desta Seção estão cadastrando processos administrativos de 1º grau.

4.3 - SEÇÃO DE ALOCAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Foram desarquivados **52.333** processos judiciais das comarcas e devolvidos **48.211**, conforme quadro abaixo:

TOTAL GERAL MENSAL DE SOLICITAÇÕES DE PROCESSOS				
MÊS	REQUISITADOS	EM ANDAMENTO	DESARQUIVADOS	DEVOLVIDOS
JANEIRO	3.911	315	3.596	2.070
FEVEREIRO	5.864	814	5.050	3.941
MARÇO	6.402	1.652	4.750	4.723
ABRIL	4.765	381	4.384	3.604
MAIO	4.805	325	4.480	4.811
JUNHO	4.418	56	4.362	4.721
JULHO	5.583	305	5.278	4.771
AGOSTO	5.652	168	5.484	6.386
SETEMBRO	6.853	663	6.190	4.959
OUTUBRO	5.698	320	5.378	4.032
NOVEMBRO	4.903	1.522	3.381	4.193
TOTAL	**58.854**	**6.521**	**52.333**	**48.211**

Foram realizadas **16.205** pesquisas na documentação textual do Tribunal de Justiça, conforme quadro abaixo:

MÊS	PROCESSOS JUDICIAIS	PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	PRECATÓRIOS
JANEIRO	764	79	6
FEVEREIRO	1.604	104	3
MARÇO	1.634	145	8
ABRIL	1.559	255	12
MAIO	1.216	304	16
JUNHO	354	233	9
JULHO	692	245	15
AGOSTO	1.210	242	5
SETEMBRO	703	264	11
OUTUBRO	1.865	341	7
NOVEMBRO	2.622	355	8

TOTAL	13.538	2.567	100

Foram transportados pela **EBCT -** Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos **7.885 malotes (saída) e 6.550 (chegada)** de processos judiciais, conforme quadro abaixo. Este contrato tem a finalidade de atender os desarquivamentos de processos judiciais solicitados pelas comarcas, bem como sua devolução à Divisão de Arquivo.

MALOTES	SAÍDA	CHEGADA
JANEIRO	668	466
FEVEREIRO	706	672
MARÇO	769	707
ABRIL	702	710
MAIO	643	193
JUNHO	814	769
JULHO	233	647
AGOSTO	943	847
SETEMBRO	802	511
OUTUBRO	722	487
NOVEMBRO	883	541
TOTAL	7.885	6.550

4.4 - SEÇÃO DE PESQUISA E DIGITALIZAÇÃO

Digitalização de 80.000 processos administrativos.

PESQUISA EM MICROFILME		
MÊS	PESQUISA INTERNA TJSC	PESQUISA EXTERNA
JANEIRO	12	0
FEVEREIRO	47	0
MARÇO	42	0
ABRIL	38	2
MAIO	51	2
JUNHO	46	4
JULHO	38	1
AGOSTO	86	1
SETEMBRO	75	9
OUTUBRO	47	4
NOVEMBRO	42	1
TOTAL GERAL	524	24

PROCESSOS ELETRÔNICOS			
MÊS	DESTINO	RECEBIDOS	ENVIADOS ELETRONICAMENTE
JANEIRO	STJ	1.448	1.175
	STF	21	14
	TURMA DE RECURSOS DESTINO	90	90
FEVEREIRO	STJ	1.405	1.522
	STF	9	7
	TURMA DE RECURSOS DA CAPITAL	115	115
	STJ	1.101	1.750
MARÇO	STF	4	3
	TURMA DE RECURSOS DA CAPITAL	81	81

ABRIL	STJ	1.554	2.041
	STF	15	15
MAIO	STJ	1.404	1.579
	STF	9	7
	VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DE CRICIÚMA	677	677
JUNHO	STJ	1.208	1.202
	STF	8	10
	VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DE CRICIÚMA	1.440	1.440
JULHO	STJ	1.628	1.214
	STF	13	9
	VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DE CRICIÚMA	136	136
	VARA DE EXECUÇÕES FISCAIS DE INDAIAL	298	298
AGOSTO	STF	4	4
	STJ	1.338	1.211
	VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DE CRICIÚMA	396	396
SETEMBRO	STF	27	20
	STJ	1.620	1.149
	VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DE CRICIÚMA	462	462
OUTUBRO	STJ	1.501	1.329
	STF	20	12
NOVEMBRO	STJ	1.824	1.101
	STF	19	19
TOTAL GERAL		**19.875**	**19.088**

4.5 SEÇÃO DE MUSEU

4.5.1 Atividades de difusão da memória (Projeto 332)

De janeiro a dezembro de 2011 foram executados **5 eventos** organizados pela Seção de Museu e registrados um total de **2.121 visitantes** às exposições durante o período. No mesmo período foram registrados **1.213** atendimentos presenciais, virtuais e por telefone aos usuários.

4.5.1.1 Exposições do acervo museológico em 2011

PERÍODO	ATIVIDADE	Nº VISITANTES
7-1 a 19 dez	Exposição permanente do acervo do Tribunal	1.350
23 a 25 maio	Semana de Museus – Visita do Instituto Engevix	56
6 a 10 jun	Semana do Meio Ambiente – Exposição no hall da Torre I	150
3 a 31 out	Exposição comemorativa aos 120 anos do TJSC	565
TOTAL	**Visitantes às exposições promovidas pelo Museu**	**2.121**

4.5.1.2 Atividades para divulgação do acervo histórico em 2011

PERÍODO	ATIVIDADE	QUANTIDADE
jan a dez	Entrevistas concedidas ao programa Justiça Legal	6
5 out	Lançamento da 2ª edição do livro Comarcas de Santa Catarina	1
jan a dez	Painéis adesivos (42), banners (4), cartazes e folders (50)	96
TOTAL		**103**

4.5.1.3 Atendimento a pesquisadores externos e pesquisa interna

PERÍODO	ATIVIDADE	QUANTIDADE
Jan a dez	Pesquisa histórica para 2ª edição do livro Comarcas de SC	46
Jan a dez	Pesquisa de currículo e obra de magistrados	115
Jan a dez	Atendimentos presenciais e virtuais à pesquisa histórica	257
Jan a dez	Atendimentos a estudantes e visitantes da exposição	795
TOTAL		1.213

4.5.2 Atividades de controle e preservação do acervo histórico

Foram acondicionados e higienizados no Arquivo Central do TJ **4.500** documentos históricos, em trabalho de salvamento de acervo.

[Desses, **1.200** documentos já estão cadastrados provisoriamente em sistema Excel. Ao mesmo tempo foram acondicionados, higienizados e catalogados **600** processos históricos da Capital no Museu no TJSC, e com isso chegou-se ao **total de 6.300 processos** judiciais trabalhados durante o período. Foram recolhidas em salvamento de acervo **46 caixas de processos** antigos da comarca de São Francisco do Sul, e armazenadas em arquivo **6.000** imagens históricas, das quais **1.527** já estão identificadas e numeradas em meio digital.

4.5.2.1 Controle e preservação do acervo

LOCAL	ATIVIDADE	QUANTIDADE
Museu/TJSC	Armazenados, higienizados e inventariados em caixas de documentos	600 processos
Arquivo/BR-101	Armazenados, higienizados e acondicionados em caixas de documentos	4.500 processos
Arquivo/BR-101	Cadastrados provisoriamente em sistema Excel	1.200 processos
TOTAL		6.300 processos

4.5.2.2 Viagens às comarcas p/avaliação de documentos e coleta de acervo

COMARCA	ATIVIDADE	QUANTIDADE
S. Francisco Sul	Recolhidos ao Museu documentos históricos dos séculos 19 e 20	46 caixas
TOTAL		46 caixas

4.5.2.3 Atividades de aperfeiçoamento de pessoal

PERÍODO	ATIVIDADE	PARTICIPAÇÃO
jan a dez	Participação em quatro Encontros da Rede de Educadores em Museus – REM/SC	3 servidores
jul a dez	Participação no Encontro do Núcleo de Estudos Museológicos do Sistema Estadual de Museus/SC	1 servidor
Novembro	Participação na Oficina de Conservação Preventiva de Acervos – Museu Victor Meirelles	3 servidores
Novembro	Participação na Oficina de Gestão de Acervo Museológico – Museu Victor Meirelles	1 servidor
Novembro	Participação no Curso Jornada de Estudos Patrimoniais	1 servidor
TOTAL		9 participações

4.5.2.4 Atividades de planejamento e gerenciamento do acervo

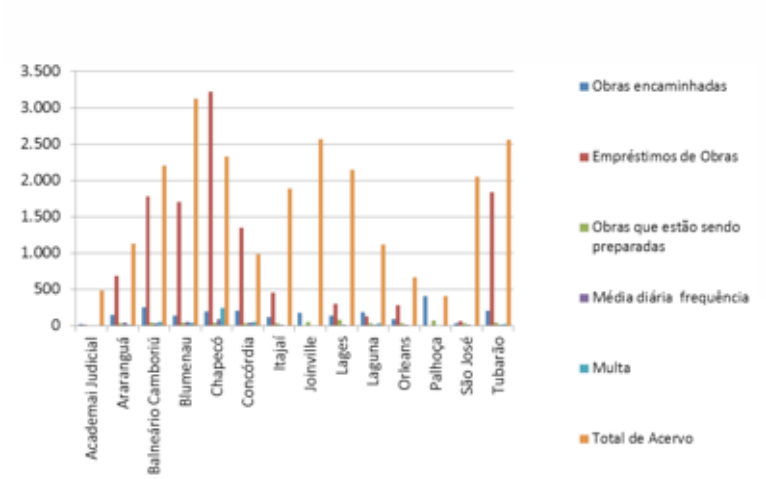
PERÍODO	ATIVIDADE	QUANTIDADE
jan a nov	Levantamento de acervo iconográfico (imagens fotográficas)	6.000
jan a nov	Acondicionamento e identificação de fotografias (85 pastas)	1.527
jan a nov	Cadastramento de livros adquiridos p/acervo da Biblioteca do Museu do Judiciário	103
jan a nov	Gravação de CDs e DVDs a partir da digitalização de documentos	78
jan a nov	Catalogação de assuntos dos DVDs do programa Justiça Legal (2006 a 2011)	126
jan a nov	Arquivamento de documentos em formato digital	300
jan a nov	Elaboração de projeto de conservação do acervo	1
jan a nov	Catalogação de peças do patrimônio (móveis e equipamentos)	70
jan a nov	Catalogação documentos. audiovisuais (fitas VHS e K-7 de 2004 a 2008)	168
jan a nov	**TOTAL**	**8.373**

4.5.2.5 Aquisição de bens permanentes para o patrimônio

PERÍODO	DESCRIÇÃO DO BEM	QUANTIDADE
Jan a dez	Aquisição de molduras para o aniversário de 120 anos do TJSC	110
Jan a dez	Aquisição de vitrines expositoras	16
Jul a nov	Reprodução de imagens do acervo do TJSC	110
Novembro	Aquisição de porta-traje transferido de comarca de São Bento do Sul	1
jul a nov	Ampliação de fotografias históricas	18
novembro	Aquisição de livros e revistas	103
TOTAL		**358**

5 DIVISÃO DE PESQUISA E INFORMAÇÃO

RELATÓRIO ESTATÍSTICO DAS BIBLIOTECAS SETORIAIS 2011						
Bibliotecas Setoriais	Obras encaminhadas	Empréstimos de Obras	Obras que estão sendo preparadas	Média diária de usuários	Multa (R$)	Total de Acervo
Academia Judicial	23	17	0	Uso interno	0,00	482
Araranguá	144	686	34	40	1,69	1.130
Balneário Camboriú	255	1.784	44	34	50,70	2.208
Blumenau	142	1.700	41	50	45,63	3.127
Chapecó	196	3.225	46	90	239,98	2.324
Concórdia	201	1.349	33	38	49,01	984
Itajaí	122	453	37	6	0,00	1.884
Joinville	174	0	55	0	0,00	2.564
Lages	138	298	78	11	0,00	2.146
Laguna	189	125	33	15	30,42	1.116
Orleans	93	282	31	6	0,00	665
Palhoça	405	0	70	Aguardando funcionário	0,00	405
São José	33	60	30	5	0,00	2.046
Tubarão	206	1.843	44	15	20,28	2.560
TOTAL	**2.321**	**11.822**	**576**	**310**	**437,71**	**23.641**



RELATÓRIO ESTATÍSTICO DA DIVISÃO DE PESQUISA E INFORMAÇÃO – 2011

MÊS	Livros Biblioteca do TJ	Periódicos Biblioteca TJ	Indexação artigos e periódicos	Livros de magistrados e demais setores	Fotocópias	Empréstimo de obras	Frequência de usuários	Multa (R$)	Livros Setoriais
Jan	84	69		1.328	1.082	1.635	2.397	1.029,21	187
Fev	12	18	862	1.076	3.437	2.049	3.100	1.233,70	629
Mar	7	28	450	132	3.727	3.088	3.733	894,01	129
Abr	80	63	519	108	4.252	3.572	3.450	2.281,50	-
Mai	26	70	659	453	5.248	4.309	3.386	1.801,54	87
Jun	208	52	719	4.302	2.787	4.153	3.524	1.767,74	-
Jul	49	24	252	5.728	2.467	3.086	3.494	1.287,78	-
Ago	87	78	604	2.014	5.890	3.667	4.249	1.710,28	105
Set	201	36	355	4.348	9.840	3.940	5.856	1.848,86	444
Out	158	55	372	2.962	14.712	3.647	5.600	1.669,72	355
Nov	86	59	466	2.698	16.639	3.052	3.447	1.485,51	370
TOTAL	**988**	**552**	**5.258**	**25.149**	**70.081**	**36.198**	**42.236**	**17.009,85**	**2.306**

DIRETORIA GERAL-ADMINISTRATIVA

Relatório das quantidades dos processos enviados para a DGA no período de 01/01/2011 a 30/11/2011, por classe de assunto.

CLASSE DO ASSUNTO	TOTAL
CERTIDÃO	1
DEVOLUÇÃO DE CUSTAS	1
AUXÍLIOS	6
ISENÇÕES E AJUSTES DE PAGAMENTO	39
CONCURSOS	44
LICENÇAS E HORÁRIOS DIFERENCIADOS	58
DISPOSIÇÃO	149
APOSENTADORIA	253
AVERBAÇÃO E DESAVERBAÇÃO	261
CONTRATUAL E PATRIMONIAL	323
REMOÇÃO	432
GERAL	761
PAGAMENTOS	2.198
CONTRATUAL	3.983
ACOMPANHAMENTO FUNCIONAL	4.383
VPNI – Lei n. 15.138/10	988
Total de Processos no Ano	**13.880**

◖ DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

A Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA) possui como principal atribuição o gerenciamento de metas, propostas e diretrizes traçadas pela Administração do Poder Judiciário de Santa Catarina, no que se refere a:

- Construção, reforma e ampliação de edificações;
- Manutenção e conservação predial;
- Fiscalização e acompanhamento de obras de engenharia;
- Coordenação da manutenção (corretiva/preventiva) de elevadores e de sistemas de climatização;
- Elaboração de projetos de engenharia e arquitetura;
- Elaboração de estudos de leiaute;
- Análise de requisições de compra pertinentes às áreas de engenharia e arquitetura;
- Análise e acompanhamento de editais de licitação relacionados a essas áreas.

Alguns números traduzem a importância do trabalho desempenhado pela equipe da Diretoria de Engenharia e Arquitetura:

❖ Atualmente, a DEA gerencia mais de **120 edificações**, que, juntas, somam uma área superior a **200 mil m²**.

❖ Para tanto, são necessários recursos de grande monta: somente durante 2011, foi administrado um orçamento de aproximadamente **R$ 80 milhões** (conforme a Lei Orçamentária Anual).

Além disso, a Diretoria de Engenharia e Arquitetura atua diariamente nos prédios-sede do Tribunal de Justiça, atendendo a chamados emergenciais (problemas elétricos, de climatização ou de manutenção predial em geral). Durante 2011, foram realizados cerca de **4.600 atendimentos**.

Abaixo, seguem mais informações acerca das ações desenvolvidas pela DEA ao longo do ano de 2011:

01. OBRAS CONCLUSAS

LOCALIDADE	OBRA	Nº DO CONTRATO	INVESTIMENTO (SEM ADITIVOS)	DATA DE CONCLUSÃO
Braço do Norte	Reforma global do prédio do Fórum	175/2009	R$ 1.322.832,95	29/06/2011
Braço do Norte	Aquisição de equipamentos de ar-condicionado (tipo *split*)	99, 100 e 101/2011	R$ 24.222,00	30/09/2011
Brusque	Reforma parcial do prédio do Fórum	143/2010	R$ 133.371,62	22/01/2011
Capital (Norte da Ilha)	Reforma parcial do prédio do Fórum	145/2010	R$ 562.332,83	25/07/2011

Imbituba	Reforma do acesso ao prédio, alterações de leiaute interno e cercamento do terreno que abriga o prédio do Fórum	62/2010	R$ 116.856,44	25/02/2011
Joinville	Reforma parcial do prédio do Fórum	103/2010	R$ 283.619,93	08/07/2011
Palhoça	Construção do prédio do Fórum	83/2008	R$ 10.585.157,28	18/08/2011
Santa Rosa do Sul	Reforma parcial do estacionamento do prédio do Fórum	160/2011	R$ 40.151,51	09/10/2011
São Joaquim	Reforma global do prédio do Fórum	189/2009	R$ 1.431.531,11	27/10/2011
Tangará	Repintagem dos substratos internos do prédio do Fórum	132/2011	R$ 62.800,00	28/07/2011
Tribunal de Justiça	Impermeabilização e revestimento térmico da cobertura do Auditório Pleno e Museu	131/2011	R$ 126.038,50	24/10/2011
Tribunal de Justiça - Almoxarifado Central e Gráfica	Execução de circuito fechado de televisão – CFTV	116/2011	R$ 287.635,60	29/09/2011
Tubarão	Aquisição e instalação de protetores externos para aparelhos de ar-condicionado e demais serviços correlatos	57/2011	R$ 27.466,00	30/05/2011

Fonte: controle de contratos da Secretaria/DEA

02. OBRAS EM EXECUÇÃO

LOCALIDADE	OBRA	Nº DO CONTRATO	INVESTIMENTO (SEM ADITIVOS)	PREVISÃO DE CONCLUSÃO
Biguaçu	Construção da rampa de acesso ao prédio do Fórum	227/2011	R$ 94.087,03	15/02/2012
Capital (Estreito)	Reforma parcial do prédio do Fórum	188/2011	R$ 42.388,61	12/01/2012
Forquilhinha	Construção do prédio do Fórum	179/2011	R$ 4.128.971,07	22/12/2012
Imaruí	Recuperação da cobertura e do sistema de vedação do prédio do Fórum	202/2011	R$ 57.143,13	25/12/2011
Jaraguá do Sul	Reforma da cobertura do prédio do Fórum	228/2011	R$ 376.269,69	11/06/2012
Lebon Régis	Reforma parcial do prédio do Fórum	187/2011	R$ 236.800,00	31/01/2012
São Francisco do Sul	Pintura e recuperação dos substratos minerais do prédio do Fórum	207/2011	R$ 152.223,28	25/01/2012
Sombrio	Reforma parcial do prédio do Fórum	143/2011	R$ 331.459,78	25/02/2012
Tribunal de Justiça (Torre I)	Reforma global do 8º, 9º e 11º pavimentos, escadas e instalações sanitárias públicas da Torre I	70/2011	R$ 3.400.001,95	15/12/2011
Turvo	Construção do novo prédio do Fórum	217/2011	R$ 3.631.558,03	08/02/2013

Fonte: controle de contratos da Secretaria/DEA

03. MANUTENÇÕES REALIZADAS (CLIMATIZAÇÃO)

LOCALIDADE	Nº DO CONTRATO	OBJETO	VALOR MENSAL
Blumenau	182/2010	Manutenção em sistema de climatização	R$ 848,90
Campo Erê	118/2007	Manutenção em sistema de calefação	R$ 1.390,07
Capital	104/2008	Manutenção em sistema de climatização	R$ 3.955,62
Capital – Des. Eduardo Luz	124/2009	Manutenção em sistema de climatização	R$ 3.239,98
Capital – Norte da Ilha	183/2010	Manutenção em sistema de climatização	R$ 695,00
Chapecó	53/2007	Manutenção em sistema de climatização	R$ 2.312,58
Criciúma	154/2010	Manutenção em sistema de climatização do Salão do Júri	R$ 914,50
Itajaí	177/2010	Manutenção em sistema de climatização do Salão do Júri	R$ 683,90
Jaraguá do Sul	185/2010	Manutenção em sistema de climatização	R$ 430,00
Joinville	184/2010	Manutenção em sistema de climatização do Salão do Júri	R$ 563,00
São José	113/2011	Manutenção em sistema de climatização	R$ 2.408,60
Tribunal de Justiça	111/2008	Manutenção em sistema de climatização (Torre II)	R$ 3.936,27
Tribunal de Justiça (Torre I)	86/2010	Manutenção em sistema de climatização	R$ 6.045,00
Urubici	94/2007	Manutenção em sistema de calefação	R$ 1.108,69

Fonte: controle de contratos da Secretaria/DEA

04. MANUTENÇÕES REALIZADAS (ELEVADORES)

LOCALIDADE	Nº DO CONTRATO	OBJETO	VALOR MENSAL
Araranguá	07/2006	Manutenção em uma plataforma elevatória	R$ 245,22
Araranguá	36/2011	Manutenção em uma plataforma elevatória	R$ 266,80
Balneário Camboriú	105/2007	Manutenção de dois elevadores	R$ 853,73
Blumenau	03/2006	Manutenção de dois elevadores	R$ 795,32
Blumenau	80/2011	Manutenção de dois elevadores	R$ 885,19
Braço do Norte	186/2011	Manutenção em uma plataforma elevatória	R$ 266,80
Brusque	31/2010	Manutenção de um elevador	R$ 526,50
Capital – Des. Eduardo Luz	145/2009	Manutenção em um elevador	R$ 440,58

Capital – Norte da Ilha	197/2010	Manutenção de um elevador hidráulico	R$ 401,75
Capital – Vara de Violência Doméstica	149/2008	Manutenção de um elevador	R$ 219,57
Capital (Sede)	09/2006	Manutenção de três elevadores	R$ 1.824,41
Capital (Sede)	37/2011	Manutenção de três elevadores	R$ 1.984,96
Chapecó	14/2011	Manutenção de dois elevadores	R$ 872,49
Concórdia	36/2007	Manutenção de dois elevadores	R$ 802,04
Criciúma	02/2006	Manutenção de dois elevadores	R$ 723,01
Criciúma	215/2011	Manutenção de dois elevadores	R$ 819,14
Itajaí	04/2006	Manutenção de dois elevadores	R$ 723,01
Itajaí	81/2011	Manutenção de dois elevadores	R$ 804,71
Joaçaba	01/2006	Manutenção de dois elevadores	R$ 492,40
Joaçaba	32/2011	Manutenção de dois elevadores	R$ 535,73
Joinville	15/2011	Manutenção de três elevadores	R$ 1.229,03
Lages	02/2011	Manutenção de um elevador	R$ 336,77
Laguna	08/2006	Manutenção em uma plataforma elevatória	R$ 245,22
Laguna	39/2011	Manutenção em uma plataforma elevatória	R$ 266,80
Maravilha	82/2011	Manutenção em uma plataforma elevatória	R$ 245,22
São Francisco do Sul e Mafra	138/2009	Manutenção em duas plataformas elevatórias	R$ 637,58
São José	130/2009	Manutenção de dois elevadores	R$ 1.241,58
Tribunal de Justiça – Torre II	35/2007	Manutenção de quatro elevadores	R$ 1.602,16
Tribunal de Justiça (Academia Jud.)	51/2011	Manutenção de dois elevadores	R$ 400,00
Tribunal de Justiça (Pleno)	105/2008	Manutenção em uma plataforma vertical	R$ 189,92
Tribunal de Justiça (Pres. Coutinho)	88/2011	Manutenção de dois elevadores	R$ 800,00
Tribunal de Justiça (Torre I)	27/2010	Manutenção em cinco elevadores	R$ 7346,54
Videira	49/2006	Manutenção em uma plataforma elevatória	R$ 242,09
Videira	35/2011	Manutenção em uma plataforma elevatória	R$ 263,39

Fonte: controle de contratos da Secretaria/DEA

05. MANUTENÇÕES REALIZADAS (PREDIAIS)

LOCALIDADE	Nº DO CONTRATO	OBJETO	VALOR MENSAL
Blumenau, Pomerode, Timbó, Indaial, Ascurra, Gaspar, Brusque e São João Batista.	225/2011	Manutenção de redes elétricas e de telecomunicações	Conforme demanda
Capital	115/2011	Manutenção predial no Tribunal de Justiça (e prédios anexos)	Conforme demanda
São José, Palhoça, Biguaçu e Santo Amaro da Imperatriz	211/2011	Manutenção de redes elétricas e de telecomunicações	Conforme demanda
Tribunal de Justiça	108/2007	Manutenção predial no Tribunal de Justiça (e prédios anexos)	R$ 95.687,54

Fonte: controle de contratos da Secretaria/DEA

06. OUTROS CONTRATOS

COMARCA	Nº DO CONTRATO	OBJETO	VALOR
Tribunal de Justiça (Torres I e II)	81/2008	Manutenção de grupo gerador	R$ 524,68 (mensal)

Fonte: controle de contratos da Secretaria/DEA

07. PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO

COMARCA	OBJETO
Araranguá	Cercamento e construção de lixeira do prédio do Fórum
Balneário Camboriú	Reforma global e ampliação do prédio do Fórum
Brusque	Adequação / regularização do sistema preventivo contra incêndios
Caçador	Reforma global e ampliação
Canelinha	Construção da Casa da Cidadania
Capital – Fórum Des. Eduardo Luz	Automação do sistema de ar-condicionado central
Capital – Fórum Des. Eduardo Luz	Ampliação do ático
Chapecó	Reforma parcial do prédio do Fórum (cobertura)
Chapecó	Execução do mobiliário para a lanchonete do Fórum
Comarcas Diversas	Construção de garagem coberta padrão (projeto estrutural)
Gaspar	Reforma global e ampliação do prédio do Fórum
Içara	Adequação / regularização do projeto preventivo
Joaçaba	Regularização do projeto preventivo contra incêndio
Joinville	Construção do protocolo expresso do Fórum
Papanduva	Reforma parcial do prédio do Fórum
Pomerode	Reforma global e ampliação do prédio do Fórum
São Bento do Sul	Reforma parcial e ampliação do prédio do Fórum
São João Batista	Adequação / regularização do projeto hidrossanitário e preventivo contra incêndio
São Joaquim	Regularização do projeto preventivo contra incêndio
São José	Conclusão do sistema preventivo contra incêndio
São José	Reforma global de prédio da Prefeitura (adquirido pelo Tribunal de Justiça)
São Miguel do Oeste	Reforma parcial do prédio do Fórum (acessibilidade)
São Miguel do Oeste	Construção de estacionamento coberto, cercamento e pintura externa do prédio do Fórum
Tangará	Regularização do projeto preventivo contra incêndio
Timbó	Construção do Fórum Padrão (3 a 7 Varas)
Tribunal de Justiça – Academia Judicial	Reforma parcial de prédio locado
Tribunal de Justiça – Almoxarifado e Gráfica	Construção de lixeira, pavimentação de acesso secundário e estacionamento

Tribunal de Justiça – Torre I (5º / 5ºA / 6º / 12º pavimentos)	Reforma global
Tubarão	Reforma global do prédio do Fórum
Videira	Construção de lixeira e cercamento do prédio do Fórum

Fonte: Assessoria Técnica - Gerência de Projetos/DEA

08. PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO (TERCEIRIZADOS)

COMARCA	OBJETO
Brusque	Regularização do projeto preventivo contra incêndio
Caçador	Sondagem
Capital – Fórum Des. Eduardo Luz	Ampliação do ático (projeto de estrutura metálica)
Capital – Fórum Des. Eduardo Luz	Ampliação do ático (projeto de Esquadrias)
Capital – Fórum Des. Eduardo Luz	Ampliação do ático (projeto de sistema de climatização)
Capital – Fórum Des. Eduardo Luz	Ampliação do ático (projeto elétrico e de telecomunicações)
Capital – Restaurante	Reforma parcial (projeto de sistema de climatização)
Dionísio Cerqueira	Reforma da rede lógica / cabeamento estruturado
Ibirama	Projeto de estabilização de talude
Içara	Regularização do projeto preventivo contra incêndio
Jaraguá do Sul	Reforma - projeto de sistema de climatização
Joaçaba	Regularização - projeto preventivo contra incêndio
Navegantes	Sondagem
Papanduva	Reforma parcial (projeto elétrico e afins)
Pomerode	Reforma global e ampliação (projeto preventivo e hidrossanitário)
Pomerode	Reforma global e ampliação (projeto de sistema de climatização)
Pomerode	Reforma global e ampliação (projeto estrutural)
Pomerode	Reforma global e ampliação (projeto elétrico e afins)
Rio do Sul	Construção do prédio do Fórum (sondagem)
São Joaquim	Regularização do projeto preventivo contra incêndio
São Miguel do Oeste	Adequação para acessibilidade (projeto estrutural)
Tangará	Regularização (projeto preventivo contra incêndio)
Tribunal de Justiça – Torre I	Projeto de circuito fechado de televisão (CFTV)
Tribunal de Justiça – Torre I (5º / 5º A / 6º pavimentos)	Reforma global (projeto de sistema de climatização)
Tribunal de Justiça – Torre I (5º / 5ºA / 6º pavimentos)	Reforma global (projeto elétrico e afins)
Tribunal de Justiça – Torre I (5º pavimento)	Reforma global (projeto hidrossanitário e preventivo contra incêndio)
Tribunal de Justiça – Torre II	Manutenção preventiva (especificação de componentes *glazing*)
Tubarão	Reforma global (projeto de sistema de climatização)

Fonte: Assessoria Técnica - Gerência de Projetos/DEA

09. PROJETOS EM LICITAÇÃO

COMARCA	OBJETO
Armazém	Construção do prédio do Fórum
Ascurra	Construção do prédio do Fórum
Biguaçu, Palhoça, São José e Santo Amaro da Imperatriz	Instalação, conservação e manutenção - instalações elétricas e de telecomunicações para os Fóruns
Blumenau	Reforma global do prédio do Fórum
Brusque	Reforma global do sistema de ar-condicionado central do prédio do Fórum
Campo Erê	Reforma parcial do prédio do Fórum (cobertura)
Capital – Estreito	Construção de rampa de acesso frontal e instalação de plataforma elevatória (acessibilidade)
Capital – Fórum Des. Eduardo Luz	Reforma parcial (cercamento e construção de lixeira)
Capivari de Baixo	Reforma parcial do prédio do Fórum
Chapecó	Reforma parcial do prédio do Fórum (instalação da lanchonete)
Chapecó	Instalação do sistema de ar-condicionado central
Correia Pinto	Reforma global do prédio do Fórum
Cunha Porã	Reforma parcial do prédio do Fórum (pintura, esquadrias e pavimentação)
Descanso	Reforma global do prédio do Fórum
Gaspar	Cercamento do prédio atual do Fórum
Itajaí	Reforma parcial do Salão do Júri do Fórum (cobertura)
Jaraguá do Sul	Reforma parcial do prédio do Fórum
Palhoça	Instalação de circuito fechado de televisão (CFTV)
Sombrio	Nova subestação
Tribunal de Justiça – Almoxarifado	Construção de cobertura para veículos oficiais
Tribunal de Justiça – Cobertura	Reforma parcial do prédio do Tribunal de Justiça (impermeabilização e guarda-corpo laje de cobertura)
Tribunal de Justiça – Centro de Processamento de Dados	Execução do sistema de climatização
Tribunal de Justiça – Diretoria Judiciária	Ampliação
Tribunal de Justiça – Gráfica	Sistema de climatização, renovação e execução
Tribunal de Justiça - Museu	Execução do sistema de climatização

Fonte: Assessoria Técnica - Gerência de Projetos/DEA

10. ABERTURA DE CHAMADOS

DIVISÃO RESPONSÁVEL	QUANTIDADE
Divisão de Manutenção Predial	2.290
Divisão de Engenharia Elétrica	2.038
Divisão de Engenharia Civil	003
Técnico de Suporte em Informática (atendimento interno – DEA)	318
TOTAL	**4.649**

Dados computados até 14/12/2011
Fonte: controle de chamados da Secretaria/DEA

11. ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS

DOCUMENTO	QUANTIDADE
Ofícios	398
Comunicações Internas	1.654
Pareceres Técnicos	266
Requisições de Compra (comuns e técnicas)	754
Relatórios de Vistoria	138
Relatórios de Fiscalização	128
TOTAL	**3.338**

Dados computados até 14/12/2011
Fonte: controle de documentos – Secretaria da DEA

12. TRAMITAÇÃO DE DOCUMENTOS

DOCUMENTO	QUANTIDADE
Processos Administrativos recebidos	1.255
Processos Administrativos enviados	1.225
Requisições de Compra recebidas	1.332
Requisições de Compra enviadas	1.560
Notas Fiscais recebidas	1.060
Notas Fiscais enviadas	996

Ofícios recebidos	345
E-mails recebidos no endereço principal da DEA (Externos)	5.667
E-mails recebidos no endereço principal da DEA (Internos)	3.299
TOTAL	**16.739**

Dados computados até 14/12/2011
Fontes: PTC – Sistema de Protocolo; Sistema de Expedição de Correspondências; Controle de Documentos da Secretaria/DEA

13. DESENVOLVIMENTO DE OUTRAS ATIVIDADES

ATIVIDADE	QUANTIDADE
Editais de licitação analisados	114
Estudos de leiaute realizados	158
Viagens realizadas (reuniões, vistorias e fiscalizações de obras)	290
Pagamentos de diárias efetuados	473
Empenhos (cadastrados, conferidos, digitalizados e repassados às comarcas/empresas)	2.787

Dados computados até 14/12/2011
Fonte: controle de documentos da Secretaria/DEA e dados fornecidos pelas Divisões/DEA

DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

GABINETE DO DIRETOR

O ano de 2011 se iniciou com uma importante mudança na estrutura física da DTI com a transferência de ambiente físico para a unidade da Presidente Coutinho, possibilitando a utilização de espaços mais modernos e adequados para o desenvolvimento das atividades inerentes a Diretoria.

No mesmo período a DTI iniciou as operações da Secretaria de Projetos Específicos, ligada ao Gabinete do Diretor, visando prover gerência de informações acerca dos projetos, bem como administração de ferramentas de gestão de projetos, além de auxiliar na confecção de documentos e sugestão de boas práticas.

Esperada há muito tempo, em 2011 foi possível ampliar a equipe com o ingresso de 34 novos analistas, nas seguintes divisões: Redes de Comunicação: 6, Softwares Administrativos: 14, Gestão do Conhecimento: 6, Administração de Dados: 4, Sistemas Judiciais de Segundo Grau: 2, Sistemas Judiciais de Primeiro Grau: 2.

Cumprindo com as atribuições do Gabinete, foram desenvolvidas as atividades de planejamento, organização, execução e controle das atividades de tecnologia da informação, em consonância com as diretrizes do CGInfo e com o apoio da estrutura organizacional e operacional da Diretoria, com o objetivo de levar a efeito as atividades abaixo alinhadas, por Divisão.

EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

Cumprindo seus objetivos estratégicos, o Poder Judiciário Catarinense posiciona-se como instituição de vanguarda no que diz respeito à Tecnologia da Informação, adotando novas tecnologias e serviços, sempre com o intuito de melhorar a prestação dos serviços jurisdicionais.

Tais tecnologias e serviços, no entanto, não são passíveis de serem levados a efeito sem que o parque tecnológico no que tange ao hardware possa responder de modo adequado às demandas dos novos softwares. Neste quesito o Poder Judiciário de Santa Catarina tem investido maciçamente na aquisição de equipamentos. Hoje já são 11.500 computadores, distribuídos em mais de 150 unidades, as quais dispõem de toda tecnologia oferecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina por intermédio de sua rede de comunicação de dados.

Estes equipamentos são passíveis de problemas e, por isso, existe uma infraestrutura responsável pela manutenção destes, composta em sua maioria por TSI's, que atende em média 418 pedidos de peças e acessórios por mês em todo o Poder Judiciário Catarinense e 374 atendimentos mensais presenciais no Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

A adoção de uma sistemática de aquisição e renovação de todo parque tecnológico tem sido levada a efeito pela Diretoria de Tecnologia da Informação. A seguir são apresentadas as ações desenvolvidas nesse contexto, referentes às aquisições de equipamentos mo ano de 2011.

EQUIPAMENTO	QUANTIDADE
CPU\Microcomputador	1476

Impressoras a Laser	146
Impressoras multifuncionais	479
Monitores LCD de 19 polegadas	3324
Pendrive	33
Notebook	600
CDs para gravação de Audiência	37.000
Atualização de kit de ferramentas de TSI	140
Televisores de 37" para uso nos Tribunais do Júri	115
Televisores de 37" para uso nas centrais de monitoramento de redes e sistemas DTI	4
Kits de Gravação de Audiências	600

SISTEMAS ADMINISTRATIVOS

A equipe de analistas de sistemas e técnicos da Diretoria de Tecnologia da Informação contribuiu para que novos valores fossem agregados aos serviços oferecidos pelo Poder Judiciário catarinense, seja pelo desenvolvimento de novas soluções, atualização ou mesmo pela manutenção e suporte de softwares. A crescente demanda dos usuários e do Judiciário como um todo por novos sistemas informatizados, tem sido atendida pela Divisão de Sistemas Administrativos, proporcionando a racionalização de procedimentos e recursos na área administrativa.

Neste sentido, foram desenvolvidos e mantidos os seguintes sistemas administrativos:

SISTEMA	ATIVIDADE	SETOR
Acompanhamento Funcional	Suporte e Manutenção	DRH
Bolsa de Estudos	Suporte e Manutenção	DRH
Cálculo de Precatórios	Suporte e Manutenção	DOF
Compras	Suporte e Manutenção	DMP
Consulta de Empenhos e Sisproject integrados com o SIGEF	Suporte e Manutenção	DOF
Sidejud – Sistema de Depósitos Judiciais	Suporte e Manutenção	DOF
Sidejud – Módulo Fundo de Reserva Estado de SC	Desenvolvimento, Testes e Homologação	DOF
Sidejud – Alvarás Eletrônicos	Desenvolvimento	DOF
Sistema de Pagamento de Precatórios	Desenvolvimento	DOF
Centralização e controle da DIRF	Suporte e Manutenção	DOF
Controle da Lista Unificada de Precatórios	Suporte e Manutenção	Presidência
Controle de Contratos	Testes e Homologação	DMP
Controle de custos da Gráfica	Suporte e Manutenção	DIE
Controle de Despesas	Suporte e Manutenção	DIE
Controle de Diárias	Suporte e Manutenção	DOF
Novo Sistema de Diárias	Especificação	DOF
Controle de Fotocópias e Telefonia	Suporte e Manutenção	DIE

Controle de Movimentação Bancária	Suporte e Manutenção	DOF
Expedição	Suporte e Manutenção	DIE
Fornecedores	Suporte e Manutenção	DMP
Acompanhamento de Requisições de Compra	Desenvolvimento	DMP
Geradores de PAG	Suporte e Manutenção	DOF
Gestão de Almoxarifado	Suporte e Manutenção	DMP
Gestão de Almoxarifado – módulo Almoxarifado Setorial	Implantação, Suporte e Manutenção	DMP
Gestão de Almoxarifado – projeto de ajuste do preço de compra	Especificação e Desenvolvimento	DMP – DOF
Gestão de Patrimônio	Suporte e Manutenção	DMP
Gestão de Patrimônio - Novas Contas Contábeis	Especificação, Desenvolvimento e Implantação	DOF e DMP
Gestão de Patrimônio – módulo de Avaliação e Depreciação	Especificação, Desenvolvimento e Implantação	DOF e DMP
Licitações	Suporte e Manutenção	DMP
Controle de Custas Judiciais	Suporte e Manutenção	DOF
Sistema de Emissão de Boletos	Suporte e Manutenção	DOF
Pagamento de Diligências aos Oficiais de Justiça	Desenvolvimento, Suporte e Manutenção	DOF
Protocolo Unificado	Suporte e Manutenção	TJSC-PGE
Registro de Preços	Desenvolvimento, Suporte e Manutenção	DMP
Requisição de Obras Bibliográficas	Desenvolvimento, Suporte e Manutenção	DDI
Selo Digital	Especificação, Desenvolvimento, Testes, Piloto e Implantação	CGJ
Selo Digital – Módulo de Gerenciamento	Especificação, Desenvolvimento e Implantação	CGJ
Selo Digital – Módulo de Business Intelligence	Especificação e Desenvolvimento	CGJ
Selo Digital – Módulo de Auditoria	Especificação e Desenvolvimento	CGJ
SIG e Portal de Transparência	Suporte e Manutenção	ASPLAN e Diretorias
Sistema de Recursos Humanos	Manutenção e Desenvolvimento	DRH
Sistema de Recursos Humanos – VPNI	Manutenção e Desenvolvimento	DGA e DRH
Sistema de Recursos Humanos - Aposentadoria/Abono Permanência	Desenvolvimento e Implantação	DGA e DRH
Sistema de Recursos Humanos - Resolução nº 102/09-CNJ / Portal da Transparência PJSC	Desenvolvimento e Implantação	DRH
Sistema de Recursos Humanos - Módulo de Auditoria	Desenvolvimento e Implantação	AI e DRH
Sistema de Recursos Humanos - Concessão automática Licença Prêmio	Especificação e Desenvolvimento	Coomagis e DRH

Sistema de Segurança	Suporte e Manutenção	DTI
Sistema de Títulos a Protesto	Suporte e Manutenção	CGJ
Novo Sistema de RH –Módulo Administração de Concurso Público	Desenvolvimento, Manutenção e Suporte	DRH
Novo Sistema de RH –Módulo Inscrição em Concurso Público	Manutenção e Suporte	DRH
Novo Sistema de RH –Módulo Portal do Candidato	Desenvolvimento	DRH
Novo Sistema de RH – Módulo Cadastro de Cargos	Desenvolvimento	DRH
Novo Sistema de RH – Módulo Cadastro de Concessão e Gozo de Licença Eleitoral	Desenvolvimento	DRH
Novo Sistema de RH – Módulo Cadastro de Gozo de Licença Prêmio	Desenvolvimento	DRH
Novo Sistema de RH – Módulo Cadastro de Pessoal	Desenvolvimento	DRH
Novo Sistema de RH – Módulo Concurso de Remoção	Manutenção e Suporte	DRH
Novo Sistema de RH – Módulo Controle de Vagas de Comissionados	Desenvolvimento e Suporte	DRH
Novo Sistema de RH – Módulo Controle de Vagas de Efetivos	Desenvolvimento	DRH
Novo Sistema de RH – Módulo Controle de Vagas de Estagiários	Desenvolvimento e Suporte	DRH
Novo Sistema de RH – Módulo Controle de Vagas de Voluntários	Desenvolvimento e Suporte	DRH
Novo Sistema de RH – Módulo Convocação de Concurso Público	Manutenção e Suporte	DRH
Novo Sistema de RH – Módulo Fluxo de Ajuste de Lotação	Desenvolvimento	DRH
Novo Sistema de RH – Fluxo de Substituição no Primeiro Grau	Desenvolvimento e Suporte	DRH
Novo Sistema de RH – Módulo Gratificação de Júri	Manutenção e Suporte	DRH
Novo Sistema de RH – Módulo Movimentação de Magistrados	Desenvolvimento e Suporte	Coomagis
Novo Sistema de RH – Módulo Pesquisa de Clima Organizacional	Manutenção e Suporte	DRH
Novo Sistema de RH – Marcação de Férias	Manutenção e Suporte	DRH
Workflow – Fluxos de Férias	Manutenção e Suporte	DRH
Workflow – Fluxo de Substituição no Segundo Grau	Manutenção e Suporte	DRH
Consulta de Resoluções	Suporte e Manutenção	DDI
Consulta ao DJE	Suporte e Manutenção	DDI
Controle de acesso predial	Suporte e Manutenção	DDI
Controle de Notícias	Atualização, Suporte e Manutenção	Presidência
Controle de Resenha	Suporte e Manutenção	Presidência
Digitalização de Documentos	Atualização e Suporte	DDI

Distribuição de Processos Administrativos	Suporte e Manutenção	DGA, DRH
Hermes (Malote Digital)	Implantação, Atualização e Suporte	Presidência
Jurisprudência	Desenvolvimento, Suporte e Manutenção	DDI
Módulo de Apoio à editoração do DJE	Suporte e Manutenção	DDI
Pesquisa de Satisfação	Suporte e Manutenção	DRH
Sistema de Digitalização de acórdãos	Suporte e Manutenção	DDI
Sistema Push	Suporte e Manutenção	DDI
Protocolo Administrativo	Suporte e Manutenção	TJSC
Sistemas Acadêmicos	Levantamento e Análise	Academia Judicial
Consulta de e-mails	Atualização	TJSC
Sistema para Envio de Cartão de Aniversário	Desenvolvimento, Suporte e Manutenção	Presidência
Sistema de Envio de Processos ao STF- SER	Atualização, Suporte e Manutenção	DGJ
Sistema de Envio de Processos ao STJ- iSTJ	Atualização, Suporte e Manutenção	DDI
Servidor Destaque	Projeto e Desenvolvimento	Gabinete da Presidência
Consulta Sisproject – Meta CNJ	Projeto e Desenvolvimento	ASPLAN
Processo Administrativo Digital - PAD	Levantamento	DGA
FarmaciaTJ – Requisição de medicamentos pela Intranet	Suporte e Manutenção	DS

Além de atender aos usuários internos e externos dos serviços judiciais, os sistemas desenvolvidos pela Diretoria de Tecnologia da Informação proporcionam ganho de tempo na realização das atividades e uma maior confiabilidade das informações na medida em que interligam várias instituições como prefeituras, correios, polícias, Governo do Estado e órgãos federais como o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.

GESTÃO DO CONHECIMENTO

Em 2011, a Divisão de Gestão do Conhecimento, criada em 2010 com a reestruturação da DTI, buscou consolidar-se na sua atividade fim de armazenar, buscar e disseminar o conhecimento gerado pelo Poder Judiciário Catarinense (PJSC). Para tanto, uma série de ações e sistemas foram desenvolvidos, dentre as quais se destacam:

Sistema de consulta de Jurisprudência

Considerando a importância da ferramenta para o meio jurídico e sua quantidade de usuários, uma série de melhorias foi realizada ao longo do ano de 2011, visando aperfeiçoar o serviço.

Dentre elas, pode-se citar, por exemplo, a melhoria no tempo de resposta das consultas, estabilidade do serviço e melhorias na qualidade das informações da base da jurisprudência (detecção de acórdãos ausentes e diminuição do intervalo de atualização). Apesar das iniciativas anteriores apresentarem bons resultados, percebeu-se que ainda havia espaço para outras melhorias (muitas apontadas pelos próprios usuários) e o projeto de uma nova versão do sistema foi iniciado no segundo semestre deste ano. Dentro do seu escopo, várias ações já foram executadas, merecendo destaque:

- Pesquisa, prospecção e testes de tecnologias para busca textual
- Benchmarking com sistemas de consulta a jurisprudência de outros Tribunais: Superiores, Federal e Justiça dos Estados
- Nova concepção visual com melhorias significativas na ergonomia do sistema (criação do portal da jurisprudência)
- Reuniões com os usuários para levantamento das necessidades e validação da nova concepção visual
- Novas melhorias na infraestrutura

Atualmente o sistema encontra-se na fase de codificação e testes, sendo que a previsão da disponibilização é para o primeiro trimestre de 2012.

Sistema Hermes - Malote Digital

No quotidiano do PJSC, muitos documentos precisam ser trocados diariamente, onde residem as informações necessárias para uma efetiva prestação jurisdicional. Muitos deles, acabam sendo trocados por meio de malotes internos ou serviços dos Correios, como, por exemplo os AR's. Com a resolução nº 100/2009 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foi instituído o Sistema Hermes - Malote Digital, com o propósito de trocar documentos eletrônicos oficiais entre os diversos órgãos do Poder Judiciário Nacional. Considerando o alto grau de aplicabilidade da solução, uma equipe multidisciplinar foi criada com o objetivo de normatizar o uso do sistema no PJSC, bem como conduzir sua expansão a todas unidades organizacionais do estado. A DGC participou ativamente nesse processo, como segue:

- Participação ativa no grupo gestor de expansão do sistema Hermes - Malote Digital no PJSC, contribuindo na confecção de uma minuta de resolução para normatização do respectivo sistema.
- Definição de uma metodologia para expansão do sistema
- Criação das vídeo-aulas para facilitar o treinamento dos usuários
- Criação de um portal para o sistema, que facilita a comunicação com os usuários e dissemina todo o conhecimento envolvido no projeto.
- Expansão para a Vara de Execução Penal da Comarca de Criciúma e 2 unidades prisionais (Projeto Piloto)
- Expansão para a CGJ e cartórios extrajudiciais

Atualmente o sistema encontra-se implantado em 621 unidades organizacionais.

Business Intelligence

- Início da prospecção de ferramentas de apoio ao BI
- Capacitação na ferramenta Pentaho
- Benchmarking com o SERPRO: projeto Porto sem Papel
- 2 cases práticos: Malote em números e Redmine em Números

Diário de Justiça Eletrônico

- Alteração nas rotinas de Captura para suportar numeração dos processos no padrão CNJ e SAJ - PG5
- MAE: possibilidade de envio de matérias com imagens
- Implementação de serviço para receber matérias para publicação, indicar a URL para download de uma edição do DJE e receber informações de uma determinada matéria.
- Consulta ao DJE: permitir pesquisa por palavras e visualização de páginas, sem ter que fazer o download de todo o DJE
- Melhorias na Infraestrutura de armazenamento

PUSH

- Alterações necessárias para suportar numeração de processos com o padrão do CNJ

Sistema de Digitalização de Acórdãos

- Implantação da versão que permite que todas as CA's digitalizadas sejam importadas para a base de dados do SAJ

Gerenciamento Eletrônico de Documentos

- Apoio à Divisão de Arquivo, da DDI, na digitalização de documentos usando o software CNC Produção
- Apoio na especificação do software para apoiar a digitalização de documentos

Ensino à Distância

A Diretoria de TI em conjunto com a Academia Judicial, desenvolveu diversas ações no sentido de viabilizar o ensino à distância no PJSC.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) escolhido foi o Moodle 2.0, que passou a ser a plataforma oficial para disponibilização e gerenciamento de cursos à distância, semipresenciais e presenciais.

Os primeiros cursos disponibilizados no ambiente foram "Desenvolvimento de Competências Gerenciais" e "Gestão de Processos", cedidos pelo Conselho Nacional de Justiça e adaptados para a realizada do PJSC pelas equipes da Diretoria de TI e da Academia Judicial do TJSC.

Após, foram realizadas melhorias no ambiente e treinamentos de tutores e TSI's de todo o estado, para difundir o conceito de EaD (Ensino à Distância) e o novo ambiente virtual de aprendizagem.

Portal Web

Neste ano deu-se bastante atenção a esta vitrine do Poder Judiciário catarinense, tanto internamente quanto para o público externo.

Diversos hotsites foram desenvolvidos para divulgar eventos e programas. Em sua grande maioria com aplicação da ferramenta CMS Wordpress (foco de pesquisa e que passou por atualização neste período), tornando-os dinâmicos e visando a agilidade e descentralização das atualizações. Neste sentido, o site da Academia Judicial foi migrado para a ferramenta CMS Liferay (selecionada para a versão 2.0 do Portal).

O projeto do Portal PJSC versão 2.0 foi o principal foco de trabalho, com a realização de diversas atividades:

- pesquisas com os usuários do atual site (através de questionários, reuniões de grupo de foco, entrevistas) para definir o(s) perfil(s) de uso e embasarem os agrupamentos e organização das informações, considerando, inclusive, a relevância;
- estudos sobre acessibilidade, taxonomia, arquitetura da informação e referências, levantamento de aplicativos, de carga, de acessos etc.
- constituição de um grupo de trabalho com representantes da Presidência e da Assessoria de Planejamento para discutir e validar o encaminhamento dos trabalhos;

A evolução dos trabalhos foi visível e, seguindo a metodologia e o planejamento, chegou-se aos mapas do site para os perfis mais relevantes: magistrado, servidor, advogado e cidadão, além do espaço destinado aos jornalistas e fornecedores, e a uma proposta inicial para a página inicial.

Uma primeira entrega, em fase de desenvolvimento, está sendo o Portal do Servidor, em atendimento à demanda da DRH e de outras diretorias, que segue a metodologia e todo o trabalho desempenhado.

Nesta seara, as atividades abaixo alinhadas, entre outras complementaram as atividades de gestão de conhecimento relacionadas ao portal web:

SISTEMA	ATIVIDADE
Site da Campanha Pense Ambiente	Trata-se de iniciativa do Poder Judiciário Catarinense que visa conscientizar para o uso racional dos recursos ambientais. Além disso, provê uma área onde os usuários podem propor e trocar informações sobre ações pontuais executadas que visam o uso correto de nossos recursos naturais. Neste ano o site foi atualizado para atender à Campanha Sinal Verde para a Conciliação.

TJ-Wiki	Dando continuidade ao processo de reformulação do wiki do Poder Judiciário, foi efetuada a atualização da versão, instalação de plug-ins que facilitassem a edição dos textos e customização do ambiente que estará pronto para disponibilização aos usuários no início de 2012.
Site da Academia Judicial	Além da manutenção do site atual da Academia Judicial, foi realizada a migração do conteúdo para a ferramenta de gerenciamento de conteúdo (CMS) Liferay. Este trabalho, em fase final, além de validar a ferramenta selecionada para o Portal PJSC versão 2.0, promove maior autonomia à Academia Judicial na atualização das informações.
Site do TJSC	Atualização, suporte e manutenção constante.
Desenvolvimento de hotsites para divulgação de programas e eventos	A fim de ampliar a visibilidade dos programas e eventos realizados pelo Tribunal de Justiça, facilitar o processo de inscrições e prover informações, foram desenvolvidos os seguintes hotsites: 3º Encontro Nacional de Escolas de Servidores e Gestores do Poder Judiciário, Programa Bem-estar no Trabalho, 11º Encontro de TSI, Semana do Servidor e Servidor Destaque.

ADMINISTRAÇÃO DE DADOS

Evolução da infraestrutura

Uma infraestrutura adequada às necessidades é condição indispensável em qualquer setor da atividade econômica. Buscando proporcioná-la para que todos os serviços de DTI pudessem e possam funcionar dentro das expectativas de usuários internos e externos, a DTI ampliou a infraestrutura de servidores de rede e de armazenamento, conforme as seguintes ações:

- Instalação de um novo servidor de armazenamento (storage) doado pelo CNJ, com capacidade de armazenamento de 27TB;
- Instalação de 7 novos servidores de rede na sede do Tribunal de Justiça, com alta capacidade de processamento;
- Instalação de 5 novos servidores de rede para atendimento das Comarcas de Balneário Camboriú, Brusque, Lages e Tubarão;
- Para aumentar a segurança e disponibilidade das informações, foi adquirida uma nova solução de proteção de dados, para realizar as cópias de segurança das informações armazenadas nos servidores instalados no Tribunal de Justiça.
- Aquisição de 28 novos servidores de alta capacidade a serem instalados no Tribunal de Justiça,
- Aquisição de 73 novos servidores de rede a serem instalados nas Comarcas.

No tocante a infraestrutura de banco de dados, o Tribunal adquiriu o licenciamento do banco de dados Oracle na modalidade de uso ilimitado. Esta modalidade de licenciamento é oferecida apenas a empresas de grande porte, e permite licenciar o software de banco de dados em uma quantidade ilimitada de servidores sem a necessidade de aquisição de novas licenças.

Infraestrutura de aplicações

O ano de 2011 foi marcado pelo início de uma grande evolução da infraestrutura de servidores de aplicação, os quais são responsáveis por oferecer as interfaces de comunicação entre os

sistemas e os usuários.

Além do ambiente de produção destes servidores, foram implementados ambientes para desenvolvimento, testes e homologação de sistemas. Assim, evitou-se possíveis impactos no ambiente de produção durante o processo de desenvolvimento e manutenção de sistemas.

Ainda este ano, diversas bases de dados foram migradas para o ambiente computacional Oracle Exadata, o qual oferece alto nível de desempenho, disponibilidade e segurança das informações. Entre as bases migradas para o Oracle Exadata, destacam-se:

- SAJ/PG5
- SIDEJUD
- Jurisprudência
- Diário da Justiça Eletrônico (DJE)

A implantação do sistema do Selo Digital contou com grande participação da Divisão de Administração de Dados, a qual foi responsável pela disponibilização dos servidores de aplicação e dos servidores de banco de dados do sistema. Para aumentar a disponibilidade e segurança das informações deste sistema, foi implementado o mecanismo de replicação de dados em um local secundário.

SISTEMAS JUDICIAIS DE 1º GRAU

O Sistema de Automação do Judiciário (SAJ), aplicativo de maior relevância e abrangência no Poder Judiciário de Santa Catarina, tornou-se uma ferramenta sólida em relação aos processos digitais.

As comarcas de Lebon Régis e Presidente Getúlio e o Foro do Norte da Ilha passam a protocolar os processos somente em meio digital.

Houve também atualização do sistema SAJ5 e o respectivo treinamento dos usuários nas seguintes unidades judiciais: Juizados Especiais Cíveis de Joinville, Varas de Direito Bancário e Juizados Especiais Cíveis da Capital, Vara de Execução Penal de Criciúma e diversos gabinetes com competência para Execução Fiscal Estadual e Municipal.

Execução Fiscal Digital

O Poder Judiciário de Santa Catarina chega ao final do ano com o registro de mais de 200 mil processos de execução fiscal em tramitação por meio eletrônico, distribuídos em 26 comarcas, com abrangência sobre 36 municípios. A Procuradoria-Geral do Estado (PGE), nessas unidades, registra o trâmite de 14,2 mil executivos estaduais. Florianópolis, com 76,6 mil, Lages, com 40 mil, e Blumenau, com 21 mil, possuem os três maiores acervos em meio eletrônico.

A Procuradoria Geral do Estado e mais 11 Procuradorias Municipais aderiram ao Padrão de Integração da Execução Fiscal do Poder Judiciário de Santa Catarina, utilizando-se de webservices (WS) para encaminhamento de petições iniciais e intermediárias, ou também para

receber comunicações de atos processuais - neste caso, os WS da PGE/SC, Florianópolis, Lages e Biguaçu.

Atualmente, quatro empresas desenvolveram soluções para aderir ao referido padrão de integração. As 11 procuradorias que aderiram ao padrão de integração pertencem aos municípios de Biguaçu, Penha, Navegantes, Blumenau, Lages, Balneário Piçarras, Bombinhas, Itapoá, Florianópolis, Timbó e Massaranduba.

AR Digital

Com alicerce na tecnologia da informação, três anos após efetivar o serviço do AR Digital, o TJ comemora o sucesso da integração com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Neste ano foram emitidos mais de 111 mil objetos enviados pelo meio, com expectativa de alcançar, no total, 200 mil até o final do ano. O pioneirismo do Judiciário catarinense já fez escola. Em 2011, os Tribunais de Justiça do Rio Grande do Sul, Paraná, Amazonas e Rio Grande do Norte adotaram o serviço, também conhecido como V-Post. A EBCT informa, ainda, que os Tribunais de Justiça de São Paulo e do Pará já assinaram contrato e passarão a utilizar o sistema a partir do ano que vem.

Em Santa Catarina, o V-Post passa por um processo de migração para um projeto corporativo denominado e-Carta, a ser implantado em 2012, com as seguintes vantagens: ferramentas de captação e disponibilização de informação; rastreabilidade de todo o processo; ampliação da estrutura de tecnologia; criação de novos centros de produção; disponibilização de novos serviços como carta simples, registrada, mão própria e Sedex; e estrutura dedicada ao atendimento a serviços digitais.

Gravação de audiências

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina deu cumprimento à Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para 2011, que consiste em implantar sistema de registro audiovisual de audiências em pelo menos uma unidade judiciária de 1º grau em cada tribunal. O Judiciário catarinense foi mais além, pois, o CGInfo e a Diretoria de Tecnologia da Informação concluíram a disponibilização dos equipamentos para utilização do módulo de gravação (áudio e vídeo) de audiência integrada ao Sistema de Automação do Judiciário (SAJ) em todas as unidades do Poder Judiciário de Santa Catarina.

Em quatro meses, foram registradas mais de 4,5 mil horas de gravação de audiências.

Execução Penal Digital

Foi instalada a Vara de Execução Penal em Criciúma, com digitalização do acervo, passando todos os processos a tramitar eletronicamente, com o Cartório sediado no TJ (Cartório Remoto). Para comunicação de atos processuais com os estabelecimentos prisionais da Comarca, está sendo usada a versão do sistema Hermes.

Assistência Judiciária

Nas comarcas de Camboriú e Santo Amaro da Imperatriz, foi disponibilizado um serviço de acesso ao sistema de Assistência Judiciária para que a Polícia Civil possa obter pelo SAJ/AJ a

indicação, através de rodízio automático, de um defensor dativo nas prisões em flagrante quando o conduzido não tiver condições financeiras para constituir advogado.

SISTEMAS JUDICIAIS DO 2º GRAU

Em 2011 a Divisão de Sistemas de Segundo grau deu passos importantes no sentido de prover com ainda mais qualidade, ao Poder Judiciário e aos cidadãos, os serviços necessários à segurança e celeridade dos processos em segundo-grau.

Para isso levou a efeito uma série de atividades, das quais se destacam a Retomada da Implantação do SAJ/SG5 nas Turmas de Recursos, que se encontra em execução e tem previsão de encerramento para agosto de 2012.

Já o Peticionamento Eletrônico deve se tornar realidade a partir de fevereiro, estando, portanto, em sua fase final. Além disso, deu-se início a Implantação do SAJ/SG5 nas Câmaras Comerciais para recursos de Direito Bancário, com previsão de para maio do próximo ano.

Além dos projetos específicos, a DSJSG, cumprindo seus objetivos operacionais prestou suporte de segundo nível aos sistemas já em produção, como o SAJ/SG3 e SAJ/SG5 – Primeira turmas de recursos, atendendo em média a 7 (sete) chamados por dia, incluindo todos os canais de atendimento (e-mail, Pandion, telefone e presencial). O suporte em questão refere-se aos seguintes sistemas:

- SAJ/SG 3 – instalação Diretoria Judiciária; Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial; Diretoria de Documentação e Informações; Núcleo de Conciliação;
- SAJ/SG 3 – instalação Turmas de Recursos do Estado,
- SAJ/SG 3 – instalação Conselho da Magistratura,
- SAJ/GGS – Gabinetes
- SAJ/SG 5 – Primeira Turma de Recursos da Capital

A DSJSG também participou de diversas atividades que dizem respeito ao raio de atuação e/ou a sistemas os quais tem grande proximidade e responsabilidade como Atualizações de versões do SAJ/SG, do SAJ/GGS, SAJ/ADMSG até julho/2011, e do SAJ/SG5 – trâmite digital. Atividade repassada para a Divisão de Administração de Dados.

Foram executados, ainda, ajustes no relatório de Produtividade Mensal dos Magistrados disponibilizado mensalmente no SAJ/GGS e a DSJSG participou da apresentação e avaliação dos fluxos de trabalho do SAJ/SG5 para as Turmas de Recursais do Estado, na semana de 12 a 16 de setembro (período integral); Acompanhou as sessões de Julgamento na Turma de Recursos da Capital e acompanhamento das SALTS provenientes da Implantação do piloto SAJ/SG5 da Turma de Recursos da Capital, bem como dos demais sistemas de segundo grau desenvolvidos pela Softplan.

Treinamentos também foram levados a efeito pela DSJSG como:

- Sistema SAJ/GGS para gabinetes, na Academia Judicial, dias 2 a 5 e 10 a 12 de maio, período integral.
- Para funcionários de gabinetes recém-empossados, no TJSC, no mês de março de 2011, sala 801, 8o andar, ACCR;
- Criação e alteração de movimentações e locais de carga nos sistema SAJ/SG decorrentes da cisão da DJ em duas novas diretorias – DCDP e DRI.

Entre tantas atividades, a DSJSG elaborou, ao longo do ano, relatórios os mais diversos para o CNJ, Presidência e demais diretorias do TJSC, participando também de dezenas de reuniões com organismos internos e também externos ao PJSC.

SUPORTE A USUÁRIOS

Todos os sistemas e serviços providos pela área de TI pressupõem uma manutenção e atendimento aos usuários, que pode ser na forma de treinamento, atendimento telefônico, criação de manuais de procedimentos ou ainda por *instant messenger* e correio eletrônico. Por vezes, a tarefa de suporte extrapola o horário de expediente e estende-se pelo final de semana, quando são geralmente feitas as atualizações mais críticas dos sistemas, especialmente do SAJ/PG e SG, visando assegurar seu funcionamento normal nos dias úteis. Algumas manutenções necessitam ser realizadas nos finais de semana e feriados.

Todavia, ainda que seja desnecessário falar sobre a importância do suporte em TI para o bom andamento dos trabalhos do judiciário, mister se faz relatar as atividades que tem possibilitado ao usuário exercer suas atividades com maior eficiência e produtividade. A tabela abaixo demonstra as atividades referentes ao suporte, atualização e manutenção de sistemas judiciais.

- 7 atualizações de versão do SAJ/PG3 nos 113 foros. Todas as atualizações foram feitas fora do horário de expediente.
- 15 atualizações de versão no SAJ/PG5, sendo 1 com grandes mudanças estruturais, para adequar o sistema a Resolução 65 do CNJ, que trata das uniformização do número dos processos nos órgãos do Poder Judiciário. Esta atualização ocorreu entre os dias 21 e 24 de abril, feriado e final de semana e teve a participação de 2 servidores da Divisão de Administração de Dados e 1 servidor da Divisão de Suporte ao Usuário. Nesta atualização o banco de dados do SAJ5 foi alterado para o EXADATA. Todas as atualizações do PG5 foram feitas fora do horário de expediente.
- 34 Varas digitais instaladas no PG5, sendo a maioria de Varas de Execução Fiscal, hoje com um total de 74 unidades, sendo 301.250 processos digitais cadastrados e 188.793 físicos.
- 27 varas novas instaladas por Resolução, em 20 foros distintos, gerando atividades de criação, configuração em vários sistemas, redistribuição de processos indicados pela equipe de instalação, alguns por direcionamento e outros por sorteio, atendendo a critérios de antiguidade.

- Redistribuição de processos de Joinville e Capital nos finais de semana, pois na época da criação das varas os processos estavam em carga com advogados ou em grau de recurso.
- Migração de 3 foros do PG3 para o PG5. Esta atividade foi realizada nos finais de semana. Atualmente 4 foros trabalham exclusivamente com o PG5.
- Configuração e manutenção de sistema de Gravação de Audiências, hoje com 337 varas instaladas, de 113 foros.
- Apoio a 12 procuradorias de municípios para realização da integração entre as procuradorias e o Tribunal de Justiça para protocolização de iniciais e intermediárias, e intimações no sistema SAJ/pg5 – Execuções Fiscais digitais.
- Desenvolvimento e manutenção de rotina para envio de informações de devedores de custas para a Secretaria da Fazenda Estadual, para processos em fase de "inscrever em dívida ativa".
- Atualização de tabelas padrão em todas as comarcas.
- Manutenção da base do Índice Estadual, com informações de todas as comarcas do estado, no momento utilizado pelo Arquivo Central, Assistência Judiciária e consulta de processos na Internet
- Manutenção constante nas rotinas para atualização das estatísticas processuais que podem ser vistas no sistema SAJ/Est.
- Geração de diversos relatórios não atendidos pelos sistemas.
- Manutenção nos e-mails internos, sendo alteração de senha por esquecimento, criação e manutenção de listas, criação de novas contas institucionais, desbloqueio de contas, monitoração de cota de e-mail para que o usuário não pare de receber e-mails por "caixa de entrada cheia" e orientações diversas aos usuários.
- Padronização das contas de e-mail institucionais, para facilitar a identificação, por exemplo, o e-mail aluz@tjsc.jus.br passou a ser abelardoluz@tjsc.jus.br.

Além das atividades acima, foram prestados atendimentos aos usuários, internos e externos, dos seguintes sistemas:

- Atendimento aos usuários, internos e externos, dos sistemas:
- Assistência Judiciária
- Acesso restrito
- Conta única
- MAE – Sistema de Envio e Recebimentos de matérias para publicação no DJE.
- Sistema de Expedição de documentos.
- Consulta de Jurisprudência on line
- Emissão de GRJ on line
- Tarifador

- Sistema Hermes – Malote Digital, que está sendo implantado nos cartórios extrajudiciais
- Intimafone
- Sistema de ponto eletrônico
- Peticionamento Eletrônico
- PJSC-PUSH
- Totem
- Todos os sistemas da família SAJ/pg.
- SAJ Precatórios
- Todos os sistemas da família SAJ/sg
- 7 Turmas de Recursos
- Sistema de Publicação do Diário on Line (quando alguma matéria não é publicada ou quando não está disponível para o cartório certificar a publicação).

REDES DE COMUNICAÇÃO

Infraestrutura

No exercício de 2011 foram adquiridos os equipamentos listados abaixo com o objetivo de substituição de equipamentos defeituosos e na estruturação de novos locais dentro do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
30	Conversores de Mídia 1000 BASE T/SC MM 1000SX
20	Conversores de Mídia Mini GBIC 1000 BASE-SX
30	Switch 8 Portas Fast Ethernet
150	Switch 24 Portas Fast Ethernet Gerenciável

Melhorias na rede de dados do PJSC:

- Para se adequar as novas necessidades de largura de banda do sistema SAJ5, 3 comarcas tiveram aumento da velocidade de seus links de 512 Kbps para 2048 Kbps.
- Aumento do link de dados do Tribunal de Justiça de Santa Catarina com a Internet de 50 Mbps para 75 Mbps.
- Adição de 3 novas localidades ao contrato de Circuito MPLS.
- Para permitir o funcionamento do sistema VOIP (voz através de redes de dados), foram incluídas mais 15 localidades com a Classe de Serviço de Voz instaladas.

Ativos de infraestrutura de rede:

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
180	Switch 24 Portas Gerenciáveis
129	Roteadores
2	Controladores Wireless
1	Access Control Server (*ACS*)

Telefonia

Visando a redução de custo de telefonia e a melhora nos serviços prestados, o sistema VOIP (voz através de redes de dados) foi implantado nas comarcas de Tijucas, Timbó, Mondaí, Cunha Porã, Jaraguá do Sul, Gaspar, Biguaçu, Porto União, Caçador, Santo Amaro da Imperatriz, Presidente Getúlio, Bom Retiro, Santa Cecília, Araquari e Papanduva. Além disso, foi realizada vistoria na estrutura de rede interna de telefonia nas comarcas de Tijucas, Timbó, Mondaí, Cunha Porã, Jaraguá do Sul, Gaspar, Biguaçu, Porto União, Caçador, Santo Amaro da Imperatriz, Presidente Getúlio, Bom Retiro, Santa Cecília, Araquari e Papanduva visando à migração para o sistema VoIP.

Sempre que há uma realocação de pessoal ou a criação de uma nova unidade há a necessidade de se adequar as redes tanto de dados quanto de voz no novo local. É o que aconteceu nos fóruns de Palhoça, Braço do Norte e São Joaquim, nas Unidades instaladas no CESUSC e Univalli de Biguaçu e com as diretorias do TJSC: Tecnologia da Informação, Orçamento e Finanças, Engenharia e Arquitetura e Material e Patrimônio.

Para manter a infraestrutura de telefonia, a Diretoria de Tecnologia da Informação, através da sua Divisão de Redes de Comunicação realizou a manutenção de diversas centrais telefônicas nas comarcas de Pinhalzinho, Chapecó, Porto Belo, São Joaquim, Camboriú, Brusque, Tangará, São Lourenço do Oeste e São João Batista.

ATIVO DE TELEFONIA

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Inscrições ADSL	13
Transferências ADSL	68
Dispositivos Internet Móvel 3G em uso	562
Rádios-transceptores em uso	229
Aparelhos de telefonia celular com chip	467

Segurança

A estrutura lógica do filtro de conteúdo, que faz parte da infraestrutura de segurança, foi ampliada para um total de 18 máquinas. Houve também ampliação do otimizador de acesso a páginas web. Foram criadas estruturas de VPN para atender às demandas das Unidades Avançadas do PJSC.

Realizado continuamente o gerenciamento de equipamentos de conectividade e controle de tráfego da rede, incluindo configurações e atualizações de softwares. Foi instalada ferramenta para filtragem de acessos à Internet e atualizados os sistemas de antivírus, anti-spam e anti-phishing.

Foram realizadas adequações em sistemas de proteção decorrentes da mudança do domínio de ".gov" para ".jus". Foi realizada migração de redes e configuração de softwares e equipamentos para permitir a instalação da sede administrativa do PJSC (prédio ACCR). O sistema de antivírus foi migrado para a versão mais atualizada.

A Diretoria de Tecnologia da Informação assumiu as atividades de gerência de certificação digital decorrentes do contrato com o Banco do Brasil, anteriormente desempenhadas pela CGInfo. Aproximadamente 500 validações presenciais foram realizadas juntamente com a prestação de serviços de suporte técnico contínuo para emissão, instalação e utilização de certificados digitais. Houve ainda a aquisição de certificados digitais para o Diário de Justiça Eletrônico (DJE), e-CPFs para situações de exceção, e bem como certificados para servidores de rede.

DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA

No ano de 2011, a Diretoria de Infraestrutura – DIE deu continuidade à sua reestruturação, com a profissionalização e a adequação de seu quadro de pessoal, a assimilação de novos serviços e a revisão de procedimentos rotineiros de trabalho.

Por meio de seu Gabinete, Assessoria Técnica e respectivas Divisões, foram implementados diversos projetos, no sentido de aprimorar os serviços prestados ao Tribunal de Justiça e às 111 comarcas do Estado.

A seguir seguem as ações executadas por cada uma das Divisões, com o apoio das áreas técnicas e da Assessoria.

1. Divisão de Apoio Operacional

A Divisão de Apoio Operacional buscou como meta no exercício de 2011 a otimização de recursos e a implementação de normas e padrões. Neste sentido destacam-se as seguintes metas atingidas:

- O sistema de padronização dos modelos de carimbos automáticos distribuídos para as unidades do Poder Judiciário de Santa Catarina, com divulgação permanente no sítio do Tribunal;
- A normatização do uso de espaços físicos por instituições bancárias no Tribunal;
- A política de distribuição de fragmentadoras para todos os órgãos do Tribunal e Comarcas;
- Estudos, ainda não finalizados, para normatização dos leiautes e das nomenclaturas utilizadas na Comunicação Visual do Poder Judiciário de Santa Catarina;
- A redução em 85,44% de utilização de envelopes de papel pelas Comarcas;
- Política de compras de passagens aéreas, com redução significativa de custos, por meio de controle permanente;
- Normatização para acompanhamento de aquisições de refeições de Tribunais do Júri.

1.1 Seção de Apoio

A Seção de Apoio, subordinada à Divisão de Apoio Operacional, desenvolveu no ano de 2011* as seguintes atividades e seus respectivos quantitativos.

SERVIÇOS	QUANTIDADE E/OU VALORES
AGENDAMENTOS DE ESPAÇOS	150 atendimentos
CARIMBOS	2.909 unidades
CARRINHOS DE PROCESSO	175 unidades
CÓPIAS DE CHAVES	1.650 unidades
DESUMIDIFICADOR DE PAPEL	146 unidades
FRAGMENTADORAS	17 unidades
SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO / GRAVAÇÃO	6.600 horas executadas
PERSIANAS	10.223,45 m², correspondentes a R$ 527.443,25

COMUNICAÇÃO VISUAL	R$ 367.189,10
MÓVEIS SOB MEDIDA	R$ 584.556,04

**O mês de dezembro não foi contabilizado.*

1.2 Seção de Correspondência

O levantamento relativo aos serviços postais adquiridos pelo Poder Judiciário de Santa Catarina no ano de 2011 encontra-se discriminado conforme segue:

SERVIÇOS POSTAIS	
TIPO	**QUANTIDADE**
TELEGRAMAS	650
CARTAS	800.103
SEDEX	7.899
PAG	691
AR DIGITAL	72.744
TOTAL DE CORRESPONDÊNCIAS	**882.087**

** Os meses de novembro e dezembro não foram contabilizados.*

Já, a planilha abaixo contém as correspondências movimentadas pela Seção em referência, até novembro de 2011:

CORRESPONDÊNCIAS MOVIMENTADAS	
TIPO	**QUANTIDADE**
Processos Recebidos pelo TJ	711.688
Correspondências Recebidas pelo TJ	151.073
Processos Encaminhados	80.250
Ofícios Encaminhados	1.236
Correspondências Enviadas para as Comarcas via Malote	55.859
Correspondências Encaminhadas pelo TJ via Correios	21.682
TOTAL DE CORRESPONDÊNCIAS	**1.021.788**

1.3 Seção de Fotocópia

Abaixo, foi juntada tabela com os serviços prestados pela Seção de Fotocópia, no período de janeiro a novembro de 2011:

FOTOCÓPIAS/TRIBUNAL DE JUSTIÇA

MÊS	QUANTIDADE
Janeiro	99.657
Fevereiro	170.069
Março	163.837
Abril	139.799
Maio	209.774
Junho	168.102
Julho	205.487
Agosto	154.301
Setembro	179.705
Outubro	155.457
Novembro	203.701
Dezembro	(*)
TOTAL	**1.849.889**

**Quantidade não contabilizada*

ENCADERNAÇÕES		
MÊS	ESPIRAL	UNIBIND
Janeiro	47	3
Fevereiro	73	16
Março	142	1
Abril	100	30
Maio	125	19
Junho	320	1
Julho	102	51
Agosto	36	30
Setembro	223	3
Outubro	187	25
Novembro	406	20
Dezembro	(*)	(*)
TOTAL	**1.761**	**199**

**Quantidade não contabilizada*

ATENDIMENTO A GABINETES E OUTROS	
MÊS	QUANTIDADE
Janeiro	995
Fevereiro	2.263
Março	2.336
Abril	2.275
Maio	2.769
Junho	2.744
Julho	2.504
Agosto	2.800
Setembro	2.654
Outubro	2.491
Novembro	2.526
Dezembro	(*)
TOTAL	26.357

(*) Quantidade não contabilizada

1.4 Seção de Controle de Custos

A Seção de Controle de Custos é responsável por uma gama variada de serviços e, dentre seus projetos, destacaram-se no ano de 2011 a elaboração de projeto básico com vistas à contratação de empresa fornecedora de refeições para o Tribunal de Júri, para as Comarcas de Palhoça e Capital, a ser implementados em 2012; bem como o aperfeiçoamento dos procedimentos e regras para aquisições de passagens aéreas.

Foram encaminhados em 2011 aproximadamente 96 alertas de consumo de água elevado às Comarcas, sendo que destes a seção obteve 73 respostas por correio eletrônico, as quais justificaram, na sua grande maioria, a causa da majoração (limpezas, pequenos vazamentos, reformas, etc.). Nos outros casos, houve intervenção da Diretoria de Engenharia e Arquitetura para regularização das situações que levaram à elevação do consumo.

Além disso, foram apurados os seguintes gastos durante o período:

SERVIÇOS	CUSTOS (R$)
DIÁRIAS/MOTORISTAS (anual)	324.185,10
COLETA DE LIXO (anual)	116.196,24

DESPESAS COM ÁGUA E ESGOTO	
MÊS	VALOR GASTO (R$)
Janeiro	64.015,14
Fevereiro	82.231,50
Março	69.510,02
Abril	79.475,54
Maio	77.549,69
Junho	70.272,57
Julho	71.237,18
Agosto	70.661,90
Setembro	69.218,12
Outubro	73.716,69
Novembro*	15.766,44
Dezembro*	320,83
TOTAL	**743.975,62**

**Valores incompletos*

DESPESAS COM ENERGIA ELÉTRICA	
MÊS	VALOR GASTO (R$)
Janeiro	420.968,41
Fevereiro	546.722,26
Março	503.246,32
Abril	486.387,22
Maio	446.897,73
Junho	426.487,73
Julho	449.532,73
Agosto	447.149,52
Setembro	446.765,08
Outubro	498.999,63
Novembro*	11.599,27
Dezembro**	

TOTAL	4.684.755,90

** Valor incompleto*
*** Valor não contabilizado*

Até 1º de dezembro de 2011, foram emitidos 1.814 bilhetes de passagem aérea, para atendimento do Poder Judiciário de Santa Catarina, no valor total de R$ 572.037,50, discriminados conforme segue:

PASSAGENS AÉREAS			
MÊS	CAPACITAÇÃO NACIONAL (R$)	CAPACITAÇÃO INTERNACIONAL (R$)	REPRESENTAÇÃO NACIONAL (R$)
Janeiro			3.222,90
Fevereiro	1.218,36	2.960,64	13.900,58
Março	12.830,53	2.145,03	23.668,50
Abril	25.252,33		18.513,15
Maio	23.519,84	2.749,60	21.637,64
Junho	29.924,26	73,70	38.055,58
Julho	12.086,53		12.750,62
Agosto	22.085,04	9.638,76	40.406,28
Setembro	68.743,46	7.460,58	37.639,12
Outubro	51.077,02		9.736,66
Novembro	58.399,05	2.287,18	20.054,56
Dezembro*			
TOTAL	305.136,42	27.315,49	239.585,59

** Valores não contabilizados*

2. Divisão de Artes Gráficas

A Divisão de Artes Gráficas implementou, neste ano, diversas ações, com o intuito de cumprir a legislação pertinente ao setor gráfico, além da adoção de procedimentos essenciais ao acompanhamento do aumento da demanda, bem como ao cumprimento de prazos de entrega cada vez mais exíguos, no segmento.

Em relação aos produtos finalizados, a mencionada Divisão alcançou a produção total de 6.531.078 unidades. Isso condiz com uma média de 27.326 unidades produzidas por dia trabalhado e uma média de 24.792 impressões por dia útil, representando um aumento de 23,3% em relação ao ano de 2010.

Em cumprimento à legislação, destaca-se a realização de eleição para formação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, gestão 2011/2012, o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA e o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, com a necessária renovação dos exames.

Com a crescente demanda de serviços e a exigência de um produto final com maior aprimoramento gráfico, deu-se continuidade à necessária modernização e à atualização do parque gráfico.

Esta ascensão permanente vem permitindo a confecção de produtos com qualidade superior a custos reduzidos, além de proporcionar maior celeridade no atendimento. Para tanto, houve a aquisição de novas máquinas e equipamentos listados a seguir:

EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS
MÁQUINA AUTOMÁTICA PARA CONFECÇÃO DE CAPA DURA (equipamento que visa auxiliar na confecção de livros de capa dura, capa de agenda e a base do calendário, principalmente, substituindo o serviço ora manual pelo automático)
MÁQUINA DE CORTE E VINCO COM "HOT STAMPING" (possui capacidade superior àquela do equipamento já disponível, trazendo, ainda, um acessório, denominado "hot stamping" - que faz a aplicação de películas especiais permitindo acabamentos diferenciados)
MÁQUINA DE COSTURA SEMI-AUTOMÁTICA PARA A ENCADERNAÇÃO DE LIVROS (possibilita a ampliação da gama de serviços oferecidos pela Divisão, assim como uma maior agilidade no processo de encadernação costurada na qual temos a Jurisprudência Catarinense, entre outros livros, como exemplo. Em termos financeiros trará economia na terceirização deste serviço que atualmente despende uma verba de R$89.400,00)
IMPRESSORA DE GRANDE FORMATO DIGITAL - PLOTTER (confecciona banners, serviço atualmente terceirizado, e realiza impressões com alta qualidade em formatos maiores além das diversas superfícies de impressão que suporta, tais como: papel fotográfico; película; papel vegetal; lona; e até tecidos especiais)
Cinco (5) COMPUTADORES MAC PRO DE ÚLTIMA GERAÇÃO (com processadores mais velozes e, portanto, maior capacidade de processamento, e memórias com alta capacidade de armazenamento).
Dois (2) SOFTWARES ESPECÍFICOS - ADOBE DESIGN PREMIUM CS-5.5 E COREL X5 (ferramentas indispensáveis para acompanhar a renovação dos computadores bem como seguir a renovação que a indústria da informática impõe continuamente)

A seguir, segue tabela com os produtos finalizados pela Divisão de Artes Gráficas, no ano de 2011, com os seus respectivos quantitativos, expressos em unidades:

PRODUTOS	QUANTIDADE
Ficha, cartolina, marcador de livro e outros papéis	3.758.112
Capa de processo com laminação plástica para 1º grau	856.060
Etiqueta adesiva com corte e sem impressão	789.875
Etiqueta adesiva impressa e serrilhada	282.631
Capa de processo com laminação plástica para 2º grau	235.344
Cartolina A4 colorida	170.350
Capa de processo sem laminação plástica	110.900
Capa de processo sem laminação plástica para 1º grau	79.200
Cartaz	63.814
Capa de processo com laminação para a Divisão de Arquivo	47.700
Folder	47.576
Capa de processo sem laminação plástica para 2º grau	31.700
Envelope	21.490
Cartão visita	18.268
Bloco de encadernação colada	18.258
Capa de processo para o TCE conforme convênio nº002/2010	12.378
Convites	11.742
Calendário 2012	11.000
Manual/ cartilha	10.661
Cartão	8.824
Pasta	8.550

Crachá com cordão	8.428
Cordão para crachá	8.428
Capa para CD/ DVD	7.985
Apostila	4.684
Livro de capa simples	3.418
Miolo da agenda 2012	3.000
Capa para agenda modelo novo	3.000
Bloco encadernado com duplo anel (wire-o)	2.175
Certificado	1.672
Livro de capa dura	1.062
Revista	1.000
Adesivo	966
Adesivo com laminação	900
Cartão plastificado	806
Mapa	676
Bloco grampeado	394

Por fim, apresenta-se relatório quantitativo das atividades desenvolvidas pelas diversas Seções que compõem a Divisão de Artes Gráficas.

2.1 Seção de Criação e Fotolitografia

TABELA DE DESIGNS GRÁFICOS CRIADOS	
PRODUTOS	QUANTIDADE
Agenda 2012	1
Agenda de bolso	2
Apostila/ Manuais	47
Adesivos Primas/Carros/CD/DVD	22
Banners/Faixas	16
Blocos de anotações personalizados	36
Boletim Informativo	2
Capas de Processo	86
Cartilhas	7
Cartões	275
Cartolinas A4	16
Capas de CD e DVD	8
Base Calendário 2012	1
Calendário 2012	1
Cartazes	41
Crachás	18
Certificados	38
Convites	55
Criação de Logomarcas	9
Diplomas	4

Envelopes	16
Etiquetas	159
Fichas	13
Folhas de Oficio	21
Folders / Flyers	17
Livros / Livretos	15
Mapas	2
Marcadores de Livros	8
Pastas	19
Papel Timbrado/ rascunhos/ata	11
Tarjetas / Editais para processo	5
Rótulos / Selos	13
Revestimentos/Livros/Agendas/Mapas	15
Total de Serviços	1.009

TABELA DE SERVIÇOS DE FOTOLITOGRAFIA E SERIGRAFIA	
PRODUTOS	**QUANTIDADE**
Chapas em CTP impressora offset shinohara	2.450
Chapas em CTP impressora offset Catu	300
Laser filme A4	250
Laser filme A3	140
Gravação de Chapas Convencionais	180
Clichês Alto Relevo/ Hot Stamping	6
Jurisprudência Catarinense nº 118 a 120	3
Telas Serigráficas / aplicação de vernizes	3

2.2 Seção de Impressão

TABELA DE IMPRESSÃO DIGITAL COLORIDA E PRETO E BRANCO	
PRODUTOS	**QUANTIDADE**
KONICA	141.104
CANON IR – 105	121.244
CANON IP – 1135 – 1	227.207
CANON IP – 1135 – 2	311.897
TOTAL	**801.452**

TABELA DE IMPRESSÃO OFSETE	
PRODUTOS	**QUANTIDADE**
Ofsete Catu	1212.382
Ofsete Shinohara	3.911.596

TOTAL	5.123.978

2.3 Seção de Acabamento Gráfico

TABELA DE ACABAMENTO MANUAL	
PRODUTOS	QUANTIDADE
Contagem	6.670.013
Intercalação	706.729
Dobradura	86.187
Colagem	81.668
Corte e refilo	66.796
Empacotamento caixa/ cinta	60.931
Corte de arame de duplo anel (Wire-o)	24.643
Colocação de fita/ elástico/ corda	14.250
Rebitagem	5.056
Encadernação Espiral	3.877

TABELA DE ACABAMENTO COM MÁQUINA	
PRODUTOS	QUANTIDADE
Laminação plástica	2.564.131
Dobradura Automática	1.098.109
Corte e vinco	901.480
Corte com serrilhadeira	347.926
Perfuração para duplo anel	62.945
Blocagem na prensa hidráulica	40.059
Perfuração com broca	39.532
Empacotamento com plástico termoencolhível	33.103
Grampeamento	20.915
Fechamento de duplo anel	13.643
Colagem com cola quente – "Hot Melt"	1.000

3. Divisão de Serviços Gerais

A Divisão de Serviços Gerais passou a contar com uma nova seção, em 2011, denominada Seção de Serviços – Unidade Presidente Coutinho, que atende às necessidades gerais de limpeza, copa e gestão ambiental das Diretorias de Material e Patrimônio, de Orçamento e Finanças, de Tecnologia da Informação e de Engenharia e Arquitetura, que se encontram sediadas no Centro Executivo ACCR, localizado à Rua Presidente Coutinho, Centro de Florianópolis.

Passou a gerenciar também, em 2011, algumas atividades que antes se encontravam adstritas ao Gabinete do Diretor, respectivamente à Assessoria Técnica, tais como o acompanhamento e elaboração de projetos básicos relativos à aquisição de café, de leite, de água mineral, e à locação de máquinas de café.

Além dessas atribuições, a referida Divisão passou a acompanhar o contrato de desinsetização e desratização, que atende às unidades da Grande Florianópolis.

Outro projeto executado com sucesso foi a elaboração da Normatização para contratação de serviços de Paisagismo e Jardinagem, bem como de serviços de Limpeza de Vidros (ambos disponíveis no sítio do E. Tribunal), além de adoção de nova política de lavação de panos de prato para as comarcas, cujo valor, atualmente, não pode exceder R$ 1,00 (um real), por unidade.

Encontra-se, ainda, em fase de conclusão, a criação do "Manual de Procedimentos para Limpeza", elaborado em conjunto com a Assessoria Técnica da Diretoria de Infraestrutura.

3.1 Seção de Limpeza

Além da elaboração das normatizações acima referidas, foi realizada a mudança do uniforme utilizado pelas agentes de serviços gerais, bem como foram adquiridos diversos equipamentos, que possibilitaram o aperfeiçoamento da prestação dos serviços oferecidos, conforme segue:

QUANTIDADE	EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS
20	CARRINHOS FUNCIONAIS (acomodam utensílios e materiais necessários à execução da limpeza nas salas e setores do TJ, facilitando o seu manuseio e transporte)
50	TORNADOS MOP LOURO (balde com pedal que é acionado com o pé lava e centrifuga o feltro usado para lavar o chão, evitando assim que as funcionárias precisem torcê-los na mão)
1	LAVADORA ELÉTRICA DE PISO (máquina que lava e aspira toda água suja deixando o piso seco, fazendo um serviço de qualidade e eficiente com menor esforço físico dos colaboradores, pois o serviço anteriormente realizado por três ou quatro colaboradores, atualmente é realizados somente por um)
6	BALDE ESPREMEDOR (para utilização nos corredores)
1	CARRO PLATAFORMA PARA ENTREGA DE MATERIAL DE LIMPEZA NOS DIFERENTES ANDARES.
1	LAVA-JATO PROFISSIONAL
1	MOTOPODA GASOLINA HT-75 (possibilita a poda dos galhos das árvores em crescimento por nossos jardineiros, eliminando a contratação especial de uma empresa)
2	ASPIRADOR DE PÓ (para atendimento da Unidade Presidente Coutinho)

3.2 Seção de Copa

Assumiu, com êxito, a responsabilidade de elaboração de projetos básicos e de acompanhamento dos contratos e das atas de registro de preços para aquisição de café, de leite, de água mineral, e de locação das máquinas de café.

Ademais, adquiriu os seguintes equipamentos, como forma de aperfeiçoar os serviços prestados:

QUANTIDADE	EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS
3	MÁQUINAS DE CAFÉ INDUSTRIAIS
1	MÁQUINA DE LAVAR LOUÇAS
1	MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS (possibilitando a não contratação de lavação de panos de pratos, dentre outros)
1	SECADORA DE ROUPAS
1	CARRINHO COM CINCO COMPARTIMENTOS PARA CARREGAR BOMBONAS PARA OS SETORES

3.3 Seção de Gestão Ambiental

A Seção de Gestão Ambiental, em 2011, deu continuidade às atividades de gerenciamento das atividades relacionadas à coleta seletiva de resíduos no Tribunal de Justiça; à prestação de assessoramento às comarcas, no que atine ao referido assunto; desenvolvimento e difusão de campanhas para a implantação de coleta seletiva em economia de água, energia elétrica e de outras medidas de gestão ambiental e de sustentabilidade que visem à conscientização/sensibilização dos colaboradores do Poder Judiciário de Santa Catarina.

Nesse sentido, apresenta-se o relatório quantitativo dos serviços prestados pela Seção, durante o corrente ano:

SERVIÇOS	QUANTIDADE
RECICLÁVEIS TJ (KG)	33.996
RECICLÁVEIS TJ (n.º sacos 100 l)	9.000
ENTREGA COLETORES P/RECICLÁVEIS 50L (UN)	1.314
ENTREGA COLETORES P/RECICLÁVEIS 15L (UN)	298
ENTREGA DE SACOS 100 L P/ RECICLÁVEIS (UN)	70.700
ENTREGA DE SACOS 50 L P/ RECICLÁVEIS (UN)	38.700
ENTREGA DE BITUQUEIRAS (UN)	36
BITUCAS RECOLHIDAS TJ (CX) – a partir de julho/11	2
LÂMPADAS FLS. DESCARTADAS (UN)	9.084
CONTEINERES RECICLÁVEIS (UN)	10
CAIXAS BROOKS ENCAMINHADAS (UN) – a partir de setembro/11	40
BALANÇAS ELETRONICAS (UN)	2
RECOLHIMENTO PILHAS/BATERIAS/CARTUCHO TJ (KG)	1.185
PROC.ADM./PROJETOS SGA EM ANDAMENTO	14
PARECERES EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DE GESTÃO AMB.	34
RELATÓRIOS PESQUISA GESTÃO AMBIENTAL	5
IMPLEM. COLETA SELETIVA IN LOCO COMARCAS	6
CAMPANHAS DE CONSCIENTIZAÇÃO – ESTADUAL	2
CAMPANHAS DE CONSCIENTIZAÇÃO - LOCAL	3
PALESTRAS E CAPACITAÇÃO	8

4. Divisão de Transporte

A Divisão de Transporte acompanha a aquisição de combustível do Poder Judiciário de Santa Catarina e a manutenção da frota de veículos deste Tribunal de Justiça, além da contratação dos serviços de mudança de magistrados, aluguel de veículos para a Câmara Especial Regional de Chapecó – CERC e dos serviços de controle de despesas com abastecimento e com manutenção da frota.

Durante 2011, foi responsável pela distribuição de veículos oficiais a 87 comarcas do Estado. Dessa forma, todas as 111 comarcas do Estado foram equipadas com pelo menos um veículo,

tornando-se mais efetiva a prestação jurisdicional, em observância à política proposta pela Presidência deste Tribunal.

Até o final de 2011 há previsão de se incorporar à frota do Poder Judiciário mais 42 veículos, contemplando veículos de representação, institucionais e de serviço.

Na planilha abaixo, encontram-se discriminadas as despesas geradas com a prestação dos serviços que se encontram sob a responsabilidade da Divisão de Transporte:

DESPESAS COM COMBUSTÍVEIS			
MÊS	VEÍCULOS COMARCAS (R$)	VEÍCULOS DESEMBARGADORES (R$)	VEÍCULOS SECRETARIA TJ (R$)
Janeiro	4.760,81	7.510,62	10.115,43
Fevereiro	6.845,26	12.782,52	14.770,40
Março	6.710,24	17.557,67	19.725,36
Abril	7.367,26	20.133,39	17.840,39
Maio	12.361,14	19.450,30	23.474,81
Junho	5.338,51	14.518,43	18.112,62
Julho	7.344,71	14.929,00	17.171,68
Agosto	14.334,72	17.425,47	22.585,45
Setembro	19.924,10	14.600,65	23.539,46
Outubro	12.388,47	14.354,21	24.225,13
Novembro	15.557,06	14.424,71	25.510,74
Dezembro*	*	*	
TOTAL	112.932,28	167.686,97	217.071,47
TOTAL GERAL			497.690,72

** Valores não contabilizados*

DESPESAS COM MANUTENÇÃO DA FROTA	
MÊS	VALOR GASTO (R$)
Janeiro	20.156,67
Fevereiro	14.005,98
Março	12.284,57
Abril	15.320,90
Maio	13.607,21
Junho	9.464,95
Julho	10.036,96
Agosto	19.283,08
Setembro	18.141,92
Outubro	15.987,67

Novembro	30.860,62
Dezembro*	(*)
TOTAL	**179.150,53**

(*) Valores não contabilizados

DESPESAS COM MUDANÇAS DE MAGISTRADOS	
MÊS	**VALOR GASTO (R$)**
Janeiro	1.805,98
Fevereiro	-
Março	9.259,57
Abril	21.098,31
Maio	27.077,14
Junho	29.789,10
Julho	49.069,90
Agosto	20.634,70
Setembro	52.170,10
Outubro	28.648,90
Novembro	27.710,40
Dezembro*	
TOTAL	**267.264,11**

** Valores não contabilizados*

DESPESAS COM ALUGUEL DE CARRO (CERC) - CHAPECÓ	
MÊS	**VALOR GASTO (R$)**
Janeiro	1.599,00
Fevereiro	1.599,00
Março	1.599,00
Abril	1.599,00
Maio	1.599,00
Junho	1.599,00
Julho	1.599,00
Agosto	1.599,00

Setembro	1.599,00
Outubro	1.599,00
Novembro	1.599,00
Dezembro*	
TOTAL	17.589,00

** Valores não contabilizados*

DESPESAS CONTRATO 335/2007 – TICKET (3% TAXA ADMINISTRATIVA)	
MÊS	**VALOR GASTO (R$)**
Janeiro	1.052,32
Fevereiro	1.547,25
Março	1.831,77
Abril	2.317,52
Maio	2.251,64
Junho	2.075,33
Julho	1.866,00
Agosto	2.515,31
Setembro	2.683,51
Outubro	2.380,12
Novembro	2.902,48
Dezembro*	
TOTAL	23.423,25

** Valores não contabilizados*

DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

1. GABINETE DA DIREÇÃO

1.1. Secretaria

1.1.1. Dados Estatísticos

- Processos cadastrados no gabinete: 1.297
- Processos tramitados no gabinete: 5.912

1.2. Assessoria

1.2.1. Dados Estatísticos

- Pareceres jurídicos: 1.508
- Análise de minutas de contratos e aditivos: 806
- Análise de minutas de convênios: 96
- Diligências: 50

2. DIVISÃO DE COMPRAS

2.1 – Dados Estatísticos

Aquisições Diretas

- Número de requisições: 11.993
- Valor gasto em aquisições diretas: R$ 6.115.563,00
- Número de contratos de fornecimento com entrega imediata: 75
- Número de notas fiscais/faturas tramitadas: 10.134

Registro de Preços

- Número de atas: 136

2.2 – Dados Financeiros

Registro de Preços

- Valor empenhado: R$ 17.496.877,84
- Valor a empenhar: R$ 3.688.006,36
- Valor Total: R$ 21.184.884,20

3. DIVISÃO DE LICITAÇÃO

3.1 – Dados Estatísticos

Minutas Contratuais

- Confecção de minutas de editais: 282
- Confecção de minutas contratuais: 180

Processos Licitatórios

- Convite: 14
- Tomada de Preço: 50
- Concorrência: 20
- Dispensa de Licitação: 51
- Inexigibilidade de Licitação: 77
- Leilão: 1
- Pregão: 197
- Modalidade ainda não definida: 21
- Total: 431

Condições dos processos licitatórios:

- Licitações ainda não concluídas: 180
- Licitações com êxito: 209
- Licitações revogadas: 0
- Licitações desertas: 14
- Licitações anuladas: 3
- Licitações fracassadas: 6
- Licitações canceladas: 21

3.2 – Dados Financeiros

Valor Global Reservado em 2011, exclusive Registro de Preços: R$ 179.084.676,34.

Deste valor, temos:

- R$ 92.412.377,39 para processos concluídos
- R$ 86.672.28,95 para processos em andamento

Dos processos concluídos, temos:

- Valor reservado: R$ 92.412.377,39
- Valor pago: R$ 78.105.596,40
- Economia: R$ 14.306.780,99 (15,48 % a menor em relação ao valor de mercado).

4. DIVISÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

4.1 – Dados Estatísticos

- Movimentação de processos – Entradas: 6.575
- Movimentação de processos – Saídas: 6.715
- Contratos elaborados: 180
- Convênios elaborados: 96
- Comodatos: 5
- Cessões de uso: 3
- Termos aditivos elaborados: 315
- Contratos prorrogados: 215

4.2 – Dados Financeiros Previstos até 16/12/2011.

Prestação de Serviços

- ADSL e Internet: R$ 701.214,14
- Aquisição de licença informática: R$ 315.860,00
- Chaveiro: R$ 31.494,42
- Coleta de lixo: R$ 32.307,30
- Confecção de selos: R$ 1.098.000,00
- Consultoria Técnica: R$ 235.654,00
- Controle de Pragas: R$ 36.415,44
- Curso: R$ 307.122,10
- Desenvolvimento e execução de Projetos Pesquisa: R$ 141.525,00
- Elaboração de Projetos: R$ 512.393,34
- Emergências Médicas: R$ 33.960,00
- Eventos: R$ 133.495,25
- Gerenciamento de Frota: R$ 741.600,00
- Higienização de processos: R$ 620.000,00
- Locação de Equipamentos: 437.742,95
- Locação de veículo: R$ 17.589,00
- Locação de mão-de-obra: R$ 27.392.619,36
- Monitoramento eletrônico: R$ 402.685,78
- Mudança de magistrados: R$ 226.513,04
- Passagens Aéreas: R$ 632.395,39
- Prestação de Serviços Bancários: R$ 2.000.000,00
- Produção de Revista – Academia Judicial: R$ 146.610,00
- Produção e veiculação de programas de televisão: R$ 649.960,00
- Publicações: R$ 72.000,00
- Serviços de gravação de som e filmagem: R$ 166.275,00
- Serviços de Informática: R$ 4.520.052,49
- Serviços de microfilmagem: R$ 600.000,00
- Serviços de plotagem: R$ 8.000,00
- Serviços de reprodução fotostática: R$ 3.000,00
- Serviços postais: R$ 9.985.336,15
- Transporte de mercadorias: R$ 755.145,97
- Vigilância: R$ 5.796.745,77

Aquisições (materiais permanentes)

- Equipamentos: R$ 4.932.728,00
- Veículos: R$ 5.878.000,00
- Móveis R$ 193.425,00

Aquisições (materiais de consumo)

- Gêneros alimentícios: R$ 435.489,36
- Materiais de consumo: R$ 549.153,96

Telefonia

- Telefonia fixa: R$ 1.318.756,25
- Telefonia móvel: R$ 1.430.690,56

Manutenção

- Em Climatização: R$ 322.716,52
- Calefação R$ 32.527,51
- Elevadores/plataformas elevatórias: R$ 291.482,22
- Em equipamentos: R$ 418.694,84
- Manutenção sistema informática R$ 9.445.967,08
- Elétrica: 214.281,60
- Predial: R$ 197.625,25

Imóveis

- Locações: R$ 5.633.566,55
- Construção R$ 1.635.922,49
- Reforma: R$ 2.023.497,81
- Aquisição: R$ 23.530.000,00

5. DIVISÃO DE ALMOXARIFADO

5.1 – Dados Estatísticos

Requisições

- Requisições de materiais processadas: 20.326
- Requisições de compras: 237

Inclusões no estoque

- Por compra: 5.195
- Formulários - gráfica: 390
- Movimentação de materiais (por item)
- Materiais movimentados: 106.038

Volume transportado

- Número de remessa para as comarcas: 3.396
- Volume transportado (m^3): 53.364
- Peso materiais transportados (Kg): 787.519
- Valor das Mercadorias Transportadas: R$ 17.250.142,50

5.2 - Dados Financeiros

- Valor dos materiais movimentados
- Materiais de consumo: R$ 16.124.028,53
- Materiais permanentes: R$ 25.759.742,14

Valor dos materiais estocados

- Materiais de consumo: R$ 3.365.502,79

- Materiais permanentes: R$ 4.426.312,11

6. DIVISÃO DE PATRIMÔNIO

Incorporações de bens móveis

- Veículos: 114
- Máquinas, motores e aparelhos: 7.355
- Materiais bibliográficos: 26.992
- Equipamentos e instalações: 7.938
- Mobiliários: 9.534

Incorporações de bens imóveis

- Terrenos: 7
- Edifícios: 2

Bens móveis transferidos

- Máquinas, motores e aparelhos: 5.375
- Equipamentos e instalações: 602
- Mobiliário Geral: 2.852

Bens móveis consertados

- Equipamentos diversos e mobiliário em geral: 691

Bens móveis baixados

- Veículos: 0
- Máquinas, motores e aparelhos: 3.427
- Materiais bibliográficos: 6.138
- Equipamentos diversos: 2.031
- Utensílios: 802
- Mobiliário Geral: 2.180

Alienação de bens

- Processos de baixa e doação: 139
- Processos de inutilização: 1
- Transferidos a outros órgãos: 30
- Entidades atendidas: 120

◖ DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

1. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS

A Lei Complementar federal nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal) estabeleceu o planejamento como o principal objetivo para o alcance da gestão fiscal responsável — juntamente com a transparência e o equilíbrio. Assim, o planejamento orçamentário (Plano Plurianual-PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO e Lei Orçamentária Anual-LOA) se constitui em instrumento efetivo para garantir e maximizar a execução das diretrizes e metas, por intermédio de programas e ações planejadas e transparentes em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

Os programas e as ações orçamentárias implementadas no exercício financeiro de 2011 estão em consonância com o PPA com a LDO e com os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/00).

O Orçamento do Poder Judiciário é composto por duas Unidades Orçamentárias:

1 - Tribunal de Justiça (Compreendendo duas fontes de recursos: Tesouro do Estado e Sistema de Depósitos Judiciais-SIDEJUD);

2 - Fundo de Reaparelhamento da Justiça - FRJ.

Na Unidade Orçamentária Tribunal de Justiça, os repasses efetuados pelo Tesouro do Estado (7,7% da Receita Líquida Disponível) são aplicados nas despesas com pessoal ativo, Encargos Assistenciais dos Inativos, manutenção e investimentos. São transferidos também a este Poder os recursos destinados ao pagamento da folha dos inativos das categorias de Juiz de Paz, Auxiliar da Justiça e Serventuário da Justiça Extrajudiciais (Lei Complementar nº 127/94), bem como ao dos precatórios judiciais movidos contra a Fazenda Estadual.

Os recursos provenientes do SIDEJUD são aplicados principalmente: na informatização, na capacitação e aperfeiçoamento dos membros e servidores do Poder Judiciário, nos serviços e equipamentos de segurança, nas bibliotecas, nos Juizados Especiais e nas Casas da Cidadania.

Quanto aos recursos oriundos da Unidade Orçamentária do Fundo de Reaparelhamento da Justiça, são utilizados com construções, reformas, ampliações de prédios, manutenção predial, informatização, estagiários, equipamentos e materiais permanentes diversos, demais despesas de custeio da máquina administrativa de todas as unidades jurisdicionais, exceto despesas com pessoal.

O balanço orçamentário discrimina as receitas e as despesas orçamentárias. Na contabilidade pública não existe a figura do lucro ou prejuízo, mas sim do superávit e do déficit.

O resultado superavitário da execução orçamentária provém tanto do excesso de arrecadação (receitas arrecadadas superiores às estimadas), quanto da economia orçamentária (despesas realizadas menores que as fixadas).

Já o déficit provém exatamente do contrário: arrecadação menor que a prevista. Não se considera como formador do déficit a execução de despesa a maior que a fixada porque a Lei

nº 4.320/64 não permite a despesa orçamentária ser realizada em valor superior que a despesa fixada.

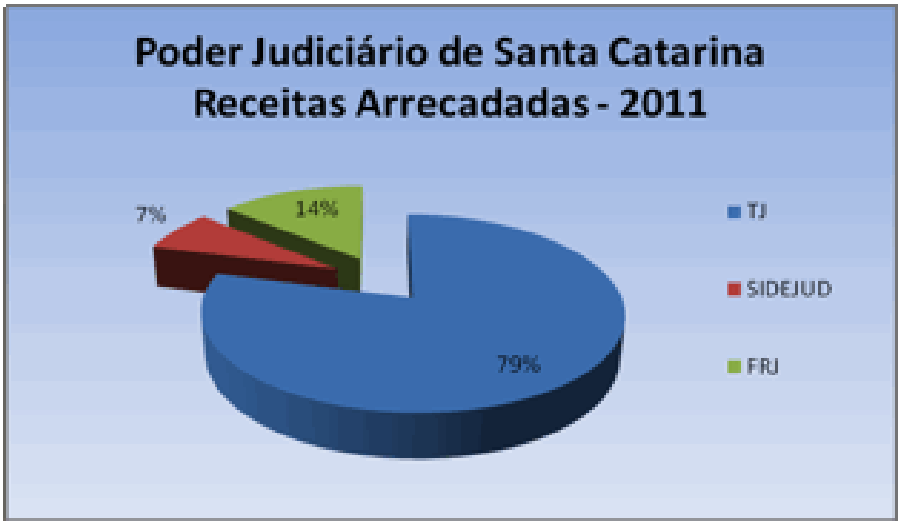
A previsão de arrecadação do Poder Judiciário, no exercício de 2011, considerando as três fontes de recursos, foi de R$ 1.040.673.737,00, abaixo especificadas:

- TJ (7,7% RLD): R$ 839.923.737,00;

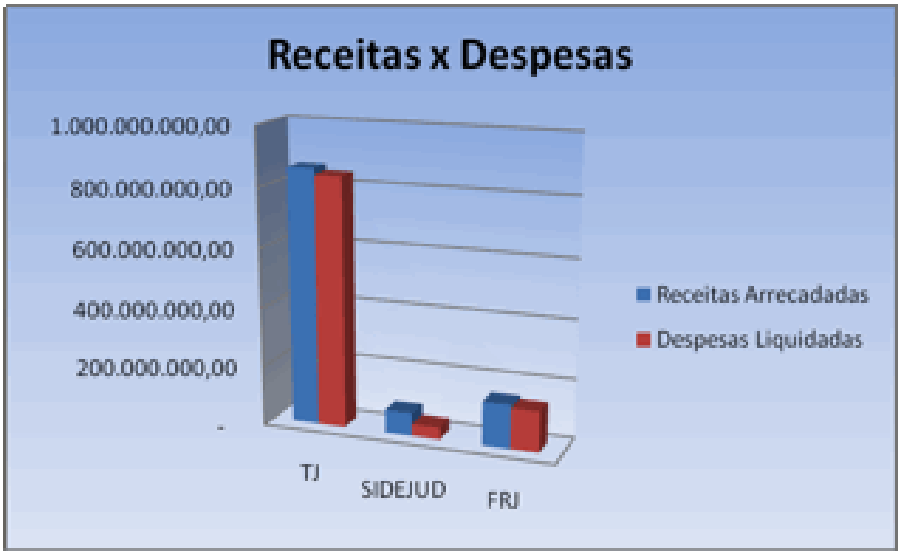
- SIDEJUD: R$ 67.500.000,00;

- FRJ: R$ 133.250.000,00.

Em contrapartida, o que foi arrecadado totalizou R$ 1.087.216.348,42, representando excesso de arrecadação na ordem de R$ 46.542.611,42 (4,5%). Comparando com os ingressos de recursos do ano de 2010, houve incremento de R$ 193.977.559,63 (21,7%).



As aplicações desses recursos, ou seja, as despesas orçamentárias liquidadas, totalizaram R$ 1.019.385.326,44, obtendo-se resultado da execução orçamentária superavitário de R$ 67.831.021,98 (6,2%), sendo R$ 46.542.611,42 por excesso de arrecadação e R$ 21.288.410,56 por economia orçamentária.



O superávit financeiro representa o resultado positivo entre o ativo e o passivo financeiro. Esse valor é transferido para o exercício seguinte, quando será utilizado para compor o próximo orçamento através de abertura de créditos adicionais.

O TJSC apresentou em 31/12/2011 disponibilidade financeira total na ordem de R$ 2.411.546.724,41, excluído o valor de R$ 13.223.317,65 de precatórios e incluídos os depósitos judiciais no montante de R$ 2.167.471.575,40.

As obrigações (restos a pagar e consignações) totalizaram R$ 2.204.795.327,36, gerando superávit financeiro total na ordem de R$ 206.751.397,05.

As respectivas informações serão segregadas por fonte de recurso, abaixo especificadas:

1.1 TRIBUNAL DE JUSTIÇA

A arrecadação dos recursos oriundos do Poder Executivo (7,7% RLD, Fundo Social e SEITEC), acrescidas as rendas de aplicações financeiras e indenizações e restituições, foi na ordem de R$ 860.834.676,41, superando as estimativas em R$ 20.910.939,41 (2,49%).

Comparando com os ingressos de recursos do ano de 2010, houve incremento de R$ 138.030.542,40 (19,1%). Em 2011 ocorreu aumento no percentual de participação sobre a Receita Líquida Disponível, passando de 7,4% para 7,7%.

O orçamento inicial dessa fonte de recurso foi de R$ 839.923.737,00.

As despesas orçamentárias liquidadas importaram em R$ 840.620.700,36, sendo R$ 833.035.716,64 relativas a despesas com Pessoal Ativo e Encargos Assistenciais dos Inativos (99,1%) e R$ 7.584.983,72 a manutenção e investimento (0,9%).

Apesar da ocorrência de excesso de arrecadação na ordem de R$ 20.910.939,41, registrou-se déficit orçamentário de R$ 696.963,36, absorvido totalmente pelo superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Dessa forma, o resultado da execução orçamentária (Arrecadação (–) Despesas Liquidadas) foi superavitário em R$ 20.213.976,05 (2,3%).

Em 31/12/2011, o saldo financeiro disponível do TJ apresentou a quantia de R$ 19.308.799,77, excluído o saldo de R$ 13.223.317,65 referente a precatórios e de R$ 1.449.659,68 oriundos de contribuição previdenciária.

Deste total disponível, deverá ser deduzido o valor de R$ 645.186,51 referentes às obrigações (depósitos de cauções e restos a pagar), restando a disponibilidade líquida de R$ 18.663.613,26 (superávit financeiro).



1.2 SIDEJUD

Os recursos provenientes do spread (diferença entre os rendimentos do Fundo de Investimento do Judiciário e os das subcontas, que são remuneradas pelo índice da poupança) somaram R$ 78.189.745,19, superando o previsto em R$ 10.689.745,19 (15,8%).

Os ingressos dos valores referentes ao spread foram superiores em R$ 34.234.494,54 (77,9%) ao arrecadado no ano de 2010.

O orçamento inicial do Sistema de Depósitos Judiciais foi de R$ 67.500.000,00.

As despesas orçamentárias liquidadas importaram em R$ 40.806.745,08, sendo R$ 22.633.646,25 utilizados em manutenção/custeio (55,5%) e R$ 18.173.098,83 em investimentos (44,5%).

O resultado da execução orçamentária (Arrecadação – Despesas Liquidadas) foi superavitário em R$ 37.383.000,11 (47,8%), correspondendo a R$ 10.689.745,19 de excesso de arrecadação e R$ 26.693.254,92 de economia orçamentária.

Essa fonte de recurso apresentou em 31/12/2011 saldo financeiro de R$ 81.733.721,09.

Desse valor deverá ser deduzida a quantia de R$ 9.407.840,12 relativa a restos a pagar, apresentando assim, superávit financeiro de R$ 72.325.880,97.



1.3 FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA - FRJ

As receitas arrecadadas somaram R$ 148.191.926,82, superando as estimativas em R$ 14.941.926,82 (11,2%).

O acréscimo em relação ao ano de 2010 foi de R$ 21.712.522,69 (17,2%).

O orçamento estimado foi de R$ 133.250.000,00.

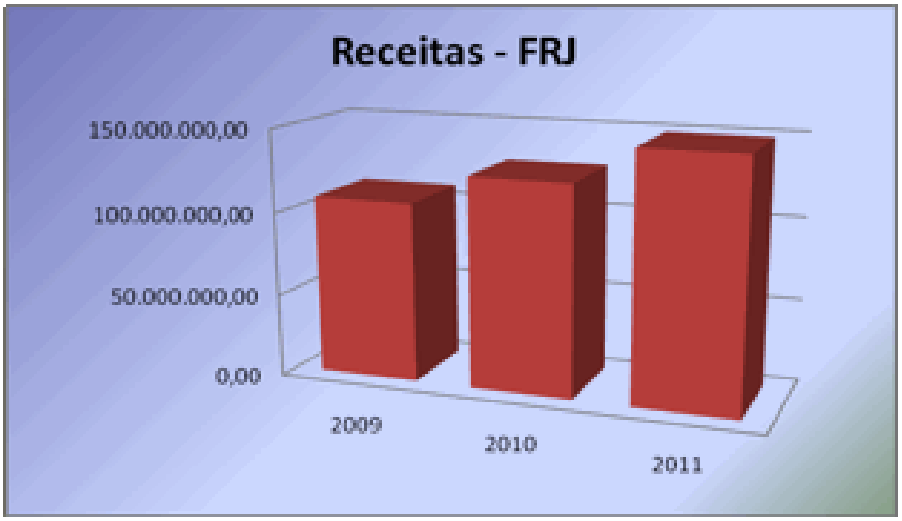
As despesas orçamentárias liquidadas importaram em R$ 137.957.881,00, sendo R$ 106.261.052,04 destinadas a manutenção/custeio (77,0%) e R$ 31.696.828,96 a investimentos (23,0%).

No tocante ao resultado da execução orçamentária (Arrecadação (–) Despesas Liquidadas) o saldo foi superavitário em R$ 10.234.045,82 (6,9%).

Não obstante a apuração de excesso de arrecadação na importância de R$ 14.941.926,82, apurou-se déficit orçamentário de R$ 4.707.881,00, absorvido totalmente pelo superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Em 31/12/2011 o FRJ apresentou saldo financeiro de R$ 142.307.467,45.

Desse valor deverá ser deduzida a quantia de R$ 26.545.564,63 relativa a restos a pagar e obrigações diversas, apresentando assim, superávit financeiro de R$ 115.761.902,82.



O anexo I demonstra as despesas orçamentárias fixadas e liquidadas nas três fontes de recursos do TJSC e os respectivos resultados orçamentários.

2. PRECATÓRIOS

Com o advento da Emenda Constitucional 62, regulamentada pela Resolução 115 do Conselho Nacional de Justiça, muitas foram as alterações introduzidas no processamento de precatórios, das quais podemos citar:

- lista unificada de precatórios (TJSC, TRF e TRT);
- Comitê Gestor de Contas Especiais;
- existência de diversas ordens cronológicas (antigüidade, valor, prioridades doença e idade);
- expedição de um precatório por beneficiário.

Existem atualmente no Tribunal de Justiça 4.716 precatórios pendentes de pagamento. Em 2011 foram protocolizados no Tribunal de Justiça 1.834 precatórios. Foram pagos R$ 170.908.720,85, sendo R$ 46.121.717,12 movidos contra o Estado de Santa Catarina e suas Autarquias e R$ 124.787.003,73 referentes a prefeituras e INSS.



3. GASTO COM PESSOAL

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabeleceu normas gerais de finanças públicas, voltadas para o controle da despesa, do resultado fiscal e do endividamento. As despesas com pessoal são as que mais despertam a atenção dos gestores públicos em razão de serem as mais representativas.

Aquela lei trouxe também dispositivos para limitar as despesas com pessoal em relação à receita corrente líquida - RCL, estabelecendo 6% como limite legal e 5,7% como limite prudencial para o Poder Judiciário.

No relatório apurado em novembro de 2011 (dez/2010 a Nov/2011), a despesa líquida com pessoal do Tribunal de Justiça de Santa Catarina representou 5,29% da RCL, portanto dentro dos limites legal e prudencial, conforme quadro demonstrativo abaixo:

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") *R$ 1,00*

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	900.247.779,72	-
Pessoal Ativo	759.875.298,00	-
Sentenças Judiciais sem Precatório (do próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	38.789.664,48	
Demais Despesas com Pessoal Ativo	721.085.633,52	
Pessoal Inativo e Pensionistas	140.372.481,72	
Sentenças Judiciais sem Precatório (do próprio Órgão)	-	
Sentenças Judiciais com Precatório (do próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	
Demais Despesas com Pessoal Inativo	140.372.481.72	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	182.993.593,89	-
Indenização por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	107.450,45	-
Decorrentes de Decisão Judicial	13.858.224,11	-
Despesas de Exercícios Anteriores	99.180.023,80	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	69.847.895,53	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	717.254.185,83	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) (IIIa + IIIb)	717.254.185,83	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	13.791.475.371,47
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	5,20%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 6,0%	827.488.522,29
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 5,70%	786.114.096,17

FONTE: Balancete Unidade Gestora e Secretaria de Estado da Fazenda no que concerne a RCL

Nota: Durante o exercício somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

ANEXO 1

FONTE DE RECURSO	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA/AÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	ALTERAÇÕES	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS	DESPESA LIQUIDADA	SALDO	% EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
TJ	Manutenção e Serviços Administrativos Gerais - TJ	6.756.538,00	2.185.320,27	8.941.858,27	7.584.983,72	1.356.874,55	84,8%
TJ	Administração de Recursos Humanos - TJ	807.677.270,00	17.060.354,01	824.737.624,01	814.069.122,07	10.668.501,94	98,7%
TJ	Encargos com Inativos - TJ	25.489.929,00	(6.110.912,46)	19.379.016,54	18.966.594,57	412.421,97	97,9%
SUBTOTAL		839.923.737,00	13.134.761,82	853.058.498,82	840.620.700,36	12.437.798,46	98,5%
SIDEJUD	Capacitação e Aperfeiçoamento - SFCOU - TJ	12.183.868,00	1.367.586,13	13.551.454,13	7.596.025,33	5.955.428,80	56,1%
SIDEJUD	Manutenção, Serviços e Equipamentos de Informática - SFCOU - TJ	29.288.871,00	100.000,00	29.388.871,00	16.603.935,78	12.784.935,22	56,5%
SIDEJUD	Manutenção e Serviços Administrativos Gerais - SFCOU - TJ	24.987.990,00	3.682.413,87	28.670.403,87	16.604.609,32	12.065.794,55	57,9%
SIDEJUD	Aquisição e reforma do prédio para a Academia Judicial	500.000,00	-	500.000,00	-	500.000,00	0,0%
SIDEJUD	Construção da casa da cidadania de Canelinha	539.271,00	-	539.271,00	2.174,65	537.096,35	0,4%
SUBTOTAL		67.500.000,00	5.150.000,00	72.650.000,00	40.806.745,08	31.843.254,92	56,2%
FRJ	oordenação do Selo de Fiscalização dos Atos Notariais e Registrais - TJ	25.850.000,00	1.200.000,00	27.050.000,00	14.080.219,76	12.969.780,24	52,1%
FRJ	Construção do fórum de Rio do Oeste - TJ	10.000,00	1.614.109,00	1.624.109,00	-	1.624.109,00	0,0%
FRJ	Reforma do Fórum de Blumenau - TJ	10.000,00	2.212.115,00	2.222.115,00	7.265,64	2.214.849,36	0,3%
FRJ	Construção do Fórum de Navegantes - TJ	10.000,00	140.000,00	150.000,00	-	150.000,00	0,0%
FRJ	Construção do Fórum de Forquilhinha - TJ	10.000,00	2.967.532,00	2.977.532,00	168.336,54	2.809.195,46	5,7%
FRJ	Construção do Fórum de Ascurra - TJ	10.000,00	304.720,00	314.720,00	16.520,00	298.200,00	5,2%
FRJ	Construção do Fórum de São José do Cedro - TJ	10.000,00	190.000,00	200.000,00	-	200.000,00	0,0%
FRJ	Reforma do Fórum de Brusque - TJ	10.000,00	2.884.206,00	2.894.206,00	-	2.894.206,00	0,0%
FRJ	Construção do Fórum de Palhoça - TJ	2.000.000,00	-	2.000.000,00	1.401.542,53	598.457,47	70,1%
FRJ	Reforma do Fórum de Braço do Norte - TJ	10.000,00	740.000,00	750.000,00	589.905,79	160.094,21	78,7%
FRJ	Construção do Fórum de Rio Negrinho - TJ	10.000,00	300.546,00	310.546,00	-	310.546,00	0,0%
FRJ	Reforma e Ampliação do Palácio da Justiça - TJ	10.000,00	11.843.953,00	11.853.953,00	2.659.157,60	9.194.795,40	22,4%
FRJ	Ampliação e Reforma do Fórum de Caçador - TJ	10.000,00	190.000,00	200.000,00	2.450,00	197.550,00	1,2%
FRJ	Construção do Fórum de Garuva - TJ	10.000,00	90.000,00	100.000,00	-	100.000,00	0,0%
FRJ	Conclusão do Fórum de Lauro Müller - TJ	10.000,00	-	10.000,00	-	10.000,00	0,0%
FRJ	Reforma e Ampliação do Fórum de Pomerode - TJ	10.000,00	590.000,00	600.000,00	11.550,00	588.450,00	1,9%
FRJ	Reforma do Fórum de São Joaquim - TJ	10.000,00	1.590.000,00	1.600.000,00	1.310.931,09	289.068,91	81,9%
FRJ	Construção do Fórum de Garopaba - TJ	10.000,00	90.000,00	100.000,00	-	100.000,00	0,0%
FRJ	Conclusão, Ampliação e Reforma do Fórum de Balneário Camboriú - TJ	10.000,00	2.001.206,00	2.011.206,00	96.139,00	1.915.067,00	4,8%
FRJ	Ampliação e Reforma do Fórum de Gaspar - TJ	10.000,00	490.000,00	500.000,00	6.144,40	493.855,60	1,2%
FRJ	Construção do fórum de Armazém - TJ	10.000,00	292.450,00	302.450,00	21.840,88	280.609,12	7,2%
FRJ	Construção do fórum de Campos Novos - TJ	-	100.000,00	100.000,00	-	100.000,00	0,0%
FRJ	Construção do Fórum de Canoinhas - TJ	10.000,00	190.000,00	200.000,00	4.215,30	195.784,70	2,1%
FRJ	Reforma do Fórum de Correia Pinto - TJ	10.000,00	2.307.492,00	2.317.492,00	-	2.317.492,00	0,0%
FRJ	Construção do Fórum de Curitibanos - TJ	10.000,00	190.000,00	200.000,00	-	200.000,00	0,0%
FRJ	Conclusão do Fórum de Descanso - TJ	10.000,00	918.481,00	928.481,00	7.770,00	920.711,00	0,8%
FRJ	Reforma do Fórum de Itajaí - TJ	10.000,00	(10.000,00)	-	-	-	0,0%
FRJ	Reforma do Fórum do Norte da Ilha - TJ	312.000,00	350.000,00	662.000,00	469.581,79	192.418,21	70,9%
FRJ	Reforma do Fórum de Porto União - TJ	10.000,00	140.000,00	150.000,00	-	150.000,00	0,0%
FRJ	Construção do Fórum de Rio do Sul - TJ	10.000,00	590.000,00	600.000,00	-	600.000,00	0,0%
FRJ	Construção do Fórum de Turvo - TJ	10.000,00	2.696.847,00	2.706.847,00	1.875,00	2.704.972,00	0,1%
FRJ	Manutenção e Serviços Administrativos Gerais - FRJ - TJ	90.272.032,00	37.202.194,17	127.474.226,17	85.291.853,60	42.182.372,57	66,9%
FRJ	Reforma do Prédio do Antigo Fórum Joinville	2.000.000,00	(1.616.655,15)	383.344,85	151.541,39	231.803,46	39,5%
FRJ	Aquisição de Imóvel para o Fórum de Herval d´Oeste	1.600.000,00	(1.550.000,00)	50.000,00	-	50.000,00	0,0%
FRJ	Reformar e Ampliar o Fórum da Comarca de Campo Erê	-	939.169,00	939.169,00	-	939.169,00	0,0%
FRJ	Reformar parcialmente o Fórum da Comarca de Chapecó	-	2.723.135,00	2.723.135,00	10.416,48	2.712.718,52	0,4%
FRJ	Executar projeto de cobertura parcial do almoxarifado central	-	637.500,00	637.500,00	-	637.500,00	0,0%
FRJ	Reformar parcialmente o Fórum da Comarca de Criciúma - 2ª etapa	-	500.000,00	500.000,00	2.700,00	497.300,00	0,5%
FRJ	Adquirir e reformar prédio anexo ao Fórum de São José	-	16.000.000,00	16.000.000,00	13.000.000,00	3.000.000,00	81,3%
FRJ	Ampliação do Fórum de São João Batista	10.000,00	150.790,00	160.790,00	-	160.790,00	0,0%
FRJ	Reforma do Fórum de Timbó	10.000,00	400.000,00	410.000,00	-	410.000,00	0,0%
FRJ	Reforma do Fórum de Sombrio	10.000,00	440.000,00	450.000,00	102.962,01	347.037,99	22,9%
FRJ	Reforma do Fórum de Jaraguá do Sul	10.000,00	390.000,00	400.000,00	2.300,00	397.700,00	0,6%
FRJ	Reforma do Fórum regional do Estreito	10.000,00	140.000,00	150.000,00	5.255,00	144.745,00	3,5%
FRJ	Reforma do Fórum de Taió	10.000,00	90.000,00	100.000,00	-	100.000,00	0,0%
FRJ	Reforma do Fórum da Capital	10.000,00	590.000,00	600.000,00	-	600.000,00	0,0%
FRJ	Reforma do Fórum de Ibirama	10.000,00	90.000,00	100.000,00	-	100.000,00	0,0%
FRJ	Reforma do Fórum de Itá	10.000,00	90.000,00	100.000,00	-	100.000,00	0,0%
FRJ	Aquisição e reforma do prédio para o Fórum da comarca de Ipumirim	10.000,00	1.290.000,00	1.300.000,00	-	1.300.000,00	0,0%
FRJ	Aquisição e reforma do prédio para o fórum central cível da Capital	10.000,00	490.000,00	500.000,00	-	500.000,00	0,0%
FRJ	Aquisição e reforma do prédio para o fórum central criminal da Capital	10.000,00	490.000,00	500.000,00	-	500.000,00	0,0%
FRJ	Aquisição e reforma do prédio para o fórum central da Família da Capital	10.000,00	490.000,00	500.000,00	-	500.000,00	0,0%
FRJ	Ampliação e reforma do fórum de Lauro Müller	10.000,00	1.119.727,00	1.129.727,00	-	1.129.727,00	0,0%
FRJ	Aquisição e reforma do prédio para o arquivo central	10.000,00	10.120.000,00	10.130.000,00	9.530.000,00	600.000,00	94,1%
FRJ	Construção do fórum de Araquari	10.000,00	190.000,00	200.000,00	-	200.000,00	0,0%
FRJ	Construção do fórum de Urussanga	10.000,00	140.000,00	150.000,00	-	150.000,00	0,0%
FRJ	Construção do protocolo expresso da comarca de Joinville	10.000,00	140.000,00	150.000,00	-	150.000,00	0,0%
FRJ	Manutenção, serviços e equipamentos de informática - FRJ	10.735.968,00	2.200.000,00	12.935.968,00	9.005.407,20	3.930.560,80	69,6%
FRJ	Construção do protocolo expresso da comarca de São José	10.000,00	125.063,00	135.063,00	-	135.063,00	0,0%
FRJ	Reforma do Fórum de São José	10.000,00	208.000,00	218.000,00	-	218.000,00	0,0%
FRJ	Reforma do fórum de Cunha Porã	10.000,00	280.000,00	290.000,00	-	290.000,00	0,0%
SUBTOTAL		133.250.000,00	111.702.580,02	244.952.580,02	137.957.881,00	106.994.699,02	56,3%
TOTAL		1.040.673.737,00	129.987.341,84	1.170.661.078,84	1.019.385.326,44	151.275.752,40	87,1%

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

A Diretoria de Recursos Humanos é responsável pelo gerenciamento e supervisão do quadro de pessoal do Poder Judiciário, tanto da Justiça de Primeiro Grau, quanto da Secretaria do Tribunal de Justiça, envolvendo servidores efetivos e comissionados, inativos, juizes de paz, estagiários, voluntários e terceirizados.

Esse trabalho envolve o controle do ingresso na carreira, com o acompanhamento dos processos de nomeação dos servidores, de contratação de estagiários e terceirizados, e de adesão dos voluntários.

É responsável, também, pelo controle da movimentação na carreira dos servidores (remoção, disposição, lotação etc.), pelo registro de todos os incidentes ocorridos durante a vida funcional dos colaboradores do Poder Judiciário, e pela elaboração da folha de pagamento dos magistrados, servidores, inativos (incluídos os juizes de paz e extrajudiciais) e estagiários.

Controla, ainda, as avaliações de desempenho e de estágio probatório dos servidores, e os afastamentos legais, direitos, deveres e benefícios dos colaboradores.

Durante o ano de 2011, foram realizados diversos eventos para o desenvolvimento de pessoal, almejando a valorização e motivação dos colaboradores.

A seguir, são apresentadas informações mais detalhadas sobre os principais programas e atividades de responsabilidade da Diretoria de Recursos Humanos:

1. BENEFÍCIOS

1.1 Bolsa de Estudos

O Tribunal de Justiça mantém o Programa de Bolsa de Estudos, destinado a Magistrados e Servidores, para cursos de graduação, pós-graduação e para o curso da Escola Superior da Magistratura.

Por intermédio do programa, o Poder Judiciário custeia 70% (setenta por cento) do valor da mensalidade.

Por força da Resolução n. 20/09-GP, houve o remanejamento do número de vagas adequando-as à efetiva demanda, com a alteração de 345 para 330 vagas para cursos de graduação, e de 55 para 70 vagas para o curso de preparação para ingresso na magistratura, promovido pela ESMESC.

BOLSA DE ESTUDOS		
GRADUAÇÃO	1º SEMESTRE	2º SEMESTRE
Total de Bolsas disponíveis	330	330
Total de Bolsas renovadas	177	183
Total de Bolsas concedidas	43	28
Total de Bolsas remanescentes	110	119
ESMESC	1º SEMESTRE	2º SEMESTRE
Total de Bolsas disponíveis	70	70

Total de Bolsas renovadas	27	14
Total de Bolsas concedidas	14	21
Total de Bolsas remanescentes	29	35

No que se refere às bolsas de estudo para cursos de pós-graduação, foram beneficiados 13 (treze) magistrados, com cursos na área jurídica e 1 (um) em área diversa, bem como 190 (cento e noventa) servidores, com cursos na área jurídica, e 46 (quarenta e seis) nas demais áreas.

1.2 Gratificação de Nível Superior

A gratificação de nível superior, prevista no art. 14 da Lei Complementar 90/93, é destinada a servidores não ocupantes de cargo de nível superior que tenham graduação escolar superior.

ANO	NÚMERO DE SERVIDORES QUE RECEBERAM GRATIFICAÇÃO	VARIAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR
2007	1.975	-
2008	2.403	21,67%
2009	2.659	10,65%
2010	2.703	1,65%
2011	2.557	-5,4%

Fonte: Seção de Benefícios

Esta gratificação é percebida por 45,91% dos servidores efetivos do Poder Judiciário.

1.3 Auxílio-creche

O auxílio creche, previsto na Resolução n. 09/01-GP, beneficia 776 servidores, conforme dados da folha de pagamento do mês de dezembro de 2011. Em 2011, foram deferidos 285 pedidos.

1.4 Vale-transporte

O vale-transporte corresponde à parcela de gastos que exceder a 6% (seis por cento) da remuneração e é creditado mensalmente em folha de pagamento.

Em 2011, foram contemplados com o benefício 50 servidores.

2. TJ-CONSIG

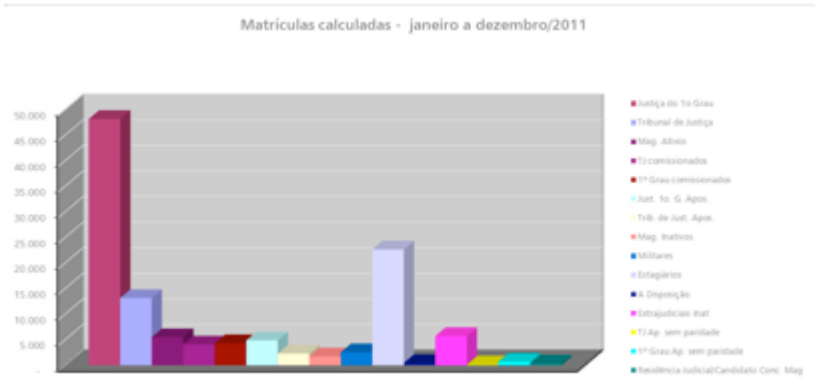
O sistema TJ-Consig, implantado em 28/07/2009, representou uma importante mudança nos procedimentos de consignações facultativas em folha de pagamento. Além de não ter custo nenhum ao Poder Judiciário, houve economia de material e de tempo de serviço, tendo em vista a informatização de um procedimento que até então era manual.

Na última folha processada, de dezembro de 2011, foram implementadas aproximadamente 19.170 consignações, que significam R$ 6.030.000,00 em descontos facultativos.

3. FOLHA DE PAGAMENTO (MATRÍCULAS CALCULADAS)

MATRÍCULAS CALCULADAS DO PJSC POR TIPO - 2011														
TIPO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	
Tribunal de Justiça	980	1.002	1.021	1.037	1.073	1.084	1.100	1.122	1.164	1.172	1.192	1.201	13.148	11,29%
Justiça do 1o Grau	3.640	3.705	3.773	3.862	3.927	3.982	4.069	4.134	4.187	4.240	4.271	4.368	48.158	41,34%
Trib. de Just. Apos.	186	185	187	189	189	190	191	190	193	196	197	197	2.290	1,97%
Just. 1o. G. Apos.	390	389	392	396	396	404	411	411	413	418	418	419	4.857	4,17%
Mag. Ativos	458	457	457	459	458	458	458	458	458	457	457	455	5.490	4,71%
Mag. Inativos	144	145	145	145	145	146	146	146	145	143	141	141	1.732	1,49%
Militares	213	212	210	208	208	211	211	214	216	212	215	217	2.547	2,19%
Estagiários	1.745	1.737	1.759	1.760	1.834	1.925	1.920	1.928	1.963	1.982	2.005	2.062	22.620	19,42%
A Disposição	36	37	39	38	38	39	39	37	39	39	39	39	459	0,39%
Extrajudiciais Inat	483	481	481	478	475	473	473	470	470	469	468	468	5.689	4,88%
TJ Ap. sem paridade	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	144	0,12%
1º Grau Ap. sem paridade	55	55	55	54	54	53	57	57	58	56	56	55	665	0,57%
TJ comissionados	340	329	327	324	327	346	358	356	342	340	339	342	4.070	3,49%
1º Grau comissionados	357	352	354	355	353	350	360	368	368	366	367	370	4.320	3,71%
Residência Judicial/Candidato Conc. Mag	28	26	27	28	27	30	30	27	24	24	24	19	314	0,27%
Total	9.067	9.124	9.239	9.345	9.516	9.703	9.835	9.930	10.052	10.126	10.201	10.365	116.503	100,00%

Fonte: relatório contábil do sistema de folhas de pagamento



4. TERCEIRIZAÇÃO

Justiça de 1º Grau:

POSTO	EMPRESA/CONTRATO	QUANTIDADE
Jardineiro	Liderança/144.11	6
Recepcionista	Liderança/152.11	53

Zelador	Liderança/155.11	63
Office-boy	Liderança/156.11	9
Copeira	Liderança/159.11	55
Servente	Liderança/162.11	507
Marceneiro	Liderança/163.11	1
Digitador	Orbenk/92.08	16
Digitador	Plansul/105.06	30
Digitador	Plansul/93.08	123
Vigilantes	Em Licitação	220
TOTAL JUSTIÇA DE 1º GRAU		1.083

Fonte: Seção de Terceirizados e Estagiários

Justiça de 2º Grau:

POSTO	EMPRESA/CONTRATO	QUANTIDADE
Auxiliar administrativo	Canadense/189.11	18
Webdesigner	Conceitual/101.10	3
Porteiro	Liderança/152.11	5
Jardineiro	Liderança/144.11	5
Recepcionista	Liderança/152.11	71
Zelador	Liderança/155.11	8
Office-boy	Liderança/156.11	97
Copeira	Liderança/159.11	32
Garçom	Liderança/159.11	38
Servente	Liderança/162.11	193
Marceneiro	Liderança/163.11	3
Operador de sistemas	Lince/104.11	9
Engenheiro mecânico	Lince/226.09	1
Técnico em Edificações	Lince/226.09	6
Técnico Ref. e ar condicionado	Lince/226.09	2
Digitador	Plansul/105.06	38
Digitador	Plansul/93.08	96
Vigilantes	Em Licitação	20
TOTAL JUSTIÇA DE 2º GRAU		**645**

Fonte: Seção de Terceirizados e Estagiários

TOTAL GERAL

Total Terceirizados Justiça de 1º Grau	1.083
Total Terceirizados Justiça de 2º Grau	645
TOTAL GERAL DE TERCEIRIZADOS	**1.728**

Fonte: Seção de Terceirizados e Estagiários

As empresas que atuaram junto ao Poder Judiciário em 2011 foram: Liderança Limpeza e Conservação Ltda.; Mobra Serviços de Vigilância e Segurança Ltda; Orbenk Administração e Serviços Ltda.; Ondrepsb Serviço de Guarda e Vigilância Ltda.; Plansul Planejamento e Consultoria Ltda.; Lince Segurança Eletrônica Ltda., Lince Segurança Patrimonial Ltda-me, Canadense Administração e Serviços Ltda. e Conceitual Sistemas de Informação Ltda.

5. ESTAGIÁRIOS

Desde 2010, o Poder Judiciário procedeu a alterações no seu programa de estágio, adequando-o à legislação federal vigente. Em razão disso, iniciou a contratação de seus estagiários, fechando o ano com 1.729 estagiários remunerados na área de Direito, distribuídos em Cartórios e Gabinetes de 1º e 2º graus, e mais 267 vagas ocupadas de estagiários remunerados na área da Administração, Arquitetura, Biblioteconomia, Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Design, Economia, Enfermagem, Engenhara Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia da Produção, História, Pedagogia, Psicologia e Serviço Social, distribuídos pelas Comarcas do Estado e Diretorias do Tribunal de Justiça, totalizando 1.996 vagas de estagiários.

6. VOLUNTÁRIOS

Em 2011 foram preenchidas efetivamente 256 vagas para serviço voluntário nas áreas de Administração, Arquitetura, Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Direito, Economia, Enfermagem, Engenharia, História, Letras, Psicologia, Serviço Social e Sistemas de Informação.

7. ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO PESSOAL

7.1 Semana do rodízio de funções

Durante uma semana, o servidor inscrito no projeto desempenha suas funções em setor diferente daquele no qual está lotado com o objetivo de proporcionar uma maior integração entre os servidores, melhorar a comunicação entre os setores e aumentar o conhecimento quanto às atribuições e funções exercidas pelos diversos setores. Foi realizada a 12ª semana no mês de abril e a 13ª semana no mês de setembro. Participaram do projeto 13 (treze) servidores.

7.2 Semana do Servidor

O Projeto "Semana do Servidor" consiste em uma semana de atividades voltadas aos servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina. O objetivo do projeto é a valorização, motivação e integração dos servidores. O evento ocorreu no mês de outubro, contando com a participação de 116 (cento e dezesseis) servidores.

7.3 Mostra de talentos

Consiste em uma mostra de artes que tem por objetivo incentivar os servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina a revelar seus talentos artísticos, nas categorias poesia, conto, fotografia e pintura, além de promover a valorização do servidor e a aproximação e integração entre os colegas do Judiciário. Participaram do projeto 32 (trinta e dois) servidores.

7.4 Pesquisa de satisfação

Busca-se com a pesquisa obter um indicador para avaliar o percentual de satisfação e motivação dos servidores do Poder Judiciário. Além disso, a ferramenta permite identificar os locais onde há a necessidade de se aplicar o programa de melhoria do clima organizacional. O formulário de pesquisa foi lançado na página eletrônica do Poder Judiciário em 19 de novembro de 2011 e estará disponível até 10 de janeiro de 2012.

7.5 Programa de bem-estar no trabalho

Realização de trabalho em grupo, de forma a contribuir para a melhoria do bem-estar e satisfação no trabalho. Foram realizadas seis turmas: Técnicos Judiciários Auxiliares (maio); Oficiais de Justiça (junho); Assistentes Sociais (julho); SDV - Serviços Diversos e SAU – Serviços auxiliares (agosto); Oficial da Infância e Juventude (setembro) e Chefe de Cartório (novembro). Participaram dos programas 180 (cento e oitenta) servidores.

7.6 Preparação para aposentadoria

Evento realizado com os servidores prestes a se aposentar, em que são tratados temas relevantes para vencer os medos da aposentadoria. Foi realizada uma turma nos meses de março e abril, tendo participado 26 servidores.

7.7 Homenagem aos servidores aposentados

Homenagem prestada aos 64 servidores que se aposentaram de setembro de 2010 a agosto de 2011. O evento foi realizado durante a semana do servidor.

7.8 Intervenções psicossociais

7.8.1 Elaboração de diagnósticos, trabalhos em grupo e acompanhamento de servidores que apresentam baixo desempenho nas avaliações de desempenho e estágio probatório ou encaminhados pela Corregedoria-Geral de Justiça ou outros setores do Tribunal de Justiça.

7.8.2 Entrevistas de lotação e relotação

Realização de entrevistas para lotação ou relotação de servidores. Foram realizadas 150 (cento e cinquenta) entrevistas durante o ano, resultando em um melhor aproveitamento do perfil do servidor aos interesses da Administração, bem como, visando a melhoria contínua dos relacionamentos interpessoais.

7.9 Programa de Melhoria do Clima Organizacional

Tem como objetivo apresentar, em um determinado momento, o grau de satisfação ou insatisfação dos servidores, identificar causas e por meio delas implementar ações que

propiciem condições para maior satisfação no trabalho. O programa foi realizado em seis comarcas no ano de 2011.

8. REGISTROS E INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

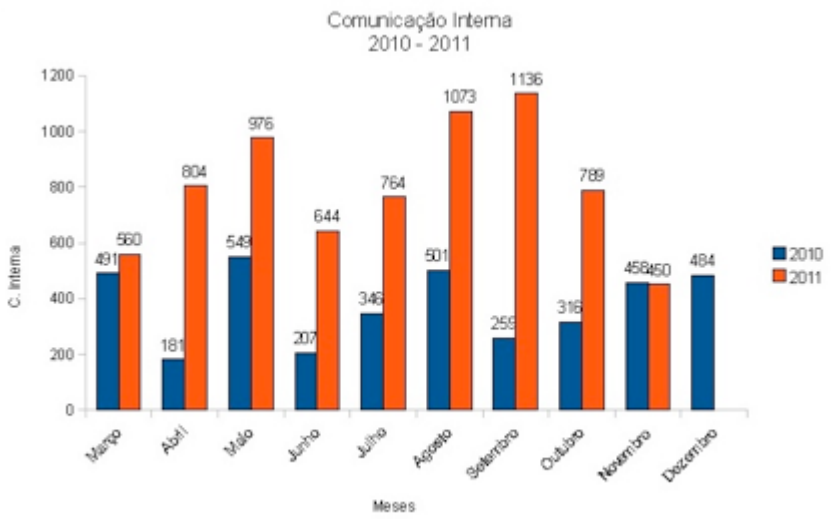
8.1 A Divisão de Registros e Informações Funcionais - DRIF, é a responsável pela instrução e análise de processos administrativos e alimentação do banco de dados no tocante aos dados funcionais dos servidores.

De acordo com dados da folha de pagamento de novembro/2011, temos, atualmente, 10.820 pessoas em folha de pagamento, distribuídos da seguinte forma:

1 - Efetivos Tribunal de Justica: 1.193
2 - Efetivos Justiça de Primeiro Grau: 4.332
3 - Servidores Aposentados: 687
4 - Magistrados Ativos: 455
5 - Magistrados Aposentados: 140
6 - Militares: 224
7 - Estagiários: 2.128
8 - À disposição: 38
9 - Pensionistas: 361
10 - Extrajudiciais inativos: 459
11 - Pensionistas/extrajudiciais: 7
13 - Exclusivamente Comissionados TJ: 349
14 - Exclusivamente Comissionados Primeiro Grau: 379
15 - Residentes Judiciais: 55

À exceção dos magistrados, que no ano de 2000 passaram a ter uma coordenadoria exclusivamente para tratar de todas as questões inerentes à magistratura catarinense, a DRIF lida com a situação funcional desse enorme contingente, por meio de duas seções: Seção de Registro e Informação e Seção de Direitos e Deveres.

A fim de demonstrar o volume de serviço do setor, elaborou-se gráfico que demonstra a quantidade de registros feitos nos assentamentos funcionais dos servidores e colaboradores nos anos de 2010 e 2011.


Comunicação Interna
2010 - 2011
C. Interna
Meses
2010
2011
Março
Abril
Maio
Junho
Julho
Agosto
Setembro
Outubro
Novembro
Dezembro
491
560
181
804
549
976
207
644
346
764
501
1073
259
1136
316
789
458
450
484

DIRETORIA DE SAÚDE

O presente relatório concentra informações acerca dos projetos e ações desenvolvidas pela Diretoria de Saúde no ano de 2011 (janeiro a novembro).

1. PROJETOS EXECUTADOS EM 2011

1.1. Vacina da gripe

O objetivo da vacina da gripe é imunizar os funcionários do Poder Judiciário da Secretaria do Tribunal de Justiça, do Fórum da Capital e das Comarcas do interior.

No ano de 2011, Farma, através da SC Distribuidora de Vacina Ltda, aplicou 7.291 doses, sendo estas administradas em magistrados e funcionários ativos, terceirizados, funcionários à disposição, bolsistas e estagiários de todas as Comarcas do Poder Judiciário e da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, no período de 12 de abril a 10 de maio de 2011.

2. RELATÓRIO DOS ATENDIMENTOS MÉDICOS

MÉDICOS	Nº DE CONSULTAS
Dra.Graciela de Oliveira Richeter Schmidt	557 *(1)*
Dr. José Carlos Nascimento	2.708 *(2)*
Dra. Karina Cocco Monteiro de Freitas	962 *(3)*
Dra. Leisa Maria Leal	1.167 *(4)*
Dr. Luiz Alberto Neves May	863 *(5)*
Dr. Renato Grillo Flach	1.215 *(6)*
TOTAL	7.472

(1) Licença gestação a partir de 19.04.2011
(2) Ampliação da jornada de trabalho em 2 horas – substituição na junta médica
(3) Licença gestação a partir de 03.11.2011 – membro da junta médica
(4) Chefe da junta médica
(5) Membro da junta médica
(6) Diretor de saúde

2.1. Relatório da Seção Psicossocial-ambulatorial

PSICÓLOGA	Nº DE ATENDIMENTOS REALIZADOS
Dra. Fernanda Chede R. Caldas	178 (1)
Dra. Ivete Terezinha Volkmer Gemelli	(2)
Dra. Liliane Cardoso Pereira	529
Dra. Luciana Raupp Di Bernardi	292 (3)
Dra. Marilda Marcondes de Mattos	482
TOTAL	1481

(1) Licença gestação a partir de 23.05.2011
(2) Licença para tratamento de saùde/ano/2011 (faleceu em 06.12.11)
(3) Licença gestação a partir de 12.09.2011

2.2. Relatório de atividades do Serviço Social

As atividades desenvolvidas no período de 2011, em sua maioria, são referentes à elaboração de informações, relatórios, estudos sociais e pareceres para subsidiar decisões da Junta Médica em processos administrativos, atendendo a demanda apresentada que incluí todo o Estado Catarinense.

- Pareceres elaborados para Junta Médica - 256

Para a elaboração dos pareceres necessita-se da coleta de dados através de atividades como visitas domiciliares, entrevistas com servidores e requerentes, familiares, avaliação do local de trabalho e visita a instituições de saúde, conforme a necessidade e a peculiaridade de cada situação apresentada.

- Entrevistas – 691
- Visitas domiciliares, Instituições de Saúde e Locais de Trabalho – 216
- Cidades Visitadas – 35

Algumas ações não são aqui quantificadas, já que cada processo exige um procedimento como, por exemplo, coleta de dados com o médico assistente do servidor e terapeuta, contatos frequentes com o servidor, familiares e clínicas psiquiátricas. Estas ações são feitas constantemente e necessárias para que o trabalho atinja bons resultados, porém são de difícil quantificação para relatório estatístico, já que não são um fim em si mesmas.

- Encaminhamentos de servidores para clínicas psiquiátricas, avaliação médica e ou internação, acompanhamento do servidor em tratamento – 75 intervenções

O serviço social da Diretoria de Saúde está disponível para atender os servidores, esclarecer direitos e deveres referentes as situações de saúde e suas implicações.

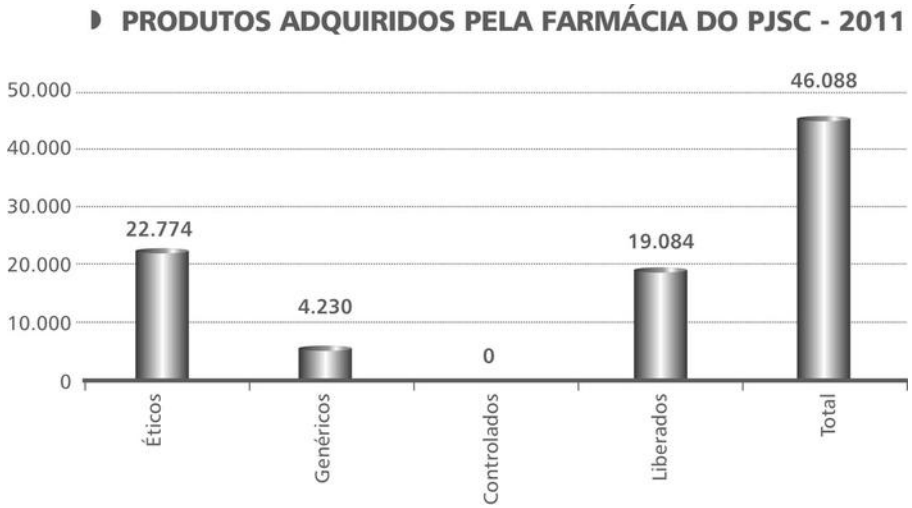
2.3. Relatório da Seção de Enfermagem

A Seção de Enfermagem desenvolveu orientações sobre pressão arterial, fornecimento de dietas (colesterol, triglicerídeos, ácido úrico) e as atividades descritas abaixo:

1	ATENDIMENTOS da ENFERMAGEM	
	Avaliações para atendimento de emergência encaminhadas ao médico	352
2	EXAMES REALIZADOS	
	Eletrocardiograma (ECG)	10
3	PROCEDIMENTOS REALIZADOS	
	Aplicação de radiação infravermelha	2
	Nebulização	114
	Verificação de Pressão Arterial (P.A.)	2.528
	Curativo	271
	Retirada de ponto cirúrgico	27
	Imobilização	9
4	ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS:	

	Endovenoso (EV)	48
	Intramuscular (IM)	326
	Subcutâneo (SC)	18
	Via Oral (VO) administrados no local:	
	1 – doses	192
	2 – comprimidos	2.242
	3 – controlados	26
5	MEDICAMENTOS FORNECIDOS SOB PRESCRIÇÃO	
	Comprimidos	1.368
6	TOTAL	7.533

2.4. Relatório da Seção de Farmácia



3. RELATÓRIO DA JUNTA MÉDICA

Licença para tratamento de saúde	1.600
Licença para tratamento de saúde, em prorrogação	505
Licença para tratamento de saúde, em pessoa da família	872
Gestação	105
Reconsideração	33
Isenção de Imposto de Renda	31
Readaptação	23
Remoção	26
Acidente do Trabalho	2
Prorrogação da Readaptação	13
Licença para tratamento de saúde, em PF, em prorrogação	77
Avaliação	298
Admissão	1.138

Outros	55
TOTAL DE PROCESSOS NO ANO 2011	**4.783**

4. RELATÓRIO DOS ATENDIMENTOS ODONTOLÓGICOS

DENTISTA	PACIENTES	PROCEDIMENTOS	DIAS TRABALHADOS
Dr. Dante Del Vale Valcanaia (Prótese)	46	222	181
Dr. Eduardo Dutra da Silva (Endodontia)	98	589	183
Dr. José Eduardo C. Shiozawa (Dentística)	384	1.785	187
Dra. Mabel Larroyd Valente (Dentística)	284	972	139
Dra. Maria Eugênia B. Burg (Dentística)	451	1.123	174
Dr. Lauro Egídio Bragaglia (Prótese)	214	1.988	183
Dr. Reginaldo Reitz (Dentística)	274	1.604	182
TOTAL	**1.369**	**8.283**	**1.229**
Índice de aproveitamento (estimativa)**		**6,73 procedimentos/dia/dentista**	

Fonte: Dados coletados do software de gerenciamento odontológico Prodent e dos relatórios estatísticos mensais da Divisão de Saúde Oral.

4.1. Relatório da Seção de Prótese

01 – Fundição de Estrutura Metal Cerâmica	168
02 – Prótese sobre Implante	76
03 – Confecção de Provisórios (elementos)	124
04 - Confecção de Modelos	322
05 – Placa de Registro	18
06 – Aplicação em Cerâmica (elementos)	176
07 – Moldeira Individual	23
08 – Placa de Clareamento	108
09 – Confecção de Tróqueis	84
10 – Placa de Proteção Noturna (Silicone)	7
11 – Confecção de Inceram (Coping)	22
12 – Confecção Targis Vectris	1
13 – Confecção de Núcleos (indireto)	9
14 – Fundição direta de núcleo	44
15 – Prótese Total	4
16 – Prótese Parcial Fixa	5
17 – Onlay	9
18 – Ponte Parcial Removível (PPR)	10
19 – Placa de bruxismo	10
20 – Placa de mordida	7
21 – Enceramento Diagnóstico	1
22 – Aplicação em cerômero	2

23 – Núcleo - Partido	1
24 - Núcleo Tri-Partido	1
TOTAL GERAL	**1.316**

5. RELATÓRIO DA DIVISÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL

Para maximizar o atendimento ao seu público com vistas a economicidade na administração pública, a principal ferramenta usada na DSSO foi o correio eletrônico.

Em termos de ações a DSSO interferiu no leiaute de ambientes como o cartório virtual e depósitos judiciais; estudou e implantou soluções para postos de trabalho; definiu as especificações do mobiliário e atuou na fiscalização do seu cumprimento; manteve continuidade na educação em segurança ocupacional atingindo várias comarcas do estado; personalizou mobiliário para atendimento de portadores de necessidades especiais e participou de decisões administrativas com impacto sobre a saúde ocupacional.

Além destas ações, foram mapeados nove depósitos judiciais e implantado o programa de prevenção de riscos ambientais, indicando soluções quanto aos riscos detectados e fornecimento de equipamento de proteção individual, bem como educação quanto a conservação, limpeza e substituição dos EPI's. Manteve o acompanhamento dos trabalhos da CIPA e do PCMSO na Gráfica e viabilizou exames ocupacionais em fóruns do interior. Estudou, através de pesquisa via correio eletrônico e no próprio local, 129 ambientes de trabalho entre fóruns, divisões, gabinetes etc.

Em relação às atividade de rotina, a figura 1 apresenta aumento expressivo no número de atendimentos em relação ao igual período anterior, o que indica a aceitação pelo público cliente bem como o resultado positivo das ações da DSSO.

AÇÃO	2010	2011	AUMENTO
Distribuição de EPI e assessório ergonômicos	870	8.670	897 %
Implantação de PPRA	1	6	500 %
Orientação de Segurança e Saúde Ocupacional	375	1.300	247 %
Especificação de mobiliário e assessórios ergonômicos	18	45	150 %
Resposta processual e pareceres	27	48	78 %
Palestras de orientações (higiene, segurança e saúde ocupacional)	9	15	67 %
Programa de Controle de Saúde Ocupacional	2	3	50 %
Avaliação de amostras de mobiliário	18	25	47 %
Avaliação ambiental	30	41	37 %